UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE LUGARES TURÍSTICOS DA COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS, E DA COSTA BRAVA, CATALUNHA

Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary

Maceió-AL
2019

Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary

ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE LUGARES TURÍSTICOS DA COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS, E DA COSTA BRAVA, CATALUNHA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.
Orientador: Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo
Coorientador: Jordi Gascón Gutiérrez

MACEIÓ - AL
2019

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

K19e Kaspary, Manuela Grace de Almeida Rocha.
Estudo das transformações socioespaciais de lugares turísticos da Costa dos Corais, Alagoas, e da Costa Brava, Catalunha / Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary. – 2019.
523 f. : il., figs. e tabs. color.

Orientador: Lindemberg Medeiros de Araujo.
Coorientador: Jordi Gascón Gutiérrez.
Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 500-523.

1. Transformações socioespaciais. 2. Turismo. 3. Mercado imobiliário. 4. El Port de la Selva – Espanha. 5. Rota ecológica – Alagoas. 6. Gentrificação. I. Título.

CDU: 711: 72

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary

ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE LUGARES TURÍSTICOS DA COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS, E DA COSTA BRAVA, CATALUNHA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

APROVADA em 22 / 11 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAUJO
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio ambiente – UFAL

Profª Drª MARIA ANGÉLICA DA SILVA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

Prof. Dr. GERALDO MAGELA GAUDÊNCIO FARIA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

Prof. Dr. CLAUDIO MILANO
Departamento de Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Lleida (Espanha)

Profª Drª MARIA APARECIDA PONTES DA FONSECA
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Dedico este trabalho às pessoas que partilharam sua vivência, sua história, seu cotidiano, seus saberes, para que, enfim, as palavras discorridas neste escrito existissem.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento é uma palavra que representa muito do que eu tenho de dizer a respeito da concepção deste trabalho.

Primeiro agradeço ao meu orientador Prof. Lindemberg que há dez anos, desde o meu ingresso no Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbano (FAU/UFAL), me acompanha neste caminhar. Sou grata pela sua atenção, delicadeza e parceria todos esses anos.

Ao Prof. Jordi Gascón agradeço por me acolher, por suas precisas orientações e, também, pelas nossas agradáveis conversas, nas tardes, no café Forn Mistral, em Barcelona.

À Claudio Milano agradeço por ter sido além de um amigo, um grande colaborador deste trabalho. Grande parte do que está escrito neste texto é também fruto de das suas indicações de leituras como também das longas conversas a respeito do tema.

Agradeço aos meus professores durante a minha jornada no DEHA. Sobretudo, agradeço aos dois professores que fazem parte desta banca, Prof. Geraldo Magela e Profª Angélica, que contribuíram de maneira significativa com a compreensão que hoje tenho sobre as diferentes possibilidades de interpretar, conhecer e experimentar o mundo. Ao Prof. Geraldo, agradeço, desde o mestrado, por primoroso exame e por cada uma das suas suas considerações. À Angélica, em especial, agradeço por me mostrar a importância de sentir e dar sentidos ao que se faz, ao que se se desenvolve, muito obrigada.

Não posso esquecer de agradecer pela solicitude e gentileza da Luciane, da secretaria do Programa, e Ediane ‘da xerox’ durante este tempo que as aperreei. Também agradeço à Esdras do IGDEMA pelo empenho voluntário na produção de todos os mapas deste trabalho.

Agradeço a Profº Maria Pontes Fonseca por sua disponibilidade, suas reflexões e ponderações sobre este escrito.

Agradeço à minha família. Ao Augusto, meu filho, agradeço por ter me acompanhando nas pequenas e grandes conquistas, nos momentos de aflição e,

mesmo, pelos momentos que eu não pude estar. Agradeço à minha mãe, Niedja, que, mesmo não entendendo o porquê de algumas preocupações, sempre me apoiou. Agradeço ao Waldir, meu pai, que mesmo distante, esteve sempre presente. Agradeço à minha avó, Dona Francisquinha, que mesmo alheia ao que envolve o processo, sabia a importância deste trabalho para mim. Também agradeço à Lúcia que embora não sejamos família, depois de tantos anos partilhados é como se fossemos.

Também agradeço a muitos amigos que tiveram comigo nesta jornada, tanto no Brasil como na Espanha. Na Espanha tenho muito a agradecer ao Kauê, à Adelaida, à Cris, à Anna, a Jaque e a Chichi. Cada um, na sua maneira, também contribuiu de alguma forma para que este trabalho hoje existisse. Agradeço por me receberem em suas vidas e por contribuírem para o meu equilíbrio durante este período.

Aos meus amigos brasileiros, pelo menos alguns não posso esquecer de mencionar, primeiro à Lua por suas contribuições desde de antes do primeiro ingresso no Deha. À Cris por cuidar da minha casa quando tive ausente. À Azul por suas sugestões e por desfrutar da sua arte neste trabalho. À Anna Júlia pelos conselhos. À Rafa Soriano pela sua força contagiante. Ao Dennis por ter dito que eu poderia. À Deividson por partilhar sua experiência. E já na reta final, à Gê, Geraldo, meu companheiro, por sua paciência, estímulo e afeto.

Aos meus colegas do IFAL tenho que agradecer, sobretudo, à Ávila, Jheferson, Joabe, Eric, Sandra, Anne, Poliana e Renata que me apoiaram, literalmente, até o último instante. Agradeço aos meus alunos, meus pupilos, Maria Eduarda, Lídia e Lucas, Giovanna, João, Marília e Pedro que participaram de muitos dos momentos aqui descritos.

Tenho muito agradecer a todos aqueles que deram suas falas e disponibilizaram do seu tempo durante a realização deste trabalho. Em el Port de la Selva agradeço à Dona Laura, Seu Miquel, Seu Josep, Marc, Ignasi e em especial a Manuel Perello (*in memorian*) por tanta cordialidade. No Brasil não posso de maneira alguma deixar de agradecer à Ulisses, Dona Jovina, Seu Pedro, Carol, Ana Paula, Beatriz, Iran, Thiago, Brunninho e Diego. Mas principalmente às pescadoras, à Véia, à Dona Biu, à Flora, à Amara, à Lia, à Fátima, à Dona Madalena, à Nininha, à Sueli, à Sônia, à Márcia Cristina, que fizeram desse trabalho algo tão prazeroso.

Agradeço à Deus por essa importante conquista. Uma conquista que por muito tempo eu não pensei, ou não acreditei, que um dia poderia realizar.

“Enfim temos o direito de saber: Por que estamos aqui, nós que viemos de partes tão distantes e diversas?” (Dirceu Lindoso)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o processo de transformação de cidades-povoados, de caráter campesino-pesqueiro, em destinos turístico-imobiliários. Lugares costeiros que se mantiveram geograficamente isolados e pouco modificados, afastados de modos e práticas socioculturais cosmopolitas têm sido alvo dos crescentes fenômenos turísticos e imobiliários. Nesse sentido, esta pesquisa examina, em paralelo, dois estudos de caso que tratam do mencionado fenômeno, a saber: o povoado de el Port de la Selva, litoral norte da Catalunha, Espanha, e o caso dos povoados dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, litoral norte de Alagoas, Brasil. Esses lugares eram lócus das práticas de pesca e agrícolas, sobretudo de subsistência. Na atualidade, esses lugares se converteram em lugares turísticos e oportunos para crescimento do mercado imobiliário. Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar as transformações socioespaciais em decorrência da inserção do fenômeno turístico-imobiliário nos povoados que compõem os dois estudos de caso. Para isso, adotou-se uma metodologia histórico-etnográfica, através de observação direta, entrevistas abertas e fechadas com atores que vivem e transitam nesses lugares, e a leitura de referências bibliográficas que têm como objeto os lugares estudados. O estudo constatou que as práticas socioeconômicas decorrentes do turismo e da atividade imobiliária têm possibilitado a geração de renda e emprego, mas não abrangente do conjunto da população dos lugares envolvidos. Este cenário turístico-imobiliário também tem atraído pequenos e médios investidores, influenciando o aumento dos valores fundiários e dificultado a população de menor poder aquisitivo de ascender à moradia, pela compra ou pelo aluguel. Essa situação tem levado ao afastamento de pessoas dos seus antigos espaços de sociabilidade, de modos de vida tradicionais, e meios de subsistência, além de relativa perda do sentido de vizinhança, tão importantes para a coesão social. Destarte, foram encontrados indícios de que a distribuição desigual da posse da terra e dos modos de produção locais têm contribuído para a existência de uma distribuição desigual da riqueza proveniente do fenômeno turístico-imobiliário. Contudo, a inserção de novos atores e capitais e a adoção de mecanismos locais inibitórios, ou de resistência, têm contrabalanceado antigas relações de prestígio e poder e garantido espaços de práticas locais. Embora esse êxito decorra de conexões com interesses ambientais e, contraditoriamente, do próprio capital, que nem sempre é local. Por fim, considera-se que o entrelace das atividades turística e imobiliária, nos dois estudos de caso, demonstra ser causa e efeito congêneres ao fenômeno de gentrificação turística. O estudo contribui para uma melhor compreensão das relações entre o turismo e as atividades imobiliárias, em lugares afastados de grandes centros urbanos, com ênfase nas suas consequências econômicas, socioculturais e ambientais.

Palavras-chave: Turismo; Gentrificação turística; Pescadores; El Port de la Selva; Rota Ecológica dos Milagres.

RESUMEN

El objeto de estudio del presente trabajo es el proceso de transformación de ciudades-pueblos, de carácter campesino-pesquero, en destinos turístico-inmobiliarios. Lugares costeros que se mantuvieron geográficamente aislados y poco modificados, alejados de conductas y prácticas socioculturales cosmopolitas, vienen siendo albo creciente del fenómeno turístico. Además de eso, con el desarrollo turístico de esos lugares también vienen nuevos y grandes proyectos inmobiliarios, comerciales y de servicios. Como consecuencia, la configuración socioespacial de estos lugares viene desencadenando nuevas dinámicas, y, de alguna manera, originando el alejamiento de personas, tanto de sus antiguos espacios de vivienda y de prácticas laborales, como de aspectos de su vida diaria que se relacionan con el sentido de vecindad. Siendo así, este trabajo examina paralelamente dos estudios de caso que tratan del mencionado fenómeno, que son: el caso del pueblo de El Port de la Selva, en el litoral norte de Cataluña, España, y el caso de los pueblos de Porto de Pedras y de Sao Miguel dos Milagres, en el litoral norte de Alagoas, Brasil. Estos lugares eran locus de prácticas pesqueras y agrícolas, sobre todo de supervivencia, y se han convertido en lugares turísticos que atrajeron el mercado inmobiliario. De esa manera, el objeto de este trabajo es investigar las transformaciones socioespaciales originadas por la inserción del fenómeno turístico-inmobiliario en los pueblos que componen los dos estudios de caso. Para ello, se adoptó una metodología histórica-etnográfica, a través de la observación directa, entrevistas abiertas y cerradas con protagonistas que viven en esos lugares y que por ahí transitan, y la lectura de obras que tienen como tema los lugares estudiados. El estudio constató que las prácticas socioeconómicas originadas del turismo y mercado inmobiliario posibilitaron la generación de renta y empleo, que no atienden a la totalidad de la población de los lugares objeto de estudio. Este escenario, turístico-inmobiliario, también atrajo pequeños y medianos inversores, influenciando el alza de los valores de los terrenos y dificultando a la población de menor poder adquisitivo el acceso a una vivienda, mediante la compra o alquiler. Esta situación viene alejando a las personas de sus antiguos espacios de sociabilidad, de su vida tradicional y de sus medios de sobrevivencia, además de llevarlas a una relativa pérdida del sentido de vecindad. De este modo, fueron encontrados indicios de que la distribución desigual de la posesión de la tierra y de los medios de producción locales contribuye negativamente a la existencia de una distribución desigual de la riqueza, causada por el fenómeno turístico-inmobiliario; la introducción de nuevos protagonistas y capitales contrabalanceó las antiguas relaciones de prestigio y poder; y la adopción de mecanismos locales de inhibición o de resistencia han puesto límites al espaciamiento turístico-inmobiliario, sin embargo, el éxito deriva de la conexión con intereses ambientales y del propio capital, que ni siempre son locales. Por último, se considera que el entrelace de las actividades turística e inmobiliaria, en los dos estudios de caso, demuestra ser causa y efectos congéneres al fenómeno de gentrificación turística. El presente estudio contribuye con una mejor comprensión de las relaciones entre el turismo y las actividades inmobiliarias en lugares alejados de los grandes centros urbanos, enfatizando sus consecuencias económicas, socioculturales y ambientales, bajo la influencia del capital.

Palabras clave: Turismo; Gentrificación turística; Pescadores; El Port de la Selva; Ruta Ecológica dos Milagres.

ABSTRACT

This text examines the process by which town and villages with economies based on agrarian or fishing practices have transformed into destinations for tourism and real estate development. Coastal places that are removed from cosmopolitan sociocultural modes and practices, and that have heretofore been geographically isolated and suffered few modifications, have become targets for growing tourist and real estate phenomena. The study investigates two parallel cases of this aforementioned phenomenon: first, the village of El Port de la Selva, on the northern coast of Catalonia, in Spain; and second, the case of villages in the municipalities of Porto de Pedras and São Miguel dos Milagres, on the northern coast of Alagoas state, in Brazil. Historically, these places have been loci of primarily subsistence-based fishing and agricultural practices. In the present day, they have become locations for tourism, in addition to offering opportunities for expanding real estate markets. As such, the study aims to investigate socio-spatial transformations that occur as a result of the insertion of the tourist-real estate phenomenon in the villages examined in these two case studies. The research adopts a historical-ethnographic methodology based on direct observation; open and closed interviews with actors who live and pass through these locations; and a bibliography focused on the places under observation. The research notes that socio-economic practices linked to tourism and real estate activity create income and employment opportunities, but that these opportunities do not contemplate the entire populations of the places studied. The tourist-real estate context has also attracted small- and medium-scale investors, raising the cost of land and impeding the access of lower-income populations to housing, whether as owners or tenants. This situation has undermined factors that are essential to social cohesion by separating people from their former spaces of sociability, their traditional ways of life, and their means of subsistence, in addition to contributing to a relative loss of a sense of neighbourliness. Thus, the research has identified signs that the unequal distribution of land ownership and means of production on a local level has contributed to the existence of an unequal distribution of wealth in regards to the tourist-real estate phenomenon. Yet the insertion of new actors and new forms of capital, as well as the adoption of local mechanisms of inhibition or resistance, have served to counterbalance older relations of prestige and power while guaranteeing space for local practices. It is worth noting, however, that this counterbalance derives from connections between environmental interests and – contradictorily – capital itself, which is not always local. Finally, the research considers the interwoven nature of tourist activities and real estate in the case studies to be both cause and effect of the phenomenon of touristic gentrification. The study contributes to a better understanding of relationships between tourism and real estate activities in places far removed from major urban centres, with an emphasis on their economic, sociocultural, and environmental consequences.

Keywords: Tourism; Touristic Gentrification; Fishing Communities; El Port de la Selva; the Milagres Ecological Route.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desenho de Kaue Oliveira Maia da baía do município de El Port de la Selva. 130
Figura 2 - Imagem da baía de El Port de la Selva, lado leste. 131
Figura 3 - Imagem externa do Monastério Sant Pere Rodes. 133
Figura 4 - Imagem da Igreja Santa Creu de Rodes. 133
Figura 5 - Mapa e localização do município de El Port de la Selva. 137
Figura 6 - Imagem da década de 1930 – Vista da baía de El Port de la Selva a partir do caminho de Sant Pere de Rodes. 139
Figura 7 - Imagem da Praia de Port de Reig, vista desto a ponta de Lloia 145
Figura 8 - Desenho do movimento migratório do atum na Baía e o uso da Art de Gros 147
Figura 9 - Registros antigos fotográficos de El Port de la Selva 149
Figura 10- Registro fotográficos dos antigos barcos de bou, em Port de la Selva . 151
Figura 11 - Terrenos adaptados com muros de pedras para o plantio das vinhas . 155
Figura 12 - Ruínas de casas de pedras usadas para o período da colheita da vinha 155
Figura 13 - Imagem do final do século XIX, a) ponta de Lloia; b) vista da praia da Ribeira, Port de la Selva 158
Figura 14 - Imagem de um horto situado em um dos acessos dessa área 162
Figura 15 - Imagem da praia de centro do núcleo antigo, com destaque, do lado direito, para o mobiliário denominado de Isla Castellar, atual patrimônio da Confraria de Pescadores de El Port de la Selva 175
Figura 16 - Imagem do mobiliário Isla Castellar no Cais de Balleu, El Port de la Selva 176
Figura 17 - Imagem das anchovas de El Port de la Selva, produzida e comercializada 180
Figura 18 - Edifício Isla Castellar no Cais de Balleu, patrimônio da Confraria de Pescadores de El Port de la Selva 183
Figura 19 - Imagens da atividade de pesca de El Port de la Selva. a) Petrechos de pesca distribuídos no cais de Balleu; b) a prática de pesca de bonito 187
Figura 20 - Imagem do leilão na lotja del peix de El Port de la Selva 188
Figura 21 - Imagens da venda de pescado, em el Port de la Selva. a) Gambas de Creus dispostas no momento da venda; b) Veículos das empresas que participam do leilão estacionados em frente ao bar da Confraria. 188
Figura 22 - Arte do rótulo da gamba del Cap de Creus 190
Figura 23 - Vista de El Port de la Selva 191
Figura 24 - Imagens de artifícios visuais ligados ao turismo da Orla de el Port de la Selva 192
Figura 25 - Imagem da rodovia trecho Cadaqués e El Port de la Selva 195
Figura 26 - Imagem do Clube Náutico de el Port de la Selva 199
Figura 27 - Imagens do núcleo antigo de El Port de la Selva a) Fachada de um café fechado; b) Rua da praia 203
Figura 28 - Imagens de estabelecimentos da Praça Pol Nadal i Mallol, no núcleo antigo de El Port de la Selva 205

Figura 29 - Máquinas e escombros dispostos nas ruas de El Port de la Selva – preparativos para a próxima estação turística 206
Figura 30 - Imagem do estacionamento da praia da Ribeira em El Port de la Selva 207
Figura 31 - Imagem da rua da L´illa, no núcleo antigo de El Port de la Selva. a) Em frente ao Café Espanya 207
Figura 32 - Imagem do acesso pela Carretera de Cadaqués em um dia de agosto 207
Figura 33 - Imagem do Cais da Timba, no núcleo antigo de El Port de la Selva.... 210
Figura 34 - Imagem do Cais Gros, visto de um ângulo leste da baía, no núcleo de El Port de la Selva..... 211
Figura 35 - Imagem do Cais Gros, visto desde a urbanização Figuerasses, em El Port de la Selva..... 211
Figura 36 - Registro fotográfico dos barris de vinho em el Port de la Selva..... 213
Figura 37 - Povoado el Port de la Selva, destaque para patrimônio da Confraria, no cais Balleu 215
Figura 38 - Imagens do cais balleu, do ângulo leste da baia de el Port de la Selva 216
Figura 39 - Imagem do Salão de baile, usado em um dia de uma aula de dança.. 217
Figura 40 - Casas do Núcleo antigo de El Port de la Selva, em processo de manutenção e reforma. 220
Figura 41 - Mapa do Núcleo Antigo de El Port de la Selva 221
Figura 42 - Vista da baía de El Port de la Selva a partir do caminho de Sant Pere de Rodes 222
Figura 43 - Imagem da Rua do Mar, no núcleo antigo de El Port de la Selva..... 224
Figura 44 - Imagem da Rua do Mar, no núcleo antigo de El Port de la Selva..... 224
Figura 45 - Imagem da Rua do Mar, no núcleo antigo de El Port de la Selva..... 225
Figura 46 - Imóvel Isla Castellar (edifício da Confraria), no Cais de Baillen, em El Port de la Selva..... 226
Figura 47 - Praça Dr. Oriol em dia de feira, às sextas-feiras pela manhã..... 227
Figura 48 - Imagem da Vista da baía de El Port de la Selva desde o caminho de Sant Pere de Rodes..... 228
Figura 49 - Vista da baía de el Port de la Selva do desde o caminho de Sant Pere de Rodes 228
Figura 50 - Mapa das urbanizações de El Port de la Selva 229
Figura 51 - Mapa das urbanizações Figuerasses, Ginesta Alta, Camì do Horto e Carretera de Cadaqués..... 230
Figura 52 - Imagem da Urbanização Figuerasses, em El Port de la Selva. a) Condomínio de 1977 situado na rua Serra da Carbonera; b) Casa do ano de 1988, situada na Rua Puig Gros 231
Figura 53 - Imagem da Urbanização Ginesta Alta em El Port de la Selva. a) Casa de 1981 situada na rua Esglesia Vella; b) Casa do ano de 1979, situada na Rua Empordá 232
Figura 54 - Imagem da Urbanização Ginesta Alta, em El Port de la Selva. a) Urbanização da rua José Maria Sagarra; b) Residencias de 1972 situados na Rua Ginesteres 232
Figura 55 - Mapa da urbanização Tamariua, El Port de la Selva..... 233

Figura 56 - Casa Girassol, rua Punta de Creu, Urbanização Tamariua, em El Port de la Selva 234
Figura 57 - Imagem do condomínio 'Les Terrases', na Urbanização Tamariua, El Port de la Selva..... 234
Figura 58 - Mapa da urbanização Santa Isabel - El Port de la Selva 235
Figura 59 - Imagem da Urbanização Santa Isabel a) Entrada da urbanização na Estrada de LLançà; b) Edificações situadas no topo da urbanização 236
Figura 60 - Imagem da Urbanização Santa Isabel (La S´Arnela), perímetro da praia, em El Port de la Selva..... 236
Figura 61 - Mapa da urbanização Cap de Bol - El Port de la Selva 237
Figura 62 - Imagem da Urbanização Cap de Bol, perímetro da praia, em El Port de la Selva 238
Figura 63 - Imagem da Urbanização Cap de Bol, a) Rua Sarnella do Mar; b) Rua Platja d´en Vaques..... 238
Figura 64 - Imagem da Urbanização Cap de Bol, a) e b) urbanização da orla..... 238
Figura 65 - Mapa da urbanização Beleser - El Port de la Selva..... 239
Figura 66 - Imagem da Urbanização Beleser a) Entrada da Urbanização na Estrada de Llançà; b) Rua Beleser..... 240
Figura 67 - Imagem da Urbanização Beleser 240
Figura 68 - Mapa da urbanização Faró, El Port de la Selva..... 241
Figura 69 - Imagem do Farol de Port de la Selva Faró 241
Figura 70 - Imagem da Urbanização Faró a) e b) Caminho de Ronda (orla da baía) 242
Figura 71 - Imagem do Camping Port da Vall. 242
Figura 72 - Imagem da Urbanização Perebeua a) Imóvel visto pelo acesso pela praia (Caminho de Ronda); b) Imóvel com acesso pela Carrera de Llançà..... 243
F**igura 73** - Imagem da Urbanização Perebeua a) Entrada da urbanização na Estrada de Llançà; b) Acesso à praia pela Rua Port de la Vall..... 243
Figura 74 - Mapa da urbanização Rec Canet, El Port de la Selva 244
Figura 75- Imagem da Urbanização Rec de Canet a) Entrada da urbanização na Estrada de Llançà; b) Residência na Estrada de Llança 245
Figura 76 - Imagem da Urbanização Rec de Canet..... 245
Figura 77 - Mapa das urbanizações Musquitera, Morasol, La Vista, La Mora 2 e Arola Mar, El Port de la Selva 246
Figura 78 - Imagem da Urbanização La Vista - residências situadas na Estrada de Llançà 246
Figura 79 - Imagem da Urbanização La Mora 247
Figura 80 - Imagem da Urbanização Morasol..... 247
Figura 81 - Urbanização Arola Mar..... 247
Figura 82 - Mapa da urbanização Barlovento - El Port de la Selva..... 248
Figura 83 - Urbanização Barlovento, residências situadas no Caminho de Ronda, orla da baía..... 248
Figura 84 - Urbanização Barlovento, residências situadas no Caminho de Ronda, orla da baía..... 249
Figura 85 - Mapa da urbanização Panoramar - El Port de la Selva 250
Figura 86 - Imagem da Urbanização Panoramar, Rua Sant Pere em Port de la Selva 250

Figura 87 - Imagem da Urbanização Panoramar - Rua Sant Pere em Port de la Selva (II) 250
Figura 88 - Urbanização hortos (destaque), imagem retirada da Urbanização Ginesta Alta 251
Figura 89 - Imagem de Cami dos Hortos, Esquina da Carrera de Llançà com a Rua de Llançà. 252
Figura 90 - Cami dos Hortos, esquina da Carrera de Cadaqués com a Estrada de Llançà 252
Figura 91 - Imagem da Estrada de Selva do Mar 253
Figura 92 - Imagem da urbanização da Carretera de Cadaqués, frente aos Hortos 254
Figura 93 - Imagem de residências do Povoado Vall de Santa Creu 255
Figura 94 - Imagem do Povoado Vall de Santa Creu: a) Faixada da Igreja Santa Creu; b) Entrada do Povoado 256
Figura 95 - Mapa do loteamento Perafitas, na zona rural de El Port de la Selva ... 257
Figura 96 - Imagens da sinalização do Parque Natural Cap de Creus - El Port de la Selva 262
Figura 97 - Imagens referentes ao Parque Natural Cap de Creus, em El Port de la Selva: a) Linha limite da urbanização da orla com o parque; b) Interior do Mosteiro Sant Pere, patrimônio cultural e arquitetônico do parque 263
Figura 98 - Urbanização do programa Viure del Poble: a) pavimentação do núcleo antigo; b) Restruturação do passeio marítimo 266
Figura 99 - Pavimentação do passeio marítimo à leste da baía..... 267
Figura 100 - Urbanização do programa “Viure del Poble”: a) Caminho de Ronda na orla marítima a oeste da baia; b) Pavimentação e inserção de mobiliário urbano no passeio marítimo..... 267
Figura 101 - Imagem interna do Bar el Rebost, pertencente à Confraria de Pescadores de El Port de la Selva 268
Figura 102 – Aquarela da Foz do Rio Manguaba, em Porto de Pedras 273
Figura 103 - Imagem da praia de São Miguel dos Milagres 274
Figura 104 - Imagem da praia da Lage de Porto de Pedras 275
Figura 105 - Mapa e localização dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres..... 279
Figura 106 - Imagem da capela, da Bica e da Imagem de São Miguel Arcanjo, em São Miguel dos Milagres 284
Figura 107 - Igreja Matriz N. Senhora da Glória, centro de Porto de Pedras 289
Figura 108 - Produtos Artesãos: a) Artesanato em palha e fibra de Porto de Pedras no tear; b) Produção em madeira de jaqueira, São Miguel dos Milagres 291
Figura 109 - Balsa de Porto de Pedras e Japaratinga a) Balsa em Porto de Pedras; b) Fila para balsa em Japaratinga 292
Figura 110 - Casa de Farinha do Povoado Curtume - Porto de Pedras..... 305
Figura 111 - Pequeno armazém de coco baía - Porto de Pedras 308
Figura 112 - Marisqueiras de Porto de Pedras. a) Retorno da praia no Curtume; Marisqueira na prática de coleta 313
Figura 113 - Petrechos de pesca a) Palhoça em São Miguel dos Milagres; Rede de Pesca na praia do centro de Porto de Pedras 315

Figura 114 - Palhoças de Pescadores em Porto de Pedras. a) Retorno da praia no Curtume; Marisqueira na prática de coleta 318
Figura 115 - Colônia de Pescadores. a) Colônia Z-25 Porto de Pedras; b) Colônia Z-11 São Miguel dos Milagres 319
Figura 116 - Mapa da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais 321
Figura 117 - Rio Tatuamunha, Porto de Pedras. a) Peixe-boi na área reservada para adaptação; b) Rio Tatuamunha 322
Figura 118 - Passeio de Observação no Rio Tatuamunha - Porto de Pedras 323
Figura 119 - Mapa dos povoados de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres 327
Figura 120 - Vista aérea do Povoado Salinas em Porto de Pedras 329
Figura 121 - Povoado Salinas. a) Igreja Católica N. Sra. Da Piedade; b) Letreiro Turístico de Porto de Pedras 330
Figura 122 - Farol a o alto do Rio Manguaba, Povoado Salinas, Porto de Pedras 331
Figura 123 - Farol ao alto do Rio Manguaba, visão da sede municipal de Porto de Pedras 331
Figura 124 - Vista aérea do Povoado Centro, em Porto de Pedras 332
Figura 125 - Sede municipal de Porto de Pedras. a) Rua Cel. Avelino Cunha b) Lixeira situada próximo à quadra de futebol municipal 333
Figura 126 - Sede municipal de Porto de Pedras. a) Residência na Rua Dr. Sebastião da Hora; b) Rua Cel. Avelino Cunha 334
Figura 127 - Povoado Curtume; Casas na Rodovia Estadual 101 Norte 334
Figura 128 - Mapa do povoado Curtume, em Porto de Pedras 335
Figura 129 - Vista do povoado Lages, em Porto de Pedras 336
Figura 130 - Povoado Lages, Porto de Pedras. a) Igreja São José; b) Praça da Igreja São José 336
Figura 131 - Povoado Lages. Casas na Rodovia Estadual 101 Norte 336
Figura 132 - Residências na Praia do Patacho - Porto de Pedras 337
Figura 133 - Via Vicinal entre a Praia do Patacho e a Praia de Lages 337
Figura 134 - Imóveis e loteamento do Povoado Lages, Porto de Pedras 338
Figura 135 - Loteamentos da praia da Lages e do Patacho 339
Figura 136 - Palhoças de Pescadores do Curtume, Porto de Pedras. a) Porto de Severo; b) Porto da Moacira 339
Figura 137 - Povoado Lages, Porto de Pedras. a) Heliponto b) Praça das televisões 341
Figura 138 - Boca do Rio Tatuamunha, Porto de Pedras 341
Figura 139 - Mapa do povoado Palmeira, em Porto de Pedras 342
Figura 140 - Povoado Palmeira, Rodovia AL 101 Norte, Porto de Pedras 342
Figura 141 - Pontes que cruzam o Mangue e o Rio Tatuamunha, Porto de Pedras 343
Figura 142 - Mapa do povoado Tatuamunha, em Porto de Pedras 344
Figura 143 - Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras 344
Figura 144 - Igrejas Católicas do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras. a) Igreja do São Gonçalo; b) Igreja do Livramento 344
Figura 145 - Lojas de artesanato do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras 345
Figura 146 - Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras 346
Figura 147 - Lavanderia municipal do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras 346
Figura 148 - Mapa do povoado Porto da Rua, em São Miguel dos Milagres 348

Figura 149 - Povoado Porto da Rua, São Miguel dos Milagres. a) Hotel Angá; b) Rua Ana Marinho Braga 349
Figura 150 - Povoado Porto da Rua, São Miguel dos Milagres. a) Praça na Av. Francisco Lima (AL 101 N); b) Av. Francisco Lima (AL 101 N). 349
Figura 151 - Rua do Povoado Porto da Rua, São Miguel dos Milagres 351
Figura 152 - Mapa do povoado da sede municipal de São Miguel dos Milagres.... 352
Figura 153 - Sede municipal de São Miguel dos Milagres. a) Placa de Publicidade; b) Tapume de um novo loteamento..... 353
Figura 154 - Rua Vigário Belo (AL 101 – Norte), Sede municipal de São Miguel dos Milagres 354
Figura 155 - Trecho da praia de São Miguel, sede municipal de São Miguel dos Milagres 355
Figura 156 - Mapa do povoado Toque, São Miguel dos Milagres 355
Figura 157 - Povoado Toque, São Miguel dos Milagres. a) Rodovia AL 101 Norte; b) Caminho em direção à praia 357
Figura 158 - Praia do Toque, frente a palhoças dos pescadores..... 357
Figura 159 - Imagens do Povoado do Toque em São Miguel dos Milagres. 358
Figura 160 - Mapa do povoado Riacho, São Miguel dos Milagres..... 359
Figura 161 - Povoado Riacho, Rodovia AL 101- Norte, São Miguel dos Milagres . 359
Figura 162 - Povoado Riacho, proximidades da praia 360
Figura 163: Pórtico da Rota ecológica dos Milagres, Povoado Barra de Camaragibe, Passo de Camaragibe..... 363
Figura 164 - Pousadas na Praia da Lages, Porto de Pedras 364
Figura 165 - Pousadas na Praia do Patacho, Porto de Pedras..... 364
Figura 166 - Glebas de terra cercadas em Porto de Pedras. a) Praia do Patacho; b) Praia da Lages..... 366
Figura 167 - Grande gleba de terra murada no centro de São Miguel dos Milagres 367
Figura 168 - Jangadas de São Miguel dos Milagres..... 368
Figura 169 - Sede da Associação Peixe-boi, Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras 371
Figura 170 - Sede da Oficina Peixe-boi e Arte e do Instituto Yandê, Povoado Toque, São Miguel dos Milagres..... 373
Figura 171 - Povoado Tatuamunha, em Porto de Pedras. a) AL 101 Norte b) Loja de artesanato mais antiga do povoado. 374
Figura 172 - Associação dos Jangadeiros de S. M. dos Milagres, Porto da Rua, São Miguel dos Milagres 376
Figura 173 - Jangadas a) Jangadas usadas na pesca; b) Jangadas usadas para passeios as piscinas. 377
Figura 174 - Condomínios e Loteamento na Rodovia AL 101 Norte..... 383
Figura 175 - Novas urbanizações em São Miguel dos Milagres 383
Figura 176 - Placas de venda e de propriedade em São Miguel dos Milagres. a) terreno a venda no povoado Riacho; b) Gleba de larga extensão de um único proprietário, no povoado Toque, em São Miguel do Milagres..... 383
Figura 177 - Terrenos da Praia do Patacho cercados, em Porto de Pedras 397
Figura 178 - Evento de entrega dos Taus aos usuários das áreas cedidas, Porto de Pedras 403

Figura 179 - Local onde palhoças foram queimadas, Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras 404
Figura 180 - Reuniões e oficinas direcionadas para o segmento da pesca no âmbito da APACC. 404
Figura 181 - Imagens do Rio Tatuamunha, na Divisa de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres 407
Figura 182 - Recorte da fotografia feita da ata da Assembleia do Pleno de El Port de la Selva 455

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População e número de pessoTaas ocupadas nos setores produtivos entre 1857 e 2018 167
Tabela 2 - Relação do número de sócios e o valor do patrimônio entre 1920 e 1929 177
Tabela 3 - Evolução da população do município de Porto de Pedras: 1901 e 2018. 286
Tabela 4 - Evolução da população do município de São Miguel dos Milagres: 1920 e 2018 287
Tabela 5 - Distribuição do Produto Interno Bruto dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, ano 2016. 295
Tabela 6 - Distribuição da renda dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres por pessoa. 299
Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2005 e 2013). 299
Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres. 301
Tabela 9 - Estrutura etária da população de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres em 2010. 301
Tabela 10 - Características das moradias de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres em 2010. 302

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14
O Processo Investigativo e Metodologia.....31
El Port de La Selva: primeiros contatos e inserção no campo.....**34**
I PARTE – FONTE TEÓRICA.....48
CAPÍTULO 1 - TURISMO E MERCADO IMOBILIÁRIO: INTERFACES E DINÂMICAS.....48
1.1 Fenômeno Turístico: Breves Considerações.....48
1.2 Gentrificação e Turismo: Novas abordagens.....54
1.2.1 Gentrificação Turística 68
1.4 Turismo e o fenômeno da Segunda Residência 80
1.5 Território, Movimentos Sociais e Resistência 88
1.6 A Terra: do Valor de Uso para o valor de Troca.....96
CAPÍTULO 2 –TURISMO E MERCADO IMOBILIÁRIO: BRASIL E ESPANHA....103
2.1 Inserção do Turismo (Imobiliário) na Espanha e Costa Brava 103
2.1.1 Leis urbanísticas do caso catalão.....112
2.2 Turismo e expansão Imobiliária no Nordeste Brasileiro 116
2.2.1 Da terra ao solo: processos de apropriação do litoral do Nordeste brasileiro 124
II PARTE: EL PORT DE LA SELVA.....130
CAPÍTULO 3 – ERA UMA VEZ UM POVOADO PESQUEIRO.....132
3.1 Aspectos históricos e físico-geográficos.....135
3.2 A Igreja, o dízimo e a pesca artesanal 140
3.2.1 A Pesca: associativismo e práticas 143
3.3 O Personagem pescador-agricultor.....154
3.4 Fluxos Populacionais 165
3.5. De *Pòsit* à Confraria de pescadores 172
Capítulo 4 - O TURISMO: NASCE UM DESTINO DE VERANEIO 191
4.1. O Turismo: Novas formas e novas práticas.....191
4.2 Turismo e pesca: Convergências e Divergências contemporâneas..........208
4.2.1 Caso Isla Castellar 213
4.3 Construção civil e o Rentismo imobiliário 219
4.3.1. Expansão residencial: Interface entre antigas e novas urbanizações...221

4.3.2. Legislação urbana e efeitos no território 257
4.4. Política Pública e Fundo de Desenvolvimento: novas alternativas ... 261
4.4.1 Parque Nacional Cap de Creus 262
4.4.2 Viure al Poble 265
4.5. Confraria de Pescadores e o Turismo-imobiliário 268
4.6 Reflexões do caso de El Port de la Selva 270
III PARTE – O CASO DE ALAGOAS: ROTA DOS MILAGRES 273
CAPÍTULO 5: ENTRE RESTINGAS, RIACHOS E OITEIROS:POVOAÇÕES 274
5.1 Aspectos físico-espaciais 278
5.2 Caracterização Histórico-cultural 281
5.2.1 Igreja católica e suas marcas na formação socioespacial 288
5.3 Caracterização Contemporânea 290
5.3.1. Caracterização socioeconômica 293
5.4 Práticas tradicionais: O peixe, o coco e a farinha 303
5.4.1 Farinha de mandioca: da prática à base alimentar 304
5.4.2 A cultura do coco: da prática à subsistência 306
5.4.3. A pesca: modos e práticas 309
5.5 APA Costa dos Corais 320
5.6 Cidades-povoado, Povoados-cidade 325
5.6.1 Porto de Pedras 328
5.6.2. São Miguel dos Milagres 347
Capítulo 6 – UM DESTINO CHAMADO MILAGRES 361
6.1. Turismo na Rota Ecológica dos Milagres: novas acepções 363
6.2 Atividade Turística: novos ofícios e práticas 370
6.2.1. Associação do Peixe-boi 370
6.2.2. O artesanato: novos modos, novas perspectivas 372
6.2.3 Jangadeiro e bugueiros: inserção de novos ofícios 375
6.3 Organizações Não Governamentais e Associações 379
6.4 O mercado imobiliário: *I believe in Miracles* 382
6.5 O comércio: Novos produtos e serviços 391
6.6 De Tensões a estratégias de Resistência 395
6.6.1 Movimento Social da Pesca 399
6.6.2 Os TAUS de Porto de Pedras 401
6.6.3 Mais conflitos: as palhoças 403

6.6.4 Turismo de luxo *versus* Turismo farofeiro.....406
6.7 Articulações e novos atores: Novas relações e dinâmicas 409
IV PARTE – Análise de dois Estudos de Caso.....412
CAPÍTULO 7 – DOIS ESTUDOS, RESPOSTAS DIVERGENTES E CONVERGENTES.....412
7.1 Antigos e novos labores: Novas práticas e sentidos.....412
7.2 Breves Reflexões dos Processos migratórios.....426
7.3 Considerações das atividades comerciais e de serviços 432
7.4 Traços e peculiaridades das mudanças sociais.....438
7.5 Instituições e agentes locais e extralocais: papéis e relações.......454
7.6 A Escala da vizinhança: Antigos e novos sentidos.....473
7.7 Algumas Reflexões Finais.....481
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....487
REFERÊNCIAS 500

INTRODUÇÃO

O potencial de se espacializar nos mais inimagináveis pontos do planeta, em locais considerados excêntricos e despojados de atrativos tradicionalmente apreciados, como lugares paisagísticos representados por praias, bosques ou montanhas, parece ser uma peculiaridade exclusiva da atividade turística, em relação a outras atividades da economia. Predileções pelo exótico ou padrões de serviços distanciados dos modelos tradicionais vêm sendo alvo de interesses cada vez mais heterogêneos da nossa sociedade. Na contemporaneidade, assim como apanágios naturais ou culturais, lugares cada vez mais inóspitos, estranhos – para alguns – ou carentes de produtos e serviços tradicionalmente turísticos são hoje chamarizes de pessoas e, por sua vez, de empreendimentos turísticos, e também imobiliários, em todos os quadrantes do globo.

De certa forma, também na contemporaneidade, o turismo tem servido de ponte, sustentáculo e aparência para a atividade imobiliária. A cada novo destino turístico, novas possibilidades de empreendimentos e novas possibilidades de investimentos aparecem. A reputação dentro do círculo turístico regional ou nacional, incluindo matérias publicadas em guias ou blogs de viagens; publicidade, institucional e privada, nas novas possibilidades das redes sociais virtuais; a influência de mediadores na escolha dos viajantes, operadores turísticos, e outros artifícios, têm servido para criar valores simbólicos e culturais para os lugares. A existência e intensidade desses valores que têm interesse comercial têm induzido, de certa maneira, o grau de atratividade junto a determinadas pessoas e empresas, incluindo o mercado imobiliário. Embora já existisse a prática de vilegiatura ou de segunda residência em determinados lugares, antes mesmo de se desenvolverem como atividade turística, fato é que o turismo e a atividade imobiliária têm caminhado em determinadas circunstâncias de mãos dadas, uma servindo de esteio para a outra.

A espacialização de empreendimentos turístico-imobiliários tem sido uma estratégia adotada pelo mercado e por governos locais para atrair o ingresso de capital. Ao passo que o processo de urbanização cria diretrizes para as nossas cidades, ao mesmo tempo a especulação, com base no uso do solo, tem servido para captar investimentos no mercado imobiliário. Como consequência, o acesso ao espaço de uso público e comum têm sido limitados e excluídos a segmentos da sociedade com menor poder aquisitivo. Mediante mecanismos de coerção,

movimentos de despossessão são engendrados. Mecanismos esses que, por vezes, não são perceptíveis por parte da população em geral, com exceção daquelas pessoas que são atingidas diretamente pelo processo de urbanização turístico-imobiliário.

De maneira a entender um pouco mais sobre essa problemática, que tem atingido grande número de cidades e trechos de litoral em todo o mundo busca-se, neste estudo, ter uma melhor compreensão de como o fenômeno turístico-imobiliário se territorializa em destinos de certa maneira frágeis, do ponto de vista ambiental e socioeconômico e, até então, afastados de modos e práticas socioculturais cosmopolitas. Busca-se, também, compreender as repercussões dessa territorialização. Nesse sentido, foi feito um esforço, neste trabalho, para que fosse realizada uma análise de conjunturas socio-históricas do processo de conversão de cidades-povoados de caráter campesino-pesqueiro em espaços turístico-imobiliários e os efeitos decorrentes dessa conversão. Este trabalho inclui dois estudos de caso que foram desenvolvidos em paralelo: um situado no litoral do Nordeste do Brasil, denominado de Rota Ecológica – composta pelos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres – e o outro no litoral norte da Catalunha, na Costa Brava, Espanha, denominado de El Port de la Selva. Em comum, esses dois territórios eram, e ainda são, caracterizados por serem constituídos por povoados pesqueiros. Além do passado desses lugares ser marcado pelas práticas relacionadas à pesca, eles também estão relacionados à atividade agrícola, sobretudo de subsistência. Na atualidade, esses lugares são considerados como lugares turísticos, e o turismo chega a ser considerado, literalmente, a sorte desses lugares pelos seus residentes. Contudo, algo chama a atenção nesse cenário que se denomina turístico, isto é, a preponderância crescente do fenômeno imobiliário sobre o fenômeno turístico *per se*.

Diante desse contexto, e no sentido de entender esses fenômenos, o objetivo central deste trabalho é: *Investigar as transformações socioespaciais decorrentes do fenômeno turístico-imobiliário nos povoados litorâneos* que compõem o recorte territorial do município de El Port de la Selva, Catalunha, Espanha, e dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, Alagoas, Brasil. No sentido de compreender a ocorrência do fenômeno turístico-imobiliário, nos dois estudos de casos, alguns elementos de observação e análise foram elencados nesse trabalho. Primeiro, se propôs fazer uma *descrição dos modos e práticas socioeconômicas antigas e as transformações delas diante da conversão para práticas turísticas e*

imobiliárias, nos povoados litorâneos dos estudos de caso catalão e alagoano. Em outro momento do trabalho, se propôs a fazer a descrição da *dinâmica econômica, comercial e de serviços anterior, e compará-las a partir da inserção da atividade turística e imobiliária nas cidades costeiras dos dois estudos.* Uma terceira análise se centrou em *identificar as mudanças espaciais ocasionadas pela inserção da atividade turística e imobiliária nos povoados pesqueiros inseridos nos dois estudos de caso.* Como quarto aspecto de análise, se propôs, neste trabalho, *investigar o papel das instituições e das organizações no campo político de tomada decisões e na interação em questões conflitivas entre os diferentes segmentos e/ou atores.* Como quinto elemento da análise, se propôs *relatar aspectos da vida cotidiana, relacionados ao sentido de vizinhança, e às relações que esses aspectos envolvem na trajetória de mudança nos dois estudos de caso.* Esses cinco elementos serviram como objetivos a serem analisados para que se pudesse compreender causas e efeitos do processo de transformação socioespacial ocasionado pela conversão de povoados pesqueiro-campesinos em povoados turístico-imobiliários.

Com o objetivo de oferecer uma descrição fidedigna do contexto que envolve os dois estudos de caso, adotou-se o método histórico-etnográfico. A coleta de dados incluiu a leitura e análise de documentos, referências bibliográficas e dados oficiais; observação com base na experiência de vivência, nos dois campos de investigação, na condição de residente, fixa e temporária; e realização de conversas e entrevistas abertas com pessoas do lugar, provenientes de diversos segmentos sociais. A convivência nos locais de investigação possibilitou uma maior aproximação com as pessoas do lugar e contribuiu para aguçar o olhar e a percepção para as cenas da vida cotidiana. Aspectos da experiência de vivência nos dois lugares envolvidos será trazida mais adiante nesta Introdução. Por enquanto, se apresenta uma breve descrição das características dos dois estudos de caso.

Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres foram, a princípio, elencados juntos por exibirem circunstância geográfica e características paisagísticas similares. O que os conecta é a história, a presença de um passado com eventos socioeconômicos e culturais similares, com situações que poderiam ser facilmente repetidas nas casas de família de qualquer um dos povoados desses dois municípios. A construção histórica desses povoados esteve por séculos costurada com o sistema canavieiro, com esses povoados podendo ser entendidos como a borda da manta que compõe esse sistema. Uma manta histórica tramada com a força armada de origem branca,

com o suor de negros, o sangue de índios, resistência de mocambos, supressão de matas e eclosão e declínio relativo da cepa verde-clara da cana, todos alinhavados por relações de poder político-econômico e de prestígio de uma elite local. Esses territórios, formados pelas terras da planície litorânea dos dois municípios envolvidos, em determinados períodos se aproximaram do núcleo político dominante, e, por isso, foram fortificados, mas, quando a defesa armada do território não era mais necessária, parece que os povoados foram esquecidos à sua própria sorte. Esses povoados foram testemunhas, cúmplices e solidários na mesma história. É a uni-rua[1] que os conecta, deu aparência àquilo que já existia na essência.

Esses povoados não parecem muito se distinguirem uns dos outros aos olhos do visitante, ao passarem ao longo da via que os une, se deparam com remanescentes de matas, cada vez menos densas, e por coqueirais verdejantes, que têm ficado cada vez mais ralos nos últimos anos. Essas formações vegetais se interrompem, ou se reduzem, ao se aproximar dos povoados. Povoações essas formadas por casas simples, com pessoas que transitam de um lado para outro ou simplesmente estão sentadas na calçada, sob as árvores, em algum banco ou cadeira. O olhar antes curioso do residente local já se acostumou, não sente mais o impacto ao cruzar um visitante. Essa cena se repete em quase todo o trajeto que percorre a rodovia. Às vezes, as povoações se afastam do mar, às vezes se abeiram dele, algumas são mais densas e extensas, enquanto outras são apequenadas, algumas, como as parcas edificações, combinam com o fluxo reduzido de pessoas. Mas, para o olhar 'estrangeiro', não familiarizado com as nuanças das paisagens locais, é difícil distinguir quem é quem, que se trata de povoados distintos. Nomes de povoados se confundem com nomes de cidades, e cidades não são cidades, são povoados, depende de quem fala, depende de onde se é. Para o olhar nativo, as diferenças são bastante claras, todos sabem quem é e de que povoado, pois eles têm intimidade com o seu lugar.

O mar é um recurso que conecta as pessoas desses lugares. E, devido ao uso comum dos recursos do mar, técnicas, modos de vida e maneiras de pensar e fazer também são compartilhados e reproduzidos coletivamente. Esses povoados, antes tão pouco conhecidos em outras paragens, são agora lugares conectados ao espaço global. À medida que acessos foram sendo melhorados, a mídia digital sendo

[1] Nomenclatura dada por Dirceu Lindoso (2006) à atual rodovia estadual, AL 101-Norte, que conecta os povoados pesqueiros das três municipalidades. Desde de 2014, por decreto Estadual, se denominada de Estrada Parque Rota Ecológica dos Milagres,

acessada e o capital turístico-imobiliário chega fazendo-se presente, esses lugares foram rapidamente se conectando ao mundo, como um filme que se acelera. Essas cidades-povoados, povoados-cidades, vem crescendo rapidamente, em volume e fluxo, incorporando mudanças solidárias à época contemporânea, a modos de vida globais e estratificados. E essa estratificação que antes era rara, hoje se apresenta clara e cada vez mais distinta. Agora são modos de pensar e modos de ver, modos de viver e modos de agir que unem pessoas de ali com outro de lá e outros de acolá, ao mesmo tempo que se afasta de outros. Mas, também ao mesmo tempo, circunstancialmente, pessoas dali se unem a outros de lá ou acolá, para resistir, para permanecer, para continuar a perpetuar e reproduzir situações e valores próprios daquele lugar.

Estamos nos referindo a povoados preteritamente pesqueiros que exerciam uma estreita relação com o mar até a redução da atividade de pesca e da agricultura de subsistência. Esses lugares vêm se tornando espaço de outras práticas, práticas conectadas com o setor de serviços, lazer, comércio e também com a construção civil. Se trata de povoados singelos, que pela sua singeleza e pela cor do seu mar e demais características naturais, se tornaram chamarizes de populações transitórias, compostas não só por turistas, ou residentes temporários, mas também por especuladores, investidores, e outros que exercem uma relação efêmera com o lugar. Em uma transitoriedade intensa, e perceptível, esse fenômeno tem deixado efeitos, vem redesenhando o território, criando linhas, desmarcando outras, ampliando fluxos, reduzindo outros. Em uma perspectiva que não precisa de quanto ou como o lugar mudará.

O segundo lugar selecionado para este estudo por uma questão de metodologia, deveria necessariamente apresentar características físicas, geográficas e culturais de alguma maneira semelhantes, já que características históricas seriam improváveis. Os lugares que compõem os dois estudos de caso são separados por pelo menos um oceano, estão situados em continentes diferentes. Enquanto um está na borda do oceano Atlântico, em latitude tropical do hemisfério sul, o outro está situado na borda do Mediterrâneo, em latitude temperada do hemisfério norte. Um situa-se no norte de Alagoas, na região Nordeste do Brasil, e o outro no norte da Catalunha, no Nordeste da Península Ibérica. Entretanto, ambos os lugares apresentam características semelhantes, quando se trata da inserção neles de atividades turístico-imobiliárias, como se verá mais adiante neste trabalho.

El Port de la Selva é um daqueles povoados que, à primeira vista, parecem cenário de um filme europeu da década de 1960, um povoado de casas brancas cravadas em rochas que servem de anfiteatro para uma bonita baía. Como a representação de um bolo de noiva, o branco das casas vai se enfileirando em ruas estreitas e paralelas da borda litorânea ao topo das encostas que a margeia. O topo ainda verdejante, com uma bandeira que marca uma altitude, também assinala momentos que passaram. Casas unidas umas às outras vão se dispersando e se avolumando à medida que se aproximam do cume. Não são muitas, um pouco menos de três mil casas, realmente um *petit* povoado, mas, menor ainda quando se sabe que a população corresponde a um terço desse número, ou seja, se trata de um povoado composto por menos de mil indivíduos. Com poucos jovens, muitos dos residentes se aproximam de um século de vida, testemunhas de um passado que trazem em suas memórias histórias vividas e contadas. Um passado que mescla momentos de tristeza com momentos de felicidade. El Port de la Selva, assim como outros lugares da Espanha, foi marcado por uma guerra civil que levou muitos à morte ou à emigração de membros de várias das famílias descentes do lugar. São poucos os que ali vivem que não são testemunhas dos efeitos daquele momento da história. Antes da guerra, o povoado era próspero, por conta de suas duas principais atividades econômicas, a produção e comercialização de pescado e de vinho. A produção e comercialização de vinho foi o primeiro a declinar, enquanto a atividade de pesca continuou a experimentar ciclos de auge e de declínio. Embora a vinha tenha se reduzido em algum momento a algo insignificante, verifica-se, atualmente, um novo estágio de reativação da antiga atividade. Já na pesca, uma antiga técnica[2] fez desse povoado o único a exercê-la. Outras artes de pesca poderiam ser desenvolvidas ali, mas a mencionada e complexa arte não poderia ser reproduzida em outro mar que não fosse o daquela baía, pois ela está finamente adaptada às circunstâncias marítimas e geográficas locais.

Nesse lugar de difícil acesso, seu povo encontrou como melhor maneira de se mover e de se comunicar pelo mar. E, somente após a melhoria dos acessos, da ampliação da comunicação com outros territórios, é que se fez melhor conectado. Entretanto, ainda é uma conexão difícil, limitada a poucos, ali não é definitivamente um lugar para tantos, e isso é tacitamente claro nas tomadas de decisão – como será

[2] Técnica de pesca denominada de Arte de Gros e também Arte de Port Reig.

mostrado neste trabalho – se anseia por um fluxo, mas que seja um fluxo seleto. E essa seletividade de fluxos é compactuada por parcelas da sociedade, assim como pelo capital local.

Enquanto as características dos grupos sociais que visitam El Port de la Selva se apresentam de forma relativamente homogênea, os visitantes dos povoados alagoanos alvo deste estudo se mostram muito mais heterogêneos, mais complexos, mostrando um emaranhado de capitais que se opõem, mas que também se alinham. Igualmente complexos são seus efeitos. Os tempos de análise entre esses dois lugares são diacrônicos, os fluxos migratórios se apresentam distintos, e as temporalidades, entre os dois lugares, apresentam compassos e intensidades distintas. Entretanto, a demanda pela preservação do patrimônio natural, cultural e histórico vem se mostrando como algo em comum entre esses dois lugares, seguindo uma perspectiva que adota o caráter peculiar e singular como argumento para atrair novos grupos sociais e também investimentos.

Sem embargo, no âmbito do turismo contemporâneo, tais configurações socioespaciais se constituíram em impulsor de um turismo seletivo e exclusivo a classes sociais de alto poder aquisitivo. Imóveis cada vez mais suntuosos paulatinamente aparecem na paisagem, ora substituindo, ora compondo com antigos elementos da paisagem. A vista predileta é a do mar, enquanto a mudança é predominantemente em terra, às vezes reverberando na mudança da orla marítima. Espaços se tornam cada vez mais concorridos, mais caros, mais selecionados, e, à medida que foram escolhidos diferencialmente, também os estratificaram. Serviços e comércios se multiplicam, sobretudo no caso alagoano, mas também direcionam a capacidade econômica. Contudo, uma diferença se apresenta como chave entre os dois lugares: a proporção daqueles que são do lugar, que residem ali, no processo de edificação de residências e na instalação de negócios nos espaços de consumo, como também, pela capacidade de acessar espaços de serviços voltados para públicos efêmeros. Isso é o que parece distanciar esses lugares: o acesso e a participação da população local residente às mudanças impetradas no território são diferentes.

A frequência da atividade turística apresenta diferente intensidade entre os dois territórios. Enquanto em um – El Port de la Selva – os visitantes condensam-se no máximo em quatro meses do ano, no outro – Rota Ecológica – os visitantes se esparsam ao longo dos doze meses do ano, porém com alguma variação na intensidade da visitação entre os meses de verão e inverno.

Ambos os lugares são visitados em parte por grupos que vivem nas proximidades do lugar, em um por catalães, espanhóis e franceses; no outro, por alagoanos e pernambucanos. Mas, obviamente também na distância está o atrativo, a perspectiva daquilo que não se tem no lugar de origem: temperatura quente, mar e praias belas. Nesse sentido, no caso catalão veremos alemães, ingleses, holandeses, belgas, escandinavos, e, no caso alagoano, paulistas, gaúchos, goianos, brasilienses, e, em menor escala, pessoas de outros países latino-americanos, e poucos turistas procedentes do outro hemisfério, sobretudo europeus.

A dinâmica entre os territórios apresenta peculiaridades que os diferencia. No caso alagoano, a construção de novas casas e loteamentos traz uma rápida inserção de novos atores, novas organizações, novos órgãos, novos capitais, num quebra-cabeça de personagens que forma uma nova classe média no lugar, alguns com interesse de permanecer e criar laços, outros com interesses meramente mercantis. Já no território do caso mediterrâneo, o lento processo de edificação de novos prédios é pautado pela mesma frequência compassada entre aqueles que partiram e os poucos que chegaram, esses últimos, curiosa ou contraditoriamente atraídos predominantemente pela pesca e pela construção civil. Ao mesmo tempo, fluxos migratórios temporais ocorrem à mesma frequência e intensidade da temporada turística. Os que chegam já têm data e hora para o retorno, seja pelo motivo do ócio, seja pelo motivo do labor. Isso configura, fora da temporada turística, uma cidade vazia, silenciosa, de parco movimento, um comércio reduzido, casas e mais casas brancas com portas e janelas cerradas. Como se pode ver, a dinâmica local ao longo do ano se diferencia claramente nos dois casos.

Há algo mais que os diferencia. Enquanto em um, os hotéis, pousadas, campings, imóveis de aluguel e terrenos são controlados por gente do lugar (El Port de la Selva), no outro, na costa do Atlântico do Brasil, a realidade é muito diferente, são poucos os antigos residentes que conseguiram ser proprietários dos meios de produção voltados à atividade turístico-imobiliária, muito poucos mesmo, passíveis de serem contados um a um. Empregos, sim, vêm surgindo, alguns temporários, outros de caráter permanente. Empregos que parecem ter cara, gênero, idade e escolaridade, distribuídos no setor de serviços, no mercado imobiliário e na construção civil.

Mas, outro elemento parece ser ainda mais relevante na diferenciação entre esses lugares: o grau de influência da sociedade civil na tomada de decisão.

Claramente, no caso catalão, a opinião pública exerce uma influência significativa nas deliberações, desde há muito tempo. Convergências e divergências são elementos relevantes em um município no qual mesmo alguém não fazendo parte da esfera política tem um potencial de expor e reverberar suas opiniões sobre ações e decisões municipais para o conjunto da sociedade, e isso de alguma maneira influencia as próprias deliberações. A existência de conflitos e interesses é discreta, mas não deixam de existir, e são expostos sem receios ou medos, principalmente após ao término da ditadura franquista, no caso catalão. No outro território, há um maior número de indivíduos morando nos lugares estudados, com maior estratificação social, envolvendo uma imensidade de ecos diferentes, mas em que poucos são os audíveis. Diferentes segmentos da sociedade pouco a pouco são representados nas arenas decisórias, porém uns com mais intensidade, outros com menos, gerando uma situação de assimetrias entre os que são atingidos pelo desenvolvimento das atividades turístico-imobiliárias. O interessante é que muitos dos ecos têm sotaques, ou seja, tem outra origem que não a local. Esse contexto se diferencia da realidade catalã, na qual os interesses locais são mais representados nos processos decisórios que afetam o destino do lugar.

Nesse sentido, este trabalho tem, nas suas perspectivas de análise, a intencionalidade de compreender: Como materialidades pretéritas e atuais se tramam em resposta aos fenômenos turístico-imobiliários? De que maneira essas materialidades históricas e atuais influenciam na forma, na intensidade e nas consequências da espacialização turístico-imobiliária? Que formas o processo urbanização e edificação adotou e está adotando? Como e quem tem sido beneficiado pela distribuição da riqueza gerada pelo turismo e do mercado imobiliário? Quais processos de exercício da cidadania têm se manifestado no lugar? E, como esses fenômenos interferem na escala do cotidiano, da vizinhança? Essas perguntas são exploradas em relação às duas realidades estudadas.

Essas questões foram desdobradas em três assertivas neste trabalho:

1) A distribuição desigual da posse da terra e dos modos de produção tende a contribuir com distribuição desigual da riqueza possibilitada pela atividade turístico-imobiliária. Ou, dito de outro modo, os mecanismos pretéritos de distribuição da terra em povoações antes voltadas ao setor primário suscitam modos análogos de distribuição da riqueza na conversão desses mesmos territórios voltados para economia turístico-imobiliária na atualidade.

2) O exercício da cidadania e de participação representativa de distintos segmentos de uma mesma sociedade tende a pressionar a gestão pública a impor freios e, desse modo, limitar e regular o processo de expansão turístico-imobiliária em territórios de interesse turístico.

3) Segmentos do capital turístico-imobiliário tendem a apoiar manifestações populares/movimentos sociais, processos de resistência a outros capitais turístico-imobiliários na expectativa de se favorecer desse processo. Dito de outro modo: O processo de espacialização do mercado turístico-imobiliário em lugares de alta atratividade turística é passível de ser limitado por ações de resistência e de interesse local, no entanto, o seu grau de êxito está intrinsecamente ligado aos interesses do próprio capital. Esse capital turístico-imobiliário pode ser local ou de caráter externo.

Essas assertivas têm como finalidade estabelecer um percurso investigativo que permita entender a realidade e as nuances desses territórios para explicação das questões levantadas como parte do estudo. Busca-se oferecer respostas sobre os reais efeitos do processo turístico e imobiliário pelos quais os lugares investigados vêm passando, levando à ampliação de desigualdades socioespaciais e vulnerabilidade em territórios já frágeis socioeconomicamente, de maneira a questionar o discurso de desenvolvimento defendido por órgãos públicos e empresas privadas, em diferentes escalas de confluência com o local. E, de maneira inversa, aclarar como a distribuição dos recursos materiais, dentre eles o de acesso à terra e à moradia, e formas equilibradas de relação de poder tendem a contribuir para que os efeitos positivos da inserção da atividade turístico-imobiliária - dentre elas a criação de negócios e serviços - ocorra de maneira a serem melhor repartidas entre a população residente.

O trabalho busca entender também quais foram as materialidades que foram determinantes para que interesses locais fossem acolhidos pelos processos de espacialização turístico-imobiliária nos territórios em questão. Busca-se, ainda, compreender que elementos locais representam as particularidades na resposta local à territorialização turístico-imobiliária. Embora o novo fenômeno tenha a ver com o caráter mutante do território, entende-se que ele é passível de ser moldado conforme a estrutura social e relações de poder constituídas, antes e no momento da inserção do novo fenômeno, e, como consequência, seus efeitos.

A partir dessas indagações, se propôs um estudo descritivo de caráter histórico-etnográfico dos contextos locais incluindo os diversos fluxos e características físicas, sociais, culturais e econômicas do processo histórico de formação do espaço habitado. No decorrer da história dos lugares, o que se percebe é que urdiduras são feitas em um conjunto social coletivo. De acordo com Marx e Engels (2010, p.107), *"*[...] é necessário voltar a estudar toda a história, examinar os detalhes das condições de existência das diversas formas sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, culturais, religiosas etc.*"* Portanto, a natureza dessas tramas tem muito a dizer do lugar, é a sua própria essência. Assim, o 'natural' é que, ao longo dos anos, linhas e estruturas se costurem, se alinhavem, tricotem entre si em um sistema complexo que possibilita criar moldes e modelos para diferentes processos, e, mesmo que algum elemento ou elo perca força ou desapareça, de alguma forma ele deixará resquícios de uma construção anterior que permite ao modelo voltar a crescer, talvez com outras acepções e, assim, dar continuidade a um processo de articulação e desarticulação. De acordo com Milano (2015, p.87), a história pode estender uma ponte entre o passado e o presente e restabelecer a continuidade interrompida. Segundo o autor, junto a uma história escrita, se pode encontrar também uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo. Também é possível, através da história escrita, encontrar um grande número de correntes antigas que aparentemente haviam desaparecido. O relato da história de um passado existe graças ao gesto presente que o faz vir até o presente, através da memória das pessoas.

A escolha em si do método etnográfico para este estudo tem sua explicação relacionada aos objetivos da própria pesquisa. Escrever etnograficamente, segundo Geertz (2012, p.155), é descrever aquele mundo específico, onde há sentido, um "descritivismo na escala micro-micro". Pode-se sinalizar, como aponta o autor, como análise "êmica"[3] do *modus vivendi* através da experiência próxima, mas também de uma experiência distante (GEERTZ, 2012, p.61-62). Por seu turno, Lévi-Strauss (1973, p.14) aponta que a etnografia é um método que envolve observação e análise de grupos humanos e suas particularidades, que visa a reconstrução fiel da realidade. O estudo etnográfico, segundo Boas (1895 *apud* Levi-Strauss,1973, p.24), "tem como propósito o estudo de sociedades concretas, instituições, as relações que mantêm em si, os costumes, as crenças e técnicas e as relações entre o indivíduo e o grupo em

3.Na abordagem etnográfica, o termo "êmico" refere-se a valores e categorias internos singulares do grupo em estudo.

si". Enquanto o conhecimento histórico, de acordo com Lévi-Strauss (1973, p.26), busca avaliar as relações e os elementos presentes.

Considerando as questões teóricas pertinentes ao uso da etnografia e da compreensão da história, escolheu-se tal metodologia para compreender fatos sociais que envolvem a inserção de novas formas produtivas, trazidas pelo turismo e mercado imobiliário, e a sua influência em mudanças nos modos de produção, nas maneiras de ganhar a vida e nas relações sociais.

A compreensão dos fatos sociais que envolvem os dois estudos se apresenta como caminho para saber maneiras de agir, suscetíveis a exercer no indivíduo uma coerção exterior, ou então, ainda, que é geral na extensão da sociedade dada, segundo os preceitos de Durkheim (1990). O *fato social*, segundo Durkheim (*Ibid*), apresenta uma existência própria, independentemente das manifestações individuais que se possa ter. O estudo da forma social, a morfologia social, segundo Durkheim, tem como propósito saber de onde resulta o fato de uma população se concentrar em certos pontos mais que outros; o que faz ela ser majoritariamente urbana ou rural; quais as causas que determinam o desenvolvimento das cidades em uma circunstância de estudo da base geográfica em suas relações com a organização social. Mauss (2012) aponta que os fenômenos morfológicos de uma sociedade estão atrelados a três esferas, a saber: I) Coisas e homens, físico e material; II) Outros fenômenos e o funcionamento da sociedade; III) A história, a tradição, a linguagem e os hábitos. Segundo Mauss (2003),

> Para que determinada riqueza mineral leve os homens a se agrupar em determinado ponto do território, não basta que ela exista; é preciso ainda que o estado da técnica industrial permita sua exploração. Para que os homens se aglomerem, em vez de dispersos, não basta que o clima ou a configuração do solo os convidem a isso, é preciso, ainda, que a sua organização moral, jurídica e religiosa lhes permita a vida aglomerada (MAUSS, 2003, p.428).

Na tentativa de entender as ocupações e aglomerações sociais no decorrer da história coletiva e social do caso brasileiro acessou-se documentos, dados estatísticos, estudos histórico-geográficos e relatos de indivíduos pertencentes a diferentes segmentos sociais, que fazem parte dos lugares estudados. Além disso, a observação e participação em espaços do cotidiano e também de diálogo com pessoas do lugar foram importantes recursos metodológicos para a compreensão das relações de poder existentes, relações de vizinhança, conflitos e efeitos socioespaciais da atividade turística e imobiliária na escala local. Os relatos trazidos para o trabalho foram escolhidos para expressar o que emergiu repetidas vezes nas

diversas falas de indivíduos relevantes para os objetivos do estudo. Em alguns casos, durante o processo investigativo o encontro com certas pessoas surgiu tanto casualmente quanto na intencionalidade.

No caso espanhol, primeiro procurou-se por territórios pesqueiros que se converteram em territórios turísticos e imobiliários. Ao se identificar El Port de la Selva e se perceber características relevantes para este estudo, foram realizadas diversas visitas para que se pudesse ter certeza que seria o 'melhor' lugar na costa espanhola, para se incluir na pesquisa à luz dos objetivos do estudo proposto. Quando definido, se iniciou um trabalho de reconhecimento do lugar, juntamente com a leitura de documentos que favorecessem uma compreensão de processos históricos que ocorreram ali e nas suas proximidades ao longo dos séculos, com destaque para as últimas décadas. Em pouco tempo, se alcançou uma compreensão circunstanciada de como o turismo se inseriu no lugar, particularmente com base na leitura de atas da Confraria e Ajuntamento de El Port de la Selva do ano de 1950 a 2017. Além disso, a vivência por 14 meses nesse povoado permitiu conhecer e observar pessoas e assim observar nuances relevantes nas relações existentes no lugar e que eram relevantes para o estudo. Nessas páginas (das atas), também foram identificados os matizes do processo especulativo e turístico-imobiliário cuja orquestração por parte de gestores e legisladores locais, influenciada por segmentos sociais locais, contém indícios de como a participação e o acesso ao processo de tomada de decisão relacionado à distribuição das terras foi relevante para configurar como se deram os efeitos da atividade turístico-imobiliária na atualidade.

Este trabalho está organizado em quatro partes distribuídas em sete capítulos. A primeira parte se compõe de dois capítulos teóricos, o primeiro dos quais traz abordagens a respeito da atividade turística e a atividade imobiliária, com destaque para o fenômeno de gentrificação. Foram trazidos estudos que envolvem o processo de espacialização da segunda residência, empreendimentos imobiliários e turísticos, e os conceitos de gentrificação, vulnerabilidade, movimentos sociais, capital social, território, territorialidade e questão fundiária, através da leitura de um amplo leque de autores: Antônio Aledo (2008); Aledo *et. al*. (2013); Alexsandro Silva e Ângela Ferreira (2008; 2012); Agustin Cocola-Gant (2018); Arlete Rodrigues (1988; 2006); Blázquez *et. al*. (2011); Carmen e Anfredo Cabrera Socorro (2004); Charles Tilly (1993); Clark *et. al*. (2007); Claudio Milano (2015; 2018); Christian Topalov (1978); David Harvey (1980; 1982; 2004; 2013); Harvey e Smith (2005); David Ley (2003); Davidson e Lees

(2005; 2010); Deleuze e Guattari (1997); Doris Ruschmann (2006); Ernest Cañada (2007; 2015; 2018); Gloria Rudolf (2014); Glukman (1987); Jordi Gascón e Ernest Cañada (2005; 2016); José Pascual (1999; 2003); Kelson Silva (2012); Kevin Gotham (2005); Knafou (1996); Léa Rodrigues (2010; 2012); Lenilton Assis (2009); Loreta Lees (2000; 2008); Luís Mendes (2008; 2014); Manuel Castells (1974;1978; 2015); Maria Aparecida Fonseca e Renata Lima (2012); Maria Alba Bataller (2000); Mario Diani (1992); Milton Santos (2004; 2006); Neil Smith (1979; 1987; 1988; 2006); Pierre Bourdieu (2000); Phillip Clay (1979); Putnam (2000; 2001); Rita Cruz (2000; 2006); Rogério Haesbaert (2002; 2004); Rogério Proença Leite (2006; 2007); Ruth Glass (1964); Sergi Martínez-Rigol (2005); Sharon Zukin (1987; 2000; 2011); entre outros pesquisadores.

No segundo capítulo desta primeira parte, há uma seção que trata do histórico da atividade turística e do seu processo construtor-urbanizador na Espanha e no Nordeste do Brasil. A leitura do contexto espanhol/catalão foi realizada sob a ótica de Eunice Abascal e Carlos Bilbao (2012); Ivan Murray (2015); Jordi Gascón e Ernest Cañada (2005); Pere Salvà Tomàs (1998); Joan Buades *et. al*. (2012); Fernández Durán (2005); Encarnación Aguilar *et. al*. (2003); Greenpeace (2013); Eliseu Carbonell (2014); Dantas *et. al*. (2010) e Naredo (2006). Já o contexto brasileiro de desenvolvimento da atividade turística e espacialização de segundas residências e questões fundiárias, com ênfase na região Nordeste, foi examinado com base nos estudos de Alexsandro Silva e Ângela Ferreira (2008; 2012); Maria Aparecida Pontes Fonseca e Renata Lima (2012); Becker (1995); Jacques Demajorovic *et. al*. (2011); Elcio Verçosa (2006); Jahnel (1987); Cyro Lins e Tristan Loloun (2012); James Holston (1993); Michel Merlet & Carla Jamart (2009); Rita Cássia Cruz (2000; 2006); dentre outros autores.

A segunda parte do trabalho é composta pelo terceiro e quarto capítulo que trazem o estudo de caso do município El Port de la Selva. No terceiro capítulo, foi feita uma revisão bibliográfica específica de El Port de la Selva, da Costa Brava, da história e características da atividade pesqueira na costa da Costa Brava e restante do litoral espanhol. O conhecimento dos aspectos históricos, geográficos e sociais dos povoados que formam a Costa Brava foi alcançado com base na leitura de Yvette Barbaza (1988), em sua versão catalã denominada ‘El paisage humana de la Costa Brava’. Especificamente sobre El Port de la Selva não foram encontrados, a princípio, muitos estudos disponíveis. As duas primeiras leituras encontradas foram

emprestadas pela Confraria de Pescadores deste povoado. O primeiro, intitulado *La mar d´Amunt: El Port de la Selva*, de Isidre Corominas (2015), natural e residente do povoado resgata a trajetória do antigo Pòsit de Pescadores de El Port de la Selva, suas divisões e vida social existente ao redor da atividade pesqueira. O segundo trabalho, de Joan Armangué (1993), intitulado *L´economia del Port de la Selva*, traz um estudo da trajetória econômica do povoado, nos diferentes setores socioeconômicos até a década de 1990. Essas leituras, juntamente com a leitura das atas da Confraria de Pescadores e do Ajuntamento (Prefeitura) de El Port de la Selva, de 1950 a 2017, foram chave para iniciar a construção de uma compreensão da realidade social e histórica deste povoado. Em um segundo momento de residência no povoado, através de visitas à biblioteca municipal, com base na indicação de antigos residentes locais, identificou-se uma série de livros escritos por um antigo pescador, que depois se tornou dono de bar, chamado Josep Mallol (1974; 1980; 1981; 1984; 1987; 1994; 1995; 1997a; 1997b; 1999; 2000), mais conhecido como Pepito. Seu material trazia detalhes da vida cotidiana no povoado durante o século XX, precisamente entre as décadas de 1910 e 1980. Durante o período de leitura desses exemplares, a responsável pela biblioteca trouxe um livro que estava guardado separadamente, devido ao seu precário estado de conservação, e por ser o único exemplar, denominado *Notas históricas*, escrito por Federico Marés (1972). Essa publicação trazia um consistente estudo de documentos históricos compilados de diversas províncias e paróquias referentes ao contexto histórico da formação de El Port de la Selva, desde muito antes da sua emancipação política. Esses textos trouxeram detalhes sobre sobrenomes de famílias que formaram, se mantiveram e migraram de El Port de la Selva, bem como a formação de ruas, casarios e práticas cotidianas relacionadas à vinha, à oliva, ao horto, à pesca e beneficiamento do pescado e ao comércio marítimo.

O quarto capítulo traz aspectos relacionados à inserção turística e imobiliária no povoado desde a década de 1950 até o período atual. A maior parte das informações que compõem esse capítulo foi proveniente das Atas do Ajuntamento de El Port de la Selva; de documentos do Empadronamento[4] de moradores de El Port de la Selva; de dados da Sede eletrônica de registro de imobiliários do Governo da

[4] Empadronamento é a nomenclatura dada para quem se registra como morador em alguma municipalidade. Nele contém dados como endereço da moradia, origem, tempo de residência, profissão e algumas observações referentes à regularidade do visto de moradia e etc.

Espanha, Plano de Ordenamento Urbano de El Port de la Selva dos anos de 1983, 1992 e 2004; Atas da Confraria de Pescadores e bibliografias escritas por Isidre Corominas (2015; 2016); Joan Armangué (1993); Josep Mallol (1974; 1980; 1981; 1984; 1987; 1994; 1995; 1997a; 1997b; 1999; 2000); e, de relatos de pessoas do lugar.

A terceira parte do trabalho traz o quinto e sexto capítulo que se referem ao caso alagoano. O quinto capítulo apresenta a contextualização histórica e atual dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres[5]. Nesse capítulo, buscou-se conhecer os diversos aspectos da realidade desses dois municípios, através da formação socioespacial dos seus respectivos territórios. Neste sentido, foi feita a consulta em documentos institucionais, tais como: Portaria de criação da APACC, Plano de Manejo da APACC e sua proposta de revisão, outros documentos de organismos ambientais como o ICMBio, atas da reuniões do CONAPACC, Plano de Desenvolvimento Turístico Costa dos Corais, atas de encontros com pescadores; Plano Diretor de São Miguel dos Milagres, dados do Ministério do Trabalho, da Secretaria Executiva de Planejamento de Alagoas (SEPLANDE), do website do Sistema da Confederação Nacional dos Municípios, do Banco do Nordeste, dados da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e da Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC), do website do Programa das Nações Unidades para o Desenvolvimento (PNUD). Em relação a livros, de forma semelhante a El Port de la Selva, não foram muitas as publicações encontradas sobre os municípios escolhidos para serem incluídos no estudo. Com destaque, elencou-se o livro do historiador Dirceu Lindoso, denominado *Formação da Alagoas Boreal*; o livro de Manuel Diegues Junior, nomeado *O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*, e o livro fruto da tese de Maria Eduarda Rocha, intitulado *Pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres*. Esses três trabalhos foram chave para conhecer os processos históricos da região na qual se situa o caso brasileiro. Os dois primeiros trabalhos dizem respeito ao desenvolvimento de toda a região, ao passo que o trabalho de Maria Eduarda Rocha se restringe ao recorte territorial do estudo.

[5] Passo de Camaragibe foi excluído no decorrer do processo investigativo por questões espaciais e metodológicas serem difíceis de serem abarcadas neste estudo em um período doutoral de quatro anos. Afetada principalmente de uma análise comparativa com um território em outro continente. Entende-se que a exclusão deste território não afetaria os objetivos de análise, tendo em vista que, dos três municípios, o território marítimo-pesqueiro ocupa uma proporção pequena em relação as outras duas municipalidades, que apresentam maior extensão, e como consequência maiores efeitos causados pela inserção da atividade turística-imobiliária.

O sexto capítulo traz aspectos da inserção da atividade turística e imobiliária no território do caso brasileiro. Também apresenta características das organizações e atores que tramam o território e suas relações. Para a construção desse capítulo, acessou-se vários dos dados que fazem parte das referências mencionadas em relação ao capítulo cinco, informações da Associação Milagrense de Turismo Sustentável (AMITUS); Instituto Yandê: Educação, Cultura e Meio Ambiente; Associação Peixe-boi; Associação de Prestadores de Serviços Turísticos do Patacho; e, dados de órgãos como o Ministério do Turismo, documentos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS); do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE); da Colônia de Pescadores Z-25, Colônia de Pescadores Z-11; Superintendência do Patrimônio da União de Alagoas (SPU/AL); Conselho Pastoral da Pesca regional Nordeste (CPP/NE). As dissertações de mestrado de Renata Kelly Alves de Carvalho (2014), Thassia Ramalho Perciano da Silva (2016) e Ana Rísia Soares Camêlo (2016) foram bastante pertinentes para conhecer o contexto que envolvia a espacialização de 13 pousadas na região de estudo; através de investigação de campo realizada pelas mencionadas autoras, foi possível conhecer o universo do desenvolvimento turístico e o que ele representa atualmente no território do caso alagoano. Esse capítulo, de maneira intensa, foi influenciado pelas observações de campo e pelos relatos de diversos atores que compõem o território deste caso.

Para finalizar, a tese tem um sétimo capítulo que compõe a quarta parte do trabalho. Este último capítulo traz uma análise em paralelo dos dois estudos de caso relacionados aos objetivos da pesquisa, dentre eles a descrição das atividades antigas, suas mudanças e as características em cada um dos estudos de caso; também buscou-se apresentar elementos que influenciaram os processos migratórios nos dois casos; as mudanças na dinâmica comercial; as características e efeitos do processo de espacialização de empreendimentos turísticos e imobiliários, os conflitos que os novos fenômenos causaram; as mudanças na escala da vizinhança e como novos e antigos moradores se articulam e se confrontam nos processos que envolvem o estudo de caso catalão e alagoano.

O Processo Investigativo e Metodologia

O início deste trabalho centrava-se somente no recorte do litoral Norte de Alagoas, Nordeste brasileiro, nos povoados pesqueiros de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe, e sua transformação em territórios turísticos. O contato com esses lugares iniciou-se em 2014, fruto de uma articulação[6] entre a autora deste trabalho com lideranças das colônias de pescadores de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, analistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), base de Porto de Pedras, e outras organizações envolvidas com a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC). Nesse primeiro momento, foi possível tomar conhecimento de conflitos e tensões existentes, não só nos municípios da Rota Ecológica como também do restante dos povoados pesqueiros que fazem parte da APACC. A necessidade de se aproximar do território de investigação levou ao envolvimento como pesquisadora com o lugar com base em ações previamente programadas, assim como por meio de outras que surgiram no decorrer da trajetória de investigação. Esse tipo de inserção e envolvimento facilitou a não ser vista pelos atores locais como investigadora, mas sim como uma parceira de ações, vista com bons olhos, o que franqueou o acesso a dados e informações importantes para o estudo. A proximidade com o objeto facilitou a construção de uma problemática pertinente e relevante para o ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, no ano de 2015.

Além das experiências acima citadas, durante todo o período de realização da investigação no Brasil realizaram-se idas a campo, incluindo a permanência no lugar durante o que se buscou a experiência da vivência do lugar para observar, fotografar e dialogar com as pessoas locais. Além disso, no final do ano de 2015, na qualidade de integrante do grupo de Estudos de Paisagem da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Alagoas, na realização de um trabalho de investigação para mapeamento do Patrimônio Imaterial (INRC) dos municípios que compõem o Litoral Norte de Alagoas, foi possível conhecer aspectos culturais e de valor imaterial dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres. O trabalho de campo tornou-se mais intenso no segundo semestre de 2016, quando foi cedido o uso do

[6] A articulação com diversas instituições da APACC possibilitou a realização de projetos e ações, dentre eles, a realização de oficina preparatória para a realização do I e II Seminário da Pesca Artesanal da APA Costa dos Costa dos Corais, em agosto do ano de 2015 e em maio de 2018, respectivamente

alojamento do ICMBio, na sua base de Porto de Pedras, nas proximidades do povoado Lages. A partir daí, as visitas se tornaram assíduas e continuadas até o final de fevereiro de 2017. Em 2019, após o retorno do campo do caso catalão, locou-se uma casa em Porto da Rua, compartilhada com três pessoas que desenvolviam ações em projetos existentes no lugar; duas delas eram bolsistas do Projeto Peixe-Boi e a terceira desenvolvia trabalhos de audiovisual para instituições envolvidas com a APACC. O campo do caso brasileiro contou com três momentos de imersão, a primeira de outubro de 2014 a fevereiro de 2017; a segunda entre abril e julho, e depois setembro de 2018, e, a terceira de março a outubro de 2019, quando foi finalizado o campo do caso brasileiro.

Entre os encontros, formais e informais, durante a permanência na região, optou-se em conhecer os atores locais e realizar diálogos, que a princípio não chamaremos de entrevista, para conhecer origens, tempo de residência na região, condições da sua moradia (própria, alugada ou cedida), memória e percepção sobre a região, sobre a chegada do turismo, sobre as questões ambientais, sobre emprego, a existência de conflitos etc. Nesse decorrer, foram muitos os trajetos feitos desde Porto de Pedras até Barra de Camaragibe (Passo de Camaragibe), tanto pela praia como pelos logradouros presentes nesses povoados. Algumas dessas caminhadas foram na companhia de pescadores e moradores que contavam histórias, e estórias, a respeito desses lugares. Durante esse percorrer, casas foram contadas por logradouros e por povoados. Da mesma forma, era tomado nota de estabelecimentos públicos e privados, sua localização e seu nome. O número de casas foi confrontado com dados primários fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, fruto do trabalho de agentes de saúde de ambas municipalidades.

As anotações foram descritas em cadernetas de campo que acompanharam em todo trajeto investigativo. Os diálogos autorizados a serem gravados foram armazenados por lugar, nome individual e data de realização. Das que não foram autorizadas ou o momento não foi oportuno para a gravação, somente se fez anotações. Algumas pessoas ficavam intimidadas com o gravador e outras simplesmente não queriam ser gravadas. Para outras isso já não importava, e outras preferiam e até perguntavam, “Está gravando?”; “Falo mais alto? ”; e, às vezes, seguravam o aparelho junto à boca para ter certeza que seriam escutadas.

A articulação com algumas lideranças das comunidades pesqueiras possibilitou a maior proximidade com as pessoas do lugar. Apoiada a isso, a realização da

pesquisa se tornou não somente viável como também mais fidedigna à realidade. O olhar, a princípio ‘estrangeiro’, detectou complexidades constituintes da vida cotidiana, a ocorrência de tensões e de resolução de conflitos, sobretudo aqueles relacionados aos efeitos da espacialização turístico-imobiliária em lugares voltados à vida pesqueira e outras práticas produtivas artesanais.

A compreensão da problemática enfrentada por pescadores e pescadoras diante do desenvolvimento do turismo-imobiliário na zona costeira do Nordeste brasileiro se tornou ainda mais ampla quando se teve contato com lideranças pesqueiras do Rio Grande do Norte e do Ceará, que enfrentaram conflitos semelhantes. Pode-se observar que a maioria dos conflitos, no Brasil, não estava relacionado em grande medida ao turismo, mas, sim, ao fenômeno imobiliário, sobretudo voltado à segunda residência.

O contato com as pessoas do lugar, no início, ocorreu por intermédio de lideranças e representantes de instituições. Essas pessoas, como Seu Pedro, Dona Jovina (Colônia de Pescadores Z-25), Ulisses (ICMBio), Carol (Instituto Yandê), Waldemar (morador e funcionário da prefeitura de Porto de Pedras), Ana (AMITUS), e com alguns outros, foi fundamental para conhecer seus pontos de vista e também para facilitar o acesso a diversos outros segmentos sociais, como órgãos públicos, empresários e população residente.

O contato com a população residente, sobretudo natural do povoado, foi viabilizado por meio de uma parceria com a Colônia de Pescadores Z-25 para a realização de um projeto que tinha como objetivo a redação de histórias de vida de mulheres pescadoras. Por isso, se explica a predominância de vozes femininas nos relatos. O contato quase diário com mulheres desse estudo possibilitou saber a sua rotina, conhecer suas famílias, seus vizinhos, fato que contribuiu e facilitou o conhecimento dos diferentes grupos que formam a estrutura social desses povoados – gente antiga, morador natural, morador novo, residente novo, ou gente nova, pousadeiros etc. Através delas, também foi possível conhecer o passado das suas famílias e também a atual realidade de seus filhos, maridos, netos e demais familiares; sua condição econômico-social, condições de moradia e de trabalho, problemas da vida cotidiana e as relações com outros integrantes do lugar. Esse contato com as pescadoras, e demais atores que vivem e transitam pelo território possibilitou conhecer a vida social dos lugares. Durante o período de pesquisa e vivência no caso

alagoano, festas de aniversário, confraternizações e encontros aleatórios foram experienciados.

Durante este período, foi possível manter uma breve relação cotidiana, como com o dono do mercadinho, as caixas do supermercado, as moças da padaria de Porto da Rua, o moço da padaria próxima à balsa, o dono da loja de artesanato, a costureira do Povoado Toque, a Dida da cocada, o simpático Chocolate (dono do caldo de cana), os rapazes da balsa, o segurança da base do ICMBio, os colegas de casa, os amigos deles que frequentavam a casa, entre outros. Foram as vozes dessas pessoas, mesmo não escritas em literal, que foram trazidas para o corpo deste trabalho.

El Port de La Selva: primeiros contatos e inserção no campo

A relação com o estudo de caso catalão iniciou em agosto de 2016 por meio de um projeto submetido ao Programa Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a realização de uma investigação, a princípio de caráter comparativo, e com a coorientação do Prof. Dr. Jordi Gascón, do Departamento de Antropologia da Universidade de Barcelona. O campo no caso catalão não ocorreu imediatamente depois da chegada à Espanha, em março de 2017. Primeiramente, busquei estudar o contexto local, regional, nacional, para que as leituras dessem pistas de possíveis lugares para a realização do estudo. A participação em alguns eventos, a convite do coorientador na Espanha, permitiu conhecer alguns investigadores, a maioria antropólogos, que investigavam o turismo. Em um momento informal, após um desses eventos, a Profa. Dra. Saida Palou, da Universidade de Girona, indicou o contato do Prof. Dr. Eliseu Carbonell e do Prof. Dr. Juan Lluís Alegret, ambos professores da Universidade de Girona, que estudavam especificamente populações pesqueiras na Catalunha. Ao entrar em contato, ambos fizeram sugestões de leitura que possibilitaram inteirar-se melhor dos estudos existentes, relacionados às áreas de interesse do estudo. O Prof. Alegret enviou uma cartografia que caracterizava genericamente os povoados pesqueiros da Catalunha. Com base em um exame minucioso dos mapas, cogitou-se realizar uma investigação preliminar dos povoados de Tarragona e das cidades litorâneas da Costa Brava, como La Escala, La Estartit, Palamós, Palafrugell, Cadaqués, St. Pere Pescador e, finalmente, El Port de la Selva.

Alguns desses lugares tinham bibliografia publicada, como L´Escala, Palafrugell, Cadaqués, outros menos. A cada visita ou leitura de contexto, percebia-se que as características dos territórios previamente selecionados se distanciavam largamente da realidade brasileira. Seja pela característica do fenômeno turístico, seja pelo alto grau de urbanização, seja pelas proximidades e facilidades de acesso a grandes centros que influíam na situação das duas anteriores – o turismo e a urbanização. Buscava-se um povoado turístico, mas que ainda mantivesse, mesmo que residual, a atividade pesqueira; que, dentro da lógica do ciclo turístico, não houvesse se consolidado ou condições de declínio acentuado da atividade; que, de alguma maneira, as características ambientais e culturais não houvessem sido intensamente modificadas. Por fim, cheguei a El Port de la Selva. Esse antigo povoado se mantinha ainda pequeno e a atividade turística e imobiliária não havia podido penetrar a ponto de modificar drasticamente sua paisagem.

Situa-se na extremidade norte do litoral da Catalunha, muito próximo da fronteira com a França, em uma região rochosa e de ventos fortes. Por conta da sua bela morfologia físico-geográfica, ele se tornou um local apreciado para o desfrute de alguns nos verões desta parte do Mediterrâneo. Contudo, sua posição geográfica em um dos quadrantes da península Cap de Creus, entre maciços rochosos e montanhas, dificultou o acesso a suas terras a partir de outras localidades. Essa singularidade local, de certa forma, condicionou um menor fluxo de pessoas ao lugar e, por sua vez, menores transformações antrópicas, o que possibilitou a permanência de um cenário que terminou se tornando refúgio para uma variedade de visitantes.

O “petit pueblo marinero” de El Port de la Selva se converte em um território turístico de veraneio, centrado na espacialização de segundas residências, desde a década de 1950. Embora toda a região litorânea da Costa Brava também tenha sido cenário escolhido para este tipo de atividade, este povoado por restrições legais e urbanísticas, cresceu em menor intensidade que seus vizinhos, Llançà ou Cadaqués. Antigas materialidades socioeconômicas e culturais parecem ser a razão pela qual a riqueza gerada pelas novas atividades econômicas fosse melhor distribuída entre a população local que permaneceu no município.

O primeiro contato com El Port de la Selva veio a ocorrer em junho de 2017. Vista da janela do ônibus, aquela paisagem, com os seus diversos acidentes geográficos, a pequena cidade às margens daquela baía, envolta de rochas, como se fosse um anfiteatro, me enterneceu, levando, de imediato, ao envolvimento com o

lugar. Nesse trajeto de oito quilômetros, entre a cidade de Llançà e El Port de la Selva, pode-se observar, de uma extremidade à outra da baia, que ali estava o povoado, com suas casas predominantemente brancas, não muito altas, que ao centro dava destaque à fachada alta da igreja de uma torre. O verde nos topos das elevações ao seu redor, casas 'subindo' a montanha, eram poucas, mas imponentes. Ainda não era verão, mas fazia um lindo dia. Não havia movimento. Neste dia, a primeira direção foi à Confraria de Pescadores, já se contava com o contato do presidente da Confraria, mas naquele dia ele estava no mar pescando. Após uma exposição do trabalho a ser realizado para os funcionários do escritório da Confraria, um deles, bastante prestativo, de imediato intermediou o contato com um morador do lugar que poderia auxiliar no que se buscava. Seu Miquel, um senhor de porte imponente e rosto simpático, usava uma boina, calças jeans e uma camisa de xadrez de botão, abotoada até o pescoço, por cima usava um suéter com gola em "V" e de botões, em tons escuro azulado. Esse senhor simpático mostrou suas fotos, sua pequena produção de vinho artesanal e deu de presente um livro, que continha fotos e relatos feitos por ele, sobre as rochas e refúgios da península de Cap de Creus. Assim como outros depoentes que vieram depois dele, falou da sua vida como pescador, de memórias do povoado desde a infância, o que sabia sobre a Guerra Civil Espanhola, falou dos que se foram e de tempos que não viveu, mas que conheceu por relatos de geração a geração.

Sua casa fica situada em frente à marina do povoado, de sua grande janela se avista quase todo o movimento da baía. Neste dia, observou um pequeno barco chegar, pediu licença, pegou o telefone e chamou a seu filho, que era chefe responsável pela Marina, para avisar da chegada de uma embarcação para que ele estivesse ciente. Da sua janela, o pai ajudava o filho na sua tarefa, lhe passando informações. Este senhor de memória estupenda, rica de detalhes, comentou largamente, nas muitas vezes em que nos encontramos, sobre os acontecimentos desse povoado. A visita à sua casa ocorreu ao menos umas seis vezes, além dos encontros casuais pelo povoado, quando também se trocava alguns minutos de conversa. Chegava com a sua mobilete, com um capacete desses antigos, pequenos, que cobre somente uma parte da cabeça, aqueles usados com lambretas italianas clássicas, como nos filmes ou fotografias italianas da década de 1950 ou 1960.

Na primeira vez em que se visitou o povoado, não foi possível se hospedar, não havia nada que fosse acessível. As primeiras hospedagens ocorreram no município de Figueres e, dali, fazia o trajeto de ônibus em um percurso de 45 minutos até El Port

de la Selva, ao longo de uma estrada sinuosa. Figueres era a maior cidade desta região e muitos serviços e escritórios de diversas empresas se instalavam ali. No geral, quando as pessoas de El Port de la Selva necessitavam ir a um médico especialista ou fazer exames ou resolver algum negócio, ou comprar um determinado produto, se dirigiam a Figueres. Llançà, era outro município vizinho, maior que El Port de la Selva, com uma estação de trem e alguns serviços. Os alunos de nível médio do município estudavam em Llançà. Contudo, para resolver situações mais complexas, se dirigiam de trem diretamente a Figueres ou Girona ou mesmo Barcelona. O trajeto era feito de ônibus, mas com pouca oferta de horários, sem falar o preço e o tempo, o que levava as pessoas a optarem pelo trem. A maioria dos residentes possuía carro, às vezes já muito usado, mas que ainda funcionava perfeitamente. Foi possível perceber que as pessoas não tinham tanto apreço por carros como se observa no Brasil. Lá, enquanto o carro ainda funciona e serve para se deslocar, está tudo bem. O único veículo em relação aos quais as pessoas geralmente demonstravam ter um sentimento diferente eram as furgonetas[7]. Quase todos aqueles que possuíam uma demonstravam um certo apreço e cuidados especiais com o veículo, talvez pelo fato de que ele sirva também de 'casa', talvez porque o valor era bastante alto e merecesse ser melhor preservado.

Após essa primeira visita, retornou-se ao lugar nos meses de verão de 2017. Particularmente, agosto chamou a atenção, pois as coisas mudaram. Bares com praticamente todas as mesas ocupadas, gente transitando pelas ruas e calçadas, barcos circulando, veículos estacionados por todos os cantos, sorveterias movimentadas, filas no supermercado. Nesse dia, agi como uma turista passeando pelo povoado. Visitei o centro de Informações turísticas e pedi um mapa do lugar. Assim, foram feitos trajetos a pé pela praia da Ribeira, a principal do núcleo urbano - a areia tinha uma cor escura, meio indistinta, cor cinza-marrom -, com pessoas ao sol em cadeiras e sobre toalhas de praia. Na água, algumas boias demarcavam a área para banho, área dos brinquedos aquáticos e infantis, outra para esportes aquáticos, e outra, creio, era o limite que indicava até onde os barcos podiam chegar. Nesta praia, ficavam as empresas de aluguel de equipamento e venda de acessórios para windsurfe e afins. Os conhecidos e famosos ventos deste lugar permitiam que este esporte pudesse ser praticado durante quase todo o ano. Foi realizado o percurso

[7] Furgoneta é o nome que as pessoas de el Port de la Selva dão ao furgão. Um carro de maior porte que em sua maioria é adaptado com cozinha e espaço para instalar uma cama.

pelo povoado, ao redor da baía até chegar à praia do Pas, que parecia uma praia mais aconchegante, embora não tivesse areia e fosse mais estreita. A água se moldava entre o maciço rochoso, que possibilitava vários recantos, em diferentes alturas. O acesso era facilitado por duas escadas que conectavam a praia, a um caminho pavimentado, até o topo da elevação. Esta praia apresentava um excelente panorama da paisagem, dali se podia ver parte da extremidade sul do litoral da França. Durante o passeio costeando a baía, se percebeu a presença de poucas árvores. Fazia sol e quase não tinha sombra. Apesar disso, havia muita gente, diretamente sob os seus raios, algumas ficando com a pele avermelhada, mas não pareciam se importar, crianças brincavam na água. Um mergulhador, dois mergulhadores, às vezes um grupo, apareciam e desapareciam, vestidos com uma roupa apropriada na cor preta.

Terminada a exploração do lugar neste dia, chegou o horário do último ônibus, que partia às 16h45. Optou-se por se hospedar em Cadaqués (nesta época, ainda estava em dúvida entre qual desses dois povoados escolher para o estudo), em um camping, situado próximo ao museu da casa de Salvador Dalí. Pela manhã, ia-se ao café Cassino e, em seguida, saía para pegar o ônibus para El Port de la Selva, seguindo em uma viagem por estrada tão estreita e de curvas tão sinuosas que em alguns trechos os carros no sentido oposto tinham que parar, às vezes dar marcha a ré para que o ônibus pudesse passar sem se chocar. O ônibus era desses frequentemente usados em viagens longas, com poltronas reclináveis. Por fora, tinha aspecto de novo, nas cores laranja e vermelho, mas, por dentro, o aspecto podia não ser o mesmo, era um pouco velho até. Teve momentos nos quais naquele ônibus tão grande e imponente somente eu estava de passageira. Às vezes, o motorista falava do seu trabalho, perguntava de onde era; às vezes falava de alguma região, onde tinham nascido. Quando percebia o sotaque estrangeiro fazia perguntas e sugeria lugares e comidas que deveria conhecer. Às vezes, seguindo o momento político da época, se comentava sobre o processo de realização do plebiscito para saber a opinião dos habitantes sobre a independência da Catalunha. Como já era agosto o assunto se acalorava com a proximidade da sua realização no mês de outubro daquele ano, em 2017. Alguns motoristas eram catalães enquanto outros eram de outras regiões próximas, enquanto outros eram estrangeiros, como o caso de um colombiano; eles emitiam opinião diversa conforme o seu território de origem. Quem era catalão predominantemente apoiava o Sim, e quem não era, obviamente tinha opinião contrária. O multicolorido das mensagens com a palavra “Sí” distribuídas nas

janelas e varandas expressavam o interesse de uma parcela significativa da sociedade. Em El Port de la Selva o “Sí” predominava. Faixas e fitas amarelas espalhadas pela cidade pediam a soltura de dois presos políticos, porque são líderes independentistas da Catalunha.

O trajeto de Cadaqués a El Port de la Selva demorava 30 minutos, em um percurso de 12 km entre as duas cidades. Normalmente, se descia em uma parada situada em um estacionamento de veículos, em uma rua paralela à avenida da praia, onde havia um supermercado que só funcionava no verão. O percurso era percorrido pela praia até chegar a uma das extremidades. O caminho de retorno, por vezes, era feito pelas ruas do interior do povoado, se subia ladeira, se descia escada e seguia por ruas estreitas. As situadas mais próximas ao topo da encosta eram mais largas. Para chegar à rua da praia, a partir da parte alta, a pé, descia transversalmente as ruas paralelas à praia, passando por becos e escadas. Quase todas as ruas eram paralelas à praia, as que não eram, eram tão pequenas que pareciam becos; neste subir e descer, às vezes, me deparava com ruas sem saída.

Do topo da encosta que circunda a cidade, se tem uma vista panorâmica da baía, de outro ângulo completamente diferente dos lugares em topografia mais baixa. O fato de não ser superlotada no verão, como era o caso de Cadaqués, talvez tenha sido o ponto chave na escolha de El Port de la Selva. Essa característica parecia mais aproximada do caso brasileiro. Além disso, ali foi um antigo e importante ‘pueblo marinero’ que, na realidade, ainda tinha atividade de pesca. Ali também se praticou uma arte de pesca artesanal e comunitária. O mais interessante, ali havia uma confraria organizada pelos pescadores, inclusive de natureza artesanal. Não eram mais tanto como no passado, as técnicas se modificaram, a pesca já era uma atividade com menor expressão econômica, e por si só não seria suficiente para as pessoas do lugar viverem. Por um lado, não havia mais tanto peixe como antigamente, e, por outro lado, a pesca era uma tarefa dura, como transparecia em falas recorrentes entre os pescadores mais experientes que foram entrevistados. Nas embarcações maiores exigia acordar muito cedo e percorrer grandes distâncias para se chegar a um “pescadero”[8]. Às vezes, o capturado era tão pouco que mal pagava os gastos da viagem e de manutenção do equipamento necessário. Foi enfim, depois de analisar todas essas características do lugar, que decidi por esse povoado pesqueiro que havia

[8] O termo equivalente, usado pelos pescadores dos povoados que fazem parte do caso brasileiro, é “pesqueiro”.

se convertido em lugar turístico, embora ainda sobrevivesse uma pesca residual de caráter artesanal. Esses aspectos socioeconômicos, históricos e culturais pareciam ter relação ao mesmo tempo com o suporte teórico a ser usado no estudo e com alguns aspectos contextuais do caso brasileiro, principalmente a permanência da atividade pesqueira em paralelo ao turismo.

A fixação de residência no lugar, de setembro de 2017 a março de 2018, foi essencial para que se conhecesse pescadores, residentes, gestores públicos, empresários, pessoas que viviam e transitavam pelo povoado, e suas múltiplas relações. Em um primeiro momento, já instalada no povoado, iniciou-se a leitura das obras que encontrei relacionadas a este caso. Esse conhecimento, somado à interação cotidiana com as pessoas que vivem e transitam pela cidade, permitiu uma melhor observação do cotidiano e participação em atividades rotineiras locais. Por meio de anotações, informações e percepções eram postas em um pequeno caderno, escritos ora em português, ora em espanhol, ora em catalão, e, na maior parte das vezes, mesclados. Durante as entrevistas, chamadas a princípio de conversas, priorizou-se conhecer os entrevistados, saber sobre o seu tempo de vivência no povoado, suas atividades, suas relações cotidianas e laborais, suas memórias e percepções.

Logo no início, a impressão que se tinha é da quase não existência de pessoas vivendo ali. Não se escutava ou via movimento, o tráfego de veículos era mínimo, corroborando a impressão inicial. Mas, com o tempo de convívio, se observou que o movimento naquele pequeno povoado tinha momentos de pico, um ao amanhecer, entre oito e nove horas da manhã, quando todos os cafés ficavam ocupados. A principal razão parecia ser para encontrar colegas de trabalho, vizinhos, conhecidos, de infância ou não, antes de iniciar a rotina do dia a dia. Na metade da manhã, entre nove e onze horas, ainda se podia observar um fluxo, mas já era diferente. Nessa parte do dia, já se encontravam os aposentados do povoado, que passavam para se cumprimentar, sentar, tomar um café, ler um jornal, trocar minutos de conversa com o proprietário do bar ou com o garçom, enquanto tomavam algo. Neste horário, também transitavam os turistas, com suas roupas coloridas de desportistas, sinalizando que iam ou estavam voltando de algum passeio. Os mais jovens, às vezes na companhia de um cachorro, no intervalo do trabalho ou simplesmente porque estavam no período de menor demanda pelo seu trabalho, também transitavam pelos bares. No café del Pòsit ou Bar Lluem, como não dispunham de concessão para usar a área externa,

normalmente, ocorria uma concentração de pessoas na porta com o intuito de fumar e conversar com os demais. Se houver sol, os cafés como Café do Pescador ou Bar da Platja, que dispõem dessa concessão, terão seguramente mesas ocupadas do lado de fora e apenas algumas no espaço interno.

O pico de fluxo de pessoas ocorria após às 18 horas, simultaneamente à ida de pessoas no único supermercado do povoado concentrado no recorte onde se situa o cais Balleu. Este largo cais de formato retangular ocupa o maior complexo edificado do povoado, denominado de Isla Castellar. O entorno deste edifício serve para o trânsito de veículos e pessoas e para estacionamento. Nesta edificação situam-se os principais estabelecimentos do povoado, a Confraria, o Rebost (Bar da confraria), o Hotel Cap de Creus, uma agência imobiliária, a livraria do Corominas, o supermercado, uma agência bancária, o salão social, o café dos pescadores, o restaurante da Paquita, a pizzaria da Timba. Com todos os esses serviços e atividades, é neste local que ocorre a concentração de pessoas durante os dias da semana. Na porta do salão social, quase sempre é possível encontrar aposentados sentados em cadeiras conversado. Quando se passa, logo se escuta “Adeu!”, demonstrando o espírito comunicativo das pessoas do lugar; o entra e sai do supermercado se acentua. No bar da Confraria o fluxo é intenso neste momento. No estacionamento caminhões frigoríficos com logomarcas de peixarias, restaurantes, supermercados e hotéis estão posicionados. Dentro da Confraria no andar térreo, as luzes estão acesas, onde as pessoas estão se preparando para o leilão dos pescados. Algumas sentadas no banco de frente para esteira na qual passará o peixe, outras se preparando para armazenar o pescado que será adquirido. Os pescadores, em geral, aguardam no bar. Uma grande porta de vidro possibilita que o leilão seja assistido dali. Pessoas curiosas passam pela confraria para acompanhar o leilão e tirar fotos de lagostas, camarões e peixes exóticos que vão surgindo. Antes das 20 horas, o processo já está finalizado. Caixas azuis empilhadas uma a uma são carregadas em um veículo de transporte de mercadoria para dentro de seus respectivos caminhões e caminhonetes. Os pescadores tomam seus últimos goles para se dirigir às suas casas. Com exceção das sextas feiras, são raros os dias em que ainda se pode encontrar alguém pelo povoado após essa hora. O supermercado fecha às 20h30 e, depois disso, tudo se torna calmo e sem movimento, movimento que volta a se reiniciar no dia seguinte, às 08 horas da manhã.

Entre julho e agosto de 2018, o campo foi retomado em determinados períodos para conhecer a lógica e as mudanças que ocorriam durante o verão. No decorrer da investigação, algumas indagações iam surgindo e na busca de respostas optou-se por retornar ao povoado entre outubro de 2018 e março de 2019, novamente na condição de residente do povoado. Depois do que necessitei retornar em definitivo para o Brasil e assim concluir os resultados desta investigação em El Port de la Selva.

O período de vivência em El Port de la Selva envolveu um tempo passado em três moradias. A primeira, entre os anos de 2017 e 2018, situava-se na Carrer (rua) Font; a segunda, entre 2018 e 2019, na rua Plaza Mayor, ambas pertenciam à mesma proprietária; e a terceira, em um apartamento situado em um condomínio na Praia da Ribeira. A proprietária das minhas duas primeiras moradias era uma senhora de seus 70 anos. A primeira residência situava-se no andar de baixo da moradia dela. O edifício era baixo, como os outros, com três andares. No térreo, ficava a garagem e oficina de seu Martins, seu marido. No primeiro andar, tinha dois apartamentos, e eu morei no que se posicionava de frente para a rua. E, no terceiro andar, segundo a dona, havia um sótão pequeno, servia apenas de quarto para a sua filha ficar quando vinha de férias, e todos os seus apartamentos estavam ocupados. Do apartamento no qual eu residia, eu escutava a voz alta dela falando em catalão com o seu marido. Não era por grosseria, era sua maneira de falar, assim como as pessoas ali normalmente falam. Ela e seu marido foram informantes da investigação em várias ocasiões. Explicaram como adquiriram as casas, como a gente do lugar procedia nas locações quando o turismo começou a se desenvolver na comunidade, quem alugava as casas, como as pessoas reformavam as casas, a sua rotina, a sua vida social e cultural com outros da sua idade, seus passeios, sobre sua filha que vivia em Mallorca, seus netos, sua outra filha que vivia em Llançà, seu filho que morreu de acidente de moto. E assim, pouco a pouco, com a sua história individual se coletou também informações da vida coletiva do povoado.

No início do campo, o idioma era um problema. Até porque o conhecimento em espanhol não bastava, o catalão era a língua que imperava no universo do trabalho de campo. A vontade de me aproximar mais dos meus informantes locais me impulsionou a aprender uma ‘mica’ (um pouco) de catalão e isso veio a facilitar o contato com os residentes. O esforço em falar o catalão era claramente visto com bons olhos pelos meus informantes, e, assim foi, pouco a pouco, melhorando a comunicação.

De modo sutil, houve a busca de conhecer diferentes universos locais para poder captar opiniões diversas, cuja expressão parecia variar segundo o contexto. Quando eu cheguei em El Port de la Selva, muitos perguntavam se era portuguesa, e logo quando respondia a origem brasileira, aí vinha a surpresa. Porque uma brasileira vem de tão longe para estudar um povoado tão distante e isolado? No começo, percebia ser observada. Depois, graças ao contato com os dirigentes da Confraria de pescadores e demais funcionários, abriu-se o diálogo, circunstância que possibilitou espaço para conversas sobre o lugar, o povo, atividades socioeconômicas e aspectos culturais existentes ali. No começo, o presidente da Confraria, Manuel Perello - falecido em setembro de 2019 em decorrência de uma doença -, apresentou alguns pescadores e gente que transitava por ali. E, o fato de comparecer à Confraria a cada tarde, no momento da venda do pescado capturado naquele dia, tornaram as relações mais fluidas e, aparentemente, também mais abertas. Logo, começaram os convites para uma bebida, prática comum no ciclo social local, e isso se tornou praxe. Às vezes, no momento de pagar por algo que havia sido consumido no bar, deparava-me com a informação que alguém já havia 'convidado'. Às vezes Manuel, às vezes Seu Potrè, às vezes outro, às vezes funcionárias da Confraria. Normalmente diziam, "Hoy convido yo". Os convites se estenderam para acompanhar pescarias, fazer passeios de barcos, a 'sopar' (jantar em Catalão) e a 'dinar" (almoço em catalão), contexto comum ali.

Foi na ida a um almoço que, pela primeira vez, conheceu uma casa da montanha, pertencente ao ex-presidente da Confraria. Se tratava de uma casa de pedra, algo característico da área rural desse povoado. Era uma pequena casa - a regulamentação do parque Natural já não permitia edificações grandes, e, se assim fosse, ou se diminuía ou deveria arcar com altas taxas e impostos - mas funcional e aconchegante. Dentro, havia dois cômodos interligados, seguindo a forma geométrica de um "L" invertido. Do lado de fora, havia mais dois cômodos com portas independentes e sem conexão entre um e outro. Um banheiro e o outro depósito. Quanto ao cômodo principal, este servia de cozinha e sala de jantar ao mesmo tempo. Uma lareira em um dos ângulos fazia daquela casa, em dia de inverno, se tornar mais acolhedora. Próximo à lareira, posicionada longitudinalmente em uma das laterais, uma mesa retangular de madeira, creio que ali cabiam de oito a dez pessoas ao seu redor. No outro ângulo oposto se posicionavam a geladeira, a pia e o fogão. Na pia não havia água corrente, se buscava no poço. No outro cômodo, em uma das pernas

do “L”, situava o que poderia chamar de quarto. Não havia porta, apenas uma espécie de cortina separando um cômodo do outro. Na área externa, havia dois cavalos. Cães soltos, da raça São Bernardo, eram gigantes e davam um pouco de medo. A esta casa, voltei outras vezes, geralmente em dias de vento forte, quando não se podia sair para pescar. O dono da casa já não pescava, mas seu filho e amigos sim.

Também, ocorreu o convite para participar de ‘arrozadas’ (espécie de paellas) e ‘barbacoas’ (churrascos) na hora da ‘comida’ (almoço na Espanha), em Selva do Mar, povoado situado a três quilômetros – e, que deu origem a El Port de la Selva. Os eventos e festividades ocorriam na praça principal deste diminuto povoado. Todos ali já se conheciam. No final do período do campo, alguns que passavam por ali de carro e já me reconheciam já paravam para ‘saludar’ (cumprimentar). Os jantares, geralmente, eram nas casas de gente residente em El Port de la Selva, que resolviam se juntar para fazer algo. Cada um levava alguma coisa. E, ali, se iniciava um diálogo castelhano com uma forte predominância catalã. Enquanto um grupo de pessoas conversava, outras estavam na cozinha preparando o que viria a ser servido. Provou-se pescados de preparos variados, gambás, pulpos, calamares, a hamburguesa, o creme de alho, o pão caseiro do povoado Banyoles, o vinho presenteado pela vinícola da região, o vinho rosé produzido em El Port de la Selva, a cava especial. O curioso é que a culinária foi uma prática masculina nos jantares e almoços dos quais participei. Conheci pelo menos dois cozinheiros de profissão. Uma vez Manuel, presidente da Confraria, falou, “*Uma coisa boa da pescaria é que se come muito bem, temos a matéria prima de qualidade*”. Relatou que, nas longas horas no mar, muitos acabam se especializando em preparar uma boa comida, e a refeição “[...] *é um dos momentos mais prazerosos do trabalho*”. Uma vez, me emprestou um livro falando sobre isso. Segundo Josep, um jovem, filho, sobrinho e neto de pescador, quando se repartem as tarefas, sempre há aquele que cozinha melhor e, por conta disso, acaba assumindo a função. Mas ao final, depois de tanto tempo, mudanças ocorrem e todos, ao menos algumas vezes, cozinham um pouco, e, assim, a prática parece ter se impregnado naquele universo.

A realização do trabalho em ambas localidades demandou, além da observação e contato com as pessoas, uma investigação documental. Por conta das distintas lógicas de funcionamento e de organização institucional, adotou-se formas e métodos de investigação que seguissem e respeitassem essas particularidades.

No caso brasileiro, por exemplo, buscou-se trabalhar com dados de websites oficiais para coleta de informações demográficas e condições de habitação de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres - @Cidades IBGE (1920; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010) -, dados sociais e econômicos de ambas municipalidades - Perfil Municipal/SINC/SEPLAG/AL (2016; 2018); Informações Socioeconômicas Municipais/BNB (2017); Índice FIRJAM/IFDM (2005; 2016) -, dados sobre trabalho, emprego e renda – RAIS (2015; 2017); Portal do Empreendedor do Governo Federal -; caracterização geográfica - Diagnóstico do Município de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres/CPRM (2005) – e características sociais e de desenvolvimento humano – Atlas do Desenvolvimento Humano municipal/ PNUD (2013); IPEA; IDH(1991; 2000; 2010). Em alguns dos websites e diagnósticos citados, por serem fontes de dados usuais em diversos tipos de investigação, foi mais fácil a busca e coleta da investigação. Já outros exigiram um aprendizado para o uso de filtros e coleta de informações específicas. Buscou-se, também, compilar informes institucionais e publicações administrativas (ICMBio/APACC), planos e projetos urbanos prontos ou em elaboração (Plano Diretor de São Miguel dos Milagres; Projeto Bandeira Azul em Porto de Pedras), websites ou notícias de jornais com informações de relevância para a tese.

Para além dessa coleta de informações municipais, o estudo foi desenhado para ser trabalhado na microescala, na escala do lugar. Por isso, os dados coletados e os mapas criados deveriam ser feitos por povoados. Para a produção dos mapas delimitados em localidades específicas, foram acessados dados dos agentes de saúde (PSF/SUS), fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de cada município, e indicações dos próprios moradores. Foram selecionados dez recortes territoriais, quatro em São Miguel dos Milagres e seis em Porto de Pedras. Essas informações foram transmitidas para um servidor do Departamento de Geografia da Ufal, que, através do uso de ferramentas informacionais cartográficas, produziu, voluntariamente, os mapas dos municípios e de cada povoado selecionado. Durante a produção cartográfica, também foi possível coletar dados sobre quantidade e tamanho de glebas e imóveis. O trabalho de observação e contagem de imóveis em campo associado à fotografia cartográfica e as informações coletadas pelos agentes de saúde possibilitou identificar as especificidades que aparecerão descritas em cada um dos povoados do caso alagoano.

No caso catalão, a pesquisa documental foi iniciada pela própria prefeitura do município. Desde a chegada em El Port de la Selva, foi feito o contato com Ayuntamiento (prefeitura) e, na qualidade de secretário da instituição, o senhor Ignassi autorizou o acesso aos documentos que buscava. A princípio, foram as Atas das reuniões plenárias, das quais foram capturadas informações do ano de 1951 a 2018. Até 1981, a coleta das atas foi feita por fotografias, por estarem em livros manuscritos, e, a partir de 1981, de modo digital. Posteriormente, foi solicitado acesso a planos de ordenamento, decretos e projetos municipais.

Para acessar dados glebas, imóveis e informações cartográficas de cada urbanização, Ignassi orientou o uso do website Sede Electrónica del Catastro. Por essa ferramenta institucional do governo da Espanha, se pode acessar imóvel a imóvel, gleba a gleba, e coletar informações individualizadas de cada um deles. Foi através dessa ferramenta que se pode contar quantidade e tamanho de imóveis e de glebas, ano de edificação e sua posição em cada logradouro da urbanização. Essa ferramenta também facilitou a seleção e a captura cartográfica de recortes territoriais específicos. Vale salientar que a análise detalhada de cada um dos mais de três mil imóveis e glebas, com o propósito de identificar características de imóvel e tamanho e ano da edificação, possibilitou retratar as particularidades e o crescimento de cada urbanização, década a década. Para a produção das cartografias do recorte catalão, o conteúdo selecionado foi disponibilizado para Esdras, servidor do Departamento de Geografia da Ufal, que produziu mapas customizados do município e de cada uma das urbanizações presentes nesse estudo.

Outro importante documento utilizado nesta investigação foi o cadastro censitário municipal de 2019. Esse documento, denominado na Espanha de “Registro geral de empadronamentos”, ou *Padrón*, foi fornecido em formato digital, em uma planilha do Excel, pelo Ayuntamiento de El Port de la Selva. Nesse registro, continha dados de cada residente do município, tais como endereço de moradia, origem, idade, gênero, tempo de residência no município, escolaridade, profissão e algumas observações referentes a regularidade do visto de moradia etc. No caso catalão, os dados de imóveis e cartográficos, obtidos pelo website sede eletrônica de catastro, associado aos dados individualizados dos residentes do município e o trabalho de observação e diálogo com as pessoas do lugar, tornou possível mapear particularidades dos habitantes e de cada uma das urbanizações existentes no município.

Por fim, a inserção nos diferentes contextos e o levantamento de dados de campo – Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, no Brasil, e em El Port de la Selva, na Espanha, exigiu diferentes abordagens ou estratégias, que foram julgadas adequadas, devido à natureza e relação com ambos os territórios. No caso brasileiro, já se contava com uma interlocução de longa data, inclusive por trabalhos desenvolvidos no âmbito do Ifal. Por isso, desde o início, o acesso às pessoas e demais fontes de dados foi mais direto e fácil, o que exigiu menos esforço no sentido de garantir uma inserção adequada no universo de pesquisa.

No caso de El Port de la Selva, se tratava de uma estrangeira buscando entender uma comunidade com seus códigos próprios de comportamento, e, na qual se falava outro idioma que não o seu. Desde a chegada ao campo, foi necessário um esforço concentrado e muito atento com o propósito de ganhar a confiança das pessoas que seriam os informantes para o estudo. Buscou-se entender aspectos culturais locais e se envolver em atividades sociais. Além do aspecto social, considerou-se importante apresentar o contexto urbano e ambiental local com detalhes, às vezes muito particulares, para que o leitor desenvolvesse uma percepção da ambiência natural e sociocultural do povoado de El Port de la Selva. Dentre outros, foram esses aspectos considerados fundamentais em um trabalho investigativo de caráter etnográfico.

I PARTE – FONTE TEÓRICA

CAPÍTULO 1 - TURISMO E MERCADO IMOBILIÁRIO: INTERFACES E DINÂMICAS

1.1 Fenômeno Turístico: Breves Considerações

A ascensão da atividade turística, um dos frutos decorrentes da modernidade, está em parte associada ao aperfeiçoamento dos meios de transporte e o desenvolvimento de novos modos de vida desencadeados pela Revolução Industrial no século XIX. A industrialização e o declínio da vida rural propiciaram uma acelerada urbanização nos núcleos urbanos, em um processo que se iniciou na Inglaterra e depois se expandiu a outros países. A Revolução Industrial e seu reflexo na urbanização contribuíram para a reorganização de modos de vida das sociedades europeias daquele período, sobretudo as que eram dependentes do campo e de modos artesanais de sobrevivência.

A sociedade não seria mais a mesma, a redução da jornada de trabalho e a produção em escala, que afetavam a qualidade de vidas das pessoas, influenciaram a expansão da busca pelo prazer e pelo consumo em massa. Tal conjuntura tornou favorável o incremento do turismo na sociedade, especialmente pelo aumento da classe média. Com o advento da modernidade, particularmente no pós-guerra, foram ampliadas dramaticamente as possibilidades dos indivíduos fluírem entre lugares. Assim, ao longo dos últimos setenta anos, o turismo se especializou por meio do desenvolvimento de diversos segmentos, se expandiu de forma significativa para a maior parte dos países, impôs seus objetos, passando a exercer o domínio sobre vastos territórios, tanto em países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos. Em última instância, o turismo se converteu em uma forma de sobrevivência ou estilo de vida para milhões de pessoas.

A transição entre a modernidade e a pós-modernidade[9] potencializou a existência de um sujeito que busca a fuga do seu cotidiano laboral, mas que também

[9] As formas de interpretação do que seja modernidade e pós-modernidade não são unânimes, pelo contrário, exibem uma constante polêmica no meio cientifico. Featherstone (1995), no livro “Cultura do consumo e pós-modernismo”, destrincha as diferenças entre os conceitos de modernidade, pós-modernidade, modernização, pós-modernização, modernismo e pós-modernismo. Neste trabalho, nos concentraremos na discussão dos dois primeiros termos, isto é, modernidade e pós-modernidade, com base em Featherstone (*ibid*), que apresenta as ideias de tempo e Era. A modernidade, segundo o autor, se refere a um recorte temporal que se inicia com o Renascimento e se encerra, se assim se pode dizer, no período pós-industrialização e o fim da Segunda Guerra Mundial, quando se dá início ao pós-modernismo. Enquanto a modernidade se contrapõe ao tradicional, adota a progressiva racionalização e diferenciação econômica e uma postura de administração do mundo social de acordo com a teoria sociológica alemã, do séc. XIX e início do XX (WEBER, 1968; TONNIES, 1988; SIMMEL, 1978), a pós-modernidade se depara com a época recente caracterizada por um rápido avanço da tecnologia. Baudrillard (1975, 1983) aponta que a pós-modernidade se destaca pela inserção de novas formas de tecnologia, pela passagem da ordem social produtiva para a reprodutiva, e por modelos, simulações e aparência que constituem o mundo. Lyotard (1988), por sua vez,

tem ânsia de colecionar viagens, passar por paisagens e gozar de novas experiências. Mas, mais do que a própria experiência que a viagem normalmente proporciona ao indivíduo, o ato de viajar sucessivamente para diferentes lugares trouxe o ícone de *status* social. Na era da globalização, ao passo que o sujeito na sociedade se individualiza, o ato de viajar se tornou um fator diferencial, isso, evidentemente, em um contexto cada vez mais favorável a pessoas que podem se dar ao luxo de ser turistas. A ampliação de redes hoteleiras, a concepção de aviões cada vez mais velozes, o desembarque em destinos turísticos[10] cada vez mais remotos e a espacialização acelerada sobre regiões singulares seguem a lógica da modernidade fugaz, em sua idade do ócio (TURNER & ASH, 1991). O pacote de viagem, que oferta diferentes lugares em curtos períodos de tempo por preços mais acessíveis é uma interessante representação da sociedade que busca fluir, assim como encontrar-se em um "não-lugar" (AUGÉ,1994, p.107), como um aeroporto, uma rodovia ou um shopping center, os quais também são insígnias desta nova era.

No entanto, embora na modernidade tenha havido uma certa negação do passado e do tradicional (FEATHERSTONE, 1995), na pós-modernidade ocorreu uma inversão paradoxal; para alguns, se manifesta um desejo de "resgate do passado" e, por isso, ocorre uma revalorização de objetos, signos e experiências pretéritas, ou seja, manifesta-se como ressurgimento do velho, do antigo. Como exemplo, evidenciamos o processo de revitalização e requalificação dos antigos centros urbanos, em que edificações antigas são adaptadas para se tornarem objeto de consumo da contemporaneidade (ZUKIN, 2000), atendendo à lógica em que cultura e patrimônio se transformam em mercadorias. Não obstante, apenas vagamente o visitante consegue perceber aspectos do patrimônio histórico-cultural de alguma forma presente no *modus vivendi* corrente.

Se, na modernidade industrial, a busca pelo lazer e pela condição de possuir uma segunda residência[11] (TULIK, 1995) para o desfrute do ócio era algo pelo que se

assinala a substituição do conhecimento narrativo pela pluralidade dos jogos de linguagem, mudando o foco do universalismo para o localismo. No entanto, alguns autores preferem negar o uso do termo pós-modernidade para especificar o espaço de tempo acima citado e adotar nomenclaturas como modernidade tardia (JENCKS, 1986) ou modernidade líquida (BAUMAN, 2003).

[10] Segundo Cooper (*et*. *al*., 1998), um destino turístico, ou destinação, se refere a um recorte geográfico, com características climáticas e culturais próprias, dotado de atrativos turísticos, com capacidade para produzir serviços, equipado com infraestrutura adequada para atender aos desejos e necessidades dos turistas. O destino, no geral, é dotado de uma marca que exibe características para a sua comercialização.

[11] Tulik (1995, p. 21) define uma segunda residência como "[...] um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente em outro lugar".

almejava, na pós-modernidade o que impera é estar em diferentes lugares no menor tempo possível. A fórmula *peer to peer*[12] (P2P) parece ser a mais apropriada para essa nova era, na qual o fluir e 'estar' se sobressai ao 'vivenciar' uma experiência (MILANO, 2018). Como consequência da expansão do turismo, nos deparamos com o desencadeamento de processos de "expulsão" da população residente como reflexo da política de intervenção no patrimônio, natural e edificado, e a interferência em dinâmicas socioespaciais preexistentes, nomeadamente conceituada de *gentrification* (FEATHERSTONE, 1995; ZUKIN, 1987).

Na representação de uma sociedade de capitalismo tardio (JENCKS, 1986), a luta de classes, paulatinamente, perde potência para quem tem maior capacidade de consumo (FEATHERSTONE, 1995), e a alternativa é identificar maneiras outras de fazer turismo, que escape ao turismo de massa. Neste recente cenário, relacionar-se com o exótico, o tradicional, o ter trato com novas culturas são características do turista cosmopolita (HANNERZ, 1999). Um turista, que embora aspire o devir e o fluir na cultura do outro, não extrapola o *status* de *voyeur, não* consegue experimentar a real alteridade cultural, negando, de certa forma, um dos argumentos centrais em defesa das viagens turísticas, ou seja, de que o indivíduo experimenta um enriquecimento cultural ao visitar novos lugares; na realidade, frequentemente o turista passa pelos lugares, não os vivencia.

No entanto, esse fluir não ocorre de forma absoluta sobre a matéria inerte, ele ocorre, majoritariamente, no *locus* da vida, no núcleo societal. Em algumas localidades, o turismo já se tornou parte da realidade, do cotidiano. Apesar dos limites sociais do turismo no mundo contemporâneo, ainda assim o turista, o visitante, o residente temporário, estão em processo de troca com as pessoas que ali vivem. Nestas múltiplas configurações, os modos tradicionais se encontram em simbiose com modos pós-modernos de relações sociais, porque, embora as formas de vivenciar o mundo sejam muitas vezes distintas entre grupos diferentes, elas não estão mais isoladas; pelo contrário, em maior ou menor intensidade, ora convergem, ora divergem. Esse tipo de dialética, segundo Foucault, é o reflexo da nossa era:

[12] O fenômeno *peer to peer* refere-se ao uso de moradias para uso turístico, como a fórmula AirBnb e congêneres, pelo que é feito o uso de plataformas digitais e aplicativos como mecanismos de busca, seleção e concretização do aluguel.

> Estamos na era da simultaneidade; estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz intersecções com a sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço (FOUCAULT, 1986, p. 22).

Evidentemente, o encontro de culturas, na nossa contemporaneidade, ocorre de diversas maneiras e formas, físicas e não-físicas. E, supor que sociedades tradicionais estejam na inércia do movimento do tempo – embora o tempo possa ser outro – é ignorar o conteúdo histórico-cultural desses sujeitos, é encapsulá-los no tempo e no espaço. Comunidades denominadas tradicionais possivelmente vivenciam o seu cotidiano distanciadas de complexos urbanos exógenos, no entanto, não deixarão de estar conectadas e subordinadas às imposições extralocais (SANTOS, 2006), mesmo que imperceptíveis. Dessa situação, decorre que o contato de populações tradicionais frequentemente enfrenta problemas resultantes de influências advindas de eventos ou forças situadas em escalas espaciais extra-locais. Possivelmente, poderíamos dizer que o encontro de culturas, entre o cotidiano tradicional e o efêmero representado pelo fato turístico, tenha um efeito maior nos que pertencem ao lugar do que para aqueles que estão de passagem, mas não desconsiderando que, em maior e menor grau, esse contato também toque os que estão de passagem efêmera.

Essas circunstâncias são, em parte, consequência de um discurso que fazia parte da política pública do turismo no Brasil, que colocava o desenvolvimento das comunidades receptoras como objetivo último de suas ações. Entretanto, esse objetivo está calçado em uma postura parceira do mercado que, em última instância, favorece a desarticulação de sociedades litorâneas preexistentes, nas quais o espaço de vivência, do cotidiano e do identitário é transformado em espaço banal, ou seja, de todos: das empresas, instituições, formas sociais, formas jurídicas e formas geográficas (SANTOS, 2006), por meio de um *modus operandi* que tem como intuito principal a dimensão mercadológica do turismo. Essa orientação da política pública tem feito com que porções do território sejam reconfiguradas na expectativa de maior afluência. Especificidades locais são transformadas em objeto de consumo e o lucro auferido pela atividade nem sempre tem impacto positivo nas condições de vida da comunidade receptora.

A retórica do desenvolvimento com base no turismo vem se difundindo em diversas cidades, especialmente as situadas na zona costeira, em fenômenos que normalmente se repetem após a 'descoberta' da vocação turística dos lugares. Cidades outrora 'desconhecidas' no âmbito nacional e regional, de um momento para outro convertem-se e passam a deparar-se com amplo uso midiático e grandes fluxos humanos e financeiros. Lugares que se deparavam com a quase inexistência de serviços e de infraestrutura agora passam por um rápido processo de urbanização (YÁZIGI, 2003). Nesse cenário, redes hoteleiras e de *resorts*, parques temáticos, companhias aéreas, dentre outros tipos de investimento, se multiplicam e ampliam a abrangência de sua área de atuação, para atender a uma sociedade massificada, mas também cada vez mais fragmentada e fragmentadora. Analogamente, tribos se unem por gostos e interesses semelhantes e, seguindo esta lógica, novos produtos turísticos e tipos de turismo são criados para atender à crescente demanda por viagens movidas pelas mais variadas motivações. Nesta perspectiva, paisagens e edificações que são verdadeiros simulacros espelham a sociedade pós-moderna e concorrem com as formas de fluir da sociedade (BAUMAN, 2003).

Em grande parte, o fomento do turismo pelo governo como uma alternativa de desenvolvimento – ou, mais adequadamente se falando, de crescimento econômico – decorre dessa atividade pertencer ao setor terciário da economia, o de serviços e comércio. Devido ao crescimento desse setor da economia no mundo globalizado, um número significativo de pesquisadores defende investimentos no turismo, supostamente por essa atividade ter o poder de desencadear efeitos positivos, tanto econômicos como sociais, o que frequentemente é apoiado. Por exemplo, Doris Ruschmann (2006) menciona a contribuição do turismo na criação de renda e empregos locais. Ademais, na sua opinião, o turismo proporciona à comunidade receptora elevação do nível profissional, expansão do setor da construção e modificação positiva da estrutura econômica e social. Ainda positivamente, segundo McIntosh *et*. *al*. (2003), o turismo, pelo seu alto grau de interdependência com variados ramos da economia – combustíveis, alimentação, transportes, construção civil etc., pode atrair para a localidade receptora outras atividades produtivas e de serviços, o que, em tese, pode contribuir para o desenvolvimento local e a qualidade de vida nas comunidades envolvidas, principalmente pelo efeito multiplicador (BARRETTO, 2003) do turismo na economia dos destinos turísticos.

Entretanto, Castilho (2000), Cruz (2006) e Rodrigues (2006) consideram que os efeitos positivos do turismo na economia são irrelevantes diante dos efeitos negativos que ele traz. Estes autores têm como base para seus argumentos suas próprias pesquisas. Seus estudos apontam a deflagração de impactos econômicos negativos refletidos diretamente na população residente, na forma de inflação de produtos comercializados localmente; especulação imobiliária, levando ao aumento excessivo no preço de terrenos e imóveis residenciais; efeitos da sazonalidade na renda da população, em períodos de baixa temporada; subordinação excessiva do turismo, que leva a população a depender em demasia de empregos relacionados a essa atividade; e reprodução de bolsões de pobreza ao redor da localidade turística, que são formados, em sua maioria, por novos residentes que buscam oportunidades de emprego no setor de serviços. Rodrigues (2006, p. 308), aponta que "[...] do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente". Além desses argumentos, o resultado de fixos e fluxos turísticos sobre territórios sensíveis, se não controlados, podem gerar efeitos desastrosos, levando à perda das características culturais e ambientais dos lugares. A exemplo disso, citam-se os efeitos do turismo nas Ilhas Baleares no Mar Mediterrâneo, que já tiveram no turismo 50% do seu PIB (CSIL, 2006; SALVÁ, 1999), mas, como reflexo de uma atitude *laissez-faire* em relação à atividade, sofreram efeitos desastrosos em seu território, como erosão do solo; poluição das águas; agressão à fauna e flora subaquáticas; acelerado esgotamento dos reservatórios de água potável; e perda de identidade cultural, linguística e do patrimônio imaterial (SALVÁ, 1999; MARCHENA,1995).

A vida em sociedades tradicionais, em uma fase preexistente ao turismo, demonstrava, segundo os estudos citados, exprimir uma estreita simbiose com o meio ambiente. O sentimento de pertencer a uma comunidade, no passado, poderia representar uma referência, uma identidade ou mesmo um referenciamento geográfico para um sobrenome. Num momento posterior, pertencer a alguma comunidade tradicional se exibe insignificante ou fugidio, conforme as circunstâncias presentes. Sobre as forças que movem um lugar, Milton Santos (2006) argumenta sobre a existência de uma potente força vertical que vem de escalas e esferas superiores, e que atua sobre as forças horizontais à escala do lugar, em territórios que terminam sendo dominados por forças extralocais. Contudo, segundo ele, não há como negar a existência e persistência de mecanismos – horizontais, locais – para evitar perdas físicas e culturais, uma ação de resistência, por parte de comunidades

que são “invadidas” pelas forças do turismo. Apesar disso, a sociedade não é tão coesa; pelo contrário, se mostra repleta de elementos divergentes entre seus coletivos sociais, o que termina por enfraquecer estratégias locais de oposição a influências externas. No entanto, há que considerar, nesse contexto adverso para as comunidades tradicionais, a existência de formas de viver orientadas por ações coletivas e solidárias, que são articuladas e conectadas buscando garantir a sua própria existência, mesmo perante forças adversas, dentre elas aquelas vindas do mercado turístico e, sobretudo, o imobiliário.

1.2 Gentrificação e Turismo: novas abordagens

O termo gentrificação (*gentrification,* em inglês) foi empregado pela primeira vez em 1964, por Ruth Glass, para explicar um fenômeno que estava ocorrendo no centro de Londres: a aquisição de imóveis pela classe média rural, em determinados bairros de Londres, para uso temporário, e a consequente substituição de trabalhadores e operários de classes pobres por grupos pertencentes a classes médias baixas e médias altas. O interesse das classes de maior estatuto social por essa parte da cidade desencadeou a transformação de moradias populares para atender um novo perfil de usuários, conforme relata Glass:

> Um a um, muitos dos quarteirões da classe operária de Londres têm vindo a ser invadidos pela alta e baixa classe média [...] Locais com casinhas modestas e estábulos, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomados quando os contratos de aluguel expiraram, para se tornarem residências elegantes e de alto preço. Residências vitorianas maiores que tinham mudado de função – ou seja, haviam deixado de ser utilizadas como pensões familiares ou sublocadas – recuperaram um bom nível de status. Hoje em dia, muitas dessas casas estão sendo subdivididas em apartamentos ou *houselets*. O atual estatuto social e o valor dessas habitações são inversamente proporcionais aos seus tamanhos, e enormemente inflacionados se comparados aos antigos valores do bairro onde estão situados. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um dos bairros, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí originalmente moravam tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem se transformado (GLASS, 1964, p. 6-7) [tradução livre do original em inglês].

Glass (*ibid*) observou que à medida que o processo de gentrificação progredia, ocasionava o êxodo das camadas populares e uma mudança na dinâmica social dos lugares envolvidos. O aumento do custo de vida, que visou a manutenção da reprodução social das classes de maior estatuto socioeconômico, e a redução drástica da oferta de imóveis que atendessem padrões de consumo da classe operária,

repercutiu no deslocamento de habitantes de menor estatuto socioeconômico para outras partes da cidade.

Assim como Glass, Neil Smith realizou estudos para entender o fenômeno. A partir de uma perspectiva marxista, Smith fez experimentos para compreender a gentrificação em uma dimensão macro-social, dando destaque à dinâmica econômica do mercado imobiliário. Smith (1979; 1987; 2006) analisou a repercussão de investimentos do capital financeiro e imobiliário nos processos da gentrificação, e desenvolveu interpretações que explicam novos sentidos do espaço urbano na pós-modernidade. As formulações a que chegou têm aplicação para a compreensão dos efeitos da expansão turística sobre diversas áreas ao redor do planeta, particularmente em áreas costeiras.

O enfoque conceitual e metodológico proposto por Smith, na sua publicação *Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people* (SMITH, 1979), aponta a produção e oferta de moradias em determinados espaços como responsáveis pelo processo de gentrificação, diferentemente de Glass (1964), que aponta o surgimento da demanda por moradia por novos grupos sociais. Embora Smith assinale que o processo de gentrificação possa ser desencadeado pela oferta (a produção) como pela demanda (o consumo), em seu estudo sobre o fenômeno indica que a oferta e os fatores econômicos foram preponderantes para a ocorrência de gentrificação. Smith (*ibid)* defende que o advento de pessoas de alta renda não é em si a causa da gentrificação, mas sim o efeito do afluxo do capital financeiro e imobiliário em determinadas áreas. Segundo ele, as principais causas estão imbricadas no mercado financeiro e interesses privados locais – construção civil, mercado imobiliário, comércio, investidores, corporações etc. –, que contribuem para uma dinâmica de valorização e de especulação em determinados recortes territoriais da cidade.

Ainda segundo Smith (1979; 1986), esse processo não é ocasional e sim calculado para que ocorra uma onda de desinvestimento, precarização e degradação em determinados lugares, para que, em um segundo momento, se possa justificar um processo de requalificação desses lugares, o que termina gerando um processo de sua revalorização. E, somente neste segundo momento, o local requalificado se tornaria atrativo para novos ocupantes com maior poder aquisitivo, possibilitando, assim, maior acúmulo de capital. O estudo de Smith se embasa na observação do processo na cidade de Charlotte, no estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

Nesse caso, a atuação do mercado financeiro e imobiliário ocorreu quase exclusivamente, e se caracterizou pelo intencional desinvestimento e um posterior reinvestimento, já calculado.

Este modelo, que inclui uma onda de desinvestimento e logo uma nova onda de investimento no setor de serviços e imobiliário, está ancorado na teoria de diferencial de renda (*rent gap theory*). Segundo esta teoria, investidores e o próprio Estado examinam as vantagens entre a renda financeira atual possibilitada por uma área ou propriedade, e a diferença com a renda potencialmente alcançável após o investimento nesta mesma área. Desse modo, os investimentos em determinado recorte territorial não estariam atrelados às demandas de uma classe emergente mas, sim, a estratégias para o aumento exponencial do valor da terra e de produtos imobiliários (ALCÂNTARA, 2018).

O mecanismo de *rent gap*[13] é o argumento central da tese proposta por Smith, há pelo menos 40 anos, e que concebeu um paradigma na escola de análise urbana sobre o fenômeno da gentrificação. Segundo Mendes (2014, p.493), o estudo de Smith influenciou expressivamente o pensamento que se produziu na teoria crítica urbana nos anos posteriores, o qual defende que o processo de gentrificação resulta, em parte, do desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano, integrando-se no processo de acumulação de capital. Segundo Mendes (2008), a desvalorização periódica, causada pelo abandono e a degradação da cidade-centro, são “funcionais” para garantir a criação da futura oportunidade de valorização e negócio imobiliário em áreas centrais, indicada pela renda que potencialmente poderá vir a ser capitalizada, tendo em conta a sua localização em determinado momento. Quando a renda é suficientemente mais baixa que a renda potencial, ocorre a oportunidade de se obter lucros através do reinvestimento. Conforme explica Smith,

> A expansão econômica se desenvolve hoje não através da expansão geográfica absoluta, mas através da diferenciação interna do espaço geográfico. A produção do espaço, ou desenvolvimento geográfico hoje é, no entanto, um processo absolutamente desigual. Gentrificação, renovação urbana e os maiores e mais complexos processos de reestruturação urbana são todos parte da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana (SMITH, 1986, p. 18).

[13] *Rent gap, s*egundo o *Dictionary of Human Geography*, é “[...] a diferença entre a renda atual obtida em uma determinada propriedade - a ‘renda da terra capitalizada’ - e sua potencial renda sob outro uso - a ‘renda da terra potencial’. Não se deve confundir com renda diferencial (por isso é comum o uso da expressão *rent gap* no original inglês), que é um elemento econômico mais básico e que torna possível a própria diferença potencial de renda.

O reinvestimento do capital em projetos de regeneração no centro urbano se alimenta de supostas intenções de reabilitação habitacional, fixação da população do local e aponta como perspectiva o aumento do emprego e renda, como as melhorias estruturais do tecido urbano. Contudo, segundo Smith (1986; 2006), esse processo tem levado áreas voltadas à habitação e a ocupação de populações de baixa renda a serem remodeladas por conjuntos de construções de luxo, integrados com serviços qualificados ou outras modalidades de residências de alto padrão de qualidade, destinados a camadas sociais de rendimentos mais elevados. Essas construções têm levado formas espaciais análogas à autosegregação burguesa ou “segregação voluntária” (MENDES, 2014, p.491).

Segundo Zolini (2007, p. 42), o reinvestimento a relativo baixo custo vem possibilitando uma oportunidade de lucro por meio da compra de muitos lotes e imóveis de bairros antigos e degradados. E, esse processo tem limitado o acesso e impedido a fixação das pessoas mais carentes, ao passo que subsídios são ampliados para que o interesse de empreendedores, empresários da construção civil, investidores e mesmo governantes sejam atendidos. Esse momento é categorizado por Smith (1979; 1986) como sendo a consolidação do processo de gentrificação.

Embora Smith insista que exista um mecanismo proposital de desvalorização para que ocorra um novo processo de valorização do solo, observa-se que na maior parte das vezes esse contexto não ocorreu de maneira intencional. Os estudos de caso sobre o processo de gentrificação em determinados espaços identificaram que por circunstâncias diversas encontravam-se em uma fase anterior desvalorizados, não necessariamente por intencionalidade. Mas, independentemente da existência de uma intencionalidade ou não, o fato de estarem em um patamar de baixo valor, em relação ao mercado de terras e propriedades, os tornaram uma oportunidade para a futura valorização do negócio imobiliário. Contudo, essa oportunidade futura só é passível de se concretizar quando esses recortes territoriais se tornam atrativos para uma camada ou segmentos da sociedade.

Historicamente, os investidores imobiliários tendem a prever e guardar solo rural e urbano para futuros investimentos no intuito de obtenção de sobrelucro, resultante da diferença entre a renda capitalizada e a renda que potencialmente poderá vir a ser capitalizada, mas esse processo depende da eleição de territórios por certos agentes. Podem, inclusive, ser estimulados, mas, a sua real materialização depende da inclusão de territórios em circuitos de consumo do espaço legitimados por

determinados grupos sociais. Nem sempre investimentos públicos se refletem na atração desses segmentos, apesar de, na maioria das vezes, vir a facilitar a inclusão e seleção de espaços (CLAY, 1979; ZUKIN, 2000; BATALLER, 2012).

Segundo Bataller (2012), as críticas a Smith propõem que ele não formula uma das características da gentrificação, já que nem sempre quando ocorre o *rent gap* também ocorre um processo de gentrificação. Além do mais, sua teoria em relação ao desinvestimento intencional não se aplica em muito dos casos. E ainda, na predominância dos casos, a demanda por áreas, tais como a insular, rural e turística, iniciaram e se desenvolveram por conta do estilo de vida dos primeiros gentrificadores, e não pelo interesse do capital em investir em determinada área.

Phillip Clay (1979), assim como Glass e Smith, foi um dos primeiros teóricos da noção de gentrificação, e, com base no seu estudo de bairros em cidades estadunidenses do final dos anos 1970, estabeleceu quatro fases do processo de gentrificação, desde o seu início ao desenvolvimento. As fases delineadas por Clay (1979) exibem generalizações que, na maior parte das vezes, não se enquadram no modelo de análise do processo de gentrificação, observado na cidade de Charlotte por Smith. Em uma outra linha de análise, o modelo de Clay se caracterizou pela forte influência de grupos pioneiros que escolhem, por razões voltadas a interesses contemporâneos, se instalar em áreas até então desvalorizadas e, em geral, ocupadas por grupos de estatuto social mais baixo. Esses pioneiros são denominados por Clay de *marginal gentrifiers*.

Segundo esse autor, o processo de gentrificação tem início quando os *marginal gentrifiers*, compostos por um grupo ainda pequeno de pessoas, se mudam para determinado recorte territorial e reformam moradias para seu próprio uso e com recursos próprios. Esse grupo tende a assumir o risco que possa ter essa mudança. Normalmente, neste momento não ocorre deslocamento da população residente pobre, ou, quando ocorre é em pequeno número, devido a ser uma demanda pouco relevante e que, normalmente, ocupa uma oferta de terrenos vazios ou casas já desocupadas, em situação de venda e aluguel. As primeiras intervenções se concentram em uma área pequena, em geral de duas ou três quadras situadas em um lugar que é portador de elementos para uma localização privilegiada. Nesse momento, já se podem observar pequenas melhorias ocorrendo no lugar, embora ele ainda não seja reconhecido pela comunidade afetada e pelo governo local.

Em um segundo momento, o volume de pessoas interessadas em ocupar o local amplia-se. Uma parte desses novos ocupantes começa a adquirir imóveis através de corretores ou intermediários. Neste momento, ocorre a entrada de pequenos especuladores imobiliários que adquirem edifícios com intuito de renová-los para aluguel e revenda, fato que, segundo Clay (1979), contribui com o crescimento da demanda e o valor do solo e da moradia. Se o recorte eleito tiver um nome não atrativo para o mercado, normalmente é nesta fase que se realiza a mudança, o que faz com que o nome do lugar comece a ganhar destaque na mídia.

No terceiro momento, o número de pequenos investidores interessados na aquisição de imóveis para reformá-los para seu próprio uso cresce. Também cresce, de modo exponencial, o número de especuladores interessados em adquirir imóveis e terrenos como mecanismo de valorização e aumento futuro da rentabilidade. A mudança estética do recorte territorial já se torna visível, de modo a facilitar atração de empresários do setor de serviços. E, nesse estágio, tende a se iniciar a competição por espaço entre o pequeno comércio local e os comerciantes extralocais, voltados, sobretudo, a produtos e serviços para uma classe social mais elevada. O aumento da demanda influi no aumento dos preços dos imóveis e também no custo de vida. Os proprietários de imóveis arrendados já não se interessam em renovar contratos de antigos arrendatários. Vencendo o contrato, ou não existindo um, antigos inquilinos são chamados a deixarem as moradias que alugavam. Algo parecido ocorre com aqueles que têm a propriedade, mas não têm poder aquisitivo para investir ou se adequar para se inserir nesta nova configuração socioespacial. A maioria, diante das propostas de compra, acaba cedendo e se afastando do antigo local de residência. Os que não têm a titularidade da posse, e estão na condição de meeiro, são expulsos por antigos beneficiários. Nesse momento, o local também desperta o interesse dos gestores da esfera pública que vislumbram a revitalização dos espaços públicos e ampliação de serviços públicos, maneiras de contribuir com essa nova configuração, isto é, com a valorização da área. O uso da mídia e do marketing direcionado ao lugar se torna ainda mais evidente, fato que contribui para o aumento no número de novos residentes e visitantes. O estilo de vida do bairro também vem a se modificar, e as tensões entre antigos e novos moradores passa a surgir. Também é comum entre os moradores mais recentes uma rejeição aos padrões e hábitos de vida das classes sociais mais baixas.

Em uma quarta fase, na qual podemos falar de gentrificação consolidada, o número de propriedades residenciais e comerciais gentrificadas se amplia consideravelmente. E, pode-se dizer que o capital cultural, característico do lugar no primeiro momento, agora é convertido em capital econômico. O fluxo de novos moradores e visitantes se torna ainda mais intenso. Os especuladores que reservaram parte das propriedades para valorizar, nesse estágio as colocam à venda no mercado imobiliário. O comércio e o setor de serviços, antes mesclado entre antigos e novos comerciantes, se torna predominantemente voltado para classes de poder aquisitivo mais alto. Os preços de imóveis e terrenos se tornam excessivamente caros e torna a aquisição definitivamente inviável para antigos moradores. Nesse momento, também tende a ocorrer esforços para obtenção de maior autonomia e controle político sobre as decisões políticas de influência na região. O processo de despossessão do espaço público e privado atinge situações críticas e as tensões extrapolam os níveis normais de convivência.

O estudo do processo de gentrificação de Clay, assim como o de Glass e Smith, diferencia a existência de três tipos básicos de gentrificadores (*gentrifiers*):

I) particulares que compram uma propriedade e a reabilitam para nela viver;

II) proprietários que reabilitam as moradias que possuem com a finalidade de alugá-las;

III) investidores do mercado imobiliário que compram uma determinada propriedade, reabilitam-na e a revendem com intenção de lucrar.

Embora as tipologias de gentrificadores tenham sido observadas em todas as fases, Glass e Clay defendem que os primeiros, os particulares de estatuto mais elevado, são os responsáveis pelo interesse dos demais gentrificadores. Já Smith, embora aceite a importância dos primeiros para o processo de gentrificação, defende que os últimos – os investidores – já tinham a intencionalidade anteriormente à existência do interesse de particulares por determinado espaço. Segundo ele,

> [...] se escolhas culturais e preferências do consumidor realmente explica gentrificação, isto nos levaria à hipótese de que as preferências individuais mudariam em uníssono, não só nacionalmente mas também internacionalmente – uma visão desanimadora da individualidade natural e cultural humanas – ou que barreiras intransponíveis seriam fortes o suficiente

> para obliterar a individualidade implícita na preferência do consumidor (SMITH, 1979, p. 540).

Por outro lado, críticos ao trabalho de Smith, como Zukin (2000), argumentam que os interesses individuais nem sempre são seguidos da intenção dos agentes do solo, como Smith defende. Embora Sharon Zukin (2000) concorde que a gentrificação pode ser explicada como efeito de intervenções urbanas, que elegem certos espaços da cidade e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, convertendo-os em patrimônio para um segmento do mercado; ela se opõe que o fenômeno da gentrificação se explique por uma monocausalidade econômica, em uma estratégia macro histórica, conforme defende a abordagem marxista. Segundo a pesquisadora, outras causas devem ser identificadas, assim como a reprodução social, os usos individuais do espaço e os estudos sobre o consumo. Zukin (*ibid*), na tentativa de apreender a questão econômica do mercado imobiliário, busca atribuir sentido à teia de significados do espaço urbano e rural na pós-modernidade através de uma análise - de interesses de diferentes atores sociais; dos reincidentes processos de requalificação urbana e de mobilização da cultura, da identidade e do patrimônio, presentes nos mesmos.

Nesse sentido, o trabalho de Zukin (*ibid*) estende a perspectiva econômica a compreensões socioculturais, em uma análise que transpassa a geográfica, para também considerar o simbólico. Zukin desenvolve o conceito de “paisagem”, ampliando seu sentido social, pelo qual

> [...] a paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao meio ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições (ZUKIN, 2000a, p. 84).

A morfologia da paisagem, de acordo com Zukin (2000), explica e diferencia o poder cultural e o econômico. Pela paisagem, segundo ela, torna-se possível, através do estudo dos lugares, mapear a oposição entre os que têm poder e os que não têm, e aponta que “[...] numa paisagem cada vez mais homogênea, a diversidade tem o valor de mercado” (ZUKIN 2000, p.108).

A renovação simbólica da paisagem, segundo Zukin (2000), é a principal razão para atrair novos moradores e investimentos imobiliários. O valor simbólico está por trás desse real interesse de determinados segmentos da sociedade que têm poder econômico e social e que busca se diferenciar de interesses massivos da sociedade

geral, conforme relata a autora ao afirmar que “[...] novos consumidores reivindicaram um direito alternativo a essa área – uma reivindicação baseada não na ocupação ou em títulos, mas na apreciação do espaço (ou da forma construída) como produto para consumo cultural” (ZUKIN, 2000a, p. 89). Zukin (2011) observou o efeito desse processo socioespacial em seus estudos sobre cinco áreas típicas de Nova York - Williamsburg, Harlem, East Village, Union Square, Red Hook, e relata:

> [...] artistas, atores, programadores de softwares de computador, e músicos estão se divertindo em cafés dispostos nas calçadas, comendo brunch às 14 horas e saindo à meia-noite para ver performances em galpões e bares com concerto [...]. Já em outras partes da cidade, editores, professores universitários, advogados e escritores estão empurrando carrinhos de bebê, falando em celulares e fazendo compras em pequenas boutiques [...] Há um novo cosmopolitismo no ar: tolerante, descolado, casual. E isso não parece ruim. Mas, pouco a pouco, os antigos bairros étnicos estão morrendo [...] As pessoas que pareciam enraizadas a estes bairros estão desaparecendo (ZUKIN, 2011, p. 7).

Próximo ao viés de análise de Zukin, Sergi Martínez-Rigol (2005) busca destacar o papel de novos estilos de vida e a importância da estética e do individualismo na escolha de lugares para usufruto do lazer e da moradia. A constante segmentação da sociedade tem levado a modos de vida e demandas de consumo cada vez menos massificados, e a seleção por determinados territórios tem a ver com a perspectiva desses interesses. Martínez-Rigol (*ibid*) enfatiza a importância de se compreender a demanda no processo de gentrificação, em um contexto que se avizinha a teses culturalistas. Segundo ele, a vertente economicista (estruturalista marxista) e culturalista devem ser consideradas à luz de perspectivas, teóricas e ideológicas, mais integradoras nos debates sobre gentrificação, em uma análise que pondere a relação de complementaridade entre elas.

O estudo de Smith (2006) destaca a existência de uma conexão estratégica do capital global e a valoração de aspectos culturais locais, como mecanismo de diferenciação, nos processos de gentrificação. Ele supõe a busca de diferenciação pela paisagem cultural, social e econômica. Segundo ele, a suplantação do regime de produção-consumo de massas, que veio a reduzir nos anos 1970-80, por um regime de produção-consumo diferenciado se calcou na diversificação de produtos e mercados cativos. O desejo de segmentos da sociedade de se distinguir de outros grupos sociais, uma distinção sociocultural embasada em padrões de consumo, se exibe como uma das causas da existência do processo de gentrificação. Porém, Smith

(*ibid*) interpreta o papel da cultura em matéria de mercado, isto é, da sua valorização econômica.

Teoricamente próximo ao pensamento de Smith, David Ley (2003) sugere que o processo de gentrificação pode ser engendrado por um contexto voltado à valorização do patrimônio cultural e artístico. Tais elementos são veiculados como componentes de valor e de diferenciação para os recortes territoriais alvos de especulação. Na prática, esse processo de valoração da cultura e do patrimônio requer a intermediação de agentes culturais e publicitários que, por meio de uma rede de relações públicas, conectem empresas de publicidade e marketing, promotores de festivais e agências de promoção local. Esses diferentes agentes tendem, em circunstâncias diversas, a eleger elementos vernaculares como produto de valoração cultural.

A conversão do vernacular em produto de valoração, e de diferenciação, segundo Rangel (2015), serve para dar sentido ao processo de enobrecimento. Esse processo é caracterizado quando um grupo se apropria de características do nativo e as buscam transformar, através de sua visão de mundo, em outras características culturais. Zukin (2000a, p. 87) defendendo esse mesmo raciocínio, aponta que “[...] o enobrecimento e as novas construções nos velhos centros das cidades, o que restou da residência unifamiliar particularmente arruinada, vernacular, é revisto como paisagem e investido de poder cultural”.

Contudo, a eleição de determinados lugares e a consequente atração de mais pessoas e de grupos econômicos e imobiliários, contraditoriamente, vem a eliminar as peculiaridades do lugar que serviram de base para o processo de escolha dos primeiros gentrificadores. Como consequência do aumento do valor dos aluguéis e do custo de vida em geral, ocorre não somente a expulsão dos antigos moradores, geralmente de classe mais baixa, mas também de alguns dos próprios pioneiros que contribuíram com a ressignificação do lugar.

Para Fernandes (2016), o enobrecimento de recortes territoriais de lugares é um exemplo de destruição criativa e pode ser ativado por meio de engrenagens contraditórias de expulsão e reapropriação de grupos sociais distintos. A reconversão funcional e estética à imagem dos estilos de vida e padrões de consumo da classe média mais qualificada, e as transformações geradas pelos processos de globalização colocam a cultura e o lazer como as engrenagens responsáveis por esse processo de destruição criativa dos lugares que são alvo desse fenômeno.

Mas, conforme defende Rogério Proença Leite (2007), ocorrem também fortuitas maneiras de apropriação do espaço enobrecido por parte das classes populares; tal fenômeno é nomeado pelo autor como *contra-usos*. Tal conceito se assemelha às definições de *paisagens de poder* e *vernacular* de Zukin (2000), e de *estratégia* e de *tática* de Certeau. A adoção do contra-uso, de acordo com Leite (2007), tem a capacidade de subverter os usos esperados de um espaço regulado e fragmentado, como também demarcar diferenças e ressignificações.

Leite (2006; 2007) adotou o conceito de "contra-uso" como mecanismo de apreensão da dinâmica da cidade, construída em seu cotidiano pelos atores que atuam nela. Segundo ele, o planejamento de uso das cidades não é garantia de que esse se consolidará. E, também, sustenta que as políticas de enobrecimento, "[...] por realçarem os aspectos mercadológicos do patrimônio [...]", propendem a modificar o sentido do espaço público e político, em uma lógica voltada à cultura de consumo e a produção de espaços-mercadoria (LEITE, 2006). Se, por um lado, as intervenções do Estado como políticas de enobrecimento realçam privilégios, não asseguram a equidade dos usos, e tendem a tornar espaços mais vigilantes e segregacionistas; os contra-usos, por outro lado, funcionam como mecanismos de (re)apropriação de espaços circundantes por grupos vulneráveis. A dominação do território por certos grupos sociais e adoção de táticas de resistência são arquétipos representativos de segmentos da sociedade contemporânea.

Contudo, o poder e atuação de grupos dominantes tende a desequilibrar essa disputa. Embora em algumas circunstâncias o uso da força física ou legal tenha sido feito, em sua predominância o processo funciona sutilmente, e as forças adotadas por grupos dominantes são outras, e mais difíceis de serem identificadas. Em algumas situações, o processo é tão paulatino que parece imperceptível. E, essa circunstância cada vez mais extrapola limites e espaços; não podemos mais falar que são exclusivos a centros urbanos. Esse fenômeno já há um certo tempo vem alcançando espaços periféricos rurais e costeiras cada vez mais distantes dos espaços centrais.

A gentrificação, contrapondo elementos presentes na gentrificação clássica, em bairros centrais e frentes marítimas de grandes cidades, vem exibindo diversas formas de acordo com a sua localização e contexto, não mais circunscrita a áreas exclusivamente urbanas e residenciais, como também não mais restrita a uma classe social e econômica (CLARK, 2005). O processo de gentrificação vem tomando novas formas e exibindo uma série de particularidades e novas nomenclaturas, tais como

super gentrificação (LEES *et*. *al*., 2008); gentrificação insular (CLARK *et*. *al*., 2007; OLIVEIRA; MARQUESAN, 2016); gentrificação baseada em novas edificações (DAVIDSON; LEES, 2005); gentrificação turística (GOTHAM, 2005; COCOLA-GANT, 2018; GARCÍA-HERRERA *et*. *al*., 2007); gentrificação comercial (BRIDGE; DOWLING, 2001; ZUKIN, 2000); gentrificação ecológica (DOOLING, 2009); gentrificação em zonas costeiras (BLÁZQUEZ *et*. *al*., 2011; CAÑADA, 2018); gentrificação rural (GASCÓN; CAÑADA, 2016; GASCÓN; MILANO, 2017; LEES *et*. *al*., 2008; PHILIPS, 1993); hipsterização (ALCÂNTARA, 2018; ZUKIN, 2011), entre outras formas de conceituação do fenômeno.

De acordo com Loreta Lees (2000), a gentrificação atual se difere da gentrificação dos anos 1970, 1980 e 1990. Para essa autora, a gentrificação vem sofrendo transformações, deixando de estar associada exclusivamente à reabilitação urbana e passa a estar cada vez mais ligada à regeneração de recortes territoriais para a inserção de condomínios residenciais de luxo ou outras modalidades de residências de alto padrão, isto é, novos produtos imobiliários destinados a camadas sociais de rendimentos elevados - temporários, semipermanentes e permanentes (DAVIDSON; LEES, 2005; LEES *et. al*., 2008).

Lees, juntamente com Juliet Carpenter (1995) definiram que determinados elementos são relevantes para compreender o fenômeno de gentrificação. Buscando o papel das instituições governamentais e como elas intervêm, direta e indiretamente, na seleção e recorte de determinados territórios, como também a sua consonância com investimentos privados. Um segundo ponto que deve ser analisado, segundo as autoras, é o papel e as articulações realizadas por investidores, promotores e demais empresários do setor de serviço e imobiliário para se estabelecerem na área a ser reabilitada. Para elas, também deve-se buscar entender de que maneira as paisagens associadas à gentrificação refletem o espaço. Segundo elas, esses pontos são relevantes para compreender os padrões de consumo derivados da cultura globalizada no chamado mundo pós-moderno. As autoras buscam compreender, por exemplo, características de estabelecimentos comerciais voltados a atender as preferências dos novos habitantes, e como eles contribuem para uma dinâmica de paisagens exclusivas e para a inserção de sistemas de segurança cada vez mais rígidos e segregadores.

Teoricamente muito próximo à análise feita com Carpenter, Lees e Davidson (2005), que analisaram o conceito de gentrificação com referência a quatro elementos

básicos, mas comuns a diferentes abordagens teóricas, para se analisar processos de gentrificação: 1) o capital de investimento; 2) a mudança socioespacial devido à chegada de grupos de alta renda; 3) a transformação da paisagem; e 4) o deslocamento, direto ou indireto, de grupos de baixa renda.

Lees, em parceria com Slater e Wyly (LEES *et*. *al*., 2008), destaca que o setor imobiliário vem incrementando sua maneira de obter sobrelucros e se apropriando, cada vez mais, dos espaços rurais para a produção de novos produtos destinados, predominantemente, ao consumo de luxo ou a oferta de um novo produto, os condomínios de segunda residência. Segundo Lees *et. al*. (2008), esse movimento tende a proporcionar revitalização e dinamismo econômico na área rural e, indubitavelmente, provocar efeitos importantes no mercado imobiliário, nas relações de trabalho e nas ações do setor público local, no âmbito do planejamento territorial. Nessa circunstância, o meio ambiente rural passa a ofertar elementos do interesse de determinados segmentos da sociedade, como produtos agropecuários, vastas áreas verdes de paisagens bucólicas, e ausência de problemas relacionados à urbanização massiva das grandes cidades.

O conceito da gentrificação, caracterizado inicialmente por contextos e fenômenos urbanos, contribuiu de certa forma para a compreensão de um processo similar em áreas rurais, denominado por autores como Spain (1993), Philips (1993) e Friedberger (1996) de *gentrificação rural*[14]. Isso se observa pela presença cada vez maior de capitais, como o do turismo e o imobiliário, nos espaços rurais. Martin Phillips (1993), no seu estudo no espaço rural inglês, aponta a importância das atividades de consumo para atrair novos residentes de classe média e como esse contexto também possibilitou a criação de espaços comerciais e instalações de entretenimento, tais como restaurantes gourmetizados, museus, marinas e galerias de arte. Em estudos nas áreas rurais (PHILLIPS, 2004) e zonas costeiras (BLÁZQUEZ *et*. *al*., 2011; CAÑADA, 2018), se propõe que há uma sobreposição do turismo com o fenômeno da gentrificação, relacionado ao atrativo natural que esses locais proporcionam. Cada vez mais, as zonas rurais e costeiras vêm sendo reestruturadas para terem uma base econômica voltada para a atividade turística e imobiliária, em vários países.

[14] Os estudos sobre gentrificação rural são menos comuns se comparados aos dedicados à versão urbana do fenômeno. Dentre os estudos existentes sobre o fenômeno no contexto rural, encontra-se o trabalho de Spain (1993), no qual ele defende que os problemas da gentrificação rural são similares aos da gentrificação urbana; Philips (1993), que propõe, em seu trabalho sobre Gower (Reino Unido), um estudo comparativo entre o mundo rural e o urbano, e; Friedberger (1996), o qual analisou o fenômeno no Texas.

Essa situação é favorecida por um contexto de perda de intensidade de atividades tradicionais do campo e da pesca. Por outro lado, esses lugares, muitas vezes de caráter cultural e ambiental pouco modificado representam importante recurso para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, principalmente aquelas relacionadas ao turismo, lazer e para segundas residências. Do lado da demanda, lugares rurais e distantes dos centros urbanos são ocupados por uma nova classe média, composta por turistas, visitantes e usuários de segunda residência, que buscam lazer no seu tempo livre e sensações de ócio atreladas ao mundo rural e costeiro, experiências e vivências que, de certa forma, compensem o ritmo acelerado das cidades. Essa circunstância vem se reproduzindo em geografias cada vez mais diversas, e distantes de grandes centros, nas quais a base econômica anterior provinha do setor primário da economia. Um estudo em ambiente insular, e que é referência para o estudo de contextos semelhantes foi realizado por Clark *et*. *al*. (2007), estudo esse que examinou a questão da turistificação no Arquipélago de Blekinge, no sudeste da Suécia. Esse arquipélago atualmente é ocupado por quase 90 mil habitantes permanentes, residentes semipermanentes e veranistas, esses últimos denominados por esses autores de *summer guests,* por serem turistas que frequentam o lugar principalmente no verão escandinavo.

Em uma análise do contexto de pequenas comunidades insulares suecas, Clark *et*. *al*. (2007) observaram que os efeitos decorrentes da inserção de novos residentes em uma das ilhas ocasionaram processos de desapropriação (diretos e indiretos), como também a consequente perda da reprodução de modos de subsistência tradicionais e aspectos da cultura local. O processo de ocupação por esse novo grupo repercutiu no declínio da economia local e o despovoamento de áreas preteritamente ocupadas pela população nativa. Clark (ibid) concluiu que os residentes nativos, geralmente ocupados em serviços de menores salários, não conseguiram acompanhar o poder de consumo das classes sociais que adquiriram casas de veraneio no arquipélago. Esse interesse pelo lugar por classes mais abastadas, tanto para aquisição de casas de veraneio como para usufruto do lugar ficando em meios de hospedagem ocasionou valores fundiários muito mais altos, como também aumentou os valores de serviços e produtos ofertados nesse território insular (CLARK *et*. *al*., 2007), afetando negativamente a população que originariamente habitava o lugar.

Como predominante em todo contexto social, Clark (ibid) observou que esse processo não foi homogêneo, pelo contrário, enquanto uma grande maioria se afastou do local de origem, outros nativos conseguiram se inserir nesta nova configuração socioespacial e outros ainda criaram rejeição aos *summer guests* e buscaram mecanismos voltados ao desenvolvimento de políticas de luta pelo direito de moradias adequadas e a um preço justo. O processo de gentrificação estudado por Clark (*ibid*) é denominado por alguns autores como gentrificação turística (COCOLA-GANT, 2018; CAÑADA, 2017; GOTHAM, 2005; GARCÍA-HERRERA *et. al.*,2007).

1.2.1 Gentrificação Turística

Na construção do conceito de gentrificação turística destacam-se pelo menos dois autores, Kevin Gotham e Agustin Cocola-Gant. O primeiro deles, Kevin Gotham (2005) analisou a transformação socioespacial do bairro Vieux Carre de Nova Orleans, Estados Unidos. Esse bairro, até então ocupado por pessoas de baixa renda e afroamericanos, em duas décadas, entre as décadas de 1980 e 1990, se tornou espaço de grandes clubes de entretenimento e de atrações turísticas. Já o segundo, Agustin Cocola-Gant (2018), mais recentemente estudou a costa do Mediterrâneo na Espanha, em uma análise atrelada a outros estudos sobre turistificação e migrações por estilo de vida (*Lifestyle Migration*). Ele realizou também uma interessante revisão de literatura de estudos sobre turismo e gentrificação em diferentes recortes espaciais.

Ambos os autores divergem sobre a causa da gentrificação. Enquanto o primeiro, Gotham (2005), defende que o processo de gentrificação tem suas causas atreladas a mudanças dos fluxos de capital para o mercado imobiliário combinadas com o crescimento do turismo, circunstância que ampliou a importância das atividades orientadas para o consumo no espaço residencial. Contesta que a gentrificação tenha origem nas demandas do consumidor, preferências individuais ou leis de mercado de oferta e demanda. Já Cocola-Gant (2018), ao contrário, entende que a atração de visitantes acelera a pressão da gentrificação, visto que eleva o valor das propriedades comerciais e residenciais. Segundo ele, embora a gentrificação do turismo tenha sido especialmente notada nas cidades, o processo também afeta os espaços não-urbanos, em particular os contextos costeiros e rurais. A distinção entre esses dois estudos parece claramente associado ao contexto social, econômico, geográfico e a linha de investigação adotada por esses autores.

Gotham (2005) concentrou sua investigação em um estágio que denomina de *terceira onda de gentrificação*, caracterizada pela formação de alianças entre promotores privados e governos locais. Segundo ele, a valorização da propriedade imobiliária local, no atual contexto global, está majoritariamente associada à oferta e à demanda por fundos de imóveis e valorização comercial, e não propriamente à própria oferta e demanda de imóveis. Gotham (*ibid*) aponta que a expansão da capitalização em fundos de investimento possibilitou que uma parte substancial do setor imobiliário comercial investisse em atividades de entretenimento, turismo e consumo baseadas no lazer.

O crescimento de grandes incorporadoras, dos fundos de investimentos[15] imobiliários (REITs) e da redes de corretores de imóveis associadas a novos mecanismos de reinvestimento comercial, novas formas de subsídios públicos para a iniciativa privada e a conexão entre forças locais e globais, tem engendrado a denominada gentrificação corporativa (HACKWORTH, 2002 *apud* GOTHAM, 2005). Para Gotham (*ibid*), os fluxos de capital no mercado imobiliário combinados com o turismo explicam mais sobre o processo de gentrificação turística que os argumentos voltados à demanda do consumidor ou ao papel das preferências culturais. Observa-se uma clara semelhança nas assertivas de Gotham com a hipótese de Smith (1979; 1987 e 2006) e Ley (2003), discutida acima.

Gotham (*ibid*) defende que, circunstancialmente, a gentrificação turística dificulta processos de substituição de camadas sociais por outra, como nos processos clássicos de gentrificação, mas pode ocasionar a substituição de residentes permanentes por consumidores transitórios e investidores de turismo. Para ele, há pelo menos duas razões para considerar a natureza da gentrificação pelo turismo. Em primeiro lugar, porque esse fenômeno realça processos congêneres de globalização[16] e localização, responsáveis pelos movimentos pós-modernos de urbanização e redesenvolvimento. E, em segundo lugar, porque o fenômeno necessita do local para fixar e se reproduzir. O desenvolvimento turístico pode ser uma força global, mas também exerce uma força local, composta por atividades e especializações

[15] A capitalização implicou a transformação de ativos financeiros em títulos do mercado de capitais líquido fato que permitiu que atores privados e públicos financiassem o desenvolvimento de propriedade local nos mercados globais. A liquidação do capital imobiliário, através de capitalização recebeu impulso adicional nos anos 1990, com o crescimento de fundos de investimento imobiliário (REITs), empresas de participação que investem em diferentes tipos de imóveis, incluindo *shopping centers*, edifícios de escritórios, apartamentos e hotéis.

[16] O turismo como uma indústria global vem sido dominado por gigantescas redes internacionais de hotéis, operadoras de turismo e empresas de serviços financeiros, como as bandeiras de cartão de crédito. Além disso, sustenta muitas formas de ocupações, campanhas publicitárias e diversas possibilidades de investimento financeiro.

peculiares. Nesse movimento, o mercado turístico e imobiliário dá destaque às especificidades locais e se apropria de símbolos e imagens culturais e naturais como mecanismo de atração e mercantilização de seus produtos e serviços.

Agustin Cocola-Gant (2018), outro teórico da gentrificação turística, realizou uma compilação de estudos realizados em contextos situados tanto em países de economia capitalista avançada como em economias periféricas. Nos primeiros, o turismo e a gentrificação tendem a coexistir, e ambos os processos se alimentam mutuamente. Nesse contexto, o turismo tende a se justapor às áreas gentrificadas, especialmente pelo fato de que a gentrificação proporciona instalações de consumo e um senso de lugar para pessoas da classe média, que, por sua vez, influenciam na atração de outros consumidores.

No segundo o caso, o turismo funciona como um fator de desenvolvimento econômico e imobiliário favorável à gentrificação. Segundo ele, nas economias periféricas, o poder de consumo das classes médias é menor do que nas economias avançadas, em uma conjuntura de menos empregos profissionais com melhor remuneração, fato que dificulta ou mesmo impossibilita a ocorrência da gentrificação clássica. Nessa situação, o turismo vem a ser uma solução diante à falta de demanda local que o capital imobiliário precisa para a realização do sobrelucro. O poder de compra dos visitantes funciona como engenho de valorização dos espaços e estimula a especulação de mercados imobiliários. Com efeito, da distância entre o poder de compra dos visitantes e os moradores locais e a consequente pressão no mercado de moradias, tanto de compra como de locação, torna cada vez mais instável a permanência da população residente originária.

Cocola-Gant (2018) defende que a gentrificação turística, configurada pelo crescimento de turistas e visitantes, em diferentes contextos socioeconômicos, dificulta o direito da população residente tradicional de "ficar parada", uma assertiva que considera tanto o deslocamento de pessoas da comunidade, como de empresas locais, como também o próprio sentido de comunidade. Segundo sugere, a gentrificação turística ocasiona três formas de deslocamento: o residencial, o comercial e o afastamento do sentido de lugar (*place-based displacement*).

Ainda segundo Cocola-Gant (*ibid*.), o deslocamento residencial comumente é causado pela crescente demanda por terras para a espacialização de novos espaços e conversão de outros para o consumo turístico e imobiliário. A abertura de novos alojamentos turísticos e a transformação da residência de uso habitacional

permanente para alojamento turístico vem a reduzir a oferta de moradias, ao passo que aumenta o valor do solo. Tal situação reflete no aumento do valor dos alugueis de longo prazo, como também no valor dos imóveis, contribuindo ainda mais para o processo de deslocamento direto de moradores. Nesse sentido, as dificuldades em encontrar moradia acessível aceleram o processo de gentrificação. Deve-se levar em conta que o poder aquisitivo dos indivíduos de classe média e alta permite, quase exclusivamente a eles se fixarem permanente, ou temporariamente, em áreas valorizadas pelo turismo.

Além disso, o crescimento de infraestrutura de serviços, comércio e de entretenimento para atender o aumento do consumo demandado por visitantes e turistas resulta no deslocamento do comércio local tradicionalmente usado pela população residente. Somente aqueles comerciantes que têm poder de investir e criar novos produtos conseguem se manter neste novo cenário.

Um terceiro elemento levantado por Cocola-Gant (*ibid*) como relevante se refere ao frequente aumento de tensões cotidianas, na escala da vizinhança, por conta do choque de hábitos e costumes entre visitantes e comunidade local. Enquanto o deslocamento residencial e comercial está relacionado ao poder do turismo de aumentar o valor da terra, o afastamento da base societal local faz menção à perda da referência comunitária. E mesmo, por vezes, não ocorrendo a saída de residentes da comunidade local, a apropriação do espaço por visitantes e turistas tende a afastar o sentido de comunidade e de pertencimento das populações originárias, numa circunstância que Cocola-Gant (*ibid)* denomina de “afastamento do sentido de lugar”. Segundo o pesquisador, isso se aplica nos diferentes exemplos do hemisfério Norte e Sul. Nesse sentido, o deslocamento é econômico, mas também é cultural, e tende a estar ligado à inserção de novos estilos de vida que modificam o valor e o sentido de uso dos espaços residenciais.

Sobre essa mesma ótica, Davidson e Lees (2010) sugerem que a gentrificação cria um novo contexto social e cultural que, de certa forma, afasta a população tradicional do sentido de lugar, impossibilita a associação nos seus antigos espaços de sociabilidade e impacta nas práticas cotidianas preexistentes. Segundo eles, tende ainda a afetar as relações cotidianas, e gerar migração progressiva de pessoas de baixa e média renda, incluindo aquelas que eram líderes em momentos anteriores. Não obstante, ainda são poucas as narrativas que buscam compreender os detalhes

relativos à experiência do anfitrião nesse contexto de mudanças geográficas, econômicas, sociais e culturais que afetam o seu lugar.

Outra linha de investigação de Cocola-Gant (2018) tem se mostrado como relevante: a mobilidade e fixação de migrantes transnacionais por motivações voltadas a estilos de vida (*lifestyle migration*), e não a necessidade de sobrevivência socioeconômica. Conforme aponta Janoschka e Haas (2014), a imigração desse perfil de residente desempenha um papel relevante no mercado imobiliário, tanto quando a compra de imóveis serve para atender a função de uso, como quando a compra é feita como uma forma de investimento. Esse perfil de migrante funciona como gentrificadores pioneiros (*marginal gentrifiers*). Contudo, por conta da diferenciação social e cultural – estatuto social, comportamento, linguagem ou valores culturais distintos da população local residente – tem contribuído para a criação de ambientes polarizados e cada vez mais fragmentados, voltados, sobretudo, para a construção de infraestruturas turísticas e segundas residências (BLÁZQUEZ *et*. *al*., 2011).

O fenômeno da segunda residência exerce um papel de ativo no mercado imobiliário, a sua produção serve tanto como investimento, como fonte de rendimento, quando locado. O turismo tem a capacidade de elevar valores fundiários de propriedades e terrenos, de modo a propiciar que investidores acumulem excedentes no mercado imobiliário de destinos turísticos e, ao mesmo tempo, os loquem para os visitantes. De fato, pesquisas recentes (MILANO *et. al*., 2019), demonstram que a fórmula Airbnb e seus congêneres vem funcionado cada vez mais como uma oportunidade de fonte de capitalização para investidores e proprietários de imóveis para uso temporário do que as locações de longo prazo.

A oferta e o acesso à habitação têm se tornado questão central em todo o mundo, mas ainda tem se negligenciado o papel do turismo nesse processo de mudança dos lugares ao redor do planeta. Também se considera relevante examinar o volume de capital investido no mercado imobiliário em destinos turísticos. Para nós, se afigura a hipótese de competição por espaços de moradia não apenas com visitantes, mas também com o capital acumulado e reservado para os mais ricos. A pesquisa e a comparação entre diferentes destinos realizados por Cocola-Gant identificaram que o turismo, em vários territórios, tem funcionado como oportunidade para o investimento imobiliário, possibilitado pela atração de consumidores fixos e temporários. É por essa razão que defende que o turismo precisa ser visto como uma forma de gentrificação. Assim como assinala Wyly e Hammel (1998, p. 302), a

gentrificação turística se ancora nas “[...] peculiaridades dos exemplos marcados pelo processo em si da gentrificação do que pela sua intensidade ou magnitude”.

Ela vem ocorrendo em lugares eleitos como destinos turísticos, às vezes semelhantes à gentrificação clássica nos centros urbanos, mas também com particularidades, sobretudo quando se trata de destinos situados em área rural ou costeira, distante de centros urbanos, que se repete na maior parte dos lugares que passam por esse processo, com as suas devidas peculiaridades locacionais. Geralmente, são destinos descobertos pelos primeiros visitantes e turistas e logo se tornam locais aprazíveis para a produção de segunda residência e para a espacialização de pequenas pousadas ou rústicos meios de hospedagem. A depender do grau de proximidade e das facilidades de acessos aos centros urbanos, o volume da oferta tende a crescer. Se os acessos forem ampliados, e ações públicas para o desenvolvimento do turismo são tomadas, esse processo tende a acelerar ainda mais, e novos loteamentos, assim como novos empreendimentos turísticos, propendem a se expandir. Nesse estágio, outros residentes permanentes e semipermanentes, assim como novos tipos de comércios voltados a esse novo público, se instalam no lugar ou região. Como resultado, a população originária, na maior parte das vezes composta por pescadores e trabalhadores rurais ou mesmo pequenos agricultores, deslocam-se de seus lugares de origem, por diversas razões: ou por não possuírem a propriedade da terra, ou por não terem padrão de vida demandado pela nova territorialidade ou por não resistirem às ofertas de astutos corretores imobiliários (CLARK et al*.,* 2007; COCOLA-GANT, 2018; WYLY; HAMMEL,1998).

A mudança do valor fundiário do solo se apresenta como outro fator que interfere na fixação da população de menor estatuto social. Cada vez mais se torna incerto manter-se em locais eleitos para especialização e especulação turístico-imobiliária. Assim como ocorre com os residentes provenientes do lugar, também, progressivamente, pequenos comerciantes tendem a não ter capital para competir com novos empresários do comércio e do setor de serviços, de mais a mais, o pouco conhecimento empresarial dos mesmos tende a tornar ainda mais grave essa situação (GOTHAM, 2005; COCOLA-GANT, 2018). Como resultado, a paisagem física e cultural tende a se modificar radicalmente. As características específicas e peculiares que atraíram os primeiros visitantes e residentes tendem a desaparecer. Os traços dos lugares que caminham para a lógica acima citada costumam se tornar similares a

outras realidades globais, com raros sinais de diferenciação e de atração (CARPENTER & LEES, 1995; LEES, 2000).

Do ponto de vista macroeconômico, pode-se perceber que uma lógica neoliberal se repete em diversos quadrantes do globo: as diferentes paisagens turísticas são escolhidas para atender segmentos do mercado de um consumo globalizado. Cada vez mais destinos turísticos nascem e crescem apoiados em campanhas de marketing e de publicidade com o propósito de colocá-los no circuito da moda, regional e internacional, e com objetivo final de ampliação da demanda desses destinos. Contudo, quando bem-sucedido, este processo tende a criar efeitos que extrapolam as expectativas esperadas. Novos empreendimentos chegam para se instalar, loteamentos e residências são produzidos, muitas vezes sem prudência estética e ambiental e, também, a quantidade de novos serviços que se instalam contribui para a criação de uma concorrência, muitas das vezes, desleal. A paisagem estética e cultural até então peculiar e preservada vem a se tornar homogeneizada, banal. Como aponta Harvey e Smith (2005), a atividade turística se apresenta como uma das poucas que exibe força de padronização da estética dos lugares. Concomitante ao processo acima descrito, novos destinos são 'descobertos', ampliando a concorrência entre produtos e serviços. Se o destino se tornar totalmente banal e não exibir sinais de renovação, a tendência é a de empreendimentos fecharem e a oportunidade de empregos, até então crescente, vir a declinar. A paisagem modificada reflete uma estrutura social ainda mais frágil, muitas vezes sem perspectivas consistentes de melhorias. Observa-se na descrição acima que a gentrificação dos lugares rurais e costeiros segue lógicas semelhantes ao ciclo do desenvolvimento turístico descrito por Butler[17] (1980). Essa semelhança faz com que alguns autores denominem o processo de gentrificação de turistificação.

1.3 Turistificação ou Gentrificação Turística

A apropriação de territórios pela prática turística é comumente denominada no meio científico, de estudos sobre o turismo, de turistificação. Esse processo prevê, segundo Fratucci (2008), a inclusão de novos fixos, ou mesmo refuncionalização dos já existentes, em recortes territoriais para ampliar a demanda de consumidores para

[17] Richard Butler (1980) é considerado o primeiro teórico a criar um modelo que apresenta uma descrição detalhada sobre o ciclo das destinações turísticas, denominado TALC (Tourist Area Life Cycle). Em seu modelo, Butler (1980), apresenta e detalha as fases evolutivas das destinações turísticas, a saber, exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação e estagnação. A partir desta última fase, estagnação, o processo pode evoluir para uma situação de declínio ou de rejuvenescimento.

a prática turística. A turistificação, segundo o estudo de Knafou (1996), tende a ser engendrada por três tipologias: os turistas, o mercado e os planejadores ou promotores territoriais. De acordo com Knafou (*ibid*), a turistificação pode ser desencadeada primeiro pela descoberta, e envolvimento de citadinos (agora denominado de turistas) com lugares que exibam características paisagísticas favoráveis à prática turística. Côte d´Azur e Riviera das Flores são exemplos de lugares que entraram no rol de destinos turísticos por conta da ação desse tipo de agentes.

O mercado, representado por operadores do turismo e cadeias hoteleiras, se apresenta como segundo agente quando elegem lugares paradisíacos ou com características que atendam a um determinado público; constroem infraestrutura, predominantemente hoteleira, para o desenvolvimento desta prática. Enquanto com os primeiros agentes, a turistificação é provocada pela prática, no segundo, o que determina é a existência de um produto, ou seja, os objetos. O problema, nessa segunda circunstância, é a possibilidade de inadequação da infraestrutura ao desenvolvimento da atividade turística. Tornou-se comum lugares escolhidos para práticas de esqui, e mesmo nas ilhas paradisíacas, perderem a sua atratividade justamente pelo excesso destes equipamentos. Os planejadores e promotores do território são considerados, segundo Knafou (*ibid*), o terceiro agente responsável pela turistificação. Agem para tornar o território favorável a práticas turísticas. O problema, nesse caso, é encontrar um equilíbrio entre os interesses locais, públicos, privados e o turista.

A consideração destes três agentes apresenta semelhanças com os agentes do processo de gentrificação, apresentado no estudo de Clay (1979). No entanto, alguns elementos os diferem. No caso da turistificação, enquanto os primeiros turistas pensam em desbravar lugares e logo partirem para novas descobertas, os primeiros gentrificadores pensam em residir e criar laços com o lugar. Se o lugar é uma cidade de vivência e que seja possível realizar a sua ocupação laboral, eles tendem a mudar para uma residência permanente no lugar, mas, se são lugares distantes de centros urbanos ou, que pela distância, impeça de exercer a prática laboral, eles adquirem, de acordo com o seu extrato social, uma residência para uso temporário.

Em uma outra circunstância, quando o processo de turistificação é movido pelo mercado também se manifesta uma distinção em relação à gentrificação. No caso dos primeiros, os agentes de turistificação são representados por operadores turísticos ou

mesmo cadeias hoteleiras, como o caso de destinos turísticos como Cancun, no México. No entanto, no processo de gentrificação, o mercado pode se fazer representado por pequenos, médios e grandes investidores. Aqueles que tendem a comprar parte do solo com o propósito de obter ganhos futuros, através do aluguel ou venda de imóveis.

Já em uma terceira circunstância, quando o processo de turistificação é provocado por planejadores ou promotores do território, observa-se uma intencionalidade para atrair tantos novos fluxos como também novos fixos para a realização da prática turista. A intenção nesta situação é atrair novos empreendimentos hoteleiros, novos equipamentos turísticos, como restaurantes e serviços de lazer. Já na gentrificação, a ação dos planejadores do território, embora haja uma similitude com o anterior, se mostra inclinada a atrair novos empreendimentos de consumo e uma gama de consumidores, e isso não parece se restringir apenas a forma-função turística. Essa terceira causa de gentrificação, no geral, adota o turismo como estratégia para colocar o lugar no circuito da moda. O turismo parece funcionar mais como um meio do que realmente uma finalidade última.

Quando trazemos a análise do fenômeno de turistificação para o exame dos casos adotados neste estudo, não nos parece explicar os processos existentes nem os seus efeitos, com a dominação do processo turístico ou imobiliário. O que se investiga na análise neste trabalho é uma estreita simbiose entre dois fenômenos, o turístico e o imobiliário, com efeitos similares aos existentes no processo de gentrificação e por isso adotamos, neste trabalho, a nomenclatura de gentrificação turística, ou gentrificação pelo turismo.

A turistificação, segundo Leite (2008), é o processo de transformação de um espaço em território turístico. Embora os estudos de caso sejam reconhecidos como territórios turísticos, ou melhor dizendo, destinos turísticos, a dimensão do processo, as peculiaridades e os efeitos parecem reforçar a existência de um processo de gentrificação. Mesmo quando os efeitos da gentrificação corroborem de maneira similar com processos característicos da turistificação.

Rodrigues (2006) e Benevides (2007) argumentam que a turistificação confere reordenamento e readequação do espaço para atender a função, quase exclusivamente, turística. Já a gentrificação apresenta a readequação do espaço, e um novo reordenamento, para atender a função voltado ao consumo, não só do lazer,

do ócio e de práticas contemporâneas, mas também imobiliário, e a sua especulada valorização.

Pode-se observar, em diversas análises, que, em sua predominância, destinos turísticos exibem estética e valores culturais e ambientais que atraem segmentos da sociedade, e que também são chamarizes para investidores e novos mercados de consumidores. Como reflexo da nova demanda e da criação de fixos para dar suporte a fluxos crescentes, a estética e características culturais e ambientais tendem a se padronizar. A cada novo destino uma possibilidade de um tsunami urbanizador transformador (MURRAY, 2015). A cada novo destino uma nova possibilidade de investimento. A possibilidade de crescimento econômico, um crescimento que, muitas vezes, se concentra naqueles indivíduos que têm capital para investir ou abrir um negócio. Mas, também, novas possibilidades de emprego e de renda, porém ainda composto de baixos salários e voltados para os melhores qualificados. E, de melhorias infraestruturais, mas também de perdas estéticas, culturais, ambientais e sociais. Conta-se com o advento de novos atores, mas também o afastamento de outros, comumente os mais vulneráveis. Seguem novas lógicas de funcionamento cotidiano, mas também da frequente perda de saberes e valores.

A lógica de criação de destinos turísticos faz parte de uma solução já apontada por teóricos dos estudos urbanos (SMITH, 2006; FLETCHER, 2011; BLÁZQUEZ *et. al*., 2011; HARVEY, 2013; CAÑADA, 2018). David Harvey (2013) denomina de *spatial fix*[18], ou solução espaço-temporal, como a transferência de capitais para novos espaços para que se possa dar continuidade da reprodução do capital, parte das vezes saturada em lugares anteriores. A mudança de leis de ordenamento urbano, a realização de investimentos em infraestruturas e serviços e a promoção de ações de marketing e publicidade são algumas das ações comumente observadas nas diferentes esferas governamentais. Ernest Cañada (2018) argumenta que parte delas são consoantes aos interesses do capital investidor, os ajustes são feitos conforme os recortes territoriais escolhidos por investidores do mercado turístico-imobiliário, em detrimento a outros recortes, de maneira a desenvolver uma territorialidade turística e imobiliária adequada à acumulação de capital.

[18] Darvey (2013) adota a nomenclatura spatial *fix* para expressar um movimento que o capital realiza como mecanismo para reparar as crises do capitalismo. Neste caso ele se refere a uma crise ‘natural’ de saturação dos espaços e a busca de outras para compensar essas perdas.

Essa “solução” ou estratégia de acumulação de capital encontra na atualidade um cenário favorável por diversas razões, dentre elas os avanços tecnológicos – informação, transporte e comunicação –; a queda do valor do petróleo, em 1980, e; a desburocratização e internacionalização de capitais. Os avanços tecnológicos atrelados a fusões de capitais, principalmente o financeiro com o imobiliário, possibilitou uma força potente de interferência global nos locais com os quais se afina. Gestores públicos, envolvidos em relações de lobby e interesses, facilitaram e facilitam ações públicas para que vantagens comparativas sejam ofertadas a investidores e proprietários de recortes territoriais. A funcionalização de espaços com o propósito de torná-los e mantê-los como destinos turísticos passa pelo uso da natureza e da cultura para transformar lugares, ou melhor, transformar recortes territoriais em *commodities*, vendidos na forma de terrenos, casas de veraneio ou na produção de empreendimentos turísticos e de serviços (CAÑADA, 2018).

Além disso, aponta Cañada, a seleção de recortes territoriais costeiros e rurais é descontínua e desigual. Enquanto nas zonas rurais costeiras tende a aumentar a concentração de empresas e pessoas, as áreas do interior rural tendem a sofrer abandonos constantes. Situação semelhante ocorre na faixa da zona costeira, alguns recortes são selecionados em detrimento de outros. A superconcentração e a despopulação de outras áreas, segundo Cañada (2015), são reflexos de um mesmo processo: a reorganização do espaço rural por processos capitalistas voltados ao rentismo imobiliário e ao turismo.

Observa-se, como proposto por Savage e Ward (1993), no livro *Capitalism and modernity*, quatro processos basilares para a conceituação da gentrificação: o primeiro atrelado à reorganização da geografia social da cidade, através da substituição de um grupo social por outro de estatuto mais elevado; o segundo calçado na existência da reunião espacial de pessoas com estilos de vida e particularidades culturais semelhantes; o terceiro define-se pelo processo de mudança do ambiente construído e da paisagem, através da instituição de serviços correntes e importantes melhorias arquitetônicas na estética dos imóveis; o quarto faz referência ao processo de mudança da ordem fundiária que vem a ser decisivo, na maior parte das vezes, na elevação dos valores fundiários do solo e das moradias.

De certa forma, o primeiro processo apontado por Savage e Warde (*ibid*), o de substituição de estatuto social – *filtering up* –, vem a intensificar os processos posteriores, desencadeando formas de segregação socioespacial nas áreas onde o

fenômeno de enobrecimento tem lugar, vindo a estabelecer uma certa hierarquia entre lugares, centrada no processo de acumulação. O terceiro processo - de mudança do ambiente construído e da paisagem - tende a ser facilitado por parcerias público-privadas, delineado por subsídio ao tecido empresarial de maior poder e à custa da expulsão dos residentes e das empresas mais débeis dos lugares requalificados, num processo de exclusão e de marginalidade socioespacial.

Nesse processo, órgãos de cooperação internacional, segundo Cañada (2018), funcionam como um dos principais articuladores de programas e de planos de desenvolvimento turístico, em um processo de cooperação que orienta e propõe caminhos que facilitam a penetração de capitais em áreas até então rurais, para torná-las em espaços turísticos e também imobiliários. Os casos ocorridos em quase toda América Latina são emblemáticos no desenvolvimento deste processo.

A maioria dos estudos sobre gentrificação tem se concentrado em questões de diferenciação espacial, mudança de estatuto social nos lugares, deslocamento de antigos residentes por conta da mudança fundiária e custo de vida desses lugares. Mas, conforme reforça Zukin (1987, p. 143), a gentrificação é uma “prática cultural” que expressa estilo de vida e hábitos de consumo de prestígio que refletem tendências padronizadas e racionalizadas para os espaços de consumo e ancoradas na cultura mercantil de entretenimento e do turismo.

A gentrificação motivada pelo turismo fornece explicação conceitual entre a produção e a demanda. Sobre a produção, por exemplo, o turismo possibilita a conversão dos padrões de investimento na produção imobiliária abrindo portas para novas formas de financiamento, e também por incentivar a criação de espaços de consumo (GOTHAM, 2005), na estética dos lugares de modo a incorporar novas expressões contemporâneas da sociedade (CARPENTER; LEES, 1995).

O turismo e a gentrificação se reforçam mutuamente por haver uma tendência de coexistir em ambientes semelhantes. Enquanto a gentrificação possibilita a criação de espaços atraentes para o consumo de turistas; o investimento para a promoção do turismo, de outra parte, leva à criação de considerável demanda por residências, temporárias e permanentes, reforçando a gentrificação. Desse modo, a ocorrência de turismo e gentrificação aparecem como consequência do mesmo processo de reestruturação econômica e espacial das cidades, na qual as mudanças políticas e econômicas vêm sendo acompanhadas por mudanças nos padrões de consumo e emprego (GOTHAM, 2005).

1.4 O Turismo e o Fenômeno da Segunda Residência

O exercício da atividade turística através do uso não regulamentado da oferta da segunda residência é uma das principais modalidades do setor imobiliário que se desenvolveu, principalmente desde a segunda metade do século XX, quando espaços paisagísticos e distantes dos centros urbanos passaram a ser ocupados em caráter temporário por uma pequena parcela da população, principalmente de classe alta e média. Pelo preceito de contar com uma melhor qualidade de vida, terrenos e imóveis foram adquiridos em espaços cada vez mais distantes dos originais espaços de sociabilidade laboral e ocupacional (RUDOLF, 2014). Do ponto de vista dos especuladores do mercado turístico-imobiliário, a cobiça por um terreno em uma circunstância de atratividade locacional não parece ter como motivação a atração de turistas ou oferecer serviços, mas sim, produzir solo urbano e construir residências para vendê-las (ALEDO, 2008). Ademais, a segunda residência para seus proprietários, segundo Fonseca e Lima (2012), vem imputando a dupla funcionalidade: uma como local de lazer e outra como um investimento, na possibilidade de obter renda por meio de aluguel ou de futura venda.

O fenômeno da segunda residência merece algumas considerações em relação a alguns conceitos, mas de maneira mais relevante pelos seus efeitos. A espacialização da segunda residência, na maior parte das vezes, vem associada ao fenômeno turístico, que motiva a inserção da atividade turística de forma que se torne causa para o processo especulador do solo, mas, também, consequência das primeiras especializações que se tornaram chamariz para um novo destino turístico. Antigamente, a segunda residência vinha antes mesmo de o lugar tornar-se turístico; na atualidade, normalmente, o seu desenvolvimento em determinado local somente vem a acelerar e a tomar dimensões socioespaciais significativas quando esse local é ‘descoberto’ pela sua vocação turística.

Entre os teóricos do assunto, constata-se uma forte discordância entre os que consideram o fenômeno segunda residência uma categoria turística a ponto de ser denominado turismo residencial ou residencialização turística (HIERNAUX, 2005; ALEDO, 2008; ALEDO *et. al*., 2013; ASSIS, 2009) e aqueles que se opõem a essa categorização devido a não considerar todos os usuários da segunda residência como turistas (FONSECA; LIMA, 2012; SILVA; FERREIRA, 2008; RODRIGUES, 2006). Para estes últimos, a segunda residência somente pode ser considerada um

alojamento turístico quando o usuário utiliza de maneira efêmera, sem envolvimento com o lugar e sem estar na condição de proprietário do imóvel. Embora esses impasses estejam longe de serem resolvidos, neste trabalho não há o interesse em categorizar os usuários como turistas, veranistas ou visitantes, e, por isso, opta-se em adotar a nomenclatura de fenômeno turístico-imobiliário por entender que essa definição explica melhor o fenômeno, sem entrar em embates conceituais em relação ao perfil do usuário. Se busca, neste trabalho, compreender os efeitos do processo turístico-imobiliário em territórios costeiros preteritamente voltados ao setor primário da economia - em uma dimensão de caráter artesanal, pequena escala e tradicionais. Busca-se entender como duas atividades - turística e imobiliária -, em um processo de frequente simbiose, vem a interferir nos modos e na estrutura social e de poder no território.

As demandas e a oferta dessas duas atividades recorrentemente estão associadas, e, às vezes, de maneira diacrônica, quando interfere na presença da outra (atividade), às vezes dialogando entre si, na dependência de uma em relação à outra. Em outros contextos, elas podem divergir e vir a dificultar a presença de uma por conta da outra. Pode-se exemplificar com o caso do destino Maragogi, litoral norte do Estado de Alagoas, Nordeste brasileiro, que conta com um vasto território, alguma parte dele com uma hotelaria já consolidada, outras áreas já em declínio e um acelerado processo de urbanização. Ao mesmo tempo, apresenta uma vasta extensão de terras costeiras ocupadas por condomínios de veraneio e terrenos loteados. Neste caso, a atividade turística e imobiliária reforça uma à outra, e a existência de oferta contribui com as possíveis demandas da outra atividade, como os serviços de alimentos e bebidas, artesanato e demais serviços, com a ocupação da segunda residência e vice-e-versa (KASPARY & ARAUJO, 2013). Essa fruição entre os dois fenômenos pode ser percebida também no povoado de El Port de la Selva - caso espanhol deste estudo -, embora ao contrário de Maragogi, seja um povoado muito pequeno, com pouquíssimas opções de serviços turísticos e que vem somente a funcionar na alta temporada. Nesse caso, a ausência de uma atividade dificulta a presença da outra e vice-versa. Já no caso de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, um fenômeno acompanha o outro. Mas, a expansão descontrolada do setor imobiliário-residencial pode vir a prejudicar o desenvolvimento da atividade turística de caráter elitista, a principal delas, por ceifar aquilo que diferenciava esse território, ou seja, a paisagem

bem preservada, com a possibilidade de vir a se tornar um lugar turístico banal, como muitos outros, mudando-se apenas de coordenadas geográficas.

Segundo Assis (2009), o conceito de residência secundária define-se pelas abordagens de propriedade, temporalidade e finalidade. O primeiro, pelo caráter privado, o segundo, pelo seu uso esporádico e o terceiro pela finalidade do seu uso, a prática do lazer e do descanso, como uma nova necessidade frente às novas acepções do homem metropolitano. Os primeiros ensaios dessa prática iniciaram-se na Europa quando a elite burguesa, copiando uma prática da aristocracia monárquica, passou a adquirir, além da residência principal, uma segunda ou terceira residência para desfrute de lazer e ócio, geralmente, no campo e mais recentemente na praia ou em regiões balneárias. Aledo *et*. *al.* (2013, p.04) define essa prática como *Turismo Residencial* (TR), um conjunto de práticas sociais e significados que acompanham a produção de segundas residências – as infraestruturas, serviços e espaços vinculados à sua produção – cujo uso esteja majoritariamente ligado à esfera do ócio.

A espacialização do fenômeno da segunda residência, principalmente o modelo autossegregador tende a intensificar os processos de conversão da agricultura e da pesca em algo residual, acelerando a transformação da sociedade primária para terciária, provocando saltos sociais e transformação radical da paisagem. Ademais, a atividade central desse tipo de fenômeno é tirana: produzir solo urbano, construir casas e vendê-las (ALEDO, 2008). Não alcançando esse objetivo, ou perdendo a atratividade, faz com que especuladores e investidores transladem seus investimentos a novos destinos turísticos em condições naturais mais atraentes para o consumo turístico (BARROS, 1998).

Conforme aponta Aledo (2016), processos como esses, provocados pela atividade turístico-imobiliária, têm desencadeado em muitos destinos turísticos contextos de vulnerabilidade para a população residente, com variações na maneira como ocorre, ou na intensidade. A variabilidade do fenômeno depende de como a atividade social se relaciona, em diferentes escalas, com a estrutura do arranjo local nos campos de decisão e poder; também se há, e qual a intensidade, discrepância econômica ou de prestígio entre as atividades anteriores e as atividades hodiernas; assim como qual o grau de compreensão dos efeitos do fenômeno pela parcela da sociedade que participa na tomada de decisão; a dimensão desta participação e se ela é efetiva ou manipulada; a intensidade de dependência ou insegurança econômica e social local, entre outros fatores políticos e socioculturais. São esses fatores, em

uma dialética complexa, que influenciam para ampliar ou reduzir condições de vulnerabilidade.

Quando se refere, neste trabalho, a grau de vulnerabilidade, aponta-se para um sentido mais amplo da condição econômica ou social das pessoas dos lugares estudados. Aplica-se, por exemplo, ao caso do Nordeste brasileiro, onde uma população ribeirinha ou litorânea de alguma maneira já não dispunha de condições para acessar bens e serviços, por conta de sua situação socioeconômica, mas que, no entanto, viviam uma condição de sociabilidade, com o seu meio e seu entorno que lhe dava condições de viver e lidar com os desafios difíceis da vida. A prática de solidariedade em condições de pobreza ou mesmo de insegurança social proporcionava mecanismos para superar e lidar com fenômenos exógenos de relevante densidade. Contudo, alguns fenômenos socioeconômicos, dentre eles o turístico-imobiliário, tem, nas piores das circunstâncias, capacidade de tornar situações de necessidades em algo ainda pior. A mudança de valores que ela desencadeia leva ao declínio do modelo econômico anterior, ainda mais quando se perde o domínio das técnicas produtivas preexistentes.

Enquanto o local está sendo objeto de especulação, instalando localmente processos de mudança, a população tende a se adaptar e a aceitar a nova realidade emergente, frente ao discurso institucionalizado de suposta criação de oportunidades socioeconômicas para os residentes. Contudo, quando destinos deixam de ser atrativos para a população visitante, o contexto até então favorável modifica-se. Diante da mudança de perspectiva, a população que depende economicamente da atividade turística e imobiliária traslada-se para uma condição de insegurança socioeconômica, e, neste novo instante, poucas vezes têm o apoio e solidariedade do meio social em que se inseriu. Essa situação é agravada pela perda de saberes e sentidos que antes davam vida à sociabilidade preexistente, e direcionando o coletivo social a uma situação de maior vulnerabilidade e de difícil solução (ALEDO, 2016).

Cidades turísticas brasileiras, que outrora aparentemente tinham uma atratividade turística promissora, no presente, estão enfrentando diversos problemas decorrentes da crescente condição de vulnerabilidade da sua população, como resultado de processos socialmente segregadores. No Nordeste do Brasil, tem sido uma determinante para o desalojamento de populações litorâneas (CALLOU, 1986; MILANO, 2015; ALEDO, 2008; RODRIGUES, 2010; 2012). Povos simples, que desenvolveram estreita relação com o mar e que dele subsistem, são pouco a pouco

afastados do território de uso, do cotidiano, das atividades e técnicas tradicionalmente aprendidas durantes os séculos, de geração a geração. Esses povos, muitas vezes desprovidos da propriedade da terra, ou mesmo a possuindo, muitas vezes não resistem à persuasão de especuladores. Quando não, terras em territórios vulneráveis estão sendo tomadas por processos de grilagem, com a clara colaboração de cartórios públicos em um emaranho sistema de lobby e de corrupção. Este processo vem a ampliar ainda mais a vulnerabilidade daqueles que já eram vulneráveis.

A venda da terra e o afastamento de pessoas que tinham alguma relação de parentesco, ou de vizinhança, dificulta a reprodução de antigas práticas de ajuda mútua. Os vínculos de comunidade e de solidariedade, em condições de mudança, tem sido um dos primeiros aspectos a serem perdidos, espelhando, de maneira convergente também, a perda de vínculo com o lugar. Lugares esses nos quais, antes do processo especulativo, a população pouco se diferenciava social e economicamente, mas que agora enfrenta contextos socioeconômicos e culturais de estranhamento. Enquanto isso, os novos proprietários, residentes ou não, pouco se interessam. A melhor representação disso são as cercas e muros agora levantados.

O caso de Graciosa, situada no arquipélago das Ilhas Canárias, território de domínio espanhol no Atlântico, demonstra como a apropriação territorial pelo turismo em sociedades frágeis socioeconomicamente contribuiu para uma condição de maior vulnerabilidade. Um local de condições climáticas tão adversas e com escassa água potável veio a limitar processos de ocupação mais remotos, e favorecendo a uma exígua estratificação social entre aqueles que ali viviam. A atividade pesqueira se apresentou como alternativa de sobrevivência diante de um solo pobre para a atividade agrícola. Foi envolta nessa atividade econômica que a comunidade se formou em torno de uma pequena matriz de produção onde as tarefas eram realizadas de acordo com gênero e idade. Enquanto os homens estavam no mar, ou fazendo e refazendo petrechos de pesca, as mulheres cuidavam da atividade doméstica, na busca de água e de madeira para energia e fogo, teciam roupas e chapéus para uso, e eram responsáveis pela venda de seus artefatos e do pescado para ajudar na subsistência (PASCUAL, 2003).

Com a inserção do turismo, esse contexto histórico se modifica rapidamente. A inserção de casas de segunda residência, restaurantes e pousadas atrai dois perfis de população com distintos propósitos e sentidos. Uma de caráter efêmero e flutuante e outra de caráter permanente, a última atraída pela oportunidade de renda e

ocupação no setor de serviços. Este quadro vem sendo modificado e intensificado década a década. Como resultado, em uma paisagem composta inicialmente por poucas casas simples, de maneira rarefeita entre uma praia e outra, surgem camadas e camadas de cimento, formando um quebra-cabeça de imóveis que parecem não se encaixar. Casas suntuosas e vazias superam as simples e ocupadas. E a população residente, agora multiplicada, disputa espaços na construção civil e na prestação de serviços, enquanto a atividade pesqueira diminui ano a ano, pelo desaparecimento de seus antigos membros e elementos que lhe davam sentido (CABRERA; SOCORRO, 2004).

Esse processo socioespacial ocorrido nas Ilhas Canárias, assim como ocorreu em vários outros lugares da Costa Mediterrânea, segundo Mazón *et. al*. (2009), é reflexo do modelo de espacialização por segundas residências na Espanha, projetado para a atração de aposentados da União Europeia, provenientes, principalmente, do Norte da Europa e do centro da Península Ibérica. Como resultado, nas últimas décadas, intensificam-se processos migratórios governados por duplas causas e consequências. De um lado, pelo fluxo de aposentados de classe média, que anseiam residir e desfrutar de uma estrutura de serviços e ócio por períodos temporários, e em menor número de casos, permanentes, da aposentadoria. Por outro lado, formado por migrantes laborais para ocupação no setor de serviços e na construção civil; esse segundo tipo de fluxo migratório tende a se instalar nas zonas periféricas dos lugares envolvidos e é atraído por oportunidades de emprego e renda geradas pelo turismo.

Em um estudo de caso feito por Gloria Rudolf (2014) em Loma Bonita, Boquete e Boca del Toro, no Panamá, foi demonstrado que o esperado desenvolvimento tem gerado crescimento econômico e a criação de empregos. Contudo, a predominância dos benefícios tem sido benéfica para a elite nacional e estrangeira, aquela que possui maior poder de articulação, expertise e o principal, capital para fazer os investimentos necessários a curto, médio e o longo prazo. Uma conjuntura que a maior parte da população não possui, fazendo com que os benefícios sejam apenas marginais para os residentes originários do lugar, na borda do sistema econômico-social.

Contudo, o interessante a observar é a velocidade de mudança de um território em contexto de especulação imobiliária voltada para a segunda residência, principalmente em território em estado de instabilidade socioeconômica. No caso de Loma Bonita, o processo de especulação se iniciou em 2000, e, em apenas uma década causou transformações radicais na estrutura social da vida comunitária que

por tempos perduraram. Neste contexto, a possibilidade de vender a terra, ou parte dela, representou a possibilidade de acesso a alguns bens de consumo e uma certa melhora das condições de vida.

Um aspecto predominante em localidades que se tornaram turísticas é que o processo especulativo se iniciou com a melhoria dos acessos rodoviários. Lugares preservados, antes isolados, agora pela melhoria ou ampliação de rodovias passam a estar conectados com grandes centros e, por sua vez, cortejados para o uso da segunda residência. Na maior parte dos casos, compradores provenientes de regiões circunvizinhas que percebem a compra da terra como um meio de fazer negócio. Frequentemente, parte dos antigos habitantes se desfazem de sua propriedade por três ou dez vezes menor que o valor pago pelo comprador final pelo mesmo bem. Em certos casos, sequer há novo residente, mesmo que temporário, ocorrendo apenas a venda de uma terra para atender interesses meramente especulativos. Em um fenômeno que se repete em lugares voltados para o desenvolvimento turístico e imobiliário, a geração de empregos, a princípio, predominantemente masculina por conta do crescimento da construção civil e a manutenção das propriedades adquiridas, ocorre mediante ganhos temporários e de baixa remuneração. As relações na comunidade e no seio da própria família, por conta de opiniões diversas em relação à venda ou não da terra, tem se tornado conflitiva. O caso de Loma Bonita é claro: metade das famílias estão em conflito (RUDOLF, 2014), uma circunstância que já foi apontada nos estudos de gentrificação, sobretudo por Clay (1979), Clark *et. al*. (2007) e Cocola-Gant (2018).

A transferência de terra é o que distancia o fenômeno imobiliário-residencial do fenômeno turístico *per se*, a eminência da especulação em relação ao próprio crescimento do turismo. Como consequência da ocorrência deste fenômeno, conflitos relacionados à posse da terra têm aumentado, desigualdades econômicas e por gênero têm crescido, relações de poder têm se modificado, desvio de mão de obra dedicada à agricultura e à pesca para segmentos de maior instabilidade social tem ocorrido, o que conflui para a desestruturação da vida comunitária de modo permanente. E, parafraseando Rudolf (2014, p.89), “[...] os poucos habitantes que resistem em permanecer na terra se tornam testemunhos de uma transformação silenciosa”. E um emaranhado de antigos e novos atores confluem para que esse processo ocorra.

O processo especulativo, responsável por aumentos superiores a 500% no valor da propriedade, coloca em xeque a possibilidade de as populações locais terem de novo acesso à terra, à residência, seja através da compra, seja através do aluguel (RUDOLF, 2014). Esse fenômeno, atrelado ao custo de vida, implica que é questão de tempo o abandono ou afastamento dos antigos moradores do lugar de origem. Em muitos casos, já em um processo avançado de gentrificação do lugar, os residentes que persistem em ficar se tornam opositores aos turistas e demais visitantes, criando embates, que muitas vezes repercutem em retração no investimentos de detentores de capital, ou, ao contrário, conforme a singularidade específica do lugar, pode vir a atrair investimentos para atender um público ainda mais seleto e que busca a exclusividade, o que contribui para aumentar a marginalização das pessoas que viviam no lugar antes da atividade ali se inserir.

A geração de conflitos e retaliações, segundo Gascón e Cañada (2005), são potencialmente passíveis de ocorrer devido à distribuição desigual dos benefícios criados pela atividade turístico-imobiliária. A probabilidade das oportunidades e consequências positivas do desenvolvimento ocorrerem de forma similar para todos os indivíduos de um grupo é ínfima, levando em consideração que cada indivíduo está em, assim como exerce, posições sociais, econômicas, culturais e políticas distintas. O tipo e a quantidade de recursos que tem à disposição, o gênero, a idade, o conhecimento disponível, a capacidade de iniciar, a formação ou a educação, a característica da atividade laboral, as crenças, a capacidade de participar na tomada de decisões são fatores que contribuem para que este impacto seja diferenciado de indivíduo a indivíduo. Por isso, não é possível entender previamente de forma profunda e adequada quais serão as consequências de investimentos de um determinado recurso, sem considerar as características da estrutura social, econômica e política da comunidade anfitriã. Segundo Gascón e Cañada (2005), a distribuição diferenciada de ingressos financeiros na estrutura social, assim como a acessibilidade ao meio que permite explorar com êxito o novo recurso econômico e o controle realizado por um setor da população vêm a ser fatores que tramam a distribuição desigual de benefícios. O contexto prévio tende a determinar, por processos distintos, as características das mudanças provocadas pela inserção do turismo.

Apesar dos benefícios do turismo se destinarem para aqueles que já se encontram em uma posição privilegiada, o turismo se trata de um fenômeno que tem

o potencial de modificar posições de poder, e, inclusive, de dar reconhecimento a determinadas sociedades ou grupos. Segundo Glukman (1987), a introdução do fenômeno turístico pode vir a desencadear tensões e pôr em ebulição as forças sociais do lugar. É em momentos como esses que pode vir a suceder fatos inesperados e romper regras e acordos preexistentes. E, é no próprio cerne da tensão social que se pode compreender padrões de relações e sociabilidade, bem como as fontes que desencadearam o conflito. Valores que antes marcavam a autoridade dentro do grupo, como prestígio, idade, sexo e origem, vão sendo remodelados perante a interposição de fenômenos atuais e pretéritos, possibilitando tensões associativas que resultam das relações de sociabilidade e das relações familiares (RODRIGUES, 2012).

1.5 Território, movimentos sociais e resistência

A preparação do território para o desenvolvimento turístico, embora tenha em sua lógica a expansão de empreendimentos turísticos regulamentados, na prática o que se observa é a forte presença da função imobiliária voltada para a segunda residência. O crescimento da especulação imobiliária e a execução de projetos residenciais em territórios nos quais as populações da costa litorânea vivem sem a regularização da posse da terra tem agravado os conflitos. No caso brasileiro, terras que majoritariamente estão nos limites de propriedade da União, por circunstâncias históricas e legais, são garantidas como direito de propriedade às populações tradicionais, desde que os usos sejam conectados às necessidades de sobrevivência. Contudo, na atualidade, as políticas de ocupação do solo vêm adotando em uma exclusiva concepção mercantil[19] (RODRIGUES, 2010).

A ocupação da costa, sobretudo as latino-americanas, historicamente se deu por populações empobrecidas, com baixo nível de instrução, e que vivem basicamente de atividades do setor primário como agricultura e a pesca artesanal. Essas comunidades de caráter rural subsistem de recursos naturais do seu entorno, como mares, rios, mangues e a terra. A perda desses sistemas naturais vem a corroer e impedir as condições e as fontes necessárias para a sobrevivência dos mais pobres.

[19] Art. 225 da Constituição Federal – estabelece a zona costeira como patrimônio nacional e área de interesse especial: os terrenos de marinha e seus acrescidos podem ter sua destinação de uso sob diferentes regimes, como permissão de uso e concessão de direito real de uso resolúvel, locação, arrendamento, alienação, ocupação, cessão e aforamento (que pode ser gratuito ou oneroso). A cessão pode se dar de forma onerosa (cujo custo corresponde de 0,5 a 1,5% do valor do imóvel, terreno mais benfeitoria), gratuita (para finalidades de cunho social) e especial. Leva-se sempre em conta o interesse público, que pode, inclusive, ter por objeto bens de uso comum do povo, para atividades diversas, tais como reservas extrativistas, exploração das várzeas e vazantes, aquicultura, marinas, trapiches e embarcadouros, entre outros. Sempre será observado o interesse social, os encargos, normas e restrições da cessão originária.

Espaços de moradia, espaços de trabalho, ou de acesso ao trabalho são constantemente perdidos. O cercamento de sítios e terrenos, fechamento de ruas e construções de empreendimentos com suas barreiras de circulação têm dificultado a população costeira a ter acesso às práticas laborais junto ao mar e ao mangue. Às vezes, o próprio meio de sustento é extinto. Um caso emblemático é a venda de sítios de coqueiros para se tornarem empreendimentos turísticos e imobiliários. Por sua vez, rotas de trânsito e caminhos que estavam abertos antes estão sujeitas a restrições de trânsito e todos os tipos de obstáculos. No final, esses processos levam territórios a se tornarem mais fragmentados, excludentes e privatizados (CAÑADA, 2018).

Esse contexto, de perda do território das populações tradicionais pesqueiras e campesinas, vem ocorrendo por razões diversas, conduzidas por novas atividades econômicas que beneficiam muitas vezes uma elite econômica e política. Não por acaso, o fenômeno turístico-imobiliário não ocorre sem conflitos, pelo contrário, muitos são os contextos que têm enfrentado processos de resistência de variável intensidade, uns com sérios enfrentamentos e outros de menores proporções, a depender do contexto.

No entanto, o encontro e o diálogo de lideranças pesqueiras com lideranças campesinas, que enfrentam processos de luta históricos, com apoio de ambientalistas; alguns segmentos da igreja, como a Pastoral da Pesca, partidários da Teologia da Libertação e alguns outros segmentos da sociedade, como entidades societais e organizações não governamentais, têm favorecido os processos de ampliação da consciência sobre o problema e contribuído com o desenvolvimento de um forte capital social, de maneira a criar um propósito de luta por modelos econômicos mais equilibrados, equitativos, justos e ambientalmente mais responsáveis.

Entre as causas reivindicatórias no meio rural e costeiro, segundo Blázquez *et. al.* (2011), encontra-se a perda de recursos naturais ou o acesso a eles; oposição aos modelos de enclaves urbanísticos e turísticos; conflito entre setores laborais, tensões que envolvem disputas de territórios de vivência e de labor com novas espacialidades exógenas. Um contexto permeado pela crescente degradação do entorno, articulações políticas, movidas por lobbies empresariais para mudança nas leis de ordenamento do solo têm ofertado subsídios para a eclosão de reações de coletivos sociais, organizações não governamentais e de órgãos públicos, de diferentes esferas, que regulam ou controlam esse tipo de ações. Essas costumam ser mais frequentes onde o volume de projetos turísticos e imobiliários é intenso e quando a

capacidade organizativa dos seus grupos coletivos também o é (BLÁZQUEZ *et*. *al*., 2011).

Um movimento social, segundo Mario Diani (1992), pode ser definido como um processo onde atores se agregam, individualmente ou em grupos – até então – informais, para desenvolver ações articuladas com o propósito de reivindicar respostas a situações de conflito partilhadas entre os seus integrantes. Alicerçado a um ideal, o movimento social age em uma ação conjunta com o propósito de promover ou resistir a uma mudança, na sociedade ou organização da qual faz parte. Diani (*ibid*) aponta a definição de movimento social fundamentada em quatro características: (I) a existência de uma rede relacional de caráter informal; (II) existência de crenças compartilhadas e solidariedade; (III) uma ação coletiva num ambiente conflitual; (IV) manifestação fora da esfera institucional e da rotina cotidiana da vida social.

Comumente, se associa o movimento reivindicatório da sociedade à existência de forte capital social. Contudo, ainda se deve ponderar a abrangência desse caráter para o conjunto da sociedade. De acordo com as circunstâncias, ele parece ser fragmentado ou pulverizado em pequenos grupos e não para o conjunto da sociedade, como se indica que ocorre em sociedades avançadas (PUTNAM, 2000). Segundo o pensamento de Bourdieu (2000, p.163), o capital social caracteriza-se como uma “rede durável de relações” de “reconhecimento mútuo” que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais na construção e no fortalecimento de poder no seio e no entorno da sociedade.

Fukuyama (1995) complementa que o capital social se dilata pelas perspectivas de confiança e cooperação por parte dos sujeitos dentro da sociedade, referindo-se aos recursos morais e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais. Por seu lado, Boisier (1999) trabalha na perspectiva de *capital sinergético*, no qual o conceito se reforça de natureza intangível proveniente do capital cognitivo, cultural, simbólico, social, cívico, institucional, psicossocial, humano e midiático. Putnam (2000) reitera a existência de profusão de capital social em sociedades coesas que possuem uma cultura comum, contudo, aponta que o Estado tem papel de interlocutor na construção do capital social, um contexto incongruente aos teóricos de movimentos sociais.

Em uma perspectiva mais ampla, a conduta social se exibe estreitamente conectada ao meio social, e sobretudo ao territorial. Dentro da geografia crítica, Milton Santos (2006) considera que o conceito de *território* explica a compreensão da sociedade e suas contradições. Para ele, o território se revela como uma categoria

com base na qual é possível analisar a totalidade social e revelar a complexidade de seus usos. Onde a totalidade, de acordo com Santos (*ibid*), é produto do movimento e como movimento está sempre em mutação. O território usado, sinônimo de espaço geográfico, resulta de um processo histórico e opera como base material e social de inovações (SANTOS).

O território, embora seja um conceito amplamente usado pela geografia, vem sendo adotado também como categoria de análise por diferentes áreas do conhecimento científico. Em sua primeira abordagem, exibia um conteúdo e um aspecto político-administrativo de Estado-nação, ou seja, espaço político e simbólico do Estado, delimitado por fronteiras jurídicas (RAFFESTAIN, 1993). Em uma visão mais ampla sobre o território, Roberto Lobato Corrêa (1995) aponta que uma sociedade só se materializa através de seu espaço, espaço que ela origina e motiva, da mesma forma, o espaço só é compreensível através da sociedade.

Em uma linha de análise próxima à de Milton Santos, Rogério Haesbaert (2002) destaca que o território se manifesta como palco onde ocorrem relações sociais e conflitos de poder, de uma relação desigual de forças, que envolve domínio, controle político-econômico e a apropriação simbólica do espaço. As relações de poder podem ser conjugadas, desconectadas ou contraditoriamente articuladas. Para o autor, a condição humana de estar em um território pressupõe: pertencimento a um lugar, ter acesso às matérias necessárias à sobrevivência, ao trabalho, à habitação e às suas relações sociais. Por meio do estabelecimento de vínculos, criações ou invenções humanas e práticas sociais, é que se produz território ou, ao menos, a sua condição a uma territorialidade. No entanto, na medida em que o território é dominado por determinados agentes político-econômicos, ele também é funcionalizado e tende a asfixiar as relações culturais-simbólicas coexistentes no mesmo território e, como consequência, pode acarretar o fortalecimento das desigualdades sociais. Nesse sentido, a perda da condição territorial implica o afastamento, do homem ou sociedade.

Para este autor, o território, desde a sua origem tem uma conotação dupla: a material, representada pela dominação do poder jurídico, político e administrativo; e a simbólica, demonstrada pelo sentido identitário, vivido e apropriado. Enquanto a dominação transcorre através de um poder hegemônico de forças político-administrativas, econômicas e religiosas, a apropriação decorre como mecanismo de sobrevivência e/ou resistência das classes não dominantes politicamente, em uma

relação de identidade, similaridades e necessidades comuns. Ao tempo que a dominação tem valor de troca, a apropriação tem valor de uso. Segundo o autor, a apropriação e a construção de identidades territoriais resultam no fortalecimento das diferenças entre grupos que pode desencadear duas possibilidades antagônicas de ação: uma maior segregação e/ou um diálogo mais fértil e enriquecedor.

Smith (1996) apresenta o conceito de *cidade revanchista*, como um espaço que busca denunciar e contrapor o discurso hegemônico, no âmbito político urbano, sobre a necessária transformação do território, muitas vezes maquiado por processos perversos a certos segmentos da sociedade. Segundo Smith, embora o discurso de legitimação das políticas públicas de requalificação aponte a fixação da população já existente, a modernização do tecido urbano, o aumento do emprego e o crescimento econômico como propósitos, na prática funcionam como subsídio aos mais ricos (empreendedores, instituições financeiras, grupos da construção civil etc.). Nessa lógica, os mais pobres não são apenas os menos beneficiados, mas acabam se tornando os mais prejudicados, pois são submetidos a uma lógica que prevê um aumento dos valores fundiários e uma nova configuração da estrutura social. Algo semelhante à linha de pensamento de Smith (*ibid*), Sassen (2011) adverte que os movimentos de reinvindicação não são somente reações à gentrificação dos espaços públicos emblemáticos das cidades, mas também são atos de reinvindicação de um espaço público diferente ao que prevalece nas concepções dominantes, para além do consumo ou do trânsito, mas também como espaços de vivência e do movimento cidadão.

De forma semelhante aos centros urbanos que se encontram submetidos a interesses da atividade turística, a zona costeira, com os seus diversos territórios, vem sendo lócus de um acelerado processo de exploração pelo fenômeno turístico e imobiliário com base na dominação espacial. A nova prática social nesses lugares, por meio do turismo, concede novas acepções, usos e funções ao território. Para isso, antigas materialidades têm antigas formas e funções alteradas para a adequação aos novos processos de urbanização turística e de práticas espaciais imobiliárias. Nesta circunstância, de forma sutil, a racionalidade e a lógica da nova prática tendem a suprimir práticas que se encontravam historicamente presentes no território.

Segundo Santos (2004), as formas de organização social de cada tempo histórico se desvelam pelo conjunto existente de objetos herdados de tempos diversos, propondo que o espaço é a acumulação desigual de tempos. Este conjunto

de objetos atrelados a um sistema de ações são determinantes como uma variante funcional e social do espaço. Neste sentido, o fenômeno do turismo, ao impor seus fixos, ou seja, os objetos que o compõem, tende a exibir uma aparência repetitiva em todos os lugares, por fixar objetos passíveis de serem encontrados em diversas partes do mundo, que facilitam o papel funcional esperado do turismo globalizado, frequentemente de massa, onde quer que ele ocorra. Santos (*ibid*) chama esse fenômeno de *universalidade*, como resultado de um sistema técnico que atua em nível global, em que os fixos correspondentes não obedecem a nós, no lugar onde estamos, porque satisfazem uma lógica que nos é estranha, de natureza extralocal. Mas seguem o papel que esse sistema técnico é chamado a desempenhar: uma nova fonte de alienação dos homens dos seus próprios lugares identitários. Sua racionalidade é mercante e objetiva, mas não raro, também, simbólica. De certa forma, o território ocupado, segundo Santos (2006), passa a se configurar como arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil, enquanto o primeiro o generaliza, o segundo o singulariza.

Na prática, enquanto novos fixos são criados, passagens são bloqueadas e territorializações tradicionais são barradas. Em um local de atributos paisagísticos singulares, a desterritorialização é imposta como subterfúgio para a conservação paisagística natural ou em nome de um progresso econômico necessário. E aqueles que tinham uma simbiose com o seu habitat, portanto fazendo parte da lógica de conservação local, agora estranhamente não mais se enquadram no modelo de conservação da biodiversidade. Em situações desse tipo, áreas contíguas a praias passam a ser loteadas, muros são levantados e palhoças e petrechos pesqueiros vão se perdendo. No entanto, em processos de desterritorialização, forças de resistência podem emergir, e antigas materialidades de cooperação, por momentos perdidas, se reunir ou se recriar para um novo objetivo - nesse caso, a garantia e uso do território pesqueiro.

A partir de uma perspectiva filosófica proposta por Deleuze e Guattari (1997), se verifica que o movimento de resistência, de caráter *molecular*, vem para “contrariar”, “furar” a tenra organização que se estabelece. Ou seja, para desregular as imposições “molares”, em outras palavras, hegemônicas, representadas por processos de dominação do espaço, como fenômenos de gentrificação e turistificação, e a sua superestrutura institucional (local e extralocal) de apoio. Nesse sentido, o fluxo “molecular” para garantia do território, segundo Deleuze e Guattari

(1997), é movido por forças materiais e psíquicas, as linhas de fuga. Tal força, ou agenciamento, é desencadeada por crenças e desejos, denominados pelos autores de *fluxos de quanta*, que impulsionam o movimento, mesmo que muitas vezes utópicos ou, aparentemente, irrealizáveis.

Enquanto a ideologia produzida pela atividade econômica do turismo e imobiliária, as linhas duras, nomeadas por Deleuze e Guattari (1997), territorializam, codificam e sobrecodificam signos ou criam novos códigos; crenças e desejos - fluxo de quanta – que tendem a escapar da codificação imputada, e servem de eixo para reterritorialização de práticas desterritorializadas. Embora sutis, os movimentos de resistência podem ser impulsionados por certas coerções, no entanto, essas relações, nem sempre antagônicas, se revezam, ora em processo de mutação, ora de adaptação, ora em negociação, ora em conflito, mas, provocado pelo movimento caracteristicamente molecular.

Em uma perspectiva macropolítica, os centros de poder voltados para o desenvolvimento da atividade turística e imobiliária, que envolve trade turístico, gestão pública, organizações governamentais, organizações não governamentais - em diferentes escalas - exercem influência sobre o território pela sua força econômica e toda a tessitura de agenciamentos que essa influência envolve. No entanto, seu controle não é absoluto, e está constantemente lidando com fluxos que, embora possam se transmutar, não podem controlar. Essa é a sua impotência.

A ação global, dentro de uma perspectiva de influência sobre o nível local, determina que o lugar seja teatro de combinações pouco duráveis, cujo fator mudança é o dado global. No entanto, cada lugar, a cada instante, passa por um processo de valorização e revalorização, pelo que atende as exigências locais e globais. E, nessa trama de forças parece ser a ação local, através da materialidade herdada, que definirá se as exigências globais ocorrerão em maior e menor grau. Esta dialética entre a ação global e o local é que permite ao local se impor ou se submeter às exigências impostas a nível global (SANTOS, 2006). As possibilidades sempre tendem a variar de local para local a depender do grau de dependência que a população vem a adquirir em relação a uma nova atividade, neste caso, turismo e mercado imobiliário. No geral, os atos de resistência aos processos hegemônicos desencadeados pelo turismo têm obtido resultados parciais, ou sem solução, para os conflitos existentes.

Conforme aponta Gascón e Cañada (2005), o turismo, como qualquer outro novo recurso que gere benefícios em um determinado lugar, se converte em um

espaço de conflito em que os distintos setores sociais muitas vezes apresentam posições opostas. Em geral, os territórios não dependentes da atividade turística percebem apenas os efeitos negativos em seu cotidiano e nos seus hábitos sociais e culturais, e tendem a rejeitar a atividade no domínio local. Outros territórios, por consequência de perdas, seja ela de acesso a determinados espaços ou a práticas outrora permitidas, aliadas à percepção de direito ao recurso, também buscam se opor a mudanças. A título de exemplo, na costa brasileira, casos de resistência ao processo turístico e imobiliário têm surgido ao longo dos últimos anos.

O estudo de Milano (2015) apresenta um contexto de luta no Delta do Parnaíba, onde processos de privatização do território natural para a construção de empreendimento turístico de grande porte viria a limitar a famílias inteiras o acesso ao território pesqueiro. Diante deste contexto, criou-se a Comissão da Ilha Ativa, que ativou uma mobilização popular para denunciar em carta aberta os processos especulativos e ilegais que desembocassem em desastres socioambientais em toda a ilha. O efeito das estratégias de resistência permitiu que processos de grilagem fossem desfeitos e a obra do empreendimento turístico fosse embargada. No entanto, processos de especulação e crescimento da segunda residência seguiram avançando no lugar.

Lea Rodrigues (2010) aponta um caso semelhante na praia de Maceió, no município de Camocim, no Ceará. Esse caso foi uma tentativa de grilagem de terras que davam acesso ao mar, em um acordo do capital estrangeiro com o capital local. Com efeito, as pessoas da povoação ficaram impedidas de atravessar fazendas para ter acesso ao mar, desencadeando processos de conflitos entre a própria população: aqueles que queriam vender a terra – em uma perspectiva de desenvolvimento com base no turismo, e aqueles que não queriam, no interesse de regularizar a terra para a população. A cisão dos moradores quanto às propostas feitas por uma empresa imobiliária, repercutiu na partição da única associação local[20], existente até o início dos embates. Contudo, graças a um processo de articulação local foi movida uma ação no Ministério Público Federal que terminou por anular registros imobiliários para uma empresa italiana. A ação veio a favorecer 100 famílias de pescadores artesanais.

[20] A associação de moradores de Camocim foi fundada há anos com objetivo de reivindicar a instalação de energia elétrica na localidade.

Rodrigues (2010), retrata também uma situação semelhante em Nova Tatajuba[21], no Ceará. Uma antiga vila de pescadores, na qual, população não tinha a propriedade da terra, sendo o seu valor apenas de uso, e não monetário. As casas se posicionavam a uma certa distância umas das outras e sem a presença de cercas que delimitassem territórios específicos. Entretanto, a implantação de uma empresa imobiliária veio a mudar esse antigo modo operante, despertando o interesse pela capitalização de recursos diante de novo empreendimento turístico. Essa empresa imobiliária veio a desencadear o deslocamento da comunidade do seu antigo lugar e o afastamento de sua antiga condição em relação ao território que ocupara. A percepção do que aconteceu quando os líderes da associação passaram a frequentar encontros e seminários promovidos pelo Instituto Terramar e outras instituições ligadas à defesa das populações tradicionais e do meio ambiente. Nestes encontros, os líderes locais passaram a conhecer as dificuldades enfrentadas por outras populações do litoral desse estado nordestino e do Brasil, além de compreender mais amplamente a dinâmica de mercado que envolvia o turismo e práticas afins. Como resultado, uma ação movida pela associação Acomota – primeira associação de moradores de Tatajuba - na justiça, através do Ministério Público Federal, favoreceu os processos de garantia de uso da terra para os antigos moradores do lugar. Além disso, a realização de um documentário veiculado em rede nacional, potencializou o processo de apoio às ações para transformação da área em reserva extrativista (RODRIGUES, 2012).

E, embora esses processos reivindicatórios por parte dos antigos moradores locais tenham obtido vitórias legais, as perdas não deixaram de ocorrer, dentre elas a de maior relevância, a desagregação da população local. Esse problema está associado, preponderantemente, ao desvio do valor de uso das antigas propriedades para a predominância do valor de troca.

1.6 A Terra: do Valor de Uso para o Valor de Troca

Por tempos, a terra, o solo, em diversas sociedades, tinha um valor associado quase exclusivamente ao seu valor de uso. Contudo, com as mudanças modernas que coloca o solo em uma perspectiva mercadológica passível de rendimento e de lucro, o valor do solo incorpora, além do seu valor de uso, o valor de troca. Embora o

[21]No começo do processo de ocupação, quando alguma família ou novo morador desejava se instalar, apenas bastava consultar a liderança comunitária e essa indicava o local onde o interessado poderia construir a sua moradia.

valor de uso permaneça, e para alguns grupos sociais a terra seja um ativo essencial para a sua própria existência, a transformação desse ativo, ou melhor, a apropriação da terra por diversos capitais, visa a obtenção de renda, lucros ou juros, incorporando a ela um valor inerente a uma mercadoria, ou seja, uma fetichização da terra (SANTOS, 2004).

Dentre os segmentos sociais que lucram diretamente com a exploração do solo se destaca, segundo Topalov (1978), os proprietários rentistas. Eles se diferenciam de outros proprietários de terra pelo seu objetivo exclusivo de investir para obter renda de monopólio. Somente o fato de possuir uma propriedade já dá valorização a um capital, formado por um valor abstrato. Este tipo de proprietário poderá vender ou não, conforme a rentabilidade alternativa de seu capital, obtida em outra forma de investimento, ou seja, seu bem é administrado como capital.

Os detentores do capital financeiro, segundo Topalov (1978), formam outro segmento social que, embora não seja diretamente proprietários do solo, obtêm com a terra uma valorização do capital. O seu ganho normalmente ocorre pelos juros do capital nas transações de empréstimos para aquisição da terra, ou loteamento, ou imóveis. Segundo Harvey (1982), as instituições financeiras tendem a desempenhar um papel relevante na engenharia do mercado do uso do solo e da propriedade na economia de caráter capitalista.

E, ainda existem aqueles que lucram com a terra ou cidade através do processo de urbanização, abertura de vias e mesmo da edificação. Ao empregar trabalhadores na construção civil, tem-se um processo de valorização do capital empregado. Em que pese a especificidade do solo urbano, toda mercadoria tem em si valor de uso e de troca. Contudo, exibe-se uma larga diferença entre segmentos da sociedade que adquirem um imóvel, ou se apropriam dele, pelo seu valor de uso e, também, de troca, como mecanismo de renda - uma forma de poupança, ou suporte econômico social em uma situação de vulnerabilidade - e o proprietário rentista é a dimensão desta posse. De acordo com Topalov,

> A propriedade do solo é uma relação jurídica que abarca uma pluralidade de relações socioeconômicas concretas. E estas, de maneira nenhuma, se esgotam na relação jurídica. Podemos ilustrar esta proposição: não é a mesma coisa ser proprietário de imóvel em que se mora ou ser proprietário de um terreno agrícola que se arrenda a um colono, ou ser proprietário de um estabelecimento comercial no centro da cidade. A relação jurídica é a mesma, é o ‘direito de usar e abusar’ de seu próprio bem, segundo a fórmula típica do primeiro código civil burguês, o código de Napoleão. Sem dúvida, como é sempre o caso em matéria de direito, isto indica e esconde por sua vez

> relações sociais: define como formalmente idênticas relações sociais fundamentalmente diferentes (TOPALOV, 1978, p.173).

Entender quem são os proprietários rentistas de muitos imóveis e o proprietário de um imóvel alugado ou não, como um mecanismo de segurança social e sobrevivência, são contextos distintos em uma mesma realidade. Como bem diz Harvey (1980, p.137):

> O método [marxista] de colocar o valor-de-uso e o valor-de-troca em relação dialética entre si merece consideração porque favorece o duplo propósito de soprar vida nova nos estudos geográficos e sociológicos do uso do solo, e de construir uma ponte entre as abordagens espaciais e econômicas dos problemas de uso do solo.

Nessa dinâmica de transferência do valor de uso para o de troca na atividade turístico-imobiliária, vem se tornando uma importante fonte de negócios para proprietários rentistas, na medida que faz conceber novos espaços e mecanismos para realizar investimentos lucrativos. Neste cenário, o preço da terra não é definido pelo trabalho produtivo realizado, mas pela lei de oferta e procura, que se estabelece pelo intermédio do dinheiro. Os preços no mercado imobiliário tendem a ser determinados pelo que a demanda estiver disposta a pagar, já que os preços não estão relacionados à produção. E, a circunstância de disposição de novos terrenos à venda não faz baixar os preços. Isto significa que aumentar a oferta não tem sido suficiente para diminuir os preços, pois estes não estão regulados (TOPALOV, 1978).

Outro fator determinante, segundo Arlete Rodrigues (1988), é a especificidade desta mercadoria, em relação à qual o preço é estabelecido num mercado de concorrência imperfeita. O mercado imobiliário não se mostra transparente, ou seja, os agentes que atuam na compra e na venda de terras não têm conhecimento do conjunto de ofertas e demanda, porque há indivíduos que fazem particularmente a transação. Desse modo, o preço é definido pelo mercado. No caso do mercado turístico-imobiliário, a terra tem localização fixa que lhe concede privilégios de monopólio a quem tem o direito de determinar o uso nessa localização. Isso assume maior importância quando agregado ao fato de que esta mercadoria não perde valor, sendo usada ou não. Não fica depreciada, é permanente. Tem sido essa uma das formas mais frequentes de acumular riqueza. No caso da classe média trabalhadora, tem sido uma forma de garantia de vida tranquila na velhice.

Rodrigues (*ibid*) argumenta que a diferença está na motivação por detrás do tipo de renda procurada quando se compra uma parcela da terra, se ela é absoluta ou

diferencial. A primeira provém do tributo que é recebido pelo proprietário fundiário para que se possa fazer uso da terra por meio do aluguel ou da transferência do direito do monopólio por mecanismo de venda e compra. Já a renda diferencial caracteriza-se pelo sobrelucro que provém das vantagens de terrenos melhor localizados. A renda diferencial manifesta-se num espaço relativo, no contexto da instituição da propriedade privada, e na operação do modo capitalista para a produção do espaço. A renda diferencial, como a absoluta, de acordo com Rodrigues (*ibid*), é difícil de se estimar, perante o fato de que a terra e suas benfeitorias não se deslocam, fixa-se uma coordenada do espaço, que vem a conceder prerrogativa de monopólio a quem tem o direito de determinar o uso nessa localização.

Harvey denomina de renda de monopólio - categoria tomada da linguagem da economia política (HARVEY & SMITH, 2005) - que, dentro da lógica de acumulação do capital, como o quociente resultante da extração de sobrelucro de determinados locais, por conta das características - peculiaridade, natureza, qualidade - físicas, cultural e social do local que exibam significados estéticos e de designação da origem, como o caso da atividade turística (HARVEY; SMITH, 2005). Com base nesse conceito, pode-se perceber a posição que os atores hegemônicos exercem sobre o espaço, de maneira que aqueles que possuem suficiente capital podem investir e se apropriar de determinados recortes territoriais para obter benefícios privilegiados, enquanto, frequentemente, no caso das áreas costeiras intertropicais alvos do turismo, parte da sociedade que ocupava a área anteriormente é inserida à sua revelia em um processo de desterritorialização. Em situações em que esse fenômeno se manifesta, as consequências socioeconômicas e culturais negativas da turistificação negam a apologia do uso do turismo como estratégia de desenvolvimento, normalmente denominada de sustentável.

Embora a peculiaridade física seja inerente ao poder de atração dos lugares, no entanto sua substancial força está atrelada ao capital simbólico coletivo de marcas locais e valores fundamentados em qualidades especiais não duplicáveis, que são difíceis de acumular sem que suscite uma delegação de poder no âmbito local. Assim, a excepcionalidade de determinados terrenos vem a constituir a base do preço monopolista. Por exemplo, terras localizadas ao longo de trechos paisagísticos atrativos do litoral, tendem a ter um valor maior no mercado turístico-imobiliário. Dentro desta lógica, muitas vezes, como estratégia de extrair renda de monopólio de

determinados projetos imobiliários, o mercado turístico-imobiliário reserva a zona do solo mais seleta e rentável em vez realizar todo o projeto possível.

No processo de criação de projetos de residências em territórios turísticos de caráter elitista, os parcelamentos do solo envolvem lotes de alto padrão. De forma mais usual, vendem-se lotes, aguarda-se o início das construções e, posteriormente, vendem-se os demais lotes por valores mais elevados. E aí se vende também o 'status' de pertencer a uma fração privilegiada que se apropriará de um lugar que já exibe, pela localização e características das edificações, quem serão os vizinhos, em um processo de definição de classe e condição social, impulsionando processos de gentrificação rural, como também a provocada pelo fenômeno turístico, a gentrificação turística.

A atração de investidores e especuladores do solo é, segundo Smith (1988), o principal desencadeador deste processo. Esse autor aponta que o elemento característico de territórios gentrificados está no controle da oferta por determinados segmentos sociais. Nesse caso, esses segmentos podem ser formados por pequenos proprietários como grandes investidores, que, de maneira semelhante, reservam parte dos seus bens para fins apenas especulativos, ou seja, vir a obter rentabilidade futura, e não exatamente no intuito de vender e obter lucro imediato. Essa afirmação de Smith (1988) regularmente é contestada por não considerar os efeitos individuais de grupos específicos que chegam antes mesmo dos especuladores e são os responsáveis por criar um valor simbólico que vem a engendrar futuros processos de gentrificação (BATALLER, 2000).

Contudo, no exame desse fenômeno, parecem ser essas iniciativas individuais um efeito contemplado pelo próprio movimento do capital, ou seja, os territórios são selecionados também conforme seu poder de atração simbólico. Quando essas iniciativas são captadas pelo mercado, esses locais passam a ser elencados para investimento e obtenção de renda em prazos que variam de curto a longo prazo, conforme o poder econômico e o grau de atratividade desses lugares.

Em determinados contextos, essa fundamental característica induz específicos capitais a valorizar iniciativas locais distintas - e em certos aspectos, quanto mais distinta seja a iniciativa, melhor - e valorar reinvindicações de conservação de lugares para que continuem sendo suficientemente excepcionais e especiais para manter uma vantagem monopolista, subjacentes à sua capacidade de obter sobrelucro. Em certas circunstâncias, o problema para determinados segmentos capitalistas encontra-se em

buscar formas de cooptar, submeter, mercantilizar e monetizar tais diferenças na medida justa para poder apropriar-se das rendas de monopólios resultantes (HARVEY; SMITH, 2005).

Em uma escala local, certos mecanismos de resistência ou mesmo de legislação protecionista vêm influenciando ações voltadas à preservação de territórios, do ponto de vista ambiental e cultural, e de alguma forma social, possibilitando endossá-los como mercadorias incomparáveis, únicas e exclusivas, de maneira que limita os efeitos da espacialização acelerada de imóveis turístico-imobiliários sobre os lugares. Esse fenômeno representa um tipo de ganho coletivo que só se tornou possível com o avanço da luta dos grupos ambientalistas e de defesa de direitos sociais nas últimas décadas. No entanto, em contextos distintos, esse benefício ocorre de maneira seletiva, e não de maneira geral, o que se repete é a lógica, já existente em lugares globalizados, de mercantilização dos lugares de maneira massificada. A diferença é a ampliação do prazo de obtenção de rendimento econômico de determinados grupos envolvidos no processo de mercantilização dos lugares e da sua paisagem sociocultural. Mediante um discurso válido, que busca enfatizar a necessária preservação socioambiental, as limitantes legais muitas vezes são ampliadas em um contexto que pode acirrar ainda mais a formação de concorrência. Uma concorrência muitas vezes desleal entre aqueles que exercem lobby, que apresentam condições favoráveis para especular, e aqueles que não contam com as mesmas vantagens mercantilistas.

A competição, em determinados mercados, segundo Harvey & Smith (2005), tende ao monopólio (ou oligopólio) de maneira a eliminar as empresas mais débeis. Em uma escala local, o monopólio não é estritamente representado por uma única empresa, e sim por um conjunto de empresas, sobretudo articuladas, que dominam, determinam preços e selecionam público por conta das vantagens de localização atreladas ao privilégio de determinadas regras, por uma articulação ou lobby político local.

E, aqui entra a outra contradição apresentada por Harvey (2004), isto é, os mais ávidos operadores de ações ligadas à globalização prestam apoio aos processos locais, com possibilidades de produzir rendas de monopólio, ainda que a consequência de tal apoio seja produzir um ambiente político local hostil à própria globalização. Aplicando essa premissa apontada por Harvey à escala local, é interessante observar como processos de apoio aos movimentos sociais de

resistência acabam tendo apoios do próprio capital, quando os propósitos lhe interessam, neste caso a preservação da singularidade e excepcionalidade dos lugares, contra processos especulativos exógenos, ou mesmo locais que teriam a capacidade de afetar negativamente a atratividade implícita dos lugares, que é um recurso central na atividade turística.

Segundo Harvey e Smith (2005), a globalização não pode ser considerada como uma força causal para o desenvolvimento local, mas sim, os processos globalizantes que, de maneira articulada, modelam atividades e relações capitalistas da escala global ao local e vice-versa. Isso ocorre ao mesmo momento que modelos vem se repetindo localmente em territórios que inicialmente não parecem ter articulação com agentes externos. E, assim como o turismo se expandiu no mundo contemporâneo até atingir dimensões de massa, ele também se segmentou para atender padrões próprios das características pós-modernas. De alguma maneira, se beneficiam de padrões que nascem da própria globalização.

A percepção dos diversos segmentos sociais sobre os processos territoriais com os quais se deparam pode ser clara, míope ou radicalmente distorcida. E, isso pode vir a interferir nas diferentes respostas locais a esses processos, às vezes consonantes, às vezes dissonantes. O que está em jogo é uma relação bastante complicada entre diferentes escalas, na qual as iniciativas locais podem infiltrar-se até o alto para se articular com agentes e ações originárias de uma escala global.

A afirmação de Harvey (2004) sobre como o capital flui nas regiões de salários elevados com a mesma facilidade que nas regiões de salários baixos se conjuga de maneira interessante. Em estudos que têm como referência espacial o Nordeste brasileiro e as zonas tropicais da América Central, frequentemente se constata uma relação de parceria do Estado com o mercado, e como o primeiro facilita concessões para o segundo, fazendo com que os custos sejam arcados pela população geral. Quanto a essa afirmativa, não há dúvida desta articulação, mas por diferentes critérios o capital também flui onde não há essas ‘facilidades’. De outra maneira, busca-se benefícios, às vezes menos ousados, pelas próprias circunstâncias locais, mas se investe e se busca rendimentos de maneiras diferentes, ou iguais, de acordo com as regras socioespaciais impostas e a articulação com as estruturas de poder.

Capítulo 2 –TURISMO E MERCADO IMOBILIÁRIO: BRASIL E ESPANHA

2.1 Inserção do Turismo (imobiliário) na Espanha e Costa Brava

O litoral da Espanha, principalmente o Mediterrâneo, assim como outros de países europeus banhados por esse mar[22], se tornou destino de férias, ou de temporada, de milhões de visitantes. As áreas costeiras francesa, italiana e grega foram casos emblemáticos desta prática, vinculadas a destino de moda por volta da década de 1920. Contudo, com a eclosão da Guerra Civil Espanhola, que durou de julho de 1936 a abril de 1939, e a posterior instauração da ditadura militar de Franco – 1936 a 1975 – e, ainda a eclosão da Segunda Guerra Mundial – 1939 a 1945 – houve um freio ao fluxo turístico em território espanhol, nos referidos períodos.

A atividade turística voltou a ocorrer estimulada pelo próprio regime franquista como uma forma de atrair divisas e estimular o crescimento econômico local, em um contexto que contribuiu para converter a Espanha, na Europa pós-Segunda Guerra, em um destino de férias para a classe trabalhadora dos países industrializados da Europa. O novo estimulo à atividade turística ocorreu em um período de bonança e de paz social, denominado de “Trinta Anos de Glória”, caracterizado por uma conjuntura de recuperação do poder econômico, consolidação de uma sociedade de consumo de massa e flexibilização do tempo de ócio. Ademais, as diferenças geográficas, climáticas, sociais e econômicas da Espanha em relação ao restante da Europa propiciaram um cenário chave para que o processo de expansão das atividades turísticas em território espanhol fosse fortalecido. A moeda fraca, por conta de uma longa crise, na década de 1950, favoreceu a chegada de estrangeiros à costa espanhola, em condições econômicas e sociais melhores. Associado a isso, vários fatores eram favoráveis: a relativa proximidade de outros países europeus, melhorias de acessibilidade, o clima do Mediterrâneo, a associação a um destino de moda, e a superior capacidade econômica dos seus visitantes.

[22] Segundo Salvà Tomàs, Pere A (1998), os modelos de desenvolvimento turístico no Mediterrâneo, além da Espanha, concentraram-se no Sul da costa francesa, como Languedoc, del Rosselló e da Provence-Côte d´Azur. Na costa da Ribeira-Liguria, de Versilla, Costa Esmeralda (Sardenha), Península Sorrentina e a costa adriática na Itália e sobretudo a região de Atenas, na Grécia.

Os dois momentos pós-guerra, entre 1920 e 1936[23] e de 1950 a 1970, caracterizaram-se como uma primeira etapa de desenvolvimento do turismo e do mercado imobiliário na Espanha. Essa etapa é marcada pelo início da aquisição e construção de residências na zona costeira, balneária e campo, para uso temporário e esporádico de uma pequena elite espanhola e de pessoas de classe média e alta provenientes da parte norte da Europa.

Entre 1950 e 1970, a produção turística, segundo Murray (2015), se assentou estrategicamente no fordismo espanhol, de caráter fascista, e na divisão internacional do trabalho posterior à Segunda Guerra Mundial. Essa produção se realizou com a espacialização de enclaves urbano-turísticos nas zonas litorâneas dos arquipélagos canário e balear e em toda a costa do Mediterrâneo. No recorte da costa banhada pelo Mediterrâneo, a franja costeira peninsular e as Ilhas Baleares destacaram-se pela intensa produção turístico-imobiliária. A Costa Brava, Costa do Sol, Costa Blanca, Costa Dourada, Ilhas de Mallorca, Menorca, Ibiza e Formentera, converteram-se em principais zonas de visitação turística da Europa e, com efeito, ocorreu uma radical transformação da economia e das sociedades costeiras dessa parte da Espanha.

O desenvolvimento econômico, associado ao crescimento do fenômeno turístico e imobiliário, durante o período ditatorial, assegurou que prefeitos (alcaldes) de destinos turísticos e famílias ligados ao estado franquista obtivessem vultuoso aumento do seu patrimônio. Predominantemente, pela apropriação de terrenos de mortos, exilados ou condenados de guerra, além da realização de acordos e contratos que favoreciam a criação e ampliação de empresas, principalmente, para o então emergente mercado turístico. Embarcações, hotéis, restaurantes, e imóveis para uso temporal faziam parte do patrimônio das famílias ligadas ao regime fascista (MURRAY, 2015; BUADES *et*. *al*., 2012).

Assim como no Brasil, durante a ditadura militar o regime foi apoiado em massa pela burguesia, que, em troca, recebeu benefícios que, em certos casos, possibilitaram a multiplicação de fortunas e ampliação do seu poder político[24]. Esse cenário, que incluía forte controle social sobre as classes trabalhadoras e a consolidação das oligarquias (industriais, agrárias e financeiras) refletiu, de certa forma, na atual estrutura política, econômica e social da Espanha.

[23] As costas da Espanha, França e Itália eram destinos apreciados não somente por uma elite socioeconômica, como predominantemente intelectual e artística entre as décadas de 1920 e meados de 1930, antes das guerras civil e mundial, relatos sobre a visita de literatos e artistas são recorrentes nos lugares citados.

[24] Essa condição foi a principal responsável pela criação dos gigantes do mercado turístico-imobiliário de capital balear.

O governo militar de Franco usou a propaganda turística para atrair capitais para serem aplicados na costa espanhola, circunstância similar à que ocorreu no Brasil no regime ditatorial. Através da publicidade dos destinos turísticos, se expunha a imagem de um país do prazer, com belas praias, muito sol, e, ao mesmo tempo, ocultava os aspectos negativos da ditadura. Foi também através da propaganda, nas ruas e nas escolas, que o governo de Franco se empenhou para construir um novo imaginário coletivo: a Espanha estava em condições de penúria antes da Guerra Civil e a sua gestão possibilitou que isso mudasse. Ademais, para reverter a concepção de um regime de ditadura para o mundo, o governo de Franco adotou medidas orientadas para a abertura política com os Estados Unidos, denominadas “Pacto de Madrid”, em 1953. Esse pacto foi uma estratégia para que a Espanha fosse admitida nas Nações Unidas, em 1955 (MURRAY, 2015; BUADES *et*. *al*., 2012). Contudo, mesmo a Espanha inserida no novo modelo liberal não impediu que a repressão e castigos aos que aderissem às greves ocorressem, como o caso que sucedeu no ano de 1956[25].

O resultado dessas alianças e abertura política favoreceu a multiplicação do PIB espanhol em 9,2 vezes, de 1955 a 2007, um fenômeno denominando de ‘Milagro español’. Esse processo funcionou, segundo Murray (2015), como a base da emigração da população, exploração da classe trabalhadora e repressão política nas grandes cidades. Tal fórmula, denominada por Klein de Doutrina do Shock, fez da Espanha, assim como no Chile de Pinochet e na Indonésia de Suharto, um laboratório em potencial.

O ‘milagre’ se alimentou de investimentos estrangeiros nos setores industriais básicos, que geraram forte impacto ambiental, emprego de mão de obra barata, escassa relevância tecnológica, e nutrido por uma moeda fraca. Todo este processo de investimento na Espanha foi realizado através de pactos políticos que colocavam em difíceis condições sociais a classe trabalhadora. Para favorecer a inserção de empresas, salários foram achatados e direitos laborais foram reduzidos, ao passo que o processo de expansão turística e imobiliária continuava crescendo e transformando as zonas costeiras. Nesse contexto, se delinearam três marcos históricos da oferta turística e imobiliária em território espanhol (MURRAY, 2015).

[25] O ano de 1956 é marcado por um momento histórico denominado de Sucessos de 1956. Em fevereiro de 1956, na cidade de Madrid, ocorreu um acelerado enfrentamento entre estudantes universitários contrários e a favor do regime franquista, estes últimos denominados de falangistas. Este confronto resultou em mortes, prisões e o surgimento de diversas revoltas durante a década de 1960, o que veio a desestabilizar as bases do regime até o seu fim com a morte do ditador.

O primeiro desses marcos históricos do turismo na Espanha tem como temporalidade o período de 1959 a 1975, marcado por um capitalismo monopolista regrado na hotelaria e na expansão da construção de segundas residências; o segundo, de 1970 a 1990, foi marcado pela inserção de novos modos de produção e de novos produtos, como campings, novos modelos de segunda residência e, ao mesmo tempo, pela consolidação de grandes complexos hoteleiros, essa época também foi assinalada pelo surgimento de novas zonas turísticas; já o terceiro marco situa-se entre os anos de 1990 e 2007, com uma política altamente urbanizadora, que iniciou a construção de grandes complexos urbanos em pequenas e médias cidades (MAZÓN *et*. *al*., 2009; ALEDO, 2008; BUADES *et*. *al.,* 2012). Esses marcos turísticos tiveram sua afluência diretamente relacionada a quatro momentos da expansão do mercado imobiliário voltado para a segunda residência. O primeiro, entre 1920 e 1935, e, de 1951 a 1970; o segundo, de 1970 a 1980; o terceiro, de 1980 a 1994; e o quarto, de 1994 a 2008.

Durante o período referente ao primeiro marco histórico do turismo, entre 1959 e 1975, projetos hoteleiros puderam aceder a crédito para a sua ampliação. Esse crédito, claramente, beneficiava quem estava ligado à política associada ao regime franquista, majoritariamente de origem balear. O financiamento público não se reduziu à matriz hoteleira, ele se expandiu também para urbanização e realização de obras em locais de interesse turístico, encabeçado em 1964, através do Banco Hipotecário, e, dessa forma, favorecendo a continuidade da produção de segundas residências, ainda em seu primeiro estágio, até 1970. Outra forma de financeirização dos projetos hoteleiros ocorreu através de gigantescas operadoras de turismo pertencentes aos países do Norte europeu. Essas operadoras exerceram um papel de grande escala, e abusivo, porque eram as responsáveis em captar os clientes nos países de origem e levarem, através de pacotes turísticos, para alojar na hotelaria espanhola. Este processo de exploração econômica criou uma determinada dependência e, por sua vez, a depreciação do produto ofertado por conta dos baixos valores praticados (MURRAY, 2015).

Esses operadores eram de procedência ou articulado com os principais países emissores de turistas para costa do Mediterrâneo, isto é, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Luxemburgo, França e países escandinavos. Para se ter uma ideia, entre 1950 e 1994, o crescimento do turismo internacional nos países banhados pelo Mediterrâneo aumentou 1.800%, principalmente nos países situados na bacia norte-

ocidental (França, Espanha, Itália e Mônaco), com destaque para a França e a Espanha, que concentram 60% do turismo em cidades da costa. Os de menor fluxo foram a ex-Iugoslávia, Grécia, Turquia, Egito, Tunísia, Argélia e Marrocos (SALVÀ TOMÀS, 1998).

O segundo momento da expansão turística espanhola, de 1970 a 1990, foi marcado pela criação de grandes complexos hoteleiros, que se diversificaram do modelo sol e praia. Se multiplicou também o número de praças turísticas distintas da tradicional, como a de apartamentos e campings. Esse segundo momento da expansão turística na costa mediterrânea espanhola também foi marcado pelo segundo e terceiro momento da expansão residencial de uso temporário. O segundo estágio de expansão de segunda residência, entre a metade da década de 1970 e início da década de 1980, caracterizou-se pela produção de arranha-céus enfileirados na primeira linha da costa, em povoados situados em montanhas ou nas cercanias de bosques. O terceiro estágio da expansão da produção de segunda residência ocorreu entre 1980 e 1994, e se caracterizou por um modelo estadunidense, que se configurava pela espacialização de unidades residenciais e urbanísticas isoladas. A configuração do modelo de espacialização de segunda residência gerou a multiplicação da oferta turística não regulamentada. A título de exemplo, a Catalunha apresentava, na década de 1990, 50% da sua capacidade de alojamento com base em campings e apartamentos, o maior percentual de toda a Espanha (SALVÀ TOMÀS, 1998; FERNÁNDEZ DURÁN, 2005).

Já o terceiro momento da expansão turística na Espanha, entre 1990 e 2007, foi marcado pela inserção da atividade turística em novos territórios, não mais exclusivamente costeiros. A inserção de territórios rurais no circuito turístico teve como seu principal estímulo a entrada da Espanha na União Europeia. Nessa nova circunstância, territórios rurais favoreceram-se de fundos europeus destinados ao setor agrário, denominados PAC[26] (Política Agrária Comunitária).

A PAC, no lugar de implementar melhorias diretas para o setor agrícola, como parecia sugerir a nomenclatura, viabilizou a conversão de regiões atrativas ao turismo.

[26] A Espanha foi contemplada com a PAC em duas fases, a primeira das quais teve seu início em 1962 pela adoção de medidas protecionistas e produtivistas – como resultado modernizou o setor e buscou a propulsão da produção. Já a segunda fase se iniciou em 1999 por um modelo multifuncional, diversificado, voltado para o turismo rural e produções culturais, alimentando a crescente oferta do denominado turismo cultural (AGUILAR et al*.,* 2003, p.166). Este segundo momento tinha como objetivo não somente produzir, mas manter o espaço rural ativo e conservar a qualidade do espaço e da paisagem, nasceu dentro de Políticas de Desenvolvimento Rural – PRODER, através de programas de intervenção denominados Leader I (1991), Leader II (1994-1999), Leader Plus (2002-2006). Nas agendas de trabalho incluíam fortalecimento de pequenas empresas artesanais, valoração de produtos locais e de recursos naturais e culturais.

O fundo destinou-se a melhoria viária e infraestrutural de pequenas e médias cidades, com a retórica de desenvolver e assim possibilitar a fixação da população local. Essa política de larga multiplicação de estrutura residencial e de serviços em complexos projetos urbanísticos foi a cereja do bolo para os empresários do mercado imobiliário. Após 1992, com a abertura de diversas linhas de crédito para modernização de novos espaços turísticos, em toda a Espanha, viabilizou-se que investimentos fossem feitos em diversas regiões do território nacional, assim como possibilitou a diversificação de serviços voltados ao ócio. Com a diversificação da oferta turística, já não era um bom negócio para empresários do mercado imobiliário ter seus investimentos concentrados em um único território (MURRAY, 2015; BUADES *et*. *al.*, 2012), isto é, na zona costeira do país.

No entanto, nesse estágio da expansão turística, o principal negócio para os investidores do mercado imobiliário se concentrou na construção de segundas residências, marcando assim o quarto momento da expansão desse mercado, entre 1994 e 2008. Foram construídas mais de 5.000.000 unidades em um período que se caracterizou pela instalação de macrourbanizações acompanhadas de campos de golfe. Complexos com 2.500 residências cercadas de serviços urbanos e sociais, escola, comércio, atividades sociais e, inclusive, hotéis quatro e cinco estrelas, em um espaço exclusivo, que reproduz o caráter deste modelo. O Estado da Murcia se tornou um cenário emblemático desse tipo de produção imobiliária.

Discrepante das fases anteriores, embora os objetivos e os efeitos sejam semelhantes, a quarta fase da expansão imobiliária na Espanha no contexto em questão exibe uma conjuntura de maior impacto em relação ao entorno, por seu caráter autossegregador. Antônio Aledo (2008) denomina esta última fase de Novo Turismo Residencial – NTR, pelo caráter privatizado, autônomo e apartado das estruturas sociais preexistentes no território, formado por unidades de ócio residencial e instalações de caráter permanente ou quase permanente. Segundo Aledo (*ibid*), a produção desse tipo de enclave imobiliário gerou condições precárias para a população local que não tinha mais o mesmo acesso ao imóvel, tanto por meio de compra como pelo aluguel, diante deste modelo especulativo que favorecia o comprador europeu proveniente do Norte. Além disso, esse modelo, que exigia grandes volumes de água para manutenção dos campos de golfe, gerou um forte conflito com a população residente dos estados mais secos da Espanha.

No caso da costa catalã, o progressivo aumento de preços de produtos e serviços decorrente do turismo se incrementaram desde a década de 1970, e foi intensificado com a Olimpíada de 1992, em Barcelona. Segundo Gascón e Cañada (2005), embora as cidades litorâneas da Catalunha tenham ampliado o ingresso de impostos gerados pelo turismo, esse incremento não retornou proporcionalmente para a população local desses lugares, em uma política que previa uma redistribuição de benefícios equitativa entre os estados. Pelo contrário, parte da população sofreu um empobrecimento real por conta da perda de poder aquisitivo.

O contexto de especulação e empobrecimento da sociedade veio a piorar com a entrada da Espanha na Comunidade Europeia, levando o desemprego da População Economicamente Ativa - PEA ao índice de 22%. A baixa competitividade espanhola dentro de uma comunidade que estava avançando em diversos processos sociais desde o fim da Segunda Guerra fez com que o contexto que já estava ruim piorasse. Tal entrada do país na Comunidade Europeia ocorreu mediante a adoção de um pacote de medidas que envolvia um novo modelo econômico e que estabelecia a privatização das principais estatais espanholas, desarticulação nas atividades agrárias e articulação para um processo de urbanização. Quem se favoreceu deste processo de mudança de políticas governamentais alinhadas ao neoliberalismo foram as elites consolidadas no período franquista, fato que possibilitou a formação de grandes corporações de serviços (FERNÁNDEZ DURÁN, 2005; MURRAY, 2015).

Nesse contexto, à medida que a Espanha se abria para investimentos externos, quase na mesma proporção iniciou a investir fora do país, majoritariamente dentro da própria Europa, e, em seguida, nos países da América Latina e paraísos fiscais. No caso da América Latina, os investimentos iniciais se deram devido ao corte neoliberal ocorrido em final da década de 1990 para a realização das privatizações de grandes estatais[27], com destaque para Chile, México, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Argentina e Brasil. A inversão de capital estrangeiro, decorrente dessa política de investimento, se viabilizou em decorrência do PAR (Programa de Ajustes Estruturais) - denominado “Consenso de Washington” – que preparou o terreno para investimentos em quase todo o continente (ORTEGA, 2005). O mercado financeiro, de telecomunicações, de serviços básicos - de água, energia e transporte -, até serviços sociais como

[27] Pode-se delinear três principais marcos no processo de privatização. O primeiro de empresas estatais do setor industrial e comercial que apresentavam baixos rendimentos, seguida, em um segundo momento, pela aquisição de estatais que prestavam serviços básicos como água, eletricidade, gás, telecomunicações e financeiros; até um terceiro momento que alcançou serviços públicos sociais de educação, saúde e de fundos de pensão.

educação, saúde e fundos de pensão passaram a ser setores cobiçados por investidores espanhóis, em contratos e valores que envolviam um sistema complexo formado por lobby e até mesmo corrupção. Embora tenham sido os primeiros a adquirir multinacionais, em um método de compra de empresas por valores defasados para revender a valores superiores, 30% a 70% delas tinham o seu capital pertencente a britânicos e estadunidenses (MURRAY, 2015).

Nisso, o processo de privatização favoreceu a formação de elites financeiras e empresariais que trasladaram investimentos para ampliação do promissor mercado turístico-imobiliário, nacional e internacional. Esse processo se acelerou de tal maneira em todo território espanhol, que veio a ser denominado de Festa do Ladrilho. Esse momento se iniciou por um discurso de déficit de moradia, embora a produção de moradia ocorresse enquanto metade dos imóveis de 1950 estavam sendo demolidos (MURRAY, 2015; FERNÁNDEZ DURÁN, 2005).

A continuidade do processo de produção de imóveis somente se sustentou com a possibilidade de transformá-los em segundas residências para o público estrangeiro, especialmente os aposentados da parte da Europa mais rica, como Inglaterra, Alemanha e França. Como resultado dessa ampliação na produção de imóveis em larga escala, em 2001, um quarto dos imóveis produzidos era composto por residências secundárias, enquanto um outro quarto era formado por residências que estavam desocupadas. Em relação a 2007, esse percentual de residências de uso temporal era ainda maior, um terço do montante produzido, enquanto um oitavo estava na situação de desocupada. Além do mais, entre 1991 e 2007, o metro quadrado dos imóveis quase quadruplicou, de 589 euros/m², em 1991, para 2.056 euros/m², em 2007. Este processo de produção favoreceu-se da Ley del Suelo (Lei do solo), de 1998, um marco de ordenamento institucional que permitiu que quase todas as terras se tornassem de caráter urbanizável. Essa expansão urbanizadora transformou o território espanhol, a princípio, barato para europeus e com facilidades legais fiscais, enfim, um verdadeiro paraíso financeiro-imobiliário europeu (MURRAY, 2015; BUADES *et. al.*, 2012).

O marco institucional regulatório, para a expansão da construção, associado à fama turística da Espanha, o financiamento de instituições da União Europeia e mecanismos financeiros que agilizavam o campo da compra e venda de imóveis, favoreceu a expansão turística-imobiliária espanhola, impulsionando o surgimento dos gigantes do mercado imobiliário. Além disso, o processo de aquisição de residências

(principais e secundárias) pela população, fundamentado em um sistema de endividamento, foi um elemento a mais para fortalecer a engrenagem do processo de transformação do modelo imobiliário. Este foi possibilitado, em grande parte, pelo efeito da riqueza engendrada pelo crédito dado pelos bancos locais com respaldo dos bancos internacionais. Isso se alicerçou em uma cultura do consumo de bens e a expansão do turismo interno. Espanhóis que haviam saído dos seus lugares de origem, para buscar condições melhores de sobrevivência, passaram a retornar e investir em imóveis de segunda residência, para usufruto no seu tempo livre (MURRAY, 2015; FERNÁNDEZ DURÁN, 2005).

Essa nova conjuntura favoreceu também o aumento do turismo interno, somente o território catalão chegou a receber um fluxo de 20,7 milhões de turistas, o colocando na posição de segundo maior território receptor do país. No mesmo período, a Andaluzia ocupava a primeira posição, recebendo 27,4 milhões de turistas espanhóis. O ano de 2005 alcançou o auge do turismo interno na Espanha, mas, em 2007, frente à grande crise mundial, a demanda turística se contraiu. Um dos efeitos dessa crise foi o endividamento de famílias que se encontraram sem recursos para pagar as hipotecas devidas. Esse endividamento gerou um forte processo de desapropriação de imóveis, levando a perda de imóveis adquiridos como objeto de investimento, como também levou à saída de famílias de suas residências principais (RAMOS CARAVACA, 2014).

Os efeitos da bolha imobiliária de 2007 também refletiu na proliferação de projetos que não tinham demanda para comprar as residências ofertadas. Mais de 30% das residências de toda Espanha ainda estão desocupadas e, em algumas circunstâncias, sequer os projetos chegaram a ser concluídos. Além disso, o processo de construção desenfreado gerou uma rápida deterioração da paisagem, e por sua vez o abandono, por parte de muitos turistas, de destinos anteriormente chaves. Ademais, um dos efeitos da adoção do euro pela Espanha foi a perda de capacidade de compra dos alemães, até então os principais visitantes da Espanha. Sem embargo, os franceses, pela própria melhoria das rodovias e pela inserção do carro, ampliaram o interesse de passar férias na Espanha, em especial nas praias catalãs, devido à relativa proximidade (BUADES *et. al.*, 2012; FERNÁNDEZ DURÁN, 2005).

A inserção e ampla proliferação do uso da internet nos hábitos cotidianos, assim como a multiplicação de meios de transportes velozes e mais baratos retirou o poder do operador turístico e de grandes gigantes do turismo balear, no início do novo

milênio. Pelo menos 40% da população que visitava destinos turísticos da Espanha não chegava a pernoitar, e quando fazia, muitas vezes adotava novas formas de hospedagem, em grande parte não regulamentada, como residências de uso temporário. A saída para o mercado investidor balear[28] foi criar novos terrenos de investimento, neste caso Leste Europeu, África Mediterrânea, América Central e América do Sul (MURRAY, 2015).

O mercado hoteleiro balear exportou o modelo que melhor conhecia e entendia seus riscos e oportunidades, o modelo hoteleiro com tudo incluído (*all inclusive*). A Espanha foi o primeiro laboratório do turismo *all inclusive* de larga escala, para em seguida ser exportado para outros destinos, do outro lado do Atlântico e países da África mediterrânea. No continente americano, os países da América Central foram os primeiros a ser contemplados, e, em seguida os da América do Sul. Aledo (2016) denominou esse fenômeno, ocorrido entre de 2002 a 2008, de "salto atlântico espanhol", caracterizado pela internacionalização de cadeias hoteleiras, principalmente de capital balear, em países latino-americanos, quando o contexto espanhol não estava mais favorável para a reprodução de uma prática de produção imobiliária que, movimentava vultosas somas de capital, com grandes lucros para os grupos financeiros e turístico-imobiliários envolvidos.

2.1.1 Leis urbanísticas do caso catalão

O território de domínio espanhol conta com 8.000 quilômetros de costa. Isso representa, dentro de uma faixa de 500 metros a partir da costa, 0,55% do território do país. Se for computada uma faixa de cinco quilômetros, esse percentual alcança 4,26% do território espanhol. Embora esses percentuais não pareçam elevados, comparados a todo território, ele é significativo quando se considera que 44% da população espanhola vive no espaço costeiro, repartido entre 500 municípios litorâneos. As Ilhas Canárias (61.400 ha), acompanhada da Galícia (46.931 ha) e Ilhas Baleares (43.589 ha) despontam como maior superfície artificial ocupada na franja de

[28] O incremento das cadeias hoteleiras baleares foi favorecido pelo oportuno marco histórico-econômico. O primeiro deles propiciado pelo próprio estado franquista, onde favores e acordos contratais eram extremamente tencionadas a favorecer aos que apoiavam ao regime, na mesma medida que cargos de gestão e de confiança eram ocupados por aqueles que apresentavam sincronia ao regime. A abertura do regime favoreceu ao desenvolvimento turístico, contudo terras e contratos para a espacialização da atividade favoreceram a aqueles que já se encontravam em uma situação privilegiada, dando destaque ao mercado hoteleiro em expansão. A retroalimentação de demanda para atender à crescente oferta foi solucionada pelo estabelecimento de vínculos com operadoras turísticas do norte europeu. Contudo, o pulo do gato ocorreu quando essas empresas hoteleiras se associaram a bancos, no mercado de investimento, ao mesmo tempo que estreitou laços com o mercado imobiliário, através de sociedades e acordos. Este processo foi favorável para que as cadeias baleares não somente crescessem dentro do seu território como dessem saltos para novos territórios, buscando novos mercados e diversificando seus produtos. Uma das estratégias adotada foi a venda de ativos que estavam se desvalorizando para investir em novos espaços.

500 metros, em referência a sua extensão total. Em referência à maior superfície absoluta artificial, a comunidade autônoma de Valência se destaca com 51% do seu território concentrado na franja marítima em até 500 metros, contrastando com Astúrias que apresenta apenas 9% da superfície costeira como urbanizada, o menor percentual do país (GREENPEACE, 2013).

No Mediterrâneo, a superfície costeira urbanizada representa 43% da ocupação do solo. Somente a comunidade autônoma da Catalunha, subdividida em quatro províncias administrativas - Barcelona, Tarragona, Lleida e Girona - dispõe de uma costa de 600 km longitudinais de litoral, que representa 8% de todo o estado catalão, mas que, no entanto, concentra 45% da população da Catalunha, em seus 75 municípios costeiros (CARBONELL, 2014). A esse contexto, estão associados dois fenômenos contemporâneos: a artificialização da costa e a litoralização da população espanhola. O número de residências no litoral catalão se multiplicou por dez e em outras circunstâncias por cem, entre o período de 1987 e 2005, tornando alguns territórios em casos de relevante impacto socioespacial (GREENPEACE, 2013).

Um estudo do Greenpeace (2013) sobre os efeitos da urbanização na costa, aponta a expansão de riscos ecológicos associados ao aumento do nível do mar - no Mediterrâneo em 20 cm - e a fortes temporais - em dezembro de 2008, a costa catalã sofreu os efeitos de um exemplo emblemático desse tipo de fenômeno atmosférico. Esses riscos se ampliam em lugares situados nos deltas ou em praias confinadas ou modificadas artificialmente por espigões, portos desportivos e áreas densamente urbanizadas. A situação de maior vulnerabilidade se explica pela mudança do fluxo de ondas que ocasiona o retrocesso de metade da praia e o avanço da outra metade. As praias do norte do Mediterrâneo, sobretudo na Costa Brava, estão incluídas entre as mais suscetíveis a esses tipos de efeitos.

O movimento populacional para a costa catalã, segundo Abascal e Bilbao (2012), remonta aos efeitos da industrialização[29], da modernização agrícola[30] e da expansão progressiva da economia em dimensão regional, que se iniciou ao longo do século XVIII, prosseguindo na primeira metade do século XX. A partir da década de 1950, o solo costeiro catalão passou a ser ocupado pela atividade turística e imobiliária, em processo de consolidação, atrelada à urbanização e crescimento do fenômeno da segunda residência. Como consequência, 44% do território, composto por praias, encontra-se urbanizado, um dos litorais mais construídos da costa espanhola, em um cenário em que um terço do total de residências edificadas são voltadas para usos distintos da moradia principal (FERNÁNDES DURÁN, 2005; NAREDO, 2006).

Entretanto, é no território catalão que se exibe o maior percentual de áreas protegidas, predominantemente parte registrada como Parque Nacional. E, El Port de la Selva – caso espanhol que faz parte deste trabalho – se destaca, juntamente com as cidades de Cadaqués, Sant Jaume d´Enveja, Sant Carles de la Rapita e Castelló d´Empúries, como o município que tem o maior percentual do território protegido da Catalunha[31], 92%.

Além disso, em 2004, com a finalidade de minimizar os efeitos ambientais indesejáveis, originados pela expansão das atividades turísticas e imobiliárias no litoral, a Espanha implantou o Plano Diretor do Sistema Costeiro – PDUSC –. O plano apresentava como principal objetivo preservar parte dos espaços da costa que ainda se encontravam não urbanizados e desta maneira evitar que novos trechos pudessem também ser edificados. A proposta era de preservar espaços costeiros por seu valor

[29] A Catalunha destacou-se como um dos poucos territórios da Europa que atuou no processo da industrialização desde o primeiro momento da Revolução Industrial. Seu impulso inicial, assim como a Inglaterra, se fundamentou na transformação do algodão em tecido por métodos mecanizados para construção de uma indústria têxtil. As primeiras máquinas começaram a funcionar em solo catalão já no ano de 1784 e se expandiu ao longo do século XVIII. O processo de industrialização ocorreu predominantemente nas cidades costeiras por uma série de fatores. Primeiramente, pela distribuição espacial pretérita, de maneira geral, os espaços costeiros se dedicavam ao cultivo da uva e da oliva, em seguida, nas encostas das montanhas dedicava-se a produção de manufaturas de lã, enquanto, o interior predominava o plantio dos cereais. Outro fato relevante, ocorreu a partir de 1870, quando o carvão, produto importado imprescindível para o funcionamento das tecnologias daquele momento, estava demasiado caro. Esta situação levou capitalistas do mercado têxtil a trasladarem suas fábricas para a costa para aproveitar a força motriz hidráulica de fontes de água. Rios como o de Besòs, Llobregat, Cardener e Ter serviram para o crescimento da atividade industrial e para o nascimento de colônias industriais, distantes de urbes, cuja a estrutura da fábrica se estruturava agregada a uma vila operária que contava, além das moradias, com escolas, igrejas e espaços de sociabilidade voltados para os operários e suas famílias. Além disso, a proximidade dos portos facilitava o recebimento da matéria prima, assim como servia para exportar os tecidos produzidos. Este estado de coisas influenciou o processo de urbanização da costa catalã, principalmente, próximo aos portos de Barcelona, el Maresme e el Garraf, entre os anos 30 e 60 do século XIX.

[30] Reflexo do processo de industrialização, a Catalunha se destacou pela fundação de numerosas fábricas químicas dedicadas à produção de fertilizantes.

[31] Do montante dos municípios que exibem em seu território área protegida, destaca-se El Port de la Selva (Girona) com 92%, Cadaqués (Girona) com 73%, Sant Jaume d´Enveja (Tarragona) com 81%, Sant Carles de la Rapita (Tarragona) 65%, e Castelló d´Empúries (Girona) com 62% dos respectivos territórios (GREENPEACE, 2013).

paisagístico e natural e assegurar a proteção de ecossistemas terrestres e marítimos. Segundo Abascal e Bilbao (2012), o PDSUC (2004) delimitava as chamadas Unidades Territoriais de Regulação do Solo Costeiro (UTR), atribuindo a elas usos com características determinadas, de acordo com seus objetivos. O PDUSC classificou cinco modalidades de UTR, dentre as quais se encontram, por exemplo, as UTR-1 (UTR de Solo Costeiro), que admitia usos desde que preservassem a natureza rústica dos espaços, conforme o seu valor intrínseco ou capacidade de conexão com o interior do país, e proibindo outros que viessem a se descaracterizar caso fossem ocupados e edificados.

Paralelo ao PDSUC, a Comunidade Autônoma da Catalunha, diante da expansão acelerada da atividade imobiliária, pôs em marcha, a partir de 2005, um sistema de planejamento que tinha a finalidade corrigir efeitos deletérios da atividade imobiliária para o meio ambiente. O conteúdo desse plano visava articular diversos níveis, a exemplo das escalas regional e territorial, bem como o contexto urbano, para minimizar os efeitos problemáticos em território catalão. O plano surgiu em 2005 e se estendeu até 2008, quando veio a ser freado pelo estouro da bolha imobiliária em 2007. Com o estouro da bolha, a produção e a venda de segundas residências foram interrompidas, fato que veio a gerar uma crise na construção civil (ABASCAL e BILBAO, 2012).

Nesse momento, diante de uma forte pressão por conta da queda na construção civil, o governo espanhol lança a nova Lei da Costa (Ley 2/2013) que flexibiliza e torna mais flexíveis os dispositivos legais de controle de ordenação. O futuro de municípios costeiros, através de Planos Generales de Ordenación Urbana (PGOU) e os Planes Rectores de Uso e Gestión (PRUG) são colocados nas mãos de prefeitos (Alcaldes e Alcaldesas) e conselheiros (legislativo local). A permissividade da nova lei causou uma maior pressão sobre zonas de interesse ecológico para atender um mercado que já se encontrava saturado. Por exemplo, somente no ano de 2011, o território espanhol contava com o número 676.038 residências construídas e não vendidas (GREENPEACE, 2013). Tal flexibilidade na nova lei tem preocupado diversos segmentos da sociedade[32], diante de um contexto de desequilíbrio socioambiental e espacial. Tal condição aponta que diversos territórios foram

[32] Nesse sentido, na Espanha citam-se, com atuação na Espanha, o Foro por um turismo responsable, Alba Sud, ODG, Greenpace, Deuda en la globalización, Ecologistas em ación, Llebertaria de Mallorca, Contrainfo Cat, Cultura Obrera, Sóller o nets?,Grup balear dórnitologia i defensa de la naturaleza.

colocados em uma situação de maior vulnerabilidade, sendo delimitados e regidos com base apenas na escala local.

2.2 Turismo e expansão imobiliária no Nordeste brasileiro

O litoral úmido do Nordeste foi a primeira parte do território brasileiro a ser ocupado, após a chegada dos colonizadores. O seu solo fértil, favorável ao plantio da cana de açúcar, possibilitou um proveito duplo e estratégico: a soberania sobre o território ocasionado pela ocupação extensiva do litoral e uma importante receita proveniente da elaboração de um produto bastante valorizado para o comércio exterior, o açúcar. O cultivo de uma monocultura em larga escala foi parte de um modelo de distribuição concentrada da terra, em que amplas extensões de terras foram distribuídas para poucos indivíduos, ao passo que a mão de obra empregada no cultivo e na produção do açúcar fazia parte de um corpo social formado majoritariamente por escravos. Esse modelo, mesmo quando falido, persistiu em existir, fato que reflete, até a atualidade, na ainda intensa distribuição desigual da riqueza, principalmente das terras, no Nordeste brasileiro.

Por séculos, a grande massa pobre da população se espalhou dentro de gigantescos latifúndios das oligarquias rurais. Elas, as oligarquias nordestinas, concentravam (algumas ainda concentram) o poder econômico, social e político de boa parte do território nordestino, consistindo de um modelo produtivo que também se repetiu em inúmeras outras regiões brasileiras. Entre muitas dessas oligarquias se formaram disputas políticas e econômicas, assim como revanches, fato que delimitou territórios e limitou severamente a comunicação entre eles no que diz respeito às relações comerciais, econômicas e políticas; a comunicação se dava de forma mais direta com a Coroa. A base das disputas era pautada no poder territorial no sertão (campo) e a concentração de poder político no litoral (capitais). Como reflexo dessa configuração socioespacial, até a década de 1950 as principais cidades nordestinas - política e economicamente -, embora relativamente próxima uma das outras, pareciam ilhas incomunicáveis, por falta de articulação entre elas (SILVA; FERREIRA, 2008).

A partir dessa década, para estimular o desenvolvimento econômico e industrial nesta região brasileira, surge uma proposta federativa de articulação entre as capitais e o interior do Nordeste. Em 1952, no então governo de Getúlio Vargas, foi criado o Banco do Nordeste com o propósito de fomentar crédito para a criação de empresas

e possibilitar a reversão do contexto de miserabilidade das regiões atingidas pela seca. No ano de 1959, no período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com o objetivo de fomentar e articular a industrialização do Nordeste, assim como implementar a construção de hidrelétricas, para, desta forma, tentar reduzir a larga disparidade econômica e social entre a região Nordeste e as regiões Sul e Sudeste do país.

Embora essas ações tenham sido favoráveis para as elites do Nordeste brasileiro, elas propiciaram, por meio da implantação de novas empresas e indústrias, a dinamização da economia, assim como a atração e formação de uma classe média nesta região, frequentemente procedentes de outros estados brasileiros. Além disso, encadeou a urbanização das principais cidades do Nordeste e expandiu a conexão entre as capitais, e entre elas e os municípios rurais e demais municípios litorâneos, gerando, portanto, maior conectividade espacial entre os diversos domínios territoriais dessa região brasileira. Os municípios e povoados litorâneos, até então isolados e parcamente conhecidos, se tornaram atrativos para o ócio e lazer, favorecendo, desta maneira, uma espacialização espontânea de casas de veraneio, um mais novo interesse de consumo da incipiente classe média e da pequena elite nordestina. Esse novo fenômeno socioespacial favoreceu a dinamização da economia, envolvendo vários setores econômicos, a exemplo da construção civil, transportes, e alimentos e bebidas.

Segundo Silva e Ferreira (2010), sob a intervenção direta do Estado, entre os anos de 1970 e 1980, paulatinamente a economia regional nordestina se integrou ao restante da economia nacional, acompanhou suas crises e ciclos de forma solidária - como as ocorridas nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, esse fenômeno de mudança regional privilegiou os centros urbanos mais poderosos, ou seja, as metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza, em detrimento de cidades nordestinas ainda periféricas.

Os 2.500 quilômetros[33] de litoral são modelados por diversos ecossistemas costeiros (por exemplo: manguezais, restingas, campos de dunas, recifes de corais, Mata Atlântica, dentre outros), que formam um diversificado e rico patrimônio paisagístico natural; ao mesmo tempo é território de denso sedimento histórico,

[33] Essa extensão refere-se à região do Nordeste do Brasil, que representa 28,75% dos 8.698 km de extensão e largura variável da zona costeira brasileira, compreendendo um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388.000 km².

cultural e ambiental, que, no seu conjunto, foi favorável à abertura do mercado turístico e imobiliário na região. Além disso, para torná-lo em um espaço propício para investimentos (públicos, privados, nacionais e estrangeiros), foi criada uma rede de infraestruturas e serviços, que, por meio de marcos institucionais, a exemplo de políticas voltadas ao desenvolvimento turístico, abriu o mercado nacional ao capital internacional (SOUSA, 2010).

O modelo turístico imobiliário no eixo litorâneo nordestino se desenhou em três fases que se permeiam, e que impulsionaram a urbanização das principais cidades litorâneas. Segundo Demajorovic *et. al.* (2011), a primeira etapa deste fenômeno turístico-imobiliário teve início a partir da década de 1950, porém, sua maior expressão ocorreu no final da década de 1970. Quase toda a década de 1970, no Brasil, transcorreu com a predominante espacialização de segundas residências que, de forma desordenada, ocuparam locais como serras e zonas costeiras, com atributos ambientais apreciados e aproximados de centros urbanos. Esses imóveis pertenciam a classes sociais médias e altas e eram destinados ao uso temporal, como fins de semana ou férias laborais e escolares.

A expansão do fenômeno da segunda residência, segundo Becker (1995, p.10), teve como uma de suas causas reflexos do período do “nacional-desenvolvimentismo” no Brasil, entre a década de 1950 e 1960. Esse período caracterizou-se pela industrialização do país, crescimento da classe média, ampliação de investimentos do governo federal em obras de infraestrutura urbana e rodovias. Contudo, um processo que foi predominante nas regiões Sul e Sudeste do país, ao passo que o Nordeste brasileiro captou efeitos pontuais e centrados nas principais capitais. Segundo Marcellino (1995 *apud* TAVEIRA; GONÇALVES, 2012), foi também na década de 1970 que a iniciativa privada, buscando rentabilidade com base em uma demanda voltada para o lazer e o consumo, iniciou investimentos em espaços para esses fins, como a construção de shopping centers, condomínios fechados com áreas de lazer, parques e resorts, assim como outras facilidades que se ampliaram nas proximidades dos grandes centros urbanos litorâneos da região.

A segunda etapa do fenômeno turístico-imobiliário, segundo Demajorovic *et. al.* (2011), se desenvolveu a partir da década de 1990, motivada, sobretudo, pela parceria público-privada projetada para a atração de investidores externos. Nesta fase, obras de saneamento, construção de rodovias, aeroportos e outras infraestruturas foram fomentadas pelo poder público federal, por meio de programas e projetos com

recursos financeiros oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como intermediador o Banco do Nordeste. Embora o objetivo, *a priori*, da construção de infraestrutura básica fosse atrair capitais para a produção de estruturas turísticas regulamentadas, como complexos hoteleiros e resorts, colateralmente, contribuiu para expandir a produção de imóveis na orla das capitais e de povoados litorâneos, em modelos configurados para atender o binômio turista-residente, de procedência interna e estrangeira, no Nordeste brasileiro.

Segundo Rita Cruz (2006), a década de 1990[34] é marcada por mudanças no modelo de gestão e articulação da política pública do turismo, de um Estado interventor no mercado para se tornar parceiro de um mercado neoliberal. Segundo essa autora, o território deixa de ser palco de ações desarticuladas, entre si, para ser receptáculo de ações planejadas, no qual projetos são articulados, ou mesmo geridos, pelo mercado, representado em parte pelo seu trade turístico. Medidas passaram a ser tomadas, entre o Governo Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, para fomentar o desenvolvimento do turismo, a primeira das quais foi a transformação do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)[35] em autarquia, com a finalidade de dar suporte para a Política Nacional do Turismo (PNT). A criação do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), em 1992, foi outra medida. O Prodetur/NE foi criado para atender as pressões de governos estaduais e dos empresários deste setor turístico, para que se ampliasse e melhorasse as estruturas aeroportuária e rodoviária da região nordestina. Por meio de convênio com o BID, o Prodetur/NE fomentou melhorias estruturais, entre os anos de 1992 e 2005, no valor U$ 623 milhões, 70% voltados ao estímulo do fluxo turístico (CRUZ, 2006).

O investimento em infraestrutura urbana e de recuperação da malha rodoviária serviu como alicerce para a terceira fase do fenômeno turístico-imobiliário no Nordeste, entre os anos de 2002 e 2012. Essa nova etapa caracterizou-se pela inserção de novas formas de edificação imobiliária, tais como condomínios fechados, apartamentos funcionais, tipo flat, e complexos imobiliários que dispunham de uma

[34] Em 1992, é instituído o Plano Nacional do Turismo (Plantur), dando início à prática do desenvolvimento regional, com base no turismo, através de sete programas: Polos Turísticos, Turismo Interno, MERCOSUL, Ecoturismo, Marketing Internacional, Qualidade e Produtividade do Setor Turístico, e Recursos Humanos para o Turismo. Como resultado do processo de descentralização do governo federal, no ano de 1994, criou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), e em 1996 foram lançadas as diretrizes e programas para o triênio do PNT para 1996/1999.

[35] A Embratur, denominada pela nomenclatura Empresa Brasileira de Turismo, foi criada em 1966, no governo militar de Castello Branco com intuito de divulgar o Brasil como destino turístico. O início das suas atividades é marcado por propagandas no exterior com a projeção das praias, festas e mulheres brasileiras. Em 28 de março de 1991, através da Lei nº 8.181, a Embratur é transformada em autarquia, passando a ser denominada de Instituto Brasileiro de Turismo, assumindo o papel de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo (PNT) (DIAS, 2008, p.133-134).

gama maior de facilidades de serviços. O formato desses empreendimentos tinha como objetivo atrair investidores individuais, especialmente do mercado estrangeiro, que poderia fazer uso de maneira temporária, guardar como reserva de investimento ou obter alguma rentabilidade por meio do aluguel.

Esse terceiro momento contou com a criação do Ministério do Turismo[36] (MTur), em 2003, no Governo Lula, e a instauração da segunda Política Nacional de Turismo - PNT – triênio 2003/2006[37], que incorporou o discurso do Estado no sentido de reverter o quadro de 72% de exclusão social no Nordeste (IBGE, 2000). O terceiro PNT, triênio 2007/2010[38], contemplado no mesmo recorte do desenvolvimento do turismo-imobiliário, priorizou dar destaque às peculiaridades regionais brasileiras para estimular o mercado interno, assim como oferecer novos produtos para o mercado internacional.

O reflexo das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo e a mudança de regras para a entrada de capital estrangeiro, sobretudo no terceiro estágio, entre 2002 e 2012, segundo Ferreira e Silva (2008), impulsionou uma intensa urbanização e expansão de atividades turísticas, imobiliárias e da construção civil. Essa ampliação no litoral nordestino contribuiu para o 'redesenho territorial' dos municípios costeiros e de áreas metropolitanas. E, embora tenham desenvolvido aspectos regulatórios e amadurecido na consolidação do setor, ainda continham falhas na formulação e execução de seus programas. Ademais, a priorização pelo interesse privado, a descontinuidade de políticas públicas, resultado das mudanças entre os governos, e a falta de clareza das correlações entre o turismo e o setor imobiliário foram lacunas deixadas abertas na evolução das políticas públicas brasileiras para o setor (SILVA; FERREIRA, 2008; DANTAS *et. al*., 2010).

O turismo, segundo Silva e Ferreira (2012), vem se estabelecendo como um vetor principal na estruturação de acumulação de capital e de investimento, no âmbito

[36] O MTur foi criado como uma pasta exclusiva para o setor por meio de proposições que abrangiam, além da dimensão econômica, aspectos sociais, culturais, ambientais e espaciais.

[37] PNT 2003/2006 propôs em seu desenho a realização de consultas junto aos atores envolvidos no processo turístico e o reconhecimento do setor na capacidade de minimizar problemas sociais causados pelas enormes desigualdades socioeconômicas regionais. Entretanto, uma análise detalhada dessa Política mostra que a maioria dos seus programas não seguiu essa lógica e suas metas primaram pelo progresso econômico e acumulação de capital, buscando: atingir o número de nove milhões de turistas estrangeiros; gerar US$ 8 bilhões de divisas; alcançar 65 milhões de desembarques domésticos e criar 1,2 milhões de empregos (IRVING; SANCHO, 2007).

[38] O PNT 2007-2010, relativiza a ênfase econômica, e coloca em seus objetivos uma maior preocupação com a eliminação das desigualdades regionais e da exclusão social. Conforme MTur (2007, p.16), "A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas".

da economia global, pela sua junção integrada ao setor imobiliário. A produção de empreendimentos conjuntos possibilitou a valorização, obtenção deste sobrelucro, como, também, produtos e serviços voltados ao consumo e ao lazer. Através do uso de ferramentas de marketing e vendas, o setor imobiliário vem apelando a experiências de ócio e lazer, exclusivas e sofisticadas, em cenários paradisíacos, com o propósito de atrair consumidores e investidores em espaços selecionados para essas duas funções (FONSECA; LIMA, 2012). Uma das consequências da expansão do turismo sob esses moldes é que extensas partes do litoral nordestino, assim como incontáveis lugares tradicionais, se tornaram potencialmente alvo dessa forma de expansão turística e imobiliária.

Por exemplo, a importância desse negócio no Nordeste alcançou dimensões tão extraordinárias que, no ano de 2006, foi criada a Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste - ADIT -, com o propósito de captar fluxos de capitais estrangeiros, promover destinos e dinamizar o mercado. Não obstante, o papel mais importante da ADIT foi o de pressionar ações e intermediações ante o poder público nas três escalas, com o propósito de alcançar os seus objetivos setoriais. Isso demonstra de maneira clara o grau de influência de investidores de capital junto aos planejadores e gestores do território. Como efeito desse arranjo mercadológico que se impõe por trás dos efeitos práticos das políticas públicas para o setor, somente no ano de 2007 aumentou-se em 84,3% o número de investimentos no mercado turístico-imobiliário no Nordeste (FERREIRA; SILVA, 2008).

Como efeito desta expansão, entre os anos 1997 e 2007, segundo Silva e Ferreira (2010; 2012), cresceu em 170% o número de turistas nessa região. Desse quantitativo, 53,4% utilizaram hospedagens não regulamentadas, locadas ou compradas, em relação aos 47,6% que utilizaram hospedagens convencionais. Embora os investimentos na espacialização turístico-imobiliária tenham se retraído, entre os anos 2000 e 2006, a compra de imóveis por estrangeiros cresceu 200% e o aluguel de imóveis cresceu 64,2%. Nesse mesmo intervalo, as hospedagens em hotéis convencionais aumentaram apenas 12,5%. De mais a mais, o preço médio da venda do metro quadrado também subiu, alcançando 1.462,00 reais/m², um valor ainda baixo para investidores estrangeiros, mas alto para o poder aquisitivo da população brasileira, principalmente as pessoas residentes em povoados do litoral nordestino. Com efeito, a terra de lugares costeiros até então rural, atrelada às características da estrutura fundiária preexistente, converte-se em centro de absorção

de fluxo de investimentos extralocais na expectativa de valorizar e obter lucro, sustentada pelo aumento do valor fundiário.

Como que na contramão dos objetivos de redução das desigualdades regionais por meio do turismo, no Nordeste do Brasil houve um incremento na renda das atividades ligadas ao setor de serviços, enquanto quase sincronicamente o campo perdia em dinamismo e diversidade. Além disso, o crescimento econômico não refletiu na diminuição da concentração de renda e da pobreza relativa. Pelo contrário, a especulação imobiliária dificultou o acesso à terra, ampliando o déficit de moradia na periferia, em uma relação dicotômica em que as oportunidades se voltam para o mercado enquanto os riscos ficam a cargo do Estado (SILVA; FERREIRA, 2008).

Com o fim de atender os objetivos da produção turístico-imobiliária, ancorada na exploração capitalista, o mercado precisou transformar o ambiente natural em ambiente construído para que pudesse se dilatar continuamente, afetando radicalmente a paisagem dos núcleos receptores. Essa forma de produção do espaço gerou efeitos nos modos de vida e fazeres tradicionais, aumentado o fluxo de imigrantes laborais, priorizado espaço de uso turístico em detrimento dos espaços públicos e de sociabilidade local e provocando a ocupação extensiva de espaços costeiros (incluso os legalmente protegidos). Essas transformações, segundo Demajorovic *et. al.* (2011), serviram como pano de fundo à transferência de terra de mãos locais para mãos extra-locais. De mais a mais, espaços de sociabilidade são perdidos e ressignificados para novos fins e funções.

Um processo turístico-imobiliário que, em última instância, termina privilegiando interesses econômicos extra-locais de grande porte sem, ao mesmo tempo, valorizar interesses locais longamente inseridos nas áreas abrangidas pelo processo, é questionável quando a política pública sugere que o turismo tem como um dos seus objetivos, no país, contribuir para o desenvolvimento. O espaço público, segundo Hannah Arendt (2011), se caracteriza não apenas como um espaço de ócio, mas de articulação, de expressão, de manifestação e participação social, e deve ser pensado e concebido para gerações atuais e futuras. O afastamento do exercício da cidadania, afirma Arendt, é reflexo da negação do espaço público à coletividade, configurada como a “privação da privatividade”, pela ausência dos outros. A forma de desenvolvimento turístico no litoral nordestino frequentemente exclui o outro, o residente de longa data, anterior ao surgimento das políticas públicas de turismo atuais.

David Harvey (2013) aponta uma elementar distinção a respeito dos espaços e bens públicos, por um lado, e os comuns, por outro. Segundo ele, os espaços e bens públicos urbanos têm sido sempre objeto de poder estatal e da administração pública, e que tais espaços e bens não constituem necessariamente um bem comum. Bens comuns devem ser considerados como tendo uma relação social instável, e maleável, no interior de um grupo social autodefinido, e, em que os aspectos de seu entorno social e/ou físico, existente ou por ser criado, são considerados substanciais para a sua vida e sobrevivência. E, não como um tipo particular de coisas ou ativos e processos sociais cuja própria espacialização desterritorializa sociedades tradicionais. Ainda que os espaços e bens públicos contribuam poderosamente para as qualidades de bem comum, sua apropriação requer uma ação política por parte dos cidadãos, um espaço em que possam ser expressas opiniões políticas e proclamadas reivindicações sociais coletivas.

Contudo, a criação de espaços comuns privatizados, como condomínios, residências fechadas por muros, ruas fechadas com portões que limitam o acesso, shopping centers, enclaves turísticos (por exemplo, resorts), centros comerciais, desenhos urbanos exclusivos para o uso de veículos, têm afetado sistemas associativos, comunitários e de representação política. Ruas e praias que funcionavam como espaço de socialização popular e de jogos infantis, como um bem comum da sociedade, têm sido convertidas em espaço público dominado pelo advento do automóvel e de empreendimentos turístico-imobiliários. Se configura uma lógica de espacialização dos investimentos turístico-imobiliários, pela qual tem ocorrido uma privatização de espaços comuns, paralelo ao uso de espaços públicos de tal forma que espelha o recuo da cidadania. A “apropriação privada do espaço comum”; a “progressão de identidades territoriais”; o “emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas: condomínios fechados, resortes (sic), clubes e associações fechadas” têm sido, segundo Gomes (2002 *apud* SILVA, 2012, p. 79), reflexo desse recuo da cidadania. Essa situação não parece condizer com as proposições do desenvolvimento sustentável.

O que se tem verificado, com a expansão do turismo no litoral nordestino, é que em muitos casos o ambiente atrativo para ócio e de convivência de uma cidade, como um produto coletivo de seus cidadãos, vem sendo capitalizado comercialmente com o propósito de extrair rendas monopolistas, cujos interessados frequentemente são estranhos aos lugares explorados. Ao mesmo tempo, de maneira contraditória,

intentos são desenhados para criar novos tipos de bens comuns com esse mesmo propósito. Como consequência, áreas circundantes a áreas urbanas experimentam incremento no preço dos imóveis próximos. O elo, entre os dois setores, turístico e imobiliário, se exibe como um mecanismo estratégico do sistema de produção para resolver a crise de sobreacumulação de capital, próprio desse sistema, de modo a tramar o (re)ordenamento espacial (Harvey, 2013, p.117-118). Portanto, parece estar havendo um descompasso entre objetivos grandiloquentes das políticas públicas de turismo e metas dessas mesmas políticas que as associam a uma busca de desenvolvimento que gere inclusão e melhorias na qualidade de vida nos lugares envolvidos.

A ocupação irregular das terras costeiras, o uso de correntes, cercas, muros, decks, acessos estreitos ou ausência de vias de circulação local, para a população autóctone, inclusive às vezes privando pescadores e outras populações tradicionais, de acesso a recursos que eles exploram há décadas, são as maneiras recorrentes de privatização das praias. Nesse cenário, a parca participação de segmentos da sociedade no planejamento e gestão desses espaços, frente à pouca de compreensão dos processos de regulamentação, dificultado pelo exíguo gerenciamento do uso e ocupação da orla pelo poder público, produzido em um contexto socialmente excludente e de degradação socioambiental e paisagística do litoral nordestino (SILVA, 2012).

2.2.1 Da terra ao solo[39]: processos de apropriação do litoral do Nordeste brasileiro

A lei preambular, no início da colonização, de regulação e apropriação das terras brasileiras, segundo Jahnel (1987), foi embasada num regime de doações de terras por sesmarias, a Lei das Sesmarias, orientada na legislação romana, do ano de 1375. Essa lei que, de praxe, estipulava a concessão de terras a particulares, tinha como objetivo a efetiva ocupação do território para proveito da totalidade das terras. Esse regime de doações de terras no Brasil se estabeleceu com as Capitanias Hereditárias, em nome e sob o domínio da Coroa, ignorando as formas de ocupação pretéritas, e os povos originários dessas terras. Desta maneira, foi empregado, no Brasil, um modo de ocupação de terra de caráter feudal de domínio do solo e de

[39] Apógrafo do título do livro do artigo de Antônio Aledo de 2008, “De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el nuevo turismo residencial.

poderes políticos, desde o início da colonização, além do necessário pagamento do dízimo à ordem de Cristo, tendo como condição a exploração da terra em um período mínimo de cinco anos.

Essa regulação inicial estipulada pelo governo português, vem a formar uma possessão de classe, pois as sesmarias eram doadas a indivíduos que dispusessem de recursos para cultivar e controlar as terras. Em uma lógica, no caso da ocupação do Nordeste brasileiro, que incluía arcar com o escambo de escravos e produzir e exportar o produto açucareiro. Mais tarde, veio a instaurar-se o pagamento de um foro, assentado "[...] pela 'grandeza, qualidade e bondade da terra', sem, no entanto, especificar o quantum a ser cobrado" (JAHNEL, 1987, p.106-107).

O mercado promissor do açúcar, no século XVI, foi motivador da exterminação de indígenas nas terras próximas ao litoral e desmatamento de significativa parte da Mata Atlântica nordestina. Esse contexto veio a contribuir com a formação de uma sociedade restrita a uma oligarquia do lugar, uma extensa população escrava ou subalterna, moldada no modelo patriarcal. Essa estrutura societal configurou-se no controle político, econômico e social nas mãos de um seleto número de senhores de terras - os latifundiários - e dos quais ainda se herda o mandonismo local (VERÇOSA, 2006), um contexto que, de alguma forma, ainda incide sobre o uso do solo litorâneo para fins turísticos e de especulação fundiária, particularmente porque com a falência de muitas usinas de açúcar em anos recentes, parte dos seus proprietários passou a investir no turismo.

Em 1822, a partir da independência, o regime de regulação da terra vem a se modificar, deixando a terra brasileira disponível para quem tivesse condições de ocupá-la. Os novos ditames não vieram a gerar riscos, tendo em vista que o regime de trabalho ainda era moldado no modelo escravagista. O recorte temporal, de 1822 a 1850, foi um dos poucos momentos na história da ocupação do território brasileiro em que esta tinha como base uma norma de aplicação geral. Até então, a terra somente era acessível às classes oligárquicas, sem nenhuma contestação da legitimidade. Ainda aqui, nesse período, não se pode mencionar o estatuto da propriedade privada da terra, ainda não se havia incorporado a prática de compra e venda, com o caráter de mercadoria (JAHNEL).

Contudo, essa conjuntura vem a se modificar com a instauração da Lei das Terras de 1850[40]. Essa lei proibia aquisições de terras devolutas que não fosse por compra e venda (Artigo I) e estabelecia a ilegalidade das futuras ocupações (Artigo II). Essa lei foi criada no momento em que se estabelecia a proibição do tráfico negreiro, e se caminhava para um regime trabalhista assalariado; dessa forma, se poderia assegurar a sujeição do trabalho ao capital na transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Com esta lei, se estabelece a necessidade de compra da terra, transformando-a em uma mercadoria. Neste caso, é garantida a posse e propriedade da terra para aqueles que a obtiveram no regime das sesmarias, até 1822, e por ocupação, de 1822 a 1850, inviabilizando, desta maneira, o acesso do trabalhador pobre à terra depois desse período. Esse processo de regulação do acesso à terra veio de encontro ao processo de imigração de procedência europeia, no século XIX, como mecanismo para dificultar a aquisição da terra, de tal forma que o imigrante pobre alugasse o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter os meios de se fazer proprietário. O que vinha a ser considerado não era a extensão de terras, pois essas eram abundantes, mas coibir o acesso a ela por parte do trabalhador pobre (JAHNEL, 1987).

No caso da ocupação do litoral do Nordeste brasileiro, deve-se compreender que praticamente todas as terras estavam sob da lei de Sesmarias, e mesmo a Lei de 1822 veio contribuir para a rarefeita ocupação da planície litorânea por povoações pobres e marginais, porque justo elas, as terras localizadas próximas à praia, eram pouco valorizadas pelas elites dominantes do sistema canavieiro e, justamente por conta disso, tornou-se habitat daqueles que estavam à margem do sistema sociopolítico e econômico (LINDOSO, 2000). Embora os Terrenos de Marinha e seus acrescidos sejam, em princípio, bens dominiais susceptíveis de utilização por particulares, na hipótese de se verificar que tais terrenos sejam caracterizados como sendo áreas de praia, veda-se a sua destinação individual, por expressa disposição legal, devendo a sua utilização se destinar a toda a coletividade. Uma vez estabelecida a Linha de Preamar Média (LPM) de 1831 - linha usada como referência fixa para identificação de Terrenos de Marinha e seus acrescidos – se torna possível demarcar onde terminam as áreas da União. Contudo, as áreas cedidas, doadas ou alienadas,

[40] Lei n.601 de 18.09.1850

pela Coroa ou pelo Governo Republicano, a estados, municípios ou a particulares, na conformidade da lei, são identificadas e excluídas do processo de delimitação (BALDEZ, 1986).

A instauração da lei de 1850 veio a dificultar o processo de acesso à terra, mas não o impedir, porque essas terras já 'tinham donos' que 'permitiam' a ocupação, formação de povoados e apropriação do espaço por parte de populações tradicionais de pescadores até a década de 1980. Essa população, inclusive, era necessária para a manutenção do regime que se prolongou por séculos no território (LINDOSO, 2000).

Em 1937, o decreto-lei nº 58/37 veio a regular o sistema de parcelamento do solo em território nacional, de maneira a simplificar o loteamento em áreas urbanas, submetendo-as a tratamento específico. Buscou-se uma forma de estender aos negócios de compra e venda de terrenos rurais e urbanos as garantias da compra e venda a prazo, tramando, desta forma condições para a formação de mercado de terras que a produção capitalista da cidade, que mesmo em seu estágio primitivo, não poderia descartar (BALDEZ, 1986). No caso do Nordeste brasileiro, os mecanismos de alienação fundiária mudaram, mas as lógicas e práticas sociais de dominação que condicionam o acesso à terra persistiram. A grilagem[41], o uso da violência, da intimidação, além do aliciamento e compadrio[42] são práticas recorrentemente observadas nos estudos de casos desse tema. Esse processo de expropriação envolve discursos e ideologias que muitas das vezes são interiorizados e reproduzidos, levando a casos de expropriação consentida (LINS; LOLOUN, 2012).

A grilagem, ou apropriação ilegal de terra mediante a falsificação de títulos de propriedade, é uma prática bem conhecida no Brasil. Segundo Holston (1993), fundamenta-se na irresolução fundamental do direito fundiário brasileiro, pelo contrário, a lei da terra do Brasil concebeu um aparato para ser cúmplice dessa prática. Desta forma, em todo o território encontram-se propriedades que, apesar de serem legalmente apropriadas, foram, na verdade, usurpações legalizadas. Portanto, áreas tradicionais, povoados costeiros, comunidades pesqueiras etc., se tornam

[41] Antigo artifício utilizado para falsificar papéis: ao colocar dentro de uma gaveta documentos recém-elaborados juntamente com grilos, os falsos documentos, após várias semanas a serem corroídos pelos insetos, ganhando aparência de antigos (LINS; LOLOUN, 2012).

[42] O compadrio se estabelece dentro de alianças de parentesco entre indivíduos de distintas posições sociais – senhores e escravos, patrões e clientes, proprietários e sitiantes – era uma prática corrente desde o Brasil colonial. Servia como uma maneira de criar um marco de interdependência entre o senhor chamado para ser padrinho da criança, e os moradores. Em troca, esse parentesco social permitia assentar autoridade sobre os trabalhadores do engenho. Essas alianças serviam tanto como estratégia na busca de proteção social por parte do lado mais "fraco" da relação, quanto como instrumento de controle por parte dos mais "fortes" (MACHADO, 2006; WOORTMAN, 1995; GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988; GÓES, 1993 apud LINS; LOLOUN, 2012).

vítimas frágeis dos processos turísticos e imobiliários contemporâneos, uma vez que práticas e entendimentos seculares ainda incidem de alguma forma sobre as terras cobiçadas pelo turismo e mercado imobiliário.

A grilagem implica uma vontade deliberada de usurpar um bem permeado por procedimentos que justifiquem a posse de uma propriedade pela 'boa-fé' do requerente, semelhante ao modo usucapião. Entre a grilagem ilegal, a usucapião e a obtenção da escritura pública, existe uma variabilidade de práticas sociais e jurídicas comuns, arraigadas numa legislação insegura. Embora recorrentemente se tenha conhecimento da sua prática de grilagem no litoral, ela se apresenta menos evidente por estarem presentes outras práticas de alienação de terras, que variam desde a ocupação militante até o usucapião amistoso (HOLSTON,1993). Já o compadrio, baseado no estabelecimento de relações recíprocas entre os compadres, serve na atualidade como 'mediação' entre os sistemas local e extra-local, mobilizado por redes de sociabilidade no sentido de trazer benefícios a ambos os envolvidos. Esse tipo de relação não ocorre de maneira irrefletida, uma vez que se trata de um acordo público 'diante de Deus', e que não deve ser rompido (BOISSEVAIN, 1966, p. 21 *apud* LINS; LOLOUN, 2012).

Na atualidade, esse estado de coisas contrasta com a velocidade pela qual a ação de investidores e especuladores age sobre a terra, dentro de um marco institucional favorável a esses tipos de práticas. Como resultado, sistemas de regulação sociais pré-existentes são destruídos em um processo em grande medida de tomada da terra. Dessa maneira, aquilo que poderia ser uma oportunidade passa a ser um risco diante da não compreensão de trâmites, levando à transferência das terras anteriormente ocupadas por outrem. Essas circunstâncias favoreceram os processos de grilagem, auxiliado por estruturas de poder local, alinhavada com cartórios e uma rede de elementos administrativo-judiciais. Nos casos de grilagem na costa, pouco se tem notícia da atuação da União nesses casos (HOLSTON, 1993; LINS; LOLOUN, 2012).

Diante de um quadro local de poucas alternativas para o desenvolvimento, molda-se a ideia e as estratégias voltadas à atração de capital e divisas, segundo Merlet e Jamart (2009), essa tentativa de atrair investimentos externos baseia-se no postulado segundo o qual produtores nacionais tradicionais não apresentam habilidades e conhecimentos necessários para utilizar os recursos de maneira ótima

ou, então, não são suficientemente provedores de recursos financeiros e técnicos para obter êxito nos seus investimentos econômicos.

Então, a estratégia de capitalização para indivíduos detentores de patrimônio na zona costeira se materializa por meio do aluguel ou da venda de seus bens fundiários, facilitando, assim, a ocupação do modelo turístico-imobiliário, de capital exógeno. Do mesmo modo, a indústria de construção civil tem sido considerada um dos baluartes da produção capitalista, tanto pelo consumo de outros insumos industriais na construção em si, como pela numerosa mão-de-obra empregada. Mas, como a ótica tem sido sempre a demanda solvável, o Estado é chamado a intervir, passando a ser responsável pelo atendimento desta necessidade, regulando a

II PARTE: EL PORT DE LA SELVA

Figura 1 - Desenho de Kaue Oliveira Maia da baía do município de El Port de la Selva



Fonte: Kaue Oliveira (2018)

Esta segunda parte da tese consiste de um relato histórico, geográfico e cultural da cidade de El Port de la Selva (Figura 1), na qual são expostos aspectos da formação do povoado, as razões para ele ter se tornado um local de pescadores e agricultura, as características referentes a cada uma dessas atividades, suas interfaces e os seus ciclos de auge e de declínio. Recorreu-se à literatura em geral, arquivos da prefeitura e da principal organização do povoado, isto é, a Confraria de pescadores; buscou-se, ainda desenhar os contextos históricos e atuais do povoado, para se entender como ele mudou ao longo do tempo. Além disso, através da memória

viva de residentes, captou-se seus olhares sobre fatos contemporâneos que permearam o povoado, dentre eles a inserção da atividade turística e imobiliária localmente. Sobre a atividade turística e imobiliária, intentou-se expor sobre as circunstâncias da inserção dessas atividades no povoado, buscando-se entender os aspectos que facilitaram e os que dificultaram o desenvolvimento dessas atividades. Buscou-se expor através de falas e de documentos como ocorreu a expansão urbana, identificando a opinião da população local sobre os diferentes momentos da evolução histórica de El Por de la Selva, com ênfase nas influências recíprocas entre a pesca e a agricultura e a atividade turística e imobiliária no povoado.

Figura 2 - Imagem da baía de El Port de la Selva - lado leste



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (época não identificada).

CAPÍTULO 3 – ERA UMA VEZ UM POVOADO PESQUEIRO

El Port de la Selva é uma cidade tão pequena que parece um povoado, daqueles que são bonitos à primeira vista, no qual parece não existir movimento, como se o tempo ali tivesse parado. Como se a inércia das poucas pessoas não tivesse algo para contar, algo novo para criar. Ledo engano, quanto mais se lê, se fala e, principalmente, se vive em El Port de la Selva, mais histórias e estórias se descobre e se aprecia. El Port de la Selva tem impresso em suas rochas as marcas do tempo histórico daqueles que por ali passaram. Homens e mulheres que ali viveram e por ali também morreram, por motivos diversos. Alguns depois de um desfrute de uma laboriosa, mas boa vida, e outros por ideais que foram combatidos, mas nunca perdidos; o lugar foi afetado profundamente pela Guerra Civil espanhola, de 1936 a 1939. Situa-se na extremidade nordeste da costa da Catalunha, Espanha, nas proximidades da fronteira com a França. Entretanto, de alguma forma, não só à Catalunha pertence El Port de la Selva; por ali, passaram e ainda passam gente de todas as origens, de diversas línguas e neste entrelaçar de vozes e sotaques o povoado vai sendo moldado dia-a-dia, década a década, século a século. *É aquele lugar que a pedra da Catalunha se encosta mais no mar*[43]*.*

Trata-se de uma antiga vila de pescadores situada em uma região denominada de Empordà,[44] especificamente no Alto Empordá, no setor setentrional da península Cap de Creus, cujo formato parece uma cabeça. Se situa sobre terrenos acidentados da costa rochosa da borda mediterrânea da serra de Rodes, ligeiramente ao norte da Costa Brava[45]. Exibe uma área municipal de 41,62 Km², que se limita a norte e nordeste com o mar mediterrâneo, noroeste com o município de Llançà, oeste com Vilajüiga e Pau, a sudoeste com Selva do Mar e Palau-Saverdera, a sul com Roses e a leste e sudeste com Cadaqués.

[43] Frase descrita por Isidre Corominas em seu livro La mar d´Amunt. El Port de la Selva (2015)

44 Empordà ou Ampurdan é uma região natural e histórica da província de Girona na Catalunha, Espanha, que desde 1936 foi dividida em duas comarcas Alt Empordá, no Norte da Catalunha, e Baix Empordà, Centro da Catalunha ou sul da província de Girona. Alt ou Alto Empordà compreende 68 municípios, em uma superfície de 1357,53 Km², e exibe Figueres como a sua capital. Enquanto Baix ou Baixo Empordà exibe uma área de 701,69 Km², distribuídos em 36 municípios e cuja capital é Bisbal del Empordà.

[45] Costa Brava é a nomenclatura para designar turisticamente as zonas do litoral das comarcas de Girona, de Blanes a Portbou. Efetivamente a nomenclatura 'brava' para designar uma costa rochosa de difícil acesso. Essa terminologia já constava no dicionário marítimo espanhol de 1831, o que leva a crer que essa nomenclatura já era usual entre marinheiros e pescadores da época. Não se sabe ao certo quando iniciou esta designação da costa de Girona, mas em uma matéria de em um jornal "La veu de Catalunya, de 10 de junho de 1908, já se fazia referência a este nome (BARBAZA, 1988, p.19).

O município é formado por seu núcleo urbano, o povoado de Vall de Santa Creu, a antiga povoação de Santa Creu de Rodes. Nos seus domínios, podemos encontrar edificações de diversos momentos históricos, como as ocupações megalíticas, romanas, e dos séculos posteriores, dentre elas, o conjunto de edifícios do monastério de Sant Pere de Rodes (Figura 3); o Castelo de Sant Salvador de Verdera; as ruínas da povoação medieval de Santa Creu de Rodes e a Igreja de Santa Creu de Rodes ou Santa Elena (Figura 4), são as que aparecem com mais destaque na paisagem.

Figura 3 - Imagem externa do Monastério Sant Pere Rodes



Fonte: A Autora (março/2018)

Figura 4 - Imagem da Igreja Santa Creu de Rodes



Fonte: A Autora (março/2018)

Este pequeno povoado carrega no seu gene um modelo de organização comunal[46], característico de muitas cidades pequenas do norte da Catalunha, que foi instaurado no século XVIII e que se manteve até 1940. Neste tipo de modelo, as terras eram repartidas entre os homens adultos, casados e que tivessem condições físicas para atividade laboral, dos lugares, e eles tinham o direito de governar todos os assuntos de maneira similar. A totalidade da terra compreendida por determinado município, exceto as moradias e o seu jardim, pertenciam ao povoado. O médico, o barbeiro, o ferreiro e o veterinário, juntamente com o cirurgião e o farmacêutico, eram mantidos pela prefeitura. Os equipamentos de uso coletivo, como a prensa para fazer o azeite, e os para a produção do vinho, ou a caldeira para tingir as redes de pesca, eram disponibilizados por valores módicos ou pelo algum percentual proveniente do que foi produzido. Em geral, os produtores locais dispunham de uma cooperativa de consumo para prover os equipamentos e produtos de uso doméstico ou laboral (BRENAN, 1968).

Embora nesta investigação não tenha sido possível conhecer todos os recantos do litoral catalão, ainda assim, é possível corroborar Isidre Corominas (2015) de que essa área é “[...] um dos topônimos mais belos da geografia catalã”, na maneira de congregar o mar e montanha. O nome Port de la Selva remetia ao porto de Selva (do Mar) -, ou seja, o porto da população que habitava o município de Selva do Mar e do qual se separou em 1787. Situa-se em uma baia que esculpiu um porto de características naturais. E embora a pesca fosse um antigo meio de sobrevivência da população local, somente muitos séculos depois, quando a pirataria não mais ameaçava a sua costa, a partir de fins do século XVII e início do século XVIII, que a população veio a se instalar de forma mais efetiva nesta localidade e a praticar significativamente a atividade de pesca, dando origem ao núcleo urbano que se expandiu até apresentar as características atuais.

A atividade de pesca se praticava localmente há muito tempo; embarcações e barracas para guardar petrechos de pesca já eram partes antigas da paisagem do lugar. Desde o século XII, se tem registro do domínio e controle local, por parte da abadia de Sant Pere de Rodes, das atividades ligadas à pesca no lugar, quando o povoado ainda era pertencente à Selva do Mar. Esse era um contexto histórico no

[46] A Catalunha, principalmente nas comunidades do vale do Pirineus, foi o território que mais empregou o modelo de organização comunal. As comunidades de pastores possuíam terras e se dedicaram a determinadas atividades econômicas, como o caso da pesca em El Port de la Selva (BRENAN, 1968).

qual o dízimo da produção pesqueira era uma obrigação legal[47] a ser cumprida junto a uma organização religiosa. Não se pode afirmar com certeza, mas, segundo indica a literatura, a mencionada abadia foi responsável pela idealização de uma arte de pesca específica que tornou popular este antigo povoado pesqueiro, a chamada art de Gros. Se trata de uma técnica de pesca de caráter comunal que exigia, por sua grande dimensão e forte estrutura, a participação de toda a comunidade, fossem eles pescadores ou não, homens ou mulheres, de todas as idades, cada um com o seu conhecimento e/ou força contribuía no que parecia ser uma bela ação coletiva, constituindo um fenômeno técnico-cultural que é conhecido em todo o Cap de Creus ou mesmo na própria Catalunha.

3.1 Aspectos históricos e físico-geográficos

Como mencionado antes, o genuíno povoado de El Port de la Selva se encontra no litoral catalão, no Mediterrâneo, especificamente no setor dos pirineus da região de Girona, entre a fronteira francesa e a planície empardonesa, atualmente denominada de Costa Brava e histórico-cientificamente denominada de Costa do Levante (Llevant). A paisagem da Costa Brava se caracteriza por contrastes entre o mar e a montanha, onde ocorrem maciços que irrompem repentinamente no mar; pequenas praias que se escondem entre as rochas, resguardadas da forte tramontana[48] sinuosas baías que apresentam os efeitos erosivos que se abrem na topografia (CARAVACA, 2001).

Uma costa que se desenha pela formação de três compartimentações separadas por fraturas na base rochosa. E, em uma delas, na parte norte, situa-se El Port de la Selva. A costa é alta, montanhosa e de cor fosca, e apresenta pequenas calas (praias), usadas como antigos refúgios nos tempos da pesca artesanal. Essa área pertence ao conjunto do Golfo de Leão, em uma plataforma submarina[49]

[47] Desde de 1151, o Conde de Empúries, Hugo III, concedeu ao Monastério de Sant Pere Rodes o direito de receber o dízimo de toda a produção pesqueira capturada em Selva do Mar, Llançá, Port de la Selva.

[48] A tramontana ou tramuntana - em catalão - é a denominação dada a um vento que sopra do sentido Noroeste e que pode alcançar a mais de 100 km/h de velocidade. Este vento é recorrentemente citado nas falas e na literatura pela sua força que impossibilita em certos períodos o exercício de atividades, como a pesca, e é responsável por diversos tipos de avarias quando em sua intensidade máxima.

[49] A plataforma submarina, da fronteira francesa a Cap de Creus, que compreende os municípios de Portbou, Colera, Llançà e Port de la Selva, apresenta 35 km de amplitude e é formada por três planos bem individualizados, formando ambientes diferenciados no que diz respeito à pesca, a saber: o primeiro denominado de Platjar, área bastante ampla com profundidades variando entre 70m e 100m, paralela à costa francesa, estendendo-se de três a oito milhas da costa, com fundo constituído basicamente de lama e onde encontra-se peixe tipo bastimal. O segundo plano, denominado de Veta Roja, situa-se em frente à proa de cap a Portbou -, apresenta profundidade média de 100m, mais estreito e mais rochoso, com fundo regularmente arenoso. Nessa zona pode-se pescar durante todo o ano já que a profundidade é superior a 50 metros, mínimo exigido por lei. A terceira

compreendida por três regiões, uma, nomeada de “planalto de la Selva”, situada ao norte de Cap de Creus, mais próxima da costa; uma segunda, mais além, recebe o nome de “planalto del Cap”; e a terceira, mais ampla e que se estende até a França, denomina-se “Rolland”.

O setor do Pirineus, que limita a fronteira entre a França e a Espanha, é formado pelo maciço de Albera[50]. Nessa área, situa-se a pequena península quadrangular de Cap de Creus, na extremidade oriental, que, com seu prolongamento setentrional, ao fim da fronteira francesa, forma serras pouco elevadas, mas agudas, de solos finos e pedregosos e com raras fontes naturais de água. No conjunto sudoeste, encontra-se a planície empardonesa, com altitudes variando de 400m a 600m (BARBAZA, 1988).

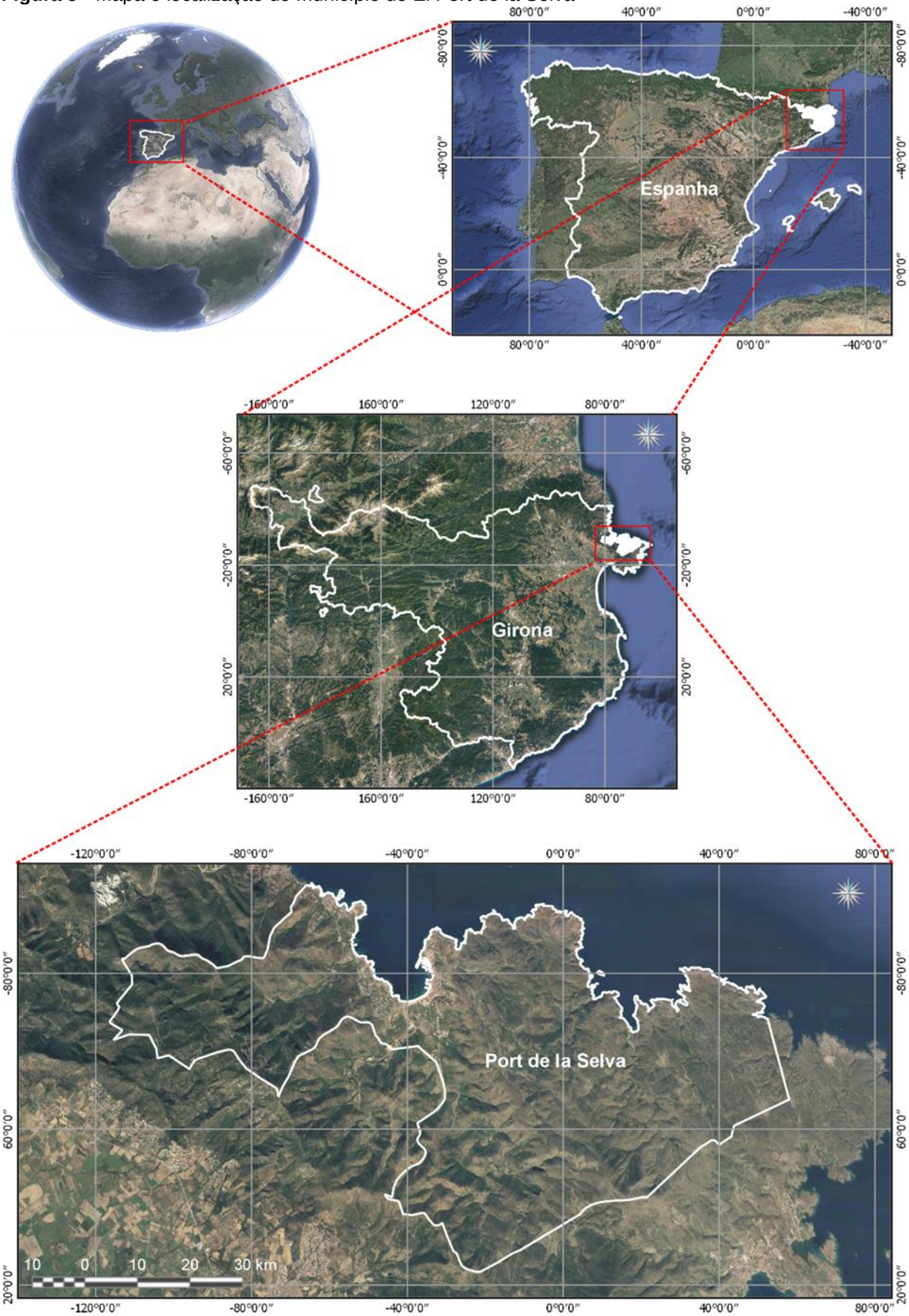
Entre suas rochas, no entorno de Cap de Creus, de Roses a Portbou, se vê uma mescla de alpendres pendentes, sustentados por paredes de pedra seca. Nesta península, se verifica um estado avançado de degradação do solo. Em geral, se atribui esse problema, segundo Barbaza (1988), ao desmatamento iniciado no século X sob a influência dos monges de Sant Pere Rodes. Em outros tempos esse território era repleto de bosques e a nomenclatura dos municípios Selva do Mar e El Port de la Selva denuncia as características desse passado. Portanto, essa parte da Espanha vem sofrendo intervenções em sua paisagem desde há muitos séculos.

O acesso a Port de la Selva é bastante restrito. Um deles se faz por uma rodovia que conecta Cap de Creus de Roses a El Port de la Selva, a partir de um entroncamento que se dirige a Cadaqués, município vizinho, em uma altitude de 300m, em percurso de quatro quilômetros. A outra maneira de se chegar ao lugar é pela Rodovia Nacional N-260, desde Figueres, até o entroncamento situado no município de Llançà, a partir deste município acessa a Carretera (Estrada) de Llançà (GI-612 e GIP -6041).

zona, denominada de Pic de Rec, exibe terreno amplo e limoso, com profundidade que se aproxima de 130m, e se encontra mais distante da costa, em torno de 15 milhas (BARBAZA, 1988, p.79; BAS & CAMPRUBI, 1980, p.40).

[50] Recebe o nome de albero o calcarenita dos Alcores, que é um tipo de rocha sedimentar formada pela acumulação de materiais detríticos de procedência marinha.

Figura 5 - Mapa e localização do município de El Port de la Selva



Fonte: Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Por transporte público, há somente duas maneiras de se acessar El Port de la Selva, desde Barcelona. A primeira é por trem até Llançà, de onde se segue por meio de um ônibus[51] até El Port de la Selva; a segunda maneira é por ônibus, desde Cadaqués[52] ou Roses, pela Carretera (Estrada) de Cadaqués (GI-614 e GI-613). El Port de la Selva, assim como Cadaqués, isola-se por um anfiteatro de montanhas, que somente com as técnicas de construção de rodovias modernas foi possível suplantar. No passado, esse 'insulamento' somente foi superado pelo transporte e comércio marítimo. E essa foi, por muito tempo, a opção mais rápida e eficaz de comunicação com outros lugares. Contraditoriamente, o avanço das tecnologias de navegação a vapor suprimiu a de cabotagem, e o processo de isolamento volta a ocorrer, pois a área não comportava grandes embarcações. E, para que El Port de la Selva pudesse se comunicar com outras cidades de maior importância comercial e econômica, as pessoas do lugar tiveram que acessar a opção de trem em Llançà, Figueres ou Roses, a partir do ano de 1878.

A fixação da população nesse lugar, diante de sua localização em ambiente com características físicas tão adversas, foi possível pela presença da sua profunda baía, que favoreceu um duplo contexto, isto é, o desenvolvimento da atividade de pesca para captura de peixes pelágicos[53] e a proteção contra ventos tão adversos, do Llevante, proveniente do cabo Gros, ou da Tramontana, proveniente da terra (Noroeste). Sem essas características físico-naturais – uma baía profunda e a proteção natural contra os ventos –, é pouco provável que tivesse nascido um povoado em um local tão inóspito e de difícil acesso, aparentemente inadequado para o cultivo do campo e o estabelecimento de propriedade (BAS & CAMPRUBI, 1980).

As primeiras povoações que surgiram nesse lugar foram estimuladas, como já dito, pela existência do mosteiro de Sant Pere Rodes, que necessitava de uma população para prover sua própria sustentação. A pesca não foi a única fonte de recursos, mas se constituiu na principal atividade responsável pela fixação do homem neste território natural, desde o século X. O povoado de El Port de la Selva, por suas próprias características naturais associadas à existência de naufrágios e à 'proteção'

---

[51] O trajeto de Llançà a el Port de la Selva é feito pela empresa Moventis, a qual tem a concessão e realiza em um percurso de 10 quilômetros, durante 15 minutos, a uma frequência de 06 a 08 vezes ao dia, conforme o dia da semana, em horários que variam de 7h a 20h35.

[52] A empresa Moventis tem a concessão para realizar o trecho de Cadaqués a el Port de la Selva. Esse trecho é feito em pela, a qual tem a concessão e que realiza um trecho de 10 quilômetros, em 30 minutos, em uma frequência de 03 vezes ao dia, em horários que variam de 10h30 a 16h45.

[53] Peixes de mar aberto, os quais vivem em ambientes mais profundos, evitando, portanto, lugares de águas rasas.

e incentivo do monastério, reuniu as condições básicas que favoreceram o desenvolvimento da pesca no lugar. Outro fator de importância para a ocupação do território está associado a atividades ligadas à terra, representada pela vinha, o olivar, e a horta (agricultura de subsistência). O homem catalão, particularmente do setor Pirineus, tem uma forte relação com a terra; sem essa característica histórica, teria havido muita dificuldade para a fixação da população local nestas terras por séculos. A navegação, diante de um lugar de difícil acesso, foi fator fundamental para a presença humana nesta parte da costa da Catalunha. Precisava-se do mar para se deslocar – praticamente a sua única via de acesso – e, principalmente, comercializar. Foi o negócio marítimo que possibilitou o desenvolvimento nesse lugar de modos produtivos ligados ao vinho e ao azeite, dois produtos tão tipicamente mediterrâneos.

Figura 6 - Imagem da década de 1930 – Vista da baia de El Port de la Selva a partir do caminho de Sant Pere de Rodes.



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (Ano indeterminado)

Da mesma maneira, algumas mudanças na sua conjuntura favoreceram o desenvolvimento de outras atividades, e, ou em situações adversas, motivaram o surgimento de processos migratórios em El Port de la Selva. O fim do monastério possibilitou o repartimento das terras em glebas pequenas, favorável ao plantio da vinha, do olivar e de hortas. O desenvolvimento das técnicas influenciou o fim das

embarcações a vela, antes usadas na navegação de cabotagem, o que levou este povoado a minguar, devido à perda de conectividade com outros territórios. Por sua vez, a propagação da filoxera[54] levou à destruição de milhares de vinhas e, praticamente, o fim do até então próspero negócio voltado à produção e comercialização do vinho. Os diferentes momentos da crise e ascensão da pesca motivaram o surgimento de fluxos migratórios distintos. Quanto à guerra civil, assim como todos os territórios de domínio espanhol, ela levou uma grande parte da população à morte, ao exílio, ou a emigração permanente.

3.2 A Igreja, o dízimo e a pesca artesanal

A igreja teve um papel essencial no progresso da pesca na região durante a Idade Média, assim como na fixação de habitantes, para assegurar o provimento do monastério, em relação às suas despesas gerais, por meio do dízimo, como também para garantir o próprio suprimento alimentar dos monges e associados. Nas proximidades de cada um nasceram e se desenvolveram pequenos povoados de pescadores, como o caso de El Port de la Selva, aos pés do monastério beneditino de Sant Pere Rodes; o de Colera aos de Saint Quirze e; o de Roses na costa de Santa Maria.

A prática pesqueira vem ocorrendo por séculos em toda a costa da Catalunha e, ao longo do tempo diferentes domínios e regimes foram ora instituídos, ora dissipados, ora substituídos, configurando novas dinâmicas socioespaciais e econômicas nas sociedades agrárias, pastoris e pesqueiras dessa parte da península. A interferência nas práticas pesqueiras no norte da costa da Catalunha remonta ao século X, quando o conde de Empúries, Gaufredo, e seu filho Sunyer, o bispo de Elna, faziam doações dos impostos cobrados em seus domínios sobre a pesca e do que era adquirido do resto dos naufrágios ocorridos entre a desembocadura do rio Muga e Port de la Creu, nas imediações de Cadaqués, ao monastério de Santa Maria de Roses del Mar. E entre 945 e 974, cedeu ao monastério de Sant Pere de Rodes (Figura 3), quando era uma célula dependente do Banyoles, direitos sobre a pesca na laguna de Camallera e Castelló e as praias de Llançá (GARRIDO, 2005). No ano de 974, foi imposto o direito sobre o pescado capturado aos habitantes da península de

[54] A filoxera foi uma praga que se alastrou nas plantações de vinhas desde a França até alcançar as plantações da Catalunha – atualmente ela ocorre em muitos países.

Cap de Creus (1/3 dos peixes pescados) a favor do monastério de Sant Pere de Rodes (SALA; DOMENECH, 1994).

Durante a segunda metade do século X, reforçando-se no XI e XII, pela bula de Alexandre III, em 1163, toda a população agrícola e pesqueira deveria pagar o Dízimo[55] - a décima parte para o sustento do clero, no entanto repartido em várias mãos, não puramente religiosas. A cobrança do dízimo era considerada a principal fonte de rendimento econômico das atividades primárias na época medieval e moderna na região. No entanto, a porcentagem final estipulada variava consideravelmente de um lugar para o outro. A Catalunha foi a região que maior variação experimentou, de 1/11 a 1/20, com exceção da povoação de Roses, que conseguiu diminuir para 3,8% (GARRIDO, 2005). No século XII, toda a costa da diocese de Girona estava sob o efeito de alguma forma de jurisdição, algumas mais vantajosas que outras para seus moradores. Os principais receptores do dízimo da região de Cap de Creus eram:

- O monastério de Santa Maria d´Amer da pesca capturada em Roses;
- A Universidade de Cadaqués das capturas de Cadaqués e;
- O monastério de Sant Pere de Rodes da pesca realizada pelas populações de Selva do Mar (incluindo El Port de la Selva, que ainda estava dentro do seu território) e Llançà.

As licenças para pescar em dias de vigílias ou feriados, segundo Escobar (2005), eram outorgadas pela autoridade episcopal; em troca desta permissão os pescadores deveriam pagar uma determinada porcentagem das capturas à paróquia ou à comunidade religiosa que outorgara. Das principais motivações postas dentro das 200 licenças, entre 1500 e 1740, se destacavam as licenças concedidas para o resgate de cativos. O pescar e o vender a captura proveniente da pesca, em feriados, era a forma usual para contribuir com o socorro mútuo de seus membros capturados por piratas barbarescos. Isso requeria um consenso social entre toda a comunidade e se estabeleciam medidas coercitivas para aqueles pescadores que não colaborassem com a comunidade pesqueira. Ademais, os aportes da produção, na forma de dízimos, foram responsáveis pelo fomento das obras civis religiosas no litoral da Catalunha durante as épocas medievais e moderna. Mediante a tradição religiosa da população

[55] O dízimo dos pescadores provinha da renda do labor ou do produto pesqueiro, para o abastecimento do senhor feudal, ou a ordem religiosa indicada por ele, de determinadas espécies ou as partes mais nobres delas ou a renda em valor pagas de acordo com percentual do valor obtido das capturas ou vendidas na zona de jurisdição senhorial.

pesqueira – ou o grau de coerção – construiu-se, reparou-se e ampliou-se capelas, igrejas e abadias. No caso de El Port de la Selva, de acordo com os poucos registros escritos existentes, o trabalho serviu para construir a primeira igreja, chamada de "igreja velha", em 1727, como também a atual, início em 1757. Uma forma de dízimo também era paga para a obtenção da propriedade da terra. Segundo Seu Miquel,

> *Antigamente, muito atrás dos antepassados dos meus bisavôs, tinha que pagar um censo, como se dizia. Se plantava e produzia vinho, tinha que pagar uma parte ao monastério. Ou levar o vinho, e incluso garrafas de água. E isso tinha que se pagar 10 anos, ou 12 anos, e depois sim podia ficar com a terra, como sua propriedade. E todos tinham vinhas, nós tínhamos quatro, mas tinha família que tinha cinco ou seis.* (Miquel Puignau, relato de 28/02/2019) [tradução livre da autora]

Ainda assim, entre o século XIV e XVII, foi larga a lista de pleitos e revoltas silenciosas para dar fim ou diminuir o percentual do dízimo, mas poucos pedidos eram julgados e, quando ocorria era de forma muitas vezes arbitrária. Somente no século XVIII esta condição se modificou. A articulação de pescadores catalães demonstra que suscitou uma consciência de grupo social e com força para opor-se a instituições muito mais poderosas e com maior capacidade de legitimar sua posição. Esta articulação propiciou que algumas populações da Catalunha desenvolvessem, entre outras tecnologias, embarcações para explorar mares distantes e realizar importantes transações comerciais com pescado e outras mercadorias. O século XVIII foi o período da expansão pesqueira catalã até a costa Andaluz e o Atlântico; como consequência, criou-se um importante tráfico de pescado com a Galícia. Acredita-se que a frota catalã representasse naquele século um quarto de toda frota da península ibérica. Esse fato, associado ao fim da pirataria, favoreceu uma rápida multiplicação da população na costa, no século que seguiu a essas mudanças, levando ao surgimento de novas paróquias na linha costeira e a formação de antigos bairros de pescadores provenientes de populações do interior, como em La Escala, Colera, El Port de la Selva e Portbou. Esses povoados foram adquirindo ao largo do século XVIII entidade própria suficiente para se desmembrar e tornar ainda mais articuladas as reinvindicações locais contra a imposição do dízimo.

As diversas revoltas contra o pagamento do dízimo se arrastaram até 1837[56]. Na Costa Brava Norte, destacam-se diversos pleitos ocorridos na região da península de Cap de Creus como: o de Cadaqués, contra a universidade de Cadaqués, no ano

[56] Em 1837 foi extinta a obrigatoriedade do dízimo.

1755; o de Roses, contra o Monastério de Santa Maria de Amer, entre 1802 e 1825; e o de Port de la Selva e Llançà, contra o Monastério de Sant Pere de Rodes, durante os anos de 1817 e 1831. Os quatorzes anos deste último pleito, entre o Monastério de Sant Pere de Rodes e os grêmios do mar de El Port de la Selva e Llançà, decorreu por encalces legais de tribunal em tribunal, diante das constantes apelações de pescadores ante as contínuas resoluções desfavoráveis aos seus pleitos. Por outro lado, em cada novo caso aberto surgiam os grêmios como instituição de representação social do seu grupo profissional, no qual se tratava e se tomava decisões por meio de assembleias. Com o fundo gremial, por exemplo, se pagavam os advogados e procuradores da corte (GARRIDO, 2005).

3.2.1 A Pesca: associativismo e práticas

A primeira organização societal de pescadores de El Port de la Selva, o Gremio de Mareantes Y Patrones, data do ano de 1700[57]. Desde aquela época, se sorteavam as praias ou costões (caladores) para a prática da pesca de l´encesa e a casa que receberia o dízimo do peixe. La Farella, Gou de la Tamariua, Niu de Corbs, Mar d´Amunt são nomes de alguns desses locais adotados usualmente para prática de pesca artesanal. No ano de 1831, foi construída a Casa do Grêmio e, desde esta época, já havia se estabelecido um serviço comunitário para a fabricação da rede de atum entre todos os associados. Nos livros de registro provenientes dessa instituição constam registros sobre normas e despesas necessárias para a conservação da rede de pescar, com os registros cobrindo o período de 1826 a 1851. Há também registro de discussões sobre a quem cabia a propriedade da rede da Art Gros, como a que ocorreu, em 1854, pleiteada pelo alcalde (prefeito) de El Port de la Selva, Josep Marés i Bisbe[58] (MARÉS, 1972).

O Grêmio de Mareantes y Patrones, assim como todos os outros grêmios existentes, foi abolido no ano de 1864 por decreto; como consequência, os portos do litoral nacional ficaram abertos à entrada da industrialização pesqueira. O imóvel de propriedade do Grêmio continuou a pertencer à classe pesqueira, e em anos posteriores se tornou propriedade do Pòsit de Pescadores. A supressão dos grêmios de mareantes não somente foi para os pescadores uma perda de poder e controle da

[57] Esta data é apontada por Bas & Camprubi (1980). Barbaza (1988) faz referência da existência de um Gremio de Mareantes y Patrones em 1832, mas não especifica o seu surgimento.

[58] Nesta data foi feita a tentativa de retirada da arte de pesca da igreja a mando do comandante da Marinha. O prefeito impediu a retirada e levou o caso ao tribunal de Palamós, onde foi reconhecida a sua alegação (MARÉS, 1972).

atividade, como também desencadeou um breve desmoronamento da cobertura social e comunitária que, com maiores dificuldades e eficácia, desenvolvia essa instituição.

Após o fim dos grêmios entra em jogo as demarcações, que estabeleciam um maior controle e se adota o conceito de “matriculado” para que os pescadores pudessem exercer suas atividades voltadas para o mar. Com a matrícula, o pescador podia obter privilégios, mas também tinha obrigações - servir a armada real em caso de sorteio ou necessidade. Sobre isso, há relatos que muitos desertaram por conta dessa obrigatoriedade. Para esse controle, havia à frente de cada província um ministro e em lugares com populações menores um subdelegado. El Port de la Selva, primeiramente, foi regido pela jurisdição militar do município de Roses, mas por sua importância econômica atrelada à pesca, nos anos 1960 já contava com a figura de um Ajudante de Marinha. A atual jurisdição exibe um caráter civil dependente do Ministério de Transportes e Comunicações, por um lado, e depende do Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação, por outro lado. Juntamente com Llançà, está entre uma das três subcapitanias pertencentes à Capitania de Girona.

Entretanto, por séculos, a pesca e o pescador eram considerados como prática ou pessoa de menos valia. O mar não era apreciado como nos tempos atuais. Pelo contrário, boa parte da urbanização e fachadas das casas davam as costas ao mar. Dele vinham os fortes ventos, como também o cheiro do pescado. A praia, em um contexto de desapreço, era local exclusivamente ocupado por pescadores e de onde os melhores estruturados economicamente desejavam estar afastados. Pescador era sinônimo de pobre, e um pobre indesejado por muitos. O desprestígio experimentado pela atividade de pesca era comprovado quando muitos recorriam a ela em períodos de crise e rapidamente a abandonava quando o contexto modificava (BARBAZA, 1988).

Ainda assim, era a pesca realizada com artes comunais a providência dos pobres, já que qualquer um poderia ajudar a arrastar uma rede até a praia e assim vir a receber uma parte proporcional do capturado, particularmente nos tempos de crise (BARBAZA, 1988). Em El Port de la Selva o trabalho era feito de uma maneira particular: a arte de Port de Reig e a arte de Gros, ambas eram estritamente locais, devido terem sido concebidas em função das condições excepcionais que oferecia a baía para a pesca do atum vermelho[59](*Thynnus thynnus L.N.V*). Nas migrações deste

[59] A península de Cap de Creus é privilegiada pelo itinerário do atum vermelho (Thynnus thynnus L.N.V). Em sua costa apresenta a maior quantidade desse tipo de pescado, que são geralmente abundantes no Mediterrâneo. Efetuam grandes migrações que

tipo de pescado para o Mediterrâneo, vindos do Atlântico, eles entravam pelo estreito de Gibraltar, seguiam pela costa espanhola e entravam nas baías, entre elas a de El Port de la Selva, e, quando chegavam à praia de Port de Reig, eram desviados a oeste pela saída do ponto de Lloia.

Figura 7 - Imagem da Praia de Port de Reig, vista desde a ponta de Lloia



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (Década de 1930)

Desse movimento, vinha a ideia de prolongar uma rede até aquela ponta, l´art de port de Reig, mesmo nome da praia, em um funcionamento semelhante a uma rede muito simplificada. Se fixava uma aba da rede na ponta de Lloia, enquanto a segunda era distribuída com uma corda para o interior, de tal maneira que o peixe que saía da baía era preso pela primeira aba, e desviava-se para uma espécie de bolsa, e aí ficava preso graças ao movimento realizado pela segunda aba. Quando o movimento de pesca era insignificante, a pesca poderia ser feita por meio de companhias, que utilizavam a praia de Port de Reig por meio do sorteio, na praia de mesmo nome. Sobre o uso da arte de Port Reig é narrado pelo antigo pescador do povoado:

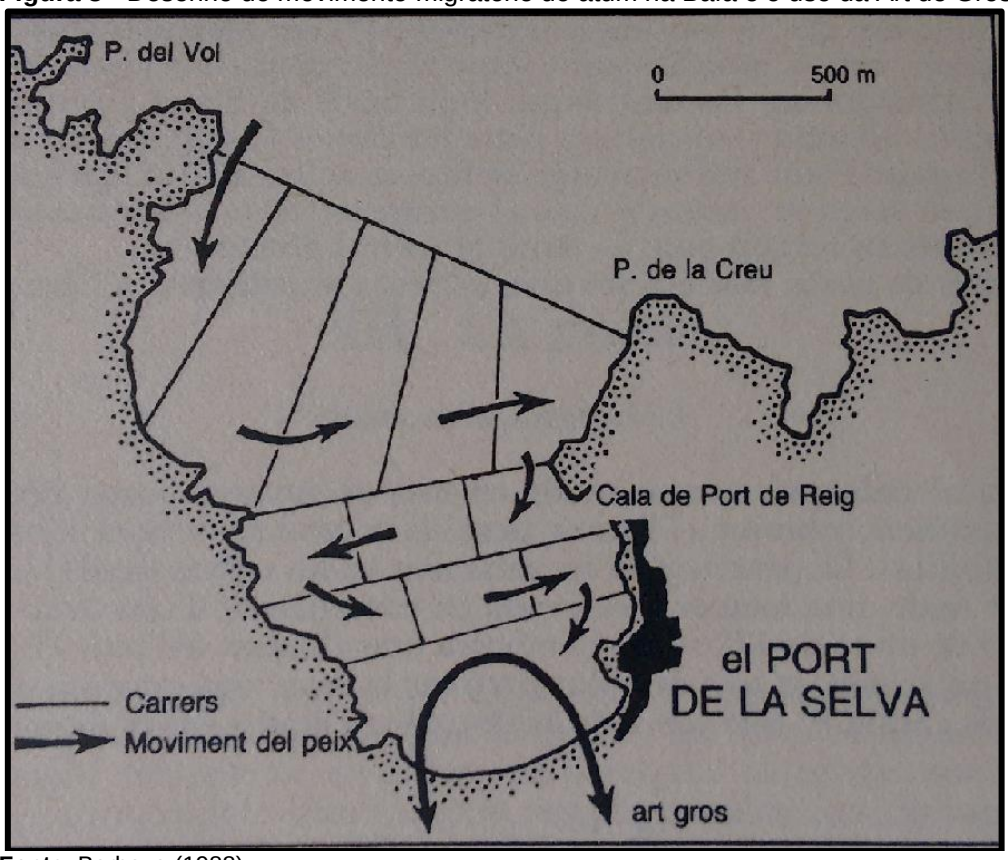
> *Os rodízios de cada arte e cada um tinha no calendário os dias que estava escalado. E isso saia na lei. Estava legalizado porque era uma pescaria dentro de porto. E ocorria aqui mesmo. Essa cala, quando não havia o porto, era a melhor daqui até o estreito de Gilbratar. Isso foi algo fora de sério. Aqui se chama Port de Reig, era uma cala tão boa, porque o fundo era o fundo do saco, que dizíamos. E todo pescado vinha fazer a volta aqui. E esta rede,*

são muito discutidas por pesquisadores. Se constata sua abundância no estreito de Gilbratar e seu direcionamento para o Mediterrâneo oriental (BARBAZA, 1988, p.89).

> *esta arte desde acima abaixo tinha uns 25 metros de alto e uns 300 metros de largo. Começava aí mesmo, em um ferro, amarrado a rocha. E separava na forma de 9. E o pescado quando chegava a praia, já ia para fora, porque percebia que ali não havia saída, e acabava se metendo na rede.* (Miquel Puignau, relato de 28/02/2018) [tradução livre do espanhol para o português]

Quando o movimento migratório era de grandes proporções, adotava-se o método Gros e, neste caso, a pesca era praticada não somente por pescadores como por toda a comunidade, que ajudava na árdua tarefa (BARBAZA, 1988). De todas as formas comunitárias de pesca, a arte de Gros é a expressão mais completa. Ela era diferenciada por suas proporções, era tão grande que os barcos eram sustentados por flutuadores e as correias por âncoras. Pertencia ao conjunto de habitantes e existia desde tempos imemoriáveis, sem ninguém precisar a origem. Tal época está associada à idealização dos monges de Sant Pere Rodes. Segue que a sua gênese tinha por base uma particularidade da morfologia da baía: a possibilidade de trancá-la completamente por um 'muro' de redes entre a ponta de S´Arnella e a ponta de Creu, Gros, e de aqui vem o nome dado à cinta, um tipo de rede, utilizada nessa. Para a sinalização da passagem dos cardumes, no período da migração do atum, três vigias posicionavam-se em pontos estratégicos no alto da baía: um no farol de Sarnella (s´Arenella), outro no mirador de Lloia e o terceiro na rocha da Carbonera, conhecido como La Miranda, há 117 metros acima do nível do mar. Este último decidia, quando despontavam os cardumes de atum, qual seria a arte de pesca mais apropriada, Port de Reig ou Art Gros ou artes menores. Se a quantidade era menor, esse sentinela deixava que os outros dois identificassem e dessem o aviso para o preparo de Port de Reig ou artes menores, mas se, ao contrário, era um cardume muito grande, tocava uma corneta e fazia sinais com uma bandeira branca e esses avisos faziam soar os sinos da igreja, o que acionava toda a população do povoado. Todos – pescadores e agricultores, homens e mulheres, velhos e crianças – eram chamados para participar da manobra. Todos os barcos e redes de todos os tipos (sardinals, boligs etc.) se reuniam. Inicialmente, de maneira rápida se estendia a rede entre a ponta de S´Arenella e a ponta de Creus para trancar a baía e prender o cardume, depois se esticava entre a ponta de Pi e de Lloia. Entre aquelas duas muralhas de redes, se dispunham redes perpendiculares para formar corredores sucessivos com a finalidade de que todo o cardume ficasse preso na baía (Figura 8).

Figura 8 - Desenho do movimento migratório do atum na Baía e o uso da Art de Gros



Fonte: Barbaza (1988)

A pesca de Gros seguia uma determinada técnica que ultrapassava as artes mais simples. Se exigia uma manobra em que toda a população arrastava a rede até chegar à praia centenas – em algumas temporadas milhares - de atuns presos na armadilha. Todo peixe capturado era repartido entre os habitantes, da seguinte maneira: Um terço para os patrons[60] e os outros dois terços eram divididos em dez partes que se distribuía em: três para os dirigentes das pesca, duas para os membros da prefeitura, duas para os pescadores, uma para os habitantes que haviam ajudado, uma para as viúvas sem homens na família e uma para os jovens que prestavam serviço militar e estavam ausentes (COROMINAS, 2015). A última temporada que se veio a utilizar com êxito a arte de Gros data do ano de 1882. A mesma rede foi utilizada no ano de 1907, mas foi considerada um fracasso. Era claro que era uma manobra difícil e tinha que ser dirigida por um pescador experiente. Outra razão é que a cada temporada se produzia menos redes específicas para esta arte e os pescadores iam perdendo o conhecimento da manobra. Segundo Barbaza (1988), este abandono deve-se, sobretudo, ao fato da técnica do uso das redes de Gros estar ligada a uma

[60] Nomenclatura dada aos pescadores mais experientes e que no geral eram proprietários de embarcações.

concepção comunitária de trabalho coletivista dos benefícios. As tendências liberais, manifestadas no final do século XIX, que privilegiam os benefícios individualistas, favoreceram que condições sociais coletivas fossem sendo esquecidas.

Segundo Corominas (2015), a rede da arte de Gros era considerada um patrimônio de todos e era tida como “a joia de maior valor da vila”, considerada o único exemplar existente entre o litoral de Blanes a Cap de Creus e a única arte comunal de pesca de atuns existente em toda a costa do Mediterrâneo. Sobre ela, existem duas versões da sua origem, a saber: a primeira que ela foi feita pelos antigos pescadores que habitavam Selva do Mar e a segunda, que ela foi confeccionada pelos monges do monastério Sant Pere Rodes. Isidre Corominas descarta a primeira versão em virtude de crer que um povoado tão pequeno e com poucos recursos pudesse vir a vislumbrar a produção de arte de dimensões imensas e de características tão específicas. A versão melhor aceita é que foi no monastério que a rede foi inventada pelo fato dele estar situado em um ponto estratégico, de ampla visão de toda a baía, de onde se podia observar durante o decorrer dos anos o impressionante movimento dos cardumes de atuns. Considera-se provável que essa contemplação ano a ano tenha inspirado a ideia de produção de uma rede de grandes proporções e resistência para suportar e vencer a voracidade dos atuns que bordejavam a costa. E que o trabalho de produção, embora não se tenha registro, tenha sido delegado pelos monges da abadia aos habitantes de Selva do Mar e após a sua confecção para uso e custódia deste antigo povoado.

A arte de Port Reig, por exibir dimensões menores, chegou a ser utilizada até a primeira metade do século XX, na praia de mesmo nome. A realização dessa pesca era feita por meio de rodízios, ou companhias como é chamado localmente. Segundo Seu Miquel,

> *Depois do fim de arte de gros se fizeram artes mais pequenas, que entre 20 e 25 homens já a suportavam. E daí se faziam rodízios e os sorteios eram feitos entre os pescadores. Haviam permissões, porque se sorteava. Se hoje fazia mal tempo tinha que esperar a próxima rodada, o turno. Estava sorteado e havia 80 e poucas tipos de artes menores. Artes de 20, 22 ou no máximo 25 homens. As pessoas mais velhas experientes [patrons] participavam dos sorteios e os marinheiros acompanhavam ao turno de vários sorteios. Hoje iam com um, amanhã com outro. E um dia no mês era feita ou pagamento do pescado que se pegava – e se dividia pelas mesmas pessoas. Nesta cerca que está aqui, na época não havia bancos, eles se encostavam na barreira e eu quando era jovem ia ao comprador de vinho que fazia a troca do dinheiro por pesetas ou moedas de centésimos. Por exemplo, 5 pesetas para cada um, pouca coisa. E me diziam – “se minha mulher te perguntar algo, diga nada. Se tivermos para um pacote de tabaco já está bem. Tu não digas nada.” Eu tinha um compromisso porque encontrava as mulheres e a gente mais*

> *velha. E perguntavam e eu dizia, "nada". E diziam, "sempre é assim". Entendes? Quando havia uma pesca grande que havia 100 ou 150 pesetas aí sim se falava, mas quando se fazia pouca coisa era só para o tabaco. Sim, era assim, e as coisas foram mudando, mudando*. [Entrevista de 08 de novembro de 2017 - tradução livre do espanhol para o português].

Figura 1 - Registro antigos fotográficos de el Port de la Selva



Fonte: Arquivo pessoal de Miquel Puignau (S/d)

O sorteio era uma forma de evitar privilégios e até a atualidade é adotado em algumas calas de El Port de la Selva. Na praia de Port Reig já não é mais possível praticar essa estratégia, mas essa praia é tida por muitos como a melhor cala de se pescar em toda a costa da Espanha no Mediterrâneo. Ela traz em sua história momentos do cotidiano de pesca farta, muitos deles associados a dias de lua cheia ou posteriores a temporais, como aqueles ocorridos em dias de tramontana. Seu Miquel recorda esses momentos:

> *Entre os anos 1925, 30 e mesmo 40, depois de um temporal da tramontana, quando passava o temporal, era seguro pegar atuns. A la mancada como dizíamos, quando o sorteio caía em um dia posterior a um dia desses de temporal, que estava marcado no calendário. Meu pai quando sabia, dizia, "vá chamar a gente". E eu ia em casa e casa para dizer que "amanhã vamos pescar", "vamos tirar a arte". Quem tinha que sair, deixava de ir. Vale, quase ninguém saia, não existia carro. Quem saia, ia a vinha. E quem era chamado confirmava e deixava para depois o que havia de fazer. Se coincidia de ser o dia seguinte o seu dia de obrigação na vinha, pedia para um vizinho ou*

> *companheiro para que ele o substituísse. Logo se dividia a parcela que o cabia do que havia pescado, dividíamos o que ganhamos. E assim se fazia os acordos no povoado de troca ou substituição de trabalhos. E a coisa funcionava assim porque tinha muita gente no povoado. Já te digo havia muita gente. Em cada casa havia 4, 5 ou 6 pessoas.* (Miquel Puignau, relato de 08/11/2017) [tradução livre do espanhol para o português]

Contudo, a presença de atuns se tornou menos abundante, como relatam os pescadores mais antigos do povoado. Ademais, a construção do cais na praia de Port Reig para dar suporte ao período da guerra civil e a construção do Clube Náutico na década de 1960 contribuiu para o processo de assoreamento da baía. Sobre esse tema, seu Miquel relata:

> *Essa baía onde entrava os atuns, foi perdendo fundo. Antes, por exemplo, havia de 15 a 25 metros de fundo. Agora tem 8 metros ou menos. E os atuns já não entram aqui. Eles se vão antes de entrar aqui. E nos anos 1962, ou 1963, fui o último que meus avós pescaram. Porque já vinha o turismo, já vinha barcos que rompiam a rede. Tínhamos que estar ali com uma bandeira sinalizando para que não entrasse. Isso foi um conjunto de coisas. Antes quando se pescava não havia esse cais. Isso foi construído na guerra civil. Porque foi o primeiro, ou o último, porto de Espanha. E aqui [por conta da guerra] vinham muitos barcos, em trânsito para França, para descarregar e carregar. Mas mesmo depois da guerra ainda se entrava muito pescado aqui. Tiveram que cortar um pouco o cais, antes ia mais longe. Mas de frente de casa ainda se pescava muito, muito, peixes. Principalmente em dias depois de uma tramontana.* (Miquel Puignau, relato de 02/08/2017). [Tradução livre da autora]

A manutenção das antigas artes de pesca, arte de Gros e arte de Reig foram mantidas até a sua extinção. Segundo os pescadores mais antigos, cada membro da família, não importando a idade ou gênero, por anos, tinha a obrigação de produzir diariamente uma peça quadrada das redes da arte de Gros e da arte de Reig, de mais ou menos 10 cm de lado, para que servisse de artefato sobressalente nas necessárias futuras substituições das partes deterioradas. Seu Miquel relata esse contexto:

> *A arte comunal porque era de todo o povoado. E no povoado tinha mais de 3000 pessoas e todos tinham que fazer as peças. Ou seja, isso que eu faço aqui [uma peça quadrada de tecido] se fazia também em todas as outras casas. Se um pedaço da rede estava podre ou mal, se substituía por uma nova peça. E quando éramos jovens não se podia passear quando saía da vinha, nos dias de mal tempo que não se podia pescar na pesca artesanal. Então quando se baixava da vinha e se juntava 5 ou 6 jovens, rapazes e moças, para dar uma volta ao povoado, mas antes tinha que gastar agulha para fazer a malha, gastar duas ou três agulhas de ferro a cada dia. Isso era uma obrigação. Todas as casas tinham malhas de três metros feitas e quando a arte não estava boa a substituía por uma peça nova. Como um partch, como um tapete ou colcha, e sempre fazia porque isso era cânhamo, não era algodão.* (Miquel Puignau, relato de 08/11/2017). [Tradução livre do espanhol para o português]

O caráter comunitário da atividade da pesca deste povoado é retratado desde muito tempo atrás, como parte das artes comunais de pesca praticadas, assim como outras artes de pesca, com destaque para a Pesca de Encesa. Esta arte tradicional utilizava luminosidade para atrair peixes. Antigamente, se queimava madeira em um ferro situado na popa da embarcação. Depois, vieram técnicas mais modernas que utilizavam carburação, gasolina e finalmente eletricidade. Para isso, utilizavam-se três embarcações, duas pequenas que portavam na extremidade traseira chamas de fogo para atrair o pescado e a terceira embarcação, geralmente maior, denominada no passado de *barques de bou* que lançavam uma grande rede em forma de funil para capturar os peixes que haviam sido atraídos. Este processo de pesca ocorria através do sorteio dentre as seguintes calas[61]: Port de Reig, Cap de Bol, la Galera, la Cativa, Taballera, Cala Prona, el Bou Nou e Talabre, dentre outras - de maneira que todos os pescadores tivessem oportunidades iguais, distribuídos em grupos de quatro homens denominados de companhias.

Figura 10- Registro fotográficos dos antigos barcos de bou, em Port de la Selva



Fonte: Arquivo pessoal de Miquel Puignau (s/d).

Cada companhia deveria pescar na cala de ordem diária da lista, rigorosa e ininterruptamente até o fim da noite de São Miguel, quando se considerava que acabava o período normal da pesca de Encesa. De toda maneira, se alguma companhia quisesse continuar pescando, se fazia um novo sorteio aplicável ao fim da Páscoa. Caso as calas, os locais sorteados para pesca, não fossem ocupados na hora exata prevista, aquela companhia perdia o direito e outra companhia de Encesa poderia ocupá-la – tinha prioridade aquela que vinha imediatamente depois da ordem estabelecida no sorteio. O caráter comunitário estava presente em várias tarefas da pesca da Encesa. Se a comunidade necessitava de ajuda para uma ação de interesse

[61] Nome dado as praias que se formavam entre as rochas e o mar.

público, todas as companhias deveriam se colocar a seu serviço, em compensação, a comunidade também deveria se pôr a serviço da pesca. Se algum tripulante adoecia, recebia como se estivesse saudável e, se algum morria, a família continuava recebendo os proventos da companhia.

A pesca de Encesa parece ter uma existência quase milenar e, segundo Sala e Domenech (1994), seguramente foi em Cap de Creus – Cadaqués, El Port de la Selva e Roses – que se iniciou essa arte e, de lá se estendeu para o restante da Costa Brava, com suas variações, vindo assumir a denominação de Xàvega ou Javeja. No município de Cadaqués, há registro de sorteios desde o ano de 1542, e, é provável que todos os pequenos portos da península de Cap de Creus, especialmente em El Port de la Selva, a pesca estivesse regulamentada já, desde então, da mesma maneira (BARBAZA, 1988). El Port de la Selva foi o povoado que teve o maior número de embarcações e pescadores dedicados a essa arte de pesca. Por exemplo, em 1884, havia o registro de 58 grupos de barcos de pesca, e entre 500 a 550 homens, praticamente toda a população masculina do município se ocupava deste tipo de pescaria. Ainda no começo do século XX, se encontrava em El Port de la Selva uma numerosa quantidade de companhias de Encesa - entre 60 e 70 - as quais empregavam em torno de 200 pescadores. Com o resultado da sua pesca, se capturava uma numerosa quantidade de sardinhas, que, em parte, eram direcionadas para a fabricação de conservas salgadas. Quando a Encesa veio a desaparecer, no ano de 1939, os pescadores começaram a utilizar outros tipos de estratégias de pesca. No ano de 1950, havia 23 barcos de Llum que portavam botes, portanto, uma técnica diferente.

Já a arte de Teranynes, em relação a outros povoados pesqueiros, iniciou tarde em El Port de la Selva, no entanto, chegaram a ser registradas 48 embarcações, a grande maioria registrada em Confrarias de outras partes do território espanhol entre as décadas de 1980 e 1990. As embarcações de Teranynes tinham a mesma funcionalidade da arte de Encesa, atrair peixes por luminosidade, porém em dimensões para uma pesca industrial. Para a prática desta arte, se utiliza uma embarcação de grande porte, que carrega uma rede de grandes dimensões, caixas para armazenamento do pescado, tripulação e uma outra barca pequena portando uma luz para atrair o cardume de peixes.

As artes pequenas como Tremalls, Bollers e a arte do Sardinal também foram abundantemente praticadas. Esta última aproveitava o impulso da corrente no

momento da migração das sardinhas ou anchovas. Consistia na colocação vertical de uma rede em frente do mar, de maneira que os peixes se enganchavam na malha. Em geral, esta técnica desapareceu nos anos de 1950. Em El Port de la Selva chegaram a existir em torno de 60 embarcações destinadas a esse tipo de pesca que ocorria majoritariamente entre os meses de julho e agosto (GIL,1949).

Outra pesca bastante importante na região da península de Cap de Creus foi a de coral, um gênero muito apreciado para a confecção de joalheria. Em volta dela, se formou um intenso comércio, principalmente na cidade de Cadaqués e Begur. No século XVIII, Zamorra (*apud* BARBAZA) aponta a captura de corais e anchovas em El Port de la Selva, que ocorria consideravelmente. Já no ano de 1852, havia registrado no livro de seguridade de Cadaqués pelo menos três pescadores provenientes de El Port de la Selva, que se dedicavam a essa atividade.

Contudo, nos períodos de expansão da navegação, o marinheiro abandonava a pesca e nos períodos de crise na navegação, decaía o papel de marinheiro até a chegada de tempos melhores (BARBAZA, 1988). Fato é que desde a Idade Média os catalães tinham a fama de serem excelentes navegadores e eram considerados como responsáveis por criar as condições para a formação do império catalão no mediterrâneo dos séculos XIII e XIV. Os naufrágios e artigos de pesca e de navegação encontrados são os testemunhos da existência da ativa navegação de cabotagem no século XI. A maior parte é encontrada na costa de Cap de Creus, nos setores mais perigosos da costa, onde a tramontana sopra violenta e a navegação é arriscada, como a Cala Cativa de El Port de la Selva (BARBAZA, 1988). Particularmente, o litoral de Girona era favorável à formação de portos por apresentar uma costa rica de refúgios naturais, tendo nas proximidades montanhas arborizadas que forneciam matéria prima (madeira) essencial para a construção naval. A relação com o mar, principalmente com a navegação, favoreceu ao surgimento e crescimento de pequenos portos do norte da Costa Brava, mesmo com o iminente risco da violenta pirataria, como o caso de Cadaqués, que foi queimada e destruída nos anos de 1447 e 1584 pelos barbarescos (BARBAZA, 1988).

Embora, no século XIX, as reservas de peixes fossem superiores às atuais, a produção era limitada por três fatores: a navegação não voltada à pesca admitia os melhores marinheiros, a vantagem da navegação sobre a pesca era considerável; as técnicas de pesca não haviam progredido em relação aos séculos anteriores; e, a lentidão do transporte terrestre limitava especialmente o raio de distribuição do peixe

fresco em torno de cada porto (BARBAZA, 1988). Além de tudo, a vida como pescador não podia perdurar durante todo o ano. Passado o período de quaresma, a demanda não justificava excesso na atividade pesqueira, ademais, o mal tempo no inverno impossibilitava muitas vezes esta prática, repercutindo na falta de recursos por mais de seis meses para a população. A solução era a terra, nela se plantava, principalmente a vinha que garantiria o sustento nos períodos de escassez. Seu Miquel relata este contexto:

> *Os piores meses para pesca são dezembro, janeiro e fevereiro. Por esses meses ia a vinha todo mundo. Tinha-se que ter dois modos de sustento de vida, a vinha e a pesca. Porque, por exemplo, se você precisava pedir um empréstimo, de dinheiro, você não poderia dizer 'quando eu pegar peixe eu pago'. Você só poderia fazer dívida na conta daquilo que colhia de uvas. Se sabia mais ou menos o que você fazia. Quatro, seis ou dez mil pesetas de uva, por exemplo, e te deixavam se endividar até esse valor. Se dizia: "Depois que houver a colheita te pagaremos". E, não falhava. O trabalho na vinha ocorria no inverno, preparar, podar, era tudo no inverno. Mas se em algum dia de inverno fazia um bom tempo, se descia das vinhas para pescar. Trabalhar na vinha era duro, mas necessário. Dizíamos, se trabalhas na vinha economizas, mas se vás ao mar gastarás. No mar se jogava as cartas, se perdia, fumava. Meu pai, e meu avô por parte de meu pai, fumaram muito. Sofreram depois de muita asma, enfisema*. (Miquel Puignau, relato de 28/02/2019). [Tradução livre do espanhol para o português]

Essa jornada laboral citada por seu Miquel, voltada à terra e ao mar, motivou que essas atividades intercambiassem e se complementassem, contribuindo para a existência, segundo Barbaza (1988, p.421), do personagem pescador-agricultor na paisagem cotidiana local.

3.3 O Personagem pescador-agricultor

O setor norte da Costa Brava se dedica ao cultivo, sobretudo de vinhas e olivares – como uma de suas principais características socioeconômicas e paisagísticas. Faixas de ambos foram plantadas nas regiões mais selvagens de Cap de Creus, nas mais acidentadas da serra de Rodes, vindo a se configurar como uma paisagem ausente de bosques, composta de lotes pequenos ordenados em alpendres, em terrenos partilhados (Figura 11). A formação da propriedade vinícola, muito pequena, encontrou no entorno de pequenos portos de cabotagem condições favoráveis para que ali se instalassem, apoiada em dois aspectos: facilidades de comercialização e oferta numerosa de mão de obra, formada especialmente por marinheiros, pescadores, artesãos, e todos aqueles que a podiam praticar, concomitante ao cultivo da vinha (BARBAZA, 1988).

Figura 2 - Terrenos adaptados com muros de pedras para o plantio das vinhas



Fonte: A autora (outubro/2017)

Figura 3 - Ruínas de casas de pedras usadas para o período da colheita da vinha



Fonte: A autora (outubro/2017)

A preponderância da vinha, juntamente com a oliva, fez parte da construção da paisagem histórica, social, cultural e identitária das povoações desta costa. Essa prevalência resultou em características similares em diversos povoados – com suas diferenças e exceções – da costa do Mediterrâneo (Itália, França, Norte da Espanha): Povoações encravadas nas encostas forneceram matéria prima para melhorar a infraestrutura e os rendimentos agrícolas. Durante os séculos foram realizadas obras

para aproveitar a terra, aquedutos para conduzir a água, pontes, escadas e caminhos para facilitar o trajeto. Abrigos também foram feitos para acolher no plantio e na colheita e essas edificações de pedras foram moldando a paisagem conforme a conveniência daqueles povos (Figura 12). Essas benfeitorias e demais intervenções humanas conferem uma riqueza paisagística à região, que favorece a atividade turística, pois desperta o interesse dos visitantes para essas peculiaridades locais.

O vinho, assim como o azeite, foi incorporado à mesa local, convertendo-se em artigos bastante apreciados em diversos recantos do Mediterrâneo e, de lá seguiam para o interior do continente. No fim do século XVIII, chegou-se a exportar 2500 barris de vinhos do porto de El Port de la Selva[62] para os portos de Nice, Genova e Liorna. Entretanto, entre os anos de 1843 e 1858, todos os portos locais sofreram redução na exportação desses produtos locais, especialmente Sant Feliu, Palafrugell, Lloret e El Port de la Selva. Por sua vez, a atividade foi retomada devido à crise provocada pela praga da filoxera na França, em 1865, o que favoreceu a exportação de vinho da Catalunha, por conta dos seus portos estarem melhor situados em relação aos portos de Port-Vendres e Seta, na França (BARBAZA, 1988). Este impulso cessou com o aparecimento da filoxera também em território catalão, em 1879, que veio a destruir todas as vinhas. O cultivo da vinha nesse litoral não voltou a ser favorável como em anos anteriores, e a produção de vinho declinou a ponto de não voltar a se reerguer, pelo contrário, veio a se agravar com a geada de 1956, que também solapou os olivares de praticamente todo Cap de Creus (ARMANGUÉ, 1993).

Os moradores mais velhos do povoado chegaram a vivenciar na sua infância, alguns ainda na fase adulta o plantio, colheita e produção de vinho. Sobre esta experiência, Seu Jordi, nascido em 1937, relata a sua memória sobre a atividade:

> *Quando era momento da colheita e plantio da vinha se passava semanas ali [na montanha]. Nas barracas tinham colchões de charco, se fazia fogo, não faltava comida. O sal vinha do mar, o vento levantava uma neblina, parecia uma chuva fina. Esse vento queimava as plantações e por conta disso fazia-se os muros de proteção. Nós tínhamos em toda Cap de Creus, [incluindo] o termo municipal de El Port de la Selva, 55km² de montanhas e calas que eram tudo vinhas. O vinho procede o ano de 1500. No ano de 1880 houve uma praga que é a fil-loxera [em catalão] que matou todas as vinhas. Não era imediato, mas com oito ou dez anos elas [as vinhas] iam morrendo. Depois trouxeram uma planta que é americana. Havia que plantá-la e quando era um pouco maior havia que 'empauzá-la' na classe de uvas que se queria. Se chamava "cariñana". Tardava pelo menos 3 ou 4 anos, e nisso muita gente se foi, porque tinha que esperar. Muitos foram a América, a França, México. Muitos se tornaram ricos, mas muitos voltaram para aqui pobres.* (Seu Jordi,

[62] No século XVIII, os principais portos da Catalunha eram o de Sant Feliu, Palamós, Roses, mais tardiamente, o de Blanes, La Escala, Lloret e Cadaqués e por último veio o de el Port de la Selva (BARBAZA, 1988).

> relato de 02/10/2017). [Tradução livre do catalão e espanhol para o português]

Nesse contexto, a população do século XIX, que vivia majoritariamente da exportação de vinho e azeite, veio a declinar até os dias atuais. Em 1972, havia seis pessoas ocupadas na agricultura e, em 1990, apenas duas. A quantidade de hectares utilizados na agricultura é reveladora da drástica redução deste setor: no ano de 1862, existia 1.066 hectares cultivados, no ano de 1959, reduziu para 610ha, em 1985 para 185ha e em 1989 para apenas 10ha. A pequena produção existente, diferentemente dos anos áureos da agricultura local, era voltada quase exclusivamente ao autoconsumo familiar ou abastecimento do próprio negócio. Visualizando a quantidade de hectares destinados especificamente para a vinha em 1862 e, em 1989, se constata que houve uma significativa queda de 697ha para meros 6ha, resultando que menos de 1% do território rural continuava com o cultivo da uva (ARMANGUÉ, 1993). Sobre os últimos anos de cultivo na vinha, seu Miquel descreve a razão do seu fim:

> *A última colheita de vinha, foi em 1965. E fomos os últimos a deixar a vinha! O porquê é fácil de explicar. Quando se tinha muitas vinhas, não se notava quando coelhos, javalis comiam as vinhas, eram tantas vinhas que de alguma maneira se dividia as perdas, sem ser notada tanta diferença. Mas quando ficamos entre poucos, os bichos iam nas nossas atrás de comida. E não valia a pena o trabalho, quando se regressava todo o trabalho da vez anterior já havia sido perdido. Por isso tivemos que deixá-las. Temos uma vinha aqui a cima, em um lugar que se chama Sant Baldiri, em uma hermita, aquela vinha é minha. Quando ficamos só, todos os coelhos, perdizes e javalis iam comer aí. E aí se dizia, isso não paga o trabalho.* (Miquel Puignau, relato de 28/02/2019). [Tradução livre da autora]

O declínio da atividade agrícola coincidiu com o processo de valorização do território local paras as atividades voltadas ao turismo, com destaque para a espacialização da segunda residência. Sobre esse contexto, seu Miquel relata:

> *O que passa que as vinhas [próximos ao mar] não resistiam ao sal, como essas aqui em frente, [em frente à casa de seu Miquel, situada no outro estremo da baia]. Mas, na década de 1960 isso valia muito dinheiro por conta da construção para o turismo. Assim, então quem voltava das Américas, passou a investir na construção. Tudo começou assim. O progresso do povoado foi depois da década de 1960. Sim, por conta do turismo, o turismo, o turismo. Ali as fincas que antes eram piores, porque eram muito próximo ao mar, foram as que valeram mais dinheiro. Já as vinhas mais em cima e que não se edifica, não teve valor para a construção.* (Miquel Puignau, relato de 02/08/2017). [Tradução livre do espanhol para o português]

Sobre a menção de seu Miquel em relação ao alto valor pago pelos terrenos que serviram de vinhas, seu Ignasi, secretário do Ajuntamento, levanta alguns

questionamentos importantes. Segundo ele, para os moradores que os venderam, em um momento de claro declínio agrícola, o valor era considerado alto, porque naquele momento a terra, ademais improdutiva, não era vista como um bem de valor. Para alguns, a expectativa de venda de algo que não se esperava muito era considerada como uma sorte. Mas alega que os valores vendidos foram muito baixos em relação ao que realmente deveriam valer. Atualmente, os terrenos comprados em volta da baía, que no passado serviam de vinha, vêm a valer fortunas pela sua condição de posição privilegiada em relação à paisagem da baía, muito valorizada pelo turismo. Na imagem a seguir (Figura 13), se podem observar as faixas de vinhas plantadas ao redor do povoado, antes de serem usadas para fins de urbanização.

Figura 4 - Imagem do final do século XIX, a) ponta de Lloia; b) vista da praia da Ribeira, Port de la Selva



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (s/d).

O abandono da vinha seguiu um processo que se iniciou com a filoxera, que levou muitos à ruina e sem capital suficiente para se manter. Embora a pesca e a indústria de conserva de peixe fossem uma alternativa, elas ainda se apresentavam insuficientes para o sustento da maioria da população local. Além disso, aqueles que tinham embarcação dispunham de vantagens econômicas em relação a quem não tinha. E, os que tiveram recursos para se capitalizar até o replantio e colheita da uva americana permaneceram no povoado. Os que não, emigraram, alguns a família toda, outros somente uma parte. A reativação da vinha e o crescimento da indústria pesqueira favoreceu a permanência e a ocupação da maioria da população. No entanto, durante os anos da guerra civil, se tem o registro de 41 pessoas que exilaram para à América, e os destinos variam de Caracas, na Venezuela; Monterrey, no México; São Paulo e Paraná, no Brasil; Barranquilla, na Colômbia; Havana, Santiago de Cuba e Cienfuegos, em Cuba; Buenos Aires, Bahía Blanca e Paraná, na Argentina;

Nova Iorque, Estados Unidos; Montevidéu, no Uruguai. Alguns montaram negócios e conseguiram refazer a vida, outros não tiveram êxito e retornaram após anos quando o povoado se converte em um povoado turístico.

Na atualidade, a valorização de antigas atividades, como a vinha, o olivar e a pesca artesanal vem sendo resgatadas. Como exemplo, a produção de vinho foi progressivamente sendo retomada, com cerca de 15ha de vinhas cultivadas. Esse fenômeno indica como os lugares assumem valores diferentes ao longo do tempo, podendo, às vezes, marginalizar uma área, e, outras vezes, as valorizá-la, com impactos diferenciados sobre a população residente A relevância dessa atividade para a região é exposta na fala de uma conselheira na plenária do dia 27 de setembro de 2007, do Ajuntamento de El Port de la Selva:

> A videira é uma cultura tradicional dos países mediterrânicos. Para Cap de Creus foi um dos elementos mais importantes da economia de seus habitantes, combinando essa atividade com outras economias de subsistência, como o cultivo de oliveiras, a pesca e o cultivo de pomares.
> O cultivo da vinha foi abandonado basicamente em duas fases, uma primeira fase com a chegada da filoxera, nos últimos 15 anos do século XIX, mas a necessidade e a falta de alternativas econômicas promoveram diferentes iniciativas para recuperar culturas, em alguns casos com estoques americanos, em outros com oliveiras, abandonando apenas as zonas marginais e de acesso mais difícil. A segunda fase e a parte verdadeiramente transcendental do território ocorrem em meados do século XX com **a introdução de novas formas de vida com uma economia derivada do turismo**, mais fácil e menos ligada à terra. Além disso, o trabalho já era bastante obsoleto para continuar o cultivo de forma rentável. É neste momento que muitas vinhas são ocupadas por pinhais ou plantações.
> Este abandono das culturas tradicionais é a principal causa da atual paisagem do Cap de Creus. Paredes secas se distinguem entre arbustos compostos por estepes, urzes, etc., sem grandes árvores, apenas em algum vale e em algumas sebes. Situação típica que em áreas de clima mediterrâneo, muito seco no verão e com declives afiados, leva a uma forte vulnerabilidade aos incêndios florestais. (Tradução do catalão para o português – ênfase adicionada)

A paisagem descrita acima fundou-se como resultado de uma estrutura agrária marcada pelo claro predomínio de lotes de terra muito pequenos, face a partição dos bens senhoriais e eclesiásticos, no curso do século XVIII, terem ocorrido em favor da pequena propriedade. Essa realidade incidiu na formação do território de El Port de la Selva, quando o Conde de Empúries concedeu terras ao município na condição que fossem arrendadas em lotes muito pequenos, talvez pela característica da própria sociedade da época, formada por pessoas simples que trabalhavam para a subsistência unifamiliar (BARBAZA, 1988).

Nos arquivos de El Port de la Selva, Sant Felix e Roses não se identificaram impugnações que poderiam ter ocorrido pela supressão dos grandes monastérios da costa. Em resumo, as leis de desamortização e de supressão das comunidades religiosas não parece haver favorecido a especulação de média e grandes

propriedades, pelo contrário, ocorreu uma breve participação favorável à pequena propriedade, provavelmente para preconizar a ocupação de famílias (BARBAZA, 1988). Foi nelas que se concentrou a maior parte das vinhas e olivares. No entanto, nem todas as propriedades pertenciam a residentes do município. No caso de El Port de la Selva, das 198 propriedades pequenas existentes, 134 pertenciam a habitantes de Llançà, Cadaqués e Selva do Mar, ou seja, residentes de municipalidades vizinhas (BARBAZA, 1988).

As relações sociais fundamentadas na concepção germânica de divisão de terras, de ajuda recíproca, de troca de serviço para uma proteção eficaz, e restituída a noção de possessão da terra para pessoas socialmente vulneráveis, favoreceu a constituição de sociedades comunais rurais. Essa concepção se manteve até o início do século XX em El Port de la Selva, como pode ser exemplificado pela ata de separação desse município do território de Selva do Mar, a qual aponta que o novo município continuaria usufruindo dos direitos comunais preexistentes em Selva do Mar. Este fato foi alegado em 1917, quando os habitantes de Vall de Santa Creu, povoado de El Port de la Selva, demandava a separação de El Port de la Selva para incorporar-se novamente à Selva do Mar, justificando a necessária manutenção dos seus próprios privilégios, a preservação da comunidade de pastores e outros direitos atrelados. Esse desmembramento não veio a ocorrer, mas a perda econômica do setor primário continuou e refletiu no contínuo despovoamento desse antigo povoado agrícola, assim como o abandono do campo em outras áreas do território e, por sua vez, a perda de antigos preceitos comunais[63].

A propriedade da terra, de acordo com o regime de herança adotado na Catalunha, previa que somente o filho mais velho poderia herdar todas as propriedades de família. A propriedade não se partia, conforme explica um morador do povoado:

> *Normalmente aqui em Catalunha, naqueles tempos o filho mais velho, era o herdeiro, ele teria que cuidar dos pais. Mas os outros filhos teriam que cobrar uma legítima, como se dizia. As filhas não, elas casavam e iam com outra família* (Josep, relato de 27/02/2019) [tradução livre da autora].

[63] A existência localmente de preceitos comunais de solidariedade e coletivismo é rebatida por Beltran (2017). Segundo o seu estudo, as ações comunais serviam como estratégia para atender as necessidades individuais e familiares, neste sentido ele defende que havia o uso de "[...] justaposição sincronizada de individualismos" (ALBÓ, 1985: 48-51 apud BELTRAN, 2017, p.247).

Esse tipo de regime repercutiu na saída de muitos para buscar outros meios de sobrevivência em outras localidades. Sobre esse regime de herança, seu Miquel comenta:

> *Agora se divide mais ou menos igual entre os irmãos. Mas antes o filho mais velho, o arauto, como dizíamos, ficava para cuidar dos pais e por conta disso herdava todas as vinhas, a casa da família, o que se tinha. Os filhos mais velhos ficavam e outros filhos marchavam, não todos, alguns ficavam e se dedicavam ao mar, mas a grande maioria ia buscar a vida em outro local. O patrimônio não se dividia, mas as vezes, como não havia dinheiro para deixar para os filhos, se deixava algo, as vezes uma vinha que não era produtiva ou ajudava a montar um pequeno comercio no povoado, de acordo com as condições de cada família. Meu pai tinha oito irmãos, com ele cinco homens e três mulheres, nenhum deles permaneceu no povoado, três deles foram trabalhar de jardineiro. Umas das minhas tias, a mais velha, que era muito bonita, foi para Barcelona trabalhar e acabou casando com o filho do dono de uma casa de flores, em Sant Gervasi. Ela ajudou muitos os meus tios. Recebeu eles e deu trabalho como jardineiro. Essa minha tia, na viagem de lua de mel veio a Port de la Selva, e ocorreu um dia que meu bisavô pescou muitos atuns, com a Port Reig, com 25 homens puxando aquela rede. O marido da minha tia ficou encantado e acabou comprando o terreno do lado, que nem direito tinha uma casa para poder vir veranear aqui no povoado. Quando isso ocorreu eu ainda não tinha nascido*. (Miquel Puignau, relato de 12/03/2019) [tradução livre da autora].

Esse regime de herança refletiu na permanência dos filhos mais velhos das famílias que tinham patrimônio e, por sua vez, na saída daqueles que não se enquadravam naquela condição. Na atualidade, praticamente todos os residentes naturais do povoado, com mais de 70 anos são filhos mais velhos ou, em algumas circunstâncias, filhos únicos. Algumas famílias que não tiveram filhos, somente filhas, seguiu a mesma lógica, embora essa seja uma situação excepcional. Aqueles que não se encontravam na condição de ser o primeiro homem filho, saíram, grande parte das vezes, para trabalhar em outros lugares. Entre as mulheres, era comum saírem do povoado para trabalhar em fábricas ou casas de família. Os homens migraram, normalmente para destinos mais distantes, em outros países, sobretudo a América. Anos posteriores, próximos a atualidade, a prática de estudar e se aperfeiçoar profissionalmente, levou, e tem levado, os jovens do povoado a partirem, e somente raras vezes retornam. Segundo relatos dos residentes, muitos dos seus irmãos, irmãs, filhos e filhas, acabaram encontrando emprego e/ou casando e por fim terminaram não retornando mais para o povoado.

Além da vinha, e em alguns casos o olivar, existiu uma forte prática local voltada à atividade do horto. Ainda hoje, ao andar pela manhã, pelos terrenos onde estão situados os hortos do povoado, é comum observar um movimento de pessoas

trabalhando em suas respectivas hortas. Normalmente são pessoas já aposentadas, como seu Martin, seu Miquel e alguns outros. O cultivo do horto foi responsável pela alimentação da população nos momentos de crise, segundo se comenta, as pessoas do lugar nunca passaram fome, porque havia fartura de peixe e cada casa tinha ao menos um horto que poderia produzir batatas, cebolas, alhos, tomates, cogumelos, vagem, feijão, ervilha, pimentão, berinjela, alface, escarola, rabanete, aipo, repolho, brócolis e diversos tipos de frutas (MALLOL, 1987). Alguns cultivos, como da batata, serviam para alimentar uma família todo o ano. Além disso, se praticavam escambos de alimentos. Um cedia batatas, o outro trocava por azeite. O outro dava peixe e assim mantinha a subsistência de todo o povoado. Se comenta, “dinheiro não tinha, mas alimento nunca chegou a faltar”. Além do horto, ao fundo de todas as casas se criava nos quintais galinhas e coelhos para o consumo da carne e, no caso da galinha, também os ovos.

Figura 5 - Imagem de um horto situado em um dos acessos dessa área



Fonte: A autora (novembro/2018)

No passado do povoado, era comum cada família ter uma vinha e um horto. Os melhores estruturados tinham mais de uma vinha ou também um olivar, já os mais vulneráveis eram aqueles que não tinham vinha, muito menos um olivar. Este último também não tinha crédito nos momentos de inverno, quando não se podia sair para pescar. Como estratégias, as famílias do povoado casavam entre si para que a vinha

e o horto continuassem pertencendo à gente do local e, se possível, buscava ampliar a sua produção do vinho ou do olivar. Contudo, no momento de especulação e valoração dos terrenos para o turismo, alguns terrenos de hortos melhor situados, assim como ocorreu com as vinhas, e que não eram próximos a alagadiços, foram gradualmente convertidos em terrenos para a construção de novos loteamentos. Com a inserção da atividade imobiliária e turística, os hortos passaram a ser cercados, alguns com muros de alvenaria e portas com fechaduras, outros apenas cercados com arame e cercas vivas.

A vinha ocorreu o mesmo, aquelas que se situavam em locais considerados piores para o cultivo, pela proximidade do mar, na era do turismo se tornaram os terrenos mais valorizados. Alguns que eram segundo filho, que haviam ganho estes terrenos para compensar o não recebimento da herança, se tornaram os principais beneficiados na nova era que surgia no povoado. As vinhas mais afastadas, e que, no passado, eram consideradas as mais produtivas, não tiveram valor nesta nova época e ficaram ao abandono, atualmente fazendo parte do patrimônio do parque natural de Santa Creus.

Conquanto, a percepção por parte dos gestores e legisladores locais sobre a importância da vinha no contexto social e econômico local, e como esse elemento poderia corroborar a autenticidade e singularidade do lugar, coloca-a novamente em destaque, de maneira a resgatar condições anteriores, e assim possibilitar a obtenção de renda de monopólio[64] sobre o território. Diante disso, desde 1998, por meio de articulação da gestão local, iniciou-se o seu replantio – reproduzindo um modelo que havia sido iniciado na Costa Roja – para recuperar vinhedos e assim produzir um vinho de excelente qualidade, também com o propósito de revalorizar a paisagem. A proposta de revitalização do setor pela gestão municipal, segundo a ata do pleno da gestão municipal de El Port de la Selva, datada de 27/09/2007, tinha como finalidade a gestão do plantio das uvas do município no âmbito do sistema de livre concorrência para permitir o desenvolvimento desta atividade econômica e, como consequência, possibilitar uma nova oferta turística de caráter cultural e tradicional do Mediterrâneo. Há, atualmente, em várias partes do mundo um crescimento de demandas turísticas que negam o turismo de massa e valorizam características identitárias destinos de

[64] Renda Monopolista - conceito retirado da obra de David Harvey (Harvey, 2005) para definir a posição dos atores dominantes no espaço urbano, aqueles que possuem o capital suficiente para se instalar em lugares nodais e/ou obter vantagens privilegiadas diante de um contexto ou fenômeno social.

menor escala, que favorece os interesses de pessoas do próprio lugar, e não de grandes empresas extra-locais. Tal enlace do setor terciário e primário se coloca como uma fórmula rentável para ambos os setores, no entanto dominado pelos mesmos atores, de caráter predominante local. No caso do argumento usado, vinha em defesa dessa iniciativa, ela foi apontada, como meio de transmitir às novas gerações as experiências e explicar-lhes os modos de viver das pessoas do território em tempos anteriores, e, assim, possibilitar a recuperação do patrimônio cultural.

Algumas poucas vinhas voltaram a ser ativadas não somente em El Port de la Selva, como toda a região. El Port de la Selva, particularmente, existe uma vinícola que atualmente pertence a uma família francesa que comprou o terreno e iniciou o cultivo e preparo do vinho. Essa vinícola produz uma quantidade limitada de garrafas ao ano, mas já vem se destacando nos concursos do setor e foi premiada, mais de uma vez, por sua produção de vinho rosado. Assim como este caso, proprietários de vinhas, e também olivares, vêm se dedicando a reativação do setor. No entanto, agora se destaca pelo uso de mão de obra imigrante, proeminentemente boliviana e marroquina.

No que diz respeito ao setor primário, a pesca é a atividade que vem resistindo aos momentos de crises. Antes do termo municipal de El Port de la Selva, já existiam barracas feitas de pedra no lugar para se guardar petrechos de pesca; com o fim da pirataria na região, casas da população voltada para a atividade de pesca começaram a ser edificadas. O número de pessoas ligada à tal atividade explica o porquê do número superior de pessoas em El Port de la Selva do que em Selva do Mar, no momento da emancipação da primeira da segunda. Na atualidade, a pesca exibe um volume bastante aquém dos dados marcados na sua história. Poucos são os barcos de pesca artesanal, apenas cinco. Na pesca industrial, associado à Confraria, exibem-se três. Estas embarcações contam com a mão de obra basicamente imigrante, com destaque para o Marrocos e o Senegal. Esta, vem se mostrando essencial nas atividades produtivas do município, como a construção civil e a pesca. Com uma população tão pequena, onde 980 habitantes, 26,53%, tem mais de 65 anos, e 11,63% tem menos de 14, a demanda de mão de obra se exibe no momento necessária.

3.4 Fluxos Populacionais

Os primeiros focos de ocupação da Costa Brava buscavam mais por montanhas do que por planície ou praia, um tipo de ocupação que ocorreu ligada às técnicas de agricultura e pastoreio. Historiadores da Catalunha creem que o máximo demográfico da época medieval ocorreu no século XIII. Segundo Vicens Vives (*apud* BARBAZA, 1988), existiam 500.000 habitantes em 1250 em toda a região catalã, número que decaiu no âmbito rural devido, dentre outros fatores, pela peste negra, no ano de 1347. No entanto, foi no século XIV que as povoações portuárias existentes na Costa Brava (Sant Feliu, Blanes, Lloret, Tossa, Palafrugell, Begur e Cadaqués) apresentaram um relativo crescimento populacional.

No século XVIII, a população do setor Pirineus contava com um total de 4.210 habitantes, enquanto Selva do Mar – Port de la Selva ainda agregada àquela – contava com 989 habitantes. O aumento demográfico desse século incrementou o número de trabalhadores – pescadores, marinheiros, artesãos, comerciantes – suscetíveis a se dedicarem ao ócio e ao trabalho agrícola. O movimento demográfico em todo o litoral, entre 1718 e 1840, concentrou-se no setor Pirineus – onde, especialmente, a vinha havia progredido. O comércio permitiu a circulação de moeda, fenômeno que facilitou a aquisição de terras em glebas muito pequenas por boa parte da população. Mas, é certo que as facilidades de exportação ligadas à cabotagem, muito ativa na região, foi um fator significativo no progresso da vinha em todo o litoral.

A disseminação da filoxera em solo catalão e a crise associada à expansão marítima, influenciaram em um elevado fluxo migratório principalmente para as Américas, com destaque para a Argentina, Cuba e Estados unidos, ao final do século XIX. Geralmente eram homens e segundos filhos da família ou trabalhadores pobres. O fato de el Port de la Selva, assim como L´escala, pouco ter se envolvido no comércio marítimo com as Américas pode explicar o porquê de a diminuição populacional ter ocorrido menos intensamente nesses lugares do que nas municipalidades vizinhas, como Cadaqués e Llançà.

Entre 1900 e 1910, a população do setor Pirineus voltou a ter um leve crescimento populacional. No entanto, no período 1920 -1950 ocorreu uma nova diminuição seguida de um crescimento demográfico entre 1950 e 1963, em um movimento que se repetiu em toda a Costa Brava Norte, com exceção de El Port de la Selva e Selva do Mar, que continuaram sendo afetados por um processo de perda

populacional, chegando a alcançar os índices decrescentes de 3,5% e 7,3%, respectivamente, no ano de 1960, em relação a anos da década anterior (BARBAZA, 1988).

No ano de 1960, o setor dos Pirineus era o menos populoso da Costa Brava, apresentando um total de 10.538 habitantes – 55 habitantes por km² –, sendo 709 pertencentes ao pequeno povoado de El Port de la Selva. Na década de 1960, em relação à década de 1950, esse povoado havia perdido 192 habitantes, resultante da alta taxa de mortalidade (18%) – maior da Costa Brava –, uma débil taxa de natalidade – uma das menores da província – e uma intensa emigração – claramente relacionada ao declínio da pesca e da agricultura (ARMANGUÉ, 1993). Especificamente em El Port de la Selva, entre as décadas de 1960 e 1970, a crise na pesca - iniciada em 1955 - associada à fortíssima geada de 1956 - que levou à morte um montante significativo de olivas e videiras - ocasionou o movimento migratório da juventude que vivia no povoado. Muitos foram tentar a vida em Barcelona, na França e países do continente americano, como em movimentos emigratórios anteriores. A população que já estava envelhecida permaneceu até a morte. Antes disso, no fim da Guerra Civil Espanhola, ou um pouco antes disso, ocorreu uma intensa saída de líderes ou famílias ligadas ao lado perdedor da guerra para que não fossem fuzilados. Mesmo assim, são extensos os casos de morte e de perseguição dentro do povoado por conta dessas vinculações. Entre 1857 e 1960, El Port de la Selva teve a sua população reduzida de 1502 para 709 habitantes por fatos que degradaram ainda mais o estilo de vida pescador-agricultor: à crise da vinha, ao fim da navegação por cabotagem, às recorrentes crises na pesca e à Guerra Civil Espanhola (BARBAZA, 1988).

Contudo, devido ao crescimento da demanda por mão de obra na construção civil, a partir da década de 1960, houve um fluxo migratório procedente, majoritariamente, da região de Andaluzia. No ano de 1970, registrou-se um número recorde de pessoas residentes ocupadas formalmente na construção civil, 138 pessoas. O crescimento da população neste período esteve relacionado ao aumento do fluxo turístico que implementou atividades econômicas ligadas ao terceiro e segundo setores da economia local. Esse novo cenário assinala o momento da transformação de um povoado pesqueiro e agricultor para um povoado turístico, voltado para a espacialização de segundas residências.

Por outro lado, assim como quando ocorreram as crises na pesca, associadas a outros contextos históricos, houve redução da população, os momentos de

reativação da atividade possibilitaram fluxos de imigrantes para o lugar, e, consequente, aumento da população. Os pescadores vinham por etapas, buscavam por proximidade com os portos que apresentassem melhores condições e oportunidades. Este movimento imigratório ocorreu em praticamente toda a Costa Brava, ainda assim em menor fluxo em El Port de la Selva (BARBAZA, 1988), onde, por conta da expansão da atividade pesqueira ocorrida na década de 1980, houve um fluxo imigratório procedente de Andaluzia e de Tarragona, gerando o aumento de 23% da população, entre 1980 e 1990. Essa nova conjuntura contribuiu para o incremento da população ativa em relação à não ativa, em 37,38% (ARMANGUÉ, 1993).

Tabela 1 - População e número de pessoas ocupadas nos setores produtivos entre 1857 e 2018

Ano	População Total	Pesca	Agricultura	Industria	Construção	Serviços
1736	434	**	**	**	**	**
1787	820	**	**	**	**	**
1833	950	**	**	**	**	**
1857	1502	**	**	**	**	**
1887	1761	550	**	**	**	**
1900	1441	278	**	**	**	**
1930	1050	582	**	**	**	**
1950	905	153	**	**	17	**
1960	709	62	**	**	36	**
1970	958	**	6	**	138	**
1975	985	20	**	**	82	79
1981	729	57	**	**	45	122
1984	766	87	**	14	27	**
1989	814	146	**	12	40	**
1991	761	102	2	37	43	149
1996	813	76	56	29	40	234
2001	760	66	31	32	53	194
2011	996	70	**	**	**	**
2018	992	53	0	11	33	187

Fonte: Compilação dos Dados Idescat - Marés (1972); Barbaza (1988); Armangué (1993); Confraria de pescadores de El Port de la Selva

** Embora se saiba que no decorrer desses anos praticamente todas as atividades tiveram pessoas atuando em algumas dessas áreas, não foi possível encontrar fontes que exibissem esse número.

Embora tenha ocorrido um fluxo migratório positivo, foi exíguo diante de outros contextos semelhantes. Soma-se a isso ainda uma situação de envelhecimento da

população de el Port de la Selva (mais de 13% de velhos, menos de 65% de adultos, baixas porcentagens de crianças e adultos), em uma característica demográfica que mais se aproxima dos municípios rurais de Alt Empordá do que dos litorâneos desta mesma região. Entretanto, a faixa etária da população de 20 a 30 anos, que havia reduzido no ano de 1981[65] em relação a 1975, no ano de 1992 voltou a se ampliar. A reativação do setor pesqueiro, a partir de 1982, se refletiu em uma mudança neste quadro e, consequente, houve o crescimento da faixa etária citada acima (ARMANGUÉ, 1993, p.22-25). A conjuntura atual, causada pela inserção da atividade turística e reativação do setor pesqueiro, veio a criar uma mescla mais heterogênea na estrutura social da população residente e transitória no povoado.

Com base nos dados coletados em campo, sugere-se o seguinte descritivo da estrutura dos moradores de El Port de la Selva: a) '*Gent del poble'*, esse termo é direcionado aos indivíduos pertencentes aos troncos genealógicos das famílias[66] que se estabeleceram no povoado desde antes da sua fundação ao fim do século XIX - se consideram como os legítimos do povoado; b) *Moradores*, formados por aqueles que nasceram, mas que não necessariamente fazem parte de uma das famílias citadas ou que residem há muito tempo e estabeleceram relações matrimoniais com os herdeiros e/ou nativos. Embora muitos desses possam ser de outros lugares, em geral, se aponta nesta categoria aqueles que são dos municípios vizinhos, ou da região de Girona, ou que vivem em El Port de la Selva há mais de 70 anos.

Como contraposição à gente que é do povoado, é utilizado o termo "gente de fora" para diferenciar quem é local de quem não é. Dentro desta categorização podemos destacar três situações: c) *os residentes*, formados por aqueles que nasceram, mas que não necessariamente fazem parte de uma das famílias citadas ou que residem há muito tempo e estabeleceram relações matrimoniais com os herdeiros e/ou nativos. Se enquadra nesses os residentes que imigraram, procedentes principalmente da região Andaluz – sobretudo procedentes de Sevilha e Málaga - e Tarragona, entre a década de 1960 e 1990, para trabalhar na construção civil e na pesca industrial, dentre eles proprietários de embarcações, que se estabeleceram no

[65] Isso deve-se à conjuntura da época entre 1975 e 1981, quando boa parte da população emigrou em consequência da crise econômica ocorrida na metade da década de 1970, que repercutiu no campo da construção que estava acelerado no início desta década, e sofreu uma redução no final e princípios de 1980, juntamente com o setor primário.

[66] Segundo a pesquisa histórica de Federico Marés Deulovol (1972),dentre os sobrenomes que predominam na documentação histórica de el Port de la Selva se encontra os seguintes: Abras, Alfaras o Alfares, Alfar, Bartra, Benajam, Bisbe o Bisba, Brugués, Buscató, Camps, Casademont, Cayró, Cervera o Servera, Calabuig, Colomer, Corominas, Costa, Esparoner, Fá, Far, Falcó, Farriol, Ferrer, Ferrol, Feliu, Galí, Gironella, Jofrá, Lapuja, Laviña, Mallol, Morell, Nadal, Oriol, Pagés, Paltré ou Paltrer, Palau, Pedru, Peronella, Pous, Puig, Puignau, Purcalla, Rahola, Roldan, Roig, Roure, Rubiés, Rius, Saliner, Saguer, Suriá, Torrent, Vergés, Vilanova.

Povoado, embora muitos deles tenham filhos nascidos no lugar e tenham constituído matrimônio, ainda assim são vistos como “os de fora”; d) *Os imigrantes*, em geral são trabalhadores da pesca e da construção civil, cuidadores ou empregados domésticos e vem servindo como mão de obra em vinhas e olivares, em geral são procedentes de países da África -sobretudo Marrocos e Senegal -, América Latina – com destaque para Honduras, Bolívia; e leste europeu – sobretudo Romênia e Rússia, embora sejam considerados como gente de fora, eles tem sido essenciais para as demandas de mão de obra trabalhadora local; e) *Residentes permanentes e semipermanentes,* aqueles que adquiriram terrenos e casas para fixação prolongada ou semiprolongada no povoado. Esta categoria é formada majoritariamente por europeus aposentados e suas famílias procedentes, sobretudo da França, Alemanha, Bélgica e Reino Unido, como de também de outros lugares da Espanha. Pela relevância para economia local são todos como bem-vindos. Contudo, não se observa um trato subserviente ou diferenciado por parte dos prestadores de serviço locais. Aliás um traço bastante catalão, o tratamento a um residente, permanente ou temporário, e um turista ou visitante são proporcionais no atendimento, obviamente se diferenciado em uma relação de confiança e de cordialidade na medida que se frequenta os estabelecimentos.

Os últimos fluxos migratórios positivos para o povoado no século XX, ocorreram no final da década de 1960 - atraídos por trabalho na construção civil - e meados de 1980 - atraídos pela reativação do setor na indústria pesqueira. No atual milênio, principalmente nos últimos anos da atual década, tem havido uma nova onda migratória de trabalhadores de outras regiões para o povoado, procedentes sobretudo do Marrocos, Senegal, Honduras e Bolívia[67]. Os do Marrocos começaram a chegar em 2001. Os maiores fluxos ocorreram nos anos de 2015 e 2017. Atualmente, vivem no povoado 57 marroquinos, majoritariamente na faixa entre 30 e 50 anos, 49%. Apresentam um número significativo de crianças de 0 a 10 anos, a maioria delas nascidas em solo espanhol, 28%. Geralmente vivem em uma casa que acolhe toda a família. Somente os homens exercem atividade remunerada no povoado, voltada à pesca, à construção civil e à agricultura. Já as mulheres praticamente não são vistas transitando pelo povoado. Entre os senegaleses, existem 21 pessoas vivendo atualmente no povoado, diferente dos marroquinos, eles não vieram com a família,

[67] Todos os dados apresentados neste parágrafo foram compilados do registro geral de empadronamentos do ano de 2019, esses dados foram fornecidos, em arquivo próprio, pelo gabinete do Ayuntamiento de El Port de la Selva.

são majoritariamente homens entre 30 e 50 anos, 67%, que foram buscar trabalho na construção civil, pesca industrial e agricultura. Neste grupo, contam apenas duas mulheres, em idade de 20 e 40 anos, e três crianças de 0 a 10 anos. O fluxo migratório dos atuais senegaleses ocorreu entre 2005 e 2018. Também ocorreu fixação de procedentes da Argélia, Guiné Bissau, Gâmbia e África do Sul, mas seus números são inexpressivos em relações aos procedentes do Marrocos e Senegal.

Do fluxo procedente da América Latina, o que saiu de Honduras é que se destaca em quantidade. Iniciado bastante recentemente, em 2014, continua ano a ano, totalizando, em 2019, o número de 19 hondurenhos. Esse fluxo é majoritário de mulheres, entre 20 e 40 anos. Por relações de amizade e familiares, umas foram conseguindo trabalho para as outras. No geral, trabalham em casas das famílias de El Port de la Selva, a maioria como cuidadoras de idosos, e também na limpeza e no preparo de alimentos nos estabelecimentos comerciais e de serviço. Algumas delas trouxeram filhos, totalizando três crianças, em idade entre zero e 10 anos. Também ocorreu um fluxo de bolivianos para o povoado, num total de 12 e, diferente de Honduras, é formado por um fluxo misto de homens e mulheres, muitos deles casados. Os homens se dedicam à construção civil e as mulheres em trabalhos requeridos nos domicílios do povoado, como cuidadoras e empregada doméstica. Exibem idade entre 30 e 50 anos e chegaram ao povoado entre 2006 e 2018. Sete colombianos chegaram em 2018 ao povoado. Formado, majoritariamente, por mulheres, entre 20 e 60 anos, um homem e uma criança menor de 10 anos[68]. Exercem trabalhos semelhantes aos hondurenhos e bolivianos. Existem gente de outras nacionalidades, como Argentina, Venezuela, Chile Brasil e Panamá, mas em casos pontuais ou pouco expressivos. Diferente dos casos procedentes dos países africanos se observa no cotidiano a presença constante dos novos migrantes latinos. Crianças brincando nas calçadas, praças e praia. Além disso, se depara durante o percorrer do dia várias circunstâncias de mulheres conversando umas com as outras pelas vias públicas e alguns estabelecimentos comerciais do povoado. Não costumam frequentar cafés, bares e restaurantes, os seus encontros se concentram nas praças e na orla da praia quando o tempo não está em condições adversas.

Ocorreu também um fluxo migratório da Romênia e da Rússia. Dentre os romenos, contam 26 entre nove e 65 anos e mais um recém-nascido descendente de

[68] Os dados do número de pessoas, suas receptivas idades, e período de registro de residência do povoado de foram coletados no registro geral de empadronamentos do ano de 2019, fornecido pelo Ayuntamiento de El Port de la Selva.

uma das famílias. No total são 14 homens e 13 mulheres. A faixa etária predominante está entre a casa de 20 e 30 anos, 34%, entre ambos os sexos. Entre as mulheres, se encontram cinco entre idade de 40 e 50 anos, o maior percentual entre as mulheres, e três entre 60 e 70 anos. Entre os homens, 50% concentram entre 20 e 40 anos, o restante está distribuído entre as outras faixas etárias de zero a dez, duas crianças, 50 e 60 anos, três homens, e 60 e 70, um homem. O fluxo de romenos iniciou em 2005, com a chegada de três romenos, em 2007, chegaram mais seis e entre 2010 e 2018, outros 15 chegaram. Diferentemente dos primeiros que chegaram, os últimos exibem nível de educação superior e estão entre as casas de 20 a 30 anos. Os primeiros, com formação primária ou sem estudos e quando chegaram predominavam na casa entre 30 e 40 anos. Já o fluxo dos russos iniciou em 2004, quando quatro mulheres, entre 19 e 50 anos, chegaram ao povoado. Em 2007, 2008, 2014 e 2018, chegaram mais alguns, totalizando o número de 11 pessoas, predominantemente feminina – existem no grupo somente três homens, com idade de 8, 19 e 37 anos[69].

Segundo os dados do empadronamento do Ayuntamento de Port de la Selva, dentre os residentes semipermanentes e permanentes de origem europeia no povoado se destacam, pela proximidade, os franceses, um total de 42; seguido pelos alemães, com oito; os belgas, com seis; ingleses, com seis; e casos pontuais ou pouco significativos procedentes da Itália, Países Baixos, Suíça, Suécia e República Tcheca. Entre os franceses, se pode observar o registro residencial contínuo desde 1999, com maior destaque ao ano de 2014, com a chegada de oito franceses. Desse universo, 62% exibe idade entre 70 e 95 anos. Entre os alemães, belgas, italianos, suíços, holandeses e suecos todos têm idade acima de 50 anos. Dentre os procedentes do Reino Unido, três têm entre 60 e 87 a anos, e três são parte de uma família com um adulto de 40 e duas crianças de cinco e nove anos. A fixação desses residentes vem ocorrendo ano a ano desde 1991, com destaque para a segunda década do atual milênio. Eles costumam frequentar bares, cafés e restaurantes do povoado. Entre eles, muitos se conhecem e mantém relação de amizade. O fato de custo de vida ser mais barato que seus países de origem facilitou a fixação destes residentes, mesmo em um povoado tão isolado e que apresenta um número reduzido de serviços de saúde e de assistência.

[69] Todos os dados apresentados neste parágrafo foram compilados do registro geral de empadronamentos do ano de 2019, e foram fornecidos em arquivo próprio do Ayuntamiento de El Port de la Selva.

Existe um fluxo procedente de Barcelona que vem se fixando no povoado desde início do milênio, com destaque para os últimos anos desta década, entre a faixa etária de 50 e 90 anos. Entre eles, 72%, do universo de 86 pessoas, com idade entre 50 e 90 anos, fixaram residência a partir do ano de 2004[70], com destaque para os últimos oito anos. Assim como os outros procedentes de países europeus, são pessoas que, pela sua faixa etária, encontram-se já aposentadas ou ocupadas em atividades flexíveis.

Este contexto demonstra um relativo fluxo migratório com características, procedências e faixas etárias distintas. Um procedente de destinos de países da África, América Latina e Leste europeu para exercer ofícios voltados serviços domésticos de limpeza e de cuidado de idosos; limpeza e preparo de alimentos em estabelecimentos comerciais; na construção civil; na agricultura na atividade de pesca. O outro fluxo procede de alguns países europeus e de algumas cidades da Espanha, com destaque para Barcelona. Estes, geralmente encontram-se em faixa etária com mais de 60 anos e buscam no povoado após a aposentadoria, com certa qualidade de vida, longe de centros urbanos. Diferentemente do primeiro fluxo citado, estes costumam viver sozinhos e, em algumas poucas circunstâncias, na companhia do cônjuge, familiares ou amigos.

3.5. De Pòsit[71] à confraria de pescadores

No início século XX, a pesca artesanal passou a sofrer perdas frente à crescente pesca industrial pressionada pelos mercados urbanos por pescados frescos. Nesse novo cenário, ampliou-se a pesca de profundidade e arraste com inovações técnicas e polivalentes, primeiramente a vapor e depois a motor a diesel, através de uso de petrechos mais resistentes e produtivas, o que favoreceu, com menor esforço e riscos físicos, maiores rendimentos e capturas. No entanto, o elevado custo dos novos petrechos, sobretudo das embarcações mecânicas, impossibilitava o acesso a essa inovação à maioria dos pescadores locais sem maiores recursos econômicos ou financeiros. Sua introdução caiu em mãos de industriais e

[70] Os dados do número de pessoas, suas receptivas idades, e período de registro de residência do povoado de foram coletados no registro geral de empadronamentos do ano de 2019, fornecido pelo Ayuntamiento de El Port de la Selva.

[71] Pòsit em Catalão ou Pósito em espanhol são, segundo a Real Academia Espanhola (RAE), uma associação formada para a cooperação ou ajuda mútua entre trabalhadores, como exemplo dado por ela, Pósito de Pescadores. Neste trabalho, manteremos o nome original porque entendemos que o termo associação ou cooperativa não consegue abarcar todo o sentido do termo original.

comerciantes, o que agravou o problema social da classe econômica formada por pescadores artesanais. Enquanto, entre eles, os meios de produção poderiam ser repartidos igualitariamente, ou próximo disso, na pesca industrial, muitos pescadores passaram a apenas servir de mão de obra para o grande capital (FERNÁNDEZ, 2005).

O contexto de mal-estar gerado pela escassa participação em negócios pesqueiros, agravado pela crise do mutualismo, e unida ao movimento obreiro terrestre, gerou um associativismo mais reivindicativo, formando sociedades de resistência por parte de pescadores tripulantes, como ocorreu no País Basco e na Galícia, nas primeiras décadas do século XX, e, muitas vezes, aderindo a greves como estratégia de luta. Diante dessa crise, a saída para a atividade de pesca seria a criação de pósitos[72] de pescadores ligados à criação de cooperativas de consumo e de crédito.

A proposta, com o objetivo de garantir crédito e os itens necessários para o funcionamento da atividade, foi defendida com empenho por Alfredo Saragueli[73]. Na sua concepção, os pósitos somente teriam êxito se tivessem o resguardo do abrigo protetor do Estado e deveria o próprio Estado ser o responsável pela formação das instituições de pescadores. Através da sua articulação, e com a realização de diversos pedidos junto à Direção Geral de Navegação e Pesca, obteve êxito para iniciar a organização dos coletivos de pescadores. A criação e desenvolvimento dos pósitos foi ainda possível através da concessão de créditos e subvenções para que pudessem desempenhar suas funções. O vínculo entre os Estado e os pósitos foi claro, constituído por meio da Caixa Central de Crédito Marítimo (FERNÁNDEZ, 2005).

No caso de El Port de la Selva, no ano de 1919, quando a província contava com 1100 habitantes, o senhor Evarist Santallana I Vida, segundo o primeiro livro de Atas do município, convocou diversas reuniões. Nesses encontros, foi formulada a criação do regulamento do futuro Pòsit Pescador que foi enviado para aprovação ao Governo Civil e Caja Central de Crédito Marítimo. Esse feito somado a outras

[72] Os pósitos tinham como objetivo a criação de uma Associação Protetora do Pescador com suas diferentes seções: de suprimentos, à maneira de uma cooperativa de consumo; de instrução, encarregada de fomentar centros de ensino específicos; de beneficência, para reparto de socorros e ajudas ante situações de afastamento obrigatório ou enfermidade; de crédito, na forma de poupanças ou de seguros; e de pensões, para uso em caso de acidentes de trabalho, invalidez, aposentadoria e viuvez.

[73] Saragueli primeiramente realizou um trabalho inicial de gabinete, através de diversos despachos políticos e de artigos científicos. Depois disso, ele iniciou a tarefa de convencimento para que sociedades de pescadores fossem mutualistas ou de resistência, e aderissem à transformação em pósitos. Tarefa de que se encarregou, muitas das vezes, pessoalmente, indo de porto em porto para apresentar as vantagens que representava o associativismo por meio de pósitos (FERNÁNDEZ, 2005, p.13).

iniciativas possibilitou que os pósitos[74], como eram denominados, se multiplicassem pela costa de domínio espanhol[75].

Entre os anos de 1921 e 1929, foram criados 190 pósitos em toda a costa da Espanha. Havia pósitos constituídos por afiliados do partido socialista, enquanto outros foram criados com elementos de organizações católicas, alguns de caráter próprio, como sucedeu na Catalunha, onde funcionaram 17 pósitos, dos quais alguns serviram de modelo. Contudo, os recursos provenientes das subvenções não ocorriam de maneira equilibrada entre o número de pósitos e associados. Por exemplo, as províncias de Girona continham, no ano de 1935, oito pósitos com 1.521 associados e obtiveram 361.609,61 pesetas em subvenção. Enquanto La Corunha, no mesmo ano, contava com 35 pósitos, 2.661 associados e obteve o valor de 76.668,94 pesetas em subvenção, muito inferior ao exemplo catalão. Além disso, as subvenções eram desiguais dentro de uma mesma província. Correlato a isso, El Port de la Selva e Roses absorveram 98,5% das subvenções de toda a província de Girona. Esta condição contribuiu para que pósitos, como os catalães, perdurassem e apresentassem melhor êxito na implantação das seções propostas por Saragueli. A título de exemplo, na década de 1930, a maioria dos pósitos catalães tinha desenvolvido o processo de venda direta e de leilão para venda do peixe sem o auxílio de intermediários (ANSOLA FERNÁNDEZ, 2005).

Fundado em 1920, com 349 associados, o Pósito de Pescadores de El Port de la Selva colocava como propósito principal a proteção do pescador, fazê-lo proprietário de metade da produção e, ao mesmo tempo, suprimir os inúmeros intermediários existentes naquela época, conforme redigido no primeiro estatuto do Pòsit Pescador:

a) Organizar adequadamente a venda de produtos de pesca e estabelecer aos associados a segurança na velhice;

b) Assegurar recursos para as necessidades de aquisição e conservação de suas embarcações e petrechos de pesca;

c) Facilitar a compra de artigos necessários para a sua vida profissional e privada, em condição de preço e qualidade garantidas;

d) Estabelecer diferentes formas de ajuda mútua;

[74] O termo pósito tinha raízes históricas, era reconhecido social e historicamente, e podia levar a estabelecer uma relação entre o setor agrícola e o pesqueiro (FERNÁNDEZ, 2005, p.9).

[75] Os pósitos de pescadores têm suas raízes no trabalho escrito e publicado por Alfredo Saralegui Casellas em diversos artigos da imprensa (FERNÁNDEZ, 2005, p.7).

e) Ampliar a sua cultura geral e profissional. (COROMINAS, 2015) [Tradução livre do catalão para o português)

Desta sociedade, podiam participar todos os pescadores provenientes de El Port de la Selva, do povoado Vall de Santa Creu e Selva do Mar, município vizinho. As reuniões ordinárias ocorriam no primeiro domingo de cada mês, na qual se aprovavam pagamento de todas as despesas mensais e o salário dos trabalhadores dessa sociedade. Os ingressos inicialmente provinham de 3% do produto bruto proveniente da pesca ou então de uma cota mínima[76] estabelecida por associado.

A principal característica deste pósito, em relação a outros existentes na Catalunha ou mesmo na costa de domínio espanhol, foi o patrimônio adquirido durante os anos por esta sociedade. Em 1924, a organização societária adquiriu seu primeiro imóvel pelo valor de 14.000 pesetas, através de um empréstimo cedido pela Caja Central del Crédito Marítimo e mediante a penhora das embarcações dos associados. No ano de 1930, o patrimônio segue crescendo através da aquisição de um conjunto de casas situadas no Cais de Balleu e o cabo do Cais da Timba, denominado Isla Castellar, pagos mediante a fiança da hipoteca dos barcos somados à penhora do primeiro edifício adquirido no ano de 1924 (Figura 15).

Figura 6 - Imagem da praia do núcleo antigo, com destaque, do lado direito, para o mobiliário denominado de Isla Castellar, atual patrimônio da Confraria de Pescadores de El Port de la Selva



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (s/d)

[76] A princípio, de 22,50 pesetas durante o ano. Estas cotas mínimas eram em geral pagas por mulheres que eram sócias da sociedade. Com o passar do tempo, as cotas foram modificadas e eram estabelecidas à medida que ingressavam novos sócios.

Dois anos depois, um dos imóveis desse conjunto seria destinado para o beneficiamento de anchovas e sardinhas[77]. Em 1931, a sociedade adquiriu o Cafè dels Benvinguts[78] com todo o imobiliário e licores por 20.000 pesetas. Em 1932, devido ao resultado positivo proveniente das vendas de anchovas e sardinhas no mercado central de Barcelona, comprou-se um caminhão para transportar a produção de pescado para a estação de Llançà, a mais próxima, e no ano de 1940 obteve-se o segundo caminhão, que passou a transportar o peixe diretamente a Barcelona, onde já contavam com acordo em duas bancas no mercado central da cidade.

Figura 7 - Imagem do mobiliário Isla Castellar no Cais de Balleu, El Port de la Selva



Fonte: Arquivo pessoal de Miquel Puignau (s/d)

O conjunto imobiliário, adquirido pela sociedade de pescadores, foi utilizado para alojar os diferentes segmentos da sociedade. Além da cooperativa de Pesca, dispunha de uma cooperativa de consumo, seção de café, seção de recreio e diversão, seção de cultura, um moinho para produção de azeite[79], uma seção de distribuição de azeite, um departamento para socorros mútuos, médico, farmácia,

[77] O processo de beneficiamento das anchovas e sardinhas era feito por mulheres do povoado. E consistia em limpar, salgar e colocar em barris ou potes de dimensões de 200 ou 150 gramas.

[78] Este café era o ponto de encontro não somente de pescadores, como de literatos que passaram a frequentar el Port de la Selva. Era nele que muitas estórias eram contadas, onde se praticavam as jogatinas e onde contos daquele povoado foram inspirados. Embora, no ano de 1936, tenha sido destruído por efeito das bombas usadas durante a Guerra Civil, o café funciona até os dias de hoje, depois da sua reconstrução.

[79] Denominava-se localmente trull.

departamento para seguro-maternidade, departamento de aposentadoria por velhice ou por invalidez, departamento de assistência na velhice[80], uma caixa de crédito local, uma tinturaria de redes[81], uma escola de pescadores, um espaço equipado para beneficiamento do peixe, moeda própria, e possuía a concessão do Monopólio de Petróleos, para a venda de gasolina, petróleo e lubrificantes. O capital líquido no ano de 1922 contava com 29.654 pesetas (Tabela 2), cinco anos depois, 1927, esse número subiu para 99.948 pesetas e, em 1934, contava com a quantia de 242.353 pesetas.

Em outros contextos espanhóis, diferentemente do exemplo catalão, muitos pósitos faliram por falta de espirito societário e/ou por causa de ingerências internas e manipulações externas ocasionado por recursos insuficientes para despesas crescentes. Casos de pósitos que entraram em endividamento foram recorrentes, além de serem incapazes de proporcionar socorro entre os membros nos momentos de máxima necessidade ou, em alguns casos, não conseguiram sequer adquirir os bens necessários para o começo da sociedade, em um contexto não vislumbrado por Saragueli na criação dos pósitos.

Tabela 2 - Relação do número de sócios e o valor do patrimônio entre 1920 e 1929

Ano	Quantidade de sócios	Homens	Mulheres	Capital líquido (pesetas)
1920	375	-	-	8.913,11
1921	420	386	34	21,504,35
1922	428	392	36	29.654,10
1923	440	401	39	41.305,56
1924	473	413	60	51.067,56
1925	497	427	70	65.973,10
1926	502	431	71	81.769,29
1927	507	434	73	99.948,86
1928	522	445	77	114.227,86
1929	582	462	120	134.523,67

Fonte: Isidre Corominas (2015)

[80] A seção de assistência na velhice, denominada Montepio, era capitalizada pelo importe de 15 a 30% dos ingressos dos balanços anuais e esse montante era repartido proporcionalmente entre o número de associados inscritos nesta sociedade há pelo menos cinco anos e que tivessem mais de 65 anos de idade e não ser beneficiário de outra fonte de assistência, denominado Retir Obrer. No ano de 1925, os associados sexagenários receberam o importe de 379,50 pesetas; em 1926, 495,75 pesetas; em 1927, 663,50 pesetas; em 1928 734,25 pesetas; e no ano de 1929 841,00 pesetas (COROMINAS, 2015).

[81]Uma sessão de bastante necessidade para a prática pesqueira era a destinada ao tingimento das redes de pesca. Essa foi uma das primeiras sessões a funcionar na sociedade, em janeiro de 1920. Antes da aparição das redes de pesca sintéticas, era importante para o fortalecimento e conservação das redes feitas de cânhamo e algodão. A sociedade facilitava este serviço através da disposição de uma caldeira com produtos químicos para a realização deste processo. O preço era estipulado por caldeirada. As redes maiores e mais fortes pela sua dimensão eram tingidas uma por vez, já as redes menores podiam ser tingidas duas por vez. Este serviço ficou disponível até fim do ano de 1951. Por muitos anos a Confraria manteve as duas caldeiras de metal nos armazéns da entidade.

Segundo a concepção da criação dos pósitos, as associações cooperativas da classe de trabalhadores marítimos buscaria a supressão de intermediários, a propriedade dos meios de produção e a realização das demais funções relacionadas à exploração da indústria pesqueira. Suas funções se concentrariam na venda direta do pescado; cooperativas de consumo, dedicadas à venda de artigos de caráter profissional; assim como cooperativas de produção para construção e melhora de embarcações baratas; previsão social através de auxílios e ajudas; ação cultural, destinada à criação de escolas específicas e pósitos infantis; ação antialcoólica; e a promoção de casas baratas para pescadores. Toda uma estrutura para eliminar intermediários, inseguridades laborais, a miséria moral e material, inclusive suprimir a condição de dono de embarcação, sendo a mesma de propriedade coletiva; foram poucas as Confrarias que deram esses passos. O Pòsit de Pescador de el Port de la Selva avançou em muitos destes preceitos, mas a embarcação de propriedade coletiva nunca viria a se concretizar (FERNÁNDEZ, 2005, p.9).

A exemplo de el Port de la Selva, através da cooperativa de consumo, os associados podiam adquirir o combustível necessário para abastecimento das embarcações, assim como insumos e artigos para a prática da pesca, além do que fosse necessitar para o funcionamento do cotidiano dos seus associados. Esta seção, que consistia em um grande armazém, fundado em novembro de 1920, dispunha de peças para reparação de redes e de embarcações, e também utensílios domésticos como cerâmicas, panelas, louça, tecidos e produtos alimentícios. Para a sua manutenção, acordado em ata, cada sócio deveria assumir uma despesa mínima de 20 pesetas mensais. O controle era feito por cupons e o pagamento em moeda própria cunhada pelo Pòsit. Os produtos eram adquiridos diretamente dos fabricantes e chegavam, geralmente, pela estação de trem de Llançà e transportados até el Port de la Selva pelo caminhão da sociedade.

Além disso, a seção cultural e de capacitação profissional voltada para a vida pesqueira, foi responsável pela formação de diversos habitantes de el Port de la Selva. O ensino voltado para ginástica, trabalhos manuais, higiene, urbanidade, fenômenos naturais, meteorologia, biologia dos animais marinhos, história da marinha e primeiro socorros. A educação profissional adulta compreendia a mesma quantidade de conteúdo, porém mais aprofundados. Todos os alunos deviam frequentar os cursos por pelo menos dois anos para obter o certificado. Desde a implantação, todas as

famílias aderiram à escola de pesca; não consta que tivesse havido uma só criança entre quatro e 14 anos que deixou de frequentá-la, contexto que perdurou até o início da Guerra Civil[82].

Já a seção recreativa[83] organizava periodicamente eventos como concertos, apresentações teatrais, projeções cinematográficas, encontros literários e científicos e conferências sobre pesca, agricultura e piscicultura.

Mas, o principal destaque era a realização dos bailes de Natal, carnaval, São João, São Pedro e a festa da padroeira, em 15 de agosto. Geralmente, depois das festas religiosas ocorria a festa cívica, representada pelo baile de Sardana no Moll de Balleu e o almoço para as autoridades no hotel do comércio. O baile de Sardana normalmente ocorria a tarde, seguido de um concerto de música clássica, à noite, e finalizada com a entrega dos prêmios dos vencedores da Sardana. Somente no ano de 1937, por conta dos bombardeios que comprometeram a estrutura do edifício, os bailes foram suspensos, retornaram após a guerra, por volta da década de 1950 e 1960. A realização destes bailes e o que eles representavam para o cotidiano local ainda está marcado na memória coletiva dos habitantes mais antigos do povoado:

> [...] *Parece mentira, mas eu e minha mulher, que na época ainda não era minha mulher, havíamos ganhado concurso de baile. Gostávamos muito de dançar, a cada semana, quinta-feira e domingo, íamos bailar e treinávamos. Havia muitas distrações. Hoje tem três ou quatro discotecas, não é aqui, aos redores e a juventude se não bebe e se não se droga não se diverte.* (Miquel Puignau, relato de 13/03/2019) [tradução livre da autora]

> [...] *Bailávamos muito, isso parou nos anos 1970-1980. Este [mencionando um senhor presente] era um excelente dançarino, era campeão de baile. Vinha gente de Bisball e todos olhavam. Antes havia la sardana, um baile popular, que se perdeu. E por conta deste baile vinha muita gente dançar. Aqui foi o primeiro dos povoados a ter baile.* (Josep Puig, relato de 27/02/2019) [tradução livre da autora]

> [...] *Durante o carnaval haviam grupos [blocos], nós fazíamos parte de um desses blocos. Era uma festa incrível, em nenhum outro lugar se fazia. E nós também fazíamos um baile de carnaval, na associação, que também é da Confraria. Não cabia de tanta gente. Vinha gente de todo Ampurdá e a festa era tarde e noite, tarde e noite.* (Miquel Puignau, relato de 13/03/2019) [tradução livre da autora]

No ano de 1947, parte do edifício foi arrendado para a instalação de uma sala de cinema, por um percentual de 7% a 10% da bilheteria proveniente das sessões. Ao final da década se 1960, a queda da pesca provocou uma grande redução no número de sócios que,

[82] Entre os anos de 1936 e 1939, no momento do período bélico houve significativas baixas de alunos.

[83] Para a sustentação deste segmento, todos os sócios contribuíam inicialmente com uma quantia trimestral de 1,50 pesetas para os primeiros sócios e 3,0 pesetas para o grupo que chegou posteriormente, os filhos e as pessoas com mais de 65 anos eram isentos de pagar este valor.

por sua vez, repercutiu negativamente nas atividades desta seção, que pouco depois veio a se extinguir. Sobre a sala de cinema o senhor Josep Mallol comenta quando ela havia sido instalada,

> Faziam sessões sábado, domingo e as vezes segunda feira. Quando abriu a sala em 1947, nós tínhamos 15 anos, e antes de ir ao cinema era obrigatório ir a doutrina na igreja. O cura (padre) é que autorizava a nós irmos. (relato de 27/02/2019) [tradução livre da autora]

Por causa das inovações que implantou, a sociedade pesqueira criada em El Port de la Selva foi considerada um dos exemplos mais exitosos de toda a Catalunha, ou mesmo na costa da Espanha. Tal atividade chegou a ocupar 580 pessoas no ano de 1934. Neste mesmo ano, iniciou-se a venda direta no cais de Balleu e, no ano de 1940, uma importante produção de anchova e sardinhas, tratadas, salgadas e preparadas em diversos tamanhos de embalagens para serem comercializados em Barcelona. Até a data de hoje, ainda é produzida esta especiaria, mas em um volume muito menor e com um alto valor agregado (Figura 17).

Figura 8 - Imagem das anchovas de El Port de la Selva, produzida e comercializada atualmente pela Confraria de Pescadores



Fonte: A autora (dezembro/2018)

Com o início da Guerra Civil Espanhola, o processo de desenvolvimento da sociedade é freado e alguns dos seus imóveis destruídos pelos inúmeros bombardeios que ocorreram naquela baía de el Port de la Selva, dito por moradores

como o pior de toda a costa da Catalunha. Durante a guerra a maioria da população, principalmente mulheres e crianças, foi viver em Selva do Mar ou nas cabanas de pedra na montanha, as mesmas usadas nos períodos de plantio e colheita de uva. Antes dos ataques, quando se aproximavam aviões italianos aliados de Franco, segundo relatos, se acionava o aviso sonoro para que a população pudesse fugir para esconderijos, havia ao menos dez desses abrigos espalhados pelo povoado. Tardava em torno de dez minutos para que os bombardeios iniciassem. Após o bombardeio, alguns homens iam ao mar para capturar os peixes mortos pelas bombas, que servia de alimento para parte da população. As casas, nesse período, foram pintadas de preto para que se dificultasse a sua visualização nos ataques noturnos. A intensidade do bombardeio, segundo se comenta localmente, deveu-se à construção de um cais em 1936, que serviu de apoio para a chegada de ajuda vinda da França e outros Portos, como também evitar a retirada de pessoas em massa.

Durante a guerra, o Pòsit Pescador passou a destinar 1% dos ingressos da pesca para arcar com a despesas de 40 exilados de Madrid, que foram acolhidos em Vilajuïga, município vizinho. No ano de 1937, enviaram a Madrid cinquenta caixas de sardinha para as vítimas da guerra, e destinou-se 5% do adquirido na pesca junto com cinco pesetas para comprar roupa para pessoas que chegaram em El Port de la Selva (COROMINAS, 2015).

Com a instalação da ditadura de Franco, se obteve uma maior estabilidade social no setor pesqueiro e, por imposição do novo regime, em 1947, o nome Pòsit é suprimido e transformado em Confraria[84], e o presidente, indicado pelo regime, passa a ser nomeado de Patrón Mayor. Tal conjuntura reduz a autonomia existente entre os associados e amplia o controle social sobre os pescadores do povoado, levando ao fim do propósito de Saragueli. Aqueles pescadores ou lideranças que tinham ideias contrárias ao regime fugiram, alguns em suas próprias embarcações, principalmente para a França. Lá, ficaram em campos de refugiados em condições desumanas. Contudo, com o início da II Guerra Mundial, e conquista do território francês pelas tropas alemãs, muitos desses refugiados foram mortos, devolvidos ao regime franquista ou enviados para campos de concentração, como o de Auschwitz.[85]

[84] Denominação de lembrança religiosa e tradicional mais ao gosto do novo regime.

[85] O contexto bélico e instalação da ditadura de Franco no povoado e toda a região de Girona é ricamente detalhado por Joan Nadal no livro de Isidre Corominas titulado *La lleva del Biberó no fou possible* (2016).

A Guerra Civil foi responsável pelo primeiro impacto; por conta de seus bombardeios prédios foram avariados, embarcações foram destruídas ou bastante danificadas ou mesmo desaparecidas[86]. Desde a criação da entidade, em 1920, ela obteve significativo incremento até a década de 1950, quando entrou em acentuado e constante declínio por três décadas por dois motivos principais: a míngua na captura de pescado e a cotização do peixe a preços mais baixos no mercado. No ano de 1954, pela primeira vez, verifica-se um balanço negativo desta antiga e promissora sociedade. Este fato levou a Confraria a tomar a decisão de liberar os pescadores para vender seu pescado independente dela, com uma contrapartida do pagamento de 2% do valor da venda. No entanto, havia uma determinada monopolização por parte de atravessadores na compra e venda do peixe, vindo a agravar o quadro já crítico e que repercutiu no abandono desta atividade (ARMANGUÉ, 1993).

Em anos posteriores, o contexto social econômico piora, e, diante das dificuldades enfrentadas, muita gente abandona o povoado. Esse processo gerou o abandono da atividade da pesca, que migrou, principalmente aqueles que não eram o filho mais velho ou que não tinham propriedades que possibilitassem algum tipo de sustento. Em uma época na qual havia mais pescadores que casas[87], a solução era emigrar para buscar condições melhores de vida e de sustento. Aqueles que não emigraram, migraram para atividades no terceiro setor, em prestação de serviços turísticos, ou segundo setor, na construção civil.

Em 1975, a Confraria contava com 80 associados, menos de um quarto do número do ano da sua fundação. E, somente na década de 1980, com a chegada de embarcações de Tarragona, Barcelona e Llançà, a atividade volta a ser impulsionada. Essa década é considerada como um novo momento auge, quando o número de capturas cresceu em quantidade e qualidade significativa, embora tenha enfrentado recuos, vindo a novamente a sofrer declínios temporários.

No ano de 1981, existiam 57 associados, dos quais 28-30 estavam ocupados com a arte/embarcação de teranyna, distribuídos em cinco barcos. A pesca do bonito ocupava em torno de dez pessoas, distribuídas em cinco embarcações, que permitiam alternar com outros tipos de pesca. Essa pescaria possibilitou que, em algumas temporadas, pescadores experientes capturassem 500 quilos de bonito, a ponto de

[86] Segundo o relato de Miguel Puignau e seu Martins, muitos escaparam para a costa da França. Essas fugas ocorriam no período noturno para que tivessem melhores chances de escapar.

[87] Fala recorrente de antigos pescadores do povoado.

necessitar reforço de outros pescadores que não estavam escalados para aquele dia. No ano de 1982, com a chegada de cinco embarcações de arrastre[88] - três provenientes de Tarragona, uma de Llançà e outra de Barcelona – o quadro de míngua veio a modificar-se substancialmente. Além disso, para reativação do setor projetou-se a abertura da llotja[89] de peixe para a realização do leilão naquele município, inicialmente no cais de Balleu, mas a tardia permissão somente veio a ocorrer em 1985, depois de um largo período de negociação com a prefeitura.

Figura 9 - Edifício Isla Castellar no Cais de Balleu, patrimônio da Confraria de Pescadores de El Port de la Selva



Fonte: A autora (Novemo/2018)

Naquela década de 1980, especificamente no ano de 1989, a captura de peixe alcançou o auge (5.706,5 toneladas), assim como o número de embarcações (48) associadas à Confraria. O significativo crescimento representou a colocação de El Port de la Selva em segundo lugar em capturas entre os portos da Costa Brava, apenas superado pelo porto de oses, e terceiro lugar em 1990, superado por Roses e Blanes. Esse cenário repercutiu na ampliação de pessoas ocupadas no setor primário no ano de 1990 em relação aos anos de 1975 e 1981 pela atividade pesqueira. A pesca, nos anos de 1980 e 1990, ocupou 8,93% e 19,65%, respectivamente, da população, enquanto a agricultura no mesmo período, 1980 e 1990, ocupou 2,23 e 0,71%, respectivamente.

[88] A chegada dessas embarcações somente foi possível após um longo processo para a obtenção da permissão para a realização da pesca de arrastre.
[89] Llotja del Peix – É a nomenclatura ao local onde se realiza a venda de todos frutos do mar capturados pelas embarcações afiliadas à Confraria, neste caso por meio de um sistema de leilão a inversa. Funciona como uma espécie balança ou banca para venda do peixe.

Quase simultaneamente, a entrada da Espanha na União Europeia refletiu em novas delimitações e regras para o setor pesqueiro, assim como também possibilitou o acesso a diversos tipos de subsídios. Por exemplo, em 1995, a Confraria de El Port de la Selva, através do Ministério de Agricultura e Pesca, da Generalitat de Catalunha, adquiriu uma máquina de gelo e, nesse mesmo ano, solicitou a autorização para realizar a venda de peixe de maneira intracomunitária[90]. Essa nova situação, mesmo diante das futuras crises do setor, permitiu que a entidade se reestruturasse, modernizando processos de venda do peixe por meio de leilões e comercializasse outros produtos, como gelo e produtos beneficiados.

Foi necessário, também, confrontar alguns impasses externos, tais como: delimitação prática da pesca de arrastre para cessar o conflito existente com a pesca artesanal, no ano 1978; deliberação de novas regras para os horários de saída e chegada das embarcações, no ano de 1999[91]; aquisição de uma dívida por conta do não pagamento dos principais compradores de peixe blau (atum) e, como consequência, renúncia ao direito de venda deste tipo de pescado no ano de 1996; mudança nos procedimentos trabalhistas no ano de 1998, que interferiu diretamente na prática de pesca do atum; saída de duas embarcações de arrastre da Confraria, em 1999; supressão do subsídio de combustível ofertado anteriormente pelo Governo Estadual, em 2000[92]; um acidente de trabalho[93] que resultou em um longo e custoso processo para a Confraria; além de consecutivos pedidos para a transferência das instalações da Confraria para o cais de Gros e a pressão para o desalojamento do espaço de uso no cais de Balleu e da Timba; entre outros. O fim da concessão da pesca e venda de atum chega a ser contraditório em um lugar que teve sua história marcada pela a prática desta pesca. Segundo um pescador, isso veio a interferir na redução do estoque de outros peixes e explica:

---

[90] Segundo ata de 25/05/95, El Port de la Selva foi a primeira Confraria da Catalunha a solicitar permissão para vender para toda a Comunidade Europeia. Tal medida foi vista como uma solução para o estado econômico da Confraria que, por conta dos ventos fortes da Tramuntana, barcos se mantiveram atracados e alguns chegaram a sofrer avarias.

[91] Foi publicado no diário oficial de la Generelitat da Catalunya, nº 2918, de 28/06/99, a deliberação sobre o horário de saída e chegada das embarcações. Este fato causou protestos contrários a esta medida, justificados pelas condições físicas climáticas do povoado, que reduzem a possibilidade de dias possíveis de poder pescar. Este fato contribuiu com a saída de duas embarcações para localidades com menor dificuldade climática.

[92] Na ata do dia 28/09/2000, a prefeitura, por conta deste episódio resolve aprovar uma moção de apoio ao setor pesqueiro pelas medidas tomadas pelo governo do Estado para reduzir o custo do gasóleo, um elemento de importância deste setor, nas palavras do Ajuntamento: “Nosso município, além da atividade do turismo, é desde as suas origens pesqueiro e marinheiro. A atividade do setor pesqueiro tem um peso importante para boa parte dos nossos moradores, direta ou indiretamente, vivem nesta atividade econômica”.

[93] No ano de 2005 um trabalhador da Confraria sofreu um grave acidente na câmara de gelo quando teve um braço decepado. Este fato influiu na saúde econômica da Confraria nos anos de 2006, 2007, 2008 quando teve que responder judicialmente e arcar com gastos processuais e de defesa do processo trabalhista, compra de prótese, indenizações, etc.

> *Agora tem muito atum, mas não tem anchovas e não tem sardinhas. Hoje pela manhã, vimos em um barco teranyna uma sardinha que era assim pequena (um palmo de uma mão), e é o que existe. Antes se pescava sardinha grande. Claro, existia muitos atuneros antes.* (Josep Pescador, relato de 27/02/2019) [tradução livre da autora]

> *Não se pode pescar aqui, nem em outro lugar atuns e por conta disso temos uma superpopulação de atuns. Só alguns tem a autorização de pesca-los e os atuns vão comendo os outros peixes da cadeia alimentar. Os outros peixes não conseguem alcançar um tamanho apropriado. Porque também as anchovas comem a sardinhas. Antes havia sardinha grandes, mas agora as anchovas e os atuns comem.* (Josep Pescador, relato de 27/02/2019) [tradução livre da autora]

Nos momentos de crise, várias medidas foram tomadas para reverter a situação, desde transferir as vendas para Llançà, reduzir a jornada de trabalho dos trabalhadores da Confraria, investir em uma fábrica de gelo, modernizar o processo de venda de peixe e realizar uma possível fusão entre Confrarias, via Bruxelas, este último não chegando a ser concluído.

Na atualidade, o setor pesqueiro, segundo a Confraria de Pescadores de El Port de la Selva, ocupa 53 pessoas, distribuídas entre a atividade pesqueira industrial e artesanal. A primeira é realizada por três embarcações, duas delas pertencentes a uma família procedente de Tarragona, que chegou ao povoado em 1983, no momento de reativação do setor. O último presidente da Confraria era proprietário de uma das embarcações e o seu irmão gêmeo da outra. Estes dois irmãos são filhos e netos de pescadores e seus filhos e sobrinhos também vem se dedicando à atividade. A tripulação é composta geralmente de cinco a seis pessoas, às vezes um pouco mais, em caso pontuais com quatro. Os trabalhadores da pesca são provenientes do Senegal, do Marrocos, da Romênia, do sul da Espanha e alguns poucos catalães. O percurso da embarcação de pesca pode chegar a mais de oito horas de viagem, em localizações próximas à costa de Marselha, na França, por exemplo. Nas segundas, quartas e quintas-feiras o horário permitido de saída, pelos Portos da Catalunha, é que as embarcações devem sair a partir das seis horas da manhã e, às terças e sextas-feiras, a partir das três horas da madrugada. O horário de retorno deve acontecer até às 18 horas, podendo sofrer sanções em casos de descumprimento dessa norma. O capitão do barco, ou a pessoa designada por ele, deve providenciar a compra de suprimentos, como pão, água e insumos para cozinhar durante a viagem, na noite anterior.

Segundo Josep, filho, sobrinho e neto de pescador, os dias nos quais se sai às três da madrugada eles dormem apenas poucas horas, entre 20h e meia noite. Como

a identificação do local de pesca ideal, chamado de calador, é geralmente bastante distante, eles podem dormir no trajeto de ida, através do sistema de rodizio. Na volta, todos têm que estar despertos para limpar e separar as espécies capturadas, de forma a estarem prontas para serem vendidas no leilão que se realiza na Confraria todas as noites, de segunda a sexta. Dentre os tripulantes, um fica responsável pelo preparo das refeições durante a ida e na volta ajuda no processo de limpeza e seleção juntamente com os demais. O local da pesca geralmente é marcado por GPS e alterado conforme o esgotamento do estoque pesqueiro no local marcado. O tempo de realização da pesca propriamente dita ocorre em uma média de três horas, podendo, conforme as circunstâncias, dobrar esse tempo. O que define essa duração é a disponibilidade de reserva pesqueira, a capacidade da embarcação ou o tempo necessário de retorno. Essas embarcações industriais, embora capturem diversas espécies de pescados, são especializadas na pesca do camarão, a gamba, como é chamada localmente. Essa prática de pesca é bastante impactante no meio ambiente marinho, tendo em vista que as redes utilizadas arrastam todo o fundo do mar para que seja possível capturar as reservas de crustáceos. Na rede, junto vem uma imensidade de lixo que se acumula no mar. Fotos e vídeos[94] gravados por pescadores da Confraria no momento da abertura da rede demonstram o quão grave é essa realidade cotidiana.

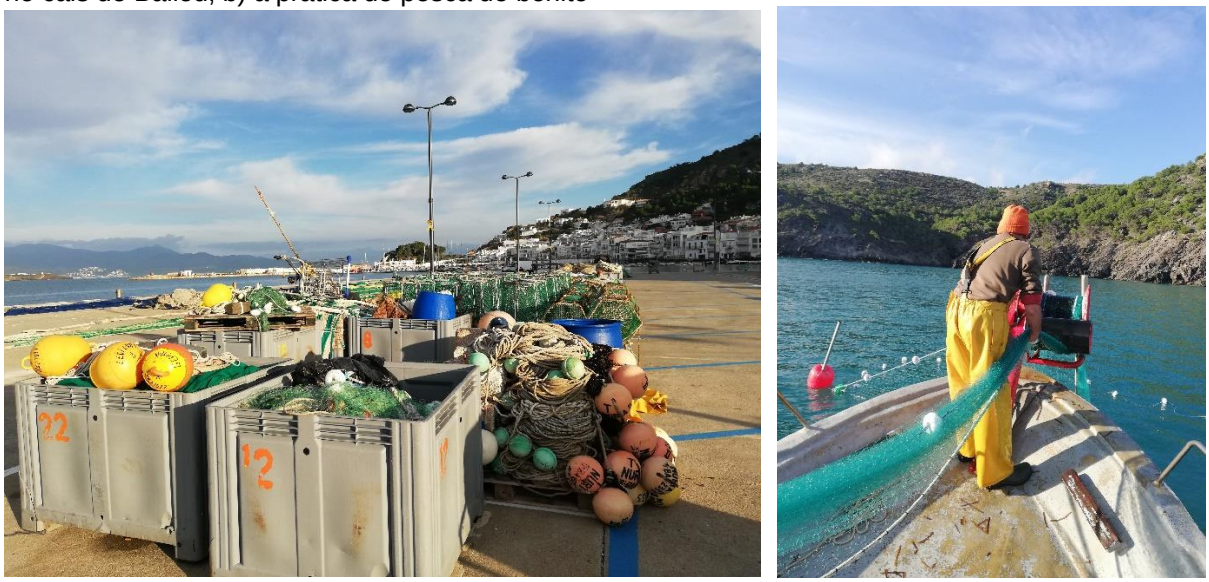
A atividade de pesca artesanal é realizada frequentemente por cinco embarcações pequenas com capacidade para dois ou três pescadores, usando-se petrechos de pesca que variam conforme a estação ou meses do ano. Por exemplo, o outono é o período de pesca do bonito, enquanto o inverno é período propício para a captura de polvo. A quantidade de capturas proveniente da realização da pesca artesanal não tem alcançado volumes desejáveis desde a década de 1990. Segundo Josep Paltré, um pescador experiente, filho do ex-presidente da Confraria, “[...] a pesca não é mais como antes, as embarcações de teranynes acabaram com todas as reservas de pescados existentes entre as décadas de 1980 e 1990[95]”.

[94] Esse vídeo foi retirado do perfil particular de José Manuel Perello, se refere a um dia de pescaria. No interior da embarcação, de Manuel, pescadores buscam camarões entre uma multidão de lixo que foi recolhida nas redes no momento da pescaria. https://www.facebook.com/josemanuel.perello/videos/1095186100590374/UzpfSTEwMDAwMjk2OTgyMDUyMToxNDI5NDg2NzA3MTYwMzEw/

[95] Além disso, se comenta entre os pescadores que o desastre ambiental causado pelo acidente nuclear de Fukushima I, no Japão, em 2011, vem até hoje interferindo na reprodução das espécies, o que faz com que algumas delas se tornassem cada vez mais escassas; acredita-se que seja por conta da radiação ocorrida no oceano.

Tratando-se de embarcações artesanais, diferente das industriais, não se distanciam tanto do litoral e não precisam seguir os horários estipulados pelos Portos da Catalunha, como as embarcações industriais, podendo inclusive serem usadas na pesca à noite, conforme a espécie e apetrecho a ser usado. A única regra praticada é a de obedecer ao horário de chegada na Confraria, até às 18 horas, para que o pescado possa entrar na fila de venda do leilão de pescados da instituição, conforme rodízio, ou ordem de chegada, quando é o caso. O leilão normalmente se inicia às 19 horas, podendo participar apenas compradores que sejam pessoas jurídicas, geralmente donos de peixarias, supermercados e de restaurantes. Uma boa quantidade do pescado é comprada localmente, mas também participam compradores dos municípios de Llançà, Roses, Portbou, Figueres, Cadaqués inclusive da França.

Figura 10 - Imagens da atividade de pesca de el Port de la Selva. a) Petrechos de pesca distribuídos no cais de Balleu; b) a prática de pesca de bonito



Fonte: A autora (novembro/2018)

O leilão ocorre presencialmente (Figura 20), mas também participam da concorrência compradores de maneira virtual, que se cadastram e ofertam o seu lance por um sistema online. O leilão ocorre normalmente de maneira invertida, o preço máximo[96] é exibido em uma tela e que rapidamente começa a descender o valor até que o primeiro lance seja dado, e assim sucede a venda. Caso não haja oferta, o preço é baixado até um valor limite, quando é refeito o leilão do produto mais uma vez. Normalmente, todo o pescado ofertado no leilão é vendido, mas quando isto não

[96] Esse preço é decidido por um funcionário da Confraria que acompanha os valores praticados em outras Confrarias ou locais nos quais é realizado este tipo de leilão. Esse preço é reajustado a cada dia, conforme a oferta, demanda e preço de mercado, como se fosse um sistema de valores que se reajusta a cada dia.

ocorre ele é devolvido ao mar ou distribuído entre os trabalhadores envolvidos com a pesca ou com o leilão. O pescado não pode ser congelado, nem é vendido no dia seguinte, por força de uma convenção adotada pela instituição.

Figura 11 - Imagem do leilão na lotja del peix de El Port de la Selva



Fonte: A autora (setembro/2017)

Figura 12 - Imagens da venda de pescado, em el Port de la Selva. a) Gambas de Creus dispostas no momento da venda; b) Veículos das empresas que participam do leilão estacionados em frente ao bar da Confraria.



Fonte: A Autora (novembro/2018)

Durante o leilão, o produto capturado é ofertado em caixas azuis retangulares, que são dispostas em uma esteira rolante, por um trabalhador, que se estende de um portão de entrada do pescado, aos fundos da Confraria - geralmente direto do

caminhão da Confraria, que traz o pescado do Cais de Gros. O trajeto da esteira percorre o ponto da cabine do funcionário da Confraria, que olha e atribui o preço, segue até a bancada onde estão posicionados os compradores, que fazem sua oferta. Feita a oferta, é gerada uma fatura que cai sobre a caixa de pescado. Em seguida, um funcionário contratado pelos compradores, ou ele próprio, empilha as caixas conforme o pedido de compra, põe gelo, o envolve com plástico filme e, ao final do leilão, as transporta para os seus respectivos veículos (Figura 21b).

As empresas que compram online, geralmente contratam o serviço de um trabalhador para que realize o serviço de preparo e empilhamento, e ao final do leilão, enviam caminhões para que façam o transporte para os locais de destino. O momento entre 18 e 20 horas é bastante movimentado no cais de Balleu, no perímetro da Confraria. Geralmente, é no decorrer desse tempo que as pessoas, geralmente ao fim da jornada laboral, passam para comprar algo no único supermercado existente no povoado, situado neste quadrante, quando aproveitam para passar no bar da Confraria para tomar algo e conversar. Os donos de embarcações geralmente esperam o fim do leilão para saber o resultado e observam através da porta de vidro que separa o bar da Confraria. Às sextas-feiras, ou nos meses nos quais que ocorrem fluxos turísticos, as pessoas passam para acompanhar o leilão e tirar fotos das espécies capturadas. De acordo com a maneira pela qual flui a venda do pescado leiloado, os pescadores e proprietários de embarcações alteram os ânimos. Se foi um dia de pesca farta e de bons valores cobrados, as pessoas ficam mais expansivas, tardam um pouco mais no bar e convidam uns aos outros para uma bebida, mas, em caso inverso, no geral, se despedem e partem de imediato ao fim do leilão. Em dias de ventos fortes, o leilão não ocorre e a Confraria fecha mais cedo, tendo em vista que não há produto a ser vendido. O bar abre normalmente, mas com um fluxo de pessoas bem menor em relação aos dias de pesca ou final de semana, quando o fluxo de pessoas é maior.

A atividade de pesca, atual e em tempos idos, desempenha um papel de atrativo turístico para os visitantes do povoado. Os pescados capturados, de diversas espécies, são apreciados pelos consumidores locais e estrangeiros, sejam elas adquiridos em peixarias ou em restaurantes. E, embora a atividade de captura de camarão seja altamente degradante, esse crustáceo, capturado e vendido ali, é altamente valorado, a ponto de se criar uma marca própria, denominada de “la gamba de Cap de Creus”. Além disso, o processo de beneficiamento de anchovas, atum e

bonito faz com que essas especiarias sejam reconhecidas como sendo de alto valor agregado, em referência ao lugar de origem, como, por exemplo, as anxoves de el Port de la Selva, em uma alusão ao período auge de beneficiamento dessa espécie, entre os anos de 1920 e 1950.

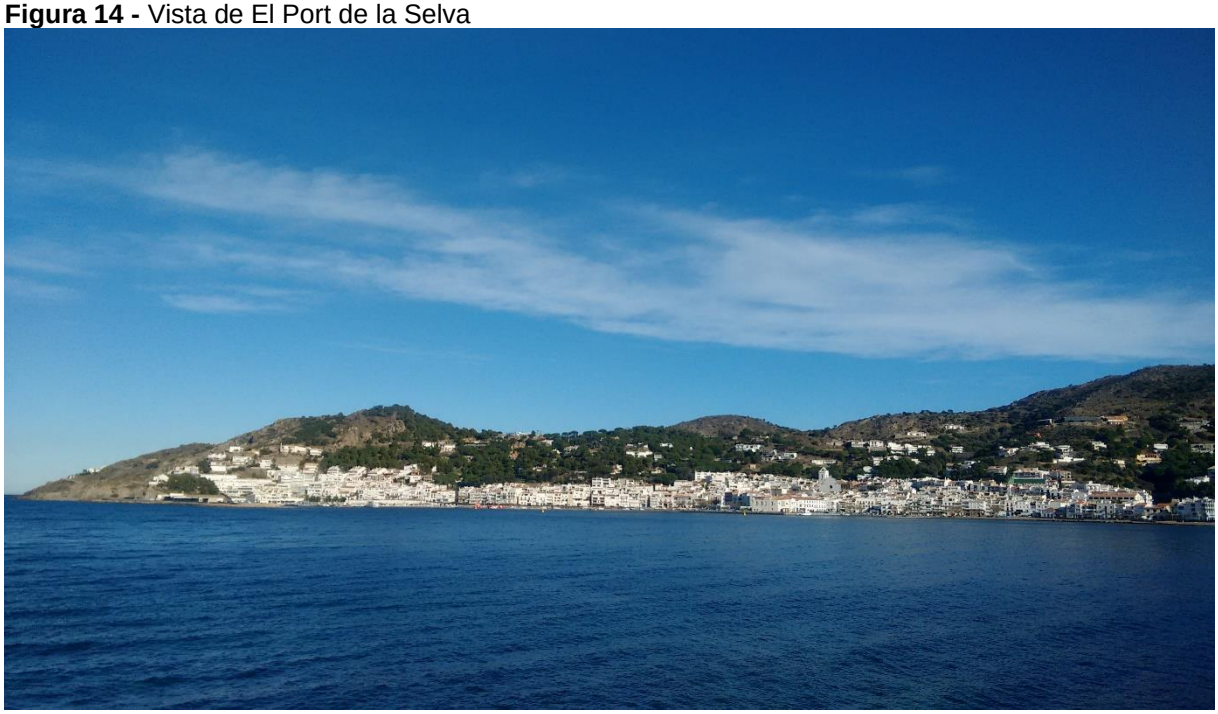
Figura 13 - Arte do rótulo da gamba del Cap de Creus



Fonte: Confraria de Pescadores de El Port de la Selva (s/d)

CAPÍTULO 4 - O TURISMO: NASCE UM DESTINO DE VERANEIO

Figura 14 - Vista de El Port de la Selva



Fonte: A autora (março/2018)

4.1. O Turismo: Novas formas e novas práticas

O movimento turístico em El Port de la Selva se iniciou discretamente na década de 1920, quando passou a receber os primeiros visitantes no período de veraneio. Naquele momento, o município foi adotado como refúgio de literatos, poetas, pintores e intelectuais. Sua paisagem, suas vinhas, a pesca, seus memoráveis pescadores, seu cotidiano, estão impressos nas obras de Josep Maria Sagarra, Quimet Cervera, Tomàs Garcés, Alexandre Plana, Rafael Padilla, Tarruella, Joaquim Sunyer, Domènec Carles, Josep Monpou, Mallol Suazo e Josep Vicenç Foix[97] (COROMINAS, 2015). Na atualidade, frases e imagens reproduzidas pelos primeiros que visitaram o povoado são usadas como estratégia de marketing turístico (Figura 24). No entanto, com o estopim da Guerra Civil Espanhola, o lugar deixou de ser aprazível e o fluxo turístico somente foi retomado no início da década de 1950, inicialmente, por franceses, por conta da relativa proximidade, e por uma classe média e elite econômica espanhola, majoritariamente das províncias de Barcelona e, em menor intensidade, de Girona e Figueres.

[97] Esses literatos de origem catalã, eram amplamente conhecidos nos circuitos artísticos e literários da época.

Ao final da década de 1950, estrangeiros provenientes da França, Bélgica, Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, e países Escandinavos, começaram a adquirir terrenos para edificar residências secundárias. Diante do crescimento dessa nova demanda, os habitantes passaram a alugar suas moradias durante os meses da incipiente temporada de verão, e a buscar crédito para construir novas casas e/ou reformar suas antigas moradias, para serem ofertadas à demanda turística (COROMINAS, 2015, p.225). Esse fluxo de visitantes também impulsionou a compra e venda de terrenos para edificação de residências secundárias. Terrenos que, no passado, foram vinhedos, - pouco valorizados[98] devido a sua proximidade com o mar, foram sendo a pouco a pouco vendidos, loteados e transformados em casas e urbanizações. O movimento turístico contribuiu na mudança de cenário para o povoado. Casas simples e pequenas se converteram em casas e edifícios de mais de dois pavimentos. Novos traços e ruas se somaram a antigas linhas e trajetos.

Figura 15 - Imagens de artifícios visuais ligados ao turismo da Orla de el Port de la Selva



Fonte: A autora (fevereiro/2018)

Dona Laura, uma residente septuagenária do povoado, relata que muitos sem crédito ou condições financeiras para reformar ou fazer uma casa para morar venderam suas vinhas ou seu horto para que pudessem se capitalizar e, assim, fazer as melhorias necessárias para a chegada de turistas, cada vez mais exigentes. Necessitava não somente reformar para adaptar ao gosto dos visitantes, como também fazer investimento em móveis e equipamentos que até então eram escassos

[98] Segundo relatos de residentes antigos do povoado, as vinhas mais próximas ao mar eram mais vulneráveis aos temporais e aos ventos carregados de sal. A intensidade de sal lesava as plantações e interferia na produção de uvas. Por conta disso, os terrenos próximos ao mar eram pouco valorizados para o cultivo de vinhas.

no povoado. Nos terrenos, foram edificadas casas suntuosas e de tamanhos incompatíveis às existentes até então no povoado. As velhas casas foram substituídas por edifícios de três ou quatro andares, e, dessa forma, possibilitando a moradia e, ao mesmo tempo, a oportunidade de rendimentos pela venda ou aluguel das outras unidades edificadas. Os filhos ou netos de gente do povoado, mas que viviam em outras localidades, a princípio, pelo apreço que nutriam ao povoado, construíram casas melhor estruturadas para o seu próprio desfrute e de seus descendentes. Esses residentes temporários frequentavam o povoado a cada verão, ou nos fins de semana ensolarados, mantendo de certa maneira laços com a gente do povoado. Sobre isso, Dona Laura relata:

> *Aqui, tinham casas preciosas, aquela ali mesmo, do lado Plaça Mayor, era de gente de Barcelona, que era filha e neta de gente daqui. Porque, sabes, era o povoado dos seus avós. A cada temporada eles estavam aqui. Vinham final de semana, alguns tinham barcos, e se o tempo estava bom saiam de passeio. Não tinham interesse de alugar para ninguém, mesmo se não viessem. Tinham muito cuidado na casa daqui. Era da família. Mas daí tu sabes, o tempo foi passando eles foram ficando velhos, morreram e os seus filhos já tinham suas coisas e não tinham mais vontade de vir. E sabes, as vezes tinham dois ou três e filhos e precisava repartir a parte de cada um. E assim como essa, as casas foram pouco a pouco sendo vendidas para outra gente. Aqueles que não conseguiam vender iam alugando a cada ano na temporada. Se você olhar tem muita placa de aluguel e venda na mesma casa, é isso.* (Dona Laura, relato de 18/11/2018) [tradução livre do espanhol para o português]

Embora o turismo tenha penetrado menos facilmente que em outros locais da Costa Brava, ao menos, tardiamente, o fluxo turístico de estrangeiros provenientes do norte europeu passou a crescer de maneira espontânea ano a ano. A princípio, segundo uma proprietária, “se sabia de boca a boca, algum parente, alguém do trabalho ou mesmo um vizinho comentava e logo já planejava para vir nas férias seguintes”. A cada temporada o número se ampliava. Sobre o contato com os proprietários, Dona Laura comenta que a princípio o único telefone do povoado era o da prefeitura. E, os visitantes ligavam para lá para ter informações. E relata:

> *A nossa sorte é que havia um senhor na prefeitura, ele conhecia todos do povoado e como sabia falar um pouco de inglês e de tudo. Assim ele nos ajudava a alugar as casas. Logo, anos depois veio um senhor inglês que a cada temporada vinha meses antes da temporada ao povoado e locava em torno de 15 a 20 casas para todo o mês de julho. Ele fazia o contato direto com cada proprietário e pagava tudo antecipado. Quando começava a temporada, em julho mais ou menos, um grupo de ingleses chegava para se alojar, tudo organizado cada família em um piso[apto]. Ao cabo de duas semanas eles iam embora e o segundo grupo chegava para ficar as outras duas semanas. E assim ocorreu ao cabo de anos em várias temporadas.*
> (Dona Laura, relato de 30/11/ 2018) [tradução livre do espanhol para o português]

O senhor da prefeitura, citado por Dona Laura, após anos realizando a intermediação da locação dos imóveis entre turistas e a gente do povoado, montou o seu próprio negócio, um escritório imobiliário, que intermediava a locação dos imóveis, como também negociava a venda de terrenos e casas. Além disso, aqueles visitantes que tinham apreço pelo povoado já faziam a cada ano a negociação direta com o dono do imóvel. Na atualidade, o município conta com quatro imobiliárias, mas, segundo um dos proprietários, cada vez se torna mais difícil fazer negócios. Na medida que amplia a oferta de imóveis para a venda, também se reduz o interesse para a compra. Segundo ele, o poder aquisitivo dos visitantes estrangeiros vem se reduzindo, ademais boa parte das negociações para locação ocorrem diretamente com o proprietário.

O volume de turistas se intensificou em El Port de la Selva, e já nos primeiros anos após o início da chegada de turistas ao lugar, se verificaram os primeiros efeitos deste afluxo. Logo no verão de 1959, por conta do aumento de lixo nas praias e ruas, demandou-se, pela primeira vez, um pedido de acréscimo remuneratório pelo responsável da limpeza, para compensar o volume de trabalho. Como resposta, a Câmara Municipal aprovou a partir daquele ano um abono nos vencimentos dos meses de julho, agosto e setembro, considerados de alta temporada[99].

Neste mesmo ano, 1959, aparecem também problemas relacionados ao abastecimento de água nos períodos de alta temporada. Como efeito, a Câmara Municipal aprova a compra de um terreno para a perfuração de mais um poço e assim ampliar a captação de água[100]. Nos anos seguintes, embora o município não tenha experimentado grandes variações na sua população, entre as décadas de 1980 e 2010, o problema de falta de água converteu-se em uma constante no município por conta dos meses de verão, quando a população flutuante aumentava exponencialmente. A princípio, somente a compra de terrenos para perfurar poços mais profundos eram medidas adotadas, mas com o tempo estudos para avaliar as condições da água devido ao alto índice de salinidade passaram a ser adotados. Métodos mais eficientes de dessalinização e identificação de aquíferos mais distantes e a viabilização do abastecimento do município gerou custos cada vez mais elevados a serem arcados, majoritariamente, pela população residente.

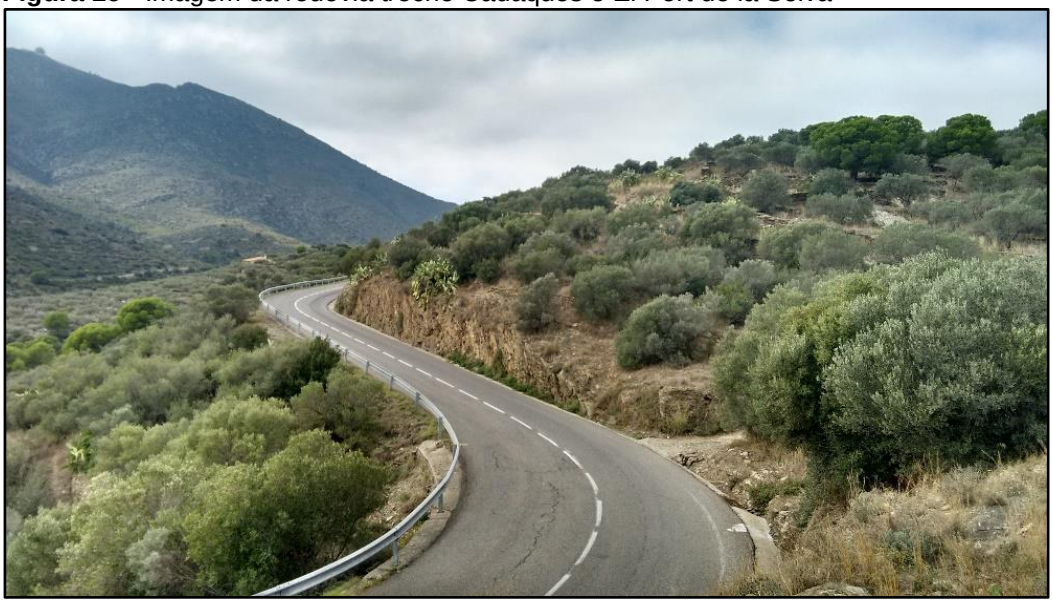
[99] Relato coletado na Ata da plenária do Ajuntamento de El Port de la Selva, de 16 de julho de 1959.

[100] Informação coletada na Ata do Pleno do Ajuntamento de El Port de la Selva, de 05 de setembro de 1959.

De forma semelhante, o volume crescente de imóveis de segunda residência conduziu à expansão da iluminação pública em um número maior de ruas. Embora o fenômeno turístico fosse considerado pouco significativo em relação aos municípios vizinhos, Cadaqués, Llançà ou Roses, justificado pela dificuldade de acesso, a cidade foi se adaptando e a gestão local passou a buscar soluções para ampliar o acesso ao lugar e melhorar a conexão com outros. Destarte, no ano de 1960, a Câmara Municipal aprova o pedido de subvenção para ampliação das rodovias de Llançà, Cadaqués e Roses e assim incrementar o fluxo turístico para o município (Figura 25). Assim, segundo afirma Barbaza (1988, p.171), "[...] o turismo é considerado como uma oportunidade para dois contextos complementares, a reanimação econômica e a saída do isolamento socioespacial".

Além disso, com o propósito de ampliar a visibilidade do município para o crescimento do turismo, nesse mesmo ano, a prefeitura contrata a produção de uma reportagem para divulgar o destino e, também, propõe a criação de uma junta para estudar a proposta de incluir o município na categoria de interesse turístico em escala nacional[101].

Figura 16 - Imagem da rodovia trecho Cadaqués e El Port de la Selva



Fonte: A autora (outubro/2017; fevereiro/2018)

Por efeito, a década de 1960 irrompe com a expansão exponencial da segunda residência. Antigas vinhas e olivares deram espaço para a construção de apartamentos, casas, restaurantes e hotéis. Antigos pescadores converteram-se em

[101] Informações e relatos coletados na Ata do Pleno do Ajuntamento de El Port de la Selva, de 04 de setembro de 1960.

empreendedores da construção e donos de restaurantes, de hotéis, de lojas, entre outros estabelecimentos voltados a atender aos visitantes a El Port de la Selva. Os sobrenomes estampados nas logomarcas de empreendimentos e construtoras revelam a presença de capital local nos negócios existentes. Quem tinha capital ou crédito, por meio de empréstimos e hipotecas, melhorou seus imóveis ou estabelecimentos.

A inserção do turismo provocou a muitos moradores migrar para outras profissões, é o caso de Jessé, um pescador profissional que conciliou a antiga profissão com a propriedade e gestão de um restaurante. O seu diferencial era a oferta de pescado capturado por ele mesmo. Também, seu Josep Puignau deixou a pesca e a vinha para trabalhar construção civil, segundo ele, “a construção pagava melhor e tinha trabalho quase todo ano”. Outro, Josep, teve a sorte de ter feito um curso de eletricista. Por conta do seu conhecimento e experiência, montou um negócio, onde vendia eletrodomésticos e trabalhava como eletricista, relata:

> *Antigamente, na época que se abriu a loja, ela funcionava de 08h às 20h. A quantidade de gente que frequentava o povoado demandava o funcionamento nesse horário. Situação diferente da atual. Na época, quando montei o que mais vendia era televisão e era um compromisso, eu era responsável pela manutenção. Caso alguma delas desse defeito e tivesse que ser recolhida eu deixava uma outra substituindo. Tinha muito trabalho, eu fazia a instalação da eletricidade nas casas do povoado, logo o meu filho, ainda menino, passou a ajudar. Também tinha contratado funcionários para trabalhar com a água, encanadores, o serviço era completo. O maior trabalho ocorria na temporada, por conta das chamadas das casas de aluguel, isso era por conta do próprio tempo, sabe o sal!? Somado ao pouco uso fora da temporada. Tinha muito trabalho, de uma casa para outra. Agora o movimento é muito pouco, a loja só abre à tarde, de 17 às 19 horas, no inverno, e 16 às 21horas, no verão. Hoje as pessoas compram pela internet e entregam aqui, tudo mudou. Quem cuida agora do negócio é meu filho e meu neto. Eles têm mais trabalho como eletricista nas casas, que estão em obra, e também trabalham em outros povoados da região, não só aqui, como na minha época.* (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]

O negócio de seu Josep foi montado na carrer Font (rua da Fonte), uma das primeiras ruas do povoado, no andar de baixo da sua casa. O seu imóvel foi reformado e ampliado. O primeiro andar servia para o funcionamento da loja e, no andar de cima, para moradia e para locação na temporada. Hoje, ele não aluga mais e existe um terceiro pavimento onde vive atualmente seu filho com a esposa. Assim como ele, outros montaram o seu negócio. Ainda na atualidade, muitos desses negócios pertencem a gente do povoado, mas, também, a gente que já a cada ano retorna na temporada para pôr o negócio para funcionar.

A atividade de pescador também se conciliava com a de marinheiro para levar os turistas ou residentes da temporada para passeios. Os mais abastados contratavam o seu próprio marinheiro, outros contratavam em momentos esporádicos, segundo o relato:

> *Depois da guerra, El Port de la Selva passou a ser frequentadas por empresários ou industriais de Barcelona, e muitos pescadores se dedicavam a levá-los (para fazer o passeio de barco) e ficavam disponível todo o dia. Eles pagavam um duro, 5 pesetas, era muito. Depois, a gente começou a dizer que exploravam. Mas eles não exploravam, o que ocorria é que tinham inveja daquele que ganhava um duro. Não era pouco, para época era muito.* (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]

Seu Miquel também relata a sua experiência com a chegada dos veranistas ao povoado,

> *A vinha fazia muito pouco dinheiro e o mar, é um país de muito mal tempo, não se pode viver de uma coisa (da pesca).* ***Toda a juventude se foi****. Eu fiquei porque existiam umas três famílias de Barcelona que vinham aqui passar o verão. Uma delas faziam perfumes em uma fábrica em Barcelona, era muita gente e muito rica. Outra era um homem muito rico, que na década de 1950, gastou 20 milhões e construiu (reformou) a igreja nova. Minha mulher, que na época era menina, os seus pais cuidavam desse senhor, depois ela passou a cuidar. Esse homem fez muito dinheiro com a açúcar, durante a guerra europeia. Essas três ou quatro famílias, todo o pescado era para eles. Sobretudos lagosta ou coisas assim. Daí, aí, sim, ganhávamos a vida. Todo o pescado que capturávamos era para eles. Também eles contratavam sempre o serviço de marinheiro, no verão tinha muito serviço.* (Miquel Puignau, relato dia 12/11/2018) [tradução livre do espanhol para o português]

Também, trabalhar na temporada turística se tornou alternativa de renda até os dias atuais. Aqueles que não montaram seus negócios, passaram a viver do aluguel de imóveis. Aqueles que não tinham capital ou imóveis, ou mesmo quem os possuía, encontraram oportunidade de trabalho na casa de turistas, em restaurantes e lojas. Exemplos são muitos: Dona Laura começou a fazer comida, junto com a mãe e a irmã, para turistas. A mulher de seu Miquel passou a ganhar a vida cuidando de casas. Núria, até hoje, realiza limpeza na casa de residências temporárias, relata: “Antes deles chegarem deixo tudo limpo e pronto”. Atualmente, os trabalhos de limpeza, como também a assistência a pessoas idosas, vem sendo substituído por imigrantes latino-americanos de língua espanhola. Os trabalhos em hotéis e restaurantes são, no geral, realizados por residentes de outras partes da Espanha ou de povoados rurais da Catalunha, conquanto, anos antes muitos trabalhadores procediam do leste europeu, para trabalhar exclusivamente na temporada turística de verão, e retornar ao fim dela.

O crescimento de visitantes com embarcações demandou a abertura de terrenos para a construção do clube náutico. Seu Miquel tem, na memória, o registro deste momento:

> *O clube náutico é do ano 1960. Começaram a chegar turistas aqui e gente que já tinha casa dos pais ou dos avós. E claro não existia um lugar para guardar a embarcação e se juntaram uns oitenta e disseram: "Veja, vamos fazer particularmente. Damos vinte mil pesetas cada um e construiremos este pantalan [módulos] e assim começou. Claro, ao passar dos anos existia mais gente que queria ser membro do clube e fizeram outro módulo, mais dinheiro que não se acaba nunca. Agora são quase quinhentos, quatrocentos e oitenta e tantos sócios. E, claro, tem que ter uns dezoito por cento, não tenho certeza, de amarras livres para transeuntes. Não se pode dizer, passa. Tem que ter. E o que mais têm são franceses. Eles vêm aqui, no verão, no mês de agosto, na baia ficam mais de sessenta barcos, de vela, atracados porque não tem lugares. E vem e te perguntam e oferecem o que seja, por exemplo, para pegar água. Pegam um depósito de combustível e enchem de água. Incluso há alguns pagam o que seja para liberar as moças para que se banhem nas duchas* (Miquel Puignau, relato dia 11/08/2017) [tradução livre do espanhol para o português].

A fala de seu Miquel traz alguns elementos interessantes para compreender o instante que marca a separação entre duas conjunturas histórico-sociais deste povoado, quando realmente a pesca, a montanha, a uva, o vinho, o horto, deixam de ser significantes na vida coletiva social e econômica desse *petit* povoado. A inauguração do clube náutico marca um momento não somente simbólico, mas social e econômico, da estreia da era do turismo em El Port de la Selva. Sua instalação vem a modificar radicalmente a paisagem da baía. Outrossim, a praia de Port Reig, símbolo de práticas de pesca artesanal de caráter comunal, se converte em âmbito exclusivo de embarcações voltadas para a atividade turística e do lazer, impedindo o exercício de outras práticas. Essa nova circunstância veio a agravar o processo de assoreamento da baía e impossibilitar de maneira definitiva a entrada de peixes pelágicos neste ponto do mediterrâneo. A obstrução de parte do território de pesca, atrelada à redução das capturas, ao mesmo passo que a vinha perdia importância na economia local, foi contingencial ao abrupto abandono da pesca entre as décadas de 1960 e 1970. O declínio de duas atividades econômicas que se complementavam, que se retroalimentavam, vem a se tornar causas e, principalmente, consequência, da inserção da atividade turística e imobiliária no povoado.

A atividade turística, que agora encontra-se em primeiro plano, é posta como prioridade nas ações públicas locais. Ainda na década de 1970, inicia-se a intensificação de investimentos em publicidade turística, tornando frequentes os gastos com reportagens, realização de fotos aéreas, confecção de panfletos e outros

artifícios para divulgar o destino. Além disso, a prestação de serviços turísticos passa a ser considerada essencial. Uma das consequências deste crescimento foi a contratação do primeiro funcionário encarregado para gestão das atividades do turismo em El Port de la Selva[102], no ano de 1979. Neste cenário, estudos para a elaboração de planos turísticos municipais e regionais passam a ser feitos para o incremento da atividade.

Figura 17 - Imagem do Clube Náutico de El Port de la Selva



Fonte: A autora (Janeiro/2019)

A prática turística no município, inicialmente apenas voltada para sol e mar, passou a ser repensada e outros atrativos são levados em consideração, como o patrimônio paisagístico natural[103], arquitetônico e arqueológico[104] reunidos nos limites municipais. A relevância do conjunto desse patrimônio se projeta na concepção de uma modalidade turística de caráter cultural e de natureza. Com efeito, no ano de 1976, foi feita a primeira moção para abertura de um caminho para as ruínas do monastério de Sant Pere de Rodes e, no ano seguinte, o pedido de crédito para esse fim foi realizado.

[102] Informação coletada na Ata do Pleno do Ajuntamento de El Port de la Selva, de 13 de julho de 1979.

[103] O município está situado em uma região que na atualidade é um importante parque nacional. A paisagem natural se apresenta bastante preservada e são diversos os pontos de interesse turísticos, destacando-se: riacho de S´Arenassa; Rochas dos Marloquins; Riacho de Taballera; Riachos de Talabre e de Sant Baldiri; Puig Gros e a montanha dos Llaures; Saltes de la Gorga; Paragens da Serra de Can Berta, Rubies e Les Cavorques; a Costa do Oratório; a montanha Negra; El Coll de Sant Genís; a montanha de Sant Pere de Rodes; o povoado Vall de Sant Creus; a montanha de les Fonts; Rocha Miralles; a serra de L´Estela; Puig Vaguer, Puig Caltré, Puig de la Vall.

[104] Nos limites municipais de el Port de la Selva dispõem de um acervo arquitetônico e arqueológico que remonta às antigas ocupações megalíticas, romanas e edificações dos séculos posteriores, dentre elas as de maior relevância estão o conjunto de edifícios do monastério de Sant Pere de Rodes; o Castelo de Sant Salvador de Verdera; a torre do Molí; o farol de S´Arnella; a Igreja de SantaCreu de Rodes ou Santa Elena; as ruínas da povoação medieval de Santa Creu de Rodes; Igreja de Sant Fruitos de la Vall de Santa Creu; conjunto arquitetônico pré-românico de Sant Baldiri de Taballera; Conjunto megalítico de “Lauda dels Ladres”; Mores Altes; Galeria coberta do Mas de la Mata; Dolmen da Sureda do Mas Godo; Dolmen da Taballera; Dolmen da Cendrera; Cova dos Encantants; Cova da Porta; Ponto de Pi; Conjunto de covas e santuários dos Cavoirques; Castelo medieval Moro; La Cova Gegant (conjunto de covas); entre outras.

Na década de 1980, ocorreu uma nova leva de crescimento do setor turístico local, e o ano de 1982[105] foi assinalado pelos numerosos pedidos de abertura de estabelecimentos, como restaurantes, bares, terraços, lojas, sorveterias e licenças para prestação de serviço de aluguel de bicicleta, serviços de praia, concessões temporárias para instalação de bares nas praias, entre outros. Praticamente todas as licenças, com raras exceções, foram aprovadas.

O setor terciário cresceu substancialmente entre 1975 e 1980 e, apesar do aumento do número de estabelecimentos e ampliação do quadro de pessoas ativas na atividade, o setor enfrentou uma redução na economia local entre 1980 e 1990. Os empregos provenientes do setor terciário nos anos 1975, 1980 e 1990 atingiram o percentual de 14,29, 29,91 e 33,21, respectivamente, da população ativa. O comércio e os serviços de hotelaria e restauração foram considerados os responsáveis pelo incremento deste setor. Ao mesmo tempo, o comércio e a hotelaria são os que apresentam, no mesmo período, o maior índice de desemprego (59,25%), especialmente para o gênero feminino, sendo o pior índice no mês de maio e, inversamente, no mês de agosto, quando essa população volta a ser absorvida por este setor no período de alta temporada de verão (ARMANGUÉ, 1993).

A dificuldade de acesso ao município e o fato da maior parte dos terrenos da baía de El Port de la Selva serem considerados zona militar inibiram a penetração da atividade turística e, ao mesmo tempo, possibilitou ao longo dos anos uma maior qualidade ambiental e paisagística em relação a outros municípios. El Port de la Selva difere dos outros municípios litorâneos da Costa Brava pela menor quantidade de empreendimentos de hospedagem, principalmente aqueles voltados para o turismo de massa. Os estabelecimentos de hospedagens tradicionais existentes no lugar oferecem serviços para um número limitado de visitantes, contexto que favoreceu a menor incidência de edificações verticais, o que ajuda a preservar, de alguma forma, parte da ambiência histórica.

Da mesma forma, o crescimento do número de empreendimentos comerciais voltados para o setor de serviços ocorreu de maneira moderada e com poucas variações durante o correr dos anos. O comércio, voltado majoritariamente para a prestação de serviços turísticos em períodos de temporada de verão, se apresenta pouco diversificado, pequeno e, como destaque, gerido por gente do lugar. A presença

[105] Informações coletadas das atas dos Plenos do Ajuntamento do ano de 1982.

de outros equipamentos comerciais e de serviços também foi dificultada pela deficiência da estrutura viária.

A atividade turística em El Port de la Selva não parece ter se refletido significativamente no percentual de trabalhadores assalariados e de trabalhadores eventuais, tendo representando 60,7% no ano de 1981, enquanto os municípios da Comarca de Girona ficaram com uma média de 65,8%, no mesmo ano. No entanto, o número de empresários, com ou sem funcionários, se mostrou substancialmente superior (32,32%) à média de Alto Empordá (22,5%), revelado pelo caráter empreendedor da população local, ao mesmo tempo que prioriza a pequena empresa familiar e com um número reduzido de funcionários, sendo a maioria dos empreendimentos enquadrados no setor terciário, de comércio e turismo. Essa circunstância, talvez, seja a razão para que o poder aquisitivo da população local fosse um dos mais altos das províncias de Girona. No ano de 1965, El Port de la Selva ocupava a terceira posição de nível de renda, juntamente com os municípios de Figueres e Portbou, e, em 1988, o nível de renda da população de el Port de la Selva, juntamente com Castelló de Empúries, era superior a 1.430 pesetas, muito superior à média das províncias de Girona (ARMANGUÉ, 1993). Outrossim, talvez uma das causas para a presença de quatro instituições financeiras, em um município com menos de 1000 habitantes.

Um traço interessante da gestão local, em diferentes mandatos[106], embora o propósito de ampliar o fluxo turístico fosse uma constante, foi o anseio de preservar a qualidade paisagística e física dos ambientes natural e edificado do povoado. A limpidez das águas da baía e a qualidade das praias, assim como as boas condições de suas edificações e ruas, que sempre apareciam como um importante recurso no discurso local. Não por acaso, no verão de 1997, todas as praias do povoado receberam a nota máxima na qualidade da água e areia, sendo levadas ao nível de primeira categoria, quando comparadas às praias da Catalunha, em mais de um ano.

[106] Entre a década de 1950 e 2017 não ocorreram muitas mudanças entre prefeitos e conselheiros, os quais ficaram no cargo por longos períodos. O que se observa é que mesmo após a morte de Franco, o prefeito indicado em 1973 se manteve até 1979, o município não adotou eleições como ocorreram em vários outros municípios. O primeiro prefeito eleito no estado democrático foi Baldiri Ruiz i Mallol, que governou de 1979 a 1996. O seu sucessor, Genis Pinart i Fernandes, permaneceu mais 15 anos, entre 1996 e 2011, quando o atual prefeito Josep M. Cervera i Pinart assumiu a prefeitura. Um traço percebido nas falas e atos, na mudança da ditadura para o estado democrático, foi o maior interesse entre os prefeitos do período ditatorial para com a preservação da pesca artesanal em relação à atividade turística. A partir de 1979, este contexto passa a mudar e se percebe um maior interesse para que o desenvolvimento turístico e imobiliário ocorra, ao mesmo tempo que a atividade pesqueira foi posta em segundo plano, ou usada como artificio de marketing para enquadrar o lugar como um antigo povoado pesqueiro.

E, no ano de 2000, a praia Gran de El Port de la Selva obteve status de excelência, juntamente com mais duas praias espanholas, Gandia e La Corunha.

Um outro aspecto marcante no discurso dos legisladores locais, durante a realização de plenárias nas quais se discutia o desenvolvimento turístico local, era o esforço no sentido de selecionar o perfil dos turistas e demais visitantes. A atividade pensada para este povoado está voltada para uma demanda de alto poder aquisitivo e de consumo. A objeção por campings ou locais para estacionamento de caravanas[107] foi recorrente na gestão local. Por exemplo, o pedido de abertura do primeiro camping em 1958, somente foi liberado dois anos após um longo processo burocrático. Em 1985, o espaço para camping contava com 1.070 parcelas destinadas para acampamento, no entanto, em 1992, esse número foi reduzido para 485, tendo como principal causa as novas regras urbanísticas impostas pelo município. Somente na atualidade o número de lugares para campings voltou a ser ampliado para 1.944. Além disso, os altos preços adotados pelos empreendimentos comerciais dão pistas de como esse tipo de seleção interfere no cotidiano local. Diversos produtos de consumo são adquiridos em municípios vizinhos ou próximos por uma parcela da população local, principalmente aquelas que dispõem de veículo automotor. A escassa quantidade de moradia para locação com base em contrato anual de aluguel é uma outra problemática para quem não é do povoado. Os numerosos imóveis fechados existentes em El Port de la Selva pertencem, em sua maioria, a famílias que usufruem deles em curtos períodos do ano, ou são de uso exclusivo para locação nas temporadas de verão por um significativo montante de dinheiro.

Esse contexto local contribui para a existência de uma paisagem cinematográfica de belas casas e ruas, e praticamente a ausência de um grande elenco para atuar nessa paisagem, entre os meses de outubro e junho (figuras 27a e 27b). Lojas, bares, restaurantes e hotéis fechados são sinalizados com placas com letras garrafais a palavra ‘TANCAT’ – fechado, em catalão. Praticamente não há gente, escasso movimento, em uma normalidade quase ‘naturalizada’. Se vive de temporada, assim como se vivia da vinha, como se vivia da oliva, como se vivia da horta, como se vivia do mar.

[107] Na ata do dia 20/06/2013, do Ajuntamento de El Port de la Selva, são comentadas por um conselheiro as restrições ao estacionamento de caravana ou à realização de piquenique, uma vez que estas atividades ocorrem em grande número e que ao mesmo tempo o município não dispõe de espaços para estas práticas. O prefeito responde que já existem os campings locais específicos para esse fim e que nenhuma cidade situada na costa dispõe destes espaços. Quanto ao assunto do piquenique, comenta o prefeito, que na década de 1990, antes da regularização, grupos de pessoas chegavam à cidade apenas para passar o dia, sem deixar benefício algum ao município.

Figura 18 - Imagens do núcleo antigo de El Port de la Selva a) Fachada de um café fechado; b) Rua da praia



Fonte: A autora (novembro-dezembro/2018)

E, o turismo necessita esperar o verão para que a sua colheita ocorra e assim garantir o sustento para os meses de baixa estação. Sobre o cotidiano do povoado no inverno a proprietária de um café comenta:

> *Aqui no inverno é bem parado. Não tem o que fazer, não têm lojas, não tem movimento. Se precisar comprar algo ou fazer algo é preciso ir a Figueres. No inverno só tem uma ou duas lojas, e não é de roupa, uma padaria, duas bancas de revista, uma farmácia, um supermercado e três cafés. Eu olho aqui da janela, entre e 16h e 17h, e não vejo ninguém. O tempo também ajuda aqui a ser muito parado* (Proprietária do café, relato dia 26/02/2019) [Tradução livre da autora).

Embora a fala da depoente mencione três cafés, na verdade, são cafés abertos durante o inverno. Um, denominado de El Pósit, situa-se no centro do povoado, abre a partir das oito e meia da manhã; neste café, concentra-se o movimento de gent del poble, transitam por ali, também, os residentes semipermanentes, turistas e visitantes e também trabalhadores e prestadores de serviço que transitam pelo povoado durante o dia. O maior movimento ocorre por volta de nove e meia e dez horas da manhã, quando ao menos duas mesas grandes, ao fundo do café, são ocupadas, sobretudo por mulheres em idade laboral, o dialeto e o teor das conversas denunciam ser *gent del poble*, elas parecem se conhecerem desde a infância. As outras mesas e o balcão também são ocupados. Algumas mesas com uma só pessoa, lendo o jornal, ou somente tomando um café, outras acompanhadas, a vestimenta com o logotipo de empresas de serviços, comércio e engenharia, demonstram que são pessoas que

estão em uma pausa do serviço. Geralmente, quem senta no balcão conhece os proprietários, chamam-se pelo nome e trocam palavras. Por volta das onze, o fluxo reduz a duas ou três mesas. Durante a tarde, quase não se observa mais fluxo de pessoas.

Outro café, de nome bar dos pescadores, está situado na Isla Castellar pertencente à Confraria. Este café existe desde antes da década de 1920. Antigamente denominado café del Cuquet, ainda hoje, as pessoas do povoado usam esta denominação. Funciona a partir de bastante cedo, e, é comum pescadores artesanais e outros trabalhadores passarem ainda cedo para tomar um café antes de ir ao trabalho. Funciona também à noite, por volta das 20 horas ocorre algum movimento, de gente que vive no povoado e, também, de alguns visitantes que estão de trânsito pelo povoado. O terceiro café fica na praça Dr. Oriol, denominado bar da Platja. Este café, por exibir espaço para terraço (mesas externas), em dias de bom tempo concentra um número de pessoas. Geralmente, é frequentado pelos estrangeiros europeus que residem no povoado e visitantes. Os residentes do local pouco frequentam este bar. O movimento de *gent del poble* ocorre quando um dos dois anteriores fecham de férias, durante o inverno, parece existir uma animosidade entre os locais e os proprietários deste bar.

O quarto bar, Bar Lluen, provável o que não foi recordado na fala anterior, fica na urbanização ao lado da carreteira de Cadaqués, próximo a praia da Ribeira, este bar abre bastante cedo e é frequentado por diversos tipos de trabalhadores do povoado. É o bar onde os imigrantes costumam frequentar. Embora a proprietária seja uma mulher, a frequência é majoritariamente masculina, predominantemente trabalhadores, também se pode observar a frequência de alguns aposentados durante o dia. Este quarto café funciona a noite somente no verão quando o movimento demanda. Aliás no verão o número de cafés em funcionamento amplia para um número bastante maior, assim como ocorre com os restaurantes. Enquanto no inverno pôde-se observar dez estabelecimentos abertos - entre cafés, bares e restaurantes -, no verão esse número amplia para quase 30 estabelecimentos. Além disso abre duas sorveterias e lojas especializadas em diversos tipos de artigos, como roupas e bebidas. Também, durante o verão, é concedida a montagem de bares, com uma estrutura móvel nas praias, autorizados via um processo de licitação trienal. A grande maioria dos estabelecimentos ensaia a abertura na Semana Santa, quando ocorre o primeiro grande fluxo de visitantes do ano no povoado.

Figura 19 - Imagens de estabelecimentos da Praça Pol Nadal i Mallol, no núcleo antigo de El Port de la Selva



Fonte: A autora (novembro/2018)

Às vésperas da Semana Santa, os sons e imagens anunciam a proximidade do início de uma nova temporada. Batidas, ruídos de furadeiras e máquinas, andaimes espalhados pelas ruas, bolsas de escombros em diversas portas (Figura 30), o cheiro de tinta, o branco mais branco das fachadas, bares e restaurantes ensaiando para entrar em cena e o fluxo mais intenso de pessoas e veículos dão sinais que os preparativos para a nova ‘colheita’ estão sendo finalizados. Esse movimento parece sincronizar com o fim do inverno, o início de uma nova primavera, o desenrolar de dias cada dia mais longos. O ensurdecedor silêncio em sincronia com o coro de pássaros e o soprar dos diferentes ventos não mais impera. A única constância são os sinos da igreja marcando o tempo, anunciando um novo dia, e a sua lenta marcha, a cada quarto de hora, silenciada ao cerrar da noite.

Figura 20 - Máquinas e escombros dispostos nas ruas de El Port de la Selva – preparativos para a próxima estação turística



Fonte: A autora (março/2018)

Na chegada do verão tudo se modifica, a economia e as pessoas[108] se movem em uma apressada dinâmica. Os ruídos se aceleram, diferentes idiomas soam ao ouvido, todo o comércio se abre, luzes nas janelas, o movimento de entrada e saída das casas e estabelecimentos, pessoas espalhadas no concorrido espaço da praia, embarcações entram e saem da baía. Nada parece estar com pressa, mas em constante fluxo, por longas horas do dia e da noite. Em julho, chegam os franceses e os belgas; em agosto é a vez dos catalães, dos espanhóis; e, entre setembro e outubro, despontam os alemães e novamente os franceses. Aliás, os franceses são os que mais chegam, por mar e por terra, pela proximidade, pela facilidade (Figuras 30, 31 e 32). Alguns retornando para o berço da família, outros só por apreço ao lugar. Os ingleses e holandeses já não vem como antes, mas ainda chegam, embora em menor número.

[108] A ata de 11/10/2016 do Ajuntamento de El Port de la Selva aponta que nos meses de verão a população se multiplica por mais de dez vezes e no mês de agosto a população sazonal é mais de quinze mil visitantes, em uma população de menos de 1000 habitantes.

Figura 21 - Imagem do estacionamento da praia da Ribeira em El Port de la Selva



Fonte: A autora (agosto/2018)

Figura 22 - Imagem da rua da L´illa, no núcleo antigo de El Port de la Selva. a) Em frente ao Café Espanya
b) Na altura do Bar El Pescador





Fonte: A autora (agosto/2018)

Figura 23 - Imagem do acesso pela Carretera de Cadaqués em um dia de agosto



Fonte: A autora (agosto/2018)

Contraditoriamente, o escasso movimento durante um novo ciclo invernal parece cativar a população local diante de todas as implicações que a dinâmica

turística causa no cotidiano durante a temporada. E, mesmo para aqueles que dependem economicamente do fluxo turístico para o lugar, parecem esperar que ele termine para poder desfrutar dos frutos colhidos. Para quem fica, a redução do movimento de veículos, o fim de regras de circulação, a supressão das filas no comércio, e o término dos riscos de falta de água se apresentam como situações de bem-estar. E, para solver a monotonia dos dias de outono e de inverno, os ventos do Oeste trazem o Levante, do Sul o Ministral e do Noroeste o mais forte de todos, a Tramontana, e com eles assuntos locais.

4.2 Turismo e pesca: Convergências e divergências contemporâneas

A pesca no município, por um longo período, era tratada como prioridade local. A relação de parceria da Confraria de Pescadores com a gestão local, a Câmara Municipal, denominada Ajuntamento (ou *ayuntamento,* em catalão) se apresentava bastante estreita e clara. Os documentos das atas de reunião dos plenos, da década de 1950 a 1960, das duas entidades convergiam no discurso. Por exemplo, em 1957, foi solicitado ao chefe da província por um morador que não praticava a pesca profissional uma concessão para a construção de um rancho para abrigo de uma embarcação e petrechos de pesca na praia de Port Reig. E, como resposta, o Ajuntamento discorreu o seguinte,

> O solicitante não é pescador e essa praia é utilizada para o estacionamento de 20 a 25 embarcações de pesca. Declara-se fazer oposição ao projeto e que a praia que vem se pescando a arte de Port de Reig foi autorizado por ordem ministerial de 31 de agosto de ad. 931. E em caso de autorização ocasionaria um prejuízo a mais de 150 homens que nesta época do ano produzem o sustento da sua família. [tradução livre do espanhol para o português] (Ata do Pleno, 07/09/1957)

Da mesma maneira, essa resposta encontra-se redigida na ata do pleno da Confraria do ano de 1957. Nesse mesmo ano, chegou à câmara municipal[109] um outro pedido de autorização para construir casas de banho[110] nos terrenos da praia. E, em uma resposta similar, foi negado com o argumento de que existiam escassos terrenos livres para estender as redes dos pescadores. E ainda, se caso fosse aprovado, as embarcações, na ocorrência dos fortes ventos provenientes da tramontana, deparar-se-iam sem refúgio adequado para fundeio. Da mesma maneira que no caso anterior,

[109] Ata do Pleno da câmara Municipal de El Port de la Selva, de 04 de setembro de 1957.

[110] As casas de banho eram estruturas usadas em quase todas as praias urbanas. Elas consistiam de um cercamento de um espaço da praia até ao mar. Essas casas de banho ofereciam uma variedade de serviços e seus valores variavam conforme a classe social elegida para esse fim. Normalmente eram nessas casas que as moças e senhoras trocavam de roupa, assim como ter um acesso reservado para praia.

a resposta estava elaborada de forma idêntica nas atas de ambas instituições, demonstrando o sincronismo e convergência na gestão entre elas. Essas circunstâncias se repetiram durante o decorrer do final da década de 1950 e início de 1960. Por exemplo, em 1959, com o caso de um novo pedido de licença para ocupar zona marítima terrestre, por um residente de Barcelona ao chefe da província, com o propósito de instalar um posto de gasolina, um bar e um terraço – o pedido foi denegado e apresentada a mesma redação em ambas instituições,

> Causa estranheza que, sendo de sua propriedade um edifício de bastante extensão, atualmente em planta baixa sem ser utilizado, ao lado dos mesmos terrenos que solicita e onde seriam possíveis todos os serviços indicados. Insiste para adquirir os terrenos que são de pura necessidade para estender as redes dos pescadores dessa população, e se se retira os ditos terrenos não mais disporão de outro lugar onde poder secaras referidas redes e é o mesmo terreno onde em caso de mal [mal] tempo também as embarcações. – O sítio que solicita ocupar-se grande parte da praia, é o único que dispõe a população para distração do turismo [tradução livre do espanhol para o português] (Ata do Pleno, de 03/10/1959).

Observa-se nas publicações das atas do Ajuntamento, entre 1950 e 1960, duas razões claras para as denegações dos pedidos de ocupação de terrenos da zona marítima: a pesca e o incipiente turismo. O argumento da necessidade de preservação do território para usufruto do turismo introduziu-se no conteúdo das atas no começo dos anos de 1960. Por exemplo, um novo pedido de licença foi realizado com o objetivo de ocupar 148,50m² para a edificação de um alpendre coberto na praia – entre o café del Pòsit e o prédio da Confraria. Como resposta, a prefeitura coloca que de nenhuma forma poderia ser permitido o uso da praia da vila para fins particulares em prejuízo do público em geral. Argumentou, nesta ata,[111] que o povoado era concorrido no período de verão por turistas espanhóis e estrangeiros e que o único atrativo era a praia. Além disso, aponta que, "[...] aquele terreno no passado havia sido local para estacionamento de embarcações e anos atrás foi desocupado justamente, a pedido da gestão municipal, para atender o nascente turismo".

Durante a década de 1960, pedidos similares foram feitos e as respostas de denegações eram recorrentes baseadas nos argumentos anteriores: a praia era o único atrativo turístico de que o município dispunha. Já na década de 1970, essa conjuntura vem a modificar-se, e praticamente todos os pedidos de ocupação da zona marítima para edificação de bares e restaurantes são aprovados.

[111] Ata do Pleno de 20 de maio de 1960.

A década 1970 se inicia com a inserção de mais um coadjuvante na cena local, o clube náutico. A relação da gestão do clube com a da Confraria se apresenta harmônica, a ponto de firmarem acordos para troca de usufruto de locais de estacionamento. Já a relação com o Ajuntamento enfrenta alguns percalços iniciais. Os primeiros pedidos para ampliação de cais são autorizados, mas de forma limitada. Do mesmo modo, aparecem divergências entre o Ajuntamento e a Confraria ao longo da década de 1980. Em uma nova conjuntura, o trato convergente entre as duas instituições já não perdura como antes. A título de exemplo, em 1982, o Ajuntamento refuta o pedido da Confraria para ampliação do Cais da Timba (Figura 33), necessário naquele instante para o crescimento da frota pesqueira. E, como alegação, aponta o possível impacto negativo na paisagem da baía, considerada a maior atratividade do povoado, que como consequência viria a prejudicar a atividade turística.

Figura 24 - Imagem do Cais da Timba, no núcleo antigo de El Port de la Selva



Fonte: A autora (outubro/2018)

O litigio entre as duas instituições se acalora e se estende durante todo o ano de 1983, quando o Ajuntamento propôs a criação de uma comissão mista para resolução de problemas da zona pesqueira e esportiva. No entanto, a formação desta comissão não demonstra que surtiram efeitos. Pelo contrário, a Confraria toma a decisão de apelar a meios legais para obter a autorização e assegurar os interesses da atividade pesqueira, enquanto a prefeitura segue denegando os muitos pedidos para ampliação dos cais para alojamento da frota de pesca. Esse contexto de discórdia entre ambas as instituições, acarreta que ações locais, outrora apoiadas por ambas, sejam recusadas, como, por exemplo, suporte físico e econômico às festas locais. A situação naquele momento somente se ameniza quando a força da

tramontana do final de 1983 avaria embarcações e, em um gesto de solidariedade, o Ajuntamento autoriza a ampliação do Cais de Gros (Figuras 34 e 35), o mais afastado do núcleo central urbano.

Figura 25 - Imagem do Cais Gros, visto de um ângulo leste da baía, no núcleo de El Port de la Selva



Fonte: A autora (outubro/2018)

Figura 26 - Imagem do Cais Gros, visto desde a urbanização Figuerasses, em El Port de la Selva



Fonte: A autora (outubro/2018)

Embora a relação entre a Confraria e o Ajuntamento não seja das melhores, a Confraria dá o passo de reativação do setor pesqueiro e, ainda neste ano (1983), novas embarcações chegam e toma-se a decisão de abrir a *lotja de peix* para venda

do peixe e, também, modernizá-la com a aquisição de equipamentos, máquinas para fabricar gelo e câmara frigorífica. No entanto, este ano é marcado por um novo fato, o patrimônio da Confraria passa a ser mais um objeto de querela entre esta e a prefeitura, tendo em vista que os imóveis pertencentes à Confraria já não atendem as exigências das novas regras do plano geral de urbanização do município. Além disso, o hotel do Comerç, imóvel arrendado pertencente à Confraria, apresenta-se em estado de deterioração e a sua reestruturação imediata foi imposta pela Câmara Municipal. Como consequência, a dissonante relação entre as duas instituições se agrava a ponto de evitar o diálogo direto, a Prefeitura passa a recorrer ao Port Generelitat da Catalunya para intermediar questões[112] entre as duas instituições, e a Confraria emprega advogados, arquitetos e outros profissionais para responder ou solicitar pleitos junto à Câmara Municipal.

Perdura a negativa sobre os pedidos para ampliação dos Cais de Balleu e Cais da Timba, inclusive casos em que o pedido e estudo procedeu da própria gestão de portos do Estado, Ports de Generelitat da Catalunya, mas negado com a justificativa de que a obra viria a prejudicar a atividade turística. Por causa de tal questão, chega-se ao ponto de ser sugerida em assembleia a realização de consulta popular, ato que não chegou a ocorrer. No entanto, curiosamente, neste mesmo ano, 1984, o pedido de ampliação do Club Náutico foi aprovado sem a existência de intermediários e restrições. E fato é que, em maio de 1985, a Câmara Municipal aprovou a ampliação dos espigões e, naquele mesmo ano, é aprovada a licença para o funcionamento da *lotja de peix*.

Contudo, tem se perpetuado por longo período a discussão, nas assembleias da Câmara Municipal, para decidir sobre que medidas seriam possíveis para frear a presença de embarcações de teranynes de fora. Segundo algumas atas, consta que havia a presença de 40 a 50 embarcações com pessoas a bordo e, segundo uma delas (Ata do Pleno, de 07/07/1985), “[...] gerando degradação galopante e como consequência retrocesso do turismo”. E, conclui: “a capacidade pesqueira está máxima”.

[112] Em 22 de março de 1984, é aprovado em pleno o pedido para a direção de portos intermediar uma solicitação à Confraria para que organize e limpe os Moll d Balleu e de la Timba, que se apresentam repletos de caixas, materiais e redes, dificultando a passagem das pessoas. Em 02 de julho deste ano, o Alcaide determina a recolhida de escombros no Moll de Balleu e aplicação da multa de 50.000 pesetas à Confraria. Em 09 de agosto, é aprovado em pleno o registro de reclamação à Sanitat de Girona sobre a presença de material orgânico proveniente de amarras das embarcações de teranynes de pescadores forasteiros, e em 02 de novembro do mesmo ano, é aprovado o envio de oficio para comandaria militar de Barcelona sobre amarras de embarcações forasteiras.

4.2.1 Caso Isla Castellar

No ano de 1990, iniciou-se uma nova querela entre o Ajuntamento e a Confraria dos Pescadores em relação ao seu patrimônio imobiliário, situado no local denominado de Isla Castellar (Figura 37). O patrimônio da Confraria, por questão do próprio tempo e acentuado pelos bombardeios sofridos na Guerra Civil Espanhola, apresentava graves problemas de deterioração. Outro caso semelhante, envolvendo os imóveis locais, é o Hotel do Comércio (hostal Comerç) que se tornou o ponto da questão, por conta do seu mal estado. Neste ano, a Câmara Municipal determinou o encerramento das atividades e a realização imediata de obras. E, a partir daí, a Confraria e seu arrendatário iniciaram um processo judicial contra a decisão. Este processo de fechamento se arrastou por todo o ano de 1991, no qual, às vésperas do início da temporada, uma nova ordem de fechamento foi determinada. Todavia, após um recurso, foi reaberto até o ano de 1992, quando, finalmente, foi declarado estado de ruína e as atividades foram encerradas.

Essa edificação, no cais de Balleu, tem uma estreita relação com a história social do povoado. Era neste complexo que ocorria o encontro das três atividades econômicas do povoado, o peixe, o azeite e o vinho. Era ali que se produzia a conserva de peixes, também onde se tingiam as redes de pescar, onde se preparava o azeite e onde se comercializava o vinho e o pescado. Também era ali que ocorria a vida social do povoado. Onde pescadores se encontravam para jogar e conversar em dia de mal tempo, onde as moças e rapazes se encontravam para conversar e onde ocorriam os famosos bailes em que se dançava a sardana[113].

Figura 27 - Registro fotográfico dos barris de vinho em el Port de la Selva



Fonte: Arquivo do acervo pessoal de Miquel Puignau (s/d)

[113] Um baile típico que se dançava em forma de roda que se tornou um símbolo da identidade catalã. A hipótese melhor aceita é que a Sardana é de origem grega, seus registros em solo catalão remontam ao século XIX. Nos bailes com essa dança se adotava o uso de indumentárias típicas catalãs daquele século.

Também foi ali que se fundou a primeira hospedaria, chamada inicialmente de 'La Fonda[114]' e, anos depois, denominada de 'hotel del comerç'. Também, ali neste, se concentravam dois dos mais antigos cafés do povoado, El cuquet e Cassino Flor de Maig. Sobre a origem dessa edificação, seu Josep Morell explica:

> Aqui existiam dois homens muito ricos que era el Balleu, que era o dono de tudo isto o Balleu[115], e os Verjés que comercializavam vinho. Esse cais que estamos se chama Balleu, por conta do seu nome, aqui se preparava anchovas se enviava a Itália, Barcelona em barris. E trabalhavam aqui muitas mulheres, quase todas que não tinham filhos pequenos, que podiam sair de casa, trabalhavam aqui para preparar anchovas para enviar a Itália. E esse era o dono. E o outro se dedicava ao vinho, em engarrafar o vinho, armazenar o vinho e depois com barcos a vela, porque não havia barcos com motores, mandava a França a Itália. Vinham barcos franceses, italianos, a carregar, no moll balleu, vinho. Barris de vinho. Era um comércio que havia aqui neste cais. [tradução livre do espanhol para o português] (Josep Valls, relato de 27/02/2019)

Pepito Mallol, um antigo pescador que se tornou dono de um bar e escritor, descreveu, em algumas das suas obras sobre o povoado, alguns detalhes sobre vida social existente por volta do Cais de Balleu,

> Neste cais, antigamente se embarcava vinho, azeite e peixe salgado para exportar, mais tarde se concentrou aí todo o comércio de peixe durante muitos anos, vindo a se chamar cais dos pescadores. Era o local de concentração de toda gente do povoado. Se ventava a tramontana, todos os pescadores de abrigavam aí, já que era um local que se contava histórias de tempos passados e da juventude. Além do mais situava neste cais o cassino 'La Flor de Maig', a "Sala d´em Balleu (salão de baile e de espetáculos), a principal prensa de azeite do povoado e o depósito de vinho da família Balleu. Todos os jogos se concentravam aí. O nome era Balleu, porque pertencia aos antepassados de Felip Sastre, proprietário de quase toda as edificações. Do dito lugar. O nome se modificou nos tempos da republica para o nome Cais de Fermin Galan. [tradução livre do catalão para o português] (MALLOL, 1999, p.34)

> No segundo andar do Moll de Baleu existia três portas: o café, o salão de baile e uma pensão denominada de Fonda del Comerç, uma das melhores, mas que já não existe mais. Nela se hospedavam, a partir do mês de julho, intelectuais e amantes do povoado. O Salão de Baile era grande, com três pilares de material robusto para aguentar as cobertas e de dimensões bastante consideráveis. Somente direi que nos domingos, normalmente, bailavam setenta casais, e os dias de festa grande, quando havia orquestra, resultava pequena. [...] O Café la Flor de Maig, o local ao lado do salão, foi o local onde Sagarra escreveu umas das suas primeiras novelas, "All i salobre", baseada sobre gente del poble" célebre. [...] Esse local era de propriedade de Felipe Sastre, conhecido como Balleu, seus herdeiros venderam para o Pósito de Pescadores. [...] Na planta baixa desse edifício, em uma parte do

[114] Segundo as notas históricas levantadas por Federico Marés (1972), a primeira hospedaria (fonda) data o ano de 1869 e ficava situada na rua da Isla (Ilha). Dispunha de 10 habitações, simples e limpa. A proprietária era viúva de Dalmau Costa, senhora Teresa Abras. Em 1918 a fonda e se tornou em hotel, denominado de Hotel del Comerç. Em 04 de novembro de 1938 foi destruído por um bombardeio.

[115] Na verdade, o antigo proprietário do imobiliário denominado Isla Castellar era chamdo de Felip Sastre, mas todos o conheciam como Balleu e segundo se comenta o nome do cais é graças ao seu nome. Até hoje os mais antigos chamam o antigo dono de Balleu.

> Moll de la Timba, situava-se o café dels Benvinguts, ou del Cuquet, como até hoje chama a gente do povoado. Neste café Sagarra fez amizade como diversos pescadores, muitos deles lobos do mar, como eram chamados, e era conhecido pelo preparo de “suquets” de pescado, ou pela sardinha na brasa. [...] Neste café depois dos pescadores jogarem uma partida de “manilla”, entre o tabaco e o rum, entretinham os forasteiros com suas cantadas de habanas. [...] Este café também foi comprado pelo Pósito de Pescadores, e passou ser chamado todo este edifício de l´Illa. Com isso se fechou o cassino, mantendo-se apenas o “Cuquet” por ser maior, até que uma bomba durante a guerra civil o destruiu. [tradução livre do espanhol para o português] (MALLOL, 1974, p.28)

Figura 28 - Povoado el Port de la Selva, destaque para patrimônio da Confraria, no cais Balleu



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (s/d)

O fato de a atividade pesqueira ocupar um espaço que é muito valorizado pelo turismo, pareceu incomodar a gestão local e a pressão para retirar a atividade pesqueira do Cais de Ballen foi constantemente discutido e avaliado entre os conselheiros municipais. Além do fato de que esse espaço era, e ainda é, primordial para a circulação de veículos, assim como para uso como estacionamento. Os ânimos entre as duas instituições voltaram a se apaziguar no final do ano de 1993, quando surge a ideia do piso superior deste edifício, antigo salão de baile da Confraria de Pescadores, fosse cedido ao Ajuntamento para uso de atividades sociais. E, em contrapartida, a Prefeitura, além da realização da reforma e os reparos necessários, intermediaria a modificação no Plano Geral de Urbanização para incluir o patrimônio da Confraria nas regras e exceções desse plano.

Figura 29 - Imagens do cais balleu, do ângulo leste da baia de el Port de la Selva



Fonte: A autora (novembro/2018)

A efetivação da obra passou por um longo processo burocrático, que passava pela obtenção de financiamento e acertos legais que tardaram anos. Um fato interessante é que as obras somente poderiam ser feitas se realizadas a adaptação ao Plano Geral Ordenação urbana do município. Este plano, desde o começo, colocava em xeque o patrimônio da Confraria devido ao fato de o edifício estar localizado na zona central do núcleo antigo de El Port de la Selva. Para que se pudesse realizar as obras de recuperação do antigo Hotel do Comercio, necessitaria da aprovação de alteração do plano de ordenação ou esta parte do patrimônio poderia ser perdida. A Câmara Municipal, diante deste acordo de cessão, concedeu a alteração do plano para a realização de obras do hotel do Comercio e o restante da estrutura da Isla Castellar. Outra questão se relacionou ao tempo de cessão ser permanente ou temporário, e neste caso, por quanto tempo[116]. Ao final, chegou-se a um acordo de 50 anos e depois realizou-se um adendo de mais 25 anos, chegando a um total de 75 anos. As obras de recuperação do antigo salão de baile foram financiadas com fundos europeus pelo programa Feder. E, no início de 2003, a reforma foi concluída; desde aquele momento em diante passou a ser feito uso cotidiano pela sociedade residente local. A resolução desta questão contribuiu para que a relação entre o Ajuntamento e a Confraria voltasse a se apaziguar, observada pela troca de ofícios entre ambas instituições de maneira amistosa: cessões e cordialidade voltaram a ser registrados nas atas de assembleia. No entanto, ao mesmo tempo, o pedido de ampliação do clube náutico, através da comissão de portos, é denegado por se entender que o espaço existente já era suficiente.

[116] A princípio, a Prefeitura somente tinha interesse se a cessão fosse permanente, depois aceitou que fosse temporária desde que ocorresse por um mínimo de 100 anos, enquanto a Confraria somente aceitava por 30 anos.

Figura 30 - Imagem do Salão de baile, usado em um dia de uma aula de dança



Fonte: A autora (fevereiro/2019)

Na primeira década do terceiro milênio, o apoio antes observado entre ambas instituições retoma como próximo ao que se observava na década de 1950. Por exemplo, na ata de 10 de fevereiro de 2008, o Ajuntamento lança uma moção de apoio à Confraria de El Port de la Selva, dada a situação econômica que atravessam os pescadores, relacionada ao aumento contínuo de preços do petróleo. No texto da moção, faz-se um apelo ao Governo da Generalitat e dos Estados para que fossem tomadas medidas imediatas para aliviar os efeitos do aumento do preço do petróleo e, ainda se propõe que fosse feito um estudo para redução da taxa aplicada, e aprovada no orçamento de 2009, às associações de pescadores. Esperava-se com essa medida tornar o produto das capturas mais competitivo[117].

Na década de 1980, a pesca local, que estava há um tempo em processo de míngua, volta a se reativar pela chegada de embarcações e pescadores de outras

[117] Reduzir o montante do custo dos investimentos obrigatórios, fruto da legislação setorial contínua que emana das administrações e também das cotas da Previdência Social; Aumentar a ajuda compensatória para o aumento do preço do petróleo aprovado em 2005, ainda não pago, de € 30,000 a € 100,000; permitir acessar os créditos de fundos oficiais sem interesse. Além dessas medidas de choque, as administrações e o setor devem acordar medidas estruturais para que a frota de pesca seja ajustada à oferta de trabalho atual e ao esforço com base nos recursos. Nesse sentido, propuseram estabelecer um plano de resgate institucional. Que as políticas de marketing sejam incentivadas pelo próprio setor. Que os requisitos de rastreabilidade do produto se intensifiquem para evitar que entre peixes de países terceiros como se estivessem fora do U.E. Apoiar todas as ações que o grupo de pescadores de El Port de la Selva possa realizar legalmente, seja no território catalão ou em qualquer outro na Comunidade Econômica Européia. Transfirir este acordo para as administrações da Generalitat da Catalunha e do Estado espanhol, bem como para o Parlamento da Catalunha como o Congresso dos Deputados e o Senado do Estado. Também para Confraria de Pescadores de El Port de la Selva e todos as outras demarcadas na jurisdição de Girona. O Ajuntamento, representado por seus conselheiros, resolve aprovar a moção de apoios ao setor pesqueiro do município.

partes da costa do Mediterrâneo. No entanto, imigrar para esta costa e ocupar espaços que eram ocupados outrora por gent del poble, não se mostrou exatamente algo fácil.

A princípio, houve resistência da gestão local em relação à chegada de novas embarcações e a elas eram imputados os problemas com o desenvolvimento da atividade turística local. Foram vários os casos de denúncia de embarcações que, segundo os relatos, poluíam a baia. Localmente, foram buscadas várias alternativas para frear a presença de embarcações de fora. Por exemplo, na ata da assembleia do dia 27 de agosto de 1998, o alcalde, prefeito municipal, coloca a sua indignação em relação aos problemas de poluição do mar por conta dos resíduos provenientes da área portuária e da atividade pesqueira que, por conta disso, teve que retirar a bandeira azul da praia. Como providência, convocou-se uma reunião com representantes dos Portos da Generalitat, Capitania Marítima de Palamós, Conselho de Saneamento do Departamento de Meio Ambiente e Confraria de Pescadores para discutir o assunto e descobrir quem tem a responsabilidade de monitorar e garantir a limpeza da área portuária e quem teria o poder de sancionar as ações na baía. Problemas desse tipo recorrentemente foram relatados, a exemplo da ata de 26 de julho de 2001, em que se comenta que os restos de peixes estão sendo jogados ao mar e uma mancha de gasóleo que veio de um barco de pesca se estendeu do ponto de Puig Gros até o farol de S'Arnella, ou seja, como a atividade pesqueira vinha impactando a baía.

Contudo, neste mesmo ano, El Port de la Selva, juntamente com outros cinco portos, foi selecionado como piloto para iniciar a campanha de conscientização ambiental, entre o Governo da Catalunha, Governo das Baleares e as Regiões do Languedoc-Roussillon, em 150 portos, marítimos e fluviais. Os três objetivos eram: conhecer a situação ambiental de cada porto e como melhorá-lo; o segundo, criar instalações e infraestruturas que reduzisse o impacto ambiental dos portos e, finalmente; sensibilizar e comunicar aos usuários dos portos o que são boas práticas ambientais. Fato é que o porto de el Port de la Selva apresenta o menor índice de poluição e barreiras visuais. Contudo, leva-se em conta que este não é um porto acessível a todos, pelo contrário, as taxas de estacionamento e ancoragem são consideradas as mais caras da Catalunha com o intuito, nos parece, de limitar e selecionar o número de usuários.

4.3 Construção civil e o Rentismo imobiliário

Após a Guerra Civil, o município de El Port de la Selva estava em destroços e, praticamente todas as casas da primeira linha da orla estavam comprometidas. Segundo um casal de moradores, em cada rua do povoado, quatro ou cinco casas se salvaram enquanto outras estavam em escombros. Com o fim da guerra, o município foi enquadrado como povoado “adotado pelo caudilho”, por conta dos estragos sofridos pelos bombardeios, e foi amparado pelo Serviço Nacional de Regiones Devastadas y Reparaciones (SNRDR). Essa circunstância, somada ao retorno do turismo, na década de 1950, contribuiu para uma avalanche construtiva. Casas antigas foram ao solo, enquanto novas foram levantadas. Alguns moradores não voltaram e, com o tempo, casas e vinhas foram incorporadas ao patrimônio municipal. Outros, após terem refeito a vida em outros lugares, resolveram vender o que havia restado do seu patrimônio para os primeiros veranistas, a maioria procedente de Barcelona. Outros retornaram ao povoado e buscaram na pesca, na construção e no turismo meios para refazer a vida.

Com efeito, o setor secundário representado pela construção civil, vinculado ao incipiente fenômeno turístico, apareceu como oportunidade de ocupação e renda para significativa parte da população. Assim como no exercício da vinha, adequou-se ao exercício da pesca, e vice-versa, em um outro instante, a construção civil e os serviços turísticos se interrelacionaram. Não expressada exatamente na prática cotidiana individual, mas na interface entre os seus coletivos. O crescimento do setor imobiliário possibilitara mais visitantes e turistas, e o entusiasmo de visitantes e turistas atraíra um mercado consumidor de residências secundárias. O crescimento no volume de residências a serem construídas possibilitou maior oferta de ocupação e renda nesse setor, com vértices de crescimento e de declínio por décadas.

El Port de la Selva, assim como todos os outros municípios litorâneos da província de Girona, enfrentou instantes de crise no setor imobiliário, dado os primeiros sinais na década de 1980, e que se assomou em meados de 1990. Essa conjuntura refletiu na redução da população ativa ocupada na indústria, representada dominantemente pela construção civil, entre os anos de 1975 (35,5%), 1980 (20%) e 1990 (16%). Contudo, os efeitos desta crise ocorreram em menor intensidade em El Port de la Selva, que nos demais municípios da Costa Brava apoiada pelo fato da construção civil não ter ocorrido de forma tão voraz e as empresas do setor da

construção terem sido, sobretudo, locais e familiares. Tal circunstância contribuiu para que não fosse gerado um acentuado número de desempregados.

Na atualidade, com exceções de casos pontuais, pouco se constrói. Contudo, o reflexo de construções demandou que manutenções e reformas sejam oportunamente feitas. Por certo, a construção civil é uma das únicas ocupações que demandam trabalho local quase todo ano. Ao fim do verão os andaimes e sacos de entulho voltam a compor a paisagem ao longo de certos percursos. Quanto mais se afasta do povoado, mais se pode observar. Não são muitos, mas a cada ação de urbanização, a cada trajeto diferente realizado esta cena sobressai. Ao se transitar pelo lugar, se percebe movimento das tintas, do reboco sendo refeito, da areia amontoada, de destroços empilhados em frente às faixadas das casas (Figura 40). O percurso silencioso pelo entorno da baia contrasta com o estouro das ondas nas rochas, os silvos dos pássaros, as batidas de marretas, o ensurdecedor som das motosserras e motores ligados por alguma parte.

Figura 31 - Casas do Núcleo antigo de el Port de la Selva, em processo de manutenção e reforma.



Fonte: A autora (janeiro/2018)

Desde meados da década de 1950, assim como o turismo, a construção e reconstrução de imóveis surgiram como panaceias diante de um contexto difícil,[118] que todo o país enfrentava. Por conseguinte, a entrada de moeda estrangeira, como a redenção econômica do local, facilitou a configuração desse novo cenário. “E a sorte desse povoado foi o turismo”, uma retórica repetida por vezes nesse lugar. No entanto, por circunstância ou sorte, não ocorreu uma avalanche construtora como em outras

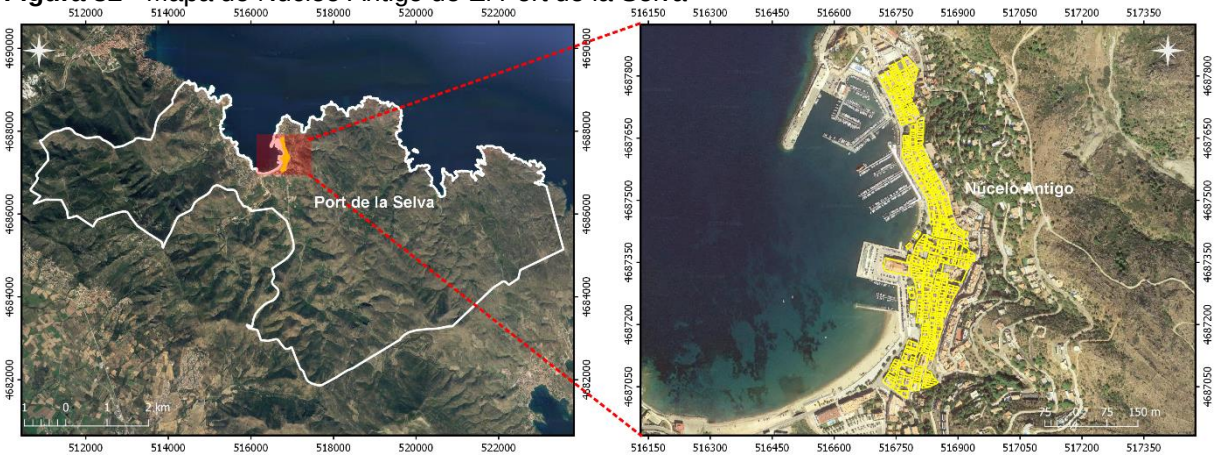
[118] Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Espanha sofreu um bloqueio dos demais países da Europa, como resultado da estreita relação do governo franquista com os regimes fascistas perdedores da guerra, Alemanha e Itália.

costas. De certa maneira, o processo foi controlado, ou manipulado, por razões diversas, antes e depois da instauração do estado democrático.

4.3.1. Expansão residencial: Interface entre antigas e novas urbanizações

Segundo a Sede Eletrônica de registro de imóveis da Espanha, o cadastro de imóveis, lotes e loteamentos de El Port de la Selva estão datados a partir do ano de 1900. Os imóveis oriundos estão localizados no núcleo antigo e no povoado rural de Vall de Santa Creu. O **núcleo antigo** do povoado é onde se encontra o maior número de imóveis, concentrados em lotes pequenos e adensados com imóveis contíguos uns aos outros. A primeira ocupação do povoado aglutinou-se entre o quadrante leste e central da baia que, devido a uma galeria de rochas, permitiu que o povoado ficasse melhor resguardado dos ventos fortes que sopram nesta costa.

Figura 32 - Mapa do Núcleo Antigo de El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

A ocupação mais antiga especializou-se entre três ou quatro ruas paralelas à orla leste e centro da baia, em uma extensão aproximada de 850 m, e uma largura, a partir da praia para o interior da península, que varia de 50 m a 200 m, distribuído em uma superfície de aproximadamente de 5.370 ha. Segundo Pepito Mallol (2000, p.13), existiam somente três ruas, Carrer Major, Sant Baldiri e la Font. Seu Josep Morell também comenta, “o povoado terminava onde hoje é a Agencia Musqueira [Carretera de Cadaqués] e para cima só ia até três ou quatro ruas. Em 1944, o governo construiu umas casas que se chamavam casas vagas, para gente que não tinha casa”.

Figura 33 - Vista da baia de El Port de la Selva a partir do caminho de Sant Pere de Rodes



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (Década de 1950)

A construção dessas casas e a inserção da atividade turística contribuiu com o raio de crescimento do núcleo original do povoado. A área de abrangência do núcleo antigo dispõe de 480 lotes, dos quais 460 encontram-se ocupados com imóveis residenciais, comerciais, industriais e hotéis. Os lotes edificados com uma só casa somam 357 unidades residenciais, ao passo que outros 93 lotes foram edificados com pelo menos mais de um imóvel no mesmo terreno. Alguns exclusivos para uso residencial, outros projetados com múltiplas funções, voltadas ao comércio e, em casos pontuais, para a indústria.

A ocorrência de lotes com mais de um imóvel data de 1900, constatado pela ocorrência de três registros nesse ano. Casos pontuais[119] aconteceram até 1957, a partir de quando se torna recorrente a produção de múltiplos imóveis em um mesmo lote. A produção desse tipo de imóveis cresce não só em quantidade de lotes demandados como também em volume de imóveis. Se considerarmos que até a década de 1954 não havia casos de mais de quatro imóveis por lote e que o corriqueiro era existir apenas duas unidades residenciais por lote, e se comparar com a década de 1960[120], percebe-se o aumento no número de condomínios de quatro a seis

[119] Nos anos 1930, 1935, 1940, 1948, dois lotes foram edificados com mais imóveis e os anos de 1945, 1953, 1954 com um lote com a quantidade de dois a quatro imóveis por lote.

[120] Com exceção do ano de 1969, todos os outros tiveram o registro de pelo menos um lote com mais de um imóvel.

unidades habitacionais, além disso, passa-se a adotar projetos que incluam, no mesmo lote, imóveis para fins comerciais.

Na década de 1970, o número de lotes com mais de um imóvel passa a ser ainda mais expressivo. Em 1972, por exemplo, se tem o registro de condomínio composto por 12 apartamentos e, no ano de 1978, um único loteador construiu quatro edifícios de 12, 14, 12 e seis imóveis, respectivamente. A década de 1980 segue um ritmo parecido com a década de 1970, porém menos intensa. A partir da década de 1990, o ritmo nas construções começa a reduzir, continuamente ano após ano. E, em 2000, há uma desaceleração ainda maior, ao passo que, também, reduz a ocorrência de edificações com mais de um imóvel por lote, enquanto que as construções de casas individualizadas permanecem. Mas, não chega a alcançar registros representativos no número de casas por ano, como no período entre 1900 e 1980[121]. Considerando esta mudança de circunstâncias, as décadas de 1990, 2000 e 2010 seguem um ritmo brando, mas contínuo, com exceção dos anos de 2007, 2008 e 2011, quando os registros foram insignificantes.

Ao longo de mais de 100 anos, a partir de 1900, além do número de imóveis residenciais, foram construídos 46 imóveis comerciais no lugar, um acréscimo que pode ser considerado inexpressivo quando comparado com outros lugares da Costa Brava. Esse número de registros de imóveis comerciais, somado ao relato de moradores do lugar, permitiu uma melhor compreensão do advento do turismo no povoado de El Port de la Selva. Na prática, os residentes do núcleo antigo que tinham capacidade de investir em imóveis passaram a reformar ou mesmo reconstruir suas casas com dois, três ou quatro imóveis, com o intuito de obter renda com a locação de imóveis na temporada turística. No geral, viviam em um imóvel e locavam os sobressalentes. Os donos de imóveis situados em frente à praia, ou em lugares estratégicos como praças, viram a oportunidade de produzir imóveis para fins de comércio ou serviços. Nas ruas que margeiam a baía, é possível observar vários desses imóveis com um estabelecimento comercial no andar térreo. Alguns foram alugados e outros serviram para a própria família montar o seu pequeno negócio. Esse perfil de construção no núcleo antigo ocorreu predominantemente na década de 1960.

[121] Segundo a sede eletrônica de registros de imóveis da Espanha, El Port de la Selva, no núcleo antigo, produziu um maior número de casas em lotes individualizados nos anos de em 1900 (31), 1930 (11), 1950 (19), 1960 (13), 1965 (21), 1966 (13), 1968 (15), 1970 (12), 1980 (13).

As figuras 43, 44 e 45 mostram como a orla de El Port de la Selva mudou, ao se comparar os anos de 1930 e 2018.

Figura 43 - Imagem da Rua do Mar, no núcleo antigo de El Port de la Selva



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (década de 1930)

Figura 44 - Imagem da Rua do Mar, no núcleo antigo de El Port de la Selva



Fonte: A autora (outubro de 2017)

Figura 45 - Imagem da Rua do Mar, no núcleo antigo de El Port de la Selva



Fonte: A autora (novembro/2018)

Na década de 1970, o perfil das construções exibe uma outra face, particularmente voltada para a produção de imóveis a serem vendidos para veranistas. Para o veranista, um investimento, para os donos dos terrenos e construtores, também, uma oportunidade de negócio. Esse perfil segue nas décadas de 1980 e 1990, com momentos de pico e outros de retração, reduzindo claramente com a chegada da década de 2000. Após a mudança do milênio, as construções no núcleo antigo passam a ocorrer de maneira mais espaçada e em quantidades mais discretas. Segundo o plano geral de ordenação urbana de 1983 e - seguido pelas revisões posteriores, 1992 e 2004 - a altura máxima permitida para edificações é de 10,20 metros da fachada base, ou 11,40 da cumeeira, e mínima de 5 metros. O gabarito autorizado é de até 04 pavimentos - o pavimento térreo mais dois andares (B+2[122]) - e mais um ático para usos auxiliares (garagem ou depósito). As regras de

[122] No Plano Geral de Urbanização do município existem quatro tipos de alturas permitida que estão relacionadas a quantidade de pavimento: no município; 4 metros (B) composto pelo pavimento térreo mais um ático ou subsolo que sirva para usos auxiliares ao de moradia; altura de 6,2 a 6,5 (B+1) que corresponde ao andar térreo, mais um pavimento e mais um andar para usos auxiliares a casa, como no exemplo anterior; a altura de 10,20 a 11, 40 (B+2), o andar térreo, mais dois pavimentos e mais um de uso alternativo. A exceção é a urbanização L'example que embora seja B+2, somente as edificações desta urbanização são autorizadas a edificação do andar térreo mais três andares, neste caso específico a altura é autorizada para até 11,80 e o andar existente a mais substitui o andar para uso auxiliares, como ocorre nos exemplos anteriores.

parcelamento se apoiam nas características das parcelas já existentes, e se permite uma taxa de ocupação que varie de 70 a 85%.

No núcleo urbano, atualmente, encontramos os principais estabelecimentos comerciais e de serviços, como bares, restaurantes e hotéis. A vida social ocorre particularmente nos estabelecimentos situados na orla da baía, no quadrante do prédio denominado Isla Castellar e nas praças Dr. Oriol e Nadal e Mallol.

Figura 34 - Imóvel Isla Castellar (edifício da Confraria), no cais de Baillen, em El Port de la Selva



Fonte: A autora (março/2018)

Às sextas feiras ocorre uma feira com a venda de diversos produtos hortigranjeiros, roupas, flores e utilidades do lar. Segundo Pepito Mallol se chamava no passado de Mercado de Diumenge, e explica:

> O mercado era domingo, e por isso se denominava “mercat de diumenge”, mas durante a ditadura mudou para sexta-feira. Ocorria na plaza do Comercio, porque aí desenrolava todo o comercio do povoado. Mercantes de roupa, verduras que vinham em carro de Ampurdà. Alguns vendedores vinham assiduamente, outros eventualmente. Se fosse uma época difícil, que a gente não tinha dinheiro, alguns vendiam fiado. Os que vendiam roupa quando sabiam que Port Reig havia capturado atuns ou bonitos – havia alguém que avisava - vinham vender ou cobrar na semana que se pagava pelas vendas da pesca. (MALLOL, 1974, p.55) [tradução livre do espanhol para o português]

Na atualidade, somente no verão, com a ocupação intensa nas outras urbanizações, é que se pode observar um número maior de pessoas espalhadas por outras áreas do povoado. Esta urbanização concentra o maior número de pessoas residentes do povoado, tanto pessoas consideradas *gent del poble*, como residentes procedentes de outros lugares. Os trabalhadores mais recentes procedentes de outros países como Marrocos, Senegal, Honduras, Bolívia e Colômbia predominantemente vivem neste núcleo, e tendem a viver com três e cinco pessoas em uma mesma moradia. Também se observou que há casos de mulheres hondurenhas, bolivianas e

colombianas registradas sozinhas em uma casa, geralmente casas ocupadas por gente do povoado, como também de residentes permanentes ou semipermanentes. Tal situação confirma a contratação destas mulheres para o exercício de trabalhos domésticos e de cuidadora.

Figura 35 - Praça Dr. Oriol em dia de feira, às sextas-feiras pela manhã



Fonte: A autora (novembro de 2018)

A expansão do núcleo urbano e a busca de novos territórios demandou a criação de novas urbanizações. Próximo ao núcleo se destacam as urbanizações da Carretera de Cadaquès, Camì dos Hortos, Figuerasses e Ginesta Alta. A produção de edificações, na área de abrangência dessas urbanizações, iniciou-se década de 1960 e acentuou-se na década de 1970 e 1980. Mais distante do núcleo no sentido oeste da baia e norte do povoado tem-se as urbanizações da Estrada de Selva do Mar, Perebua, Panomar, Rec de Canet, La Vista, Barlovento, Musquitera, La Mora 2, Beleser, Faró, Arola Mar, Marasol, Les Mores, S´Arnella, Santa Isabel e Cap de Bol. Algumas delas foram ocupadas espontaneamente, logo, por conta das regras de urbanização, foram limitadas; enquanto outras foram planejadas para a expansão urbana do povoado.

Figura 36 - Imagem da Vista da baía de El Port de la Selva desde o caminho de Sant Pere de Rodes



Fonte: Arquivo do Ayuntamento de El Port de la Selva (década de 1930)

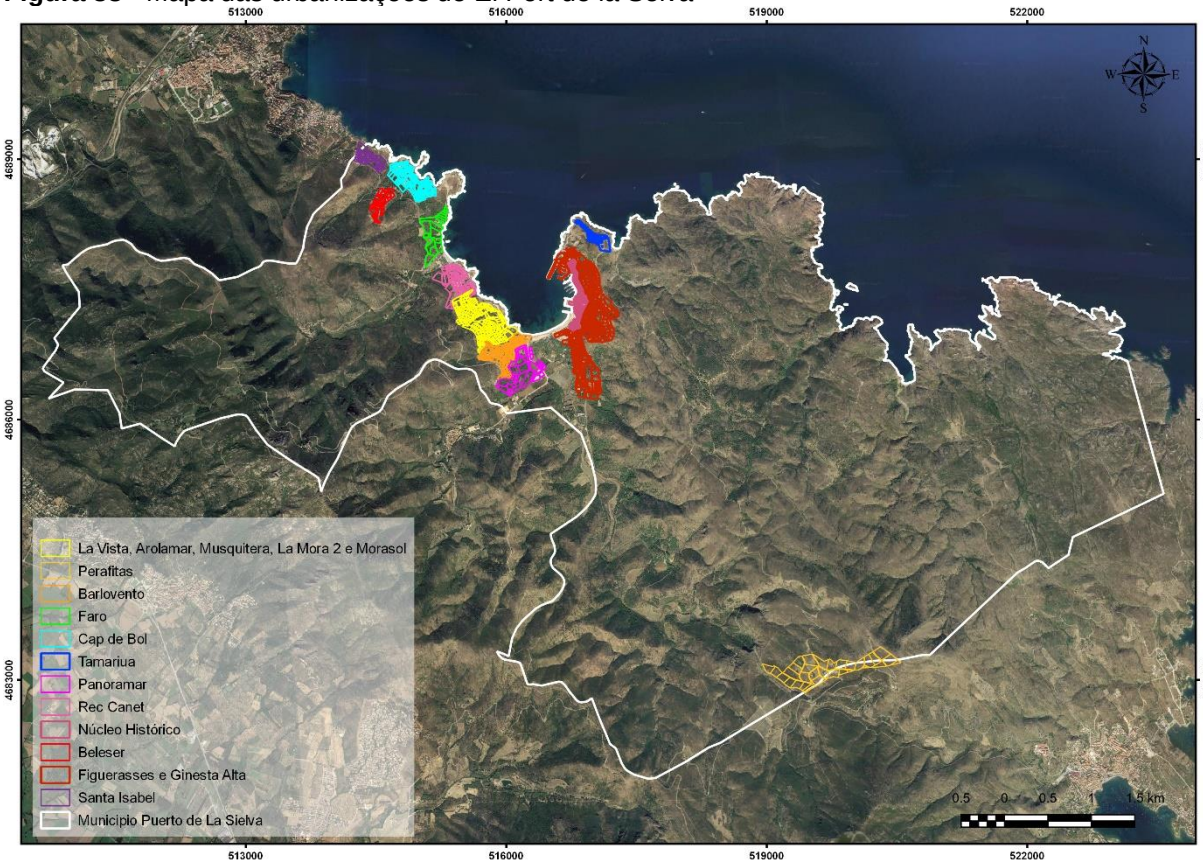
Figura 37 - Vista da baía de el Port de la Selva do desde o caminho de Sant Pere de Rodes



Fonte: A autora (janeiro/2019)

Figurasses e Ginesta Alta são as urbanizações que ficam imediatamente nas costas de onde se iniciou o povoado. São urbanizações em áreas altas que, justamente pela altura, exibem vistas de toda a baía. As casas construídas nestas duas urbanizações, quanto mais se afastam do núcleo urbano, e sobem as montanhas que envolvem o povoado, maiores e mais espaçadas entre elas se tornam.

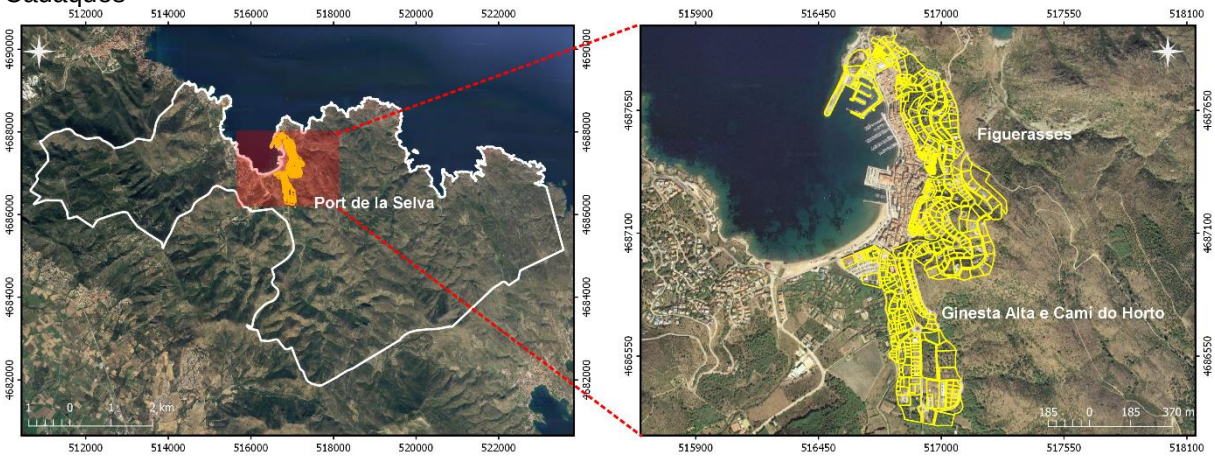
Figura 38 - Mapa das urbanizações de El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

A diferença das características de edificação é explicada pela existência de três tipologias de ordenação urbanística, nestas duas urbanizações: a primeira situação assenta-se nas ruas imediatamente atrás do núcleo urbano antigo, seguindo uma mesma lógica de casas enfileiradas e agrupadas umas às outras, denominada zona de edificação em fileira; a segunda circunscreve-se no intermédio das edificações próximas ao núcleo e próximas ao cume, denominada de cidade jardim semiextensiva; e, a terceira, encerra-se mais próxima ao cume da montanha, em um ordenamento zoneado como cidade jardim extensiva. Enquanto a primeira se admite fachadas com alturas máxima que varia de 6,10m (B+1) a 11,40 metros (B+2), taxas de ocupação do solo de 70% a 85%; as situadas no recorte cidade jardim semiextensiva a condição de parcelamento exige de 1000 m² a 800 m², taxa de ocupação de 20%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,3 e altura máxima de 6,10 m (B+1); e as no recorte cidade jardim extensivo a condição de parcelamento amplia para 2.000 m², taxa de ocupação 20%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,2 e altura máxima de 4 metros, limitada a somente uma planta.

Figura 39 - Mapa das urbanizações Figuerasses, Ginesta Alta, Camì do Horto e Carretera de Cadaqués



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

O espaço ocupado por estas duas urbanizações, no passado, tinha seu uso voltado exclusivamente para vinhas ou para criação de animais, como porcos e galinhas. Segundo Pepito Mallol, a urbanização Figuerasses

> Eram terrenos comunais que o Ajuntamento (prefeitura) franquista venderam a metade. Ali havia três ou quatro casas velhas, hoje reconstruídas e algum pátio particular, mas o pedaço que começou no topo do Canto de Puig d'en Mates, foi vendido a um senhor veranista. (MALLOL, 1974, p.44) [tradução livre do espanhol para o português]

Os loteamentos situados nesta área de expansão do povoado tiveram o seu primeiro lote edificado na urbanização **Figuerasses**[123]**,** no ano de 1960. A partir dessa data, os anos seguintes transcorreram com a construção de, ao menos, um ou dois imóveis por lote. A princípio, na década de 1960, as casas eram concebidas em tamanhos menores, seguindo uma média que variava em torno de 130m². O único desvio é uma casa de 1967, que abrange uma área de 633 m², a maior registrada nesta urbanização. A partir da década de 1970, o volume nas construções aumenta, tanto no número de unidades residenciais como também em tamanho. A título de exemplo, somente nos anos 1976 e 1977 foram construídos dois condomínios de seis unidades habitacionais e mais dois de 12 e 14 unidades. Além disso, o volume de construção de casas se manteve contínuo e com um significativo aumento no número de registros em alguns anos[124]. Ademais, as casas também cresceram de tamanho. A área das casas construídas varia atualmente numa média de 250m² a 350 m².

[123] A urbanização Figuerasses abrange 128 lotes, dos quais 85 são imóveis registrados, 70 são registrados com somente uma casa, e outros 15 são produzidos como residenciais ou condomínios que variam de 02 a 14 imóveis. Dentro do Plano de Zoneamento Urbano essa zona está designada como Figuerasses, La lloia (P.A.2), Carbonera (P.A3), Rec de Port de Reig (PA4), Els Eucaliptus (P.A5), La Carrerada 1(P.A.6) e La Carerada 2 (P.A 7)

[124] Em 1981 tem o registro de cinco casas e nos anos de 1989, 1992 e 2005 ocorre o registro de quatro casas.

Embora se tenha registro de casas menores que 200 m², existem pelo menos seis que estão na média de 500 m² e, ao menos duas com mais de 600 m². Ao passo que algumas construções sejam amplas, observa-se que a área construída é ainda muito menor do que os lotes destas urbanizações, contexto oposto ao núcleo antigo que, na predominância das edificações, aproveita cem por cento do terreno para edificação. Se pode observar que, à medida que se afasta do núcleo antigo, casas e lotes se tornam claramente maiores. Nesta urbanização, encontramos algumas casas que são habitadas por pessoas de origem alemã, inglesa e francesa. São pessoas que vivem sós. Encontramos dois casos de um marroquino e uma hondurenha registrados nesta urbanização, o que nos leva inferir que são pessoas contratadas para trabalhar nessas residências, como já apontado em diálogos aleatórios pelo povoado.

Figura 40 - Imagem da Urbanização Figuerasses, em El Port de la Selva. a) Condomínio de 1977 situado na rua Serra da Carbonera; b) Casa do ano de 1988, situada na Rua Puig Gros



Fonte: A autora (outubro de 2017 e novembro de 2018)

A urbanização **Ginesta Alta**[125] também seguiu uma lógica similar a Figuerasses, e, embora também tenha em pelo menos dez lotes com mais de um imóvel registrado, cadenciou para a espacialização predominante de lotes com uma só casa. O processo de espacialização de imóveis nesta área iniciou-se em 1963 e, ao longo de 55 anos, prosseguiu com as construções quase sem interrupção, em uma média de mais de uma casa por ano.

As dimensões desses imóveis variam em média de 150 m² a 400 m², e, assim como Figuerasses, exibe um significativo número de casas de dimensões menores

[125] A urbanização Ginesta Alta abrange 134 lotes, dos quais 79 existe pelo menos um registro de imóvel. 10 deles são compostos por residenciais e condomínios de no mínimo três e máximo dez imóveis por lote. Outros 66 lotes estão registrados com uma única casa e os que restam com um hotel, um comércio e uma parcela industrial pertencente a companhia de abastecimento de água. Dentro do Plano de Zoneamento Urbano essa zona está designada como Ginesta Alta, Mirador 1a, 1b e 1c (P.A.1), Mirador 2, Esglesia Vella (P.A.8).

que 200 m², mas, também, abarca lotes com casas de 500 m² ou maior, como é o caso de uma de 1964 que compreende uma área de 751 m². No que concerne às edificações dos residenciais e condomínios, as ocorrências centram-se na década de 1960 e 1980, com destaque para essa última década, pela maior intensidade do processo de edificação.

Figura 41 - Imagem da Urbanização Ginesta Alta em El Port de la Selva. a) Casa de 1981 situada na rua Esglesia Vella; b) Casa do ano de 1979, situada na Rua Empordá



Fonte: A autora (fevereiro/2019)

Figura 42 - Imagem da Urbanização Ginesta Alta, em El Port de la Selva. a) Urbanização da rua José Maria Sagarra; b) Residencias de 1972 situados na Rua Ginesteres

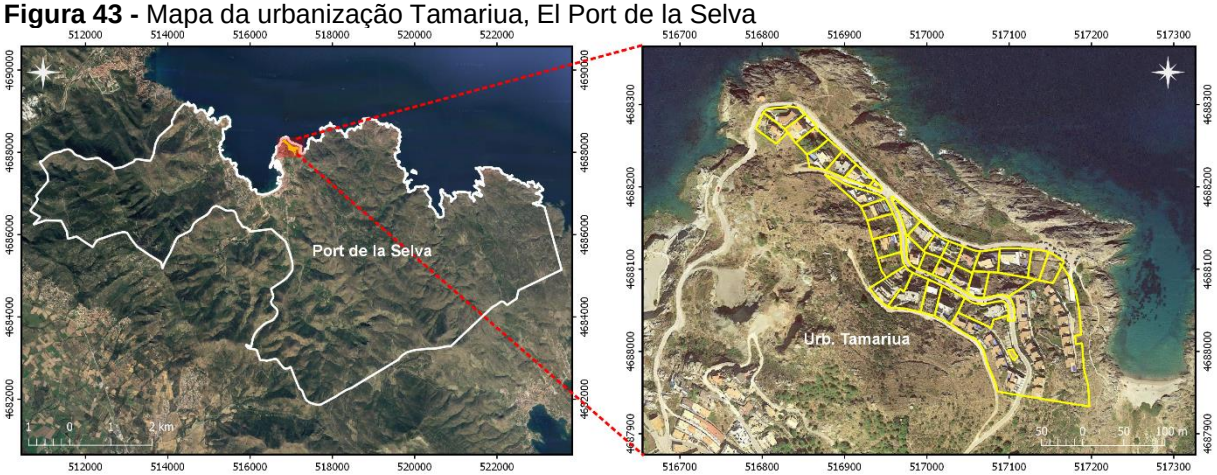


Fonte: A autora (fevereiro/2019)

A urbanização Ginesta Alta era composta por vinhas. Segundo um residente da rua la Font, do seu quintal era possível pegar uvas das vinhas que se situavam no limite onde atualmente é esta urbanização. Atualmente, nestes condomínios, existem residentes de diversas nacionalidades residindo, dentre eles, hondurenhos, marroquinos, senegaleses, bolivianos, russos e de origem dominicana, que, como no caso do núcleo histórico, vivem em famílias numerosas. Nesta urbanização, também vivem franceses e alemães, mas neste caso, eles residem nas casas mais ao alto da urbanização, voltadas para os de poder aquisitivo mais alto.

No leste da baía, mas ainda bastante próximo ao núcleo antigo do povoado, encontra-se a urbanização **Tamariua**. Trata-se de uma área urbanizada relativamente pequena, situada sobre rochedos e limitada pela área rural e o parque natural de Cap de Creus. Essa urbanização vem a ser a última na costa do povoado, no sentido leste. As praias, refúgios que a seguem neste sentido, não estão passíveis a priori de uma possível urbanização, por duas circunstâncias, a saber: o difícil acesso e as proibições legais impostas pelo parque natural. Embora sejam poucas casas (Figura 56), 21 ao total, elas exibem uma posição locacional de excelente ângulo de visão para a baía.

Figura 43 - Mapa da urbanização Tamariua, El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

Atualmente, somente nove das residências desta urbanização encontram-se ocupadas de maneira permanente ou semipermanente. Entre os ocupantes encontramos pessoas procedentes de outras cidades da Espanha (Barcelona e Valência), Reino Unido e Austrália. A dimensão desses imóveis varia de 200 a 500 m² e alguns deles apresentam uma estética arquitetônica marcante[126]. Sem embargo, a produção de casas tenha se concentrado entre os anos de 1999 e 2008, os primeiros imóveis desta urbanização remetem ao ano de 1968.

[126] A título de exemplo, a casa Girassol, projetada em 2014, pelos arquitetos Eduardo Cadavel e Clara Solà_Morales foi indicada e premiada em concursos de arquitetura pela sua estética arrojada e inovadora, que possibilita uma ampla luminosidade e visão do Mediterrâneo.

Figura 44 - Casa Girassol, rua Punta de Creu, Urbanização Tamariua, em El Port de la Selva



Fonte: A autora (novembro/2017)

Figura 45 - Imagem do condomínio 'Les Terrases', na Urbanização Tamariua, El Port de la Selva



Fonte: A autora (março/2017)

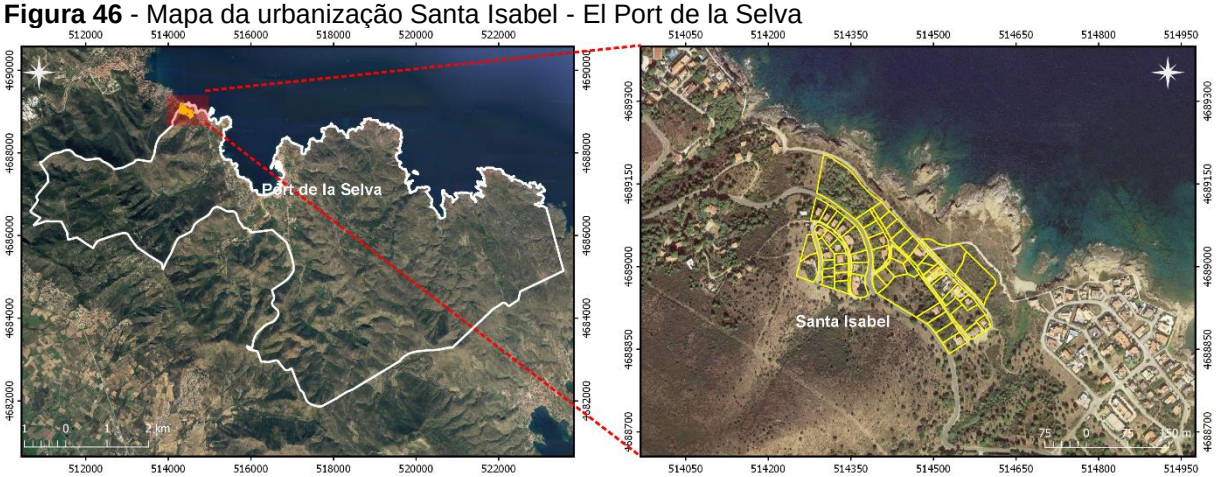
A moderada produção de residência nessa urbanização coadjuva com dois residenciais dea oito e vinte e três apartamentos, construídos em 1968 e 2005, respectivamente. Este último, além de numeroso, reúne em seu conjunto imóveis com área útil que varia de 130 a 297 a m², voltada para um público classe média alta e alta (Figura 57). Esta urbanização está ordenada com duas tipologias de zoneamento, a

primeira caracterizada como cidade jardim semi-intensiva, no qual o parcelamento exige de 600 m² a 400 m², taxa de ocupação de 30% e altura máxima de 6,10 m (B+1), coeficiente de aproveitamento percentual 0,4 e; a segunda como zona de bloco isolada, aprovada em estudo detalhado em 15 de junho de 2000, denominada de subzona ‘Les terrasses’.

À oeste da baía, no outro sentido do núcleo urbano, reúnem-se as urbanizações Selva do Mar, Perebua, Panomar, Rec de Canet, La Vista, Barlovento, Musquitera, La Mora 2, Beleser, Faró, Arola Mar, Marasol, Les Mores, La Sarnella, Santa Isabel e Cap de Bol. Todas essas urbanizações se situam a uma distância máxima de 700 metros da linha de praia, algumas melhor situadas, muito próximas à praia, outras mais distantes, mas com um campo de visão privilegiado pela altura em que foram edificadas no maciço de rochas que envolve aquela baia. A fim de detalhar cada uma delas, segue um breve descritivo.

A urbanização de **Santa Isabel**[127] situa-se no extremo oeste da costa do município, próximo ao limite da divisa com o município de Llançà. Cortada pela Estrada de Llançà[128], localmente esta urbanização é conhecida pelo nome de dois loteamentos, S´Arnella, situado entre a praia e a rodovia de Llançà, e o de Santa Isabel, entre a rodovia e a zona rural.

Figura 46 - Mapa da urbanização Santa Isabel - El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

Nesta urbanização, há o registro de apenas sete casas ocupadas com residentes fixos, seis por franceses e a sétima por um senhor de Figueres (Espanha),

[127] Na sede Cadastral a urbanização de Sta. Isabel abrange também a Urb. S´Arnela. Na análise, para que o texto não se torne tão extenso optamos em analisar as duas conjuntamente. No plano urbanístico do município essas duas áreas são classificadas de P.A.25 e P.A.26.

[128] Três rodovias são elementares para conectar o povoado aos municípios de LLançà, Cadaqués(e também Roses) e Selva do Mar. Por conta disso elas levam o nome desses municípios, por isso o nome Carretera de Cadaqués, Carretera de Selva do Mar e Estrada de LLançà. A de LLançà e Cadaqués são as mais importantes e as que recebem maior fluxo de veículos. A de Selva do Mar atende exclusivamente o fluxo de Selva do Mar e El Port de la Selva.

de 76 anos, e uma mulher romena, de 64 anos. Essa urbanização, além de pequena - apenas 52 lotes - contém um número ainda menor dos que são edificados, total de 29 construídos, entre os anos de 1970 e 1981. O ano de 1970 se destaca pela construção de oito das vinte e seis casas presentes nesta urbanização, e 1972, pela construção de dois residenciais de cinco casas geminadas, em terrenos de aproximadamente 1.000 m², em dimensões individuais de área construída que variam entre 100 m² e 250 m²

Figura 47 - Imagem da Urbanização Santa Isabel a) Entrada da urbanização na Estrada de LLançà; b) Edificações situadas no topo da urbanização



Fonte: A autora (novembro/2017)

Figura 48 - Imagem da Urbanização Santa Isabel (La S´Arnela), perímetro da praia, em El Port de la Selva



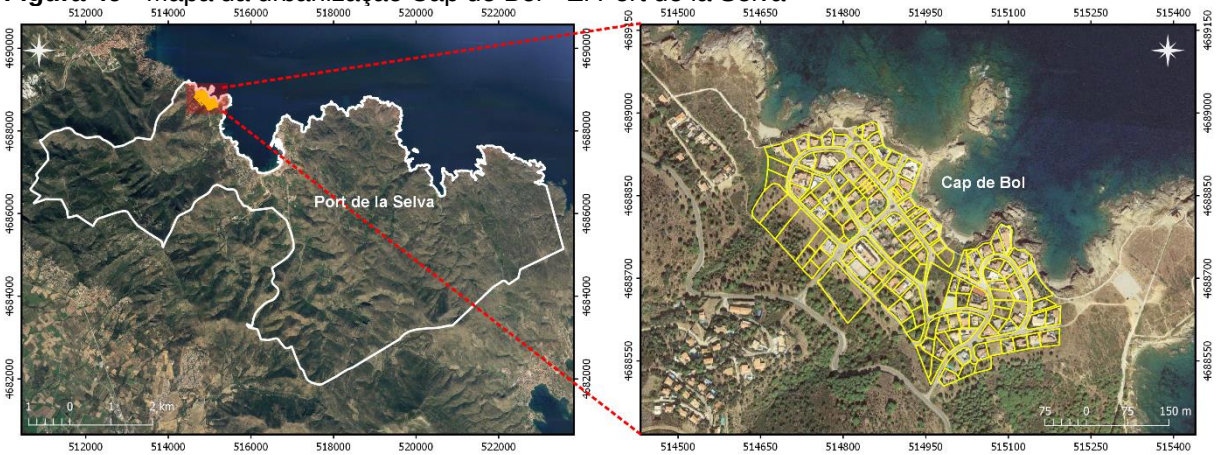
Fonte: A autora (novembro/2017)

Este recorte territorial está regulado no plano de ordenação em duas zonas, a primeira, situada entre a rodovia de Llançà e a montanha, como Cidade Jardim Intensivo, segundo os parâmetros de parcela mínima que variam de 400 m² a 250 m²,

taxa de ocupação máxima de 30%, altura máxima 6,10 metros (B+1) e coeficiente de aproveitamento percentual 0,5 e; a segunda, situada entre a Estrada de Llançà e o mar, denominada de cidade jardim semiextensiva, que exige uma condição de parcelamento de 1000 m² a 800 m², taxa de ocupação de 20%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,3 e altura máxima de 6,10 m (B+1).

A próxima urbanização no sentido do núcleo urbano é a de **Cap de Bol**[129], que se situa entre Santa Isabel (e S´Arnella) e a Estrada de Lançà. Essa urbanização detém um considerável número de lotes edificados. De 145 lotes, 97 apresentam imóveis construídos entre o ano de 1965 a 2017. Embora a maior parte dos lotes esteja edificado com casas, pelo menos nove deles tem condomínios residenciais que variam de dois a quinze imóveis.

Figura 49 - Mapa da urbanização Cap de Bol - El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFA (2019)

O ano de 1977 se destaca pela construção de dois deles, com 11 e 15 imóveis. O ano de 1977 se destaca pela construção de dois deles com 11 e 15 imóveis, respectivamente. Segundo o plano de ordenamento urbano, este recorte territorial está zoneado como cidade jardim semi-intensiva, na qual o parcelamento exige de 600 m² a 400 m², taxa de ocupação de 30%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,4 e altura máxima permitida de 6,10 m (B+1).

[129]O recorte da urbanização Cap de Bol analisado neste estudo difere em nomenclaturas entre o Plano de Ordenação Urbana do Municipio de El Port de la Selva e a Sede Cadastral de Imóveis da Espanha. No momento da análise optou-se pela designação usada nesta segunda fonte que está designada no Plano de Ordenação de P.A.27 (Cap de Bol 1), P.A.28 (Cap de Bol 2) PA.30 (Cap de Bol 4) e S´Arnella de Mar.

Figura 50 - Imagem da Urbanização Cap de Bol, perímetro da praia, em El Port de la Selva



Fonte: A autora (novembro/2018)

Figura 51 - Imagem da Urbanização Cap de Bol, a) Rua Sarnella do Mar; b) Rua Platja d´en Vaques





Fonte: A autora (novembro/2018)

Figura 52 - Imagem da Urbanização Cap de Bol, a) e b) urbanização da orla



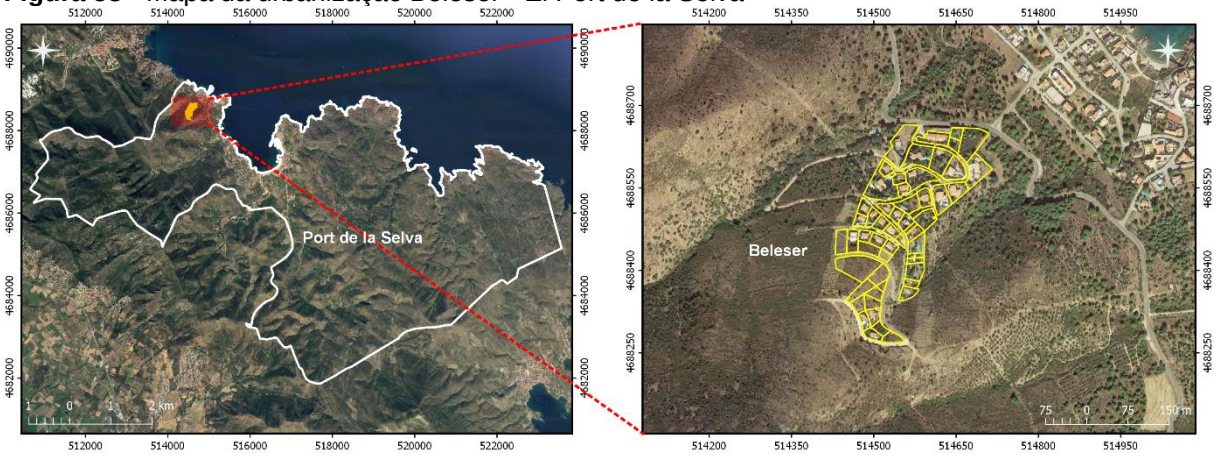


Fonte: A autora (novembro/2018)

As construções nesta urbanização seguiram um fluxo semipermanente no registro de imóveis, como apenas algumas interrupções de registros, nas décadas de 1980, 1990 e 2000. A área construída das residências concentra-se entre a faixa de 150 m² e 300 m². Contudo, consta pelo menos cinco casas na média de 50 m², como também consta duas com área construída de 679 m² e 864 m². Dentro do que foi possível levantar, vivem permanente e semipermanente 25 pessoas entre a nacionalidade espanhola, francesa, inglesa e belga. Esta urbanização abarca duas quadras desportivas e alguns imóveis mistos entre residencial e comercial.

A urbanização que se segue denomina-se **Beleser**[130] e está situada em frente à de Cap de Bol, no outro lado da Estrada de Llançà. Ela conta com uma área composta por 54 lotes, dos quais 35 foram edificados entre os anos de 1965 a 2008, com uma larga interrupção entre o ano de 1973 e 2003, quando as regras de ordenamento e de construção se tornaram mais rigorosas, impedindo a repartição de lotes muito pequenos e exigindo baixos índices de edificação.

Figura 53 - Mapa da urbanização Beleser - El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

As regras de ordenamento nesta urbanização seguem até hoje, mas, na atualidade, esse tipo de lote atraiu um perfil distinto de comprador dos da década de 1960 e 1970. Para se ter uma ideia, dos lotes edificados entre os anos de 1965 e 1969, três foram direcionados para produção de residenciais de dez, sete e quatro imóveis, que variam de 34 m² a 198 m² de área, conquanto a média da área das 32 casas construídas varia entre 150 m² e 250 m².

Essa urbanização abrange duas zonas de ordenamento urbano, cidade jardim semi-intensivo e cidade jardim semiextensivo; a primeira permite o parcelamento que varia 600 a 400m², coeficiente de aproveitamento percentual 0,4 e 30% de taxa de ocupação, já a segunda o parcelamento permitido é de 1.000 a 800 m² e 20% de taxa de ocupação, ambas o gabarito máximo permitido é de 6,10 m (B+1), coeficiente de aproveitamento percentual 0,28 e alcançam a densidade bruta de 12 casas/ha. No registro empadronamento 2019 consta de seis residências ocupadas, duas delas por franceses, duas por belgas e duas por espanhóis procedentes de Barcelona e Albacete.

[130] A urbanização Beleser no Plano de Zoneamento Urbano essa zona está designada uma parte como Beleser (P.A.24) e outra parte está a urbanização Cap de Bol, assinalada como P.A.29 (Cap de Bol 3).

Figura 54 - Imagem da Urbanização Beleser a) Entrada da Urbanização na Estrada de Llançà; b) Rua Beleser



Fonte: A autora (novembro/2018)

Figura 55 - Imagem da Urbanização Beleser



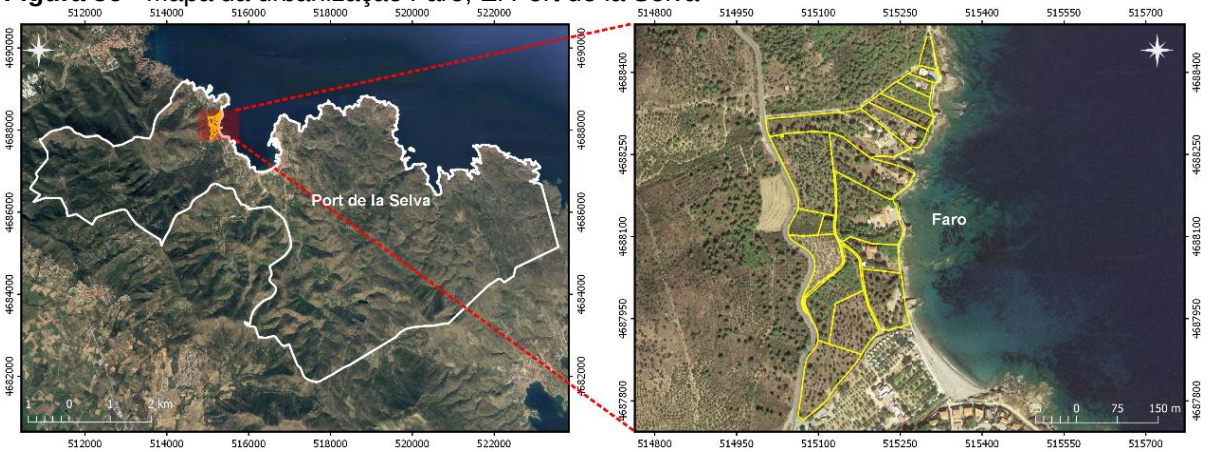
Fonte: A autora (novembro/2018)

A urbanização **Faró**[131] está assim denominada em referência ao Farol (Figura 69) situado neste quadrante da baia. Nesta urbanização, consta um número reduzido de lotes construídos, apenas nove, dos 18 lotes existentes. E, embora tenha um número limitado de lotes, eles têm grandes dimensões, que variam de 12.469 m², o maior, a 991 m², o menor. O mesmo se aplica na área construída de três deles, média

[131] A urbanização Faró no Plano de Ordenação Urbana do Municipio de El Port de la Selva está nomeada como Port de la Vall e 1 (P.A 23) Port de la Vall (S.U.D.13).

500 m², enquanto outras seis residências se enquadram entre 200 m² e 250 m² de área.

Figura 56 - Mapa da urbanização Faró, El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

Figura 57 - Imagem do Farol de Port de la Selva Faró



Fonte: A autora (março/2018)

As residências deste recorte estão regidas no plano de ordenação como cidade jardim extensivo, exibindo a condição de parcelamento amplia para 2.000 m², taxa de ocupação 20%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,12 e altura máxima de 4 metros, limitada a somente uma planta. As edificações existentes nestes lotes foram registradas entre os anos 1967 e 1983 e contam com uma excelente localização na linha praia. Contudo, a Lei do Solo de 1976, que restringe novas edificações nessas imediações, impossibilitou que outras edificações nesta área ocorressem. Por conta da relevância dessa área na paisagem e, também, como mecanismo para proteger o

entorno do Farol, na revisão do plano de 2004, o zoneamento foi modificado de zona urbana limitada para não urbanizável de especial proteção.

Figura 58 - Imagem da Urbanização Faró a) e b) Caminho de Ronda (orla da baía)



Fonte: A autora (fevereiro/2019)

Entre a urbanização Faró e a urbanização Perebeua, situa-se o camping Port de la Vall. Este camping situa-se em uma parcela de 34.018 m², criada no ano de 1966, funciona somente nos meses de verão. Os altos custos de manutenção impossibilitam mantê-lo aberto no período de baixa temporada, quando a demanda pelos seus serviços é significativamente menor. Ele fica situado às margens de uma pequena praia, denominada Port de Vall, em referência ao Povoado Vall de Santa Creu que se situa a dois quilômetros de distância, em lugar contiguo a essa área.

Figura 59 - Imagem do Camping Port da Vall



Fonte: A autora (novembro/2018)

Já a urbanização **Perabeua**[132]**,** também conhecida como Porto do Vall, apresenta 29 lotes, com 24 deles construídos entre os anos de 1963 e 1980, com

[132]O recorte da urbanização Perabeua analisado neste estudo difere em nomenclaturas entre o Plano de Ordenação Urbana do Município de El Port de la Selva e a Sede Cadastral de Imóveis da Espanha. No momento da análise optou-se pela designação usada nesta segunda fonte que está designada no Plano de Ordenação de P.A.22 (Riera de la Vall).

exceção de uma casa registrada em 1991. Assim como Faró, Perabeua teve suas obras limitadas com as novas regras de expansão urbana nas primeiras linhas de praia. Este recorte territorial está regulado por duas zonas no plano de ordenação, Cidade Jardim semi-intensivo, de parcelamento mínimo de 600 m² a 400 m², taxa de ocupação máxima de 30%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,4 e altura máxima 6,10 metros (B+1) e; cidade jardim semiextensiva na qual limita o parcelamento entre 1000 m² a 800 m², taxa de ocupação do solo máxima de 20%, um coeficiente de aproveitamento percentual 0,3 e a altura máxima de 6,10 m (B+1).

Figura 60 - Imagem da Urbanização Perebeua a) Imóvel visto pelo acesso pela praia (Caminho de Ronda); b) Imóvel com acesso pela Carrera de Llançà



Fonte: A autora (novembro/2018 e fevereiro/2019)

F**igura 61** - Imagem da Urbanização Perebeua a) Entrada da urbanização na Estrada de Llançà; b) Acesso à praia pela Rua Port de la Vall



Fonte: A autora (novembro/2018)

Embora o tempo no qual o registro era permitido tenha sido relativamente curto, observa-se que as construções ocorreram de maneira intensa com a espacialização expressiva de múltiplos imóveis edificados em um mesmo lote, sobretudo nos anos de 1968[133] e 1970. Apenas 11 casas estão registradas nesta urbanização, ao tempo

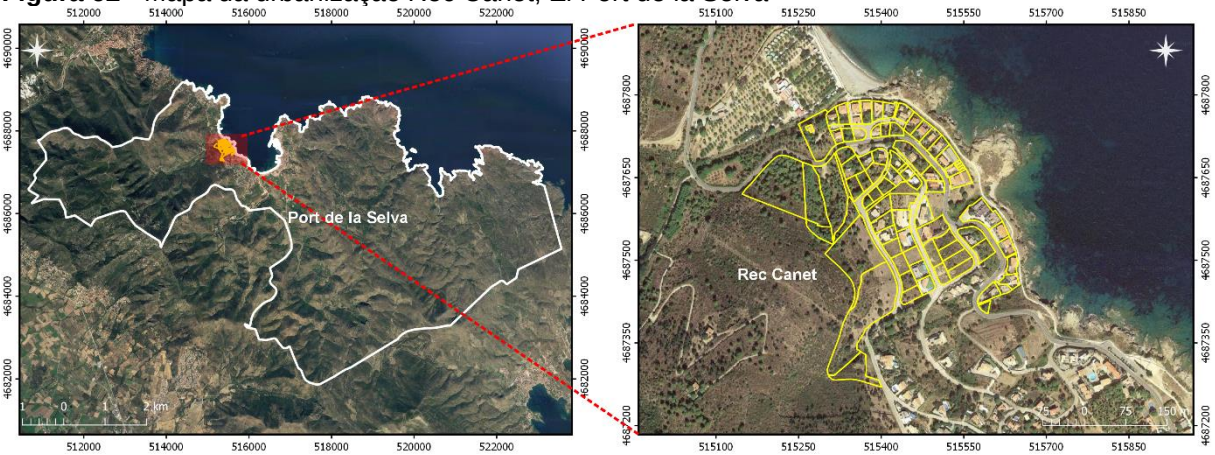
[133] 1968, sede cadastral, exibe o registro de três residenciais de 8, 12 e 6 imóveis, e em 1970 foram registrados dois residenciais de 19 e 9 imóveis. Entre 1967 e 1978 foram registrados 10 residenciais nesta urbanização.

que dez residenciais foram construídos no mesmo período. As casas exibem uma área que varia de 100 m² a 450 m², prevalecendo a área de 150 m² e 250 m².

No que concerne aos condomínios residenciais de Perabeua, todos apresentam imóveis de diferentes tamanhos, que varia de 23 m² e 184m². Tal circunstância nos parece ser guiada no interesse de atender diferentes perfis de clientes. Esses imóveis são usados majoritariamente para fins de veraneio, demonstrado pelos raros registros de residentes permanentes nesta urbanização, apenas cinco, todos de descendência espanhola.

A urbanização de **Rec de Canet**[134]situa-se contíguo à Perabeua, sendo apenas separada do mesmo pela Estrada de Llançà. O registro dos imóveis data do ano de 1964 a 2010, e o fato de situar-se no outro lado da rodovia possibilitou que esta urbanização continuasse sendo edificada, diferentemente de Perabeua. Zoneada como cidade jardim semiextensiva, a urbanização Rec de Canet está condicionada ao parcelamento de 800 m², uma taxa de ocupação de 20%, ao coeficiente de aproveitamento percentual 0,3 e a uma altura máxima de 6,10 m (B+1). Com exceção de ocorrências pontuais, esta urbanização é predominantemente ocupada por lotes de uma só casa, de dimensões que variam de 150 m² a 575 m². No que concerne aos três únicos residenciais, eles se compõem de no máximo quatro imóveis, cada um, de dimensões que variam de 62 m² a 98 m².

Figura 62 - Mapa da urbanização Rec Canet, El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Entre 1972 e 1998, praticamente foram raras as ocorrências de construção de imóveis nesta área, somente a partir daquele último ano o fluxo nas construções volta

[134]O recorte da urbanização Rec de Canet difere em nomenclaturas entre o Plano de Ordenação Urbana do Município de El Port de la Selva e a Sede Cadastral de Imóveis da Espanha. No momento da análise optou-se pela designação usada nesta segunda fonte que corresponde no Plano de Ordenação a designação de S.U.D.6 (Perabeua 2 e Perabeua), S.U.D.7 (Rec de Canet 2) e Rec de Canet.

a ser contínuo até 2010. Neste recorte, identificou-se o registro de 25 residentes de procedência alemã e espanhola.

Figura 63 - Imagem da Urbanização Rec de Canet a) Entrada da urbanização na Estrada de Llançà; b) Residência na Estrada de Llança



Fonte: A autora (novembro/2018)

Figura 64 - Imagem da Urbanização Rec de Canet



Fonte: A autora (novembro/2018)

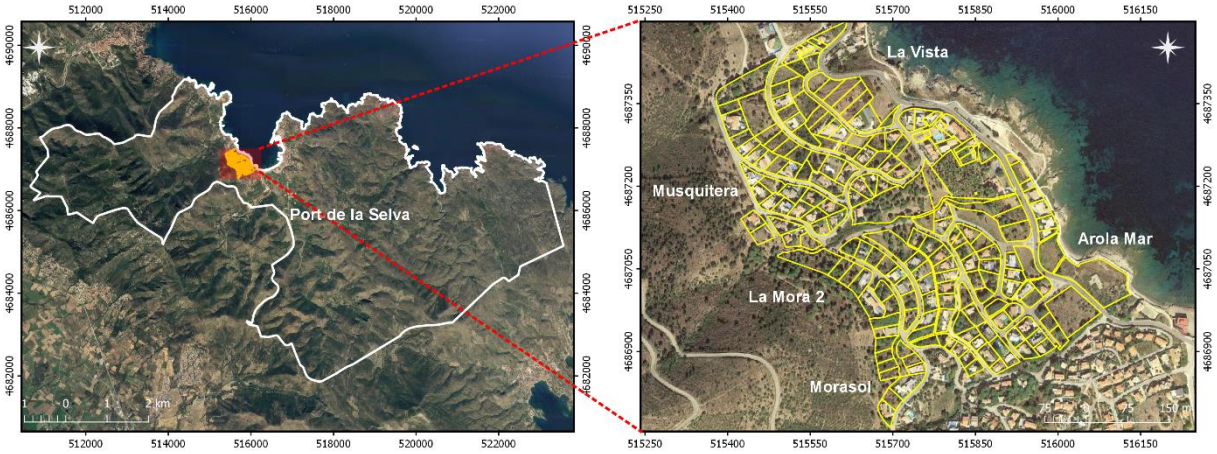
As urbanizações **Musquitera, La Vista**[135]**, La Mora 2**[136]**, Morasol**[137] e **Arola Mar** são tão próximas e interconectadas que se confundem em suas áreas de abrangência. Exibem dimensões de lotes semelhantes e todas ficam situadas após a Estrada de Llançà. Estas urbanizações estão zoneadas como cidade jardim semiextensiva, nas quais o parcelamento exige 800 m², taxa de ocupação de 20%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,3 e altura máxima de 6,10 m (B+1). Entre estas urbanizações, foi identificado o registro de 48 residentes de origem belga, sueca, francesa, argelina e espanhola.

[135] O recorte da urbanização La Vista corresponde no Plano de Ordenação a designação de P.A 19 (Tres Xalets) e P.A.20 (La Mora).

[136] O recorte da urbanização La Mora 2 corresponde no Plano de Ordenação a designação de P.A.20 (La Mora 2).

[137] O recorte da urbanização Morasol analisado neste estudo difere em nomenclaturas entre o Plano de Ordenação Urbana do Município de El Port de la Selva e a Sede Cadastral de Imóveis da Espanha. No momento da análise optou-se pela designação usada nesta segunda fonte que corresponde no Plano de Ordenação a designação de P.A.18 (Les Mores), P.a.21 (Rec de Dijous 2) e Morasol.

Figura 65 - Mapa das urbanizações Musquitera, Morasol, La Vista, La Mora 2 e Arola Mar, El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

A urbanização Musquitera tem 31 lotes, com 19 deles edificados; La Vista 18, com 17 edificados; La Mora cinco, com quatro construídos; Morasol 42 com 21 edificados; e Arola Mar de 18 lotes, dos quais 11 são edificados. São urbanizações predominantemente de lotes de apenas uma casa. As exceções são Musquitera e La Vista, com destaque para esta última. Dos quatros condomínios registrados em La Vista, três contêm oito imóveis cada, de áreas que variam de 38 m² a 112 m², construídos entre os anos 1969 e 1973. Os dois residenciais de Musquitera exibem respectivamente dois imóveis cada, de 98 m² a 120 m² de área.

Figura 66 - Imagem da Urbanização La Vista - residências situadas na Estrada de Llançà



Fonte: A autora (dezembro/2018)

As urbanizações de La Mora 2, Morasol e Arola do Mar apresentam registros de residências edificados entre os anos de 1980 e 2007. Essas três últimas

urbanizações são relativamente recentes e portam áreas construídas de seus imóveis, que variam de 150 m² a 500 m².

Figura 67 - Imagem da Urbanização La Mora



Fonte: A autora (dezembro/2018)

Figura 68 - Imagem da Urbanização Morasol



Fonte: A autora (dezembro/2018)

Figura 69 - Urbanização Arola Mar

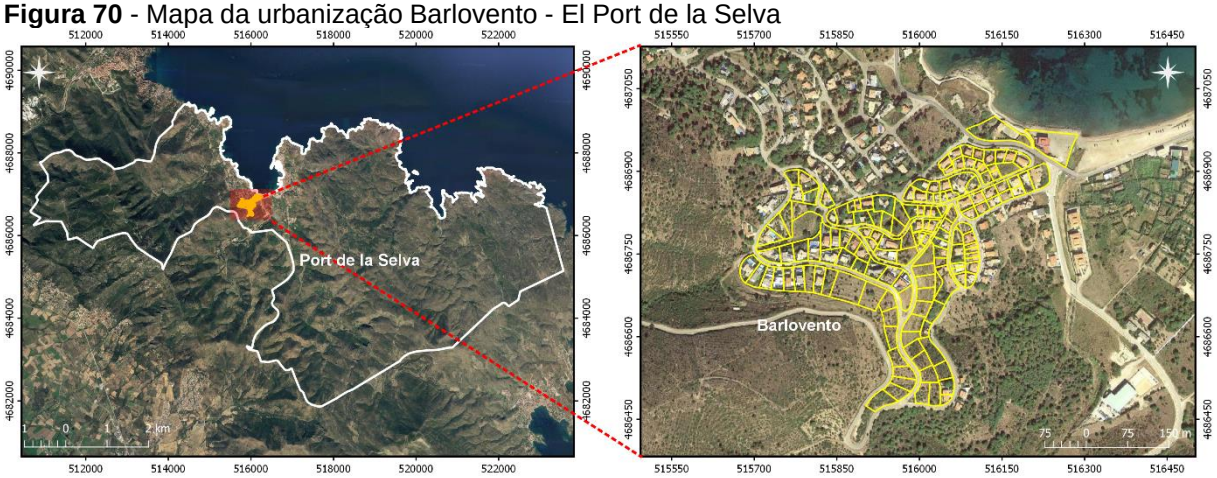


Fonte: A autora (dezembro/2018)

Barlovento e Panoramar são duas urbanizações que se interconectam e se mesclam a ponto de ser confuso definir a qual das áreas os parcelamentos existentes

pertencem[138]. A urbanização **Barlovento** detém 11 lotes, dos quais sete foram edificados entre os anos de 1959 e 1989; justamente por estar situada na linha de praia, teve o processo de urbanização na linha de praia freado pelas regras do plano urbanístico. Esta urbanização está zoneada como cidade jardim extensiva, condicionada ao parcelamento de 2.000 m², taxa máxima de ocupação de 20%, coeficiente de aproveitamento percentual 0,2 e altura máxima de 4 metros, limitada a somente uma planta. As parcelas construídas nesta urbanização são relativamente pequenas, três com menos de 150 m² e outras três de 250 m² e 300 m².

Figura 70 - Mapa da urbanização Barlovento - El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

Figura 71 - Urbanização Barlovento, residências situadas no Caminho de Ronda, orla da baía



Fonte: A autora (dezembro/2018)

[138] No mapa cadastral a nomenclatura Ur. Barlovento está situada em cima das ruas definidas como UR. Panoramar. Como opção optou-se por ampliar a escala no mapa a ponto de identificar a que rua pertence cada uma das urbanizações. Nesta escala os lotes denominados de Ur. Barlovento. estão situados na linha da praia entre a praia e a Estrada de LLançà, até a extensão do rio que conecta com a Estrada de Selva do Mar, cadastralmente numerados 60741, 60734, 60785, 60732 e, segundo o Plano Plano de Ordenação, designa-se P.A.16 (Taita 1) e P.A.17 (Taita 2). Já a urbanização Panoramar está situada após a Estrada de Llançà, entre as urbanizações Arola Mar e Morasol, de um lado, e, do outro lado, com a Estrada de Selva de Mar que divide a Urbanização de Selva do Mar, numerados 58698, 59691, 60699, 61703, 60708, 60716, 59715, 59719, 59701, 58705, 61681, 62681,61699, 62704, 64717, 63719, 61729, 62719, 64687 e, segundo o Plano Plano de Ordenação, designa-se P.A.10 (Panoramar), P.A.11 (L´Arola) e P.A.12 (Sobrevent), P.A.13 (Unitat num 6), P.A.14(Unitat num7), P.A.15 (Red del Castanyer), SUD 2 (Euromar), SUD8 (El Serrat), SUD9 (Sant Pere 2) e SUD10 (Sant Pere).

Nesta urbanização, encontram-se o hotel e o camping Arola. Este estabelecimento se mantém fechado durante todos os meses do ano, com exceção do verão quando sua ocupação é máxima e dispõem de espaço para uso e apoio de caravanas (Figura 84).

Figura 72 - Urbanização Barlovento, residências situadas no Caminho de Ronda, orla da baía

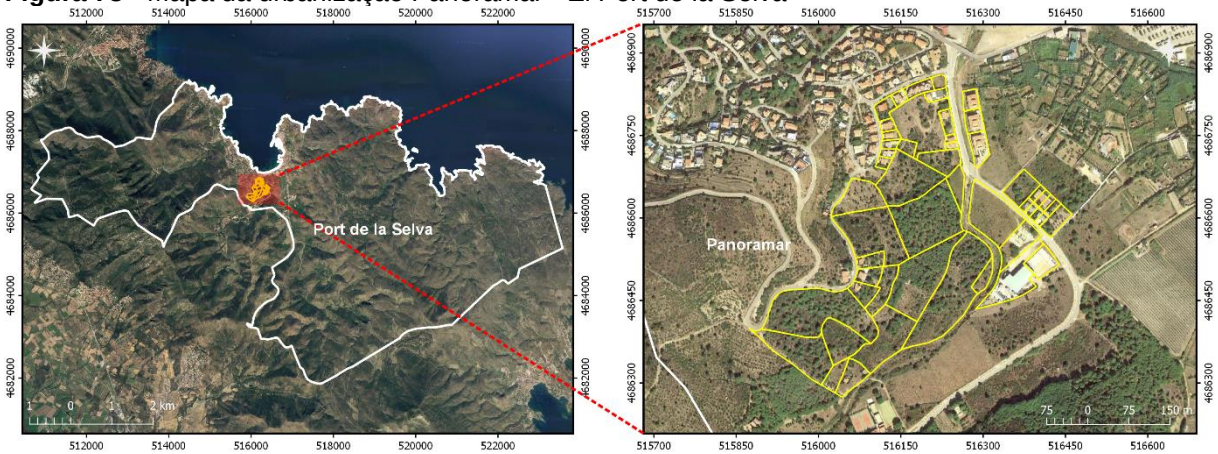


Fonte: A autora (dezembro/2018)

Já a urbanização **Panoramar** representa uma das maiores urbanizações do município, tanto em área como em quantidade de lotes, 237 no total, e dos quais 129 foram edificadas, entre 1964 e 2017. O perfil das construções nesta urbanização é de apenas uma casa por lote, construídas em área que predomina entre 150 m²[139] e 300 m². Soma-se, a essa urbanização, 10 lotes de condomínios residenciais, registrados entre 1968 a 1988. À exceção de um residencial, que dispõem de 10 unidades habitacionais; todos os outros reúnem de dois a cinco imóveis de área construída que varia de 38 m² a 208 m², em uma circunstância provável voltada para atender a diferentes públicos.

[139] As casas edificadas na década de 1960 predominavam com área de 150 m², no decorrer das outras décadas a área construída foi sendo ampliado a ponto de encontrarmos casas de 350 m² e ao menos uma de 751m².

Figura 73 - Mapa da urbanização Panoramar - El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL (2019)

Figura 74 - Imagem da Urbanização Panoramar, Rua Sant Pere em Port de la Selva



Fonte: A autora (fevereiro/2019)

Figura 75 - Imagem da Urbanização Panoramar - Rua Sant Pere em Port de la Selva (II)



Fonte: A autora (fevereiro/2019)

A urbanização Panoramar exibe uma variação de zoneamento, conforme a proximidade do mar, que varia de Cidade Jardim Intensiva, para semi-intensiva e semiextensiva. Como regra, a taxa máxima de ocupação varia de 30% a 20%, parcelamento que varia de 400 a 1000m² e altura máxima do gabarito permitida é 4 m

de 6,10 m (B+1), coeficiente de aproveitamento percentual 0,28 a 0,5 e densidade bruta de 12 residências/ha. Esta urbanização exibe-se o número aproximado de 60 registros de residentes de diferentes procedências, dentre elas espanhola, francesa, alemã, senegalesa e colombiana.

Entre a estrada que dá acesso aos hortos, a Estrada de Llançá (Praia) e a Estrada de Cadaqués, forma-se um polígono que é denominando localmente de **Camì dos Hortos**, por ser o caminho mais usual de acesso àquela área (Figura 88). Esta urbanização conta com uma área industrial de tratamento das águas e um dos principais estacionamentos de uso gratuito do povoado, bastante utilizado por ser resguardado entre edifícios, evitando o sal trazido pela Tramontana e outros ventos. Neste estacionamento situa-se o ponto de parada de transporte público, ali pelo mesmo motivo citado anteriormente.

Figura 76 - Urbanização hortos (destaque), imagem retirada da Urbanização Ginesta Alta



Fonte: A autora (fevereiro/2019)

Esta área está zoneada com a nomenclatura L'example, que permite parcelamento de 120 m², altura de gabarito máxima de 11,80 m (B+2), coeficiente de aproveitamento percentual 1,5. Nesta área constam registradas onze casas, dois hotéis, oito condomínios, além de 42 espaços comerciais que são integrados aos condomínios construídos. Neste polígono constam edificações voltadas para um volumoso número de imóveis por lote. A título de exemplo, quatro dos vinte e um lotes foram edificados com condomínios de 34, 50, 64 e 59 apartamentos nos anos de 1982, 1989, 1990, 1991, respectivamente (Figura 89 e 90).

Figura 77 - Imagem de Cami dos Hortos, Esquina da Carrera de Llançà com a Rua de Llançà.



Fonte: A autora (novembro/2017)

Figura 78 - Cami dos Hortos, esquina da Carrera de Cadaqués com a Estrada de Llançà



Fonte: A autora (novembro/2018)

Além do volume de imóveis, praticamente todos eles foram projetados para que o térreo dessas edificações servisse para diversas funções comerciais, incluindo serviços como restaurante, cafeteria, bares, sorveteria, supermercado, lojas, imobiliária, escritórios diversos etc. Parte destes estabelecimentos, incluso o supermercado, funciona somente nos períodos de temporada de verão. O grande

volume de apartamentos construídos levou a uma ampla oferta de imóveis que, na atualidade, se reflete em uma larga quantidade de imóveis disponíveis para venda e aluguel na temporada, este último adotado como segunda opção.

Esta urbanização concentra residentes da própria região de Girona, mas, também, os decorrentes do fluxo migratório proveniente de Sevilha, Málaga, Jaén, Almeria e outras cidades da Espanha, ocorrido na década de 1960 e 1970, para trabalhar sobretudo na construção civil e no turismo. De origem estrangeira, identificou-se a ocupação de procedentes da Rússia, Romênia, Itália, Marrocos e Honduras.

Somada a esta urbanização, exibem-se três lotes edificados às margens da Estrada de Selva do Mar (GiV-6121) e área dos hortos do povoado. São edifícios de oito e dez imóveis, de área de 86 m² a 150 m², construídos entre os anos de 1992 e 2006, com o objetivo de atender a demanda de pessoas sem moradia no município, principalmente a população ativa na pesca. Por esta circunstância, foi enquadrada como Vivendas de Proteção Oficial (VPO), com apoio financeiro da Confraria de Pescadores. Este loteamento está zoneado como blocos isolados, exigindo o parâmetro de volumetria com taxa de ocupação de 31% e coeficiente de aproveitamento percentual 0,7.

Figura 79 - Imagem da Estrada de Selva do Mar



Fonte A autora (novembro/2018)

As margens da **Carretera de Cadaqués**, nas proximidades do núcleo urbano, foram construídos vinte e dois condomínios residenciais, entre os anos de 1974 e

2011, com maior intensidade entre anos de 2007 e 2011[140] (Figura 92), à exceção de apenas oito casas registradas entre 1931 e 2010. Parte deste loteamento aproveitou uma área que era antigamente utilizada para o uso do horto da população do povoado e que foi convertida em lote urbano para fins de edificação. Esta urbanização refere-se a uma área de expansão do núcleo urbano e a urbanização Ginesta Alta, e está zoneada com a nomenclatura L'example que possibilita parcelamento de 120 m², altura de gabarito máxima de 11,80 m (B+2), coeficiente de aproveitamento percentual 0,5, e densidade de 40 habitações/ha. Esta área exibe um conjunto edificado que se diferencia pela estética e dimensões e valores mobiliários. Nos de maior padrão socioeconômicos, identificou-se o registro de moradia de procedentes do Reino Unidos, França, Alemanha. Identificou-se, também, a ocupação de 18 romenos em um único edifício desta urbanização, situado mais afastado do núcleo urbanos. Não foi possível mensurar o número de residentes total no polígono desta urbanização devido ao fato de algumas ruas se conectarem ao núcleo urbano, a exemplo da Rua Mayor. Somente foram analisadas aquelas ruas que estavam exclusivas nesta urbanização[141].

Figura 80 - Imagem da urbanização da Carretera de Cadaqués, frente aos Hortos



Fonte: A autora (novembro/2018)

[140] Dos 22 condomínios construídos nesta área, dezoito foram registrados entre os anos de 2007 e 2011. Somente no ano de 2007 seis edifícios de quatro apartamentos e um de dois. Os anos de 2008, 2009 e 2010 seguiu a mesma lógica construindo a cada ano entre três e quatro residenciais com o mesmo estilo arquitetônico e dimensões de área. Com exceção dos ajustes necessários por conta dos terrenos, todos os residenciais, compreendidos nesta área e período, foram produzidos analogamente.
[141] Foram verificados os registros de residentes nas ruas Puig de Forques, Fonollera e Dr. Moises Broggi.

A urbanização do núcleo urbano de Vall de Santa Creu e de Perafita são as ocupações mais distantes da linha de praia, situadas em áreas de caráter rural. A povoação do núcleo de **Vall de Santa Creu** é contemporânea da fundação do núcleo antigo de el Port de la Selva. Formada por diversas chácaras e um pequeno núcleo urbano de 35 casas, tem características de caráter agrário e rural. A maioria dos imóveis registrados advém do período de 1900 e 1920. E, embora existam casas novas registradas entre o ano de 1945 e 2015, observa-se que se tratam de casas já existentes, que foram reformadas ou reconstruídas. O que chama a atenção nessas casas é que a aparência das paredes e muros remetem ao período da fundação do povoado, quando eram feitas de pedras (Figura 93).

Figura 81 - Imagem de residências do Povoado Vall de Santa Creu



Fonte: A autora (novembro/2018)

Neste povoado, existe uma pequena igreja (Figura 94a), um pequeno cemitério e, devido às suas ruas serem estreitas e não terem espaço para circulação de veículos, se projetou um estacionamento antes da entrada do povoado. Este povoado se espacializou em casas pequenas de 65 m² ou 75 m², embora também tenha casas de maior dimensão, com 500 m² e 1053 m², mas a área construída predominante está na faixa de 100 m² e 200 m². Apenas oito casas são ocupadas em caráter de residência permanente e semipermanente. Segundo o registro de residentes vivem neste povoado 17 pessoas, a grande maioria procedente da região ou do próprio povoado, embora se tenha um inglês, uma francesa e duas pessoas naturais de

Barcelona. A grande maioria das casas deste povoado são de uso exclusivo como locação ocasional. Essa antiga povoação se dedicava exclusivamente a práticas agrícolas e pastoris, contudo, com a perda econômica dessas práticas houve o abandono do lugar. Atualmente, a economia desta povoação gira em torno das atividades turísticas e da prática da segunda residência voltada para a exploração das suas características rural e histórico-cultural.

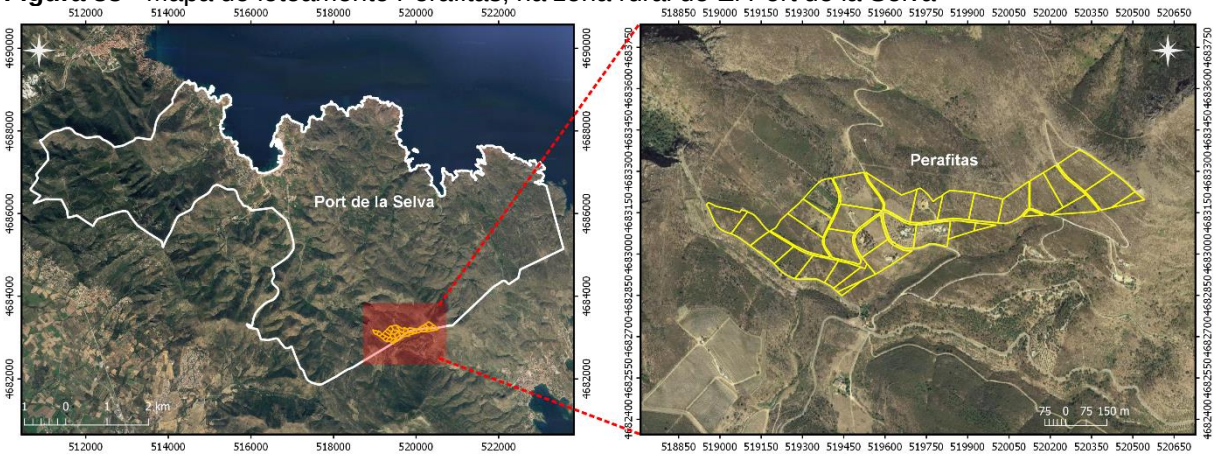
Figura 82 - Imagem do Povoado Vall de Santa Creu: a) Faixada da Igreja Santa Creu; b) Entrada do Povoado



Fonte: A autora (novembro/2018)

Perafita é uma área exclusivamente composta de chácaras. Embora elas disponham de seis casas edificadas, dos seus 31 lotes, elas não constam na sede cadastral de imóveis por apresentarem características mistas, urbanas e rurais. Esta área situa-se nas proximidades da Carretera de Cadaqués (Gi-613), no quadrante entre os limites com os municípios de Roses e Cadaqués (Gi-614). Segundo registro de empadronamento vivem, nesta urbanização, três franceses e um suíço. Além dessas casas rurais, segundo o catàleg de masies i cases rurals do povoado, tem-se registrado 19 casas rurais, de tamanho e estado de edificação variado. Este catálogo foi feito com o intuito de listar e saber o estado de cada uma delas para que se pudesse futuramente possibilitar a reforma para o uso unifamiliar ou como hospedagem voltada para o turismo rural.

Figura 83 - Mapa do loteamento Perafitas, na zona rural de El Port de la Selva



Fonte: Produzido por Esdras Andrade - IGDEMA/UFAL

4.3.2. Legislação urbana e efeitos no território

Entre os anos de 1956 e1974, 12 planos parciais foram criados para a ampliação de uma superfície urbanizada de 63,8ha, embora isso representasse apenas 1,5% da área municipal, muito inferior à maioria dos municípios costeiros. Por exemplo, os municípios de L´Escala tinha 15%; Castello de Empúries e Roses, 13%; Cadaqués, 9%; e Llançà, 7%. Ademais, no ano de 1976, com a instituição do Plano Geral de Urbanização de El Port de la Selva, determinada pela Ley del Suelo, suspendeu-se as autorizações de licenças na orla marítima e núcleo antigo pelo período de um ano. Foi uma medida tomada para avaliar se os casos, até então existentes, estavam de acordo com o que prescrevia a lei. Tal análise, resultou que, em 1977, diversas obras fossem impugnadas por conta do artigo 27 da citada Lei, que limitava ocupações na linha da costa, situação que veio a interferir no processo de edificação das urbanizações de S´ Arnela (Santa Isabel), Farò, Perebeua e Barlovento.

As restrições vigentes no Plano Geral de Urbanização, somadas a uma incipiente crise na construção civil, no fim da década de 1970, gerou insatisfação da população local conectada com a construção civil e o mercado imobiliário. A Câmara Municipal, diante da queda de arrecadação de impostos referente às licenças, depara-se com a urgência de solucionar o problema por meio de mecanismos de adaptação da lei aos interesses da gestão municipal. Para reverter a situação, mudanças nas diretrizes da própria lei do uso do solo foram realizadas. O Plano de Urbanização foi ajustado e, em 1983, os projetos se tornaram mais frouxos e ao gosto dos interesses do prefeito e conselheiros municipais.

O Plano passou para uma revisão em 1994 e outra em 2004, esta última vigente até o período de realização desta investigação. A atual foi construída com base na argumentação da necessidade de atualizar a cartografias das zonas territoriais através da adoção de ferramentas digitais para que se pudesse obter uma melhor visualização, com detalhes topográficos mais apurados e corrigir desvios existentes. Este plano também sugeriu mudanças pontuais em relação ao Plano e revisões anteriores. Dentre elas: adaptação às novas regras impostas pela legislação de ordenação urbana, tais como a Lei Federal 23/1983, a Lei Estatal 3/1984, o Decreto Federal Legislativo 1/1990 e a Lei Estatal de 2/2000.

A Lei 23/1983, de 21 de novembro, de Política Territorial do Estado Espanhol, visava ser uma alternativa menos rígida, diante a Lei do Solo de 1976 e, como tal, uma alternativa para as gestões municipais que visavam o crescimento urbano. No entanto, quase de imediato, a Lei 3/1984, de 09 de janeiro, foi aprovada no Parlamento da Catalunha, visando uma maior operatividade e agilidade no planejamento. Contudo, o uso das ferramentas operativas propostas na Lei de 3/1984 foram interrompidas pelo Decreto Legislativo 1/1990, de 12 de julho, de âmbito federal. Por sua vez, como alternativa ao impasse que foi criado, o Parlamento da Catalunha aprovou a Lei 2/2002, de 14 de março, de urbanismo (DOGC núm. 3600, de 21 de março de 2002), que adequava o uso de ferramentas e restrições para as antigas regras legislativas de ordenação do solo. E, foi exatamente esse último marco que teve repercussões na revisão do Plano em 2004.

O texto da revisão do Plano de Ordenação Urbanística Municipal de Port de la Selva vigente, de 2004, aponta como propósito uma valoração do patrimônio ambiental e histórico e arquitetônico, atrelado especialmente à criação do Parque Natural de Cap de Creus, em 1998. Entre as suas propostas, previa como prioridade melhoria da estrutura viária de acesso ao Parque, como também de conexões entre determinadas urbanizações e o núcleo histórico. Também nesta última revisão, havia a mudança de nomenclatura de algumas zonas para determinados recortes do zoneamento urbano, urbanizável, não urbanizável e de proteção especial. Ainda é posto como argumento a premência da integração de urbanizações, principalmente aquelas zonas reguladas por diferentes normativas, de maneira a unificá-las e assegurar a integração das construções no seu entorno e melhoria de infraestrutura e de serviços. Esta situação vem a interferir no ordenamento das urbanizações de Ginesta Alta, La Musquitera, Panoramar, La Vista, La Mora 2, Ur. Morasol, Santa

Isabel, SÁrnella, Beleser, Cap de Bol, Figuerasses, Barlovento e Ur. Perabeua[142]. De maneira inversa, garantir a existência de espaços livres, como entre o núcleo antigo e Figuerasses, Figuerasses, Carretera de Cadaqués, Cap de Bol, La Vista, Faró e S´Arnella do Mar[143].

O que se pode observar, no curso dos anos, é que urbanizações foram criadas enquanto outras, por força de novas legislações, foram limitadas. Como reflexo da mudança de regras e ampliação da área a serem urbanizadas, urbanizações ao redor do núcleo antigo foram adensadas, enquanto as mais distantes tomaram novas configurações conforme as circunstâncias relacionadas à oferta e demanda de cada época. E, no decorrer dessa trajetória, voltada à expansão urbana do povoado, existiram diferentes posicionamentos entre os prefeitos e conselheiros designados ainda no período da ditadura franquista, e os que sucederam no estado democrático.

Embora o processo de democratização e a possibilidade de eleições fosse algo possível a partir de 1976, com a morte de Franco, isso não veio a incorrer na indicação e eleição de um novo mandatário, pelo contrário, o então prefeito manteve-se no cargo com o aval local da população até 1979. Contudo, a crise na construção civil, ao final da década de 1970, somada a inúmeras restrições sancionadas, as licenças de edificação, ligadas às regras da lei do solo de 1976, vieram a influenciar a mudança do cenário político local. Não por acaso, o descontentamento generalizado levou ao fim do mandato da última gestão franquista, que repercutiu na candidatura e eleição do primeiro prefeito eleito no estado democrático, que se posicionou para que medidas fossem tomadas e alternativas fossem encontradas para viabilizar o processo de expansão urbana do povoado. Além disso, o envolvimento direto da gestão local[144] na compra de terrenos e a exigência que a construção fosse feita pela empreiteira da sua família, dá pistas do interesse da gestão local para que esse negócio progredisse.

Como reflexo, a expansão urbana alcançou 2,8% da área municipal de El Port de la Selva, embora ainda correspondesse muito abaixo da média dos municípios do

[142] As áreas apontadas no texto do Revisão Plano de Ordenamento Urbano Municipal fazem referência a recortes territoriais específicos e de delimitação menor que a abrangência das urbanizações citadas, podendo mais de um deles está situado na mesma urbanização conforme segue: Morador 1, Carrerada 1 e Esglesia Vella em Ur. Ginesta Alta; Sobrevent e Rec de Dijous em Ur. La Musquitera; Unit 6 e 7 na Ur. Panoramar; La Mora em Ur. La Vista; La Mora 2; Les Mores, Rec de Castanyer na Ur. Morasol; La Lloia, Carbonera em Figuerasses; Santa Isabel, SÁrnella, Beleser e Cap de Bol; Taita 1 e 2 na Ur. Barlovento; e Riera de la Vall na Ur. Perabeua.

[143] Da mesma forma que na citação anterior, foi feita referência a recortes específicos e de delimitação menor que a urbanização, confome segue: Rec de Port Reig e Eucaliptus entre a urbanização do núcleo antigo e Figuerasses; Carerada 2 na Ur. Figuerasses; Zona Industrial na Ur. Carretera de Cadaqués; Cap de Bol; três Xalets na Ur La Vista; Port de la Vall na Ur. Faró; S´Arnella do Mar.

[144] Segundo um depoente que pediu sigilo do seu nome, o prefeito da gestão local que perdurou durante toda a década de 1980 adquiriu loteamentos e a venda só poderia ocorrer mediante a construtora pertencente à família realizar a edificação.

Alta Empordá, de 36,6%, entre 1981 e 1991. Contudo, o parco crescimento na construção civil centrou-se praticamente em habitações para a segunda residência. O índice de 7,9% de crescimento das construções para uso exclusivo residencial se situou muito aquém da média da comarca, que já alcançava 29,8% no mesmo período – entre os anos de 1981 e 1991(ARMANGUÉ, 1993). Esse fato reflete na pouca oferta de habitação para locação, de contrato permanente para a moradia de trabalhadores ou empreendedores do setor de serviços, pesca e construção de El Port de la Selva. O relato de trabalhadores nesse perfil que residem em municípios circunvizinhos, como Llançà ou Cadaqués ou mesmo Figueres, por conta da falta de moradia permanente no lugar foi recorrente.

Em 1991, constava o registro de 1621 casas para uso como segunda residência, enquanto em 2014, segundo Gerenciamento de Cadastro em Girona, assentava 3.390 unidades fiscais tributadas como propriedades urbanas, mais que o dobro, no mesmo momento que registrava 994 pessoas registradas no município, de acordo com Censo (Padrón 2015). A expansão urbana se apresentou aquém daquele de outras municipalidades litorâneas, mas esse fato não impediu a existência de momentos de crise do setor turístico e imobiliário. Em 2004, por exemplo, a Generelitat de Catalunha fez um estudo prévio das causas do declínio na demanda turística e o principal resultado apontado foram altos valores praticados, principalmente dos aluguéis de imóveis. Diante esse diagnóstico, a prefeitura de El Port de la Selva o rebate negativamente. Expôs que a locação de seus imóveis era a única fonte de ingresso da maioria dos residentes deste povoado e que a redução nos valores praticados poderia vir a gerar um grande impacto local[145].

Não somente para os moradores, como também para as finanças locais, por meio de licenças de edificação, a produção de imóveis para uso ocasional era uma importante fonte de ingresso de recursos financeiros. Com efeito, por conta da contração na construção civil, associada ao escasso número de empadronamentos[146], o povoado reduziu significativamente seus ingressos no ano de 2014, até vir a sofrer situações de déficit orçamentário. Este fato levou a gestão local a buscar soluções e ter que adaptar algumas restrições impostas, como, por exemplo, a contratação de

[145] Ata da Reunião do Pleno de Ajuntamento de 30 de setembro de 2004, com a reprodução da seguinte fala: “Comenta l’Alcalde que fa anys els del seu propi partit ja varen intentar i proposar de posar ordre en aquest tema. Jo els vaig advertir molt seriosament que aquesta mesura, al menys al nostre poble, portaria la ruïna total de moltes famílies.”

[146] Empadronamento é p termo utilizado localmente para o ato de se registrar como habitante de alguma municipalidade. Todos que residem devem realizar esse ato para poder-se acessar serviços e procedimentos de caráter público e privado.

funcionários permanentes e temporários. A restrição a este último causou um importuno problema diante da necessidade de um maior efetivo nos períodos de verão, e, desta maneira, precisou-se buscar alternativas. A lei de orçamento geral do estado para o ano 2016, por exemplo, manteve a proibição de recrutamento de pessoal temporário cuja nomeação só poderia ocorrer em casos excepcionais e necessidades urgentes. A gestão local, considerando tais contratações como prioritárias, por afetarem o funcionamento dos serviços públicos, adaptou-se à referida lei, conforme o recorte da Ata de 02 de fevereiro de 2017:

> [...] Quarta.- De acordo com a Lei 48/2015, de 29 de outubro, dos Orçamentos Gerais do Estado para o exercício de 2016, expressamente declarada como prioritária e essencial para o desenvolvimento normal da temporada de verão, os seguintes serviços públicos e áreas de atuação: reforço do serviço dos tutores municipais, prestação do serviço de salva-vidas e limpeza das praias, prestação do serviço de casa de veraneio e reforço do pessoal do Gabinete Turismo. A proposta é posta à votação, o resultado é o seguinte:
> Votos a favor 5 a O, votados pelo prefeito e os quatro conselheiros [vereadores] do grupo municipal da CiU. [tradução livre do catalão para o português]

Além disso, a gestão local deparava-se com uma redução do solo urbanizável. Embora o plano urbanístico de 1983 tenha guardado reservas de terrenos para edificações futuras para o crescimento cauteloso do município, com a implementação do Plano Geral de Planejamento Urbano do Sistema Costeiro, de esfera pública situada acima dos poderes locais, o horizonte de crescimento foi restringido[147].

O fato de a praia e o sol, como principais atrativos do povoado, concentrarem fluxos nos períodos de verão, de julho a setembro, limitava a possibilidade de ingressos durante os outros meses do ano. Desta maneira, a iminência da criação do Parque Natural de Cap de Creus, na década de 1990, e o Programa “Viure del Poble”, no ano de 2007, foram vistos como uma importante possibilidade para ampliar a oferta de atrativos, como também expandir a temporada turística e de visitação.

4.4. Política Pública e Fundo de Desenvolvimento: Novas alternativas

Como alternativa para o desenvolvimento do município durante as duas últimas décadas, procurou-se adequação aos planos e projetos que pudessem contemplar, por meio de subvenções, a atratividade cultural, ecológica e urbanística do município, e assim possibilitar o fluxo de visitantes em períodos contínuos do ano e não somente

[147] Ata do Pleno de 10 de maio de 2007 do Ajuntamento de El Port de la Selva.

nos períodos de verão. Por conta da criação do parque natural de Cap de Creus e do Programa “Viure del Poble”, o município obteve subvenções para restauros, reparos e benfeitorias locais por meio de fundos europeus.

4.4.1 Parque Nacional Cap de Creus

A proposta da criação de um Parque Natural no norte da Costa Brava, denominado de Cap de Creus de Rodes (Figura 96), foi considerado pelos gestores locais como uma oportunidade de acessar recursos federais e europeus, assim como uma possibilidade de ingresso do turismo ecológico e arqueológico. Ao mesmo tempo, para outros, repercutiu negativamente o fato de o território ser diminuído e as práticas locais e poder de gestão limitados. Entre os primeiros, El Port de la Selva, juntamente com Pau, Vilajuïga, Llançà e Selva de Mar se mostraram favoráveis, enquanto Cadaqués, Roses e Palau-Saverdera se colocaram contrários à criação do parque natural[148].

Figura 84 - Imagens da sinalização do Parque Natural Cap de Creus - El Port de la Selva



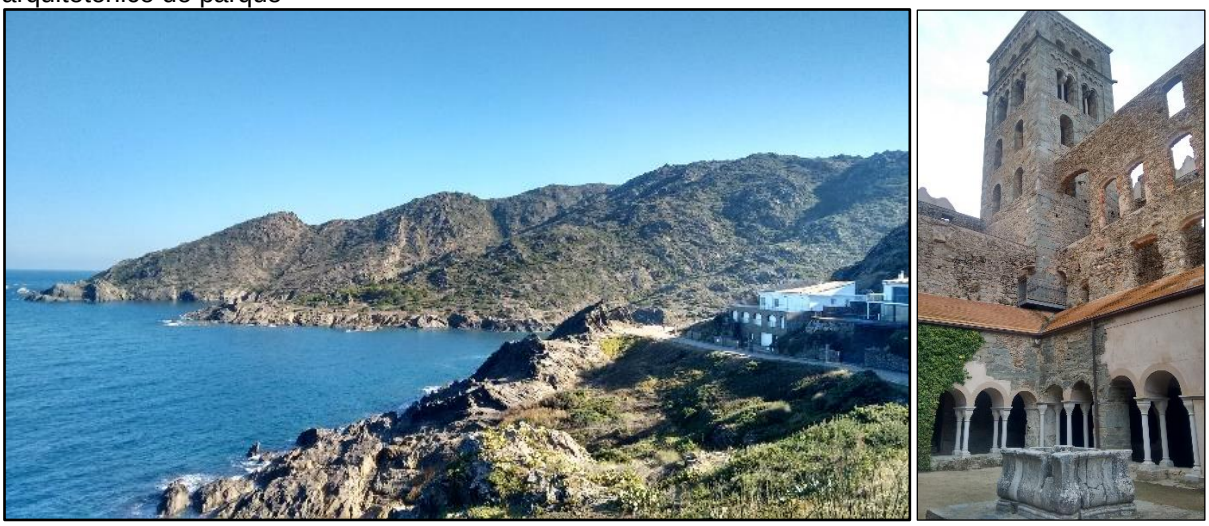
Fonte: A autora (fevereiro/2018)

El Port de la Selva comprometeu a maior parte do seu território (mais de 80%) para o parque e, por conta disso, tornou-se sede da sua gestão, localizada no mosteiro de Sant Pere de Rodes. Tal contexto propiciou o recebimento do maior montante de recursos financeiros para a estruturação do parque. Ainda no ano de 1995, a prefeitura de El Port de la Selva assinou um acordo com a Generalitat de la Catalunya e a

[148] Esta situação é relatada na Ata de 11 de janeiro de 1996.

Fundaciaón Caja de Madrid, para aquisição do montante de trezentos milhões de pesetas para a realização de obras de restauro no mosteiro de Sant Pere de Rodes. E, no ano de 1997, o tesouro municipal recebeu um subsídio da Diputació de Girona no valor de duzentos mil pesetas para a gestão do parque e, ainda nesse ano, iniciou-se o projeto de Caminho de Ronda.

Figura 85 - Imagens referentes ao Parque Natural Cap de Creus, em El Port de la Selva: a) Linha limite da urbanização da orla com o parque; b) Interior do Mosteiro Sant Pere, patrimônio cultural e arquitetônico do parque



Fonte: A autora (fevereiro/2018)

A notícia da criação do parque natural Cap de Creus na Confraria do povoado foi vista com preocupação por conta das restrições que ele pudesse gerar. Contudo, após algumas discussões em assembleia, se apontou como positivo para o setor por proporcionar maior controle da pesca de mergulho por embarcações não regulamentadas pela Confraria. Outro fato, em âmbito marítimo, segundo a regulamentação do Regime de proteção parcial de reservas naturais, a pesca artesanal seria mantida, desde que a imersão fosse proibida e a ancoragem autorizada. Além disso, o artigo 13 de criação do parque, aponta com destaque o papel das Confrarias de Pescadores em relação às outras organizações, para fazerem parte do Conselho de Cooperação[149].

No entanto, em 1998, a aprovação da Lei do Parque Natural do Cap de Creus estabelecera como reserva marinha integral locais centenários da prática da pesca artesanal - as calas Rabaner, Serena, Serenas, Cala Prona até Punta dels Tres Frares - portanto, proibindo o exercício dessa antiga prática. Tal fato foi recebido com contrariedade tanto por pescadores como pela gestão municipal. E finalmente, em

[149] Informação coletada na Ata do Pleno do Ayuntamento de 30 de maio de 1996.

2002, devido à pressão da Câmara Municipal e do setor pesqueiro, este regime abrangente de reserva foi restringido à parte externa da ilha Encalladora.

A criação do parque também fez surgir conflitos com as atividades pastoris-campesinas praticadas na área. Pastagens passaram a ser proibidas, cultivos foram limitados e propriedades situadas no parque tiveram que adaptar-se ao cumprimento das regras estipuladas pelo regimento do parque. Esta conjuntura a princípio colocou em questão distintos interesses locais, daqueles que estavam de acordo com a limitação do crescimento e de outros que estavam totalmente em desacordo com a lei que impunha limites à ampliação da propriedade privada em solo urbano e rural. Na ata do Pleno de 07/10/2002, uma conselheira expõe este descontentamento nos seguintes termos: “Agora, se você deseja plantar vinhas, você deve comprar os direitos, quando todos aqui sabemos que todas essas montanhas foram plantadas de vinhas por muito tempo e somente foram abandonadas devido às dificuldades econômicas que surgiram”.

Em circunstâncias semelhantes, no ano de 1996, em decorrência da iminência da criação do parque, as regras de concessão do espaço público foram modificadas. Embora os pedidos de licenças, temporárias e permanentes, para ocupação dos limites da zona portuária para o serviço de bares, terraços e restaurantes continuassem a ser geridos pela esfera pública municipal, a autorização e controle deveriam ser concedidas pela Comissão dos Portos da Catalunha. Diante dessa mudança, foi proposta a elaboração de um plano especial para a gestão de espaços de domínio público, para que pudessem ser ocupados na área urbana e na área portuária ou uma ordem específica para esse efeito.

De qualquer maneira, em muitos aspectos, o Plano de Criação do Parque Natural encontrava-se em consonância com o Plano Geral de Urbanização, que, de alguma maneira, privilegiava as atividades mercantis e econômicas em detrimento de interesses gerais. Segundo a ata do dia 06 de março de 1997, o relatório do arquiteto municipal, conforme artigo 148 do Plano Geral, indica que

> Os solos rústicos protegidos serão sujeitos a um ou mais planos especiais que terão como objetivo proteger a paisagem, os valores ecológicos, históricos, ambientais, etc. dessas terras e eles também poderão contemplar a possibilidade de sua incorporação ao patrimônio público. A formulação e execução das determinações desses planos especiais estarão em conformidade com as disposições da legislação vigente. Isso NÃO exclui a possibilidade de a iniciativa privada promover ações de instalações turísticas COMPATIVEIS com este terreno. Desta forma, o próprio Plano Geral nos dá a possibilidade de que, ao nível do Plano Especial, seja necessário, por insignificante que seja, definir e regular qualquer ação no local. [tradução livre do catalão para o português]

Fato foi que o contexto de criação do parque, agregando a presença de ruínas de valor arqueológico e arquitetônico, possibilitou ao município demandar subsídios por meio de programas de desenvolvimento existentes, principalmente europeus. Em março de 2000, a Câmara Municipal aprovou pedido ao Conselho Regional do Alt Empordà para a inclusão no Programa Europeu de Assistência Técnica[150] para a Recuperação e acondicionamento do eremitério de Sant Baldiri de Taballera. Como consequência, desde então, o município incluiu o seu patrimônio arqueológico e natural como oferta turística, ampliando, assim, as suas possibilidades de obtenção de rendas de monopólio em caráter singular.

4.4.2 Viure al Poble

A revitalização do centro histórico e a urbanização da orla marítima teve seus recursos provenientes do programa denominado de "Viure al poble[151]". A participação nesse programa foi articulada pelos gestores locais com os gestores na esfera da comarca e regional, o que possibilitou captar recursos para implementação dos projetos. Como fruto desse trabalho da administração pública local, em outubro de 2009, o governo local assinou convênio com o fundo europeu do programa denominado FEDER, para co-financiar cinquenta por cento da implementação das obras urbanísticas previstas no projeto.

Nessa ação, projetava-se reabilitar o bairro histórico do município; promover a atividade econômica do setor terciário; melhorar os serviços públicos e as condições de vida dos residentes; e aprimorar os atrativos arquitetônicos e turísticos do lugar (Figuras 98, 99 e 100). Quase dois anos depois, em agosto de 2011, a Câmara Municipal efetuou o processo de contratação das obras para a execução da "Urbanização das ruas do centro histórico", no entanto, devido a um momento de crise, buscou-se adaptação do projeto para a execução a um custo abaixo do quantificado no projeto técnico. Em março de 2012, através do ofício de registro RE 291/12, o

[150] Em um dos programas europeus LEADER + e INTERREG III, do ano 2000, do projeto intitulado: "Condicionament de l'ermita de Sant Baldiri". Em 05/05, registro número 536/00 de 27/04/00, o pedido foi incluído no Programa o Consell Comarcal de l'Alt Empordà.

[151] O convênio foi assinado com o conselho municipal do Departamento de Governança e da Administração Pública de Girona, em 22 de outubro de 2009 com o objetivo de firmar o acordo de cooperação e fomento via fundo FEDER 2007-2013, Eixo 4, para o projeto "Reabilitação das ruas do centro histórico do Porto da Selva", pelo programa "Viure al poble" do Plano de obras e serviços da Catalunha, durante os anos de 2.011 a 2.012, anuidade 2011. Nesta mesma data foi assinado o acordo de transferência imediata doo montante 615.814,59 euros, referente a 50% do total orçados para operação (1.267.086,92 de euros).

Departamento de Relações Governamentais e Institucionais, via setor de Serviços Territoriais de Girona, informa o apoio ao financiamento para execução do projeto.

A contribuição, segundo registro da ata 15/03/2012, do Ajuntamento de El Port de la Selva, foi de 273.429,73 euros, equivalente a 40% do custo previsto no orçamento. Do montante total, o Ajuntamento contribuiu com 5%, o fundo FEDER, via programa "Viure al poble", com 50%, e a Administração Geral de Gestão Local com 5% do valor global. Nove meses depois, em 20 de dezembro de 2012, aprovou-se o acordo inicial do projeto de urbanização. Em sua estrutura, o projeto tinha como objetivo conectar as ruas do núcleo histórico à orla marítima, pavimentar ruas que foram afetadas por instalações gerais; reurbanizar ruas do centro histórico[152], tendo como propósito ampliar a visitação ao núcleo histórico. A publicação da aprovação definitiva do projeto ocorreu em 03 de abril de 2013[153].

Figura 86 - Urbanização do programa Viure del Poble: a) pavimentação do núcleo antigo; b) Restruturação do passeio marítimo



Fonte: A autora (fevereiro/2018 e outubro/2017)

O projeto apresentava como propósito a modernização de infraestruturas; a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município; ampliação da acessibilidade de pedestres; e o impulso da economia pelo turismo. Para atender a esses objetivos, foram feitas obras de adaptação dos espaços públicos; retirada de barreiras paisagístico-arquitetônicas; obras de drenagem das águas pluviais das ruas;

[152] Foram projetadas obras de recuperação da Rua Major, elemento central do Núcleo, que une as três quadras urbanas do município: Praça Dr. Oriol (envelat), Praça da Constituição e Praça Nadal e Mallol.

[153]. Diário Oficial da Generalitat da Catalunha, número 6347, e Diário Oficial da Província de Girona, número 65, um dia depois, por 683.574 euros.

obras de melhorias do tecido urbano para a acessibilidade de pessoas de mobilidade reduzida; a pavimentação do núcleo histórico como maneira a restringir o tráfego de veículos; adequação da rede de iluminação; e, inserção de mobiliário urbano para maior qualidade do espaço público. Essas obras foram concluídas e adaptadas ao propósito do projeto. Com esse incentivo, foi possível viabilizar melhorias com um baixo ingresso das finanças locais. O projeto de urbanismo idealizou um perfil identitário, ora atendendo à qualidade do entorno, ora não acatando a morfologia do lugar, ora integrando elementos arquitetônicos emblemáticos com outros inéditos. Todos esses artifícios foram introduzidos com o propósito de valorar a oferta turística e imobiliária do povoado.

Figura 99 - Pavimentação do passeio marítimo à leste da baía



Fonte: A autora (março/2018)

Figura 100 - Urbanização do programa “Viure del Poble”: a) Caminho de Ronda na orla marítima a oeste da baia; b) Pavimentação e inserção de mobiliário urbano no passeio marítimo





Fonte: A autora (fevereiro/2018 e novembro/2018)

4.5. Confraria de pescadores e o turismo imobiliário

A inserção da atividade turística no povoado foi vista com bons olhos por toda a população local pela sua possibilidade de criar emprego e renda na atividade de serviços, construção civil e mercado imobiliário. Na condição de proprietária de um patrimônio valioso, a Confraria de Pescadores de El Port de la Selva tem aproveitado a atividade turístico-imobiliária como uma oportunidade de obter lucros, desde a década de 1960. Esta perspectiva se abriu no ano de 1961,[154] quando a entidade decidiu reformar os seus imóveis para absorver as exigências do mercado turístico-imobiliário, e, assim, iniciar atividade no terceiro setor. Reformas e ampliações têm sido realizadas primeiramente a pedido de seus arrendatários e, em seguida, por sua própria iniciativa.

No decorrer dos anos, os imóveis da Confraria têm sido arrendados para diversos tipos de serviços, incluindo hotel, café, livraria, restaurante, pizzaria, supermercado e agência bancária. Entretanto, a Confraria não somente torna-se arrendadora de imóveis, como também passa a atuar como uma empreendedora do novo setor. Um apart-hotel foi construído no ano de 2007 e um bar foi reformado e montado em estilo boutique (Figura 101).

Figura 87 - Imagem interna do Bar el Rebost, pertencente à Confraria de Pescadores de el Port de la Selva



Fonte: A autora (janeiro/2018)

[154] Ata da assembleia da Confraria de Pescadores, de 22 de outubro de 1961.

Esse bar foi projetado para oferecer uma dupla função, a prestação de serviços de bebidas e iguarias locais[155], enquanto turistas assistem à realização do leilão da venda do peixe. Este projeto foi aprovado no ano 2011 e, neste mesmo ano, deram-se os passos para que fosse concretizado. No ano de 2015, foi outorgada, via FEP (Fons Europeu de la Pesca), a reforma deste espaço, juntamente com a aquisição de uma máquina de gelo e reforma da casa de propriedade da Confraria na praia de Cala Prona, por um total de 250.000 euros.

Além disso, o crescimento da população, na década de 1980, enfrentou o problema de pouca oferta de moradias para a população local economicamente ativa, fato que gerou a iniciativa pela Confraria de construção de moradias de cunho social. Diante deste fato, no ano de 2001, a Confraria empreendeu esforços para a construção e fomento de edifícios de apartamentos para pescadores e funcionários da Confraria em caráter VPO (Vivendas de Proteção Oficial), situado na Urbanização de Selva do Mar. O processo, inicialmente, foi bastante burocrático e a conclusão dos últimos apartamentos ocorreu somente em 2006, quando a Confraria realizou concursos para intermediar o financiamento e entrega dos apartamentos.

Esta prática de locação dos imóveis por essa entidade alcançou uma importância econômica significativa, a tal ponto que, em muitos anos, como em 2001 e 2005, o balanço da organização somente obteve saldo positivo por causa dos ingressos financeiros representados por esse mecanismo. Em alguns casos, como em 2007, no qual o orçamento foi negativo, a situação só não foi pior por conta dos ingressos dos aluguéis. Por conta da dimensão do patrimônio e a entrada de novas embarcações com tripulação exógena - proveniente de outros estados da Espanha e de países como Marrocos, Senegal e Romênia - que os antigos associados anteriores pleitearam a desvinculação do patrimônio da Confraria[156] da atividade de pesca[157]. Contudo, nem sempre o mercado imobiliário se apresentou vantajoso. Em alguns anos, como em 2011 e 2014, foi necessária a diminuição no valor das locações dos imóveis por conta da redução da demanda turística. O próprio apart-hotel, para o qual havia sido feito estudo de rentabilidade, teve que ser alugado por um preço inferior ao que havia sido projetado inicialmente.

[155] O espaço é selecionado para vitrine e venda dos produtos beneficiados produzidos pela Confraria, como anchovas e outros pescados, e outros produtos como vinhos de fabricação local.
[156] A rejeição à homogeneização cultural causada pela globalização também forma parte dos atuais processos urbanos locais.
[157] Ata da assembleia da Confraria de pescadores de 26 de janeiro de 2001.

Conclusão: a relação da Confraria de Pescadores com a atividade turístico-imobiliária reflete a existência de mudanças ao longo do tempo nas práticas sociais e econômicas neste pequeno povoado. Embora as transformações espaciais não tenham sido intensas como noutros lugares litorâneos da Catalunha, elas aparecem claramente na morfologia urbana deste lugar, como reflexo da própria transformação da morfologia social, antes composta majoritariamente por pescadores artesanais e pequenos agricultores, atualmente formada predominantemente por aposentados e empresários que dispõem de patrimônio imobiliário e econômico bastante distinto da realidade que caracterizava este pequeno povoado costeiro no passado.

4.6 Reflexões sobre o caso de El Port de La Selva

Durante o transcorrer histórico do pequeno povoado pesqueiro e também campesino de El Port de la Selva, modos de vida e técnicas e práticas voltadas ao mar e ao campo foram implementadas, disseminadas, abandonadas ou reativadas, segundo as necessidades do momento, à medida em que diversos fatores influenciaram a conjuntura social, econômica e política local. Por exemplo, a vinha, o horto e a pesca experimentaram em seus ciclos momentos de auge e de declínio, alguns acompanhados de reativação do setor e outros de absoluto abandono. No que concerne à atividade de pesca, até a década de 1950, ela era vantajosa e possibilitou labor para um relevante número de mãos trabalhadoras. A Confraria, como entidade de classe, conseguiu ampliar o seu patrimônio e, através do emprego de cooperativas de consumo e venda, possibilitou a população ocupada no setor encarar as situações socioeconômicas adversas entre 1920 e 1950. Contudo, uma nova crise, em meados de 1950, veio a modificar esse contexto anterior no qual os trabalhadores enfrentavam de forma positiva as dificuldades que apareciam. Com a mencionada crise, praticamente todos aqueles que tinham a pesca e seu beneficiamento como atividade principal, e que não dispunham de propriedades imobiliárias ou embarcações, muitas vezes sendo o segundo ou terceiro filho de famílias numerosas, não vislumbraram outra alternativa que não fosse buscar oportunidades de vida em outro lugar. Em decorrência de circunstâncias semelhantes ao citado acima, *gent del poble* e gente que havia migrado para o povoado por conta da pesca, nos seus momentos de bonança, no transcurso de uma década deixaram este petit[158] povoado.

[158] Termo usado recorrentemente na literatura e documentos que fazem referência ao povoado.

Por outro lado, aquelas famílias que dispunham de propriedades, como lotes de vinhas e hortos, se mantiveram mais facilmente no povoado, mesmo em momentos de crise, com a exceção de situações bastante adversas, como, por exemplo a Guerra Civil. Para esses, a chegada do turismo foi “la sort del poble” (a sorte do povoado), como é dito por muitas bocas locais. A vantagem de ter uma propriedade possibilitou alugá-la ou vendê-la. A prática da venda de parte do patrimônio possibilitou a capitalização para beneficiamento do restante do patrimônio. Além disso, os poucos residentes que permaneceram no povoado, um pouco mais de 700, na década de 1960, por meio de uma justaposição de interesses se ajudaram mutuamente para que a atividade turística pudesse ocorrer. E, nesta justaposição de interesses, contaram com o apoio dos legisladores e gestores locais, que, principalmente no período ditatorial, apoiaram esses pequenos proprietários para que a atividade turística permanecesse em mãos locais. Decorrente desta estratégia, muitas famílias puderam ascender economicamente, algumas muito mais que outras, mas, mantendo um certo equilíbrio econômico e social entre aqueles que se mantiveram no povoado.

Como mencionado anteriormente, as atividades turísticas e imobiliárias passaram por ciclos de auge e de declínio. Os momentos de auge, assim como a reativação da pesca, como era de se esperar, atraíram novos residentes ao povoado, como também trabalhadores temporários na estação turística e pesqueira. Contudo, o número daqueles que se fixaram ficou aquém a outras realidades, por duas razões principais: a primeira foi a resistência da gestão local em relação ao recebimento de novas embarcações e pescadores no momento da reativação da pesca, fato que propiciou, numa situação inversa, o rápido abandono do povoado, no declínio da pesca. A segunda razão foi causada pela atividade turística e imobiliária não ter crescido em determinados períodos como em outros lugares costeiros, a exemplo dos municípios vizinhos de Llançà e Cadaqués. Sobre isso, vale uma reflexão. Verifica-se que o desenvolvimento turístico e imobiliário foi controlado por circunstâncias legais urbanas e militares e por tomadas de decisões locais, no âmbito da gestão municipal. Isso contribuiu para que o povoado impedisse a inserção de outras pessoas e o grande fluxo de capitais. Fato é que essas circunstâncias possibilitaram a conservação de determinados valores culturais locais, assim como uma compassada mudança da paisagem, sem severas interferências visuais, mesmo tendo ocorrido um significativo aumento de urbanizações e edificações na área urbana municipal. Contudo, permanece a indagação o que ocorrerá com o povoado quando população

residente, considerada *gent del poble*, falecer. Porém, enquanto estão vivos e à frente da tomada de decisões no que diz respeito a esses assuntos, parece que o quadro tende a permanecer com poucas mudanças, mesmo não tendo experimentado em tempos recentes momentos de auge da atividade turística e imobiliária, como ocorre em outras épocas.

III PARTE – O CASO DE ALAGOAS: ROTA DOS MILAGRES

Figura 88 – Aquarela da Foz do Rio Manguaba, em Porto de Pedras, Alagoas, Nordeste do Brasil



Fonte: Flávia Araújo (2019)

O que caracteriza a costaneira marinha são as introjeções de manguezais e rios: do Manguaba com salinas a montante[...]; os manguezais da visão labiríntica do Tatuamunha, cortado de esteiros o do Camaragibe, de mangues galheiros cereíbas [...]. Uma riqueza de vegetais e animais, reinos de caranguejos do mar, sítios de viveiros para cria dos peixes marinhos, ninhais de pombas selvagens à época que frutam os mangais. E os bastos coqueirais à beira-mar, longos, densos e largos como os do Toque, entremeados de mangabeiras e guajurus.

Dirceu Lindoso (2000)

Esta parte do trabalho apresenta aspectos do estudo de caso brasileiro. Adotamos como recorte espacial dois municípios alagoanos, isto é, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, situados no litoral norte deste estado. Primeiro, situaremos seus aspectos físicos, geográficos, históricos, econômicos, demográficos e culturais para que se possa contextualizar a formação e particularidades da trajetória deste território que são importantes para o estudo.

Em um segundo momento, nos deteremos na análise sobre como o surgimento de novos produtos nessa parte do Estado de Alagoas – turístico-imobiliário – vem integrando antigos e novos capitais, possibilitando a criação de novas práticas e usos e, ao mesmo tempo, que vem suplantando ou alterando em maior ou menor profundidade antigas práticas, como a pesca e agricultura, convertendo territórios pesqueiros-rurais em territórios turístico-imobiliários. Assim como, a inserção de novos atores e capitais vem convertendo a uma nova dinâmica práticas, usos, relações e significados. As atuais iniciativas que estão sendo desenvolvidas na região se desenrolam em vários níveis e em múltiplas relações que envolvem antigas práticas, a atividade turística e a conservação ambiental. A apropriação do discurso tradicional e ecologista tem sido adotado em uníssono, mas existem muitas contradições nas falas e ações dos agentes envolvidos. Compreender como a atividade turística de maneira transversal afeta cenários e relações, divergentes e convergentes, dentro de um discurso de desenvolvimento e preservacionista é o propósito do texto que se segue.

Figura 89 - Imagem da praia de São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (dezembro/2016)

Capítulo 5: ENTRE RESTINGAS, RIACHOS E OITEIROS: POVOAÇÕES

Ao adentrar neste caso de estudo, penetramos num universo que nos figura poético e onde o devir entre os seres parece persistir ainda com referências identitárias. Na praia, percebe-se sempre alguma jangada singrando no horizonte, redes ora são arremessadas, ora estão sendo fiadas ou simplesmente contribuem com a figuração daquele cenário. Na paisagem desse ambiente, pessoas estão a todo momento presentes, sentadas e conversando nas calçadas; transitando por veredas e atalhos; ou imersos na simples, e ao mesmo tempo complexa, prática cotidiana. Nessa atmosfera, ronda um rápido processo de mudança, sotaques e novos idiomas se avizinham. O movimento de veículos cresce e a transformação da paisagem transcorre a cada novo instante. Assim, a vida nesses povoados prossegue não mais de forma lenta, mas também distante de ser vertiginoso. As relações entre os que habitam e que por ali transitam ocorrem de maneira diversa, às vezes dialogando, às vezes resistindo, às vezes incorporando mudanças.

Figura 90 - Imagem da praia da Lage de Porto de Pedras



Fonte: A autora (novembro/2016)

Na imersão no território, no início desse estudo, a paisagem formada pelo recorte espacial que compõe os municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres parecia, instante a instante, se repetir. As cenas do cotidiano, frequentemente, coincidiam, ao passo que pessoas aparentavam pertencer a um mesmo lugar, do mesmo município, em uma espécie de urdidura contínua. Mas, em

realidade, embora existam laços estreitos entre os povoados, e entre os municípios, para o olhar nativo, os lugares são claramente distintos uns dos outros. A conexão desses lugares se faz pela própria morfologia da paisagem que se articula ao longo e em ambas as margens de uma mesma rodovia (AL-101). Uma rodovia que, para os munícipes, historicamente funciona como rua, como espaço de concentração e comunicação como parte da vida cotidiana. O comércio se concentra na pista, as escolas se situam às margens da pista, as unidades básicas de saúde se localizam nas imediações da pista, as igrejas de diferentes matizes religiosos[159] ficam igualmente ao longo da pista. A vida social se reúne na pista, mas, também, se encontra na praia. Na praia, para a maioria, se angaria a subsistência, se retira o alimento, e, também, se realizam momentos de lazer. As memoráveis histórias dos lugares envolvidos no estudo estão conectadas ao mar e à praia. Quem é dali, bastante provável, terá algo para contar, mesmo não percebendo a sua importância. Os sítios, os coqueirais, situados, em grande parte, no entremeio da pista e da praia, exibem semelhante valor para o viver cotidiano. Entre eles, sobre eles, caminhos foram criados, caminhos feitos para o transitar da vida cotidiana. Mas também, por imposição de novas dinâmicas, caminhos são, pouco a pouco, desfeitos. Em ritmo semelhante, aos caminhos e acessos fechados, novos usuários chegam à pista e, principalmente, à praia, para contemplar a singularidade do seu mar.

Lugares que exibiam uma vida social e cotidiana voltada para o exercício da pesca, agora fracionam-se para obedecer a fins atuais e responder a novas demandas. Como um *patchwork*[160] (DELEUZE; GUATTARI, 1997c) de interesses, que ora se interligam – de forma harmônica – e ora se distanciam – cumprindo ordens extra-locais[161]. O mar – não mais exclusivo de jangadas e do exercício da pesca – compete com numerosas embarcações para satisfação do viajante e o emprego de prestadores de serviços turísticos.

Porto de Pedras parece, a princípio, demonstrar uma perfeita harmonia entre o natural e o edificado, entre o homem e suas técnicas. Ao penetrar em sua paisagem,

[159] Com exceção das práticas religiosas afrodescendentes que, por conta da intolerância religiosa a esse tipo de prática, historicamente funcionaram em uma situação de clandestinidade e oculta aos olhares do cotidiano, como mecanismo usado para evitar retaliações e perseguições.

[160] Uso do conceito relacionado ao sentido figurado de uma colcha de retalhos. Deleuze e Guatarri, usam o conceito de *patchwork* porque tanto em aspecto ela é distinta como na prática necessita de várias mãos que se dedicam cotidianamente para que ela exista.

[161] A localidade está localizada na APA Costa dos Corais, que em seu Plano de Manejo delimita áreas exclusivas para pesca, exclusiva para o turismo, e fechadas, as quais são exclusivas para reprodução da vida marinha; além disso é necessário obedecer a regras como defeso.

é possível vislumbrar de imediato a sua vocação para a pesca, para a cultura do coco, como também para o turismo. Um lugar que traz em sua fotografia características de uma cena paradisíaca, de um povoado bucólico, em um lugar distante. A velocidade do seu tempo parece ser outra, e, nos remete a uma realidade bastante distante dos centros urbanos. Neste cenário, três rios - Manguaba, Lages e Tatuamunha – demarcaram, juntamente com o mar, a formação socioespacial deste território, assim como foram testemunhas de fatos históricos.

Se não fossem os sítios que penetram o interior da área rural, poderíamos dizer que Porto de Pedras é uma cidade formada apenas de um arruado principal e algumas poucas ruas transversais. Perante esta rua-rodovia, pessoas em diferentes idades e de diferentes aspectos transitam. Salinas, Centro, Curtume, Lages, Palmeira e Tatuamunha são povoados que apresentam seu respectivo comércio, suas igrejas, creche e escola, lavanderia pública[162] e pelo menos uma comunidade pesqueira que possibilita uma vida cotidiana autônoma em relação aos outros lugares. Numa percepção de onde pertencem comumente se fala “lá em Porto de Pedras” ou “Porto de Pedras não, em Salinas” ou “antes de Porto de Pedras” como se Porto de Pedras fosse considerado mais uma localidade ou um povoado e não o nome do município.

São Miguel dos Milagres se revela, assim como Porto de Pedras, em uma ambiência quase contínua, facultando a sensação de estar cruzando cidades-lugarejo constantemente. No intermédio, vastos sítios de coqueirais se estendem pela rodovia entre os trechos formado pelos povoados Riacho, Toque, Porto da Rua e a sede municipal. Casas simples e comércio, afastados do mar, embora não longínquos, se pronunciam aos que passam pelo lugar. Na rodovia, depara-se com placas que indicam ao visitante que ele está nos Milagres e a localização de pousadas requintadas. Poucas ruas residenciais avançam para perto do mar, e a cidade que se criou intimamente ligada a portos e barcos agora é levada ao movimento da estrada. Em frente ao mar, que nas marés baixas vira uma ‘piscina rasa’, que podem ser percorridas longinquamente, jangadas coloridas aparecem, enquanto barcos de pesca, maiores, flutuam mais distantes da praia. O fluxo sazonal do turismo movimenta a economia do lugar, e afeta diretamente a vida de antigos e novos residentes.

[162] As lavanderias públicas de Porto de Pedras são estruturas situadas nos povoados do município ao longo da rodovia. Observar, geralmente mulheres, lavando roupas no decorrer do dia é uma cena corriqueira. No passado as mulheres iam em grupos aos rios da região para realizar a lavagem das roupas de toda a família.

Esses lugares há pouco mais de duas décadas eram conhecidos apenas pelas suas praias e povoados - Porto da Rua, Oiteiro, Tatuamunha, Lages. Em um contexto recente, estes povoados foram inseridos em um novo recorte turístico, denominado, a princípio, de Rota Ecológica[163], por exibirem a paisagem preservada como atrativo. Para mais, a realização de uma festa de ano novo em 2011, autodenominada de 'Réveillon dos Milagres', colocou esse recorte espacial em evidência nas mídias nacionais e internacionais. O efeito midiático dessa festa foi tão frutífero que, nos anos seguintes, surgiram novas versões da festa a cada ano e a ponto de se ter criado outras festas como o 'Carnaval dos Milagres'. Esse contexto influenciou para que o nome Milagres fosse incorporado à denominação Rota Ecológica dos Milagres[164] na rodovia AL 101 Norte, em um trecho, de 23 quilômetros, de Barra de Camaragibe, no município de Passo de Camaragibe, ao Povoado Salinas, nas imediações da Balsa, em Porto de Pedras.

5.1 Aspectos físico-espaciais

Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres são dois municípios litorâneos do Nordeste[165], uma das cinco macrorregiões do Brasil, situada, a grosso modo, entre o paralelo do Trópico de Capricórnio e o Equador. Em comparação com as outras regiões brasileiras, o Nordeste apresenta o terceiro maior território, a segunda maior população (IBGE, 2010), o terceiro maior PIB (IBGE, 2009), mas também o menor IDH (2017) do Brasil. Essa região se forma por nove dos 27 estados existentes no Brasil[166].

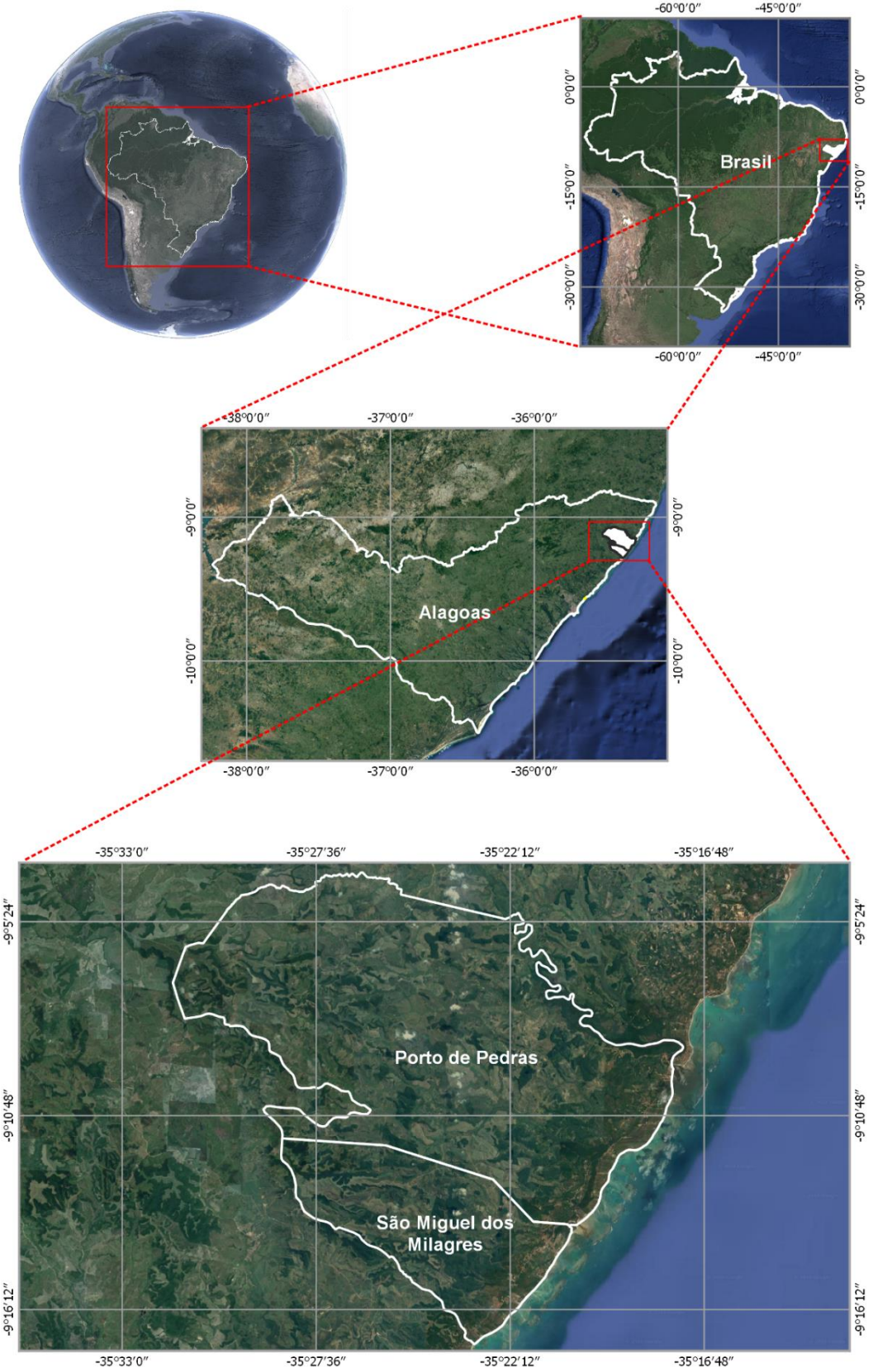
[163] Segundo Carvalho (2014), para a origem da nomenclatura Rota Ecológica existe mais de uma versão, a melhor aceita se deve a uma matéria feita pelo jornalista Ricardo Freire em um blog intitulado 'Viaje na Viagem', que se hospedou em uma das pousadas e denomina essa região pelas suas características ainda preservadas naturalmente, e afastadas de ofertas turísticas de massa.

[164] O nome Rota Ecológica dos Milagres foi incorporado por meio do Decreto Estadual No 34.433, de 21 de julho de 2014, o qual designa o trecho da Rodovia AL 101 Norte de Estrada Parque – Rota Ecológica dos Milagres. O argumento da criação de decreto considera que "[...] a tradição dos eventos realizados nas praias dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras; [e] que tais eventos integram o trade turístico local atraindo turistas nacionais e internacionais para aquela região, com repercussão no seu desenvolvimento econômico e social".

[165] A Região Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969. Em função de suas diferentes características físicas, a região é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata. O Nordeste foi o berço da colonização europeia no país, uma vez que nela ocorreu a descoberta do Brasil e se consolidou a colonização exploratória que consistia inicialmente, em suma, na extração do pau-brasil (ou pau-de-pernambuco), cuja tinta da madeira era utilizada para tingir as roupas da nobreza do Velho Mundo. Com a criação das capitanias hereditárias em 1534, foi fundada a Vila de Olinda, e anos mais tarde deu-se o início da construção da primeira capital do Brasil, Salvador, para abrigar o governo-geral. O Nordeste foi também o centro financeiro do Brasil até meados do século XVIII, uma vez que a Capitania de Pernambuco foi o principal centro produtivo da colônia e Recife a cidade de maior importância econômica.

[166] O Brasil é compreendido por 26 estados federativos e o Distrito Federal, distribuídos em cinco regiões denominadas conforme sua posição geográfica. A região Norte é composta pelos estados do Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO); a Sul por Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS); o Sudeste por Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); o Centro-Oeste por Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e o Distrito Federal (DF) e; o Nordeste por Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE).

Figura 91 - Mapa e localização dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres



Fonte: Mapa feito por Esdras Andrade (2019)

Ambas municipalidades se situam no litoral norte do Estado de Alagoas. Dentre os estados brasileiros, Alagoas[167] é o segundo menor em área, 27.778,506 km², sendo ligeiramente maior que o Haiti. O estado alagoano é referência pela sua diversidade folclórica e pela gastronomia rica em mariscos, como sururu - um marisco que ocorre em ambiente lagunar.

Contudo, o Estado de Alagoas apresenta os piores índices de desenvolvimento humano (IDH) e as maiores taxas de vulnerabilidade social do país. O seu passado foi, por anos, marcado por ser o maior índice de mortalidade infantil e, ainda apresenta, um alto índice de evasão escolar. Embora apresente taxas de desenvolvimento humano ainda muito baixas, o Estado conta com um valioso patrimônio paisagístico, tanto litorâneo como no seu interior, que tem servido como oferta para o desenvolvimento turístico do estado, fato que tem tornado a atividade bem-vinda a boa parte das localidades, pela expectativa de geração de renda.

O município de **Porto de Pedras** apresenta área de 257,39 Km² de baixa densidade demográfica[168] (30,94 hab./km²), concentrada na costa, e uma taxa de urbanização de 56,92% (SEPLAG/SINC-AL, 2018). O município distancia-se 109 km da capital de Alagoas, Maceió, e situa-se nos limites, com os municípios de Porto Calvo (a norte e leste), Japaratinga (ao norte), Passo de Camaragibe (ao sul), São Miguel dos Milagres (a oeste) e o Oceano Atlântico (a leste). Nos 23 quilômetros da Rodovia denominada de Rota Ecológica dos Milagres, Porto de Pedras situa-se entre o Km 13 e o Km 23.

São Miguel dos Milagres apresenta uma área municipal de 76,74 km² e densidade demográfica[169] bastante superior Porto de Pedras, de 93,33 hab./km², com uma clara concentração no Povoado de Porto da Rua, e uma taxa de urbanização de 31,56% (SEPLAG/SINC-AL, 2018). O município limita-se ao norte com os municípios de Matriz de Camaragibe, Porto de Pedras e Passo de Camaragibe; ao sul com os municípios de Barra de Santo Antônio e São Luís do Quitunde; a oeste com o

[167] Ao todo, compõe o estado do Alagoas um total de 102 municípios, dos quais os mais populosos são Maceió (a capital), Arapiraca, Palmeiras dos Índios e Rio Largo. Entre os estados brasileiros, é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar e coco-da-baía. Inicialmente, o território alagoano constituía a parte sul da Capitania de Pernambuco, só vindo a conquistar sua autonomia em 1817. Sua ocupação decorreu da expansão para o sul, da Capitania de Pernambuco, para o plantio da cana-de-açúcar, que necessitava de novas áreas de cultivo. Surgiram, assim, Porto Calvo (historicamente centro administrativo do recorte territorial deste estudo), Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro) e Penedo, núcleos que orientaram, por muito tempo, a colonização e a vida econômica e social da região.

[168] Densidade demográfica relativa ao ano de 2017 do Perfil Municipal Porto de Pedras, de acordo com os dados coletados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, publicado em 2018.

[169] Densidade demográfica relativa ao ano de 2017 do Perfil Municipal São Miguel dos Milagres, de acordo com os dados coletados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, publicado em 2018.

município de São Luís do Quitunde; e a Leste com o Oceano Atlântico e distancia-se 93,6 km de Maceió.

Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres inserem-se na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião do Litoral Norte de Alagoas. A região exibe platôs de origem sedimentar de grau de entalhamento variável que se mesclam com vales estreitos e encostas abruptas, extensões abertas com encostas suaves e fundos com amplas várzeas e apresentam altitudes, nas sedes municipais, que variam de 1 a 55 metros[170]. Caracterizam-se por um clima tropical de verão seco, com baixo índice de precipitação nesse período do ano. Já o inverno e outono de maneira inversa apresentam-se bastante chuvosos. A temperatura, durante todo o ano, apresenta médias que variam entre 19º e 35º (CPRM, 2005). Embora as temperaturas possam variar para altas temperaturas, a sensação térmica ao longo de todo o ano é amena. Isso é reflexo da ação dos ventos e pelas localidades apresentarem uma camada vegetal extensa em todo o seu litoral. A sensação de calor concentra-se nas imediações da rodovia.

5.2 Caracterização Histórico-cultural

Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres carregam na sua história uma relação estreita com o processo de *Plantation*[171] da cana de açúcar desde o final do século XVI até o presente. Até meados do século XX, as transformações socioespaciais que tiveram lugar na região acompanharam um processo de expansão da cana[172], crises, o declínio dos chamados engenhos banguês, os processos de luta pelo território entre holandeses[173] e lusitanos, catequese, e também extermínio de

[170] O relevo do Estado de Alagoas é marcado pela presença de planícies, planaltos e a chamada depressão sertaneja, apresentando altitudes que, em média, não ultrapassam os 300 metros, salvo alguns locais de maior elevação, com destaque para a Serra da Santa Cruz, cujo ponto mais alto se encontra a 844 metros acima do nível do mar. Nas regiões marcadas pela predominância da depressão sertaneja, manifesta-se o clima semiárido, característico do chamado Sertão nordestino. No caso do recorte territorial deste estudo, que se situa no litoral, o clima é tropical úmido, com um regime maior de chuvas nos pontos mais próximos da costa.

[171] *Plantation* é nome adotado para especificar um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura e processamento industrial para exportação. No passado, tinha como características ser realizado em latifúndios e utilizar mão de obra escrava. Este modelo foi utilizado no período da colonização das Américas, África e Ásia.

[172] O plantio da cana de açúcar foi a alternativa encontrada pela coroa portuguesa para obter a dupla vantagem: recursos econômicos e soberania territorial, diante da anulada expectativa inicial de encontrar ouro e prata. O açúcar foi o mais importante produto agrícola comercializado na Europa, e até ser plantando nas Américas era um produto valioso e produzido em pequena escala.

[173] Em 1631, a ocupação holandesa que se encontrava em Pernambuco se estendeu a Alagoas. Até 1645 o território abrangido por Porto Calvo lidou com intensos combates e tentativas de avanço das tropas batavas para novos núcleos, quando foram vencidos e expulsos pelas tropas portuguesas. Segundo documentos históricos, a primeira ocupação neerlandesa de Porto de Pedras ocorreu em 14 de maio de 1633, quando a artilharia da esquadra holandesa fez fogo sobre a povoação e destruiu várias embarcações portuguesas ali ancoradas. Nesse episódio a povoação foi incendiada e com a reconquista definitiva de Porto Calvo pelos portugueses, Porto de Pedras foi reconstruída. Em consequência destes embates a economia local se desorganizou

indígenas potiguares e, a formação, assim como a destruição, de quilombos de escravos fugidos, localizados em terras um pouco afastadas do litoral. Essa conjuntura histórica refletiu no povoamento e nas migrações para as localidades da região do estudo. O território que forma ambos municípios tem reminiscências da antiga Sesmaria[174] de Santo Antônio dos Quatro Rios, cujo centro político-administrativo se situava em Porto Calvo. Segundo Diegues Jr (2006), a colonização da região de Porto Calvo pelos irmãos alemães Christopher Linz e Sibald Linz ocorreu espalhada em pequenos povoados que, conforme características geográficas e comerciais, deram origem às cidades que são conhecidas atualmente, a maioria transformada em municípios a partir do século XIX. Em 1608, o alcaide-mor de Porto Calvo, Christopher Linz, repartiu e doou o território que compreende Porto de Pedras para o seu sobrinho Rodrigo Barros Pimentel, conforme trecho da carta de doação abaixo:

> [...] dou e faço doação deste dia para todo o sempre em nome do dito senhor Rodrigo de Barros Pimentel meu sobrinho de hua sorte de terras que está vago em Tatuamunha que pelo norte no riaxo das lages[175] no cítio goitizeiro e holhos d´agua com hua legoa de terra [...] (DIEGUES JR, 2006, p.34).

Porto de Pedras, denominada a princípio de Porto Real, e, logo depois de Águas Belas, nasceu como estratégia geográfica e militar, numa povoação concomitante ao núcleo central de Porto Calvo. Enquanto Porto de Pedras situava-se na foz do rio Manguaba, margeando o mar, entre outeiros e a restinga do Bitingui (atual município de Japaratinga); Porto Calvo situava-se na colina, ao pé do planalto e entre matas de chã (LINDOSO, 2000). Em 5 de dezembro de 1815, por Alvará Régio,

---

e a mão de obra escrava, negra, de diversos engenhos fugiram para as matas criando aldeamentos denominados quilombos. Os negros só foram dominados completamente no final do século XVII, com a destruição do quilombo mais importante, o de Palmares.

[174] A distribuição de Sesmarias foi uma prática institucionalizada na colonização portuguesa da América, que tinham como objetivo criar as condições para o cultivo e a povoação das novas terras conquistadas. No Brasil, a Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, por meio de medida administrativa, a partir da constituição das capitanias hereditárias, em 1534, quando as capitanias hereditárias deveriam ser divididas em partes menores. A distribuição de sesmarias incluía ainda deveres de cultivo durante certo período, estipulado através das cartas de Sesmarias — os documentos emitidos pelas autoridades que permitiam a doação das terras. No caso dos colonos portugueses na América, estes tinham o prazo de cinco anos para cultivá-las e pagar os tributos devidos à Coroa Portuguesa. Porém, essa obrigação foi raramente cumprida. Muito embora, a sesmaria, assim como as capitanias hereditárias, não garantia ao donatário a propriedade das terras, mas sim direito de usufruto para o cultivo, as sesmarias estiveram na origem dos grandes latifúndios no Brasil. A distribuição de grandes extensões de terras a um único sesmeiro e a utilização de terras que não estavam dentro dos limites estipulados pelas cartas de Sesmarias contribuíram para a desigual distribuição de terras no Brasil, uma das causas da desigualdade social ainda vigente no país. Esse sistema de divisão e distribuição de terras somente foi abolido quando houve o processo de independência, em 1822. Além disso, nem sempre eram os sesmeiros que cultivavam a terra. Apesar do impedimento de alugar, arrendar ou vender as terras, muitos sesmeiros assim o faziam aos chamados posseiros. A existência dos posseiros dificultava o controle da Coroa sobre a distribuição das terras. Tal situação levava ainda a Coroa a tentar restringir os direitos dos sesmeiros sobre as terras doadas. Uma regularização efetiva da situação fundiária somente ocorreria durante o Império, através da Lei de Terras de 1850. (PINTO, BRASIL ESCOLA).

[175] Segundo Diegues Jr (2006, p. 36-37), possivelmente o riaxo das lages refere-se ao Riacho das Lages que banha o povoado de Lages em Porto de Pedras.

Porto de Pedras se desmembrou de Porto Calvo e transformou-se em vila. Em 1835, foi elevada à freguesia[176], sob a invocação de Nossa Senhora da Glória - atual padroeira do município -, e finalmente, em 1921, à categoria de cidade[177].

São Miguel dos Milagres, assim como Porto de Pedras, apresenta um território marcado pela ocupação e disputa entre portugueses e os holandeses, em meados do século XVII[178]. Na circunstância de conflito, residentes de Porto Calvo migraram para colina de Mata Redonda, atual território de São Miguel dos Milagres, para se esconderem da ocupação batava. Os holandeses, em 18 de janeiro de 1636, intentaram ocupar a colina e render as tropas portuguesas, mas, após uma longa batalha, foram expulsos. A permanência portuguesa formou uma povoação que recebeu o nome de Freguesia Nossa Senhora Mãe do Povo, em homenagem a uma pequena capela construída à Mãe de Jesus.

O atual nome do município tem sua origem em uma lenda ligada ao Arcanjo São Miguel. Segundo a mesma, um pescador encontrou próximo à praia uma peça em madeira envolta de musgos e algas e a levou para casa. Sem ainda saber que se tratava da imagem do arcanjo, ele lavou a peça e a água escorreu por suas pernas, que se encontravam feridas, e de imediato as chagas começaram a desaparecer. Ao identificar que a imagem se tratava de São Miguel Arcanjo a notícia se espalhou, atraiu pessoas em busca de alguma cura ou milagre e, por conta desse episódio, o povoado veio se chamar de São Miguel dos Milagres[179]. Em 1864, o povoado, ainda distrito de Porto de Pedras, foi elevado a vila[180] e em 1960 se desmembrou de Porto de Pedras quando alçou a atual categoria de município[181].

---

[176] Pela resolução de provincial nº 17, de 28 de abril de 1835.

[177] Pela Lei nº 903 de 09 de junho de 1921. Entre 1864 e 1868, a vila de Porto de Pedras foi suprimida e anexada a Passo de Camaragibe, pela Lei nº 438, de 4 julho de 1864, e novamente restaurada pela Lei nº 505, de 26 de novembro de 1868. A divisão administrativa de Porto de Pedras foi constituída entre 1911 a 1933 de dois distritos, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres; entre 1936 a 1955 de três distritos, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Tatuamunha; e entre 1960 a 2017 em apenas os distritos de Porto de Pedras e Tatuamunha, quando São Miguel dos Milagres se emancipou.

[178] Em 14 de maio de 1633, os holandeses guiados por Calabar entraram pela barra do Porto de Pedras com seis navios e oito barcaças. Neste episódio, três embarcações portuguesas foram afundadas, parte da povoação de Porto de Pedras foi incendiada e habitantes foram degolados. Em 1636 ocorreu uma outra batalha no engenho situado na colina de Mata Redonda, situado no atual território de São Miguel dos Milagres.

[179] Esta lenda e justificativa do nome foi coletada por depoentes no processo de investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem para identificação de patrimônio imaterial para o Registro de Inventário do Patrimônio Imaterial (INRC), em dezembro de 2015.

[180] Distrito criado pela lei provincial nº 417, de 09 de junho de 1864.

[181] Através da lei estadual de 2239, de 07 de junho de 1960 São Miguel dos Milagres elevou-se a categoria de município.

Figura 92 - Imagem da capela, da Bica e da Imagem de São Miguel Arcanjo, em São Miguel dos Milagres




Fonte: A autora (agosto/2019)

Porto de Pedras apresenta um conjunto arquitetônico com traços predominantemente lusitanos e, assim como São Miguel dos Milagres – que no passado era a sua continuação –, apresenta, em muitos trechos, até a Barra de Camaragibe, a configuração espacial de praticamente uma única rua. Sobre a cidade de Porto de Pedras, Lindoso nos relata:

> Uma cidade praticamente uni-rua: um casario de rua estreita apertado entre o outeiro e o rio. Uma cidade estreita, espichada como língua de gato, o que lhe dá a graça pois a ria e os manguezais, os corados aratus correndo nos bancos de areia e as curvas do rio que lhe dão sedução. Uma cidade até hoje obediente aos caprichos do lagamarda Ratéia, que lhe invade a ria. Uma cidade ao seu modo obediente aos caprichos do rio e às razões do mar (LINDOSO, 2000, p.14).

Segundo Lindoso (2000, p. 182), a formação societal de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres baseou-se em uma sociedade patriarcal-escravocrata que era constituída pelos donos de extensos latifúndios, negros escravos, índios servos, e colonos brancos pobres de origem europeia. A inexistência de uma classe média rural era outra característica dessa sociedade. O senhor das terras possuía poder de lei dentro dessa sociedade. Ele decidia, cedia, mandava e desmandava em tudo que estava sob o domínio do seu território. Desde o começo da colonização, o uso da violência era uma prática adotada, inicialmente realizada por subordinados armados ou milicianos que eram convocados para defender o patrimônio açucareiro de invasões estrangeiras; exterminar índios potiguares[182] que se opunham à

[182] Na referência de Lindoso (2000) aparece o nome “Pitiguar”.

catequização e às imposições dos colonizadores; identificar e destruir quilombos que por ali floresciam; e, ainda, para castigar subalternos do regime canavieiro que, por algum motivo, se rebelavam. A prioridade era a defesa do patrimônio açucareiro e para isso os brancos livres - que exerciam a relação de compadrio e de favores recíprocos com o senhor de terra, na condição de rendeiros -, na eventualidade de qualquer invasão ou insegurança eram convocados a lutar e proteger o território latifundiário açucareiro.

As terras da região, segundo Andrade (1973), pela característica do seu solo, constituído organicamente de massapê, era favorável ao plantio da cana de açúcar, contudo ao aproximar-se da praia, a áreas de restinga e de mangue, essa caraterística orgânica do solo é perdida. Neste contexto, as áreas próximas às praias eram preteridas em relação às do interior, e embora as terras situadas na praia estivessem dentro dos limites de latifúndios, foi lá que se permitia a ocupação da população livre e pobre. A ocupação da margem do sistema canavieiro era um processo vantajoso para a economia canavieira da época, e para os séculos posteriores. Primeiro pela condição de reserva de mão de obra ; e também para atender a necessidades complementares da economia – pequena agricultura, a pesca, a criação de animais e o incipiente comércio –, os denominados “setores inorgânicos da economia”[183], que serviam para suprir às necessidades desse sistema, em proporções limitadas.

Segundo Rocha (2002, p. 63), “[...] mandioqueiros e pescadores ocupavam uma posição marginal reservada aos pobres pela matriz de produção, mas desempenhavam uma função essencial para o funcionamento da economia açucareira”. Além disso, muitos dos sítios cedidos na condição de meeiro serviram para o plantio de coqueiros – coco-da-baía -, que embora exógenos, rapidamente se introduziram na região, e se tornaram nos séculos posteriores uma importante fonte econômica. Fora os espaços cedidos pelos senhores de engenho, o processo de ocupação ocorreu, predominantemente, nas vias de acesso aos povoados e municípios, exterior aos domínios das propriedades latifundiárias. Sobre a formação urbana destas localidades, Andrade (1973) relata que, no início da década de 1970, eles eram:

[183] A denominação “setores inorgânicos da economia” foi dada por Caio Prado Junior, na obra Formação do Brasil Contemporâneo (PRADO JR, 1983 *apud* ROCHA, 2002, p. 64) para o trabalhador rural que tem espaço cedido em uma espécie de vassalagem e de prestação de serviços, em geral seu processo de plantio é rudimentar e em escalas de produção limitadas.

> [...] meros aglomerados rurais transformados em centros administrativos com a criação de municípios e distritos, com pequeno comércio que atende ao abastecimento das áreas vizinhas. [...] acham-se isolados pela falta de transporte consequente do quase desaparecimento das barcaças e da inexistência de uma estrada que corta a zona (ANDRADE, 1973, p.158).

A evolução histórica destas localidades incluiu processos migratórios constantes. Em **Porto de Pedras**, por exemplo, a ocupação teve um crescimento até as primeiras décadas do século passado, chegando a ter o ápice de 18.802 habitantes, em 1920, mas, nas décadas posteriores, entra em declínio demográfico que repercute no censo de 2010, com uma população de 8.429 habitantes[184]. Embora se saiba que, até o ano de 1960, São Miguel dos Milagres pertencesse a Porto de Pedras e, provavelmente, tenha sido uma das causas do declínio da sua população, contudo, não pode essa ser apontada como único fator de declínio. A crise no setor açucareiro e a saída de pessoas para outras cidades em busca de emprego se apresentam como principais causas da redução da população. Sobre a população urbana, observa-se que, da década de 1980 para 2010 pouco variou, enquanto a rural entrou em claro declínio.

Tabela 3 - Evolução da população do município de Porto de Pedras: 1901 e 2018.

Período/ Variação	Total	Urbana	%	Rural	%
1901	14.018				
1920	18.802				
1970	8565	**113**		2242[185]	
1980	9835	**3685**	37,5	6150	62,5
1991	9615	4035	42	5580	58
Taxa de variação entre 1980 e 1991	*-2,23%*	*9, 5%*		*-9,3%*	
2000	10.238	5199	50,8	5023	49,2
Taxa de variação entre 1991 e 2000	*6,5%*	*28,9%*		*-10%*	
2010	8429	**4798**	56,6	3631	43,4
Taxa de variação entre 2000 e 2010	*-17,7%*	*-7,7%*		*-27,7%*	
Taxa de variação entre 1980 e 2010	*-1,6%*	***30,2%***		*-41%*	
2018	7.873				

Fonte: Compilação e análise de dados do Índice Geral de Alagoas e do IBGE (1920; 1970,1980; 1991; 2000; 2010) e estimada do IBGE do ano de 2018.

Já em **São Miguel dos Milagres**, ocorreu uma situação inversa, pois obteve um crescimento populacional significativo entre as décadas de 1920 e 2018[186]. Este crescimento ocorreu predominantemente na área urbana; mas, chegou a crescer na zona rural entre a década de 1980 e a de 2010. Segundo se pôde observar, a

[184] A população estimada em 2018, segundo IBGE, é de 7.873 habitantes. Acesso em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/porto-de-pedras/panorama

[185] Os dados apontados referem-se ao número de domicílios e não ao número da população como nas demais células.

[186] A população estimada em 2018 de São Miguel dos Milagres, segundo IBGE, é de 7.888 habitantes. Acesso em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-miguel-dos-milagres/panorama

expansão urbana apresenta-se de forma contínua ao longo do tempo, pois a área vem passando por um aumento no número de loteamentos e condomínios, o número de casas de moradia também é crescente, assim como mais e mais novos moradores chegam para se instalar no município.

Tabela 4 - Evolução da população do município de São Miguel dos Milagres: 1920 e 2018

Período/ Variação	Total	Urbana	%	Rural	%
1920[187]	1.621				
1970	3995	176		**245**[188]	
1980	4807	**952**	19,8	3855	80,2
1991	4897	1138	23,2	3759	76,8
Taxa de variação entre 1980 e 1991	*1,9%*	*19,6%*		*-2,5%*	
2000	5860	1744	29,8	4110	70,2
Taxa de variação entre 1991 e 2000	*19,7%*	*53,2%*		*9,3%*	
2010	7163	**2261**	31,6	4902	68,4
Taxa de variação entre 2000 e 2010	*21,8%*	*29,6%*		*19,3%*	
Taxa de variação entre 1980 e 2010	*49%*	***237,5%***		*27,1%*	
2018	7.888				

Fonte: Compilação de dados do IBGE (1920; 1970,1980; 1991; 2000; 2010) e estimada do IBGE do ano de 2018.

São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras contrastam na direção do fluxo migratório, enquanto um tem atraído ano a ano mais pessoas e empresas, o outro tem sofrido perda populacional constante e gradual. A diferença parece estar relacionada à imagem positiva do nome Milagres e às distintas ações locais de ambos territórios. Além disso, vale destacar que o processo emigratório, sobretudo no caso de Porto de Pedras, está intrinsecamente ligado ao declínio e crise no setor açucareiro, sobretudo na zona rural. Sobre isso, vale destacar que, embora o campo reflita sobre as condições em todo o território, a análise deste estudo se deterá aos povoados conectados ao mar, mesmo eles tendo relações estreitas com os latifúndios açucareiros. Para isso, adota-se um recorte que diz respeito a uma microescala espacial, concentrada nos povoados pesqueiros de Salinas, Lages, Curtume e Tatuamunha, em Porto de Pedras; e Porto da Rua, Toque e Riacho, em São Miguel dos Milagres.

Povoados que se estruturaram através da sobrevivência e subsistência com base na coleta de produtos do mar - no exercício da pesca - e em terra - à prática da pequena agricultura e retirada do coco-da-baía. A relação de horizontalidade entre os pares dessas povoações indica que a cooperação e a solidariedade, inerentes aos modos de vida pretéritos, serviu como estratégia de sobrevivência. No entanto, por

[187] Em 1920 São Miguel dos Milagres era povoado de Porto de Pedras, essa contagem refere-se à população presente no povoado;

[188] Os dados apontados referem-se ao número de domicílios e não ao número da população como nas demais células.

outro lado, de alguma forma, ainda perdura também uma relação vertical, de senhorio com o latifúndio e outras forças econômicas, como a do coco, que se apresenta enraizada em uma antiga estrutura política local.

5.2.1 Igreja católica e suas marcas na formação socioespacial

A Igreja Católica teve uma forte influência no processo de ocupação do espaço desses lugares. O primeiro contato com a igreja[189] ocorreu por meio da realização de expedições católicas de Olinda, em Pernambuco, para a porção norte do atual Estado de Alagoas. Em 1591, numa missão dos franciscanos de evangelização dos povos indígenas situados nessa região, a imagem de Nossa Senhora da Glória foi doada para que se tornasse padroeira do lugar que no futuro viria se denominar Porto de Pedras[190]. A partir desse instante, a fé católica começou a ser inserida na índole das pessoas que habitavam essa parte de Alagoas. O incomum nesse território é identificar alguém que não seja devoto da fé cristã, mesmo hoje ela tendo novas acepções, voltadas a denominações da igreja evangélica. O caráter religioso tem suas representações expressas em festas relacionadas aos seus antigos santos, escolhidos como padroeiros, e para eles igrejas e templos foram levantados.

A primeira capela foi feita para a Nossa Senhora da Glória, da qual hoje existem apenas as ruínas. Para substituí-la, a partir do século XVII foi construída a atual matriz, a qual passou por vários processos de ampliação e, por final, na década de 1970, contou com os esforços das filhas do Sagrado Coração de Jesus. Nela, se preserva a imagem original em madeira policromada do século XVI de Nossa Senhora da Glória. A festa da padroeira[191], principal celebração católica da cidade, se inicia com a procissão do Mastro, no dia 06 de agosto, e encerra no dia 15 de agosto com a

[189] Segundo Pereira (2018), a união da Igreja Católica e o Estado português, a partir do século XVI, o denominado “padroado real”, subordinava a Igreja ao Estado português em troca da exclusividade da ação evangelizadora nas terras descobertas, visando aumentar o seu número de seguidores. A Igreja e a religiosidade foram utilizadas na justificação do sistema colonial, de cunho mercantilista, voltado para a geração de riquezas para Portugal. A Igreja Católica teve papel relevante na formação da sociedade e da cultura brasileira desde os tempos coloniais.

[190] Esses fatos foram relatados pelo padre de Porto de Pedras, Pe Rodrigo Rios Batista durante a realização da investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem para identificação de patrimônio Imaterial para o Registro de Patrimônio Imaterial (INRC), em dezembro de 2015.

[191] Durante a festa ocorre, além da quermesse, o bingo, um evento concorrido por conta dos prêmios sorteados (motocicletas, geladeiras e prêmios de igual valor), que são doados por empresários e nativos de elevada condição social. No passado, ocorriam apresentações culturais como o pastoril vermelho e azul. Agora essas apresentações estão cada vez mais escassas, eventualmente o grupo das cambitas do seu Berto se apresenta. Para a organização das festas alguns grupos, como o terço dos homens, postulado da oração, a juventude missionária, a legião de Maria, os ministros da comunhão eucarística e os corais da igreja, se envolvem. Durante a novena ocorre a noite dos noiteiros, dedicada há um determinado segmento da sociedade, dentre eles, jogadores, donos de restaurante, de pousadas, dos trabalhadores das pousadas, dos comerciantes, dos pescadores etc. Os dados aqui inseridos fazem parte do conteúdo identificado durante a realização da varredura bens valor imaterial pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, em dezembro de 2015.

procissão da Padroeira. Como de costume, todos os terrenos e casas situadas ao redor da igreja pertencem à Santa, ou melhor dizendo, à Igreja.

Figura 93 - Igreja Matriz N. Senhora da Glória, centro de Porto de Pedras



Fonte: A autora (agosto/2019)

Além da igreja matriz levantada em homenagem à N. Sra. da Glória, na sede municipal de Porto de Pedras, foram edificadas outras igrejas em homenagem aos padroeiros dos povoados que compõem o recorte deste estudo. Por exemplo, no povoado Tatuamunha, as igrejas de São Gonçalo e Livramento foram levantadas para assistir à população branca e negra, respectivamente, como era de costume no século XVIII. No povoado Lages, o santo homenageado é São José; no povoado Palmeiras, o padroeiro é São Paulo Apóstolo; Santo Antônio é o padroeiro do povoado Curtume e; a Nossa senhora da Piedade é do povoado Salinas.

Em São Miguel dos Milagres, embora seu nome se deva a um milagre creditado a São Miguel Arcanjo, como já explicado, a padroeira desse município é Santa Luzia, em correspondência a uma devoção em tempo anterior à ocorrência do citado milagre. A festa de Santa Luzia ocorre no período de 10 a 13 de dezembro, no povoado de Riacho. Não obstante a festa de Santa Luzia seja relevante para a cidade, a de maior importância é a tradicional Festa do Bom Jesus dos Navegantes, comemorada no último final de semana de janeiro. A abertura da festa ocorre na porta da igreja do povoado de Porto da Rua e encerra após três dias com uma procissão marítima. O

trajeto costuma ser feito quando a maré está alta, saindo de Porto da Rua sentido centro de São Miguel dos Milagres e retorna para finalizar na Igreja de Porto da Rua. Muitas das embarcações presentes no povoado costumam participar do percurso dessa procissão. Além das duas celebrações[192] , ocorrem outras em homenagem a outros santos nos demais povoados do município. O Toque à Nossa Senhora Conceição, já a comunidade Quilombo dos Palmares à Nossa Senhora Aparecida e no centro de São Miguel dos Milagres ao arcanjo de mesmo nome.

Embora a igreja católica conte com a participação majoritária da comunidade local, a igreja evangélica, sobretudo de característica pentecostal, é a que mais tem ganho espaço e conquistado fiéis e se instalado em cada um dos povoados que fazem parte desse estudo. Ao cruzar esses povoados durante a noite, é visível a capacidade dessas igrejas em agregar cada vez mais fiéis. Além de ter se expandido em número, tem se expandido em vertentes ideológicas, são muitas as igrejas presentes no território. Porto da Rua concentrada o maior número de templos religiosos, em suas diversas variedades e vertentes.

5.3 Caracterização contemporânea

Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres expressam uma atmosfera rústica e aconchegante para grande parte de seus visitantes. Esse clima se reflete nos seus munícipes, que parecem não ter pressa, característica interessante mediante a contemporaneidade cada vez mais acelerada. Esse cenário é enriquecido por um patrimônio cultural material e imaterial[193] ainda existente. Cada povoado desses municípios possui uma igreja católica, às vezes duas, dedicadas a seus respectivos padroeiros, mas também, dentre elas, os templos evangélicos se inserem na vida sociocultural de cada povoado. Em alguns povoados, o volume de devotos

[192] É do costume local, na abertura das celebrações religiosas em homenagem a algum santo, a ocorrência de um ritual que se inicia com o hasteamento da bandeira na frente da igreja designada ao santo. Durante os dias seguintes são celebradas missas e realizada diversas ações, conforme a programação. A festa, geralmente, é encerrada com uma missa e posterior procissão que percorre as principais ruas do povoado do correspondente padroeiro. A procissão é acompanhada pela banda filarmônica da cidade, alternada com a cânticos de hinos pelos fiéis. No dia da procissão a imagem original do santo correspondente desfila enfeitado em uma charola repleta de palmeiras e flores. Os dados aqui inseridos fazem parte do conteúdo identificado durante a realização da varredura bens valor imaterial pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, em dezembro de 2015.

[193] Em Porto de Pedras há dois mestres, Seu Bartolomeu e Dona Teresinha. Esta última se destaca enquanto Patrimônio Vivo de Alagoas. A manifestação cultural de maior expressão no município intitula-se Cambindas - adaptações alagoanas dos Maracatus de nação, oriundos de Pernambuco, que se introduziu em Alagoas pelos municípios da região Norte do estado. Em São Miguel dos Milagres o Boi de Janeiro é a principal manifestação cultural que ainda é vigente no município. Os dados aqui inseridos fazem parte do conteúdo identificado durante a realização da varredura bens valor imaterial pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, em dezembro de 2015.

evangélicos já é superior ao católico. Mas, também, com uma certa frequência, outras religiosidades se inserem na vida do município.

Além do aspecto folclórico e religioso, encontra-se, em Porto de Pedras, grande produção de artesanato, principalmente aquele que utiliza fibras e/ou palha da bananeira, da palmeira ouricuri, da taboa e do dendê. Encontram-se, ainda, objetos produzidos com madeira e com resíduos de coco. Em São Miguel dos Milagres, a atividade artesanal predominante é voltada à produção de móveis em madeira, sobretudo da jaqueira e do tronco de coqueiro. Dentre as outras desenvolvidas localmente, parte é influenciada pelo mar, sendo intensa a presença de pescadores e marisqueiras, dos quais muitos são especialistas na prática de tecer suas próprias redes. Para além da pesca e do artesanato, a existência de vastos sítios de coqueiros fez com que se desenvolvessem diversas funções na atividade econômica voltada ao plantio e retirada do coco. Em muitos dos casos, essas atividades não são exercidas exclusivamente, em verdade, práticas são realizadas concomitantemente, sobretudo aquelas voltadas ao turismo e à construção civil, como condutores de jangadas e ajudantes de pedreiros.

Figura 94 - Produtos Artesãos: a) Artesanato em palha e fibra de Porto de Pedras no tear; b) Produção em madeira de jaqueira, São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (dezembro/2015 e agosto/2019)

No povoado Salinas, em Porto de Pedras, situa-se o ponto de embarque da balsa para a travessia para o povoado Pontal do Boqueirão, no município de Japaratinga. As balsas[194] maiores transportam até seis veículos que, por diversas finalidades, transitam diariamente por ela. Em fila, enquanto aguardam o momento da travessia, depara-se com veículos oficiais de órgãos públicos de diversas esferas e

[194] Este ponto de travessia é usado rotineiramente pela população que trabalha nos serviços públicos municipais (de diversos municípios da região), estadual e federal. Além disso é o principal trajeto utilizado por turistas que visitam a região. A travessia de veículos motorizados, com exceção de carros oficiais, é cobrada conforme a tipologia do veículo. Já a travessia de pedestres é gratuita, situação que impulsiona o fluxo de pessoas diariamente e viabiliza a permanência de pontos de mototáxi em ambos os lados da travessia, entre Porto de Pedras e Japaratinga.

ramos de atuação; em menor escala, veículos da iniciativa privada e, em maior volume, carros particulares ou de locadora de veículos e taxis, esses últimos com o propósito claramente turístico. Nos meses de alta temporada – dezembro, janeiro, fevereiro e mesmo julho - o fluxo se avoluma, veículos se enfileiram em longas filas e o trajeto da balsa ocorre com poucas interrupções. A razão da travessia pela balsa é para que turistas e pessoas em serviço possam acessar de forma mais rápida os municípios litorâneos mais ao norte[195] de Alagoas e do sul do Estado de Pernambuco. Além de ser mais curto, o caminho se afigura mais prazeroso, onde se pode vislumbrar uma paisagem litorânea, que, embora tenha sofrido sucessivas interferências antrópicas ao longo dos séculos, ainda apresenta um extenso componente natural. Por outras razões, pessoas a pé, em moto ou em bicicleta transitam em balsas menores. O constante movimento desta pequena balsa demonstra o elo rotineiro entre os dois municípios, Porto de Pedras e Japaratinga, para dar conta dos seus afazeres cotidianos.

Figura 95 - Balsa de Porto de Pedras e Japaratinga a) Balsa em Porto de Pedras; b) Fila para balsa em Japaratinga



Fonte: A autora (setembro/2018 e agosto/2019)

O acesso aos dois municípios, vindo do litoral situado mais ao sul, sentido Maceió-Recife, ocorre, predominantemente pela AL 101 Norte até o município de São Luiz do Quitunde quando se acede um entroncamento que se direciona aos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. A rodovia AL-101, neste trecho, é bastante estreita e curvilínea, sem praticamente haver espaço para acostamento. Para chegar aos dois municípios se passa pelo centro da

[195] A outra forma de acessar os municípios mais ao norte do Litoral desde Porto de Pedras é pela rodovia que costeia o rio Manguaba até chegar o município de Porto Calvo. Essa estrada além de ser perigosa, por conta das más condições é um trecho bem mais longo para acessar municípios como Japaratinga, Maragogi ou o litoral sul de Pernambuco.

cidade de Passo de Camaragibe, segue-se uma estrada que dá acesso aos povoados litorâneos, o primeiro a se deparar, neste percurso, é o de Barra de Camaragibe, quando a rodovia incorpora o nome Rota Ecológica dos Milagres. Seguindo por essa via, os povoados surgem dispostos um após o outro. Ainda no município de Passo de Camaragibe, se encontram Barra de Camaragibe e Marceneiro, até cruzar o limite municipal com São Miguel dos Milagres, quando se depara com o povoado Riacho (conhecido pela praia do Oiteiro); segue para sede municipal, o povoado Toque, Porto da Rua, que se estende até os limites com Porto de Pedras, sendo o primeiro povoado da sequência neste município Tatuamunha, depois Palmeiras, Lages, Curtume, sede municipal de Porto de Pedras e finalmente o Salinas. Quando o acesso pelo município ocorre pelo norte, sentido Recife-Maceió, o principal caminho de acesso ocorre pela Rodovia AL 101 Norte até chegar ao município de Japaratinga, neste município é feito um percurso por dentro da sede municipal costeando o litoral até o encontro com a foz do Rio Manguaba. Nesse trecho, situa-se o ponto de embarque da balsa que faz o cruzamento de veículos, motos e pessoas até o outro lado do rio, em Porto de Pedras, na altura do Povoado Salinas, quando se acessa a rodovia, em um sentido oposto na sequência dos povoados citados anteriormente até Passo de Camaragibe. O outro caminho pode ser feito pelo interior, pela cidade de Porto Calvo, mas se trata de um trecho de difícil trânsito, com uma estrada em condições precárias e com poucas urbanizações. Geralmente, transita por esse trecho veículos maiores como ônibus e caminhões.

São Miguel dos Milagres carrega em seu nome a referência de um novo destino turístico. A terminologia Milagres é a que se destaca em mídias de marketing e redes sociais que dão evidência à região. Entre turistas e demais visitantes é raro saber que se trata de mais de um município, vários povoados. Se deparar, a cada instante com o termo ‘milagres’ em placas e faixadas de estabelecimentos é algo comum. A própria sede municipal que antes era chamada por “São Miguel” pelos residentes, agora é dita “Milagres” por visitantes e, cada vez em maior número, por moradores e residentes.

5.3.1. Caracterização socioeconômica

A origem dos dois municípios está intimamente ligada à cultura agrícola, pastoril e pesqueira. O setor agrícola, sobretudo ligado a cana de açúcar e cultura do

coco, ainda são fontes econômicas importantes de ambos os municípios. Concentram-se em poucas mãos, mas, ainda demandam muitos braços para o plantio e colheita. Contudo, pouco a pouco, outras culturas entram na balança econômica municipal e se encontram repartidas entre maior número de mãos, muitas delas além de proprietária também é a trabalhadora. O cultivo da banana, abacaxi, manga e mesmo a mandioca são exemplos de plantios realizados em sítios e assentamentos, alguns deles, frutos da reforma agrária. A criação de rebanhos também vem crescendo, alguns ocupando velhos espaços ocupados pelos antigos plantios de cana de açúcar, outros simplesmente ocupando novos. Sobre a atividade de pesca, embora se saiba do relevante número de pessoas que se dedicam a ela – alguns, esporadicamente, outros, dia após dia - pouco se sabe do volume capturado nesta prática (SEPLAG/SINC, 2018).

A atividade industrial muito pouco contribui para a economia local. O principal motor industrial da região está relacionado à transformação da cana-de-açúcar em açúcar, que se situa nas usinas dos municípios de Passo de Camaragibe, Porto Calvo e São Luiz do Quitunde. A construção civil aparece como uma atividade invisível em registros oficiais, embora, por toda parte de observe condomínios e casas em construção. Nos dados oficiais, só foi identificado um empreendimento cadastrado na construção civil, o qual se situa em São Miguel dos Milagres e que emprega formalmente uma única pessoa. Essa falta de informação leva a concluir que as empresas contratadas na construção de condomínios e estabelecimentos são extralocais, somado a um exército de trabalhadores empregados em contratos temporais ou irregulares, muitos deles provenientes de outras localidades (SEPLAG/SINC, 2018).

Dentre os setores da economia, é o de serviços o responsável pelo maior percentual do Produto Interno Bruto[196] (PIB) dos dois municípios. Em **Porto de Pedras**, o setor de serviço representou 58% do montante de R$ 94.432 milhões do PIB, em 2016. Contudo, aproximadamente, 37%, do percentual inserido no montante de setor de serviços, provém de repasses da esfera pública federal e estadual,

[196] Os dados foram coletados no Banco do Nordeste, edição municipal 2018, e na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC), publicação do Perfil Municipal (2018). Os dados primários de ambas instituições foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Coordenação de Contas Nacionais CONAC, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio-Seplag/Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento-Sinc, ano de 2016.

seguindo uma realidade que se repete em quase todos municípios do Estado de Alagoas e do Nordeste brasileiro (SEPLAG/SINC, 2018).

O movimento econômico no pequeno município de **São Miguel dos Milagres** apresenta melhor situação e é mais equilibrado do que Porto de Pedras. Embora o setor de serviços represente o percentual de 60% dos quase R$ 103 milhões do PIB de 2016, o percentual real de serviços, administração e setor agropecuário aparece de forma equilibrada entre os três segmentos. Do montante do PIB, R$ 36,699 milhões (35,6%), R$ 30 milhões (29,1 %) e R$ 31 milhões (30,1%) provém do negócio agropecuário, de serviços e da administração pública[197], respectivamente (SEPLAG/SINC, 2018).

Tabela 5 - Distribuição do Produto Interno Bruto dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, ano 2016.

Valor Adicionado Bruto, a preços correntes (R$ 1.000)	Porto de Pedras	São Miguel dos Milagres
Agropecuária	35.762,63	36.690,584
Indústria	2.470,99	2.003,01
Serviços, inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social	54.810,67	61.855,42
(-) Somente o que se refere a Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	(-) 35.000*	(-) 31.000*
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	1.388	2.439
Produto Interno Bruto	**94.432,24**	**102.988,52**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016); Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC/AL,2016); Banco do Nordeste (2018).

* Valores aproximados referentes ao Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2016, ano 2016 (BNB, 2018)

Segundo Cícero Péricles Carvalho (2010), o papel econômico perdido pelo declínio da indústria canavieira durante as últimas décadas tem sido, de certa maneira, ocupado pela atuação assistencial do Estado e pela inserção de outras atividades no território, muitos deles realizados de maneira informal. Assim, a renda desses municípios provém, sobretudo, das transferências da esfera federal – principalmente da Previdência, Seguridade Social e Bolsa Família[198] -, como para o

[197] A administração pública se insere dentro do setor de serviços na segmentação da economia, por isso a soma do valor obtido do setor de serviços propriamente dito e dos repasses públicos somam 60% da economia municipal. Os dados foram coletados Banco do Nordeste, publicação de 2017 em referência aos dados do ano 2016, e na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC), na publicação do Perfil Municipal (2018), em referência ao ano de 2016.

[198] Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA, foram cadastradas em Porto de Pedras, em 2016, 6.489 pessoas, distribuídas em 2.263 famílias. Desse montante 1.750 famílias receberam Bolsa família, em 2017. Em São Miguel dos

funcionamento público. Nessa circunstância, para os munícipes destas localidades, sobretudo em São Miguel dos Milagres, o turismo tornou-se uma alternativa para fomentar o crescimento econômico local, seja na condição de ente público, privado, ou sociedade civil local.

Se observa que ofícios informais e temporários, voltados para a atividade turística e construção civil vem crescendo continuamente, sobretudo nos meses de alta temporada, que varia de meados de dezembro a início de março. As principais ocupações geradas, formais e informais, são atreladas às atividades de jangadeiros, condutores de bugre, taxistas, artesãos, caseiros, corretores de imóveis, prestadores de serviços de hotelaria, restauração e comércio, pedreiro e profissionais relacionados à construção civil, entre outras atividades. Além dessas, costumeiramente outras atividades, geralmente informais, são exercidas de diversas formas, como vendedores de roupas, hortifruti e alimentos preparados, distribuídos em bancas de madeiras em alguns trechos ao longo da rodovia, sobretudo no município de São Miguel dos Milagres. No geral, essas atividades são praticadas por pessoas que apresentam baixo grau de escolaridade e/ou que não têm qualificação profissional suficiente para buscar postos de trabalho formais.

Outro aspecto pelo qual o turismo é almejado pela população residente é a sua influência na empregabilidade do município, contudo, como mencionado acima, se trata de atividade predominantemente informal. Em **São Miguel dos Milagres**, dos 984 empregos formais existentes em 2017, 352 (35,8%) foram ocupados em serviços (alojamento, alimentação, comércio, transporte e outros). Ainda o maior volume de empregos formais gerados se concentra na administração pública, com um total de 603 empregos, que representa 61,3% do montante dos empregados do município, ao passo que a agricultura e a pecuária empregaram somente 23 pessoas (2,3%) (RAIS, 2017). Sobre o número de estabelecimentos cadastrados no setor de serviços, aqueles voltados ao comércio e alimentação são os que têm experimentado maior aumento. Por outro lado, o número de alojamentos cadastrados em 2017, em relação a 2015, quase não alterou, de 19 para 20 alojamentos, embora se tenha conhecimento da existência de um número maior de estabelecimentos de hospedagem no município. Dos 77 estabelecimentos cadastrados no Ministério da Economia (RAIS, 2017), 60 (77%) são voltados ao serviço de alojamento, comércio e alimentação. O número de

Milagres, em 2016, foram cadastradas 6.448 pessoas, distribuídas em 2.126 famílias, que resultou, em 2017, em 1.298 famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família.

microempreendedores no município também vem se ampliando, do número registrado em 2015 e 2017, aumentou de 219 para 291, vindo a crescer 33% (PORTAL DO EMPREENDEDOR DO GOVERNO FEDERAL).

Segundo o Ministério da Economia (RAIS, 2017), dos 807 empregos formais gerados no município de **Porto de Pedras**, 459 foram provenientes da esfera pública (56,9%). Nesse município, a participação do setor de serviços (alojamento, alimentação, comércio, transporte e outros serviços) é ainda menor do que no seu vizinho, 25,8%, em um quantitativo de 208 pessoas formalmente empregadas. Embora o número de estabelecimentos comerciais e de alimentação cadastrados tenha reduzido, entre 2015 e 2017, o de alojamento cresceu em 50%, de 10 para 15 estabelecimentos, durante este período. O número de microempreendedores individuais também cresceu quase nessa proporção (42%), de 129, em 2015, para 183, em 2017. Dos 64 estabelecimentos cadastrados em 2017, apenas 31,48%, são voltados para alojamento, comércio e alimentação. Em contrapartida, pelo menos 22 estabelecimentos, 34%, são dirigidos às atividades de agricultura e pecuária e empregaram, em 2017, 132 pessoas (16,3%). (PORTAL DO EMPREENDEDOR DO GOVERNO FEDERAL).

Em **Porto de Pedras**, embora se tenha crescimento das atividades turísticas e de serviços, a agricultura e a pecuária voltam a ocupar posição importante na economia local. Somente em 2017, a produção agrícola alcançou 66.679 milhões de reais, bem acima do valor de 2016. Para atender a esse fim 8778 hectares foram plantados: 4.500h (51,3%) com o cultivo de cana de açúcar; 3.000h (34,1%) de coco-da-baía; 1.000 h (11,4%) com banana e; 278 h (3,2 %) com outras lavouras, como mandioca, manga e abacaxi. Em relação a 2010, todas as lavouras apresentaram um relevante crescimento. Entre todos os cultivos, a banana se destaca (36 milhões reais) no movimento da economia, seguida da cana de açúcar (14 milhões reais) e do coco-da-baía (12 milhões de reais). Na pecuária, embora tenha havido um relativo declínio na criação do montante dos rebanhos desde 2010, o ano de 2017 apresentou crescimento sobretudo na criação de galináceos (8.000 cabeças, 347,3%), suínos (500 cabeças, 277,8%) e equinos (500 cabeças, 187,5%). O número de cabeças de bovinos teve anos de decrescimento, mas, em 2017, apresentou os mesmos números experimentados em 2010, de 6.500 cabeças. Na esfera estadual, nenhum produto de origem animal apresenta importante relevância, apenas a produção de mel e própolis

vermelha, 0,68%, apresenta um melhor percentual em relação a outros produtos na produção estadual.

Já **São Miguel dos Milagres** apresentou um relevante declínio de 2016 para 2017 no setor agrícola, que não ultrapassou a cifra de 17.902 milhões de reais, nesse último ano. Dos 3.551 hectares cultivados, 2.000 h (56,3%) foram dedicados ao plantio e colheita do coco-da-baía, 1.200 h (33,8%) para cana de açúcar e 351 h (9,9 %) para outras culturas, tais como mandioca, manga, abacaxi e banana. O coco-da-baía (10 milhões de reais) seguido da cana de açúcar (6.240 milhões de reais) aparecem como os mais relevantes na economia local. Também na pecuária e de produtos de extração animal, São Miguel dos Milagres apresenta números inferiores. Mesmo com um relevante aumento no número de cabeças de galináceos (2.000, 534%), suína (230, 209%) e bovina (2.600, 118%), o montante ainda se apresenta bastante menor do que os números referentes a Porto de Pedras. A inserção de novas atividades econômicas, como a atividade turística e imobiliária tem contribuído com o aumento da renda da população, mas ainda não chega a refletir em uma menor desigualdade social ou significativa melhoria da renda, embora o PIB per capita de ambos municípios tenha crescido[199]- 12.952,90 reais em São Miguel dos Milagres e 11.723,43 reais em Porto de Pedras, dados de 2016. Em Porto de Pedras, 51,44 % da população se enquadra em situação econômica de pobreza e 22,34% na extrema pobreza. Já São Miguel dos Milagres, embora exiba índices um pouco melhores, apresenta 44,22% da sua população em situação de pobreza e 18,57% na extrema pobreza. Em relação ao trabalho e a renda, segundo o PNUD (2013), 72,19% da população em São Miguel dos Milagres está vulnerável à pobreza e a de Porto de Pedras é ainda um pouco maior, com 77,10%[200]. Em relação à distribuição da renda da população, segundo o último Censo (IBGE, 2010), 90% da população de Porto de Pedras e 85% de São Miguel dos Milagres, acima de dez anos de idade, vive com até um salário mínimo (Tabela 6).

[199] Em 2010 o PIB per capita de Porto de Pedras era de 5.703, subiu a cada ano e em 2016 apresentou o valor de 11.723.43. São Miguel dos Milagres também experimentou um importante avanço, em 2010 o PIB per capita era de 6.486, em 2016 havia alcançado o valor de 12.952,90. Os dados foram coletados do IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2016.
[200] Os dados foram coletados no anuário de Alagoas, ano 2017, produzido pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC).

Tabela 6 - Distribuição da renda dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres por pessoa.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal	Porto de Pedras		São Miguel dos Milagres	
	Total de Pessoas	%	Total de Pessoas	%
Sem rendimentos	2768	41,78	2380	41,25
Até 1/4 do salário mínimo	885	13,35	593	10,27
De 1/4 a 1/2 salário mínimo	586	8,84	556	9,63
De 1/2 a 1 salário mínimo	1730	26,11	1388	24,05
De um a dois salários mínimos	497	7,50	628	10,88
De dois a três salários mínimos	68	1,02	133	2,30
De três a cinco salários mínimos	77	1,16	54	0,93
Mais de cinco salários mínimos	14	0,21	37	0,64
TOTAL de Pessoas	6.625		5.769	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

Embora ainda baixos, São Miguel dos Milagres apresenta índices econômicos melhores que Porto de Pedras, o que se reflete também nos parâmetros sociais. Segundo o Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal de 2018 (IFDM 2016), São Miguel dos Milagres apresenta o IFDM[201] de 0,6767, em uma média acima do índice do Estado de Alagoas (0,5966), ocupando o 10º lugar no ranking estadual e o 2677º no nacional (IFDM 2016). O município vem apresentado melhoras nos índices de educação, renda e, sobretudo, saúde, desde o ano de 2005, embora tenha havido uma queda em relação a 2013, de 7º para 10º lugar.

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2005 e 2016).

		Geral		Emprego & Renda		Educação		Saúde	
		2005	**2016**	**2005**	**2016**	**2005**	**2016**	**2005**	**2016**
Porto de Pedras	Índice	0,4067	0,6404	0,4492	0,4906	0,2423	0,6088	0,5285	0,8132
	Posição Brasil	4113º	4378º	2648º	1942º	5329º	5025º	3374º	2454º
São Miguel dos Milagres	Índice	0,4255	0,6267	0,4271	0,5750	0,3457	0,6404	0,5036	0,8148
	Posição Brasil	3933º	2677º	3005º	1030º	4891º	4704º	3579º	2424º

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), compilação dos anos de 2005 e 2016.

[201] O IFDM foi elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Ele considera dados oficiais estatísticos de três áreas do desenvolvimento humano: emprego e renda, educação, e saúde, em que apresentam mesmo peso. O IFDM varia de 0 (zero) à 1 (um) e quanto mais próximo do zero menor o índice de desenvolvimento do município.

Porto de Pedras, mesmo após ter tido progressos na área de saúde, educação e renda, historicamente contabiliza um índice geral municipal (IFDM) inferior a São Miguel dos Milagres, índice Firjam de 0,6404 (IFDM, 2016), causado, sobretudo, com os baixíssimos dados em educação. Somente em 2005, os dados em saúde e renda de Porto de Pedras se apresentaram ligeiramente superiores a São Miguel dos Milagres. Contudo, com exceção daquele ano, São Miguel dos Milagres tem progredido em todas as esferas e ultrapassou o seu vizinho, Porto de Pedras.

De forma parecida, ambos os municípios experimentaram avanços em 2010 no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M[202]), em relação aos anos de 1991 e 2000 (PNUD BRASIL[203], 2013). No entanto, ainda exibem as piores posições no ranking nacional, de 0,591 e 0,541 em São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, respectivamente (Tabela 8). O incremento que houve se deveu às melhorias em todas as esferas, expectativa de vida, melhoria na renda e educação. Conforme já apontado no IDH sobre as melhorias na educação, segundo Anuário Estatístico de Alagoas (PNUD, 2013) tem sido crescente o índice de alfabetização, principalmente entre as faixas etárias mais jovens. Em São Miguel dos Milagres, por exemplo, apenas 39,2% da população na faixa etária entre 50 ou mais de 80 anos são alfabetizados. Este percentual cresce para 65,7% para os que estão na faixa de 20 e 49 anos e para 76% para os que tem entre 15 e 19 anos, enquanto, a taxa de escolarização entre 6 e 14 anos apresenta o percentual de 97%. Mas, ainda exibindo uma taxa de analfabetismo de 28,6%. O município dispõe de 14 escolas públicas, uma escola estadual que ofertam escolarização de nível médio para 266 alunos e nível fundamental para 1.472 alunos. Do total da população, apenas 22%, com mais 18 anos, apresenta nível médio e 4,8% com mais de 25 anos, com nível superior.

[202] Vale salientar que apesar destes dois índices, FIRJAM e o IDH Municipal, servirem como balizadores para diagnosticar o grau de desenvolvimento econômico, social, cultural e político através do cálculo de três fatores - longevidade, educação e renda - de uma determinada população, eles não revelam as mesmas coisas. O Índice FIRJAM leva em conta o PIB per capita do município, enquanto o IDH-M leva em consideração a renda per capita da família. Então este último apresenta-se como um dado mais consistente. Por exemplo, se uma cidade é altamente industrializada e paralelamente a isso apresenta bolsões de pobreza, o PIB per capita não revelará o grau de pobreza existente neste município. Contexto tal que o IDH-M identifica e mensura com maior proximidade da realidade empírica.

[203] PNUD BRASIL - http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm

Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.

	IDH	1991	2000	2010
Porto de Pedras	**Geral**	**0,255**	**0,344**	**0,541**
	Educação	0,084	0,159	0,379
	Longevidade	0,509	0,634	0,769
	Renda	0,388	0,405	0,542
São Miguel dos Milagres	**Geral**	**0,377**	**0,444**	**0,591**
	Educação	0,146	0,255	0,504
	Longevidade	0,638	0,714	0,752
	Renda	0,411	0,481	0,545

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) – Compilação dos anos de 1991, 2000 e 2010

Os dados do município de Porto de Pedras são um pouco piores do que os do seu vizinho, a começar pela taxa de analfabetismo, de 32,3%. Essa taxa vai reduzindo para as gerações mais jovens, por exemplo, entre a população entre 50 ou mais de 80 anos atinge-se a taxa de alfabetismo de 44,7%; entre 20 e 49% amplia-se para 49,8% e; entre 15 e 19 anos alcança-se o percentual de 65,4%. A taxa de escolaridade, entre 6 e 14 anos, se exibe em 97,2%. Apenas 15% da população, com mais 18 anos, possui formação de nível médio e 2,9%, com mais de 25 anos, com nível superior. Porto de Pedras possui 17 instituições de ensino, sendo uma privada e 16 públicas. Das públicas, uma é estadual, que atende o nível médio, e 15 são municipais, que assistem o nível fundamental. Ao total, o município dispõe de 304 alunos matriculados no nível médio e 1.468 alunos matriculados no fundamental. Segundo o PNUD (2013), entre os jovens de 15 e 24 anos em Porto de Pedras, 28,2% não estudam, não trabalham e se encontram em situação de vulnerabilidade (Tabela 9).

Tabela 9 - Estrutura etária da população de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres em 2010.

Estrutura Etária	**Porto de Pedras**		**São Miguel dos Milagres**	
	População	% Total	População	% Total
Menos de 15 anos	3.617	33,99	2.345	30,83
15 a 19 anos	1.032	9,69	734	9,65
20 a 29 anos	2.047	19,23	1.431	18,82
30 a 59 anos	3.142	29,53	2.491	32,75
60 a mais de 80 anos	805	7,56	605	7,95
Total (2010)	10.643	100	7.606	100
Razão de dependência	58,47		57,15	
Taxa de envelhecimento		5,78		6,74

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), IPEA e FJP

.

Em São Miguel dos Milagres, esse índice é ainda um pouco pior, 28,6%. No entanto, esses índices ainda se apresentam bastante melhores comparados aos anos de 1991 e 2000. Ainda assim, existe uma razão de dependência[204], influindo em uma situação de alta vulnerabilidade.

Sobre a moradia, embora os números mais atualizados sejam de 2010, e somente em 2020 se possa ter um dado mais aproximado da realidade atual, observa-se um número significativo de casas na condição de cedidas, sobretudo quando se refere a Porto de Pedras (tabela 10). Segundo o Sistema Único de Saúde, que exibe dados atualizados ano a ano, o número de residências cresceu exponencialmente em relação a 2010. Esses dados serão discutidos por povoado no subcapítulo referente a eles.

Tabela 10 - Características das moradias de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres em 2010.

Moradia	**Porto de Pedras**		**São Miguel dos Milagres**	
	Moradias	% Total	Moradias	% Total
Própria	1.395	62,64	1.485	76
Alugada	241	10,82	254	13
Cedida	585	26,27	212	10,85
Outras	6	0,27	3	0,15
Total (2010)	**2.227**	100	**1.954**	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

A condição das moradias e da infraestrutura ofertadas[205], em 2010, apresentou índices melhores que anos anteriores, por exemplo, São Miguel dos Milagres contou com 98,8% das suas casas abastecidas com energia elétrica, 91,2% com água encanada e 68,2% são assistidas pela coleta do lixo. Com exceção deste último, os índices se apresentam semelhantes à média nacional brasileira e acima da média estadual alagoana. Em Porto de Pedras, esses mesmos índices não se apresentaram tão positivos como em seu vizinho, apenas 72,2% das residências são abastecidas por água encanada e 66,9% tem coleta de lixo realizada. O dado de fornecimento de energia elétrica apresenta-se melhor, 97,7%, porém ainda inferior ao percentual de São Miguel dos Milagres (IBGE, 2010).

[204] Razão de dependência é o percentual da população de menos de 15 anos e da população e 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

[205] Os dados apresentados neste parágrafo referem-se a uma compilação feita pelo Banco do Nordeste, edição municipal 2018, dos dados primários coletados pelo IBGE, Censo Demográfico, 2010; PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.

5.4 Práticas tradicionais: O peixe, o coco e a farinha

A relação estreita entre a pesca, a pequena agricultura e a cultura do coco serviram como fonte de subsistência que se complementavam na rotina, nas práticas e na sobrevivência dos habitantes desses dois municípios. Os diversos sítios que existem na região serviram como ocupação aos mais vulneráveis, sendo essa uma das poucas fontes de circulação de dinheiro na região. A pequena lavoura e a pesca serviram principalmente como fonte alimentar das famílias, apenas o excedente vindo a servir de renda ou de moeda de troca para a maior parte da população. Sobre essa realidade, comentam algumas moradoras:

> *Não tinha trabalho, né. Tinha as praias para pescar, quando tinha maré, meu marido pesca, quando a maré tá braba meu marido planta. Ele é agricultor e pescador. Planta milho, planta macaxeira, planta feijão, o que der para ele fazer, ele faz. Eu criei meus filhos tudo assim, trabalhando, pescando, vendendo peixe, vendendo massa, vendendo macaxeira.[...]*
>
> *Era assim que a gente vivia, pescava, trabalhava, plantava maniva, plantava batata, ia vender na rua. As meninas cuidando de casa e trabalhando. E os meninos tudo trabalhando na roça com enxada, com estrovenda [estrovenga], com tudo. Elas também trabalhavam, mas tinha que me ajudar nas tarefas de casa, para me ajudar, né mulher!? Eu também trabalhava na casa de farinha, levava elas. Eu acho errado essa lei que criança não pode trabalhar. Eu não ia pegar as minhas filhas de dez anos para pegar um balde desse, eu mandava fazer o que podia. Num matei ninguém, tá tudo aí, tudo cada um no seu lugar [Dona Benedita, moradora da Lages, 16 de julho de 2019]*
>
> *Quando a gente morava na Lage em um pedacinho de terra que a gente plantava macaxeira, batata, feijão, inhame, de tudo a gente já plantou. A gente já passou muita dificuldade, mas fome, graças a Deus, a gente nunca passou, sempre tinha um feijão, uma farinha. [Flora, moradora do Curtume, 03 de julho de 2019]*
>
> *Na hora que ele [o pai] ia plantar ele levava a gente também. Meu pai fazia um roçado, ele botava o fogo e meio mundo de menino só ciscar os matos e limpar. Ele saia na frente e a gente saia a atrás plantando. Ele queimava, roçava, tirava os matos, só que os pau verde não queimava tudo, né, daí saía a gente ciscando para tirar. E ele já saia atrás cavando e plantando. Era maniva, era milho, quando era tempo de milho, macaxeira, quando era tempo de feijão era feijão.* [Claudionete, natural da Lages, 30 de julho de 2019]

O relato dessas três realidades se soma a outros relatos sobre o cotidiano das suas famílias. As antigas atividades econômicas artesanais voltadas à pequena lavoura, a produção de farinha de mandioca, a retirada do coco, a coleta de marisco e a pesca, em suas diferentes formas, servem como complemento entre si. Cada uma ocupava seu espaço na rotina dos habitantes. Embora novas atividades venham ocorrendo no território, algumas práticas insistem em existir, mas, entre elas, a produção de farinha de mandioca é a que mais tem perdido força.

5.4.1 Farinha de mandioca: da prática à base alimentar

O plantio e o preparo da farinha de mandioca são alguns dos ofícios mais antigos que ainda se praticam na região. Isso se deve ao fato de a farinha ainda ser um dos produtos mais importantes da dieta alimentar da população, não só alagoana, como nordestina. O seu preparo ocorre, historicamente, em locais denominados de casa de farinha. Na casa de farinha, além da própria farinha, produz-se goma da mandioca, tapioca, massa puba, beiju torrado. Na região abrangida por este estudo, existem algumas casas de farinha, mas as principais ainda ativas estão situadas nos povoados Curtume e Palmeira, em Porto de Pedras, e no de Porto da Rua, em São Miguel dos Milagres. Antigamente havia uma no povoado Toque, outra no centro de São Miguel dos Milagres e na Lages, em Porto de Pedras. Sobre a existência de casas de farinhas e da sua importância na dieta alimentar, dona Claudionete comenta:

> *Farinha, ele [o pai] mesmo fazia, ele comprava pouco, somente mesmo quando a mandioca dele não dava. A casa de farinha tinha uma na Palmeira, aqui [Lages], na entrada do cemitério, o Ercílio tinha uma também. No caso tinha duas a do Ercílio e a do Carlos. Agora só tem a do Carlos, a do Ercílio caiu. Pagava com a conga, a parte da casa de farinha. A gente fazia e trazia para casa e antes de acabar aquela farinha a gente ia de novo fazer. Mas quando o tempo o sol era muito forte e morria a lavoura daí a gente tinha que comprar a farinha. [Claudionete, 30 de julho de 2019]*

Antigamente, as casas de farinha costumavam funcionar durante quase todo o ano, por conta das plantações serem mais constantes. Segundo Eliane, uma antiga agricultora, a diminuição do período de chuvas é uma das causas da redução. Mas também a perda de valor de venda e as recentes exigências legais sanitárias dificultou para quem dedicava ao preparo para comercialização de farinha, de forma que houve uma redução na produção para aqueles que fazem para o consumo familiar. Atualmente, o feitio é cada vez mais espaçado e há períodos que a prática não ocorre.

Para trabalhar em uma casa de farinha, basta chegar e se ocupar numa função, não há limite de pessoas, quanto mais voluntários, mais rápido é o processo de preparo, com exceção do momento no forno que depende do tempo de cozimento. Geralmente, o preparo dura mais de um dia, predominantemente pelo dia. No primeiro, se faz a raspa da mandioca, e o resto do processo no seguinte dia. Assim que a mandioca é colhida e transportada para a casa de farinha, o processo se inicia. Primeiramente, toda ela é descascada com uma faca e depositada em balaios, este trabalho, segundo Lia, geralmente é feito pelas mulheres. Após descascada, a mandioca é moída e prensada para ser retirado todo o líquido. E, em seguida, após

ser peneirada, a massa é levada ao forno para ser torrada[206]. Logo que conclui o cozimento, a farinha é posta em baldes de 10 quilos, chamados de cuia, para que seja mensurada. Uma tonelada de mandioca rende, em média, seis a sete sacos de 50 a 60 quilos de farinha de mandioca. Normalmente, o dono da casa de farinha recebe um percentual em farinha que se denomina congo, equivale de dez a vinte por cento da farinha produzida na casa. No passado, a produção de farinha era levada para ser vendida nas feiras de Porto Calvo e Porto da Rua, o transporte ocorria por meio de 'cangaia' de cavalo – feita com baião dispostos nas laterais do animal.

Figura 96 - Casa de Farinha do Povoado Curtume - Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2015)

Em São Miguel dos Milagres, a produção de outrora permitia a venda em diversos outros municípios. Atualmente, a produção está aquém e o processo se inverteu, precisa-se adquirir farinha de outras localidades para suprir o mercado local. No Povoado de Porto da Rua, em São Miguel dos Milagres, um comerciante de farinha

[206] O processo de preparo da farinha leva diversas etapas e demandas várias mãos. Após ser moída, ou sevada, como se fala localmente, a massa é empacotada em sacos de nylon ou similar. Em um processo seguinte, a massa é prensada, para que seja retirado todo o líquido. Antigamente, a prensa era produzida em madeira com um fuso ao centro para ser rodado com um tronco de espessura grossa para que fosse rodado nas duas extremidades por dois homens. O líquido extraído neste processo é considerado venenoso. Após ser retirado todo o líquido, em seguida parte-se para quebrar a massa e peneirar numa 'arupemba'. Isso é feito em um cocho de madeira. Quando já tem a medida de três baldes de massa peneirada, ela é direcionada para o forno para ser torrada. Quando a farinha começa a ficar leve e murcha coloca-se mais três baldes de massa. A primeira fornalha demora em torno de três a três horas e meia até a farinha estar sequinha e crocante. Já a segunda em diante temporiza duas horas e meia. Esses fatos foram relatados durante a realização da investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem para identificação de patrimônio Imaterial para o Registro de Patrimônio Imaterial (INRC), em dezembro de 2015.

situado no mercado municipal relata que, para atender a localidade, ele compra em localidades do interior 200 quilos de farinha de mandioca para vender na feira. Em Porto de Pedras, alguns assentamentos rurais voltaram a intensificar a plantação de mandioca e, com efeito, a ter um crescimento na produção de farinha. Contudo, ela se resume à zona rural do município. A produção de mandioca nas imediações do litoral, segundo os moradores, é tão pouca que só serve para o próprio consumo. Com relação a um dos problemas relacionados à perda de espaço pela agricultura, em São Miguel dos Milagres, seu Antônio relata que, "*São poucos que ainda possuem algum pedaço de terra".* Por conta disso, os plantadores que quiserem usufruir de tal espaço precisam pagar o terço, onde 30% das braças plantadas são destinadas ao proprietário da terra. Um outro fator importante está relacionado à perda de sítios e terrenos usados pela agricultura para dar a vazão a novos loteamentos para a venda de terrenos e construção de residências, o que mostra que essa região vem passando por um processo de valorização da terra, de cunho imobiliário.

5.4.2 A cultura do coco: da prática à subsistência

Fora a cana de açúcar e a pecuária, as principais atividades econômicas que ocorrem historicamente, na região, são a pesca artesanal e a cultura do coco. Não se tem estimativa exata do quantitativo de pessoas que exercem como atividade principal a retirada do coco, porque esse grupo está cadastrado nos dados estatísticos como ocupado na atividade rural, como no corte da cana, por exemplo. Contudo, a presença dessa figura em diversas cenas do cotidiano denuncia a sua relevância para a economia local. Ao longo de todo o percurso da rodovia que atravessa os municípios de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, é recorrente o cenário formado por coqueirais, elemento importante na formação da paisagem da região. São muitos os sítios que exploram economicamente esta cultura e, é numerosa a quantidade de pessoas que se ocupam dessa atividade. Há sítios tão extensos que, quando se inicia e termina a retirada do coco, já é o momento de reiniciar a retirada, iniciando de novo nos primeiros coqueiros da retirada anterior[207], em um processo que ocorre sucessivamente. Sobre a importância da cultura do coco na região são recorrentes semelhanças com a seguinte fala, "O trabalho aqui é tirar coco e pescar, meu pai era

[207] O sítio da família Afrânio Lages é um exemplo citado por cortadores de cana.

tirador de coco e meu irmão também", como relata Flora[208]. Claudionete também comenta:

> *O serviço aqui era pesca e tirar coco. Os donos dos sítios pagam pra gente tirar. Meu pai mesmo tomava conta de uns dois ou três sítios. Os donos eram de aqui mesmo, mas quando não era de Maceió e eles deixavam um encarregado e o encarregado contratava o povo pra tirar os cocos. [...] O dinheiro do sitio era pouco, antigamente era quase que nem escravo [Claudionete, 30 de julho de 2019].*

A profissão de tirador de coco é comum entre os homens das famílias da região. No que tange ao processo de retirada do coco[209] em si, o dia de trabalho começa, geralmente, às 4h30 da manhã. Alguns tiradores sem local de trabalho fixo são chamados por donos de vários sítios da região. Normalmente, as tarefas de retirada de como são divididas entre mais de um tirador. Por exemplo, devido à extensão de alguns sítios e do número de coqueiros existentes, trabalha-se, às vezes, com equipes que chegam a ter dezessete foices, ou seja, dezessete homens trabalhando em um mesmo sítio. O trabalho é dividido entre os que ficam responsáveis por subir no coqueiro e tirar o coco; a equipe que junta o fruto e carrega para o armazém; e, por fim, os responsáveis por realizar o carregamento do transporte que leva os cocos para os depósitos locais, usando frequentemente um trator que puxa uma carroça.

Os coqueiros são identificados pelas letras das iniciais dos donos, grafadas nos troncos, e servem para contar quantos coqueiros existem em cada área; ao se andar em sítios e terrenos abertos, é possível identificar essas marcações. Por dia de trabalho, são retirados cocos de 60 a 70 coqueiros, em média. O ganho dos tiradores de coco é contabilizado por cada pé concluído, e não pelo número de cocos. O custo por cada pé é surpreendentemente baixo: um real[210]. O preço não varia de acordo com o tamanho dos pés de coco, que chegam a medir de 10 a 15 metros. O tempo gasto em cada pé é de aproximadamente 10 minutos e, é esse tempo que define de quantos pés vão ser retirados cocos em um dia de trabalho[211].

---

[208] Entrevista em 03 de julho de 2019.

[209] O oficio de tirador de coco lida com instrumentos denominados de peia, da foice e do cinto. A peia é constituída de três partes integradas em uma única peça. Uma parte serve de apoio para o pé, na outra correia o trabalhador pendura a perna esquerda, apoiando na altura da coxa, mais uma espécie de argola, utilizada para enlaçar o coqueiro. A peia é deslocada ritmicamente ao longo do corpo do coqueiro com facilidade, o que garante o movimento necessário para a subida. A foice, por sua vez, é o instrumento cortante que é utilizado para derrubar os cocos. O cinto serve de apoio para a foice. Esses instrumentos são muitas vezes feitos de maneira rudimentar e de improviso, contexto que favorece ao risco de acidentes, que são recorrentes nessa prática. Esses fatos foram. Os detalhes do ofício e seus instrumentos de uso foram relatados durante a realização da investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem para identificação de patrimônio Imaterial para o Registro de Patrimônio Imaterial (INRC), em dezembro de 2015.

[210] Informação coletada no início do ano de 2016.

[211] Informação coletada durante a realização da investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem para identificação de patrimônio Imaterial para o Registro de Patrimônio Imaterial (INRC), em dezembro de 2015.

Figura 97 - Pequeno armazém de coco baía - Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2015)

Para marcar de quantos coqueiros cada homem retirará os cocos, é escalado alguém de confiança do proprietário das terras, chamado de marcador, para contabilizar os coqueiros colhidos. É feita uma lista, inicialmente, com o nome de cada tirador. Para a contagem, os tiradores gritam estes nomes a cada coqueiro concluído, para que os marcadores anotem e contabilizem os coqueiros em que o trabalho foi concluído, por cada um dos tiradores de coco. Os gritos dos tiradores, propagados em espaços amplos de terras e coqueirais, são ouvidos em grandes distâncias, tornando possível identificar o momento em que acontece a atividade.

As atividades de tirador de coco e de pescador se complementam. Se exibe costumeira a subsistência de famílias dos povoados provirem destes dois ofícios, na maior parte exercida por membros diferentes da mesma família. Enquanto um está em mar, pescando, e, mais recentemente, fazendo passeios de jangadas com turistas, o outro está em terra, escalando coqueiros.

> *Pai tomava conta de uns sitinhos. Quando era dia de praia, era praia, quando não a gente ia tirar coco. Eu andava de cavalo, naquela época era uma besta. Da Boca do Rio pra cá eu andava de besta. Quando era dia de tirar coco a gente tirava, quando era dia de maré a gente ia tudinho para praia. Se a maré era de manhã, nós deixava para tirar o coco a tarde [Claudionete, 30 de julho de 2019].*

Diante da rápida espacialização do turismo-imobiliário na região, com destaque para São Miguel dos Milagres, a ocupação voltada ao coco tende a reduzir, uma vez que a implantação de empreendimentos para atender a demanda do turismo-imobiliário implica a derrubada da maior parte dos coqueiros, para que se convertam em loteamentos, o que, paradoxalmente, impacta talvez a paisagem mais valorizada pelos visitantes que vem ao lugar. A inserção da atividade turística vem a criar outras formas de sobrevivência na região alvo deste trabalho, às vezes dialogando com a nova atividade, às vezes sendo afastados por ela. Em um contexto de fragilidade socioeconômica, ofícios tradicionais vêm sendo aos poucos perdidos, sendo substituídos por outras atividades, embora antigas e novas atividades tendam a se complementar. A situação dos tiradores de coco ainda se mostra mais frágil que a dos pescadores, diante do fim das plantações, para dar vazão ao loteamento de imóveis voltados à prática de veraneio, e a escassez de alternativa novas de ocupação. No caso dos pescadores que possuem embarcações, eles podem optar em realizar passeios às piscinas naturais e ainda manter a continuidade da prática de pesca.

Em um quadro ainda recente, os tiradores de coco estão lidando com um território que se reduz rapidamente, o que está piorando uma situação que já não era fácil. Pouco a pouco, eles estão migrando para outras atividades, com destaque para a construção civil, que vem demandado um crescente número de mão de obra. Contudo, isso vem a contribuir com a ampliação de um grau de vulnerabilidade que vem a pôr em risco toda estrutura social das populações pretéritas à chegada do turismo. Em uma situação de redução drástica da construção civil, pode-se criar um exército de desocupados sem a expectativa de ocupação, ou de retorno à antiga condição, que embora difícil, permitia às pessoas do lugar sobreviver com recursos existentes localmente.

5.4.3. A pesca: modos e práticas

A formação territorial da planície litorânea, como já dito anteriormente, tem uma relação estreita com o latifúndio açucareiro, pois, a abrangência do domínio açucareiro compreende também estas planícies. Permitir a ocupação por pescadores era uma situação favorável à própria manutenção do sistema canavieiro. Povoados pesqueiros e os núcleos urbanos formados nessa parte de Alagoas, antes e a partir deles, eram

contextos favoráveis à própria subsistência da população dependente da cana de açúcar, que, segundo Diegues Junior (1954, p. 195),

> Aproximados do mar os centros produtores tinham tudo fácil. Sobretudo a alimentação [...]: ou pela pesca, e daí formação de núcleos de pescadores nas praias vizinhas aos engenhos, ou pela importação de produtos estrangeiros ou de outras áreas do país. De modo que, atraídos pelo açúcar os núcleos de povoamento se foram espalhando, fixando-se pelo litoral.

A formação dos núcleos de pescadores situados em Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, segundo Rocha (2002), deveu-se à fuga de portugueses e brasileiros de Porto Calvo durante a invasão holandesa, no século XVII. A busca de refúgio em terrenos de difícil acesso em praias próximas a Porto Calvo foi uma das alternativas encontradas durante o período de conflito. Após a expulsão dos holandeses, muitas destas povoações minguaram, permanecendo aquelas que tinham uma relação estreita com o mar ou que encontraram nestas localidades meios de sobrevivência, majoritariamente conectada ao próprio latifúndio da cana de açúcar e outras pequenas fontes econômicas agrárias, como as lavouras de subsistência e o cultivo do coco, este último em anos posteriores.

Tais economias desenvolvidas nos núcleos pesqueiros supriam o abastecimento local das populações empregadas na atividade açucareira, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando aumentou o número de engenhos em toda região de Porto Calvo. No entanto, a dinâmica do mercado interno era raquítica diante do quadro de uma economia açucareira voltada para o mercado externo e um fluxo de renda quase restrito às relações comerciais entre a elite metropolitana - supridora de bens de consumo e equipamentos - e o centro agrário exportador. Ou seja, embora os núcleos pesqueiros formados ao longo da uni-rua (LINDOSO, 2000), que conecta Porto de Pedras a Passo de Camaragibe, cobrissem necessidades dentro do complexo produtivo canavieiro, a renda proveniente das atividades de subsistência – a pesca e a mandioca – se exprimia parca, demarcando as condições de vida precárias no lugar.

Seu José Manoel[212], um antigo pescador de mais de 80 anos, de São Miguel dos Milagres, relata que a vida de menino na sua infância era ir trabalhar no corte da cana de açúcar ou ir pescar. No seu caso, ele optou pela pesca, começou a *pescar nas pedras*[213] aos oito anos de idade, aos 12 anos iniciou como ajudante em uma

[212] Entrevista realizada em 02 de setembro de 2015.

[213] Nos recifes costeiros, fora de embarcações.

embarcação no *mar de dentro*[214] e aos 15 anos já pescava e manejava embarcações no *mar de fora*[215]. A pesca no mar de fora exigia maior resistência e maior risco; Seu Manoel relata que ficava de cinco a oito dias em alto mar, em uma embarcação sem motor, movida somente à vela e remo. Como não havia gelo, o peixe era salgado com sal grosso. No retorno da pesca, o pescado era todo pesado e cinquenta por cento era, como ainda se pratica hoje, destinado para o dono da embarcação e a outra metade era repartida entre os pescadores, tripulantes da embarcação, compostos por duas ou três pessoas, conforme o tamanho da jangada. O pescado era vendido para atravessadores[216] que levavam os peixes para serem vendidos nas feiras dos municípios circunvizinhos ou era vendido pelo próprio pescador em feiras livres próximas aos pontos de desembarque.

Até a década de 1920, a jangada a vela era a embarcação que imperava neste universo, quando os primeiros barcos passaram a ser encomendados[217]. Contudo, somente os mais abastados tinham condições de encomendar num estaleiro uma embarcação e assim usá-la para capitalização na atividade através da contratação da mão de obra de pescadores locais. Mesmo a jangada, antigamente, segundo Seu José Manoel, eram poucos os pescadores que a possuíam. A dele, por exemplo, somente foi adquirida quando já tinha completado os seus 50 anos. As jangadas à vela exigiam um trabalho árduo e alta perícia em relação ao vento e força para remar em condições opostas ao vento. Além disso, era comum casos de acidentes de jangadas durante a noite com navios de grande porte. Segundo Seu José Manoel, "[...] *olhava e quando via era aquele mundo alto [um navio]*". Para evitar acidentes, se acordava entre os pescadores de um ficar acordado para alertar os demais sobre a ameaça representada pela presença de algum navio na área de pesca, e assim ter tempo hábil de desviar. Sobre animais grandes, como baleias e tubarões, muitos já foram vistos, os mais perigosos eram os tubarões tigre e branco, quando eles apareciam tinha que se jogar o pescado ao longe para que eles se afastassem. Já as baleias causavam medo pelo seu tamanho, mas não faziam mal algum, segundo seu José Manoel. Quando alguns desses animais fisgava a isca a solução era cortar a

[214] Pesca em rios, estuários e águas litorâneas

[215] Pesca marítima, do limite externo dos recifes costeiros até a borda da plataforma continental.

[216] Denominados localmente de bombeiros.

[217] Segundo o relato de Seu Manoel e outros pescadores, os dois primeiros barcos encomendados foram de Adebal da Costa Raposo a seu Manoel Qualhado, no ano de 1927, quando a colônia de pescadores de Porto da Rua foi criada.

linha para que a embarcação não fosse arrastada. Durante a pesca no mar de fora, se levava carvão ou lenha, lamparina, sal, feijão, charque, farinha, café e açúcar. Nos primeiros dias se comia o charque e nos dias seguintes cozinhava-se o peixe pescado. O que mais castigava era o sol forte, desencadeando em um quadro de problemas de saúde recorrente entre os pescadores, principalmente, as doenças de pele e de visão devido o reflexo do sol na água.

Na atualidade, a pesca em jangada pode durar até dois dias. Segundo Luciano, "[...] *sai num dia e volta no outro* [...]", geralmente se faz acompanhado e se leva suprimentos para aguentar a jornada, como alimentos e um fogão pequeno. Também da jangada, se pesca colocando rede por horas no mar: "[...] *às vezes, a gente coloca às quatro da tarde, quando é sete horas a gente começa a puxar, vai até nove, dez hora da noite a gente trabalhando*". Em boas pescarias, se chega a pegar de cem a duzentos quilos de peixe, mas de rede de caceia pode subir para até quinhentos quilos, "[...] *mas isso só se for feito em barco, na jangada já não dá*". A pescaria em barcos maiores, geralmente, conta com ajuda de até seis pessoas e pode tardar até duas semanas em alto-mar, mas isso quando a pescaria envolve lagosta ou camarão; a pesca de peixe tarda o máximo de cinco dias. Atualmente, quando se encontra um local ideal para pescaria, se faz a marcação em GPS.

A atividade de pesca envolve características e diferenciações entre quem a pratica. Os que não possuem embarcação, geralmente se encontram em condições mais vulneráveis, como é o caso das mulheres pescadoras. Para esses, na predominância das vezes, a pesca ou captura é praticada na praia, no mangue, nos rios e na barreira de coral, em uma lógica que segue o movimento da maré. A programação de cada dia é feita conforme o subir e baixar do mar. A mariscagem é uma atividade realizada predominantemente pelas mulheres, vindo a serem chamadas localmente de marisqueiras. Porto de Pedras, entre os dois municípios, é o que tem o maior volume desse tipo de pescadora. Geralmente são gerações e gerações que aprendem e praticam umas com as outras. No geral é realizada coletivamente, a cada dia, conforme a maré, que se inicia quando uma passa pela porta da outra para chamar até formar um pequeno grupo de mulheres, quase todas vizinhas. Elas praticam juntas de acordo com a proximidade. Nesse trajeto, que se inicia nas imediações da pista (rodovia), se passa por sítios e caminhos até chegar ao mar. Durante o percurso o grupo vai crescendo, formado por mulheres e meninas de várias idades. Algumas vão apenas pela diversão: "[...] *o dinheiro não vale nem a pena*

o trabalho, vou porque, sabe, é uma terapia", relata uma marisqueira de meia-idade, do povoado Curtume. Mas não é essa a realidade da maioria, vão por necessidade, seja para comer, seja para vender.

Uma marisqueira experiente coleta na praia, a cada maré, uma quantidade de marisco que cabe em uma medida de um balde de manteiga de 18 litros (15kg). Isso, geralmente, é o trabalho de três ou quatro horas cavando agachadas na areia da praia e mais dois ou três limpando. Olhando para a praia, ao longe parecem um monte de pontinhos dispostos na paisagem. No cotidiano, uma conhece a outra. Se, por acaso, for feita a pergunta por alguma, normalmente, respondem para qual direção ela foi, com que roupa estava e onde costuma ficar. Ao final daquela maré, uma vai avisando a outra que está retornando para casa, as que ainda não alcançaram o objetivo do dia tendem a permanecer mais um pouco, mas, no geral, uma a uma, se levantam e acompanham o seu grupo. Flora relata a respeito:

> *Eu catava marisco com a minha vizinha, a Graça, e outras vizinhas. E quando eu morei na Lage a gente tinha um grupinho de mulheres que a gente catava até a noite. Era bom, é um trabalho, mas ao mesmo tempo a gente se diverte. Se bronzeando, quando é pelo dia. Tinha que fazer o movimento com a mão e a boca trabalhando [risadas]. [Floracir, 03 de julho de 2019].*

Figura 98 - Marisqueiras de Porto de Pedras. a) Retorno da praia no Curtume; Marisqueira na prática de coleta



Fonte: A autora (julho/2019)

Na fotografia de retorno das marisqueiras da sua labuta, os baldes, antes nas mãos, agora voltam cheios e pesados sobre as cabeças. Algumas, ou os filhos, carregam em carro de mão. Ao chegar em casa, as conchas são lavadas e levadas ao fogo com água para ferver e assim se abrirem. O trabalho seguinte, após esfriar, é abrir uma a uma as pequenas conchinhas e retirar o marisco, depois que é posto em

um saco plástico transparente para refrigerar. Normalmente a medida de balde, após o marisco limpo, rende apenas um quilograma. O preço de venda de um quilo custa uma média que varia de 20,00 a 25,00 reais. Os atravessadores ou comerciantes compram por muito menos, 10,00 reais o quilo. Uma parte se nega a vender e prefere consumir, mas a maioria necessita do dinheiro e, quando não consegue vender direto para o consumidor, na pista ou por encomenda, entrega ao menor valor um dia inteiro de trabalho.

Antigamente, relata Lia, "[...] *a medida era um prato, a gente ficava na pista esperando os carros passar e oferecia, sempre tinha aquele que comprava"*. Atualmente, continua ela, "[...] *a gente manda o menino vender na bicicleta, ele vai de um povoado para outro gritando 'marisco'. Quando volta está tudo vendido*". E, no dia seguinte, o movimento retorna. Calcula-se que somente em Porto de Pedras, mais de 300 mulheres se dedicam à essa prática, em São Miguel dos Milagres o número se apresenta menor, em torno de 100 mulheres, segundo informação dada pelos presidentes de ambas as colônias de pescadores. Como nem todos pescadores, homens e mulheres, são cadastrados em instituições representantes da classe, no caso a Colônia de Pescadores, não se tem o registro preciso da quantidade de pessoas que praticam a mariscagem ou outras artes de pesca.

Os pescadores que não tem embarcação preferem as pedras (recifes), os rios e o mangue. A época do ano e a maré é que determina esse movimento. Os melhores estruturados contam com embarcações que os permitem ir para mais longe da costa e capturar pescados maiores e mais valorizados comercialmente. Os que estão em jangada, geralmente, pescam com a própria família, filhos, esposas, irmãos ou aparentados, seguindo uma lógica que se repetia no passado, segundo Claudionete:

> *Agora o povo tem armadilha, tem barco e pegam um peixe maior para vender, mas antigamente era aqui nas pedras de rede, aquele peixe pequeninho. Pescava na jangada também, mas naquele tempo a jangada era de pau. Eu não sei que pau era aquele que meu pai trazia. Encostava o pau um no outro e fazia o remendo. Quando a gente ia na jangada a gente já ia pescar nela até antes da pedra [arrecifes de corais], que hoje o povo chama de piscina. A gente morava aqui e não sabia que tinha uma piscina natural. A gente chamava de poço, mas hoje é piscina natural [Claudionete, 30 de julho de 2019].*

Os que possuem embarcação maiores contam com o apoio de pescadores experientes e, como de praxe, após a retirada de todos os gastos, divide-se o que for capturado meio a meio, metade para o proprietário da embarcação e a outra para ser dividida entre os trabalhadores da pesca. Assim, como não se sabe precisamente o

número de pessoas que se dedica à prática de pesca, também do volume de peixes capturado não se tem o registro. A prática ocorre de maneira autônoma e com restrito controle sobre quem pratica ou o que se pratica.

Figura 99 - Petrechos de pesca a) Palhoça em São Miguel dos Milagres; Rede de Pesca na praia do centro de Porto de Pedras




Fonte: A autora (dezembro/2016; junho/2019)

Boa parte, segundo foi relatado, é pescado ou coletado para o próprio consumo, como no caso de muitas marisqueiras. No caso de pescadores embarcados, a pesca é voltada para ser vendida para peixarias e atravessadores. Em algumas situações pontuais, as capturas são entregues diretamente para donos de pousadas ou restaurantes, mas ainda em fluxo esporádico, explicado pela própria natureza da atividade que não tem como manter uma frequência e continuidade, "depende da pescaria"[218], conforme a fala de um pescador.

Segundo diagnóstico da Pesca[219], realizado ao final do ano de 2018, sob a coordenação do ICMBio da APACC, alguns dados relacionados à pesca foram levantados na cidade de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, assim como em outros municípios que compõem a APA Costa dos Corais. Em Porto de Pedras, das 64 entrevistas realizadas, mais da metade dos pescadores (61%) não tinha ensino fundamental completo. Dentro da cadeia produtiva da pesca, a predominante parte se

[218] A pescaria depende da época do ano, alguns tipos de pescas são realizados em alguns períodos, como, por exemplo, a carapeba, o bagre, cambiro, piraroba, ariocô, garissuma, que se pesca ou captura de maio a agosto. Outras espécies são pescadas todo o ano, em um volume quase permanente, neste grupo encontramos a cioba, dourada, cavala, arabaiana, beijupirá, xaréu, bonito, tubira, caranha, pampo, agulhinha, agulhão, agulha preta, agulha branca. Como também as variedades de mariscos e outras espécies, como mariscoa, ostra, taioba, unha de véio, massunim, caranguejo uçá, aratu e guaiamun. Alguns pescados, embora tenham incidência do pescado todo o ano, exibem meses com maior volume, por exemplo, a tainha, a sauma, curimã, boca mole, espana, pescada e arraiá que ampliam a incidência nos meses de setembro a março. Enquanto outros como batata, bico verde, gato, pirambu, mariqueta, biquara, siri, nema, polvo, lagostin, camarão (rosa, branco e garote) apresentam maior incidência nos meses de maio a agosto. Os dados foram coletados em entrevistas com pescadores, marisqueiras e em relatos de reuniões de pescadores da APACC.

[219] Os recursos para realização do diagnóstico da pesca dos povoados litorâneos que compõem a APACC foram provenientes do projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar). O GEF Mar é um projeto coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil financiado com recursos do Banco Mundial e tem o Funbio (Fundo Brasileiro para Conservação da Biodiversidade) como gestor financeiro. Em 2016 foi submetido um projeto para a realização deste diagnóstico e entre 2017 e 2018, a APACC recebeu aporte de recursos para a realização desse diagnóstico.

dedica somente à captura (72%) e apenas 18% também comercializam. No caso das marisqueiras, todas trabalham no processo de beneficiamento, seja para a venda, seja para o próprio consumo. Ainda, segundo o diagnóstico, a grande maioria dos pescadores iniciou a atividade cedo, entre oito e 16 anos (78%) e, pelo menos a metade teve a prática ensinada pelo pai ou pela mãe (49%).

Em Porto de Pedras, segundo o diagnóstico, mais da metade dos pescadores entrevistados (54%) informaram que pescam sem embarcação, normalmente realizam a prática na praia (28%), nos mangues (15%), rios (13%), e 'nas pedras' (sobre os recifes de corais) (11%). Os petrechos de pesca mais usados são a rede de malha, linha ou espinhol, tarrafa, mariscagem e rede de arrasto. Mas também são usadas armadilhas, pesca de mergulho, jererê e petrechos para captura de caranguejo. Do montante entrevistado, apenas 14% informaram que realizam pesca em alto mar. Dos entrevistados que dispunham de embarcação, 75% delas eram jangadas.

No caso de São Miguel dos Milagres, o número de pescadores e de marisqueiras se apresenta menor que Porto de Pedras. Os entrevistados apresentam uma melhor escolaridade, 57% tem ensino fundamental completo. Mas assim, como em Porto de Pedras, os entrevistados iniciaram a atividade de pesca ainda jovens (72%), entre oito e 16 anos, e aprendeu com pai ou com mãe. Embora a quantidade de pescadores seja menor do que em Porto de Pedras, o número de depoentes que pescam embarcados é maior, pelo menos 62% informaram que possuem embarcação. Sobre a embarcação a maioria (75%) são jangadas, de média de 5,4 m de comprimento e de arqueação bruta (AB) de 494 kg a 500 kg. Por pescaria, segundo relataram, são pescados, em média, de vinte a nove quilos de peixe que rendem, aproximadamente, 186 reais. As práticas de pesca são similares às ocorridas em Porto de Pedras, mas predomina a rede de malha, a linha ou espinhol e a armadilha. As demais[220] apresentam menor proporção, inclusive no que se refere à prática de mariscagem.

Dentro da cadeia produtiva da pesca, a maioria dos entrevistados (85%) de São Miguel dos Milagres se concentra em apenas pescar, somente uma pequena parte (11%) se dedica também a comercializar. No geral, após a pescaria o peixe é vendido em casas e pousadas da região (39%), para atravessadores e comerciantes (44%) e o restante é armazenado e congelado para consumo próprio ou venda posterior. Em

[220] A tarrafa, rede de arrasto, pesca de mergulho, jererê, captura de caranguejo e a prática de mariscagem.

Porto de Pedras, 34% do produto capturado é vendido localmente para comerciantes ou peixarias locais. Algumas funcionam como ponto local de venda de peixe, outras como comércio atravessador de peixe e frutos do mar para outros mercados.

A condição econômica do pescador varia entre aqueles que possuem os meios de produção, como embarcações e redes, e aqueles que não os têm. Os primeiros conseguem a cada movimento ir em busca de capturas maiores e, por consequência, conseguem vender e obter condições melhores de vida. Já os do segundo caso realizam a pesca nas pedras, no mangue e da coleta do marisco, sobretudo, para o suprimento alimentar da família; sobre isso, dona Claudionete relata:

> *A pesca era só para comer que a família era grande. Porque nem toda maré também dava. E tinha maré que a gente ainda comprava. Que antes os peixes não vinham para rua não. Agora que vem e vai direto para peixaria. Mas antigamente, a gente ficava ali na beira da praia e quando os pescadores vinham a gente dizia quero um quilo de peixe. Daí a gente vinha pra casa, pesava e já levava aquele peixe. Com um quilo de peixe a minha mãe dava comida para doze pessoas, que hoje em dia um quilo de peixe é nada, né!? Eram dez filhos, mas meu pai e minha mãe era doze. Fazia no coco, cortava no pedaço pequenininho e o coco raspava, tirava o leite, ensopava e comia todo mundo. [Claudionete, 30 de julho de 2019].*

Entre os pescadores que praticavam diferentes tipos de pescarias também ocorria a troca; sobre isso, Flora comenta:

> *Quando nós morava na Lage meu marido botava muito covo e pegava camarão. Eu já troquei muito peixe com a Graça [uma pescadora vizinha] por camarão. O marido dela pescava e pegava peixe e a gente tinha o camarão, daí a gente já tava enjoada do camarão e ela do peixe daí a gente trocava e assim, a nossa vida é assim. [Floracir, 03 de julho de 2019].*

Para os pescadores que tem embarcação, também a possibilidade de outros ganhos se torna viável, como, por exemplo, a realização de passeios para os turistas ou visitantes. Alguns pescadores conseguiram estreitar laços com donos de pousada e, por isso, são indicados ou chamados para realizar passeios nas piscinas naturais daqueles municípios. Claudicéia[221] comenta que "[...] *a maioria dos meus amigos aí da praia trabalha disso* [de jangadeiro], *trabalha na pesca e leva os turistas para fazer passeio*".

No passado, praticamente toda a população pesqueira possuía palhoça para guardar os seus petrechos, quando não, a própria casa, situada na praia, servia para esse fim. As jangadas se modificaram durante o tempo, não somente pela substituição da vela e do remo pelo motor, como também pelo material, que antes era formado por

[221] Entrevista de 30 de julho de 2019.

apenas pau roliço, denominado de “pau de jangada” – paus leves presentes na Mata Atlântica – e não se utilizavam as pranchas de madeira prensada preenchidas com isopor, como atualmente. Não somente a jangada se modificou, os petrechos e a linha de pescar, para a produção de redes de pesca, eram feitos de fibras naturais encontradas no mangue e na Mata Atlântica, nas imediações do território de estudo. O uso de barcos de pesca tem sido cada vez maior, o uso de jangadas no mar de fora é cada vez mais raro, limitando-se aos rios, estuários e águas próximas à terra, limitando-se aos recifes costeiros.

Figura 100 - Palhoças de Pescadores em Porto de Pedras. a) Retorno da praia no Curtume; Marisqueira na prática de coleta



Fonte: A autora (dezembro/2016)

As famílias de pescadores eram grandes, algumas com mais de 12 filhos e todos sobreviviam da pesca, da agricultura de subsistência ou da cana. O acesso à assistência social permitiu que os pescadores atualmente tenham condições socioeconômicas melhores que no passado. No entanto, os relatos de diminuição do número de pescadores ‘de verdade’ são recorrentes[222]. O número crescente nas associações é atraído pela possibilidade de rendimentos como defeso e aposentadoria. Existe um forte embate entre quem se dedica exclusivamente à pesca e quem a pratica esporadicamente, como também entre aqueles que se dedicam a pesca de alto mar e aqueles que capturam outras espécies como o marisco. Para o universo masculino da pesca, a mulher marisqueira não pode ser enquadrada como pescadora. Esse debate tem sido acalorado nas entidades de classes locais e em esferas mais amplas. Segundo seu Manoel, no passado, a Capitania dos Portos

[222] Dentro das próprias colônias de pescadores há crítica em quem se filia, mas na prática cotidiana não pesca ou se dedica a captura de outras espécies. Isso é falado em quase todas as reuniões dessas associações.

exercia um controle maior sobre os pescadores e embarcações, mas as condições sociais não eram melhores. A Colônia de Pescadores Z-11, em São Miguel dos Milagres, foi a primeira delas a ser estruturada formalmente, em 1927, enquanto a Z-25, de Porto de Pedras, somente veio ocorrer em 1981.

Figura 101 - Colônia de Pescadores. a) Colônia Z-25 Porto de Pedras; b) Colônia Z-11 São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (junho/2019; setembro/2018)

Vale salientar que a criação das colônias de pescadores foi imposta pelo Governo Brasileiro no início do século XX e que serviu majoritariamente para controle social, mais do que uma alternativa de apoio à classe de trabalhadores da pesca. Com base nos relatos durante a investigação, a formação destas colônias contou com o apoio majoritário de proprietários de embarcação, mais do que propriamente pescadores. Interesses para formação destas colônias estavam atrelados mais ao caráter institucional do que para trazer benefícios socioeconômicos ao pescador. O rompante dos movimentos sociais da pesca veio a mudar essa lógica em alguns territórios, e o raio de ação deste movimento veio a influenciar uma relevante articulação local. Cabe entender este movimento na escala do país, para entendê-lo localmente.

5.5 APA Costa do Corais

O recorte do estudo de caso alagoano está imbricado a uma Área de Proteção Ambiental[223] denominada Costa dos Corais[224] (APACC). Esta área de conservação é caracteristicamente marinha e estuarina, em uma abrangência que se limita, no continente, às linhas preamar e aos estuários dos rios que abarca; o restante fica em ambiente marinho. Assim, a parte continental do recorte espacial deste estudo diz respeito principalmente à planície litorânea, portanto, uma área contígua à APACC. Na costa, limita-se ao norte na foz do rio Formoso, limite norte do município de Tamandaré, litoral sul do Estado de Pernambuco, e ao sul no município de Maceió, capital do Estado de Alagoas. Os municípios inseridos neste estudo situam-se nas proximidades do centro-sul da APACC. Essa unidade de conservação é de jurisdição federal, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e orientada a conservação da biodiversidade e aos usos sustentáveis direto (pesca) e indireto (turismo e pesquisa) dos recursos naturais. A APACC é considerada a maior unidade de conservação federal marinha do Brasil, ela possui mais de 400 mil ha de área e cerca de 120 km de praia e mangues e, segundo o documento de criação da unidade, aproximadamente 200 mil pessoas dependem diretamente do uso dos recursos naturais dessa área, como a pesca artesanal, e, mais recentemente, o turismo.

Os argumentos[225] de criação da APACC estão calcados nos seus atributos ambientais, que são de relevante importância para a conservação e a reprodução da biodiversidade, principalmente marinha, com destaque para os recifes coralígenos e de arenito, manguezais e o Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), este último ameaçado de extinção. Nos limites da área de abrangência desta Unidade de Conservação (UC) em recortes territoriais específicos, por meio de zoneamento, algumas atividades são restringidas ou mesmo proibidas. A criação da APA, em 1997, e a constituição tardia do seu Plano de Manejo [226] vieram a restringir algumas práticas

[223] As Áreas de Proteção Ambiental (APAs), segundo Selva et. al., 2016 apud Neves, 2017, p.12), são Unidades de Conservação de uso sustentável criadas no Brasil em 1981 em base modelos de Parques Naturais de Portugal, Parques Nacionais da Inglaterra e os "Landschaftsschutzgebiet" da Alemanha.

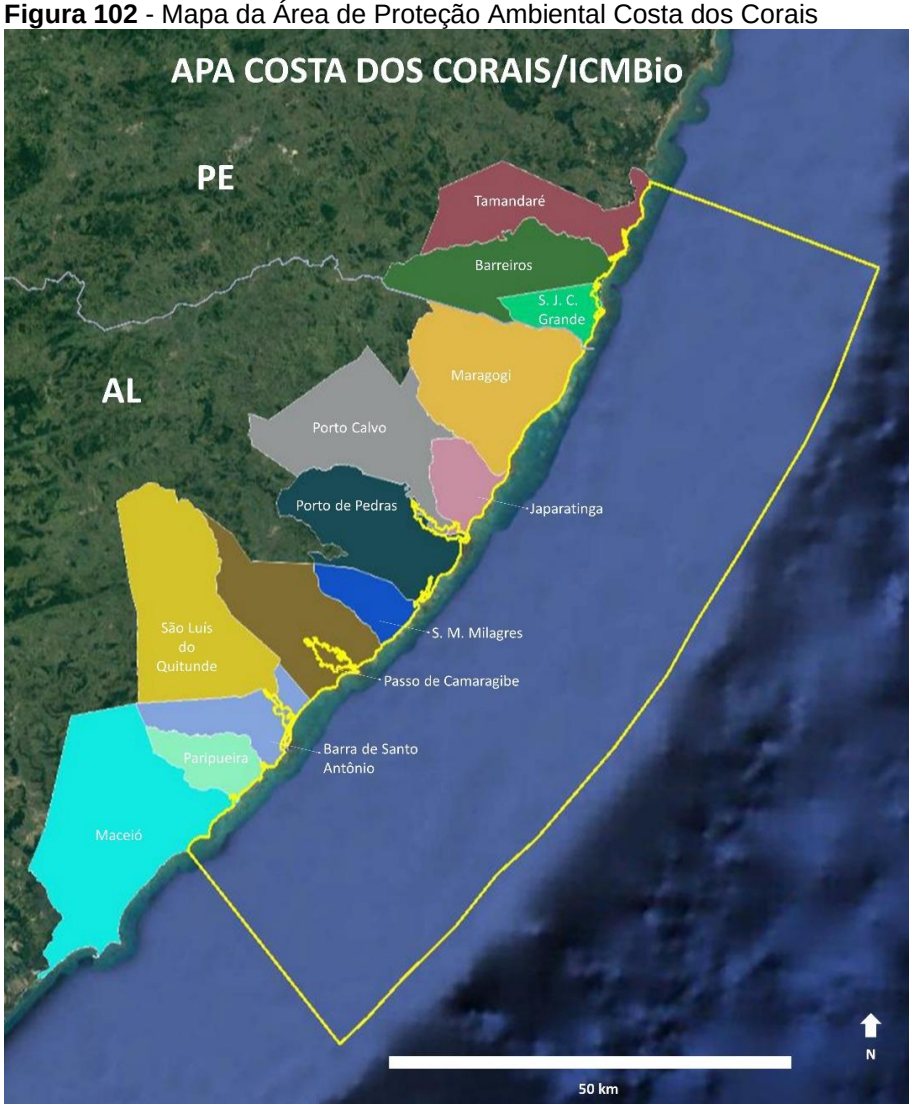
[224] Criada por decreto federal no dia 23 de outubro de 1997.

[225] O processo de criação da APACC ocorreu em decorrência do resultado de investigações feitas por pesquisadores de diversas instituições e áreas do conhecimento, e, proeminentemente, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (Departamento de Oceanografia), Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE (IBAMA), Universidade federal de Alagoas e outros, foi entregue ao IBAMA (órgão responsável pela gestão de UCs na época. Segundo Neves (2017, p. 57) a criação da APACC ocorreu por intenso incentivo de pesquisadores ao ser constatado em seus estudos riscos em uma área de elevada taxa de biodiversidade. Segundo ela, não se aponta indícios de participação local no processo de criação da unidade.

[226] A lei de criação de uma área de proteção exige a preparação de um Plano de Manejo; o da APACC foi criado com bastante atraso, em 1º de fevereiro de 2013, através da Portaria nº 144 do ICMBio

existentes, em especial no recorte territorial deste estudo e, predominantemente, no mar.

Figura 102 - Mapa da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais



Fonte: ICMBio Costa dos Corais (s/d)

O Plano de Manejo da APACC aponta como o principal dos seus objetivos o de "[...] manter a integridade do habitat e preservar a população de Peixe-boi marinho *(Trichechus manatus*)". Para atender esse propósito, criou-se uma Zona de Conservação de Vida Marinha do Peixe Boi (ZC), por meio de audiência pública em 2011, circunscrita da Praia do Riacho, em São Miguel dos Milagres, até o Pontal do Boqueirão, no município de Japaratinga. Dentro desta área, foi pactuada a ordenação do turismo de observação do Peixe-boi como uma atividade de base comunitária, e a ser realizada no Rio Tatuamunha (divisa de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres). Este rio foi escolhido como área para a reintrodução de peixes-boi marinhos e, por sua vez, local para a instalação da base do Centro Nacional de Pesquisa e

Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA/ICMBio), em Porto de Pedras. Por conta disso, embarcações e atividades com uso de motor foram proibidas nessa parte[227]. A princípio, isso causou conflitos entre donos de embarcações, mas, de maneira reduzida pelo fato das embarcações de motores ainda serem em quantidade exígua. Os maiores conflitos foram causados pela proibição e controle do uso de determinados petrechos de pesca[228], além de proibir usos de veículos automotores aquáticos, de jet-skis e lanchas de alta velocidade.

Figura 103 - Rio Tatuamunha, Porto de Pedras. a) Peixe-boi na área reservada para adaptação; b) Rio Tatuamunha



Fonte: A autora (fevereiro/2016; julho/2016)

Como alternativa, foi proposto, por meio de instrumento normativo de ordem federal, Termos de Ajuste e Conduta (TAC), o desenvolvimento do turismo de caráter comunitário denominado turismo de observação do peixe-boi, que utiliza jangadas a remo, movida por dois condutores, e adotou como estratégia para o envolvimento da população local a criação de uma associação que foi idealizada e moldada aos interesses de conservação ambiental do habitat do peixe-boi, buscando uma consonância com a necessidade de geração de renda

Como o caso citado acima, a criação da APACC influenciou em mudanças de regras que desencadearam conflitos e tensões. Com objetivo de mediá-los e para deliberar sobre propostas para a sua solução, foi instituído, conforme já previsto em lei, a formação do Conselho Consultivo da APA Costa do Corais (CONAPAC[229]), em 21 de julho de 2011, que, embora tenha caráter consultivo, desde a sua criação tem

[227] Na Zona de Conservação do Peixe-boi não estão permitidas a utilização de Jet ski (Moto náutica) e a navegação de embarcações com motores com potência maior que 5,5 hp (ICMBio, 2013).

[228] Na Zona de Conservação do Peixe-boi não estão permitidas a pesca submarina e a pesca de tapagem.

[229] Portaria nº 62 do ICMBio.

funcionado como em caráter deliberativo[230]. Ao todo, já se realizaram trinta reuniões[231] com um corpo de conselheiros que ocupam 28 assentos, e representando 40 entidades possíveis[232], entre titulares e suplentes, que representam segmentos da pesca, do turismo, ambientais, comunitárias, da esfera pública e de pesquisa e extensão, divididos em blocos representativos da sociedade civil, privada e pública, nas três esferas (local, estadual e federal).

Figura 104 - Passeio de Observação no Rio Tatuamunha - Porto de Pedras



Fonte: A autora (julho/2016)

[230] O cenário pode vir a mudar após a exoneração de servidores do ICMBio do cargo de chefia, bem como a remoção imposta em uma política arbitrária do atual governo federal. Foi nomeado um militar de reserva como um novo chefe da APACC, mas até ao final desse texto não se tinha ainda atuação efetiva para que se possa ter considerações no corpo deste texto.

[231] Até agosto de 2019, haviam ocorrido 30 reuniões ordinárias e extraordinárias.

[232] Do biênio 2016-2018, fazem parte do conselho representantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (CEPENE), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Agência Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco(CPRH), Superintendência do Patrimônio da União do Estado de Alagoas (SPU/AL), Superintendência do IBAMA no Estado de Alagoas (IBAMA/AL), Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de Alagoas (SEDETUR), Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (SEMAS), Prefeitura Municipal de Tamandaré (PMTam), Prefeitura Municipal de Paripueira (PMPar), Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande (PMSJCR), Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Passo de Camaragibe (SAP PMPC), Programa Peixe-Boi Marinho/ICMBio (PPB/ICMBIO), Colônia de Pescadores de São Miguel dos Milagres (Z-11), Colônia de Pescadores de Paripueira (Z-21), Colônia de Pescadores de Tamandaré (Z-5), Colônia de Pescadores de São José da Coroa Grande (Z-9), Colônia de Pescadores de Porto de Pedras (Z-25), União dos Produtores de Própolis Vermelha do Estado de Alagoas (UNIPROPOLIS), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Alagoas (ABIH-AL), Costa dos Corais Convention & Visitors Bureau (CCCVB), Sindicato de Guias de Turismo do Estado de Alagoas (SINGTUR/AL), Associação Milagrense de Turismo Sustentável (AMITUS), Associação dos Operadores de Mergulho de Maragogi, Associação dos Moradores do Residencial Refúgio das Águas de Ipioca (AMORDAG), Instituto Yandê: Educação, Cultura e Meio Ambiente (YANDÊ), Instituto Social SOS Litoral Norte de Maceió, Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA), Instituto Biota de Conservação (BIOTA/AL), Instituto Recifes Costeiros (IRCOS), e presidida pelo Gestor da APA Costa dos Corais (APACC).

O Conselho da APACC se apresenta como um Fórum de discussão, negociação e gestão da UC e áreas de influência, para desta maneira, fortalecer com base em parcerias e decidir as ações da APACC. Dentre as dezenove competências dos conselheiros do CONAPAC, segundo o Regimento Interno, destacam-se:

> [...]
> II – orientar e acompanhar o desenvolvimento de planos, programas, projetos e atividades ligados ao órgão gestor, de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;
> III – debater e votar as matérias em discussão, emitindo suas orientações por meio de recomendações e monções;
> [...]
> VII – propor ações, temas e assuntos para discussão e deliberação no CONAPAC;
> XI – requerer a realização de audiências públicas [...]
> (REGIMENTO INTERNO CONAPAC, Art. 16, p. 05)

A estrutura do CONAPAC contempla quatro Câmaras Temáticas[233] (CTs) que apresentam a finalidade de "[...] estudar, analisar e emitir parecer e resumo sobre assuntos de sua competência que lhes forem encaminhados pelo PLENÁRIO ou pelo Presidente do CONAPAC". No âmbito do CONAPAC, as CTs têm caráter permanente e podem, diante da necessidade de analisar um determinado assunto, propor a criação de Grupos de Trabalho (GTs), estes últimos com o papel de aprofundar a análise sobre determinado tema e emitir pareceres sobre determinadas questões.

Desde o início deste conselho, conflitos de interesses foram analisados e discutidos nos espaços da APACC. Para isso, novas zonas foram criadas, outras foram ampliadas ou reduzidas, dentro de todo o território da UC. No recorte deste estudo, os principais conflitos estão relacionados às regras de uso e de navegação no mar costeiro e nos rios abrangidos pela zona de conservação do Peixe-boi marinho. Os pescadores da região se opuseram à instituição dessas regras e é comum relatarem avarias de seus petrechos causadas pela intervenção do animal em Porto de Pedras. Por outro lado, as instituições voltadas para o turismo têm visto a criação da área de visitação do Peixe-boi como um importante passo para o desenvolvimento da atividade na região. Relatos do conflito apontam que este ocorre com a prática de pesca estuarina e de mar de dentro, por serem os locais por onde transita o mamífero. Segundo Neves (2017) a ocorrência deste conflito está centrada entre os pescadores de Porto de Pedras; já em São Miguel dos Milagres, segundo a autora, além de não haver relatos de conflito com o peixe-boi, apontaram que a presença dessa população

[233] CT da atividade Pesqueira, CT de Biodiversidade, CT de Gestão Ambiental e CT de Turismo.

tem contribuído com aumento do turismo no município. Entre 1998 e 2017, foram soltos, segundo Neves (*ibid*), 31 peixes-bois marinhos, no rio Tatuamunha em Porto de Pedras. Talvez o fato de Porto de Pedras ter uma geografia desenhada pelo Rio Manguaba e o Rio Tatuamunha tenha sido favorável à preferência deste município ao de São Miguel de Milagres. Ademais, esses dois rios são importantes recursos para a concentração da prática pesca estuarina em Porto de Pedras.

5.6 Cidades-povoado, povoados-cidade

A estrutura social da qual fazem parte as pessoas que circulam e vivem nos povoados desse estudo desenham-se sob a influência de circunstâncias observadas e vivenciadas durante a pesquisa. Posições e oposições sociais aqui descritas se exibem permeáveis entre uma categorização e outra, contudo, são frequentemente efetivas nas relações adotadas no cotidiano local. Existem aqueles que são considerados *os locais*, gente do povoado; esses podem ser subdivididos em três subcategorias: a) *Gente antiga* ou *filha da gente antiga,* usado para designar os descendentes das famílias de renome e estruturadas historicamente nesses municípios e povoados, geralmente são conhecidos pelos seus nomes e sobrenomes, herdados de seus antepassados. Normalmente, os que se enquadram nesse grupo apresentam destaque social e econômico em relação aos outros moradores desses lugares, em uma condição de status e privilégio social; b) *Natural da terra*, aqueles que são nascidos no lugar, mas que não necessariamente fazem parte de uma das famílias citadas, são geralmente pescadores, trabalhadores rurais, pequenos agricultores, pequenos comerciantes. Pessoas que são dos povoados e de municípios vizinhos, mas que não pertencem aos sobrenomes das famílias categorizadas acima; c) *Morador*, pessoas que não nasceram nem descendem das famílias originárias do lugar, mas que ali habitam há algum tempo e se integraram à vida local, exercendo diferentes tipos de atividades atualmente no território.

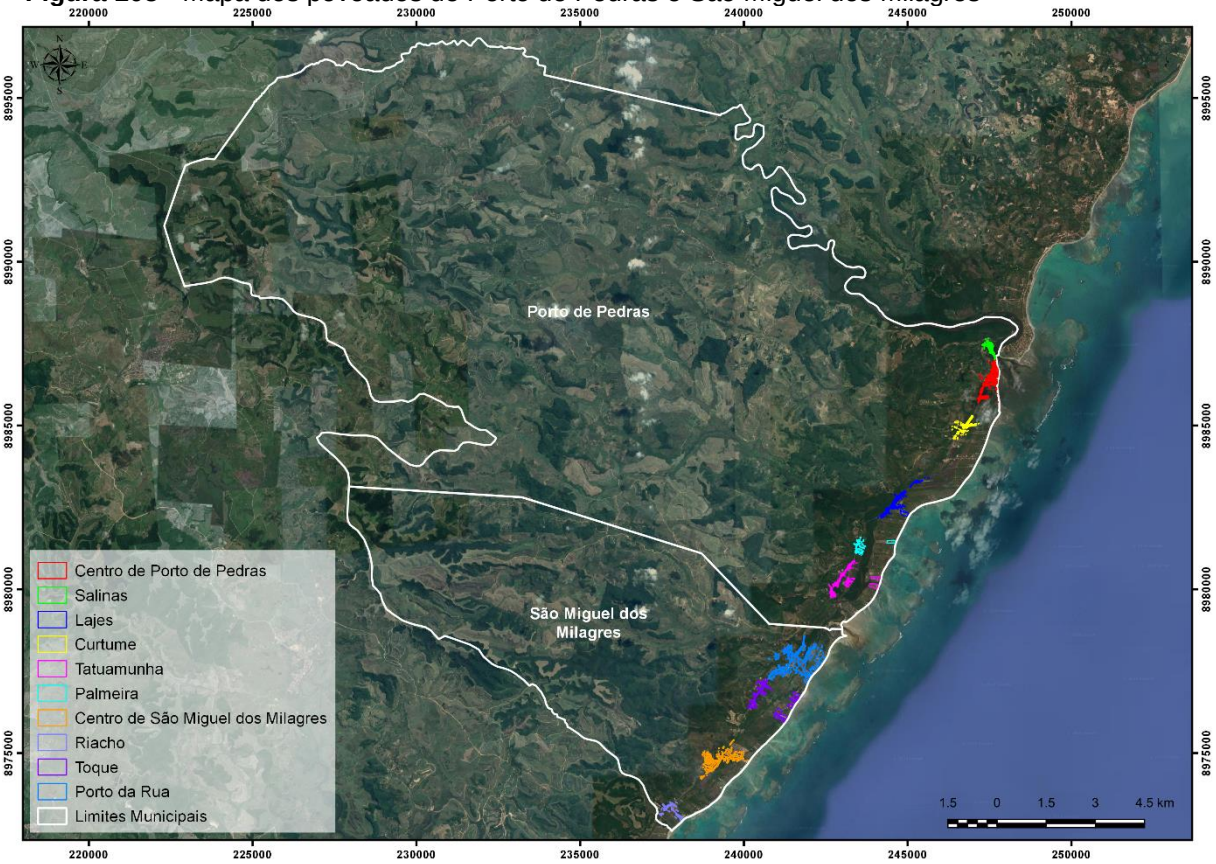
Em contraposição à *gente antiga, natural* e *morado*r, existem os *de fora*, que se enquadram nas seguintes categorizações: d) *Gente nova,* residentes mais recentes, no geral, provenientes de classes médias e de costumes urbanos, como proprietários de loteamentos, donos de pousadas, empresários de diversos ramos, funcionários de órgãos públicos ou privados e responsáveis por ONGs que atuam no lugar são alguns exemplos dos que se enquadram nessa categoria. Se enquadram

nessa categoria pessoas que se instalaram na região para trabalhar em atividades relacionadas ao turismo e ao mercado imobiliário ou pertencem ao funcionalismo público; e) *veranista*, são divididos em duas subcategorias, o primeiro daqueles que adquiram lotes; o segundo são aqueles que locam casas de veraneio; ambos podem exercer uma relação harmoniosa com a população local, principalmente por conta dos serviços contratados, como também conflituosa, por conta de tensões entre os costumes locais e extra-locais; f) os *turistas*, são considerados, geralmente, aqueles que ficam hospedados em pousadas ou em outros tipos de estabelecimentos de hospedagem regulamentados, geralmente provenientes de outros estados do Brasil e, em menor circunstância, de outros países. Frequentemente, têm um nível de exigência maior, usufruem dos passeios oferecidos localmente. No geral, exibem escasso relacionamento com a gente do lugar, mas também há relatos[234] do contrário. No começo, eram observados pela população nativa por sua aparência e modos, mas, na atualidade, não são mais vistos com estranheza ou com admiração; g) os *visitantes*, são representados por grupos de pessoas que visitam o lugar para passar um dia e pernoitam em outra cidade. O volume desse perfil de visitante cresceu exponencialmente nos últimos anos e são representados por duas subcategorias; primeiro por aqueles, geralmente provenientes de outros estados brasileiros e chegam à cidade por meio de receptivos – de empresas de abrangência nacional – que o transportam da cidade onde estão hospedados, majoritariamente da cidade de Maceió. Quando chegam à região, são levados para um dos locais já projetados para recebê-los e onde contam com estrutura de alimentação e de serviços. Normalmente, eles ficam no mesmo local do momento que chegam ao momento que partem, com a exceção daqueles que realizam passeios de bugre e de jangada para as piscinas naturais. Atualmente, pelo número, são considerados a principal fonte de renda para jangadeiros e bugueiros da região. O segundo subgrupo são os visitantes que chegam em carros e ônibus próprios e alugados para passar o dia, são denominados pelos locais de *farofeiros*, por conta de virem munidos de comida e de alguma estrutura para o seu suporte durante a permanência na região. Esse tipo de visitante tem sido uma das causas de tensões com donos de pousada e órgãos ambientais, por serem considerados responsáveis pela poluição sonora e pelo lixo deixado durante a estada no local.

[234] Sobre esses últimos, há relatos desta relação nas dissertações de mestrado de Renata Carvalho (2014), Thassia Silva (2016) e Ana Rísia Camêlo (2016).

As nomenclaturas acima, como dito antes, por vezes se mesclam e dependendo da circunstância e da pessoa que fala, se desloca de uma categoria para outra. Por exemplo, é comum os visitantes provenientes de receptivos serem chamados de turistas, como também aqueles que locam casas por um curto período de tempo. Em relação a *gente nova*, às vezes eles podem ser chamados pela característica da atividade que exercem, por exemplo, como “pousadeiro”, o “pessoal do ICMBio”, o “dono do (nome do estabelecimento)”, o “novo dono do (loteamento, sitio)” ou mesmo como “gente de fora”, entre outras formas de nomear esses que são considerados vindos de outros lugares.

Figura 105 - Mapa dos povoados de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres



Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Essas subcategorias podem ser encontradas em quase todas as localidades, mas, algumas podem se concentrar mais em uns lugares que em outros. Por exemplo, a gente antiga, ou gente velha, como é dito comumente, tendem a viver em povoados que no passado tiveram certo prestígio, como o centro de Porto de Pedras, Tatuamunha, Porto da Rua e o centro de São Miguel dos Milagres. Os naturais, que não pertencem necessariamente a famílias tradicionais e os moradores, vivem espalhados entre todos os povoados localizados nas proximidades ou contíguos à

pista. A gente nova, ou a gente de fora, costuma viver nos novos loteamentos abertos no Patacho, Toque e também em Porto da Rua e Centro de São Miguel dos Milagres. Os turistas, visitantes e veranistas transitam geralmente pelos mesmos lugares, praias como a do Patacho, da Lage, a praia e o povoado de Tatuamunha, do Toque, de Porto da Rua, do Centro de São Miguel dos Milagres e Riacho são os mais frequentados, mas, concentrados nas praias desses povoados.

5.6.1 Porto de Pedras

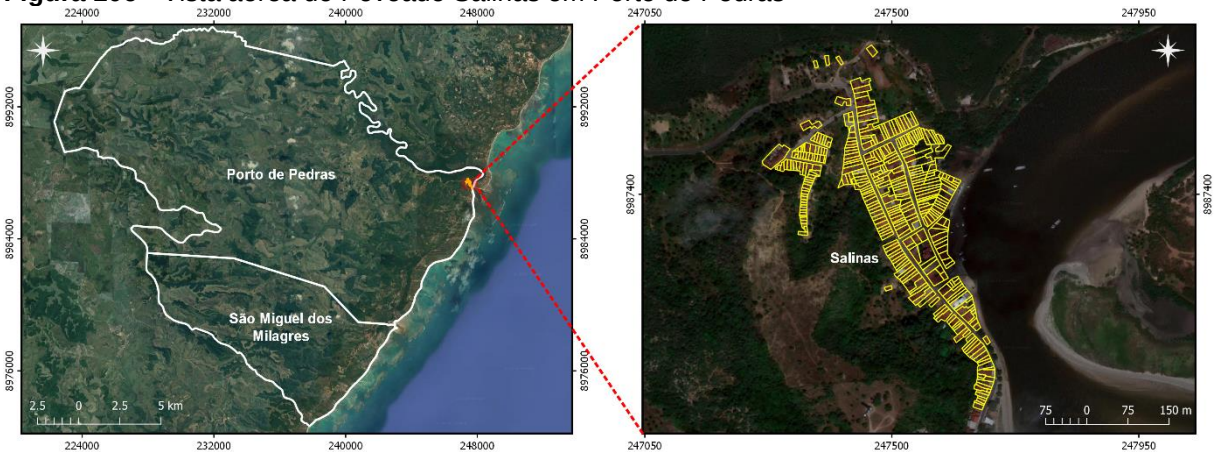
Entre um povoado e outro, coqueiros e vegetação nativa – embora de pequeno porte – ainda imperam na paisagem, tornando possível vislumbrar o mar cortinado por um viçoso coqueiral, que, a todo instante, explicita cenas paradisíacas. Contudo, as inúmeras obras denunciam o crescimento imobiliário de residências de uso temporário, de novas pousadas e ampliação do comércio e dos serviços turísticos. O chamariz para o turista é sustentado por seu especial atrativo, lugares preservados em povoações (ainda) rarefeitas. Porto de Pedras encontra-se menos impactado pelo turismo, como São Miguel dos Milagres, embora se possam observar mudanças visíveis.

O litoral de Porto de Pedras é composto por sua sede e mais cinco povoados: Salinas, Curtume, Lages, Palmeira e Tatuamunha. Salinas é o mais próximo da sede do município e, a este fato leva a parecer que são um mesmo lugar, mas como dito antes, a gente do lugar sabe claramente distinguir o que é um e o que é outro.

O povoado **Salinas** se formou na margem direita da foz do rio Manguaba, onde práticas e atividades são voltadas à pesca estuarina. Este povoado em relação aos outros parece ter uma maior densidade populacional, pessoas se avolumam em suas poucas ruas, pelas calçadas. Segundo dados do e-SUS,[235] fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto de Pedras trazem que, no povoado Salinas, são registradas 454 casas, das quais 384 são ocupadas por famílias, ao total 1.101 pessoas vivem neste povoado. Embora em outros se possa identificar um número maior que esse tanto em casas, como em famílias e pessoas, a área territorial dos demais povoados é significativamente maior que deste.

[235] E-SUS é o sistema usado localmente para monitorar o número de casas, famílias e pessoas assistidas por agentes de saúde. Os dados monitorados por este sistema apresentam dados na microescala, rua, bairro, povoado ou assentamento populacional.

Figura 106 - Vista aérea do Povoado Salinas em Porto de Pedras



Fonte: Mapas produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

'Na Salinas', como é chamada, localmente, as casas que se apresentam mais simples e são, em geral, geminadas, ou com paredes sem recuo, umas às outras ao longo da rodovia, nas ruas transversais e ruelas. A qualquer hora do dia, pode-se deparar com grupos de pessoas conversando à porta. Todos se conhecem e se nomeiam fulana do ciclano ou ciclano da fulana. Apresenta comércio e estabelecimentos, com salva exceções, acanhados, projetados em locais que um dia foram (ou ainda são) moradias. O comércio se concentra onde ocorre o maior movimento do povoado, ou seja, nas proximidades do ponto de embarque da balsa. Devido à travessia, o trânsito no povoado Salinas é mais intenso, sobretudo quando se leva em consideração que, nesse trecho, a rodovia apresenta-se mais estreita e com pouquíssimas opções de acostamento. A impressão que se tem é que casas são espremidas entre a rodovia e barreiras naturais (encostas), uma representada pelo morro, outra pelo rio.

Entre a rodovia, poucas ruas - uma paralela, entre a rodovia e o rio Manguaba, e outas três transversais - e ruelas, se concentram residências[236] e um comércio[237] que contempla mercados e mercadinhos; uma pequena marcenaria; cabelereiro; uma loja de material de construção; uma pousada, uma loja de roupas; um restaurante; uma casa lotérica; uma conveniência e cafeteria; lanchonetes; duas padarias; uma

[236] Como parte deste trabalho, foi feita a contagem de casas, aproximadamente na rodovia, ou Rua da Piedade, contabilizamos 168, na rua paralela (rua Nove de Junho), entre a rodovia e a balsa, contamos 62, em uma das ruas transversais, da rodovia até o rio, contamos 21 (rua Acioly Navarro) e na segunda 36 (rua Dois de Julho) e na terceira (rua do Porto), a da saída da balsa, apenas observamos estabelecimentos comerciais. Nas ruelas também haviam casas menores geminadas, mas não foi feita a contagem delas.

[237] No trabalho de campo, anotou-se nome dos estabelecimentos que foram observados durante a investigação. Optou-se em não levar o nome ao texto para não o tornar desgastante. A título de exemplo citamos alguns: Mercadinho Cunha, Messias Cabelereiro, Pousada Porto Mar, JV Modas, Restaurante do Mar, Casa lotérica Paraibana, Mercadinho do Jó, Moto peças Salinas, Mily Variedades, Mercado Luana, Pinguim Games e Informática.

gráfica e papelaria; loja de serviços e de peças de veículos; armarinhos; um chaveiro; uma loja de games e Informática; a lavanderia municipal do povoado; a creche escola Zulmira Maria dos Santos; a sede do CRAS; a Igreja católica da N. Sra. Piedade (Figura 121a), uma igreja da Assembleia de Deus, a Igreja Pentecostal Espírito Santo e uma pequena pracinha projetada na esquina com dois bancos e uma televisão em um suporte de cimento.

Além disso, desde o início da atual gestão municipal, pelo menos duas outras praças foram projetadas neste trecho, uma na rodovia onde se depara com letreiro turístico de Porto de Pedras, o qual se configura o principal ponto de parada para fotografias entre os turistas e demais visitantes e (Figura 121b); outra, ao lado da balsa, projetada para ser parquinho e de uso infantil. Esses espaços apresentam um mobiliário urbano produzido de materiais naturais como madeira de eucalipto proveniente de reflorestamento, bambu e fibras, figurando em um aspecto rústico e acolhedor.

Figura 107 - Povoado Salinas. a) Igreja Católica N. Sra. da Piedade; b) Letreiro Turístico de Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2015; setembro/2018)

A divisão entre o povoado Salinas e o centro da sede municipal ocorre por meio de um estrangulamento físico neste trecho, em que a foz do rio se aproxima da encosta do morro do farol. Em um desenho que se aproxima a uma gravata borboleta, o nó é o que divide os dois lugares. A divisão também é marcada por elementos

icônicos do município; situados neste trecho, o farol[238], ao alto do morro, e a pequenina igreja católica Nossa Senhora da Piedade[239], às margens da foz do rio Manguaba.

Figura 108 - Farol a o alto do Rio Manguaba, Povoado Salinas, Porto de Pedras



Fonte: A autora (julho/2019)

Figura 109 - Farol ao alto do Rio Manguaba, visão da sede municipal de Porto de Pedras



Fonte: A autora (julho/2019)

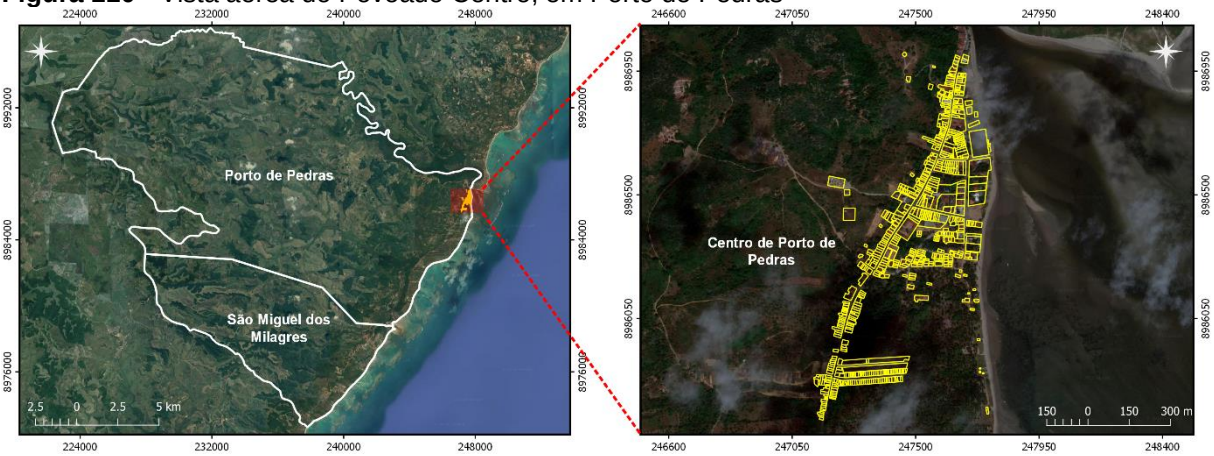
O **centro** exibe um desenho que se aproxima a um triângulo escaleno, onde uma das laterais é banhada pelo mar e foz do rio Manguaba; o segundo lado é a

[238] O farol situa-se no alto do morro Três Coqueiros, localmente conhecido de Alto do Farol. Sua instalação deve-se ao posicionamento do município, até a década de 1960, na rota marítima nas viagens entre Recife e Maceió (SILVA, 2016).

[239] Esta igreja, embora date a sua conclusão no ano de 1850, supõe-se que ela possua muito mais tempo do início da sua construção. Esta igreja possui um porte menor, mas apresenta uma suntuosidade interna e externamente, que é notável a todos que ali passam.

rodovia onde, juntas, formam o menor ângulo, o qual se depara do povoado Salinas, e, na medida que esses lados se afastam, a superfície se alarga até o limite do centro, delineado como o menor lado desse triângulo. A sede municipal de Porto de Pedras contém por volta de dez ruas largas e longas, e algumas ruelas, e exibe, na sua principal via, a rodovia (ou rua Dr. Sebastião Hora), um casario oitocentista e algumas edificações de valor histórico, como as ruínas do antigo presídio.

Figura 110 - Vista aérea do Povoado Centro, em Porto de Pedras



Fonte: Mapas produzidos por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Nessa localidade central concentram-se órgãos e entidades públicas do município, como a prefeitura, a câmara municipal, o Fórum, Conselho Tutelar, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Cultura, escolas municipais, biblioteca municipal, Unidade básica de Saúde, Centro de Vigilância de Saúde, CAPS, Cartório, Iadema, Correios e quadras esportivas[240]. Ali também se situa a sede da Colônia de Pescadores Z-25. A edificação de maior relevo é a igreja matriz Nossa Senhora da Glória. O centro também conta com um comércio[241] e um setor de serviços que abrange algumas pousadas, restaurantes, bares, lanchonetes, supermercado, mercadinhos, peixarias, depósitos de bebidas, lojas de ferramentas e construção, loja de móveis e colchões, loja de piscinas, borracharia, escritório de advogados, estabelecimento de serviço de fotocópia e internet.

[240] O nome dos estabelecimentos citados são Complexo Educacional Belmira Lins, Escola municipal Padre Alípio, Clube social Manoel Roberto Falcão, a Biblioteca municipal Aurélio Buarque de Holanda, Unidade básica de Saúde Aloisio da Cunha, Academia municipal, Quadra de futebol e quadra de tênis.

[241] Alguns nomes de estabelecimentos foram registrados durante a investigação, como Supermercado Extra-box, Mercado Rene, mercadinho O Predileto, Casa Salinas, Patacho móveis e colchões, Caldo de cana e pastéis Jó, Empório de piscinas, Peixaria do Zé, Borracharia do Bel, Bar Porto de Pedro, Advogados Assis Lima e Leonilda Goes.

Figura 111 - Sede municipal de Porto de Pedras. a) Rua Cel. Avelino Cunha b) Lixeira situada próximo à quadra de futebol municipal



Fonte: A autora (agosto/2019)

Contudo, embora concentre um grande número de estabelecimentos comerciais e públicos, a dinâmica no centro da cidade se limita a esses fins. Durante à noite, o único movimento que se observa é o da escola. Nas ruas, quase não há trânsito. Embora as ruas da sede municipal sejam mais largas que no povoado Salinas, segundo o e-SUS, o centro conta com 252 casas, das quais 178 são ocupadas por famílias e apresenta uma população de 495 pessoas. O fato de as casas serem maiores e, algumas espaçadas umas das outras, parece ter influenciado no afastamento entre os vizinhos, contexto distinto ao observado em outros povoados do município. O maior movimento ocorre na praia, onde se concentram palhoças de pescadores, próximo à Colônia.

Vale destacar que algumas das casas situadas nas principais ruas do centro são pertencentes a famílias tradicionais do município – a gente antiga – contudo, uma relevante parcela já não conta com muitos dos seus membros vivendo nela. Os mais velhos insistem em ficar, mas os mais jovens, na medida que se deslocam para centros urbanos maiores, como Maceió ou Recife, para aperfeiçoar os estudos e formar uma profissão, já não retornam mais ao povoado com intuito de residir. Nas famílias nas quais já não se têm membros vivos, acabam se tornando casas de uso ocasional e temporário. Pelo menos alguns nomes provenientes dessas famílias eram (ou ainda são) proprietários de sítios ou tiras de sítios situados em Porto de Pedras. Esses antigos donos, em uma circunstância anterior, não vendiam, e não tinham interesse em vender, suas terras. Contudo, comumente, na medida que os patriarcas

e matriarcas falecem, herdeiros estão se desfazendo desse patrimônio, pondo à venda sítios e terrenos que, provável, se tornarão loteamentos e/ou estabelecimentos comerciais.

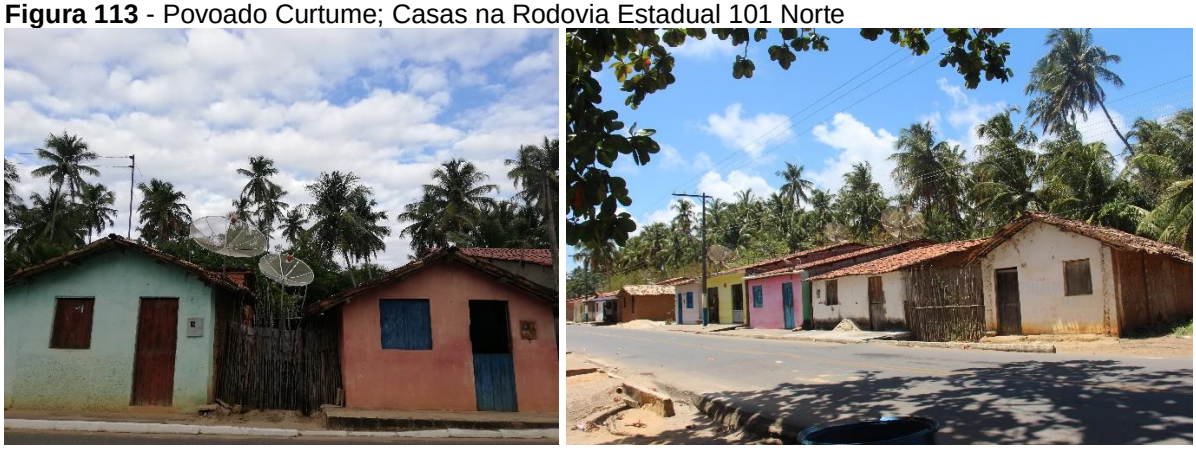
Figura 112 - Sede municipal de Porto de Pedras. a) Residência na Rua Dr. Sebastião da Hora; b) Rua Cel. Avelino Cunha



Fonte: A autora (agosto/2019; dezembro/2015)

Na rodovia AL-101, sentido São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe, encontramos **Curtume** e **Lages**, dois outros povoados de Porto de Pedras. O panorama de ambos esses povoados se distingue acentuadamente entre a ocupação urbana, localizada próxima à rodovia, e a ocupação litorânea, próxima ao mar. No urbano, exibe um cenário de casas simples, fixadas uma ao lado da outra, e muitas delas feitas de estrutura de taipa.

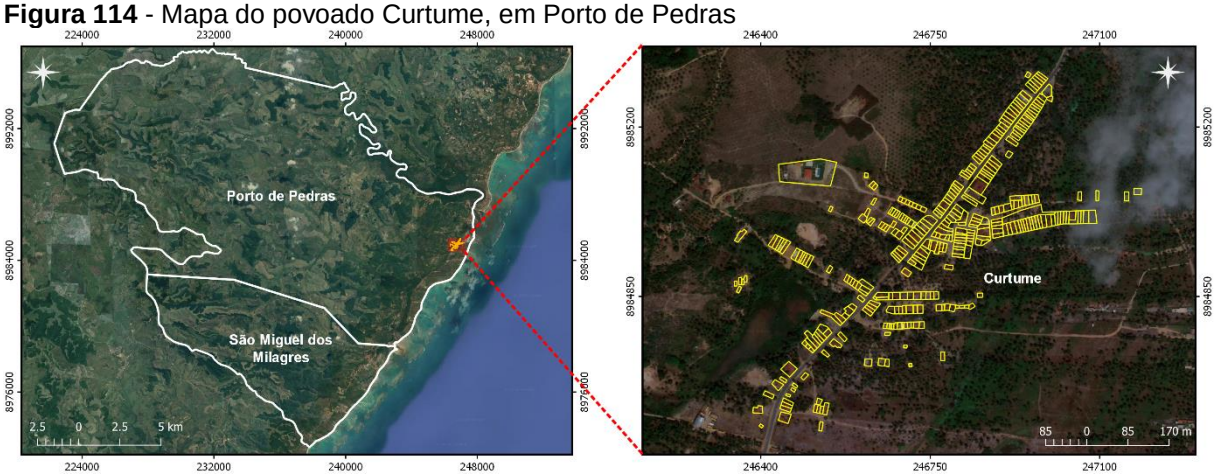
Figura 113 - Povoado Curtume; Casas na Rodovia Estadual 101 Norte



Fonte: A autora (julho/2019; dezembro/2015)

Conquanto, gradativamente, ao se aproximar do mar, se tornam sofisticadas até a ostentação de residências de padrões luxuosos. Nos liames da praia o cenário se modifica, entre extensos sítios de coqueiros, pousadas e condomínios de segundas residências assentam-se longitudinalmente na borda marítima, em um cenário em que visitantes e veranistas desfrutam a peculiaridade de uma praia quase exclusiva.

Figura 114 - Mapa do povoado Curtume, em Porto de Pedras



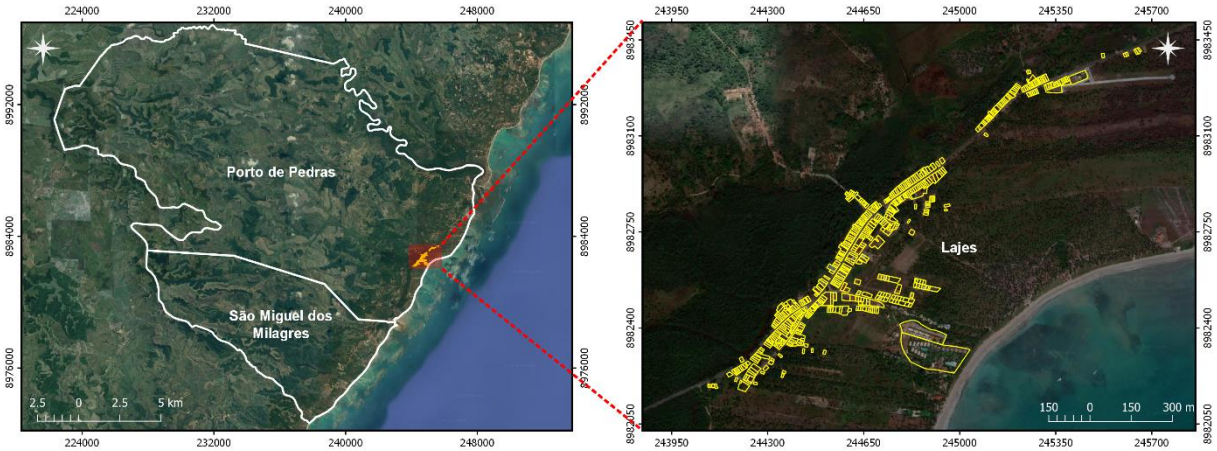
Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Embora a área urbana do povoado Lages e Curtume não apresente nenhuma edificação de relevo, ela expressa uma intensa dinâmica no seu cotidiano durante o dia e, também, nas primeiras horas da noite. Ver pessoas proseando nas praças e nas calçadas são cenas corriqueiras quando se transita por esses povoados. O trânsito de pessoas é constante, caminhar, pedalar e conduzir motos são os meios de locomoção mais frequentes entre a população local. O intenso uso de motos tem feito do silêncio e da calmaria, antes tão presentes, em algo cada vez menos comum

O povoado **Lages** (Figura 129) tem essa denominação homônima ao riacho que o banha, e que, assim como o povoado Tatuamunha, consta registro em vasta documentação antiga. Já o nome do povoado Curtume faz referência à antiga, e já desativada, prática voltada para a cultura do couro, evidenciando a relação com outra atividade econômica da região, a pecuária. Embora o nome não seja atraente, situa-se em seu território a principal entrada de acesso ao Patacho. E, justamente por conta dessa particularidade, assim como ocorre no povoado Lages, se tornou principal lócus para a espacialização de pousadas denominadas de ‘charme’, que oferecem um serviço a um limitado e seleto número de clientes, mas também de loteamentos residenciais de caráter temporal e secundário. A população que vive nestes dois povoados é maior do que outras localidades do município de Porto de Pedras, 1.630 no povoado Lages e 1.409 no Curtume, segundo o cadastro do e-SUS. A quantidade de casas também é significativamente maior, na Lages, se tem o registro de 806 casas, das quais 607 são ocupadas e, no Curtume, 551,438 delas estão ocupadas. As casas desocupadas se concentram nas proximidades da praia onde o uso é

predominantemente ocasional. Nas proximidades da rodovia, praticamente todas estão ocupadas com famílias numerosas.

Figura 115 - Vista do povoado Lages, em Porto de Pedras



Fonte: Mapas produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Figura 116 - Povoado Lages, Porto de Pedras. a) Igreja São José; b) Praça da Igreja São José



Fonte: A autora (dezembro/2015)

Figura 117 - Povoado Lages. Casas na Rodovia Estadual 101 Norte



Fonte: A autora (julho/2019)

A praia do Patacho, após ter recebido o prêmio de quinta praia mais bonita do Brasil do Guia Quatro Rodas, em 2014, tornou-se conhecida nacionalmente por sua

beleza cênica. O acesso a ela é realizado por meio de uma estrada vicinal carroçável, que apresenta quatro entradas entre o Curtume e Lages. Ao longo dos anos, essa via centenária sofreu modificações. Em alguns trechos, por exemplo, situavam-se onde hoje é praia, mas, por conta do avanço do mar, acabou sendo recuada pelos próprios moradores. Segundo relato de Dona Dores e Dona Fátima, moradoras nativas, a povoação da Lages iniciou a sua formação, onde hoje encontra-se a praia do Patacho. A mudança para as proximidades da rodovia se deveu à duas razões, a primeira, porque o mar avançou e “engoliu” muitas casas e, a segunda, por conta da pavimentação da rodovia, atual AL-101, há 33 anos.

Figura 118 - Residências na Praia do Patacho - Porto de Pedras



Fonte: A autora (setembro/2018)

Figura 119 - Via Vicinal entre a Praia do Patacho e a Praia de Lages



Fonte: A autora (setembro/2018)

As duas circunstâncias acima mencionadas influenciaram para que, pouco a pouco, a população ocupasse, ou adquirisse terrenos, para a construção das suas casas nas margens dessa rodovia. A respeito da centenária via vicinal, que dá acesso à praia, alguns conflitos e interesses já foram assinalados e, para intermediá-los, apelou-se a órgãos públicos da esfera federal e mídias locais. Isso exigiu articulação e organização de diferentes segmentos, que mais adiante detalharemos.

Figura 120 - Imóveis e loteamento do Povoado Lages, Porto de Pedras



Fonte: A autora (julho/2019; setembro/2018)

No que se refere à antiga povoação pesqueira do Patacho, muito poucos são os resquícios físicos da sua existência anterior. Apenas algumas palhoças e o estacionamento de embarcações marcam a presença de vivências e práticas de outrora. A paisagem composta de sítios e de pequenas casas simples agora dá lugar à forma-função turística e imobiliária. Pouco a pouco, a cortina verdejante composta de matas e coqueirais abre espaço para a entrada em cena de loteamentos e mais loteamentos, pousadas e mais pousadas. E, neste novo cenário, a jovem rodovia ganha placas e outdoor que sinalizam stand de vendas, venda de lotes e elementos visuais que dão destaques a nomenclaturas Patacho[242]. Contudo, a prática pesqueira ainda insiste em existir, a cada semana; conforme a maré, homens e mulheres se espalham pela praia para a pesca de peixes e coleta de mariscos. Essa prática serve para subsistência de boa parte da população, e ainda hoje, como em um passado não

[242] Loteamento e pousadas como Aldeia do Patacho, Resort do Patacho, Eco Residence Patacho, Condomínio Patacho, adotam o nome que faz referência a praia mais conhecida do município.

tão distante, é a principal base alimentar de grande parte da população. Nas imediações do povoado Curtume situam-se dois pontos de embarque, desembarque e estacionamento de embarcações denominados de Porto de Severo e o Porto da Moacira. Esses dois pontos foram contemplados com a concessão para que seja dada continuidade à prática de pesca.

Figura 121 - Loteamentos da praia da Lages e do Patacho



Fonte: A autora (julho/2019)

Figura 122 - Palhoças de Pescadores do Curtume, Porto de Pedras. a) Porto de Severo; b) Porto da Moacira



Fonte: A autora (dezembro/2016)

O **Curtume**, assim como os outros povoados, apresenta uma vida cotidiana – social e comercial[243] – própria. Esta povoação conta com creche municipal, escola municipal, uma lavanderia pública, uma Unidade Básica de Saúde, a sede da Secretaria Municipal de Obras, uma casa de farinha ainda em atividade, uma pequena praça, uma diminuta e simples igreja católica e duas igrejas evangélicas. Todas as estruturas que são sedes dos serviços municipais e grande parte do mobiliário urbano se apresentam pintadas nas cores azul e branco, cores do município. Já o comércio

[243] Dentre a nomenclatura dos estabelecimentos que se situam no povoado identificamos a creche municipal Julieta Cavalcante, a Escola Municipal Sebastião Falcão, a Unidade Básica de Saúde do Curtume, a igreja evangélica Missão e Poder, a igreja evangélica Assembleia de Deus, a loja de Material de Construção 3 Irmãos, o mercadinho do Dida, a panificação Curtume, e o Deposito Popular, sítio Afrânio Lages, galpões com portões largos e altos, próprios para entrada de caminhões.

tem aspecto bem simples, alguns sem nome e composto por pelo menos três mercadinhos, uma loja de roupa feminina, uma panificação, uma loja de material de construção, um depósito de bebidas, uma peixaria e um lava-jato. Também neste povoado encontra-se um dos maiores sítios de coco do estado, da propriedade de um empresário de Maceió, procedentes de uma das famílias tradicionais do estado. Para o escoamento da produção, em um dos trechos da rodovia, encontram-se grandes galpões com portões.

A Lages também exibe espaços[244] destinados aos serviços sociais e comunitários públicos, como duas escolas municipais, estádio de esportes, unidade de Saúde, igreja batista, igreja católica e uma praça que se apresenta como principal espaço de sociabilidade do povoado. Nesta praça, situa-se um pequeno comércio, alguns bancos de cimento posicionados à sombra de densas árvores e, durante alguns dias da semana conta com banca que vende roupas, dispostas às margens da praça. Lages exibe um crescente comércio composto de estabelecimentos modestos, com um design simples e sem artifícios estéticos e arquitetônicos, que oferece produtos de artesanato, materiais de construção, produtos alimentícios e artigos do lar, livros, vestuário, comercialização de gelo, padaria, peixaria, serviços de internet e informática e um posto de gasolina. Ainda na rodovia e à medida que se aproxima da praia também produtos e serviços voltados para a população flutuante despontam durante o trajeto, como restaurantes e pousadas, casa de eventos e casas de aluguel para temporada, heliponto, brinquedos infantis.

Outro fator a que deve se dar destaque é a quantidade de imóveis em construção, a cena de edificações sendo levantadas, montes de areia e de tijolos amontoados são recorrentes. Contudo, o que se observa é que, enquanto próximo à praia os projetos arquitetônicos parecem ser minuciosamente planejados, nas proximidades da rodovia e ruas transversais a autoconstrução impera.

[244] Durante investigação de campo no Povoado Lages foi tomado nota de alguns estabelecimentos, dentre eles, a Escola Municipal Valdemiro Antônio da Costa, Escola municipal Belmira Conceição Lins (Lages), Estádio Municipal Marcos Luiz Moreira da Silva, Unidade de Saúde Valdemiro Antônio da Costa, Congregação Batista, Livraria Evangélica, restaurante Panela de Barro; Farmácia do Trabalhador, Artesanato Maria Palha, Loja Rosa Moda Praia, Panificadora Amor, Restaurante do Gil, Nova opção construções, mercadinho do Bau, Lage internet, Congregação Cristã Nova, Comercial Jerusalém, Mercado Djalma, Mago Construções, Peixaria do Neto, lava-jato do Bada, todos eles situados na rodovia AL 101. Nas proximidades da praia deparamos com outros perfis de estabelecimentos, tais como, Restaurante Vila Nandie, Pousadas Viviendas do Porto, Pousada Sambapati, Pousada Casotas da Lages, Loteamento Vila do Sossego, Condomínio Manati, sitio Patacho, Aldeia do Patacho, Resort do Patacho, Eco Residence Patacho, Condomínio Patacho.

Figura 123 - Povoado Lages, Porto de Pedras. a) Heliponto b) Praça das televisões



Fonte: A autora (dezembro/2016)

Assim como na entrada do Curtume se tem acesso à praia, a Lages, como é chamada localmente, também o tem. Uma das principais entradas conta com uma minúscula praça composta de três bancos com encosto e posicionada a uma parada de ônibus, em um mobiliário urbano produzido em madeira de eucalipto, bambu e fibras. Na pista, placas de novos condomínios (Aldeia do Patacho) e de algumas pousadas sinalizam o local da entrada (Pousada Sambapati, Casotas da Lages).

Nas proximidades da Lages, se encontra o acesso para a foz do rio Tatuamunha, chamado localmente de Boca do Rio. Neste trajeto que segue até a foz, encontramos diversos sítios de coqueiros, terrenos sendo loteados, algumas poucas casas, alguns condomínios residenciais para a locação temporária (Condomínio Manati), poucas pousadas e a base do ICMBio de Porto de Pedras, situada ali por ser o local melhor apropriado para o recinto, no qual os peixes-boi ficam durante o período de adaptação ao lugar e também local de soltura dos Peixes-boi marinhos que são reintroduzidos na natureza nesse lugar. O terreno onde hoje é a base do ICMBio foi doado por um empresário e dono de uma das pousadas situadas nesta mesma área.

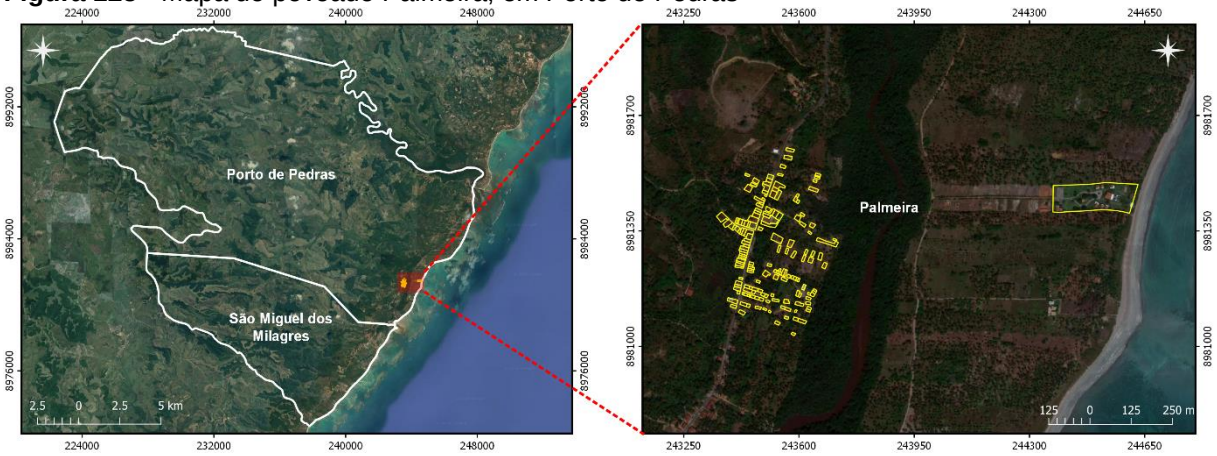
Figura 124 - Boca do Rio Tatuamunha, Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2016)

Na rodovia AL 101, dois outros povoados de Porto de Pedras, Palmeira e Tatuamunha, se diferenciam em tamanho e dinamicidade, embora sejam muito próximos um do outro. O povoado **Palmeira** é o que apresenta a menor densidade de casas simples, apenas 88 casas, mas, maiores e espaçadas entre si, distribuídas pela rodovia, ao longo de uma ampla mata. O número de pessoas que vivem ali também é bastante menor em relação aos demais, apenas 79 famílias, compondo um total de 280 pessoas, segundo cadastro do e-SUS. A relação do povoado com o interior do município é estreita, possibilitada por uma via vicinal, situada nesta localidade, que dá acesso a sítios rurais relevantes; muitos deles fazem parte do cenário de antigos engenhos de açúcar. Palmeiras exibe um diminuto comércio[245], escola, uma pequena praça pintada nas cores municipais, uma igreja católica e um centro municipal de atividades complementares.

Figura 125 - Mapa do povoado Palmeira, em Porto de Pedras



Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Figura 126 - Povoado Palmeira, Rodovia AL 101 Norte, Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2015; setembro/2018)

[245] Palmeiras exibe apenas um mercadinho, a panificação Deus é fiel, uma serralheria, uma oficina mecânica, uma igreja católica, o Aribama, um centro de artesanato fechado.

Esses dois povoados (Palmeira e Tatuamunha) são marcados pela passagem do rio Tatuamunha, a tal ponto que o acesso à praia não é possível a partir do núcleo urbano desses povoados. Para os pescadores da Palmeira acessarem a praia, é necessário que eles utilizem a estrada carroçável com início próximo ao povoado Lages, ou pelas pontes de madeira fixadas no povoado Tatuamunha. Do outro lado da borda do rio, nas imediações de Palmeira, se encontra um ponto de apoio para a prática de pesca, denominado de cabeça do Massu ou porto do Salvador. Mas, a principal prática de pesca realizada neste povoado está atrelada à pesca estuarina, como a coleta de caranguejos em mangues e outras pescas relacionadas ao rio Tatuamunha.

Figura 127 - Pontes que cruzam o Mangue e o Rio Tatuamunha, Porto de Pedras



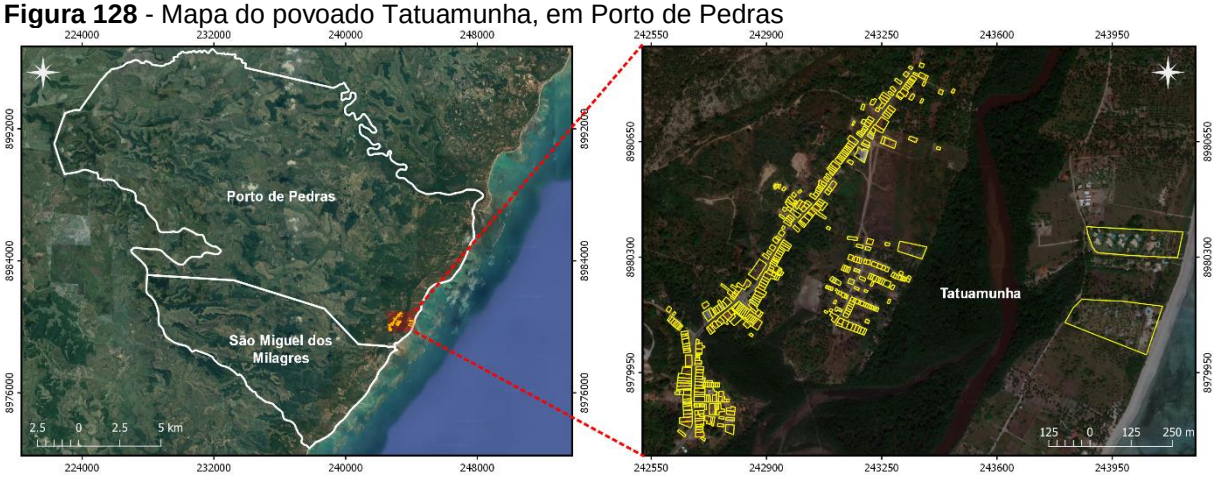
Fonte: A autora (agosto/2019)

O povoado de **Tatuamunha** (Figura 142) é considerado um dos mais antigos da região. O acesso à praia é distante e é feito beirando o rio do mesmo nome até a sua foz ou por um conjunto de três pontes, que só é possível acessar a pé. Na praia e em seu entorno, se apresenta como um cenário delineado por uma paisagem composta de sítios, mar, rio e mangues. Além da estreita relação com o rio Tatuamunha, o povoado se destaca pela sua produção de artesanato com artefatos de fibra [246], expostos em lojas situadas às margens da rodovia AL-101 Norte. A praça principal apresenta um conjunto arquitetônico singelo que dá destaque a duas igrejas do século XIX, São Gonçalo e do Livramento[247].

[246] A grande parte dos artesãos que trabalham com fibras e palhas diversas iniciou o desenvolvimento do saber ainda na infância, transmitido por gerações pretéritas.

[247] Seguindo um antigo costume, os negros e brancos deveriam frequentar igrejas distintas, desta maneira a Igreja de São Gonçalo era destinada aos negros, a do Livramento era voltada para os brancos. Esses fatos foram relatados pelo padre de Porto de Pedras, Pe Rodrigo Rios Batista durante a realização da investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem para identificação de patrimônio Imaterial para o Registro de Patrimônio Imaterial (INRC), em dezembro de 2015.

Figura 128 - Mapa do povoado Tatuamunha, em Porto de Pedras



Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Figura 129 - Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2015)

Figura 130 - Igrejas Católicas do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras. a) Igreja do São Gonçalo; b) Igreja do Livramento



Fonte: A autora (dezembro/2015)

Entre um casario antigo e outras casas ainda recentes, Tatuamunha[248] comporta, segundo dados cadastrados no e-SUS, 414 unidades, das quais apenas

[248] Na observação de campo foram observados e anotados diversos comércios, alguns de uso cotidiano para população e outro voltado para o público turístico e de visitantes. Foi feito o levantamento dos seguintes estabelecimentos: Associação peixe-boi, Artesanato Sol Nascente, Artesanato Nascer do sol, Espaço da Artes, Artesanato Marias Criativa, Artesanato belas artes, Artesanato Dona Moça, Artesanato Recanto das artes, Lanchonete Fritos & Fritos, Loja de vestuário, Morena flor, Loja de

336 são ocupadas por 978 pessoas. O número de casas e de pessoas que ali vivem é mediano, levando em conta que, em extensão, é um dos maiores povoados do município. Conta com uma creche municipal, escola municipal, um posto do correio, um laboratório municipal de informática, posto de saúde, lavanderia municipal, Secretaria Municipal de transportes, Associação Peixe-boi, duas igrejas católicas, igreja evangélica, bares, mercadinhos, bancas de frutas e verduras, cabelereiro. Em Tatuamunha, também se concentra um comércio de produtos artesanais feitos de palhas, fibras e madeiras, assim como o voltado à produção de pelúcia do peixe-boi para vendas como souvenires. A estética desses tipos de estabelecimentos vem mudando acentuadamente, muitos deles pertencem a pessoas de outros estados e países e adotam nomes relacionados a arte[249].

Figura 131 - Lojas de artesanato do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras



Fonte: A autora (agosto/2019)

artesanato Toca de tatu, Mercadinho São José, Mercadinho Luciano, Mercadinho de depósito de bebidas, Moto autopeças, Bar Gordinho da Gelada, Ikaro restaurante, Assembleia de Deus, Creche Escola Eulália, lavanderia Tatuamunha.

[249] Espaço da Artes, Artesanato Marias Criativa, Artesanato belas artes, Artesanato Recanto das artes,

Figura 132 - Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras



Fonte: A autora (agosto/2019)

Figura 133 - Lavanderia municipal do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras



Fonte: A autora (agosto/2019)

Embora se encontre nesse povoado um importante aparato voltado à atividade turística, como restaurantes, lojas de artesanato e a sede do Peixe-boi, à noite, a impressão que se tem é que não há gente. Com exceção do trecho onde se situam as praças da igreja São Gonçalo e a do Livramento, e mesmo a porta de algumas casas, onde se reúnem pessoas para conversar, em outros trechos quase não se pode observar movimento de pessoas.

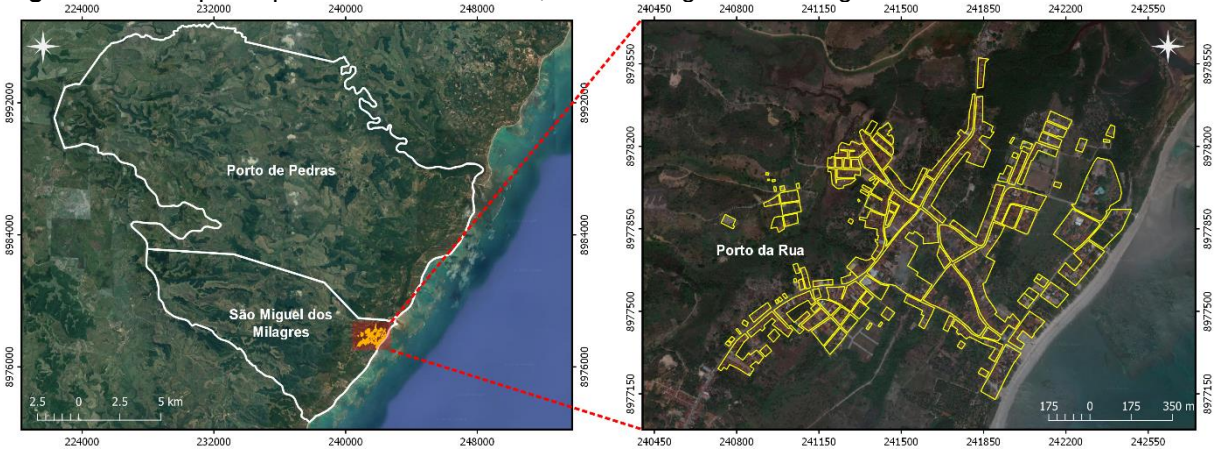
Esse povoado também é local da sede da Associação Peixe Boi, o qual oferece um dos atrativos mais importantes de toda a Rota Ecológica dos Milagres, o passeio de observação do Peixe-boi (*Trichechus manatus*). Essa associação emprega moradores dos povoados de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres; aliás, esse foi o primeiro requisito da sua criação. A sua origem está ligada à inserção do primeiro peixe-boi marinho na região. Os passeios inicialmente ocorreram por iniciativas individuais, mas foi ampliado após a proposta dos gestores da APA Costa dos Corais em tornar esse passeio um meio de ingresso financeiro para a comunidade. Diante desse propósito, foi realizada uma oficina de treinamento e preparação para os chamados “condutores de Peixe-boi”, que resultou na criação da Associação Peixe-boi de Base.

5.6.2. São Miguel dos Milagres

São Miguel dos Milagres apresenta uma menor área, e menor extensão do que Porto de Pedras, mas, assim como seu vizinho, comporta uma população que se dedica à pesca, à retirada do coco, a serviços informais de diversas ordens, ao comércio e prestação de serviços. Contudo, este último, a prestação de serviços, vem crescendo acentuadamente, ainda de maneira informal e escassos registros relacionados às novas formas de labor. Mas, de fato, filhos de antigos pescadores já não se interessam em pescar e sim a se dedicar a atividade de jangadeiro ou bugueiro. Antigas e velhas embarcações agora ganham cores, ampliam de tamanho e de detalhes para atrair o cliente. Neste novo cenário, antigos povoados pesqueiros - Riacho, sede municipal, Toque e Porto da Rua – recebem a cada dia novos personagens, novos sotaques, novas estéticas, gostos e costumes que interferem em novos modos, processos e dinâmicas locais.

Dentre os povoados de São Miguel dos Milagres o de **Porto da Rua** foi, desde o século XIX, o que mais expandiu. Configurou-se em seu passado como uma vila de pescadores, mas, que rapidamente se urbanizou. Apresenta um comércio diverso, exibindo-se como o mais dinâmico, dentre todos os povoados estudados, e também dispõe da maior variedade de serviços sociais e turísticos.

Figura 134 - Mapa do povoado Porto da Rua, em São Miguel dos Milagres



Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Foi neste povoado que se instalou o primeiro equipamento turístico de grande porte na região, o antigo hotel Tarumã, atualmente denominado de Hotel Angá. A multiplicação de imóveis, equipamentos e serviços urbanos neste povoado chega a ser superior ao da sede do município. É relevante também para Porto de Pedras, pois nele continua ocorrendo a principal feira livre[250] deste litoral. No povoado, situa-se a primeira colônia de pescadores da região, a Z-11, única por um significativo tempo, até Porto de Pedras formar a sua.

O comércio[251] de Porto da Rua se espalha pela rodovia e pelas ruas transversais, até chegar à praia. Conta com mercados de diferentes portes, sendo onde se concentra os de maior. Além disso, exibe lojas de móveis e eletrodomésticos, lojas de materiais de construção, bares, depósitos de bebidas, salões de beleza, farmácia, barbeiro, chaveiro, academia de ginástica, lojas de vestuário, lojas de artigos do lar, clínicas médicas e dentárias, oficinas mecânicas, borracharia, loja de autopeças, açougues, peixarias, armarinhos, padarias, escritório de advogado e

[250] A feira livre de Porto da Rua, ocorrente em todos os sábados, figura como a única feira existente entre Porto de Pedras até Barra de Camaragibe, atrai gente de todos os povoados circunscritos na região em estudo. Durante o tempo a sua dimensão foi se reduzindo e atualmente as barracas que as compõe são pertencentes aos próprios feirantes. Estas têm sua armação iniciada antes do sol nascer, entre as três e as quatro horas da manhã. Do mesmo modo, a feira logo se esvaí, começando a ser desmontada às dez da manhã.

[251] Foi observado os seguintes estabelecimento, o cantinho do artesanato, armarinho Santa Clara, Peixaria do Bunitinho, Peixaria da Marilene, Peixaria cai na água, Peixaria da Júlia, Açougue L & M Bebidas, Padaria, Mercadinho Shenai, Enny Modas, Milagres Moda Praia, mercadinho Preçobom, Panificação Família do Pão, depósito de bebidas Graxinha, loja de vestuário Moda Fashion, Marcenaria Design em madeira, Loja de esquadrias e janelas Gran Box, serviço de aluguel de bicicleta, Loterias Milagres da Sorte, centro comercial Vila Milagres, JV Modas, Val e Dinha Modas, Loja Fique na Moda, Casa da ração, Mercadinho Ponto do Alimento, Zurisnais Bebidas, barraca do Pira, academia Porto Fitness, Armarinho Ponto da Moda, escritório de corretor de imóveis, Family Festas e Eventos, barbearia Barbermax, Artesanato da Nilda, Loja de Eletrodomésticos Amigão, Supermercado Amigão, Ponto Surf, Maria Construções, Atacadão dos óculos, Escritório de advogado Paulo Oliveira, Styllus Cabelereiro, loja de autopeças para Bugre, Casa do cimento, mercadinho Nova Esperança, Comercial Monte Carlo, Depósito de bebidas 2 Irmãos, Élida Construções, Tacio Advogados, Bomboniere Saber e Mel, Porto Clínica, Cruzeiro Futebol Portuense, Porto da Rua Construções, serviço de aluguel de andaime, Verçosa Autopeças entre outros.

contabilidade, serviços de internet e de informática, lojas de games, sem falar no mercado municipal, que dispõe da oferta diária de produtos agropecuários. Porto da Rua contempla também uma significativa oferta de serviços sociais e espaços de sociabilidade comunitária e a maior diversidade de igrejas da região.

Figura 135 - Povoado Porto da Rua, São Miguel dos Milagres. a) Hotel Angá; b) Rua Ana Marinho Braga



Fonte: A autora (setembro/2018)

Figura 136 - Povoado Porto da Rua, São Miguel dos Milagres. a) Praça na Av. Francisco Lima (AL 101 N); b) Av. Francisco Lima (AL 101 N).



Fonte: A autora (agosto/2019)

Os restaurantes[252] e lanchonetes se apresentam em uma variedade de nomes que vão de Bistrô, à Comedoria, ao self-service, hamburgueria, tapiocaria, creperia, pastelaria, pizzaria, sorveteria e outras especificidades da gastronomia. Também é diversa a oferta de estabelecimentos de hospedagem[253], regulamentados e não

[252] Observou-se os seguintes estabelecimentos: Restaurante e Creperia Porto dos Milagres, Restaurante Favoritus, Tânia Burguer Gril: a chapa mais quente dos Milagres, Restaurante do Enildo, Self-service da Erika, Restaurante Três Marias, Tapiocaria da Praia, Restaurante e Pizzaria Milagres Parmegiano, Lanchonete Mãe do céu, restaurante Companhia da Lagoa Mediterrané, Restaurante Milagres do Porto, restaurante Mandacaru, restaurante do Doca, Patrícia Bistrô, Hamburgão Burguer Gourmet, food burguer, Bar cantinho do caldinho, ótimo Sorveteria, Sorveteria Maria Bonita Lanches e churrasquinho Deus é Fiel, Mungunzá da Lívia, Mugunzá Gourmet, Almoço da Luzi, Almoço da Déia, Restaurante da Malu, Ponto do Pastel, Lanchonete Maria do Céu, Restaurante do Daniel, Caldo de cana do Chocolate, Tapioza Z e Guga Lanches.

[253] Durante a investigação de campo foram observados os seguintes estabelecimentos de hospedagem: Pousada Flor Amarela, Pousada Cantinho do Mar, Pousada Dona da Praia, Pousada do Enildo, Chalés Aquamarin, Hotel Angá, Pousada Araçá, Chalés Pirauá, Pousada do Sonho, Pousada Vale Encantado, Pousada do Porto, Pousada Maresia, Pousada Vila Pantaí, Pousada Maria Bonita, Pousada São Miguel dos Milagres, Pousada Dona da praia, Pousada das Acácias, e Pousada Nova.

regulamentados. A oferta de imóveis para uso como meio de hospedagem não regulamentados já era uma prática comum, em um formato que exigia uma certa negociação entre locador e locatário, e pelo qual placas de aluguel indicavam a importante finalidade; agora, além da oferta ser significativamente maior, ela se profissionalizou, mostra uma nova cara e adota novas formas e métodos de locação, como por meio de plataformas tais como Airbnb, booking e outras congêneres.

Em Porto da Rua, vem crescendo exponencialmente o número de casas, terrenos loteados e comércio. Para acompanhar este crescimento, novas ruas são abertas e loteamentos são ordenados. As primeiras ruas do povoado são pavimentadas, mas as novas ainda em barro, apresentam desníveis, muitos buracos e lama, em um mosaico que ruas e ruelas, casas e terrenos, de diversas medidas e tamanhos, que compõem caminhos ziguezagueados que escapam de obstáculos, como muros, casas e áreas com alguma mata remanescente. Neste percurso, casas em condições adversas são descobertas, algumas rodeadas de lixo e esgoto, exibindo uma situação de miserabilidade, enquanto, muito próximo dali, podemos encontrar casas amplas muradas, algumas de dois pisos, gramado e uma pequena área de lazer, como piscina e área de churrasqueira. Porto da Rua soma, em seus registros oficiais, quase 2.000 casas, das quais, segundo e-SUS da Secretaria Municipal de saúde de São Miguel dos Milagres, 1.300 são ocupadas por 3.200 pessoas, o maior número habitantes de todos os povoados.

Enquanto isso, entre terrenos e casas, constata-se obras e mais obras, edificações em processo de construção, desde a autoconstrução e com baixos recursos até construções mais arrojadas, amplas, planejadas e acompanhadas por uma equipe composta de arquiteto, engenheiro, paisagista, mestre de obra, pedreiros, marceneiros, eletricista, encanadores e ajudantes ou aprendizes das áreas citadas. Neste percurso, encontramos gente nas calçadas conversando em alguma sombra, mesmo com o sol a pino, outras, sentadas solitárias contemplando o movimento da rua. No percurso, observam-se roupas penduradas em janelas e arames e móveis dispostos nas calçadas, denunciando a ausência de quintal. Bicicletas e motos circulam a todo instante, motoqueiros e seus passageiros sem capacete.

As casas edificadas nas duas principais ruas situadas entre a AL 101 e a praia têm tamanho e características semelhantes. Todas construídas geminadas. Pouco se diferenciam na altura e largura, exceto aquelas que passaram por alguma reforma recentemente. Em alguns dos trechos, ainda encontramos casas de taipa, enquanto

de outras só resta a fachada; o mato crescido denuncia que paredes internas e o telhado já se foram há algum tempo. No geral, os estabelecimentos existentes nessas duas ruas são simples. Alguns ganharam portas de vidro ou outros materiais mais arrojados, outros exploram o vernacular e abusam de cores para dar destaque a seu estabelecimento. Mas, no geral, os antigos existentes contam com uma fachada bastante simples, com inscrições na parede que informam produtos e serviços ali oferecidos e com nomes que fazem referência aos seus proprietários: Peixaria do 'Fulano', Restaurante da 'Cicrana', estilo de nomes de estabelecimentos ainda comuns de serem encontrados. Salvo raras exceções, têm uma pintura e uma fachada já bastante desgastadas ou velhas, às vezes com letras ilegíveis e com informações já não mais vigente para a época, além de um ambiente interno geralmente escuro e com pouca diferenciação uns dos outros. Contudo, isso muda quando se refere aos novos estabelecimentos comerciais, sobretudo os voltados à alimentação e a hospedagem. Restaurantes cada vez mais arrojados com seus cardápios crescentemente gourmetizados, alguns com produtos exógenos outros totalmente locais, com uma estética que engloba materiais vernaculares, incluindo artesanato local, pequenos jardins ou projetos paisagísticos, com o intuito de oferecer uma ambiência aconchegante e para atender públicos específicos, que exigem certos padrões de requinte, mas, que também podem arcar com preços 'salgados', se comparados com o poder de consumo local.

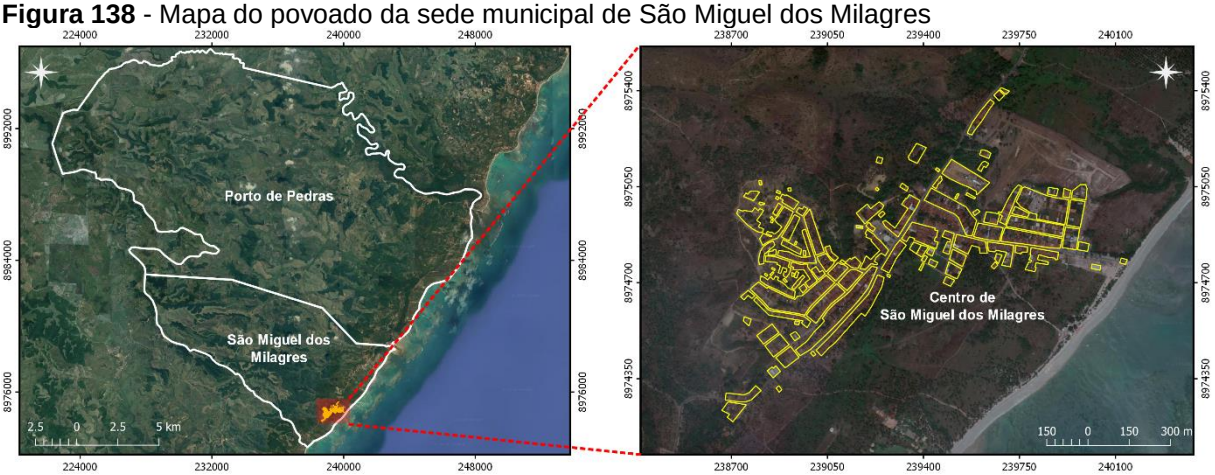
Figura 137 - Rua do Povoado Porto da Rua, São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (agosto/2019)

O **centro** de São Miguel dos Milagres[254], como dito anteriormente, é chamado de Milagres, mas, ainda, gente do lugar se refere a essa localidade como São Miguel. Essa localidade dispõe de alguns equipamentos urbanos, serviços públicos e um comércio razoável, embora menor que Porto da Rua.

Figura 138 - Mapa do povoado da sede municipal de São Miguel dos Milagres



Fonte: Produzido por Esdras Andrade IGDEMA/UFAL (2019)

Na margem da rodovia, a pessoa se depara com um comércio ambulante de produtos típicos, como tapioca e outras iguarias locais e bancas de frutas e verduras. Também, se concentra o comércio regulamentado e a maioria dos serviços e espaços públicos e comunitários, tais como escolas, secretarias, a prefeitura, Correios e agência bancária.

O acesso à praia pode ser feito por uma via larga pavimentada, que dá acesso a cerca de oito bares, e onde fica localizado um ponto de serviços turísticos, como passeios de bugre e, também, do passeio às piscinas naturais. Na praia, nas proximidades dos bares, se situa o único estaleiro (artesanal) da região e onde também é ponto de embarque e desembarque de pescadores. Embora exista uma concentração extensa de embarcações, de diferentes dimensões, materiais e tipos de propulsão, as jangadas recém pintadas, com bancos e cobertura são exemplos de seu uso ser voltado para o turismo. Também nas proximidades da sede municipal se situam dois dos seis maiores empreendimentos imobiliários da região, um situado entre os limites do centro de São Miguel dos Milagres e o povoado Toque; o outro, na direção do povoado Riacho. Para a venda de lotes ou casas, placas e *outdoors* são posicionados às margens rodovia AL-101 publicizando o futuro empreendimento e *stand* de vendas e contatos (Figura 153b). A paisagem, antes composta por uma larga

[254] No passado, este mesmo local era denominado Freguesia Nossa Senhora Mãe do Povo, até ocorrer o milagre relacionado à imagem de São Miguel Arcanjo.

e extensa faixa de coqueirais, agora se prepara para receber capas e capas de cimento, enquanto não, o solo, agora descampado e cercado de muros e tapumes, recebe linhas e caminhos, como também imagens que projetam possíveis projetos arquitetônicos e paisagísticos.

Figura 1393 - Sede municipal de São Miguel dos Milagres. a) Placa de Publicidade; b) Tapume de um novo loteamento



Fonte: A autora (setembro/2018; novembro/2016)

Embora as dinâmicas locais da praia e próximas à rodovia se diferenciem, elas não são muito acentuadas. O movimento, em um sentido e o outro, ocorre a quase todo instante. Enquanto nas margens da rodovia se concentram os estabelecimentos comerciais[255] de diferentes finalidades e os principais espaços do funcionalismo público e comunitário[256], na praia concentram-se bares, pousadas, receptivos e restaurantes, novas construções. O centro dispõe da oferta de mercadinhos, lojas de material de construção, lojas de móveis, lojas de artesanato, lojas de vestuário, peças e serviços de motocicletas, salões de beleza, farmácias, bancas de verdura, açougue, fábrica de gelo, peixarias, depósitos de bebidas, restaurantes, bares e pousadas. Como também a Câmara Municipal, Delegacia da Polícia Civil, uma Unidade Básica de Saúde, o SAAE, a Procuradoria Municipal, a biblioteca municipal, o cartório, casa da literatura, a igreja matriz, igrejas evangélicas, agência bancária e clínicas médicas para atender a uma população de 2.500 pessoas distribuídas em 750 famílias (e-SUS, 2019).

[255] A investigação de campo identificou os seguintes empreendimentos: Tavares Construções, Artesanato dos Milagres, Açougue Paulo Machante, Pousada Fonte dos Milagres, Hélio Rocha Corretor, Posto de gasolina São Lucas, Pousada recanto das águas, MB de Lima Bebidas ME, Passaporte do Marinho, São Miguel Construções, Look Fashion Salão, Jaelson Envelopamentos, Restaurante e Pousada da Nice, Bar Gordinho da Gelada, Pousada Luas dos Milagres, Nam Cabelos, RPPS São Miguel dos Milagres, Restaurante Sabor Nordestino, Bel Bijoux, Mercadinho e Frigorífico Deus é Fiel, Coxinha e Companhia, loja de vestuário Luz do sol, Miracles Pizzaria e Panificação, Moda Praia Charme dos Milagres, Capotaria São Miguel, Monteiro e Advogados, Jalaça Descartáveis, Chalés Aconchego, bar do Limão, Pousada Praia Bonita, Hamburgueria Milagres, Milagres Beiramar, Condomínio Reserva dos Milagres (Stand de vendas); Pousada Corais dos Milagres, Pousada Dom Robledo, loja de vestuário Orange fashion, Açaí dos Milagres, Self- service dos Milagres, etc.

[256] A investigação identificou os seguintes órgãos e espaços: Unidade Básica de Saúde Divaldo Suruagy, Escola Municipal Luiz Verçosa de Albuquerque, Escola Estadual Francisco Falcão, São Miguel Futebol Clube, Agencia bancária Bradesco, Igreja Batista, Igreja da Assembleia de Deus, Igreja Shekinah da Família Feliz.

Pela rodovia, no centro, pessoas costumam transitar a pé, bicicleta ou moto. Com o crescimento no número de visitantes, os bugres ganharam cena nesta paisagem, chegam para compor uma orquestra de ronco de motores de caminhões, ônibus escolares, mas com maior destaque para motos e eles, os bugres. Placas e placas sinalizam comércios e serviços. Antenas parabólicas são vistas incongruentes com muitas das antigas casas. Veem-se cadeiras na calçada; carros de frutas e verduras passam anunciando seus produtos. Na pista, dispostos em suas bancas móveis de madeira, posicionam-se vendedores de macaxeira, milho assado, frutas, enquanto o vendedor de picolé circula pela calçada. No ponto de ônibus, na fachada das escolas, postos de saúde, prefeitura, biblioteca, entre outros estabelecimentos municipais, se notam as cores verde e branco, sinalizando ser ali a sede do município. Antigos estabelecimentos permanecem com as mesmas feições de outrora, enquanto novos entram em cena e incluem em seu nome palavras estetizadas e que fazem referência a 'Milagres' ou, mais ao gosto e compreensão estrangeira, de 'Miracle'[257].

Figura 1404 - Rua Vigário Belo (AL 101 – Norte), Sede municipal de São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (junho/2019)

[257] Somente na sede municipal foram identificados os seguintes estabelecimentos que adotam em seus nomes a referência citada: Artesanato dos Milagres, Pousada Fonte dos Milagres, Pousada Luas dos Milagres, Miracles Pizzaria e Panificação, Moda Praia Charme dos Milagres, Hamburgueria Milagres, Milagres Beiramar, Condomínio Reserva dos Milagres, Pousada Corais dos Milagres, Açai dos Milagres, e Self- service dos Milagres.

O acesso da rodovia para a praia, pelo centro de São Miguel dos Milagres, ocorre normalmente pela via pavimentada, na altura da prefeitura e da Unidade Básica de Saúde e, quando não, se pode acessar por caminhos vicinais irregulares. Os bugres geralmente transitam por esses caminhos. No percurso, entre sítios, muros demarcam lotes ou mesmo loteamentos e, a cada dia, novas pousadas e casas surgem na composição da paisagem. Ao acessar a praia, jangadas se destacam no cenário, dispostas na areia ou flutuando no mar, contíguas aos currais de pesca ainda existentes. Conforme o ângulo, se pode observar, desde praia em direção ao continente, coqueirais que estampam um fundo verde; no outro sentido, isto é, em direção ao mar, guarda-sóis se amontoam em diferentes cores e estampas sinalizando, de bar a bar[258], diferentes donos.

Figura 141 - Trecho da praia de São Miguel, sede municipal de São Miguel dos Milagres



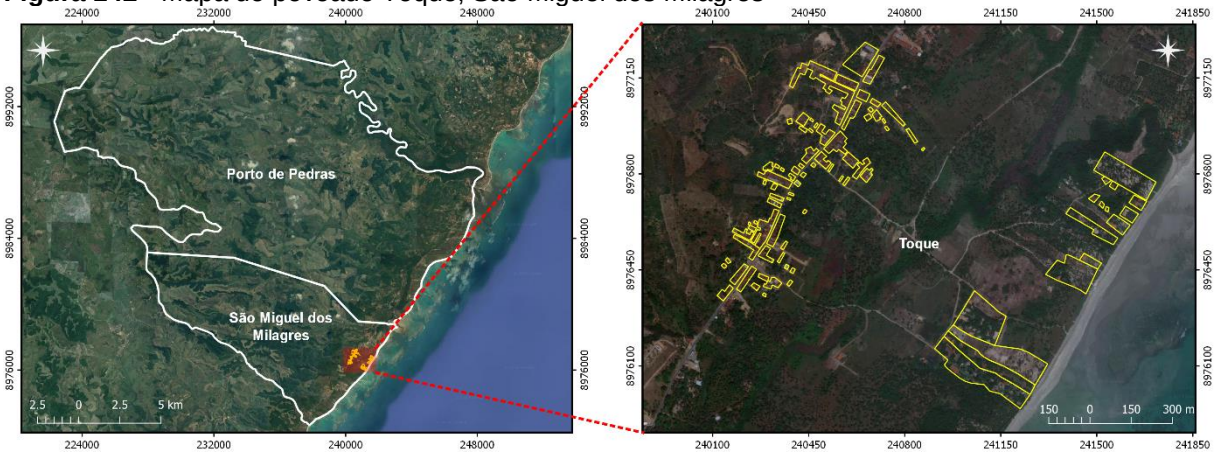
Fonte: A autora (setembro/2018)

Entre o povoado de Porto da Rua e a sede municipal de São Miguel dos Milagres, situa-se o povoado **Toque**. Esse povoado, assim como a praia Patacho, em Porto de Pedras, se tornou lócus das chamadas pousadas de charme, aliás a primeira delas a se instalar na região. Seu nome veio a inspirar a designação de muitos

[258] Vinicius Bar, Bar da Cleide, Bar da Ritinha e Bar da Leila.

estabelecimentos, sobretudo os situados neste povoado. A dinâmica nessa parte – próximo à praia –se distingue radicalmente do que ocorre às margens da rodovia. Enquanto na rodovia o movimento frequente de veículos e motos traz sons e roncos de motor, na praia quase o único som a ser observado é o do movimento do mar. Enquanto na rodovia, pessoas conversam aproximadas na estreita e desregular calçada; na praia, poucas pessoas transitam e se espraiam na larga faixa de areia. Na rodovia, enquanto moradores sentados em suas cadeiras observam o transitar do cotidiano, na praia, ou ao se aproximar dela, muros e cercas vivas impedem de saber se ao menos há morador.

Figura 142 - Mapa do povoado Toque, São Miguel dos Milagres



Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Esse antigo povoado antes formado por sítios para todos os lados, onde entre amendoeiras surgia uma casa, depois outra, depois outra mais acolá, e, em apenas poucos trechos, casas geminadas se haviam formado. Na atualidade, o espaço, outrora ocupado por plantas, crianças e animais domésticos, agora recebe uma edificação atrás da outra com nova finalidade, ao passo que a sombra de densas árvores vem a desaparecer. No transitar ainda é possível constatar partes deste passado, mas, paulatinamente, novas casas e empreendimentos vão tomando conta do antigo cenário. O comércio, ainda composto por pequenos estabelecimentos, gradualmente vai tomando novas acepções. Entre mercadinhos e outros comércios[259]; pousadas, restaurantes, ateliê e bistrôs[260] se estruturam. A diminuta igreja católica

[259] Foram observados os seguintes estabelecimentos durante o trabalho de campo: Leandro Moto Peças, Bar da Ilza, mercadinho Bom Jesus, Aldo bike, Porto da Rua Vidro, depósito de bebidas, panificação Vitória, Jairo Construções, Laboratório de prótese Jair Monteiro, Modas Presentes, Açougue do Lau, loja de vestuário, farmácia, Jaime bebidas, Cristal Ótica, Guga Alimentos, supermercado do Irmão, peixaria Marítima, Ultragás, loja de vestuário Toque da moda, oficina mecânica, chaveiro, Amanda Cosméticos, Vânia Armarinho, Forros de PVC Deus Conosco, borracharia, Carol cabelereiro e o posto de gasolina Jadson.

[260] Foram anotados os nomes dos seguintes estabelecimentos durante o trabalho de campo: Vila hostel, Buda bistrô, Jane Ataíde Hair, loja de vestuário Surf wear, Ateliê da Geisa Andrade, Chalé Paraiso dos Milagres, Pousada Chalé do Toque, Refúgio do

agora concorre com fiéis de outras crenças[261]. Serviços e estruturas[262], antes do turismo inexistentes, agora chegam para possibilitar um novo contexto para o lugar. Na praia, o cenário é outro, pousadas[263] e casas se distanciam uma das outras. Largas faixas de sítios ainda insistem em sinalizar que não estão à venda. E, o aglomerado de casas somente volta a se constatar quando se aproxima do povoado de Porto da Rua ou, no sentido inverso, da sede municipal.

Figura 143 - Povoado Toque, São Miguel dos Milagres. a) Rodovia AL 101 Norte; b) Caminho em direção à praia



Fonte: A autora (julho/2019)

Figura 144 - Praia do Toque, frente a palhoças dos pescadores



Fonte: A autora (agosto/2018)

Toque, Restaurante e Sandubaria, Kiosque do Nassau, Pousada Meu Xodó, Dira Bistrô, Oficina do Peixe-boi e arte, Toque de Taipa artesanato e o stand de vendas condomínio residencial Morada do Toque.

[261] Foram observadas, além da católica, as seguintes igrejas: Assembleia de Deus, Pentecostal Monte Sião, Evangélica Labaredas Eterna.

[262] Foram observados os seguintes órgãos/instituições durante o trabalho de campo: Conselho tutelar, SAMU, Secretaria de Assistência Social, Associação Pestalozzi, Instituto Yandê, serviços de topografia, CISP (Posto policial), Litoral Telecom (único serviço de internet da região).

[263] Foram identificadas nesse lugar: Pousada do Toque, Pousada Amendoeira, Pousada Acajú, Restaurante e Pousada Milagres Toque Beach, Pousada Origami, e Pousada Taipa dos Milagres.

Ao total, segundo e-SUS, habitam, neste povoado, 1.283 pessoas distribuídas em 450 residências do total de 600 registradas. As desocupadas são de propriedade de veranistas ou de pessoas que as utilizam para locar temporariamente. O principal ponto de encontro das pessoas no povoado do Toque situa-se na pequena praça do Padre Cícero, com apenas três bancos de cimento à sombra de duas amendoeiras. Ao seu fundo, assenta-se a Escola Municipal Divaldo Suruagy e, logo à frente, o ponto de ônibus. Todo o conjunto da praça e seu mobiliário foi pintado nas cores verde e branco; a farda dos alunos também é nessas cores. Nos bancos da praça, crianças e adultos conversam, outros chegam de bicicleta, mais alguns conversam em pé ou compram algo da banca de lanches e de caldo de cana. Durante o dia, o movimento das pessoas do lugar concentra-se nesse local.

Na rodovia, localiza-se a sede do Instituto Yandê, organização não governamental que realiza cursos e ações socioeducativas e ambientais com a comunidade. Na praia, ao lado da mais célebre pousada local (Pousada do Toque), localizam-se palhoças coletivas de pescadores, além de ser ponto de embarque e desembarque do pescado e de permanência de quinze jangadas e cinco barcos. Esse ponto de apoio serve entre 30 a 40 pescadores. O acesso até a praia é feito por um estreito corredor, em torno de um metro de largura, entre altos muros da pousada e uma cerca de arame farpado que limita o outro terreno, desta forma, impedindo a circulação de veículos de três ou quatro rodas (Figura 159a). Embora as condições de acesso à praia sejam limitadas de alguma forma, por oferecer apenas o mencionado e estreito corredor, tanto pelo dia como pela noite, se observa o movimento de pescadores preparando ou recolhendo embarcações e redes de pesca, assim como o resultado da pesca daquele dia.

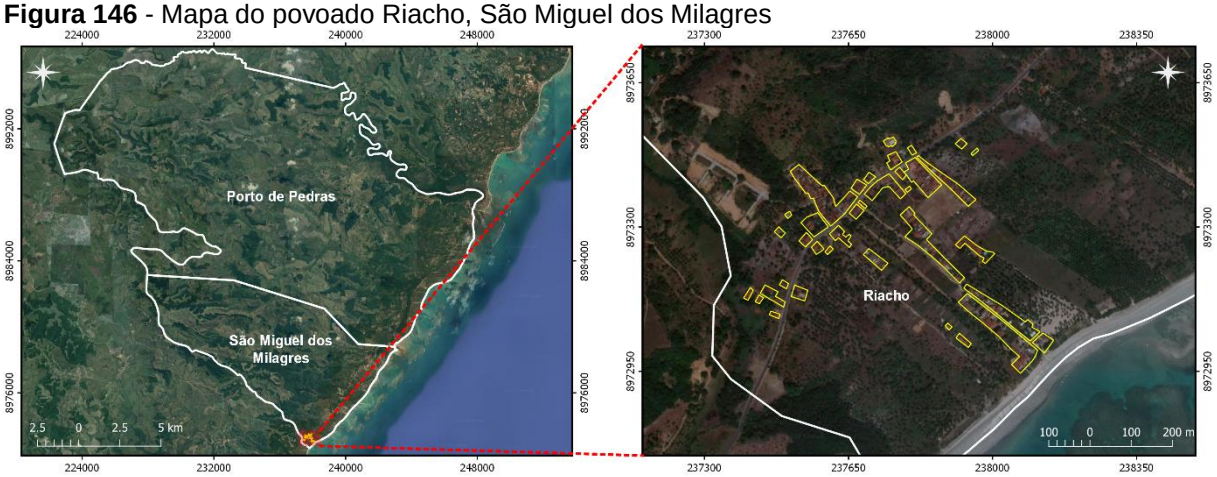
Figura 145 - Imagens do Povoado do Toque em São Miguel dos Milagres.
a) Acesso à praia do Povoado Toque, situado entre uma pousada e um conjunto de palhoças de pescadores; b) Palhoças dos pescadores do Povoado Toque



Fonte: A autora (dezembro/2016)

Entre a sede municipal de São Miguel dos Milagres e os limites com o município de Passo de Camaragibe, posiciona-se o povoado **Riacho** (Figura 160). Neste acanhado povoado, há dez anos quase não se percebiam edificações na praia. A maior concentração de casas assentava às bordas da rodovia, nas imediações da praia do Oiteiro. Do outro lado da rodovia, sentido oposto ao da praia, cresce uma pequena comunidade na qual predominam condições de paupérie e restrita estrutura urbana. Segundo dados do e-SUS, nesse povoado, se tem o registro de 300 famílias residentes, somando 1.040 pessoas ao todo. Contudo, o que chama atenção é a existência de 241 casas desocupadas permanentemente, das 541 existentes. Isso talvez possa ser explicado, ao acessar uma das principais vias que dá acesso à praia, onde o volume de casas voltadas para o uso ocasional é maior.

Figura 146 - Mapa do povoado Riacho, São Miguel dos Milagres



Fonte: Produzido por Esdras Andrade, IGDEMA/UFAL (2019)

Figura 147 - Povoado Riacho, Rodovia AL 101- Norte, São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (agosto/2019)

No perímetro que dá acesso à praia, percebe-se uma rápida mudança na organização do território, antes fácil e que agora conta com barreiras espaciais formadas por bares e imóveis. A rua, que antes tinha poucas casas nas imediações

da rodovia, agora incorpora várias pousadas, restaurantes, lojas de artigos de praia e souvenir, segundas residências, lotes em construção, lotes à venda e placas sinalizando serviços e passeios e o estacionamento dos veículos dos receptivos turísticos que visitam diariamente o município. Dia após dia, ônibus e vans percorrem sinuosas curvas de uma estreita estrada para oferecer um dia de lazer e ócio nos 'Milagres'. A depender do movimento da maré, pela manhã esses veículos chegam e, à tarde, a partir da hora pós-almoço, eles retornam ao seu lugar de origem, normalmente Maceió.

Figura 148 - Povoado Riacho, proximidades da praia



Fonte: A autora (novembro/2016; agosto/2019)

O fato desses povoados estarem ladeados de extensos sítios de coqueiros, principalmente nas proximidades das praias, permite o visitante andar amplas distâncias em um local de atrativo paisagístico singular. Entretanto, as pousadas atreladas a estes sítios dificultam o acesso à praia em um contexto que limita o número de pessoas que por ali transitam. A condição tende a se tornar mais difícil para quem quiser acessar a praia a pé, à medida que sítios têm sido vendidos e transformados em loteamentos e condomínios voltados para a população flutuante. Projetos horizontais e verticais já estão em implementação e a célere mudança na paisagem ocorre de maneira contínua. Diferentemente de Porto de Pedras, não parece haver, nessa parte da Rota dos Milagres, nem um tipo de freio ou plano de crescimento a ser implementado. Pelo contrário, pela velocidade dos acontecimentos, demonstra-se que o processo de especulação e de espacialização turístico-imobiliária encontrou um ambiente favorável para esse negócio, diante de maiores impedimentos ou controles públicos, na forma de planos de desenvolvimento urbano.

Capítulo 6 – UM DESTINO CHAMADO MILAGRES

A região que compõe a parte do caso brasileiro, no âmbito desta tese, vem sendo influenciada por políticas públicas de desenvolvimento voltadas ao fomento do turismo e à conservação ambiental do território marinho-estuarino da região. Nessa parte do litoral alagoano, vem se desenrolando uma série de relações socioeconômicas permeadas por conflitos que trazem ao palco da negociação antigos e novos atores, incluindo, dentre outros, governo local, população pesqueira e rural, órgãos ambientais, organizações não governamentais, empreendedores do turismo, novos residentes, construtoras e um rol de compradores e investidores do mercado imobiliário.

Na esfera da política pública voltada ao turismo, foi criado o Polo Turístico Costa dos Corais, homônimo à APACC, concomitantemente a outros polos na costa da região Nordeste, dentro de uma política pública de corte neoliberal, que tem como objetivo principal o fortalecimento e crescimento do turismo na zona costeira da região. O governo brasileiro, através de acordo de fomento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criou o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) com a meta de reduzir as disparidades entre as regiões do país.

Ciente das potencialidades naturais da zona costeira nordestina para o turismo, e recebendo algumas pressões de governos estaduais e dos empresários deste setor, o governo brasileiro criou esse programa no início da década de 1990. O Prodetur adotou uma política de regionalização[264], com base em agrupamentos de municípios com características semelhantes. Essa política foi aperfeiçoada em 2004, com a adoção dos Polos de Turismo. Em Alagoas, foi criado o Polo de Turismo Costa dos Corais (PTCC), o qual é composto por onze municípios da porção norte-nordeste de Alagoas: Maceió, Paripueira, São Luiz do Quitunde, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Os dois últimos recortes desta investigação.

A segunda fase do Prodetur/NE (Prodetur II) apresenta como primeiro objetivo melhorar a qualidade vida da população local nos polos turísticos. Esse objetivo seria alcançado, segundo essa política do governo federal, por meio do aumento de empregos diretos formais gerados nas atividades do turismo; da remuneração média

[264] Programa Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil com o objetivo de diversificar a oferta e incluir novos destinos.

da mão de obra empregada pelas atividades voltadas para o turismo; da escolaridade média da mão de obra empregada nas atividades; da arrecadação do ISS dos municípios inseridos nos polos; da arrecadação do IPTU nos municípios dos polos; da arrecadação de ICMS dos municípios; do PIB per capita dos municípios (MTur, 2011).

Para efeito de contratação de subempréstimo junto ao BID para o fomento do desenvolvimento turístico dos Polos Turísticos selecionados, o Prodetur/NE exigiu a realização de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). O PDITS consiste de um planejamento de longo prazo (20 anos) para o respectivo Polo Turístico. E, de acordo com as diretrizes do MTur, os PDITS devem ser elaborados com a participação das instituições da região e comunidades envolvidas.

Na segunda fase do Prodetur, foi estipulada a criação de subprodutos turísticos que englobassem as especificidades dos municípios circunscritos em cada Polo. Entretanto, no recorte territorial do PTCC, dos 11 municípios que dele fazem parte, aqueles que já recebiam os maiores fluxos de turistas do Estado de Alagoas foram os que receberam maiores investimentos, ou seja, Maceió e Maragogi. O contexto veio a se modificar no ano de 2010, quando São Miguel dos Milagres recebeu apoio institucional para a realização do Plano Diretor e obras de infraestrutura de acesso passaram a ser realizadas no município. Em momentos pontuais, esse município chegou a receber um maior número de visitantes, mas não com volume que pudesse alterar minimamente o domínio dos destinos Maceió e Maragogi.

Durante muito tempo, a dificuldade de acesso influenciou para que a paisagem e ambiente dos municípios da Rota Ecológica se mantivessem preservados em relação aos outros municípios. Este relativo insulamento reduziu, a princípio, o grande fluxo turístico e influências antrópicas na transformação da paisagem. Contudo, o destaque dado a esse recorte territorial em revistas especializadas de viagens e turismo, colocou São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras na cena nacional e internacional do turismo. Além disso, em uma estratégia de marketing associada ao “Réveillon dos Milagres”, contribuiu para dar maior evidência ao território e seu novo cognome, “Milagres”. A designação “Milagres” tem servido como conteúdo simbólico para promoção turística e imobiliária, e, de certa maneira, contribuído para pôr em marcha processos econômicos atrelados a capitais turísticos/imobiliários na região. Até então, esses lugares tinham sua ocupação limitada a população residente, um pequeno comércio local, um número ainda reduzido de residências secundárias e

poucas pousadas de luxo de pequeno porte e que, no conjunto, não tinha trazido impacto ambiental e paisagístico para a região.

6.1. Turismo na rota ecológica dos Milagres: Novas acepções

As atividades contemporâneas voltadas ao turismo acompanham e se adaptam à nova realidade mundial, caracterizada pela terceirização dos serviços no processo de globalização. O fenômeno turístico coopera, contraditoriamente, para a integração dos espaços e empregando funções e serviços em lugares específicos - em países desenvolvidos e em desenvolvimento-, incluindo aqueles que antes se encontravam isolados. Uma consequência direta da globalização é que os lugares vêm sendo transformados, passando a assumir características muito semelhantes entre si, e, frequentemente, negando as suas características socioculturais identitárias.

Figura 149: Pórtico da Rota ecológica dos Milagres, Povoado Barra de Camaragibe, Passo de Camaragibe



Fonte: A autora (julho/2019)

Com o advento da questão ambiental, e com o seu agravamento na década de 1980, vários tipos de turismo denominados ‘alternativos’ começaram a surgir, dentre os quais o ecoturismo é o mais conhecido. Em anos mais recentes, surgiram ofertas turísticas que combinam o uso de pequenos meios de hospedagem, a exemplo de pousadas, implantadas em lugares pouco modificados e com um patrimônio histórico-cultural atrelado a comunidades tradicionais. A princípio, foi a espacialização

desse tipo de oferta turística que predominava nos municípios da Rota Ecológica dos Milagres: pousadas de pequeno porte que ofereciam produtos e serviços exclusivos. Em Alagoas, precisamente Japaratinga, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, foram escolhidas por mentores dessas pousadas por exibirem elementos basilares para existência dessa tipologia de hospedagem: paisagem pouco antropizada (ou urbanizada) e abundante de sedimento natural e histórico-cultural.

Figura 150 - Pousadas na Praia da Lages, Porto de Pedras



Fonte: A autora (setembro/2018)

Figura 151 - Pousadas na Praia do Patacho, Porto de Pedras



Fonte: A autora (setembro/2018)

Em anos recentes, de tempos em tempos, uma nova pousada surge na paisagem, agora não mais restrita a pousadas sofisticadas e de pequeno porte. Do montante de 26 pousadas situadas apenas na orla dos povoados de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, somente uma tem mais de 20 anos, apenas duas existem há mais de 10 anos e nove um pouco mais de 5 anos. Todas as demais, 54%, contam com menos de cinco anos de inauguração, e as obras indicam que esse número tende a aumentar. Essas pousadas, em sua maioria, têm ao menos um proprietário estrangeiro, 54%; ou natural de outros estados brasileiros, 67%. A participação de empreendedores alagoanos na atividade turística da região ainda é modesta; no entanto, a mão de obra local tem sido requisitada em uma variedade de serviços demandados. Esse é o caso de pelo menos duas filhas de pescadoras, conforme relatos abaixo:

> *No começo as duas [filhas dela] ia mais eu para praia, mas daí estudaram e a Preta foi para Colônia e a outra pra pousada. Ela é gerente, ela estudou bastante, trabalha na pousada do Marco, a Cocoloco. Ela é inteligente. E toda vida eu queria botar as minhas filhas na escola. Eu não estudei bem porque não tinha tempo, estudei até o primeiro ano de antigamente, só sei assinar meu nome. Às vezes eu não gosto de ir na reunião da Colônia porque tem as coisas de assinar e eu digo olha, eu não sei lê. [Claudionete, 30 de JULHO DE 2019]*

> *O meu forte é o marisco e a redinha de arrasto na beira da praia. Meu pai era pescador mesmo de rede e a minha mãe era pescadeira. Mas minha filha mais nova trabalha em uma pousada há três anos, o primeiro trabalho dela. Ela casou, saiu de casa, depois meu marido ficou desempregado e ela tava sustentando nóis. Ela disse "Mainha, para não está fazendo duas compras eu vou pra dentro de casa". Ela tava fazendo duas feiras, sabe!? Ela daquelas filhas bem atenciosa, entendeu? Aí eu disse, "você quem sabe, você que vai perder a sua privacidade". Né?! Porque geralmente perde. Daí ela mesmo assim veio e alugou a casa dela. Minha filha, na pousada que ela trabalha, ela é tudo, é recepcionista, tira o café, camareira, faz tudo, lava roupa, faz tudo. [Flora, 03 de Julho de 2019]*

Os proprietários desses empreendimentos, além de serem vistos como geradores de oportunidades de renda e emprego, a maioria vem estabelecendo uma relação harmônica com a população local. Alguns deles vem se envolvendo em ações que visam a conscientização ambiental e de qualificação da mão de obra local. Em São Miguel dos Milagres, fundou-se a Associação Milagrense de Turismo Sustentável (AMITUS), associação ligada a essas pousadas. E, em outros municípios, ações individuais também vêm sido realizadas. No entanto, mesmo defendendo soluções e ações socioambientais, alguns empreendedores terminaram desenvolvendo uma relação conflituosa com a população local, principalmente com a população pesqueira. Dentre os conflitos, o de maior relevância estão relacionados ao fechamento ou

limitação de acesso à praia ou o desenvolvimento de qualquer atividade nas proximidades de seus estabelecimentos. Casos pontuais, como a inibição da coleta de marisco e a ancoragem de embarcações na praia, em frente a algumas pousadas, também foram relatados, conforme segue:

> *Eu escuto lá na Colônia gente que tem problema com dono de pousada, não quer que cate na frente. Mas comigo ainda não. Na maré passada eu passei o pé e vi que tava bom de marisco e parei para pegar e meu sobrinho disse, "tia aqui é pousada do homem [que não gosta que cate marisco]". E eu disse que fosse me tirar. Logo depois veio o segurança, o homem que toma conta, e ficou só olhando. Meu sobrinho dizia, "tia, olha o homem, vai tirar a gente". Eu respondia, ele que venha, que o dono é proprietário da pousada, não da praia. Ele que venha dá parte para ver quem ganha. [Flora, 03 de julho de 2019]*
>
> *Agora tá tudo fechando né, ali onde eu vou, em frente à Colônia, tá tudo normal. Mas pra cá está mais dificultoso, tem arame. Tem lugar que a gente entrava por uma entrada, hoje não entra mais. Ou desce na praia logo no começo ou senão lá na Lage. [Eliane, 22 de julho de 2019]*
>
> *Chegou aí o Português, comprou um bocado e fez a pousada. E outros também fez pousada. E hoje em dia a gente não consegue chegar à praia de tanta pousada. A gente ainda consegue chegar à praia, mas antigamente qualquer beco a gente entrava na praia, agora a gente tem que fazer arrodeio, né. Antigamente a gente ia aqui na frente e ia direto. [Claudionete, 30 de julho de 2019]*

Em alguns trechos, questões relacionadas ao acesso têm sido resolvidas, mas, em outros, ainda parece estar longe de haver solução, a articulação, ou não, de certos grupos tem sido chave para esse contraste. Contudo, no geral, os conflitos de acesso não se restringem às pousadas; sítios e loteamentos também optam por demarcar o território, interferindo por vezes na própria dinâmica e estética do lugar. Uma dinâmica e uma estética que foram responsáveis em atrair pousadas e colocar o local em evidência nas mídias turísticas nacionais e internacionais.

Figura 152 - Glebas de terra cercadas em Porto de Pedras. a) Praia do Patacho; b) Praia da Lages



Fonte: A autora (julho2019; setembro/2018)

Figura 153 - Grande gleba de terra murada no centro de São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (julho/2019)

Além do patrimônio cultural e natural presente, o fato desses lugares serem escolhidos para a reintrodução do peixe-boi marinho trouxe mudanças para a rotina e cotidiano local. Por exemplo, o uso de certos petrechos e técnicas de pesca passaram a ser proibidos. Por outro lado, passou a atrair um público interessado em fazer o passeio de observação do peixe-boi. O crescimento do interesse por essa visitação gerou um movimento para que homens das comunidades de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres se candidatassem para serem condutores. Isso possibilitou novas fontes econômicas para o lugar e, de certa forma, minimizar os efeitos causados pelos novos limitantes à atividade de pesca.

Contudo, como já mencionado anteriormente, o principal fator de crescimento do fluxo turístico está relacionado ao Réveillon dos Milagres. Tanto o réveillon, agora também o carnaval, é organizado pelo Instituto Tamo Junto, organização idealizada por dois empresários alagoanos. O local onde ocorre o momento culminante desses festivais é propriedade de um desses empresários. Ao local, foi incorporado uma capela, que tem servido para a celebração e casamentos de personalidades e de pessoas de destaque em vários ramos de atuação. Para a realização do festival, são montadas uma multiplicidade de estruturas móveis, e envolve uma programação com celebridades musicais, durante cinco dias, para atender um público de poder socioeconômico alto ou médio alto[265].

Esse evento movimenta intensamente a economia local nos dias que o precedem e o sucedem. Um número grande de pessoas é contratado para trabalhar em vários tipos de serviços turísticos que são demandados, antes e durante o evento. A festa contribui para que praticamente todos os meios de hospedagem,

[265] Os preços individuais para participar somente da festa variaram de 3.290 a 4.490,00 reais, em 2019. O valor da hospedagem varia conforme o tipo de acomodação, ofertadas em residências ou pousadas.

regulamentados ou não, sejam reservados com mais de seis meses de antecedência. A mão de obra externa ao local, contratada para trabalhar nos shows, nos bares, na limpeza e na logística, também contribui para a demanda de alojamento. Nesse contexto, casas simples de moradores do lugar também são requisitadas, de forma a impactar significativamente a economia local durante os dias que antecedem e que seguem ao término da festa.

O efeito da festa tem criado novas possiblidades midiáticas ao lugar, enquanto o signo atrelado cognome Milagres tem atraído um fluxo quase continuo de pessoas ao longo do ano. Esse crescente fluxo de visitantes nos lugares dessa parte do litoral alagoano tem impulsionado o desenvolvimento e a oferta de produtos e serviços voltados ao fenômeno turístico, como também produtos de cunho imobiliário. Tais circunstâncias se exibem como motriz a mudanças no meio ambiente e nos modos de vida tradicionais do lugar.

Figura 154 - Jangadas de São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (julho/2019)

No que se refere especificamente à atividade turística, ela se diferencia de cidade para cidade e de povoado para povoado ao longo da Rota dos Milagres. A espacialização de bares e restaurantes à beira-mar se concentra em São Miguel dos

Milagres, principalmente no povoado Riacho, centro da cidade e em Porto da Rua. O povoado Toque concentra pousadas e restaurantes sofisticados que buscam atender a um número limitado de clientes. Já o Povoado Riacho, na praia do Outeiro, embora seja o que concentre a menor densidade demográfica e, com isso, pouquíssimas interferências antrópicas, reúne em sua praia os receptivos das principais empresas turísticas situadas em Alagoas - durante todo o ano, acolhe ônibus e vans, em um número que varia de quatro a vinte veículos por dia. Ônibus imponentes que, ao transitar pela estreita rodovia, chegam a bloqueá-la pela sua dimensão. Carros no sentido oposto constantemente são compelidos a dar marcha a ré para que o veículo possa passar. A chegada de cada ônibus, jangadeiros, em suas jangadas no mar; e motoristas, em seus bugres em terra, se posicionam em fila na expectativa de realizar mais um passeio.

Em Porto de Pedras, o acesso de veículos de grande porte ocorre predominantemente no Povoado Lages. Nas margens e nas proximidades da foz do rio Tatuamunha – rio no qual são reintroduzidos os peixes-boi marinhos – o percurso por uma via carroçável leva até a Boca do Rio. Há algum tempo, passageiros de carros e ônibus se acomodavam à foz do rio Tatuamunha, sem contar com estrutura alguma de serviço; agora, sem controle, pequenas barracas surgem. Um dos primeiros que instalou uma barraca, um senhor natural de Maceió, o fez com objetivo de ter um meio de vida. Enquanto para esse senhor, os excursionistas são bem-vindos, para outros, como pousadas e órgãos ambientais, o sentimento parece não ser o mesmo. A dona de uma pousada relata, “eles vêm, sujam, não tem a menor conscientização ambiental, além deles não consumirem e não gastarem um real eles ainda deixam lixo aqui”.

Por essa razão, cada vez mais barreiras físicas são criadas para evitar a passagem desses veículos. Sobretudo nas entradas para a praia do Patacho e da Lage, lugares que aglutinam pousadas requintadas e loteamentos voltados à espacialização de segundas residências. E, é nesse contexto que emerge conflitos entre três grupos de distintos interesses, a saber: 1. Os antigos moradores desses lugares; 2. Os donos de meios de hospedagem; 3. Donos de ônibus, vans e visitantes em carro particular que visitam o lugar.

O turismo praticado nos povoados litorâneos de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, em princípio, permite que o turista tenha o contato com a cultura

local através da convivência com modos de vida e práticas sociais locais. No entanto, empreendedores turísticos, ou pelo menos uma parte, vislumbra uma prática turística de maior escala e com grande potencial de impactar negativamente o lugar, carregada de um imaginário necessário para a comercialização do turismo, com base em um tipo de demanda que não se coaduna com as características simples e identitárias dos povoados em questão.

6.2 Atividade turística: Novos ofícios e práticas

O rápido crescimento do turismo na região da Rota Ecológica dos Milagres, comparado com a década anterior, tem demandado uma gama cada vez mais ampla de serviços voltados à atividade turística. Restaurantes sofisticados, lojas de artesanato e outros comércios vêm sendo instalados continuamente. Os serviços de recreação relacionados aos passeios às piscinas naturais, mergulho e passeios de bugre dilataram-se celeremente nos últimos poucos anos, assim como associações de classes e de segmentos de turismo têm sido criados. Com efeito, nos últimos dez anos, o número de moradores que tem praticado exclusivamente ou concomitantemente atividades relacionadas ao turismo, direta e indiretamente, vem se ampliando. Jangadeiros, bugueiros, guias de turismo, taxistas, pousadeiros, garçons, cozinheiros, artesãos e camareiros são ofícios recém introduzidos ou profissionalizados na área da Rota Ecológica dos Milagres. Essa nova conjuntura tem provocado a mudança de práticas laborais tradicionais, como pesca e agricultura, para aquelas práticas voltadas ao apoio à atividade turística. Sobre essas novas práticas e novos ofícios, algumas experiências locais merecem ser aqui abordadas, conforme segue.

6.2.1. Associação do Peixe-boi

Logo após a reintrodução do primeiro peixe-boi no rio Tatuamunha, no final dos anos 1990, surgiram algumas iniciativas embrionárias para a visitação do peixe-boi. Essas iniciativas ocorreram de forma espontânea, sem o real conhecimento do que era um peixe-boi, e sem as precauções necessárias para poder lidar com as peculiaridades daquele animal. Já tentando se antecipar a problemas que poderiam acontecer, antes mesmo da lei de criação do Plano de Manejo da APACC, foi discutido e aprovado um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – entre o ICMBio (Centro

de Mamíferos Aquáticos e APACC), Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, prefeituras de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres e representantes da futura associação de condutores do turismo de Peixe-Boi, em 2009.

Segundo o documento, a visitação ocorreria especificamente no rio Tatuamunha, e deveria ser feita por condutores credenciados com o requisito de serem residentes dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, de modo a possibilitar oportunidade de renda para a comunidade local. Na ocasião, foi determinado que o credenciamento deveria ser emitido exclusivamente pelo órgão competente, neste caso o ICMBio, mediante a realização de uma capacitação que envolveria temas relacionados à prática de condução e preceitos ambientais relevantes para aquele ecossistema. Além disso, a Associação deveria ter o caráter comunitário, inserindo, desta maneira, a primeira prática de turismo de base comunitária no litoral norte de Alagoas.

A Associação ganhou uma pequena sede no povoado Tatuamunha, mas posteriormente contou com uma situação especial. A sede da associação foi contemplada com melhorias significativas em toda a sua estrutura por ocasião de um quadro de um programa de televisão, pertencente à principal emissora de canal aberto do Brasil, chamado Caldeirão do Huck, em 2014. Ganhou uma nova fachada, recebeu melhorias internas, e adquiriu um mobiliário novo, além de ser colocado em evidência, em cadeia televisiva nacional, o trabalho desenvolvido pela Associação do Peixe-boi.

Figura 155 - Sede da Associação Peixe-boi, Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2015)

Atualmente, a associação se destaca pelo seu envolvimento em ações socioambientais em parceria com instituições não governamentais atuantes na região. Conta com 51 condutores regularmente credenciados para realização do turismo de observação do Peixe-boi,[266] e recebe cerca de 100.000 turistas/ano no município (NEVES, 2017). Como há limite de carga diária, tanto de pessoas, como de embarcações, a distribuição de trabalho entre eles ocorre em dias alternadosO impulso para a realização do passeio foi uma das alternativas dialogadas para que se minimizasse o impacto relacionado às limitações impostas no Rio Tatuamunha, principalmente na sua foz, local propício para a reintrodução do peixe-boi. Contudo, de acordo como aponta Neves (2017), a Associação Peixe-boi foi criada em um processo conflituoso, pois já existiam pessoas, antes da associação, que trabalhavam por conta própria, e competiam entre si, e tiveram que se associar em apenas uma instituição. Esse fato parece ser a raiz pela existência do antagonismo interno no âmbito da associação.

6.2.2. O artesanato: novos modos, novas perspectivas

Assim como o projeto de turismo de visitação ao peixe-boi acionou novas práticas laborais, a iniciativa para que se produzisse peixe-boi em tecido de pelúcia também foi estimulada. A primeira oficina de confecção de artefatos em pelúcias ocorreu por intermédio de projeto coordenado pela Organização não governamental Toque de Taipa, situada em um espaço anexo à Pousada do Toque. O propósito daquela organização sem fins lucrativos estava ligado a ações socioeducativas e de produção de renda local. O trabalho foi fomentado pelos proprietários da mencionada pousada em parceria com outros atores locais e empresários de Maceió. O projeto conseguiu angariar máquinas de costura industriais e realizar com êxito a primeira oficina de costura para confecção desse artigo. Contudo, houve discordância entre empresários que apoiavam o projeto, sobretudo os demais donos de pousada que entendiam que o projeto servia para dar visibilidade apenas a uma pousada. Este impasse levou o idealizador do ONG a dissolver a entidade e a doar, mediante prévio acordo, todos os equipamentos obtidos para uma intuição que se formava, o Instituto Yandê, para que assim se pudesse dar continuidade ao trabalho iniciado pela Toque

[266] Os passeios oferecidos pela a Associação dos Condutores de Observação do Peixe-boi Marinho, ou simplesmente Associação do Peixe-boi de Porto de Pedras, ocorrem em jangadas de propulsão a remo. A capacidade de carga compreende um total máximo de 70 visitantes/dia, com até 10 passeios em duas rotas específicas, a cada dia.

de Taipa.

Figura 156 - Sede da Oficina Peixe-boi e Arte e do Instituto Yandê, Povoado Toque, São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (agosto de 2016)

Além do projeto se manter, as costureiras que participaram da primeira oficina se associaram e criaram a sua própria loja, situada, atualmente, na mesma sede do Instituto Yandê, no Povoado Toque. A comercialização de peixes-boi de pelúcias, a princípio, ocorria exclusivamente na associação de condutores do turismo de observação do peixe-boi e, em algumas pousadas parceiras. No momento atual, além de novas fábricas de pelúcia terem sido criadas, por iniciativas individuais, também surgiram outros espaços que comercializam desse souvenir.

Um outro artesanato peculiar ao lugar é o da produção de artefatos feitos de fibras ou resíduos do coco, como a da bananeira, do ouricuri, do dendê. Da mescla dessas fibras e palhas diversas se produz artigos como cestas, jogos americanos, descansos de prato, porta guardanapos, porta vela, diferentes tipos e tamanhos de abajur, luminária, caixa e vasos. Normalmente, as peças de artesanato são feitas em teares[267], de diferentes tamanhos e formas, manuseados por uma artesã.

A da trama consiste na amarração da matéria prima, a fibra, atada na horizontal

[267] São peças em madeira que podem produzir tecidos e, no caso acima citado, peças feitas em palhas e/ou fibras. Constitui-se por duas ripas de madeira dispostas em paralelo, as quais servem como o local onde se maneja a palha/fibra. Este instrumento tem pés que garantem estabilidade e altura adequada para a artesã trabalhar sentada. A parte superior do artefato (a primeira ripa de madeira) tem marcações que possibilitam que o cordão, que fará a amarração da peça, mantenha-se no local almejado. Os detalhes do ofício e seus instrumentos de uso foram relatados durante a realização da investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem para identificação de patrimônio Imaterial para o Registro de Patrimônio Imaterial (INRC), em dezembro de 2015.

por um barbante. Uma espécie de esteira é gerada e, a partir dela, se confeccionam outros objetos. O aprendizado de artesanato foi transmitido de umas às outras. Véia, uma das primeiras a fazer artesanato para vender na região, relata como se iniciou o processo:

> *Eu aprendi com a Didi, com uma mulher velha que tinha ali em cima. Eu botei uns na porta da minha mãe, os turista paravam e encomendavam, logo quando começou passar turista por aqui. Só que quando eles vinha era tudo encomendado nas carreiras, a gente não tinha muitas peças prontas. E aí para gente fazer rápido tem que botar alguém, foi aí que ensinei umas meninas aqui da região. A gente fazia os pratos, abajur de talo de coqueiro, esteira que hoje em dia chama de jogo americano [Claudionete, 30 de julho de 2019]*

No que se refere às lojas especializadas em vender artigos feitos na região, algumas delas seus próprios donos e funcionários produzem a peça, mas em outras, o artesanato é encomendado de artesãos locais. É comum ao se passar pela rodovia ver esses artigos sendo levados de um lado para outro, denunciando que uma encomenda acaba de ser terminada. Ademais, boa parte da decoração usada nas pousadas da região é feita com artigos encomendados e feitos por artesãos da região.

Figura 157 - Povoado Tatuamunha, em Porto de Pedras. a) AL 101 Norte b) Loja de artesanato mais antiga do povoado.



Fonte: Náiade Alves (dezembro/2015)

Além das lojas especializadas em artefatos em fibras, novas lojas especializadas em roupas e artigos vindos de outros lugares. Pelo menos quatro das lojas são pertencentes a pessoas naturais de outros estados ou mesmo países. Um deles é escocês e está vivendo há um tempo na região. Ele comprou um sítio e agora se dedica a trazer objetos de outros estados, principalmente da Bahia. Uma proprietária de outra loja é natural do Rio de Janeiro e a sua loja se especializa em trazer artefatos produzidos por outros artesãos alagoanos.

Uma forma de entender o rápido crescimento da atividade voltada à comercialização de produtos artesanais pode ser observada no modesto povoado

Tatuamunha. Atualmente, em apenas em pequeno trecho se aglutinam dez lojas de artesanato e souvenires, das quais apenas duas delas existiam antes de 2016 e eram exclusivas voltas a comercialização de artigos em fibras. Os novos pontos de comercialização trazem em suas vitrines vestuário, souvenires, móveis em madeira e outros artigos e compõem uma nova aparência para quem passa por aquele povoado.

6.2.3 Jangadeiro e bugueiros: inserção de novos ofícios

Como mencionado acima, a inserção do turismo vem demandado novos ofícios e serviços para atender a atividade. Um dos primeiros desses ofícios é o de jangadeiros. No começo, como ainda hoje, o passeio para as piscinas naturais[268] era feito por pescadores que possuíam jangada. A iniciativa surgia das próprias pousadas que chamavam os pescadores, os quais tinham uma relação por conta do fornecimento de pescado, para fazer o passeio com determinados turistas. Conforme relata um francês, proprietário de uma das pousadas na praia do Patacho: “Para que seja justo eu faço um rodizio, cada vez eu chamo um, mas aviso se houver qualquer problema já não chamo mais”. Por outro lado, o dono de outra pousada, situada no povoado Riacho, prefere não contratar, “[...] eu não chamo porque receio pela segurança do turista, prefiro chamar um jangadeiro profissional, do que um pescador, são atividades diferentes e demandam cuidados distintos”.

Por conta do aumento da demanda pelo passeio as piscinas naturais, a oferta de interessados em executar essa tarefa vem ampliando e também exigindo a profissionalização desse tipo de serviço. Agora, tanto São Miguel dos Milagres como Porto de Pedras contam com uma associação de jangadeiros. A de São Miguel é exclusiva para a atividade; a de Porto de Pedras incorporou outros ofícios voltados ao turismo. Em julho de 2019, o passeio para as piscinas naturais era ofertado pela média de oitenta a cem reais em uma jangada que comportava duas pessoas.

Vale salientar que, nessa região específica, a atividade está restrita a alguns tipos de embarcações e propulsões, por conta de estar delimitada na zona de conservação do peixe-boi; sendo assim, embarcações de maior porte e de maior velocidade não podem transitar nessa área. Neste sentido, o passeio nas piscinas

[268] A visitação às piscinas naturais no litoral norte de Alagoas teve início na cidade de Maragogi, na famosa Galés. Além de Maragogi, os passeios às piscinas naturais também ocorrem nos municípios de Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e em Passo de Camaragibe. O horário do passeio para as piscinas naturais ocorre conforme a maré, geralmente baixa ou morta, para que as piscinas estejam rasas e seja possível fazer mergulho com o uso de snorkel. O passeio tem a duração média de duas horas, entre deslocamento e desfrute na piscina. A regulação da visitação às piscinas naturais limita o número de visitantes por dia em cada piscina da localidade.

naturais locais ocorre de forma diferente da usada em outros lugares, a exemplo de Maragogi que permite o passeio em catamarãs que podem transportar um número bem maior de pessoas.

Figura 158 - Associação dos Jangadeiros de S. M. dos Milagres, Porto da Rua, São Miguel dos Milagres



Fonte: A autora (setembro/2018)

Sobre a profissionalização do oficio de jangadeiro, a exemplo da realização do curso de qualificação profissional e conscientização socioambiental com os condutores do passeio de observação do peixe-boi, ocorreu algo semelhante com os jangadeiros das piscinas naturais dessa região. O curso ocorreu inserido no projeto denominado Jangadeiros Rota ecológica, desenvolvido pelo Instituto Yandê em parceria com ICMBio/APACC e o Instituto Bioma Brasil, e fomento da Fundação SOS Mata Atlântica e Fundação Toyota do Brasil. O projeto teve a duração de um ano, de julho de 2015 a junho 2016, e formou 59 jangadeiros dos municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe. Durante o projeto, foram feitas oficinas de associativismo, turismo, conhecimentos sobre recifes de coral e manguezais, preceitos e diretrizes da APACC. Esse projeto é um dos exemplos de ações fomentadas por entidades não governamentais e fundações de apoio ao desenvolvimento e a conservação do meio ambiente no recorte territorial da APA Costa dos Corais. Essas ações têm possibilitado a qualificação e a conscientização

socioambiental, mas, também, em consonância com os propósitos da APACC, tem limitado a atuação de atores locais em determinadas tarefas.

A exemplo disso, por exigência do Plano de Manejo da APACC, o alvará para atuar como jangadeiro nas piscinas naturais de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres deve ser liberado para os indivíduos associados a alguma associação específica. Essa exigência foi motivadora para criação da associação de jangadeiros no povoado de Porto da Rua, em São Miguel dos Milagres, no final de 2013, a princípio com dez associados. Atualmente, a associação conta com mais de trinta filiados e trabalha em parceria com a Colônia de Pescadores de São Miguel dos Milagres, isso se deve a maior parte dos jangadeiros serem também pescadores. Mas também, segundo relato dos associados, a instituição conta com pessoas que se dedicavam, e ainda se dedicam, a tirar coco, a limpar sitio, a construção civil e outros. O movimento da maré limita o tempo dedicado ao serviço de jangadeiro e isso contribui para que a maioria se dedique concomitantemente a outras tarefas.

As jangadas usadas exclusivamente na pesca, no geral, são feitas de maneira simples, sem o apelo de cores e não contém assentos ou cobertura, como ocorre nas jangadas feitas para o passeio das piscinas naturais. Ao se caminhar nas praias de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, facilmente se percebe a predominância das jangadas voltadas para turistas em São Miguel dos Milagres, enquanto em Porto de Pedras se percebe proeminências de jangadas simples voltadas para a prática da pesca.

Figura 159 - Jangadas a) Jangadas usadas na pesca; b) Jangadas usadas para passeios as piscinas.



Fonte: A autora (agosto/2019; setembro/2016)

Além da associação de jangadeiros, São Miguel dos Milagres conta com entidades que representam bugueiros, taxistas e indivíduos ligados ao turismo, incluindo hotéis, restaurantes, artesãos e receptivos. Algumas dessas associações têm pressionado as autoridades competentes para a criação de conselhos e para que

ocorram audiências para discussão e deliberação sobre diversos temas de interesse comum.

No caso de Porto de Pedras, a associação Patacho tem entre seus associados, segundo Jairo, “jangadeiros, bugueiros, condutores de passeios a cavalo, bicicleta e tudo mais*”.* Ele informou que a associação só foi criada por exigência da própria prefeitura, que impôs a liberação dos alvarás dos prestadores de serviços ao vínculo a alguma organização. Mas, segundo comenta, após a liberação do alvará muitos deixam a associação. Contudo, a associação conta, em 2019, com 42 filiados. Destes, segundo Jairo, a grande maioria é também pescador, “porque só de uma atividade não dá para viver, eu mesmo pesco sempre que posso para ajudar no sustento*”.* Essa realidade citada por Jairo não é igual para todos, para alguns residentes a tarefa de condutor passou a ser a única fonte de renda, conforme relata Antônio:

> *E eu posso dizer eu vivo do turismo, trabalho aqui na associação, faço os passeios para as piscinas naturais, eu tenho a minha jangada. Hoje o que eu tenho é através do turismo. Você sabe a experiência de você está com os turistas de São Paulo, Rio de Janeiro e passar por vocês dois golfinhos, sabe que experiência é essa, única. Eu faço o passeio pelas piscinas daqui [Porto de Pedras], Salvador, Patacho e Porto da Véia. [Antônio, 02 de julho de 2019]*

As associações de Porto de Pedras, além de serem em menor número, apresentam um menor nível de coesão entre seus associados. Essa situação apareceu descrita em mais dois casos. São poucos dentro das suas entidades que se empenham para que a instituição possibilite, além do desenvolvimento das atividades atreladas aos seus associados, uma maior inserção no campo da tomada das decisões relativas às políticas locais.

Dentre as novas atividades que vem sendo desenvolvidas no lugar, como o ofício de jangadeiros, a de bugueiro, como é chamada localmente, tem empregado diariamente muitas pessoas, principalmente em São Miguel dos Milagres. Fato é que os passeios de bugres até 2016 ocorriam quase pontualmente e ficavam concentrados no centro de São Miguel dos Milagres e Porto da Rua. Há pouco mais de dois anos o contexto mudou significativamente. O número de bugres cresceu e o fluxo desses veículos pela rodovia se intensificou. A principal razão está associada à parceria dos bugueiros com os receptivos de turistas vindos de Maceió.

Aos excursionistas, turistas hospedados de Maceió, são oferecidos passeios e, na espera do seu aceite, bugres e jangadas se enfileiram aguardando a sua vez. No mar, jangadas seguem percursos semelhantes de uma piscina natural a outra, até se fixarem naquela que é de maior interesse, aquela cuja foto provavelmente sairá

nas mídias e redes sociais, a piscina do Toque. Em terra, ouve-se o ruído do motor dos bugres, que saem enfileirados para trechos dos diferentes povoados e praias. Visitantes, com suas roupas de praia e cabelos ao vento, observam momentaneamente as paisagens que se descortina à medida que os bugres percorrem a rodovia e estradas da região. Esses dois serviços, passeios de jangada e de bugres, movem a economia local, gerando ocupação e renda para vários condutores. Mas, o lucro principal termina nas mãos de receptivos e proprietários das embarcações e veículos. Segundo um motorista de bugre, dos duzentos reais que ele cobra pelo passeio, após ele pôr o combustível, pagar o proprietário do bugre e dar a comissão exigida pelo receptivo e pelo guia de turismo, o que lhe resta são quarenta reais. Caso o bugueiro seja proprietário do veículo, o passeio lhe rende entre oitenta e cem reais. O maior percentual obtido com o passeio fica nas mãos dos donos das empresas de receptivos e seus guias, segundo o depoente[269]. Algo semelhante ocorre com o passeio às piscinas naturais, do valor cobrado pelo jangadeiro para realizar o passeio, entre oitenta e cem reais, quarenta por cento é destinado ao receptivo por conta da sua intermediação no passeio. Esse negócio parece ser tão vantajoso para alguns que mais receptivos estão sendo instalados, enquanto mais bugres e mais jangadas se somam a esse novo cenário.

6.3 Organizações não governamentais e associações

Aspectos relacionados à recém inserção da atividade turística na região e a inexperiência dos gestores e legisladores locais em relação a políticas públicas voltadas para o turismo e a questão ambiental, levaram à criação de algumas associações representativas de segmentos econômicos para que pudessem estruturar iniciativas próprias e mesmo forçar a atuação pública em algumas esferas. Em circunstância semelhante, o fato da Rota Ecológica ser considerada um dos recortes territoriais mais preservadas na região que margeia a APACC, do ponto de vista ambiental, motivou a criação de mais ações, isto é, que priorizasse a organização das atividades presentes. Ainda por cima, devido ao fato de as cidades em questão apresentarem um alto nível de vulnerabilidade, esses lugares foram escolhidos para a instalação e/ou atuação de organizações não governamentais voltadas ao desenvolvimento socioambiental.

[269] O entrevistado preferiu que seu nome não fosse divulgado a respeito desta informação.

As ações dessas organizações são predominantemente voltadas à preservação e conscientização socioambiental e a qualificação da população local para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas, observando a proteção ambiental. Muitos dos projetos contaram com investimentos do setor público, privado e de organizações internacionais. A título de exemplo, podemos citar a Fundação Toyota, o Instituto SOS Mata Atlântica e o Projeto Terramar, sendo este último fomentado por recursos de agência de desenvolvimento não governamental, a GIZ[270]. As três organizações acima citadas são responsáveis por aportes financeiros significativos em projetos[271] que ocorrem nos lugares deste estudo. Os recursos são administrados de diferentes formas, normalmente em decorrência do seu porte, que vão de micro até macroprojetos. São geridos pelo próprio órgão ambiental responsável, o ICMBio, ou por organizações não governamentais que atuam no território, como Instituto Biota, Bioma Brasil, IABS, Instituto Yandê entre outros. Desses citados, somente o Instituto Yandê tem sede no recorte espacial do estudo.

Como já comentado em algum momento deste texto, o instituto Yandê surgiu após o fim da ONG Toque de Taipa. Ele foi criado, dando continuidade às ações da Toque de Taipa, por duas razões: primeiro, pelo interesse dos parceiros da primeira instituição em dar continuidade aos projetos já iniciados, tais como a produção de pelúcias, realização de leituras e contação de histórias; e, segundo, pelo interesse de outras pessoas em apoiar projetos locais, sejam elas representantes da iniciativa privada ou na qualidade de pessoa física. Um exemplo foi o caso de um empresário paulista, que adquiriu propriedades e se instalou na região. Este senhor, em 2012, garantiu um aporte significativo e contínuo para que a organização pudesse locar uma sede e arcar com despesas administrativas necessárias para a sua criação e manutenção. Com isso, o Instituto Yandê se estruturou para dar continuidade aos

[270] A GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeité - uma Organização não governamental de Desenvolvimento alemã A agencia de mais de 50 anos de atuação tem suas sedes em Bonn e Eschborn, na Alemanha. Atualmente, essa agência atua em 130 países, movendo um volume de 3 bilhões de euros (dados de 2017) e tem como propósito o desenvolvimento sustentável e o trabalho de educação internacional, trabalham com projetos que possibilitem mudanças políticas, sociais e econômicas. Segundo o sitio web da agência, “o foco do trabalho da GIZ no Brasil são as energias renováveis e a eficiência energética, bem como a proteção e o uso sustentável da floresta tropical” Também lida com temas como desenvolvimento urbano sustentável e implementa programas globais e regionais. Presta assessoria à Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), um programa regional do BMZ e do Governo dos Países Baixos, com sede no Brasil.

[271] Segundo Neves (2017), o projeto Toyota Costa dos Corais é um modelo pioneiro de parceria, entre Fundação Toyota, a SOS Mata Atlântica e o ICMBio, que destinou R$ 1 milhão por ano para a criação de um fundo permanente para a UC e para o desenvolvimento de ações com parceiros locais que visem a implantação do seu Plano de Manejo. O projeto GEFmar (Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas) é executado em parceria com órgãos do poder público e do setor privado, visa promover a conservação da biodiversidade costeiro e marinha do Brasil. E projeto TerraMar, em parceria com a agência alemã GIZ, tem por objetivo garantir uma gestão marinha mais integrada com a gestão territorial, onde as ações que acontecem no entorno da APACC possam ser melhor planejadas para que não tenham grandes impactos na conservação da biodiversidade marinha.

projetos já iniciados e levar a cabo novos projetos[272] como a capacitação de Jovens Protagonistas da Rota Ecológica e Jangadeiros da Rota Ecológica, ambos custeados por meio de editais abertos pela Fundação Toyota do Brasil e Fundação SOS Mata Atlântica.

Outras ações também foram desenvolvidas com parcerias institucionais que atuam no âmbito da APACC, como Instituto Bioma Brasil, UFPE, a própria APACC/ICMBio, Instituto Biota, AMITUS, Instituto Biota, Sebrae, entre outros parceiros. Por exemplo, em parceria com a AMITUS, Associação Peixe-boi e o Yandê ocorre o Movimento Cidade Verde, no propósito de ampliar a conscientização ambiental e retirada do lixo das praias. Em 2019, teve início o Projeto Rede de Mulheres Pescadoras, com o apoio do Instituto Terra Mar, com intuito de fortalecer e dar visibilidade ao papel da mulher no contexto da pesca.

Além do Yandê, uma instituição que tem implementado ações contínuas na localidade, neste caso São Miguel dos Milagres, é a Associação Milagrense de Turismo Sustentável (Amitus). Diferentemente do Yandê, essa associação tem reunido representantes e profissionais da atividade turística desse munícipio. A Amitus foi criada em março de 2013 e contava naquele momento com 34 associados, distribuídos entre proprietários de pousadas e de restaurantes, jangadeiros, bugueiros, taxistas e demais representantes do setor turístico. Na criação do seu estatuto apontou como finalidades implementar projetos para a conservação e preservação do meio ambiente; promover estudos e ações para a melhoria da realidade socioeconômica e ambiental; comprometer-se em acionar os órgãos de defesa do cidadão no tratamento de questões voltadas para a garantia do turismo sustentável e do ambiente ecologicamente protegido, mas o principal fundamento da Amitus está calcado na necessidade de cobrar “obrigações do poder público, que até então os grandes e pequenos empreendimentos não se sentiam contemplados”, conforme palavras de Ana Paula[273], atual presidente da associação.

[272] Dentre os diversos projetos executados, se destaca a Oficina Peixe-boi & Arte que tem como propósito a produção de souvenires com temáticas voltadas ao peixe-boi marinho em tecido. Neste projeto, diversas artesãs aprenderam e atualmente produzem na sede deste Instituto. O Projeto Inclusão Digital é um outro projeto que ocorre desde a criação do Yandê no qual anualmente são ofertadas aulas de informática para pessoas da população local de caráter gratuito, com 571 pessoas já tendo sido beneficiadas com este projeto até o ano de 2016. Uma outra proposta implementada pelo Yandê é a oficina de Leitura, Escrita e Contação de História, que tem como objetivo o incentivo à leitura e escrita de crianças e adolescentes. Além da utilização do próprio acervo disponível na sede do instituto, adota-se como método a produção de livros em tecido. Por meio de voluntários, o Instituto oferta anualmente um curso preparatório para o Enem, voltado para jovens e adultos que desejam ingressar na universidade.

[273] Entrevista realizada em 30 de julho de 2019.

Dentre as várias ações realizadas desde a sua criação, destacam-se sua participação no processo de criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – Comdema, de São Miguel dos Milagres; realização de mutirões de limpeza e coleta de lixo em praias e manguezais do Movimento Cidade Verde; construção do Fórum Socioambiental da Costa dos Corais, nos anos de 2015 e 2016. Além disso, a Amitus foi a instituição responsável pela realização de uma audiência na Câmara de Vereadores sobre segurança pública. E, também, é interlocutora local do negócio turístico com o APL de Turismo Costa dos Corais, junto ao SEBRAE e secretarias e agências estaduais.

Ambas instituições, Amitus e Yandê, assim como Instituto Biota, Instituto Bioma Brasil, ocupam assentos no CONAPAC e se apresentam como as principais protagonistas nos projetos e ações locais. A Amitus, como representante do empresariado local frente aos órgãos públicos para pleitear ações e melhorias infraestruturais locais; o Instituto Yandê empenhado no desenvolvimento de ações de cunho socioambiental e cultural, que vêm acontecendo no recorte espacial deste estudo. Enquanto Instituto Biota e Bioma Brasil desenvolvem ações pontuais voltadas a pesquisa e conservação ambiental da APACC.

6.4 O mercado imobiliário: *I believe in miracles*

De todos os agentes que atuam na área do estudo, parece que um dos que melhor sabe aproveitar o símbolo trazido pelo cognome Milagres é o setor imobiliário. A cada novo empreendimento que se lança esse nome se destaca, quando não, placas e outdoors estrategicamente posicionados sinalizam a chegada aos ‘Milagres’. Enquanto isso, o cenário que margeia a rodovia AL-101, outrora uma via relativamente pacata, tomada pelo verde dos coqueirais e das matas, incorpora mais e mais construções.

A cada novo instante, sítios que não estavam à venda ganham compradores, frequentemente especuladores, que veem uma oportunidade de investimento. Isso tem gerado uma corrida entre aqueles que querem adquirir um ‘pedaço do paraíso’, alguns com fins de deleite do seu próprio ócio, enquanto outros se propõem a ‘reservar’ pedaços para especular.

Figura 160 - Condomínios e Loteamento na Rodovia AL 101 Norte -
a) Condomínio em edificação entre o Povoado Toque e a sede municipal de São Miguel dos Milagres; b) Loteamento próximo ao povoado Lages



Fonte: A autora (dezembro/2016; setembro/2018)

Figura 161 - Novas urbanizações em São Miguel dos Milagres
a) área recém pavimentada em Porto da Rua; b) Loteamento nas proximidades do centro de São Miguel do Milagres, com lotes a venda pela maior imobiliária de imóveis do Estado de Alagoas



Fonte: A autora (julho/2019; setembro/2018)

Figura 162 - Placas de venda e de propriedade em São Miguel dos Milagres. a) terreno a venda no povoado Riacho; b) Gleba de larga extensão de um único proprietário, no povoado Toque, em São Miguel do Milagres



Fonte: A autora (julho/2019)

Mas essa corrida ainda discreta já tem gerado efeitos no território. Não somente aqueles previstos, como os ambientais e paisagísticos, mas no que se refere à

moradia para a população residente, sobretudo a mais vulnerável social e economicamente. Terrenos e casas, antes adquiridos a preços tão módicos, às vezes cedidos por seus antigos proprietários, às vezes vendidos em parcelas tão pequenas, tendem a desaparecer. Sobre essa antiga realidade, os relatos que se seguem são esclarecedores:

> *A maioria das casas daqui era na praia. Depois começou um fazer de baixo de um coqueiro e outra, só depois com o tempo que as casas começaram ser na pista. Aqui era tudo sítio e para fazer uma casa tinha que pedir permissão para o dono. Por isso que a maioria das casas aqui não tem documento. Paga IPTU da parte da frente, mas não tem documento. Porque no caso se você tivesse um terreno e eu pedia, "óia me dá um pedacinho de terreno para eu fazer uma casinha", ele deixava, você ia lá e marcava, ele deixava e você levantava sem documento sem nada. [Claudinete, 30 de julho de 2019].*
>
> *Há sete anos eu comprei um terreno por trezentos reais. E ainda comprei parcelado, cinquenta reais por mês. O dono ficou pelejando para eu comprar mais. Mas eu com medo de não conseguir pagar não quis. [Floracir, 03 de julho de 2019].*
>
> *Quando meu marido morreu eu recebi dois mil e quinhentos reais, comprei a minha casa, é velhinha, já caiu, mas é minha [uma casa feita de taipa em um loteamento popular no Curtume, do lado da pista para a praia] [Nininha, 03 de julho de 2019].*
>
> *A casa onde eu moro é oito por quinze, eu comprei na época por dois mil, só o terreno. Faz, acho, dezoito anos [situado na via principal do povoado Lages]. (...) Casa aqui quase não tinha, era pouquíssima. Só tinha a da Bau... existia três, quatro, existia cinco casas aqui com a da minha mãe. E aquele lado também, aquelas duas já tinha. [Eliane, 16 de julho de 2019]*
>
> *Em 2000, a gente comprou esse terreno, uma casinha de taipa, essa aqui. Eu me lembro foi mil e duzentos reais, essa casinha e o terreno. Era uma casinha de taipa, tipo chalé, já ouviu falar? Era os pau assim, que lá de dentro a gente vê a gente lá fora. [...] Essa rua que eu vivo aqui, se chama rua da braguilha, porque só tinha casa de um lado. Só tem a minha, mas daqui pra lá foi fazendo. Depois que eu vim morar aqui já construiu muita casa [Dona Biu, 16 de julho de 2019]*
>
> *Quando meu avô morreu, meus tios venderam essa tira de sítio, vai até a praia, por 40 mil [reais], cada filho ganhou um pedacinho, como eram muitos não deu muito para cada um [Amara, 02 de julho de 2019].*

A 'tira de sítio' mencionadas por Amara, na última fala, é uma forma de especificar áreas, geralmente formadas por coqueiros e roçados, que eram estreitas, mas muito compridas, às vezes se estendendo da rodovia até à praia, em uma distância que varia de 200 m a 750 m; por isso o nome 'tira'. Não se sabe ao certo a origem, mas uma hipótese é que eles eram sítios maiores, como alguns que ainda existem, que pertenceram a poucas pessoas, mas na medida que esses proprietários morriam, os sítios eram divididos entre os herdeiros. E, conforme as circunstâncias, foram passados para terceiros. Essas tiras, somadas a poucas, mas imensas

propriedades, formam uma ambiência de uma enorme área de terras em poucas mãos, o que contrasta com um grande número de pessoas que vivem em pequenas moradias, por permissão ou pelo esforço de toda uma vida de trabalho. Sobre as grandes propriedades, seu Pedro comenta:

> *Tinha em Porto de Pedras quatro a cinco propriedades grandes, não tem mais que isso. Mario Silva, aquele da Lage... Enfim, você tem quatro a cinco grandes proprietários, o Araújo lá embaixo no Tatuamunha, o Eurico Uchôa, então você tem a esse pessoal. E saindo da área deles, paralelo a eles, a uns 600 metros da praia pra dentro. Não da pista até mais ou menos uns 300 metros, você tem os pequenos proprietários. De 600 a beira da praia você já tem os grandes proprietários. Esses pequenos são faixas, os sítios são muito irregulares [Seu Pedro Luiz, 18 de setembro de 2018].*

Fato é que cada pedaço de terra, grande ou pequeno, no que se refere aos situados entre a rodovia e a praia tem um dono, mesmo não tendo placa, cerca, ou uma só casa. De mais a mais, os moradores dali sabem a quem pertence cada sítio, cada terreno. E, além de saber, mesmo não tendo divisas claras, eles conhecem a divisão; no geral, são coqueiros ou árvores que marcam essa separação. “Desse coqueiro pra cá é de fulano, pra lá é de ciclano”. “Esse pedaço de aqui pertence ao senhor *tal* [retirado o nome], daquele pau pra lá da *fulana de ciclano* [retirado o nome],” são falas recorrentes quando se pergunta a quem pertence determinada área. A fala que se segue, de Claudinete, antiga pescadora do lugar, retrata um pouco esse tipo de situação:

> *Essa casa eu já tava casada, era da mãe do meu marido o terreno. Quase todos os pedaços pertenciam a alguém. Pronto, esse pedacinho daqui pra lá pertencia a três famílias, família da mãe dele que era a mais velha. Aí ele tomava conta da casa da mãe dele, do terreno e ficou com a casa. No tempo que ele morreu o pedacinho ficou pra mim. Ele antes de morrer fez a [casa] da Preta [filha] aqui [ao lado], deu um pedaço ali na frente a outra filha. Ele não fez a da outra não, a que trabalha na pousada, porque ela tava com condições de fazer, mas ele que deu o terreno. [Claudionete, 30 de julho de 2019]*

Esses sítios, combinados com sítios maiores, têm sido alvo da especulação imobiliária. Alguns já ambicionados por seus atuais proprietários, outros por futuros investidores. Essa nova circunstância tem influenciado no fechamento de passagens e acessos e causado transtornos à rotina de práticas antigas e atuais, como atestam as falas que se seguem.

> *São Miguel [dos Milagres], você sabe, um banhista para ir a praia quase não existe mais acesso. Os donos de pousadas não querem que as pessoas fiquem na frente da pousada dele para não afastar os turistas. Mas ao meu ver, eu não acho correto não, porque ele age como se fosse dono, a praia é da União, é de todo ser humano, tem que ter acesso livre. Olha teve um caso que um dono de pousada queria cercar a praia, daí se juntou uma parte da população para fazer protesto. Também tinha o problema de gente que fica*

> *andando de carro ou moto na praia, porque poderia atropelar algum banhista [Glauber, 03 de julho de 2019].*
>
> *[...] começou a abrir as vias de acesso para a pousada, dentro do sitio dele, obviamente, como ele quis [o proprietário da pousada]. Dentro da sua propriedade ele abre como quer e não quer saber se o pescador vai ter que dá a volta quatro quilômetros, porque já não passa mais, né. Por exemplo, para sair da Lage para ir ao Curtume para ter acesso a praia. Ou se está na Lage e desce mais o sentido de Tatuamunha ele não está preocupado com isso, ele fecha e acabou. Então o negócio é complicado [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*
>
> *Se você andar em Porto de Pedras do período que eu cheguei para agora. Cheguei lá em 1990, né. Você não reconhece Porto de Pedras, é só cerca, cerca, cerca, todo mundo vendendo, loteando. E a prefeitura não toma uma posição para determinar diretrizes onde vai passar rua, para onde vai. Eu não diria nem plano diretor, eu diria, que já era para ser, mas enfim isso ai tá virando um caos [Seu Pedro Luiz, 18 de setembro de 2018].*
>
> *O livre acesso as praias que um direito por lei, isso muitas vezes é retirado, através de cercas, através de construções. Os pousadeiros simplesmente fecham essas áreas e impedem a passagem do transeunte. Tanto que a gente recebia denúncias constantes sobre isso. Daí a gente ia lá, tinha de conversar com o proprietário, dizer para ele que tinha que tirar a cerca, que ali era uma área de acesso livre da população e tinha que mostra por lei que ele não podia fechar. Isso lógico gerou conflitos, teve que entrar em acordos. Proprietários que não queria que fosse aqui, tinha que transferir para cinquenta metros o acesso ou mais para trás ou mais para frente. Sempre teve conflitos e sempre vai ter. Mas o comum aqui é o de acesso as praias [Waldemar, 02 de julho de 2019].*

Além das cercas criadas pelos novos proprietários do lugar, antigas casas de pessoas simples, que algum tempo atrás haviam obtido a permissão para se instalar, ou que ficavam em locais próximos a essas propriedades, foram pouco a pouco convidadas a se retirar. As duas falas apresentadas a seguir são bastante contundentes em relação a esse tipo de problema:

> *Começou a aparecer o crescimento da especulação imobiliária lá em Porto de Pedras, e isso aí foi exatamente em 2014 e 2015. Aí começou, já vinha isso de antes, mas não a esse grau, queimar palhoça, proprietários de sítios comprar as palhoças para tirar os caras da frente, trocar as casas. Por exemplo, se o pescador tinha a sua casa na beira da praia, ele tinha a casa, mas o terreno era do cara, ele era foreiro, então o que ele fazia, ele comprava na pista, como eles falam, na rua e ele trocava. Comprava uma casinha, simplesinha de taipa, não sei o quê, e ficava com a casa dele [do pescador] que era praticamente na beira da praia [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*
>
> *O que acontece, esse processo de especulação imobiliária, sobretudo no Patacho e boca do Rio, que já é Tatuamunha. O que está acontecendo esses pequenos proprietários já estão loteando as suas propriedades, isso sem nenhuma perspectiva da prefeitura de nortear essas vendas, sem fazer um plano diretor ou de determinar quais são as vias de acesso e tal. Então você vai encontrar em Porto de Pedras situações absurdas, por exemplo, tem a casa de uma pescadora que ela estava no meio de um sitio, numa faixa, vizinho era outro proprietário. O cara pegou vendeu, então a porta de entrada da casa dela não existe, ela não tem como entrar, porque o cara veio*

> *construiu grudado praticamente com entrada da casa [Seu Pedro Luiz, 18 de setembro de 2018].*

A maioria dos proprietários dos sítios situados nos povoados de Porto e de Pedras e São Miguel dos Milagres sequer vivem naqueles povoados, ou mesmo cidades. Quando se pergunta por determinado pedaço de terra, se anuncia “é de fulano [retirado o nome] de Porto de Pedras [se referindo ao centro do município]”, “é da família de ciclano [retirado o nome] de Porto Calvo [município vizinho]”, ou o mais comum, “era da dona fulana [retirado o nome], mas ela morreu, agora é dos seus herdeiros, mas eles vivem lá pras banda de Maceió”. Fazer referência às antigas famílias que tinham prestígio econômico e político na região é o mais comum, quando se pergunta por algum determinado sítio ou terreno.

Caso parecido ocorre em São Miguel dos Milagres, onde muitos dos seus antigos donos eram residentes do centro de Porto de Pedras, do povoado de Porto da Rua, do município de Porto Calvo ou de Passo de Camaragibe. Raros são os que pertenciam a outras localidades. Os herdeiros desses antigos proprietários, no geral, residem em Maceió, às vezes em cidades de outros estados brasileiros, como Recife, São Paulo e outras capitais. Uma outra fala recorrente quando se pergunta por algum terreno ou sítio, quando ele pertence a gente antiga, é que eles não estão à venda, “é de fulana [retirado o nome], ela vende não” e a razão, segundo alguns, é que as pessoas do lugar, as mais antigas, não têm o costume de vender suas terras, não parece ser ela vista como uma mercadoria. Ter uma propriedade é, de certa forma, uma maneira de se ter prestígio, por isso, se tenta manter a propriedade, pelo menos por parte das famílias mais antigas e tradicionais, mas também parece existir uma relação de afeto. Conforme apontam algumas falas:

> *Eu digo as minhas filhas, “quando eu morrer não venda a minha casa, deixe aí, deixe para filho, neto, não sei o quê, não sei o quê. Quando quiser fazer uma faxina venha, quando quiser botar gente para morar, uma pessoa que precise, bote, mas eu não quero que venda, não quero que ninguém vá destruir”. Entendeu? Eu digo a eles. Pode ser que tenha um ano que se ajunte tudo [juntar os cinco filhos e os netos], como teve um ano que se ajuntou, mas é mais difícil, né!? Porque uns moram perto de casa e outros moram do outro lado do mundo, como eu costumo dizer. Aí fica difícil de juntar todos cinco de uma vez, né!?*

> *[...]O dono agora é do Rio de Janeiro, o nome dele é José [se referindo a um grande sítio vendido no povoado Lages que está sendo transformado em loteamento fechado]. Antes era um homem chamado, eita agora esqueci o nome dele, ele tinha um carro verde, ele inté que faleceu, né. Mas quem vendeu [o sítio] deve ter sido filho dele que morava em Maceió, porque ele [o ex-proprietário que faleceu] acho que não vendia, né!? Antigamente as pessoas tinham um maior apego. [Dona Benedita, 16 de julho de 2019]*

> *Você sabe o que é querer comprar não achar nada, a gente está com o dinheiro na mão e procurando casa e procurando casa e nada, ninguém vendia. Ali no Patacho mesmo, tem uma casa que hoje é uma casa grande, tinha um terreno que o cara morava nos Estados Unidos - isso é até onde eu sei, depois não sei o que aconteceu – a gente tentou comprar e não conseguiu. Aí tinha uma outra casa que o cara resolveu vender e a gente tentou fechar negócio, ele fechou depois ele desistiu. Eu fechei negócio com o dono, hoje do jeito que nós estamos falando aqui, amanhã no fim da tarde a mulher desmanchou o negócio. Agora hoje se você andar na cidade você atropela. Na rua mesmo onde eu moro está cheio de casas para vender, mas por que? Porque a cidade de repente ficou famosa por causa da Praia do Patacho e o Peixe-boi [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*

Como mencionado acima, a perspectiva muda completamente, quando se trata do falecimento de antigos proprietários. Nesse caso, seus herdeiros, muitos deles sem nem mesmo residir no lugar, optam por vender a terra. Comenta, sobre isso, Dona Jovina:

> *Um processo bem antigo, onde as famílias, a primeira geração vamos dizer assim, não vendia nada, cercava, mas não vendia, mas era até flexível porque deixava os caras [a população local] passar pelo meio do sítio, certo. A partir do momento que morreu essas pessoas mais velhas, a primeira geração, eu chamo assim, os herdeiros começaram, e foi exatamente a partir de 2014, pra cá. E os herdeiros começaram a ver que aquilo ali podia render, era uma fonte boa de dinheiro. Aí eles começaram a fechar cada vez mais, substituir, a fazer as trocas de casas na beira da praia por casas na pista, na rua como eles chamam, mas numa forma muito acanhada no princípio, não era um negócio violento. Mas com o passar do tempo a coisa foi crescendo, começaram aparecer pousadas, geralmente de estrangeiros, e o olhar das imobiliárias saíram do Sul [litoral de Alagoas} e foram para lá e aí começou mesmo a especulação imobiliária [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*

Véia, como é chamada Dona Claudionete, relata exemplo do seu conhecimento:

> *O dono do sitio que meu pai tomava conta era de Porto Calvo, Pedrinho Lima, ele tem o sítio, ele tem não [por]que já morreu, quem tem é o filho dele ou é neto, perto de Porto Calvo, Canavieiras. Mas outros, depois que os pais morreu muitos vendeu, mas muitos não vendeu não. Esse que meu pai tomava conta ainda está lá, são deles. Já esses daqui [perto da casa dela, na Lages] já foi tudo, a maioria, vendido. Esse aqui mesmo que era da família da minha sogra, o da minha sogra ainda tão aí, mas o que era do seu Ba os filhos venderam. E o outro pedaço venderam também [Claudionete, 30 de julho de 2019].*

Comparados há anos atrás, o número de casas novas tem se multiplicado nos lugares incluídos neste estudo rapidamente, e a tendência é o número de casas novas crescer em função das muitas áreas que estão sendo loteadas. Placas e mais placas sinalizam vendas de lotes e de casas ainda não construídas, e essa recente realidade tem cada vez mais influenciado no aumento dos valores fundiários dos terrenos e casas. Um bom exemplo desse fenômeno pode ser observado nesta fala:

> *Nós tínhamos muito terrenos baratos. Eu sempre gosto de comparar com uma moto. Antes você costumava comprar um terreno aqui na região com 50% do valor de uma moto CG125, isso na década de noventa. Quando foi no ano 2000 você teria que ter o valor correspondente a uma moto CG125, na faixa de dez mil, para comprar o mesmo terreno, que é o preço de uma moto. Isso de 2000 até 2008. De 2008 pra cá você tem que ter o dinheiro de um carro zero, em torno de trinta mil reais. Isso um terreno sete por quinze, de noventa ou cem m², você não compra com menos de trinta mil. Eu sei disso porque eu comprei um terreno aqui, eu vendi a minha moto e com a metade do valor eu comprei um terreno. Quem é o grande vilão disso, o turismo, a gente abre portas para gente de fora, um médico, um advogado que mora na capital, alguém que tem seu salário dos seus quinze ou vinte mil por mês. Ele chega aqui e encontra um terreno de 30 mil, ele compra. [Waldemar, 02 de julho de 2019]*

O proprietário de uma das pousadas da região relatou que comprou o terreno da sua pousada – uma dessas tiras de sítio que se estendem da AL-101 até praia – de área equivalente a 3.000 m², pelo valor de 160 mil reais, no final do ano 2000. Para se ter uma ideia, os diferentes lotes nos recentes loteamentos e condomínios em construção, valem, os mais baratos, esse mesmo valor, 160 mil, para um lote de em torno de 250 m². Conforme a posição do lote, esse valor pode chegar a duplicar. O mercado de terrenos e imóveis voltado para a classe média e média alta tem interferido na produção de loteamentos para classes sociais menos abastadas, e, às vezes, com menor rigor de fiscalização. A expansão da produção desses empreendimentos imobiliários tem gerado preocupações por parte de alguns atores locais importantes:

> *A preocupação [com o mercado imobiliário] existe e é forte. Porque de dois anos pra cá a gente começou a perceber o crescimento imobiliário, que não existia. Sim, existia construção de casas de veraneio, pousadas, mas agora estão construindo condomínios e são condomínios e condomínios de casas, eu não sei quanto tem agora. Só de lembrança tem uns cinco. Não são poucas casas, são várias casas, que tão pegando o que. Qual é a nossa maior preocupação, os recursos naturais que são muito bons para a comunidade. A provisão de água, que água eles vão dar para as populações que no carnaval falta água, no carnaval inteiro para a comunidade? O próprio acesso as praias é uma outra questão que a gente vem se discutindo muito, porque eles fecham a praia completamente, não deixam as vias de acesso por causa da falta de aplicação do plano diretor. [Carol, Instituto Yandê, 19 de setembro de 2019].*

> *A preocupação não é só o aspecto, mas assim, muitas populações estão indo para as áreas de mangue devido o loteamento dos sítios, a construção de condomínios. Porque a cultura do coco caiu muito e o que as pessoas estão fazendo estão vendendo os seus sítios e alguns são próximos de mangues, geralmente quando eles vão lotear, eles não procuram ver a distância, não querem perder um metro de área verde. Então essas populações que compram esses terrenos no mangue, geralmente as mais carentes, arroxam lixo nos manguezais [Ana Paula, Amitus, 30 de julho de 2019].*

A questão, no entanto, é que, embora tenha crescido exponencialmente o número de lotes e terrenos à venda não parece indicar que haja tantos compradores, parece que o sentido dado a esses terrenos tem um caráter mais especulativo do que

para atender a uma real demanda. E, ciente disso, a cada terreno barato ainda encontrado, ele é comprado para que no futuro possa servir como moeda de troca, uma moeda muito mais valorizada. E isso aparece claro em algumas falas:

> *Os preços da cidade hoje em dia aumentaram bastante depois que o turismo cresceu na cidade, logo era mais em conta, mas hoje em dia a cada dia que passa aumenta mais então fica difícil para alguém de classe média adquirir um terreno... pra comprar hoje fica meio difícil, só quem tem uma condição mais elevada.[...] os mais ricos querem investir, querem comprar, cada loteamento o cara vem, compra 4 ou 5 lotes e deixa aí parado, porque sabe que amanhã ou depois ele vai faturar. [Glauber, 03 de julho de 2019]*

> *Com o crescimento também veio a oferta a procura, e com isso inflacionou muito tanto os terrenos, os preços dos restaurantes e das pousadas, até por que a gente é um destino turístico diferenciado, a gente faz parte da Rota do charme, onde é um turismo mais selecionado de base comunitária, é uma coisa mais pacata, diferente do turismo massificado. [Caroline Lessa, Secretária de Turismo de São Miguel dos Milagres, 02 de julho de 2019].*

O fato de o lugar se tornar um lugar "da moda" tem atraído um fluxo de uma população flutuante cada vez mais maior. E, com esse fluxo, também surgem diversos tipos de investidores e negócios. O mais comum é a construção de um número de moradias voltadas para essa nova população. A produção de amplo número de imóveis, voltados, sobretudo, para locação temporária, tem sido influenciada pela inserção de novas formas de hospedagem, as plataformas digitais. A inserção de sites de hospedagem, regulamentada ou não, tem contribuído de certa forma com a nova dinâmica voltada à expansão do mercado imobiliário. Nesse sentido, Ana, Presidente da Associação Amitus, comenta:

> *Hoje São Miguel dos Milagres tem um número muito grande de unidade de hospedagem, são os chalés, são as casas de aluguel e são vários sites que alugam hoje, Booking, decolar, espedia, Airbnb e tem os sites particular e tudo isso são plataforma de busca de hospedagem na região. Eu digo que o boom do turismo começou, uns dizem que foi o divisor de águas, mas eu acho que ele veio muito rápido, falta muita coisa, apesar da gente está situado em área de conservação e eu vejo uma deficiência desse turismo na parte da preservação. [...]*

> *[...]Tem muitos condomínios, eu digo "meio de hospedagem disfarçados de condomínios". (...) Em breve todas essas casas de luxo vão estar na Airbnb, que é um site que futuramente nós pretendemos brigar com ele e cobrar, como em Porto Seguro, a taxa ambiental. Porque até com um CPF você faz a divulgação de um meio de hospedagem. [Ana Paula, Amitus, 30 de julho de 2019].*

Contudo, os valores praticados por essas formas de hospedagem e as características que eles apresentam impactam as necessidades reais de moradia por parte dos residentes, ou seja, a disponibilidade de imóveis para alugar em contratos permanentes tem diminuído. A carência cada vez maior desse perfil de imóvel, e os

valores praticados, são problemas constantemente vividos por moradores desses lugares. A oportunidade para o investidor em imóveis de aluguel de, em uma alta temporada, obter um relevante montante financeiro em aluguel impacta na redução da oferta de imóveis voltados para locação em contratos de longo prazo, contribuindo com um cenário de cada vez mais casas, mas que poucas são feitas para se morar.

> *Se você tentar alugar uma casa aqui na região é muito difícil. Porque a população cresce cada vez que passa, de uma forma assim absurda e tem essa coisa da migração, muita gente está saindo das capitais e está vindo morar em interior e o grande mal é a questão financeira da população que impede a construção de novas casas. A gente vê o puxadinho. E tem o filho que está crescendo e de repente ele engravida a namorada e chama a namorada para morar em casa e constrói aquele quarto a mais no quintal e faz aquele puxadinho para suprir essas necessidades do crescimento habitacional. E o valor dos aluguéis subiram também [Waldemar, 02 de julho de 2019].*
>
> *Quando eu cheguei não tinha casa para alugar, ninguém alugava. As casas que tinham eram de quem morava ou de gente que tinha como casa de veraneio. Geralmente esses que passavam veraneio eram de Porto de Pedras ou já tinham família ali e por isso que vinham. (...) Hoje, vixe, é construção atrás de construção, casas para alugar, casas para alugar para a prefeitura, casas para alugar temporada você vê por todo lado. Olha, vizinho a minha casa o homem comprou e colocou a placa eu não tinha visto aquele homem na minha vida, agora ele aluga para temporada. [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018]*
>
> *A renda em si não vem só das pousadas, vem do aluguel das casas tem muita gente que aluga e isso também chamou a atenção para fazer casas para alugar. Tem casa aqui que a pessoa aluga no réveillon por 80 mil reais. O Patacho depois que saiu na [revista] quatro rodas virou uma praia de luxo só vem quem tem [Ana Paula, Amitus, 30 de julho de 2019].*

A inserção de novos loteamentos, pousadas e residências secundárias tem contribuído não somente com a mudança de antigas práticas, mas, de certa maneira, tem também influenciado no aumento da tensão entre novos e antigos atores, influenciando, também, o estranhamento entre antigos pares. A tensão também ocorre entre diferentes tipos de capitais e igualmente entre diferentes setores sociais, que se instalaram na região. Assim, a complexidade dos interesses crescentemente presentes nos lugares, e as consequentes ações de cada grupo de interesse tem tornado esse espaço um território de disputa. As circunstâncias delas serão explicadas mais adiante neste texto.

6.5 O Comércio: novos produtos e serviços

A inserção de pousadas, restaurantes e novos loteamentos residenciais tem, de certa maneira, trazido uma nova dinâmica para os povoados inseridos neste

estudo. Somado a isso, não se pode ignorar o aumento exponencial de outros tipos de estabelecimentos comerciais. Esse novo contexto acompanha uma dinâmica que se repete em quase todo o Estado de Alagoas, e mesmo em outros municípios do Brasil. As transformações macroestruturais econômicas e sociais, na esfera federal e que, por consequência, atingem o Estado de Alagoas, contribuíram com o maior acesso de certos setores a políticas econômicas e sociais (CARVALHO, 2010), até há poucos anos atrás. O acesso ao crédito, tanto para pequenos empreendedores, como para o consumidor, foi um dos efeitos dessa política econômica, assim como as políticas sociais voltadas à assistência dos mais vulneráveis ou pobres, ampliando sua abrangência para um número maior de pessoas. Ademais, o fato de ser um lugar de visitação turística, que lida com novos gostos e interesses, tem contribuído para que o comércio e serviços se expandam e se especializem para atender segmentos sociais cada vez mais distintos. Algumas falas retratam um pouco essa mudança no comércio local.

> *No passado, existiam três principais fontes de renda no município: o funcionalismo público, a pesca e a agricultura, o comercio era tão insignificante que nem entrava para a lista, hoje o comercio é uma das principais fontes de renda da região. Hoje está o comércio, a pesca, a agricultura - quando eu falo de agricultura é o coco, a cana de açúcar - e o funcionalismo público. Hoje o comércio faz parte de boa parte da renda do nosso município [se referindo a Porto de Pedras] e isso não era no passado. Quando se falava de material de construção tinha o Salinas e o Renê, lá no finalzinho da Lage. Hoje tem cinco ou seis lojas de material de construção de grande porte, no município hoje. Supermercado nós temos dois ou três, antes a gente só tinha pequenos armarinhos. Hoje temos três ou quatro supermercados maiorzinho aqui no município. Restaurantes são vários, que antes era um ou dois. O comércio geral tem crescendo num passo já acelerado. [Waldemar, 02 de julho de 2019]*
>
> *Hoje é mercadinho por cima de mercadinho, daqui na rua principal é da irmã, o mais adiante é do Adeilton, esse menino eu vi nascer e tem lá na entrada da praia, de lá os dois que têm é do filho do Dia. [Claudionete, 30 de julho de 2019]*
>
> *Antes, aqui você não encontrava nem um pé de alface, né. Agora você compra manjericão, alecrim. Os supermercados e mercadinhos tiveram a expertise de ouvir o cliente. [Ana Paula, 30 de julho de 2019]*
>
> *Eu que passei boa parte da minha infância e adolescência aqui, morei aqui na década de 1990 – morei cinco anos na década de noventa. Em 1994 você buscava um local para comprar queijo e não tinha. Eu tinha que trazer de Recife. De repente nos últimos anos. Isso aqui vem mudando vem sendo um polo turístico. É visível o crescimento absurdo que a região está passando nos últimos anos, hoje em dia já existe mais de 30 pousadas, 35 pousadas cadastradas e o número cresce bastante se contar com as não registradas e a gente pode atingir 50 pousadas, 55, só no município de Porto de Pedras. Quer dizer, é muita coisa para uma orla de só dez km [se referindo especificamente ao povoado de Porto de Pedras] [Waldemar, 02 de julho de 2019]*

> *Não sei se vocês conhecem a venda do Mário Duda, lá na praia? As pessoas dizem. Sabe o que acontece com o Mario Duda. Apesar de ele fazer matemática a mão, ele não tem caixa registradora, mas se você for lá e falar "Mário, tem isso aqui assim?" Então ele vai lá pede para o filho dele anotar, e se na próxima semana ele ver você, ele diz "eu comprei, viu". Essa expertise também veio nos outros comerciantes. Por exemplo, o Amigão [supermercado de São Miguel dos Milagres] ele tem uma diversidade de bebida, de cereais, e de algum alimento sofisticado. Gorgonzola, ai meu deus, se você desse um pedado de queijo para alguém aqui, ia dizer, 'vai me dar um pedaço de queijo podre'. Então, hoje você encontra provolone, queijo minas. O próprio funcionário comenta que teve quatro ou cinco pessoas procurando queijo gorgonzola e pede para o fornecedor. [Ana Paula, 30 de julho de 2019]*

Como já comentado em algumas das falas anteriores, antes do início de valorização da região, o comércio nesses povoados era resumido a poucos mercadinhos que vendiam alimentos, produtos de limpeza e alguns utensílios usados na vida doméstica e laboral. Os donos de alguns deles agregavam outros estabelecimentos e serviços necessários na rotina da vida das pessoas que viviam nesses povoados. Os pequenos estabelecimentos comerciais desses povoados frequentemente funcionavam com base em compra fiada e o valor era pago quando o comprador recebia por algum serviço que prestava ou de algo que vendia, como farinha de mandioca ou pescado. Alguns pagamentos vinham do serviço de cuidador dos sítios, de tirador de coco ou mesmo da lida na cana de açúcar. Sobre essa realidade, relata Dona Claudionete:

> *A gente se aqui se acabava nas vendas. Naquele tempo era a venda do Valdomero Francisco, que era família de um povo antigo, a venda do seu Ercílio e a do Dia, [esses] eram os que tinham vendas [no povoado Lages em Porto de Pedras]. Meu pai fazia assim, comprava na caderneta, eles vendiam fiado e quando meu pai recebia as coisas do coqueiro e ia lá e pagava. A do Dia vive [funciona] com o filho. A do Ercílio [está] fechado. E a do Valdomero até a família foi embora, parece que foi para São Paulo ou Rio de Janeiro, de tempos e tempos eles aparecem aí. Na venda vendia tudo, sabão de quarta, a gente pedia um pedaço e ele partia. Vendia caixa de fósforos. Naquele tempo não era real, era cruzeiro. Vendia feijão, arroz, farinha, charque. se comprasse meio quilo de charque, comprava 300 gramas. Pobre não podia comprar charque naquele tempo, só era o cheiro. E tinha uma coisa, aquele que era mais guloso [na hora da refeição da família], comia puro chupava o charque e comia o pirão. [Claudionete, 30 de julho de 2019].*

O comércio de produtos mais gerais, como materiais de construção, material de papelaria ou outros serviços concentram, no caso de Porto de Pedras, na sua sede municipal e, no caso de São Miguel dos Milagres, predominantemente em Porto da Rua, em uma circunstância que gradativamente também tem se modificado. A cada dia, novos estabelecimentos, com diversas ofertas de serviços, vêm se instalando entre os povoados. Porto da Rua, comparado a todos os outros nove povoados desse

estudo continua a ser o que concentra o maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços. Quase tudo que se busca na região somente pode ser encontrado nesse povoado. Além do comércio fixo, o ambulante não deixou de ser uma prática comum. Caixeiros com uma ‘montanha’ de móveis passam quase a cada dia percorrendo ruas e povoados com o propósito de vender seus produtos. E, o curioso é que ainda se conserva prática da compra parcelada; a cada mês, no dia acordado, o caixeiro passa para cobrar a parcela que lhe cabe de alguma venda.

Um objeto que chama atenção, para quem passa por esses povoados, é a antena parabólica. Em alguns trechos, se destaca na paisagem uma fila de pequenas casas, geminadas umas às outras, mas sobre cada uma, quase sem interrupção, se assenta uma antena que, de tão grande, e tão estreita, as fachadas das casas chegam a quase encontrar umas com as outras. Essas antenas, segundo se comenta, era vendida por um senhor que vivia em Porto da Ruas. Ele oferecia o serviço de instalação com o pagamento sendo realizado por meio de parcelas a longo prazo. A cada mês, ele passava de casa em casa para receber a parcela vencida. Isso, obviamente, em uma era na qual a televisão passou a ser um artigo acessível à população desses povoados. Antes disso, e ainda hoje, em alguns povoados existem pequenas praças dispostas com poucos bancos e uma estrutura, geralmente em cimento, que serve de suporte para um pequeno televisor. Antes, mais que hoje, as pessoas, ao final do dia, logo no início da noite, se dirigiam a esses espaços para acompanhar novelas, o noticiário ou algum filme transmitido pelas principais emissoras de televisão aberta. Embora hoje não seja comum, por vezes durante o período da tarde, ainda é possível observar, sobretudo jovens, assistindo algum programa ou filme que esteja passando naquele momento na emissora de televisão.

Além dos equipamentos e móveis, pagos a longo prazo, também se vende, como no passado, produtos de rápido consumo, como pães, mariscos, peixe e quitutes locais. Uma moradora comenta sobre o comércio de pão: “*Tinha a padaria do Ercílio, ele fazia [pão] todo de manhã, e o povo saia com cesto na cabeça para vender nas casas*”. Esses e outros relatos sobre a compra e venda de produtos estão na memória de muitos moradores, de uma época na qual havia poucos comerciantes, quando todos se conheciam pelo nome e alguns desses mesmos comerciantes eram responsáveis ou proprietários de outros serviços. Alguns eram donos de casa de farinha, outros faziam comércio de fibras ou cordas, entre outras ofertas de produtos.

6.6 De tensões a estratégias de resistência

A aparência cênica em um contexto ambiental pouco modificado de povoados dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres foi determinante para a escolha do lugar de instalação das primeiras e pequenas pousadas da região. Essas pousadas ofereciam um ar exclusivo que refletia a personalidade e ideias particulares de seus proprietários ou mentores. Pousadas que, embora apresentassem um aspecto rústico, eram sofisticadas pelos serviços e produtos oferecidos. No geral, representam uma estética que vem a compor o cenário da paisagem singular que a região tinha aproximadamente no final da década de 1990. Para quem se hospeda, o deleite do ócio e sensação de estar em um oásis, é o que se procura oferecer nessas pousadas. Se tem a sensação de que cada detalhe foi pensado minimamente e, segundo relatos de alguns pousadeiros, assim foi. O jardim, cada árvore plantada, cada hortaliça, cada cômodo, cada prato parece ter sido o resultado de um longo período de maturação. E, são esses detalhes que combinam com o imaginário de seus usuários. Contudo, a cena local à qual normalmente se refere como sendo o ‘paraíso’, faz parte de uma realidade pretérita à chegada dessas pousadas ou, no máximo, de certa forma coincidia com o momento de implantação das primeiras pousadas.

Por essas pousadas transitam, a cada dia, pessoas envolvidas em sua dinâmica laboral e social. Além disso, a praia e o acesso a ela, fazem parte da rotina e da memória de quase a totalidade dos habitantes dos referidos povoados. Nela – na praia – se ganha o “de comer”, o sustento, mas também os momentos de prazer, nos momentos de tempo livre. Mas, essas pousadas trouxeram com elas suas cercas, seus muros, algumas barreiras naturais para que esteticamente não destoassem da ambiência circundante, mas não deixando de ser barreiras. Quando eram poucas não havia problema, “os acessos eram muitos”, mas elas se multiplicaram, surgiram estabelecimentos com outras feições e com eles loteamentos, ou futuro loteamentos, e junto com eles mais e mais cercas, mais e mais barreiras. Ao perceber essa nova dinâmica, os donos de propriedades locais passaram, além de cercar suas propriedades, a não querer mais que antigos usuários instalassem suas palhoças ou estacionassem suas jangadas em frente à sua propriedade, na praia. Essa nova situação foi o divisor entre antigas e novas práticas sociais. Sobre isso, seguem alguns relatos:

> *O [Fulano de Tal] quando a casa de taipa caia ele não deixava reerguer a casa. Caia, caia, o terreno é dele, né, e ele não deixava construir e o cara*

> *ficava sem teto. Isso é uma prática antiga em Porto de Pedras, muito antiga, mas agora com a especulação imobiliária ficou pior, muito pior. Primeiro os sítios foram fechados e aquela regalia que tinha o pescador de passar por dentro do sitio para ir à praia etc e tal não tem [Seu Pedro, 18 de setembro de 2018].*
>
> *A primeira etapa é exatamente quando começou a especulação imobiliária, já como fruto da ocupação dos herdeiros nas áreas, dos sítios e etc. Nesse primeiro momento é quando começou a intensificar o conflito entre os novos proprietários, alguns vindos de Brasília e tal. Porque até então você tinha alguns estrangeiros com as suas devidas pousadas, mas que não tinha essa visão de estar confrontando com a população local, como a do Chaue, enfim tinha uns donos de pousadas ali que viviam pacificamente. Já existia algum [que entrava em confronto], mas era muito esporádico de botar fogo aquela coisa toda [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*

O fato de o lugar ter se tornado um destino turístico da moda fez com que por suas vias, carros e mais carros, passassem a transitar, para o seu principal atrativo, a praia. Em Porto de Pedras, a inserção de novos usuários e o trânsito constante de antigos moradores contribuiu para que mais medidas fossem tomadas, dentre elas, o fechamento de uma das principais vias de acesso. Era nela que estava concentrada a população daquele povoado, que ligava o Curtume e Lages. Sobre isso, alguns relatos.

> *Eu morava lá na Lage, na entrada de praia. Antigamente não tinha essa pista aqui, o caminho para ir para Porto de Pedra era por lá, pelo Patacho, pela praia, as casas era tudinho lá. Tinha uma estrada costeando a praia. E as casas aqui na Lage eram poucas. Por aqui eram tudo coqueiro, bananeira, essas coisas. Essa rua é nova, ela era velha de barro, né. E quando fez já tinha a minha, já tinha aquela dali [Claudionete, 30 de julho de 2019].*
>
> *Ali antigamente era uma estrada que beirava toda orla, não tinha essa recuada que tem hoje. E na medida que foi ocorrendo essa especulação imobiliária aí os caros tentaram primeiro cercar a área da beira da praia, trocar as casas, geralmente com os proprietários mais antigos. Depois que os proprietários mais antigos morreram os filhos continuaram com a filosofia de ampliar a área e retirar as pessoas que viviam na beira da praia. [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*

O processo de se cercar crescentemente os sítios do lugar trouxe insatisfações entre parte da população. Alguns rompiam a cerca a cada vez que uma cerca era levantada. "*Eles ficam revoltados, muitos chegaram a derrubar as cercas, na Lage principalmente. Mas sempre naquela situação eles são mais fortes, eles são mais ricos*", relata dona Jovina o grau de insatisfação da população.

Figura 163 - Terrenos da Praia do Patacho cercados, em Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2016)

Mas, o fato que trouxe um dos momentos de maior tensão foi o fechamento da antiga via, chamada por alguns de Estrada de Servidão. Isso inflou uma reação de grande parte da população atingida e contou com o apoio de moradores de outras comunidades, principalmente de pescadores que demonstraram solidariedade aos seus pares. Em um protesto articulado pelas lideranças da Colônia de Pescadores de Porto de Pedras, a Z-25, resultou no fechamento temporário da rodovia AL-101, no início de abril de 2014, e a denúncia foi feita nos principais meios de comunicação, com intuito de angariar apoio da opinião pública. Sobre esse momento, seguem alguns relatos de diferentes atores locais:

> *Foi o tempo que fecharam a pista a gente fez a união e abriu novamente. A mim não atrapalhava não que eu pesco mais pra cá, mas a gente juntou para ajudar os pescadores dali [Claudionete, pescadora, 30 de julho de 2019].*
>
> *Ali [no protesto] a gente foi, ali na Antônia (se referindo a casa de uma moradora), a gente foi com Dona Jovina fechamos a pista, queimamos pneu, chamamos a gazeta [jornal local], ali a gente fechou. [Flora, marisqueira, 03 de julho de 2019].*
>
> *Quando teve a discussão de fechar uma área que era bem antiga lá no Patacho, naquela rua que passa na praia, para não passar no meio das pousadas a comunidade se manifestou, se mobilizou. Porque não queriam fechar era um acesso muito antigo de acesso para pescadores, da comunidade, então elas se mobilizaram e fecharam (AL101) tacaram fogo em pneu, fizeram um bocado de coisa e a prefeitura escutou. Essa do acesso teve também mobilização por parte da pesca [Carol, Instituo Yandê, 19 de setembro de 2018].*
>
> *Quando chegou os herdeiros dos novos herdeiros e essas pessoas estão vindo, normalmente de fora e começa a venda das propriedades para outras pessoas começou a crescer o conflito. Foi quando quiseram fechar a estrada*

> *porque a ideia era construir uma área exclusiva para as pousadas. E nisso se juntava com uma facilidade porque a cidade não tem plano diretor, a cidade não tinha uma lei de zoneamento, não tinha nada, entendeu? Aí coisa ficou pior, foi crescendo os conflitos, foi nesse momento que fecharam a estrada, a gente fez esta manifestação [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*
>
> *Eles fecharam a estrada e chamamos todo mundo e a prefeitura na época era a Camila, filha do Rogério. Ela não foi, mas mandou dizer que estava do nosso lado, e aí a gente segurou ficou quase um dia inteiro lá, queriam botar fogo em tudo e eu não deixei. E foi, foi, que a prefeita mandou dizer que abrisse, eu disse, "só abro se a prefeita garantir que vai fazer uma audiência pública" e aí ela disse que ia fazer. Fizemos uma reunião, ela nem foi na reunião, fez uma reunião fajuta, mandou o procurador dela e então nós fomos a Maceió, procuramos a Dra. Raquel, que é uma promotora [MPF]. [Seu Pedro Luiz, presidente da Z-25, 18 de setembro de 2018].*

O fechamento da denominada Estrada de Servidão se deveu a uma articulação política ocorrida entre o ano de 2007 e 2008 entre os proprietários de grandes áreas, terrenos e pousadas, e a Câmara de Vereadores, para que se fechasse a via de acesso. A lei para o fechamento dessa via foi aprovada no dia 29 dezembro, na semana entre o Natal e o Ano Novo de 2008. Mas, a sanção pelo gestor municipal somente veio a ser acionada em abril de 2014. Do dia para a noite, a Estrada de Servidão havia sido transformada em acesso de uso exclusivo de usuários de pousadas e propriedades dispostas naquele trecho. Neste conflito, os empreendedores alegaram que a estrada cruzava o interior das suas propriedades e a passagem de veículos e pessoas constrangia os seus clientes. De acordo com Seu Pedro Luíz,

> *Antes disso, teve a reunião do conselho [CONAPAC] e aí eu denunciei. O Paulo, que era o presidente [chefe] do ICMBIO na época, disse, "conta com a gente", e ficaram dando apoio. Daí eu procurei por outro lado, pescadores e marisqueiras, que pronunciaram que, desde o tempo dos seus antepassados eles transitavam por aquela via e ela era necessária para que eles tivessem acesso às suas embarcações e pontos de apoio para embarque e desembarque. [Seu Pedro Luiz, presidente da Z-25, 18 de setembro de 2018].*

Por conta da relevância dessa via, o Ministério Público foi acionado e, por sua determinação, novas audiências ocorreram. Conforme relata seu Pedro Luiz, atual presidente da Z-25:

> *A Dra. Raquel, ela disse 'vocês têm direito, ninguém pode fechar a praia' e, finalmente, teve a audiência. A promotora chamou e quando fui ela mandou chamar a prefeita de Porto de Pedras, de Japaratinga, também mandou representante, e eu sei que a gente se reuniu lá com a promotora. Ulisses [analista do ICMBio] foi, teve a advogada da colônia e teve a audiência pública. E quando teve a audiência o superintendente [SPU] veio, o representante da Marinha, e eu enchi, veio o pessoal todinho, encheu de*

> *pescador lá. Eu falei, Jovina falou, e aí a gente ganhou a questão* [Seu Pedro Luiz, 18 de setembro de 2018].

Isso resultou na abertura definitiva da via e na articulação de outras ações relacionadas ao acesso e conquista de áreas para o embarque e desembarque de embarcações e para a permanência de palhoças ou para a construção de novas. Porto de Pedras foi o município pioneiro de Alagoas e do território da APACC a conquistar a concessão de uso das praias para as práticas de pesca. De um total de nove áreas pleiteadas, cinco tiveram a concessão cedida pela SPU, através de Termos de Ajustes Sustentável (TAUS) em um processo mediado pelo MPF, de Alagoas. Esse processo teve suas raízes em reuniões e seminários na esfera da APACC que além de trazer a lei que rege esse fim também trouxe lideranças do Rio Grande do Norte e Ceará, que passaram por processos de lutas semelhantes às vividas na costa de Alagoas. Além disso, o ICMBio, gestor da APACC, entrou como parceiro nesse processo de luta pela manutenção de direitos das populações locais e acompanhou todas as ações necessárias para o desenrolar do processo, participou de reuniões, facilitou dados de localização, e auxiliou as visitas e as marcações dos territórios pleiteados pelos moradores.

Contudo, nem mesmo a relação com o órgão ambiental mais atuante na região, o ICMBio é harmônica. Um exemplo é o conflito entre a atividade pesqueira e a presença do Peixe-boi. Pescadores de Porto de Pedras[274], sobretudo aqueles que pescam em estuários, como a do rio Tatuamunha ou o rio Manguaba relatam que o Peixe-boi é um problema para a realização da atividade pesqueira, sobretudo pelo dano causado aos petrechos de pesca. Além disso, alegam que a crescente quantidade de solturas dessa espécie tem ampliado ainda mais o problema.

6.6.1 Movimento Social da Pesca

No Brasil, o movimento social da pesca teve suas primeiras expressões na década de 1920, provocadas pelo risco da perda do território pesqueiro local, devido à possibilidade de concessões de pesca para estrangeiros[275]. Entre 1955 e 1964, por

[274] Os relatos sobre as avarias nas redes de pesca causada pelo peixe-boi foram comumente relatadas por pescadores de Porto de Pedras em encontros que envolveram pescadores que atuam na APACC, como os Seminários da Pesca, I e II, Oficinas preparatórias para o Plano de Manejo e os encontros para o Diagnóstico da Pesca Artesanal.

[275] Embora esse tenha representado os primeiros passos para a existência do movimento da pesca no Brasil, a participação dos pescadores foi silenciosa diante da presença de interesses de autoridades brasileiras ligadas à Marinha que estavam percebendo o risco de perda do território marítimo para a concessão de empresas pesqueiras estrangeiras. Diante da iminência de privilégios e isenções a corporações estrangeiras que pouco beneficiariam o Estado e a sociedade, pelo contrário, monopolizaria a produção que acarretaria a imposição de preços e os lucros seriam revertidos as divisas estrangeiras, foi feita a denúncia pelo tenente Vasconcelos, da Confederação Nacional de Pescadores, e apoiada por onze Federações de colônias estaduais desta proposta enviada a Câmara de Deputados do Estado de Pernambuco. Cabe salientar que as colônias nesta época eram administradas e controladas pela Marinha do Brasil, daí o apoio e interesses desta categoria. Diante esta proposta foi feita a mobilização de mais

conta da articulação de algumas lideranças com o movimento campesino[276], o movimento expandiu sua atuação e, em 1968, – apesar da ditadura militar iniciada em 1964, que quebrou o avanço das mobilizações – se desenvolveu o movimento pautando iniciativas reivindicatórias que tiveram como responsável o empenho e a articulação da Igreja Católica, ligada ao processo de transformação da igreja em expandir a Teologia da Libertação[277](CALLOU, 1986).

Nesse sentido, o movimento reivindicatório dos pescadores teve início buscando atender interesses que não lhe eram próprios, e que, em grande parte, eram manipulados. A maior expressão do movimento veio a ser alcançada quando a Igreja Católica passou a atuar como articuladora dos interesses locais, e possibilitou espaços de descoberta de sujeitos políticos que lhes deram apoio[278]. A partir daí, os movimentos sociais da pesca iniciaram formas de manifestação para contraverter a ordem estabelecida. No entanto, até recentemente, o raio de ação do movimento social da pesca não havia alcançado os povoados pesqueiros pertencentes ao litoral norte de Alagoas, apesar da proximidade com Pernambuco, um dos berços do movimento.

Contudo, a Colônia de Pescadores Z-25 de Porto de Pedras, embora tenha sido a última a ser criada, é considerada, na atualidade, a colônia de maior atuação no Movimento Social da Pesca no recorte do estudo. Seu atual presidente, Pedro Luiz da Silva, e sua esposa, senhora Jovina, desempenham um importante papel como

---

de 600 pescadores, por meio de reuniões, para reagir a esta proposta. As reuniões eram presididas por oficiais e atores ligados a Escola de Marinheiros com o objetivo de consolidar a perspectiva militar de nacionalização da pesca como proposta de defesa da costa brasileira. Em todo esse processo a fala do pescador não se faz presente, pelo contrário, o que se mostra são manipulações para obtenção de apoio da categoria (CALLOU, 1986).

[276] O segundo processo de mobilização da categoria de pescadores ocorreu com ênfase entre as décadas de 1950 e 1960 e foi impulsionado pelo movimento de resistência e luta campesino. As primeiras manifestações ocorreram por meio das Ligas Camponesas na reinvindicação da Reforma Agrária, e tendo como discussão a problemática da posse e do uso da terra. Embora essa luta não seja propriamente dos pescadores, este apoio foi obtido diante da existência de um percentual de pescadores que realizavam concomitantemente atividades voltadas a agricultura de subsistência, por outro lado, o movimento campesino buscava se fortalecer com apoio dos pescadores (AZEVEDO, 1982). Tal feito contribuiu para a retomada das Federações das colônias de pescadores para as mãos dos pescadores a partir de 1958. Observa-se que embora a causa da participação dos pescadores no movimento não tenha tido motivações próprias, tal processo associado às Ligas Camponesas possibilitou a ampliação da conscientização e empoderamento da categoria. Denúncias passaram a ser feitas e ações do governo passaram a ser questionadas. Tal contexto foi rompido com o golpe de 1964 com a ditadura militar e presidentes das Federações foram destituídos dos seus cargos (CALLOU, 1986).

[277] A Teologia da Libertação foi consequência do processo de transformação da Igreja Católica, delineado pelo Concílio Vaticano II (1965) e, corporificado na América Latina pela Assembleia Episcopal de Medellin (1968), quando o caráter da teologia se formulou no intuito de dar voz a quem não tinha voz. Desta forma, as camadas populares passaram a encontrar na instituição católica o espaço possível para expressar e se mobilizar (CALLOU, 1986).

[278] O contato da igreja com as comunidades pesqueiras se iniciou em 1968, na praia de Rio Doce (Olinda/PE), por meio do frade alemão Alfredo Schnuetgen desencadeando a criação do movimento social dos pescadores para a melhoria da previdência social, pela posse da terra, pela conquista das diretorias das colônias e contra a poluição dos recursos hídricos. Estes movimentos utilizaram como táticas: protestos locais, atos públicos, abaixo-assinados, passeatas, denúncias na imprensa, no rádio e na televisão. Foi a partir destes movimentos sociais que uma gama de pescadores se tornou agentes políticos na luta pelos direitos da sua categoria (CALLOU, 1986).

lideranças no movimento local da pesca. A atuação deles tem provocado a inserção de pescadores e marisqueiras em processos participativos e decisórios voltados para a defesa dos interesses da atividade pesqueira local, de forma a possibilitar envolvimento na tomada de decisões em seu campo social, não antes possível. Por meio de participação no Conselho Consultivo da APACC, o CONAPAC, e em oficinas e seminários voltados para a atividade da pesca, pescadores e pescadoras, pouco a pouco, vem ouvindo e sendo ouvidos em espaços de discussão que, direta e indiretamente, interferem ou podem vir a interferir no direito e uso do território pesqueiro, além de outras questões relacionadas aos seus interesses.

6.6.2 Os TAUS de Porto de Pedras

A obtenção dos Termo de Autorização de Uso Sustentável[279] – TAUS - em Porto de Pedras foi uma interessante conquista resultante de uma articulação entre a Colônia Z-25, SPU/AL, MPF/AL, IMA, ICMBio/APACC e PF, que exigiu diversos momentos, entre reuniões e visitas a campo, em um processo que tardou pouco mais de dois anos, conforme relato de Dona Jovina:

> *Então, isso vem de 2014 pra cá, a coisa começou a existir. E com isso eles sempre com as mesmas dificuldades de ter os seus petrechos, de onde colocar, e sempre carregando pelas costas e etc e tal. Aí em uma reunião que a gente teve, aqui dentro de Tamandaré [sede do CEPENE], foi comentado sobre a posse de áreas para as comunidades primitivas ou tradicionais - a gente nem sabia que era TAUS -, falou que existia e etc e tal, daí a gente foi buscar. Buscamos, fizemos o primeiro contato com Patrimônio da União [SPU], ele passou pra gente a lei da TAUS e aí a gente começou a se mobilizar e se organizar. Só que neste meio tempo a gente bateu muito de frente com a especulação imobiliária. Um exemplo concreto, eles tentaram fechar a estrada de servidão que a sequência da famosa passagem turística que é o túnel[...]*
>
> *[...] Aí neste segundo momento, através da parceria com o ICMBio, a gente começou a fazer as audiências como Ministério Público Federal, onde entrou a Dra. Raquel. (...) E a coisa então foi avançando, reuniões públicas envolvendo a Dra. Raquel só as partes interessadas que era nós e Japaratinga. Depois audiências que envolvia as autoridades, prefeitos, patrimônio da União, IMA. Foi aos poucos através dela que a gente começou a envolver os outros órgãos [...]*
>
> *[...] Do segundo momento para o terceiro, foi quando a Dra. Raquel convocou uma audiência pública que coincidiu com a atual gestão. E nessa audiência pública o Patrimônio da União e a gente já tinha feito o levantamento das áreas, com o ICMBio. Tinha uma lista de pescadores que seriam contemplados e nessa audiência pública a gente já tinha nove áreas. Que*

[279] O TAUS é um instrumento normativo que autoriza o uso do espaço na orla marítima e fluvial para comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis, voltados à subsistência dessa população.

> *vinha desde o lado da colônia, no centro de Porto de Pedras, até Tatuamunha.[...]*
>
> *[...] Conclusão ao total eram 9 áreas, só que na audiência pública, houve a presença dos proprietários. Porque houve uma mobilização tanto da gente, como deles. E aí foram questionados a área 2, 3 e 4. Porque a área 2 era na terra do Afrânio Lages. Ele vai recorrer a justiça. E a área 3 e 4 também sofreu questionamento, primeiro porque um empresário de fora tem um grande empreendimento e ele não queria. E do outro lado era o Boi Lambão (ex-prefeito) que também não queria, essa era a área do Domingos. E aí ficou esse conflito com a 2, 3 e 4.[...]*
>
> *[...] A 9 já estava em uma área que o mar já havia avançado não possibilitava fazer nada e também porque tem um grande empreendimento na frente. Aí ficou para ser analisado, daí conclusão, depois de várias discussões, idas e voltas, o patrimônio [SPU] recebendo queixas, nós conseguimos concretamente com o documento em mão, nós temos a área 1, 5, 6, 7 e 8. [Dona Jovina, 18 de setembro de 2018].*

A concessão do uso das áreas foi entregue pela SPU em uma cerimônia na Colônia de Porto de Pedras, no dia 09 de março de 2018. Das nove áreas iniciais pleiteadas cinco foram atendidas, ao menos três foram contestadas por proprietários ou usuários dos terrenos contíguos ao espaço a ser cedido pela SPU e uma quarta, por conta da própria circunstância físico–ambiental, foi desaconselhada a ser usada. A seleção dessas áreas levou em consideração a rotina já corrente, como também as necessidades já existentes. Foram delineadas áreas distribuídas do centro de Porto de Pedras até a foz do rio Tatuamunha, divisa com o município de São Miguel dos Milagres.

A respeito da localização das cinco áreas contempladas, uma está localizada no Centro, ao lado da Colônia de Pescadores, e onde já existem palhoças; duas estão situadas na praia da Lages, denominadas de área 5, do Porto do Severo, e área 6, do Porto da Moacira; uma está situada no povoado Palmeira, conhecida como Cabeça de Massu, a área 7, e; a quinta na praia de Tatuamunha, no Porto do Salvador, a área 8. As áreas denominadas Porto do Seu Mário e o Porto do Seu Bernardo e Porto do Jairo - 02, 03 e 04 – continuam a aguardar uma resolução judicial e extrajudicial, para ser definida se serão contempladas com o TAUS ou não. Essa vitória gerou uma certa expectativa por parte dos pescadores. De acordo com o TAUS, as palhoças, feitas com materiais específicos, passam a ser permitidas desde que seu uso seja exclusivo para atividade de pesca. Também com essa concessão, o estacionamento e o embarque e desembarque passam a ser permitidos por lei.

Figura 164 - Evento de entrega dos Taus aos usuários das áreas cedidas, Porto de Pedras



Fonte: APACC (março/2019)

6.6.3 Mais conflitos: as palhoças

As palhoças foram uma das razões da luta para a conquista do TAUS. No passado, as palhoças faziam parte da paisagem desses povoados. Nelas, se guardavam petrechos de pesca e mesmo embarcações para que elas tivessem uma maior durabilidade. Geralmente, esses locais eram chamados de ‘porto’, e, dada a designação conforme quem fizesse uso da área, como dito na fala dessa antiga moradora:

> *Pescava no Patacho, mas aqui para baixo no Roteio. Tinha palhoça, mas caiu **o porto do Massu**, o mar levou, fizeram de novo e o mar levou de novo. E é velha essas palhoças, era do povo velho. Os donos de sítios não reclamavam não, agora que estão reclamando. Agora não querem não para atrapalhar a vista. Mas antigamente, cada um que tinha a sua jangadinha tinha a sua palhocinha. [Claudionete, 30 de julho de 2019].*

As palhoças, que até pouco tempo faziam parte do espaço pesqueiro e comunitário, passaram a ser uma afronta aos proprietários de sítios, de loteamentos ou lotes dispostos entre as áreas. Um exemplo emblemático ocorreu na praia do povoado Tatuamunha, em um ponto onde havia sete palhoças de pescadores, três foram queimadas intencionalmente. O executor do incêndio denunciou quem o contratou: o dono de um conjunto de lotes, com interesse que as palhoças saíssem para facilitar a venda da sua propriedade no mercado imobiliário.

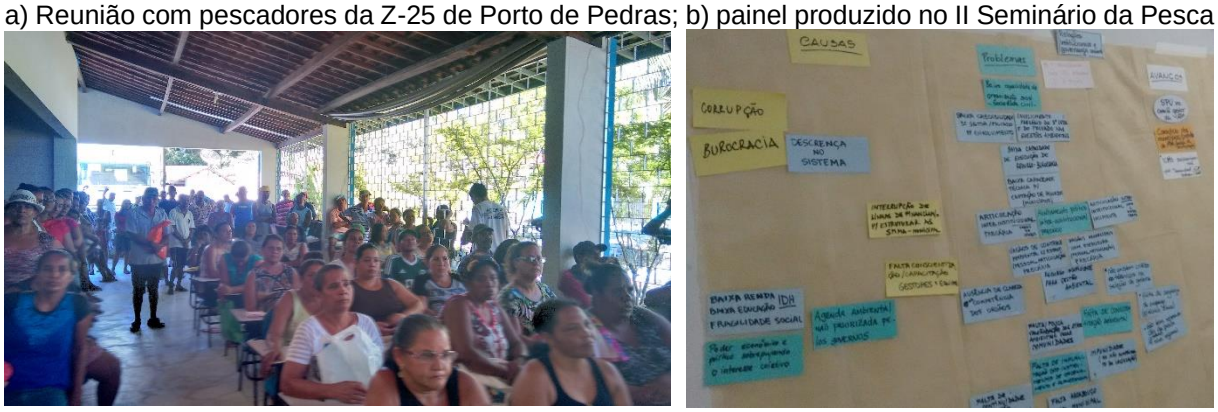
Por outro lado, próximo do local onde foram queimadas as palhoças citadas, haviam mais quatro palhoças coletivas, elas foram derrubadas por conta do avanço do mar. No caso de uma delas, o proprietário de uma segunda residência cedeu para que o pescador reconstruísse uma palhoça na frente da sua casa, nos limites do seu terreno. Fatos como esse último demonstram que também há circunstâncias de solidariedade entre os novos usuários do território para com os antigos moradores. Esses dois exemplos demonstram o quão é complexa e variável as relações entre pescadores e proprietários de lotes e casas de veraneio.

Figura 165 - Local onde palhoças foram queimadas, Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras



Fonte: A autora (dezembro/2016)

Figura 166 - Reuniões e oficinas direcionadas para o segmento da pesca no âmbito da APACC.
a) Reunião com pescadores da Z-25 de Porto de Pedras; b) painel produzido no II Seminário da Pesca



Fonte: APACC (maio/2019; maio/2018)

As táticas e estratégias de resistência e de luta em defesa dos interesses dos pescadores de Porto de Pedras está conectada com o processo de articulação das suas lideranças. Nesse sentido, vale destacar que a criação da APACC, há mais de 20 anos na zona marítima, veio a tornar propícios esses espaços de diálogo para pescadores e outros atores da região de abrangência da APACC. A aprovação do Plano de Manejo[280] da APACC, somada ao estabelecimento da sede do órgão ambiental federal, ICMBio, no município de Porto de Pedras, em 2013, levou ao

[280] O Plano de Manejo da APACC exibe em um dos objetivos o desenvolvimento de estratégias para o bem-estar das populações tradicionais atrelada à conservação da biodiversidade.

empenho de analistas desse órgão no sentido de valorizar e garantir de manutenção do território pesqueiro tradicional da região.

Em uma situação específica, se destaca a articulação da Colônia de Pescadores de Porto de Pedras, a Z-25, com o Conselho Pastoral da Pesca, regional Nordeste (CPP/NE). O diálogo entre essas duas instituições vem propiciando mudanças nas relações de poder presentes no contexto socioespacial de Porto de Pedras. No entanto, o trabalho de inserção de pescadores e marisqueiras em discussões e decisões para o alcance de condições melhores de vida é um trabalho que se apresenta árduo diante uma cultura imediatista, que normalmente perpassa a ação de muitas pessoas nos povoados que compõem a área de estudo. Certas dependências culturais[281] ainda se colocam como empecilho para o desenvolvimento da própria comunidade pesqueira. Mas, mesmo diante de um quadro de difícil atuação, passos promissores por parte desta Colônia têm sido dados.

Contexto distinto se encontra em São Miguel dos Milagres, embora a Colônia de Pescadores, a Z-11[282], em Porto da Rua, seja a mais antiga[283] entre as colônias da região em estudo. Nessa, não se apresentou situação de articulação para luta pela defesa dos espaços pesqueiros. As obstruções das áreas utilizadas como embarque e desembarque decorrentes da atividade turístico-imobiliária são apontadas com tom de conformidade às mudanças.

> *Essa luta do acesso à praia é um problema nos dois municípios, mas a gente percebe que a comunidade pesqueira de Porto de Pedras é muito mais forte e organizada que a de São Miguel e então eles conseguiram junto ao SPU a liberação das terras para a construção das suas palhoças. Coisa que antes colocava em um terreno que era da Marinha, as pessoas se achavam donas e colocavam fogo nas palhoças. Eles conseguiram essa autorização com o SPU. Foi uma luta, mas conseguiram. [Carol, Instituto Yandê, 19 de setembro de 2019].*

> *As pessoas daqui [São Miguel dos Milagres] são muito tímidas para reclamar os seus direitos, então cada vez mais os empresários – essa é a parte negativa dos empresários – a restrição do acesso. Querer privatizar a praia é uma das questões que a gente não apoia e a gente tem associado que fecha o acesso [Ana, Amitus, 30 de julho de 2019].*

Cabe entender que, assim como a Z-25, a Z-11 participa das ações dentro do território de abrangência do APACC, o que inclui participar de reuniões, seminários e

[281] Relações pretéritas de compadrio e do favoritismo associadas a arcaicas relações de coronelismo, apoiado numa relação de poder e de vantagens imediatas associadas a essa relação se apresentam impregnadas no contexto das relações sociais locais.
[282] Atualmente em São Miguel dos Milagres existem em torno de 250 pescadores associados à Colônia Z-11 e mais uns 100 que não são associados a essa ou outra colônia de pescadores.

[283] A criação da Colônia de Pescadores de Porto da Rua, a Z-11, ocorreu em 26 de setembro de 1927. Os fundadores foram proprietários de embarcação chamados, pelos pescadores mais antigos, de Zé Pedro Calu e Henrique Viriato

grupos de trabalho, e mesas temáticas dentro do Conselho da APACC. Contudo, as lideranças dessa Colônia não apresentaram a disposição para iniciar um confronto frente às mudanças que se encontram atualmente em curso no lugar, desencadeadas pelo avanço dos loteamentos turístico-imobiliários, como ocorreu em Porto de Pedras, embora o processo tenha sido compartilhado dentro dos mesmos espaços de discussão oportunizados pela APACC.

São Miguel dos Milagres conta com quatro áreas para fim da prática pesqueira: Porto da Rua, Toque, Centro de São Miguel dos Milagres e povoado Riacho. Nestas localidades existem palhoças, algumas coletivas, como no Toque, e outras individuais, como a do Valdir e do Nildo, em Porto da Rua e São Miguel dos Milagres, respectivamente. Contudo, os acessos à praia para a populações transeunte e pescadora se limita a poucos. Um fator marcante é que o número de pessoas que vem migrando da atividade de pesca para a de jangadeiros envolvidos com o turismo é significativamente maior, inclusive porque, nesses municípios, se demanda mais dessa atividade do que em Porto de Pedras. Enquanto em Porto de Pedras os passeios com turistas estão resumidos aos pedidos pontuais de pousadas e relacionados ao trabalho de observação do Peixe-boi, em São Miguel dos Milagres o número de receptivos que atuam e que estão chegando a atuar demanda a cada dia mais e mais prestadores de serviços, seja na condição de jangadeiro, seja na condição de bugueiro. O número de pescadores que se dedica somente à atividade de pesca é cada vez menor, se delimitam em geral às pessoas mais antigas que já se estabeleceram na atividade ou àquelas que estão em condições de vulnerabilidade e não contam com condições para investir em uma jangada.

6.6.4 Turismo de luxo *versus* Turismo farofeiro

A transformação do território litorâneo que faz parte do recorte espacial deste estudo em um destino turístico da moda influenciou no crescimento do fluxo de visitantes que se deslocam até a região. Estes visitantes frequentam o lugar em veículos de passeio ou de grande porte, como vans turísticas, portados de estrutura de alimento, bebida e entretenimento, e são responsáveis, em grande parte, pela poluição sonora e outras formas de poluição ambiental do lugar, nos locais eleitos para o ócio. São provenientes de diversas localidades, mais distantes, como Recife e Maceió, ou das imediações, povoados e cidades circunvizinhas, e são pertencentes a

diversos segmentos sociais e culturais. Estes tipos de visitantes (excursionistas e turistas), tem trazido transtornos para residentes, proprietários de pousadas, órgãos e organizações ambientais relacionados à APACC, principalmente por conta dos resíduos sólidos dispensados nos locais visitados. Tal contexto foi o motivador para o fechamento de vias por parte de empreendedores e proprietários de segundas residências, principalmente na praia do Patacho, em Porto de Pedras.

Na praia da Lages, nas imediações do Porto do Severo, o proprietário de um loteamento, por sua própria conta, bloqueou a rodovia vicinal para impedir o acesso de visitantes de fim de semana. O proprietário denuncia o uso inapropriado feito no local, que se agrava pelos resíduos descartados no local. Mas, de imediato, a prefeitura, com receio de novas retaliações, abriu novamente a via para o uso público. Contudo, mesmo que o trânsito de veículo motorizado tenha sido liberado na via paralela à praia nestes povoados, cada vez se torna mais difícil à população residente ter o acesso ao mar.

Um outro ponto que tem sido escolhido para a prática excursionista é a foz do Rio Tatuamunha com a praia, chamado localmente de Boca do Rio. O acesso a esse local ocorre por uma via vicinal, que sai da rodovia AL 101 Norte, nas proximidades do Povoado Lages, e que segue o rio até o seu deságue no mar. Por conta do trânsito de veículos e pelo número de visitantes que frequentam esse local diariamente, passou ser um local de tensão entre donos de loteamentos, lotes, pousadas e segundas residências e esse fluxo de visitante.

Figura 167 - Imagens do Rio Tatuamunha, na Divisa de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres
a) Vista aérea da Foz do rio Tatuamunha; b) Rio Tatuamunha nas proximidades da foz



Fonte: Google Earth (adaptado pela Autora). Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/Tatuamunha,+Porto+de+Pedras+-+AL,+57945-000/@-9.2269135,-35.3508265,2454m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x700fc78f0860975:0xf72cb91183d8afc9!8m2!3d-9.2177945!4d-35.3404529. Acessado em: 10/12/2016

Durante os fins de semana e feriados, visitantes munidos de churrasqueira, mesas, cadeiras e som são comuns de serem vistos nessa localidade. O maior problema identificado por quem vive próximo ao lugar, ou mesmo para quem trabalha nas proximidades, como pescadores, é o resíduo deixado por esses visitantes. A preocupação com esse tipo de prática não se resume a Porto de Pedras, em São Miguel dos Milagres os apelos para que se limite esse tipo de prática são constantes:

> *Eu não gosto daquele turismo farofeiro, eles vêm, sujam, não tem a menor conscientização ambiental. Quando sai uma galera é um monte de fralda descartável, é garrafa, é marmita de isopor. Além deles não consumirem e não gastarem um real eles ainda deixam o lixo deles aqui. Então é isso que a gente luta. A gente não quer coibir até porque a praia é pública. Mas que as pessoas usem de forma consciente [Ana Amitus, 30 de julho de 2019].*
>
> *A gente tem um certo problema com a questão dos ônibus. Porque, como a gente não tem uma lei que disciplina e regulamenta e a gente não tem um local, ou uma estrutura para a cobrança de taxa da entrada desses ônibus no município. Aí o município vai perdendo muito com isso.* ***Os ônibus eu falo, não os ônibus que vem para o receptivo****. Estou falando desses ônibus que vem final de semana e deixa muito lixo. Aí assim dá muito mais trabalho para o município para recolher o lixo. Fica mais caro para o município porque todo lixo recolhido é levado para CPR Pilar, porque o município não tem lixão. É todo um custo, onde o município não tem retorno. [Caroline, secretária de turismo de São Miguel dos Milagres, 02 de junho de 2019]*
>
> *Não acho muito certo, pois diretamente na beira da praia, muita gente não tem uma cultura adequada, vem e joga lixo por todo canto e quem sai perdendo é a natureza. Não sou contra isso, afinal a praia é minha, é dele, é de quem quiser, contanto que tenha cuidado. [Glauber, Vereador de São Miguel dos Milagres, 03 de julho de 2019]*

Essas falas refletem um pouco da aversão de moradores, empresários e gestores públicos pela prática excursionista, denominada por alguns deles como uma atividade de “farofeiros”. Estratégias para evitar esse tipo de prática têm sido projetadas, embasadas em outras experiências de destinos turísticos. Contudo, se a prática excursionista derivar de receptivos turísticos, mesmo ele trazendo diariamente mais de 200 pessoas e vários veículos de grande porte, ela não é vista como um problema por parte de gestores e prestadores de serviços turísticos. No caso desses últimos, o público proveniente desses receptivos são responsáveis pela sua principal fonte de renda. Contudo, esses receptivos além de serem isentos de taxas ambientais ou municipais, eles cobram valores significativos de comissão a cada prestador de serviço pelo que é ofertado aos seus passageiros. A visão dos efeitos deletérios desse tipo de atividade parece disfarçada pelo que ela gera de oportunidades de ganho de algum dinheiro a diversos trabalhadores do turismo.

6.7 Articulações e novos atores: Novas relações e dinâmicas

Dentre os dois municípios desse estudo, Porto de Pedras é aquele no qual se tem registrado mais estratégias para garantir que acessos e lugares necessários para prática pesqueira se perpetuem. Além disso, as articulações locais têm permitido que acessos sejam mantidos e respeitados, mesmo ele tomando novas acepções. Situação distinta ocorre em São Miguel dos Milagres, onde os acessos são bastante restritos, onde se pode caminhar de dois a três quilômetros, como ocorre entre o povoado Toque e Porto da Rua ou entre o Toque e o Centro, não se encontrando um só acesso livre até a praia. Pelo contrário, os acessos são extremamente limitados, às vezes para o pedestre, a exemplo do Toque. Como esperança no sentido de que haja ações voltadas a limitar novas restrições, alguns atores se empenham para que o Plano Diretor de São Miguel dos Milagres seja mantido, ou, se revisado, que não traga contextos ainda piores aos existentes.

> *Então o plano diretor hoje está sendo revisto, a comunidade ainda não foi chamada para essa revisão do Plano Diretor. Mas a gente está com medo que se abra para ampliação dessa questão imobiliária. Esse é o nosso maior medo, aí a gente está nas conversas, na cobrança para gente participar deste plano diretor. Porque a gente sabe que esse plano diretor é uma chave de freio. Porque se a gente for contar com as licenças ambientais [...]. A gente já tentou barrar, via promotoria pública. Chegou a ser embargado um desses condomínios, mas ele não demorou embargado nem um mês. Já voltou e tudo certo, entendeu [Carol, Instituto Yandê, 19 de setembro de 2019].*

> *São Miguel [dos Milagres] tem um plano diretor que não é respeitado, que hoje querem fatiar. Por exemplo, no plano diretor tem a área verde da cidade, a área que foi destinada no plano diretor, foi retalhada e fizeram lotes de casas. E a área verde que é aquela vegetação de continuação do mangue, ali onde ficas as aroeiras e outros tipos de vegetação o pessoal está derrubando e construindo as casas, entendeu. Indo totalmente de contra.[...] A gente fez um movimento lá sobre o ordenamento do solo o Ministério Público Estadual e Federal, o ICMBio também fez parte, o IMA, setores que é responsável e a prefeitura porque a gente cutucou o Ministério Público devido as construções muito próximo da via, construções muito próxima de mangue [Ana, Amitus, 18 de setembro de 2018].*

A vantagem de São Miguel dos Milagres em relação a Porto de Pedras parece ser a existência de um Plano Diretor. Mas, segundo falas locais, em muitas das circunstâncias, não é respeitado ou sequer conhecido. Não há a devida fiscalização de obras e de licenças. Já Porto de Pedras, embora não conte com esse instrumento de planejamento urbano – Plano Diretor – contou com vitórias em relação à manutenção de acessos à praia. Além disso, segundo as falas, se verifica uma gestão interessada em regularizar esses usos públicos por meio do Projeto Orla. Waldemar, um morador envolvido na atual gestão, relata:

> *O nosso município não fez [plano diretor] por condições financeiras. A produção de um Plano Diretor tem um custo muito alto. E o que foi elaborado para esses municípios que não condições de fazer um plano diretor foi o Projeto Orla. É um projeto mais barato, mais em conta, e está direcionado justamente para aqueles municípios que está em crescimento turístico e fica em área litorâneas. Que é todo um projeto que você transcreve através de leis o que tem que ser feito. Calçada aqui, um poste para ser colocado ali, é como se fosse um miniplano diretor. O projeto orla é a mesma coisa que o plano diretor só que especifico para o turismo. Aí muita gente confunde com uma revitalização da orla. (Waldemar, 02 de julho de 2019]*

A articulação entre organizações, associações e empreendimentos tem sido uma potente medida que busca coordenar e sistematizar ações no campo da política urbana, ambiental e turística, isso nos dois munícipios com as suas especificas situações. São Miguel dos Milagres é, entre os dois municípios, o que tem um maior número de associações, voltadas sobretudo ao agrupamento de prestadores de serviços e produtos turísticos por segmentos específicos, alguns com mais lobbies que outros, no campo político.

Algumas entidades, como o Instituto Yandê e a Associação Peixe-boi, embora tenham sua sede instalada em um dos municípios, contam com um raio de ação que abrange a ambos. Essas duas entidades, sobretudo o Yandê, tem protagonizado e intermediado ações com fins sociais, ambientais e econômicos. Pode-se dizer que essas duas entidades nasceram quase que concomitantes à reinserção do peixe-boi nesse território. A combinação de diversos fatores e processos sociopolíticos contribuiu com essa conjuntura. Isso favoreceu para que um número de atores se instalasse, tanto para implementação de iniciativas voltados à preservação, geração de renda, como para ordenação de novas atividades econômicas voltadas para o turismo. Outro fator a considerar é o montante financeiro proveniente de projetos socioambientais aplicados especificamente no recorte específico do estudo.

Essa recente realidade tem contribuído para que atores diversos transitem e se fixem no território em uma conjuntura que se soma à população – fixa e flutuante – do fenômeno turístico e imobiliário. Curioso, em todo esse processo de mudanças pelas quais o território vem passando, é que os atores que se estabeleceram em um instante mais recente têm influenciado mais em decisões locais que seus antigos habitantes. A formação e participação em conselhos tem sido um dos caminhos trilhados para alcance de determinados objetivos, mas acima de tudo, tem se tornado espaço de diálogo para discussão de diversos interesses. A atuação de empresários do turismo nesses espaços é visível, e o seu papel econômico para a região tem influenciado

nessas circunstâncias. Contudo, devido ao lobby exercido por antigos proprietários de terras, grandes empresários que atuam na região e proprietários de grandes empreendimentos imobiliários, a discussão dos seus interesses tem sido resolvida em outras esferas que ultrapassam a esfera do local. Situações de privilégios ou de irregularidades são frequentemente chanceladas em circunstâncias no mínimo obscuras e que tem raízes em um passado que parece longínquo. No entanto, a participação comunitária vem crescendo e as novas teias de relações que vem se estabelecendo no território tem convergido para que interesses também locais sejam privilegiados.

A relevância socioambiental, expressa na criação de uma Área de Proteção Ambiental, influenciou no sentido de que a ação de planejamento e gestão da APACC permitisse a presença de diversos atores sociais e setores econômicos que, uma vez tendo espaço no Conselho de Gestão da APA, vem a pôr um contrapeso nas relações e nas práticas antigas e atuais. A formação de novas entidades vem balanceando negociações e acordos entre diferentes grupos de interesse. Este cenário não tão diferente de outras realidades, mas único por suas próprias peculiaridades, vem experimentando mudanças e reconfigurando a dinâmica socioespacial dos povoados em questão.

IV PARTE – ANÁLISE DE DOIS ESTUDOS DE CASO

CAPÍTULO 7 – DOIS ESTUDOS, RESPOSTAS DIVERGENTES E CONVERGENTES

A intimidade com a pesca, como comentado em capítulos anteriores, é uma característica que aproxima os povos desse estudo. Esses povos apresentam, em sua história, a pesca como uma das razões da sua sobrevivência, um caso melhor registrado que o outro, mas não deixando de existir. Além da pesca, em cada um desses lugares, as pessoas dali exercem um convívio natural com a terra. O mar e a terra eram, e ainda são, necessários para a sobrevivência e em volta deles se construía a vida cotidiana de pequenas comunidades litorâneas. Comunidades que hoje, impregnadas por novas atividades sociais e econômicas, lidam com mudanças nas relações de trabalho, no seu espaço de convívio, e na dinâmica cotidiana e laboral. Entender essas mudanças e os aspectos que isso envolve são questões analisadas neste estudo. Intenta-se trazer elementos que faziam sentido na vida comunitária, social e econômica e que agora vem se perdendo, ao passo que novas atividades e novas lógicas espaciais, econômicas e culturais se incorporam ao território.

7.1 Antigos e novos labores: Novas práticas e sentidos

A atividade de pesca no **caso catalão** incluiu a melhoria de técnicas e incorporou mudanças. Em um povoado que chegou a ser modelo de uma prática pesqueira comunitária, na pesca do atum e do bonito, hoje traz muito pouco daquela época. A sua baía que, pela própria geografia, motivou a criação de técnicas de pesca específicas, hoje tem fixada em sua paisagem estruturas voltadas ao estacionamento e ordenação de embarcações turísticas. A vinha, o olivar e o horto, fazem parte de uma época que complementariedade de produção familiar era necessária para sobrevivência, fosse para angariar algum rendimento, fosse para a subsistência alimentar de toda a unidade familiar. Envolta nessas quatro atividades girava a vida cotidiana, envolta em uma vida laboral que, a todo instante, se misturava com a vida social. E, esse caráter voltado ao campo e ao mar é que marcam a memória das pessoas mais antigas desse diminuto município.

No **caso alagoano**, técnicas e práticas eram orientadas pela natureza e pelas condições econômicas dos indivíduos envolvidos. Os melhores estruturados

financeiramente conseguiam ter uma jangada e angariar mais possibilidades trazidas pelo mar, normalmente eram aqueles que, por alguma razão, exerciam trabalhos algumas vezes remunerados – o ganho relacionado à cultura do coco é o mais comum -, e também, às vezes, dispunham de animais que facilitavam o transporte para os locais de labor ou para servir nas atividades que se requeria o seu uso. Por seu turno, para os menos estruturados, socioeconomicamente, a condição tendia a ser pior. As capturas se limitavam a mangues, rios e praia, de acordo com os fluxos baixos das marés. O roçado era outra alternativa de sobrevivência, ao menos para o sustento alimentar. A complementaridade das produções era uma das principais características desse padrão de subsistência. Diante incertezas de rendimento, esse modo de vida servia como estratégia para garantir a obtenção de uma produção diversificada. Para se viver num lugar desses, em tão difíceis condições econômicas, com famílias normalmente numerosas, tinha que se plantar, tinha que colher, tinha que pescar, tinha que fazer um pouco de tudo. E, nessas tarefas todas, a família era convocada a colaborar.

Em ambos os estudos de caso, as tarefas praticadas no lugar, compartilhadas com outros da comunidade ou não, exigiam a participação de praticamente todos os membros da família. A cada membro, homem ou mulher, jovem ou adulto, lhe cabia uma atribuição a ser desempenhada. E, essa responsabilidade se internalizava entre cada novo ente familiar desde tenra idade. Cada um sabia o seu papel, mas o que deveria ser feito, e a que momento, era orientado pelos seus genitores ou progenitores. Em uma época que praticamente tudo que se tinha acesso era feito de maneira artesanal, a cada um cabia um papel nessas pequenas matrizes de produção. E, sobre isso, falas são colocadas:

> *No povoado tinha mais de 3000 pessoas e todos tinham que fazer as peças [de rede]. Ou seja, isso que eu faço aqui [uma peça quadrada de tecido] se fazia também em todas as outras casas. Se um pedaço da rede estava podre ou mal, se substituía por uma nova peça. E quando éramos jovens não se podia passear quando saia da vinha, [...] antes tinha que gastar agulha para fazer a malha, gastar duas ou três agulhas de ferro a cada dia. Isso era uma obrigação. (Miquel Puignau, relato de 08/11/2017) [Caso Catalão, tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Quando era dia de pesca, todo mundo [a família] a pescar, quando era dia de vinha, todo mundo a vinha. Na vinha, a mãe ou a vó preparava a comida enquanto a gente ficava a cavar, a plantar a ordenar. (Josep Puignau, relato de 02/02/2018). [Caso Catalão, tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Sempre que se voltava da vinha se voltava carregado. Trazíamos alimento para os coelhos ou troços de madeira para fazer fogo. Todos carregavam nas costas. Existiam mulheres, como minha sogra, que Deus a tenha, mãe da Paquita, ela e mais sete ou oito mulheres que buscavam lenha para o forno*

> *da padaria. E recordo que a padaria pagava quinze pesetas por um saco de lenha grande. Elas carregavam na cabeça, colocavam uma espécie de proteção e logo o saco de lenha na cabeça. (Miquel Puignau, relato de 13/03/2019). [Caso Catalão, tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Era assim que a gente vivia, pescava, trabalhava, plantava maniva, plantava batata, ia vender na rua. As meninas cuidando de casa e trabalhando. E os meninos, tudo trabalhando na roça com enxada, com estrovenga, com tudo. Elas também trabalhavam, mas tinha que me ajudar nas tarefas de casa, para me ajudar, né mulher!? Eu também trabalhava na casa de farinha, levava elas. (Dona Biu, relato de 16/07/2019) [Caso brasileiro, moradora de Porto de Pedras]*
>
> *A mais velha ficava em casa tomando conta dos mais pequenos e cuidando da comida e eu que saia mais ele. E a minha mãe ia junto para dar conta. E aquilo era um pataco de vara, polvo, peixe de mão, o que a gente arrumasse trazia. A gente pescava de vara, de rede.* ***Ele*** *[o pai]* ***dizia que a gente tinha que fazer e a gente ia fazendo****. Ensinou a gente tirar polvo, ensinou a gente pescar peixe de mão que é quando a maré fica baixa e eles ficam enganchado nas pedras. Pegava saúna de rede, caraúna de linha (Claudionete, relato de 30/08/2019) [Caso brasileiro, moradora da Lages, Porto de Pedras]*
>
> *Meu pai ensinou tudo que sei, ensinou a fazer jangada, a fazer rede, remendar a colocar. A fazer covo, tudo que sei foi meu pai que ensinou. Tudo era eu e meu pai. (Lia, relato de 06/08/2019) [Caso brasileiro, moradora de São Miguel dos Milagres]*
>
> *As mulheres faziam muito a vassoura de palha que era de Ouricuri, que tinha uma quantidade muito grande. São poucas que ainda trabalham com vassouras. Só os antigos mesmo. Mas era muito grande a parte da vassoura e do chapéu feito da palha do Ouricuri, tinha muito palmeira de Ouricuri nessa região. E eles vendiam, tanto que a rua da praia é chamada de rua da vassoura porque as calçadas das casas eram usadas para secar a palha, então quando você chegava na rua de um lado e do outro. De manhã elas passavam para um lado, de tarde para o outro, de acordo com o sol para a vassoura ficar amarelinha. Na rua das velhas também tinha muita palha de Ouricuri nas calçadas, que era uma das rendas complementares. Elas faziam para ajudar os seus maridos. (Ana Paula, relato de 30/08/20190) [Caso brasileiro, moradora de Porto da Rua, São Miguel dos Milagres]*

Um fato importante a ser considerado **no caso alagoano**, em seu recente e antigo passado, era a instabilidade socioeconômica das famílias, que as levava a darem alguns dos seus filhos, a situação de vulnerabilidade econômica está entre as principais das suas causas. Às vezes, os filhos eram doados para parentes próximos, em outras circunstâncias chegava-se a desconhecer o destino dessa prole preterida.

> *Antigamente era comum não poder criar e se dar os filhos, porque não se tinha condições. Eu tenho irmão que eu não conheço porque foi dado para gente que a gente nem conhece. Eu tive sorte que meu pai me deu para a minha tia e para minha avó. Elas tinham uma aposentadoria e me puderam dar condições melhores. Me criaram como filha. (Floracir, relato de 03/07/2019) [moradora do Curtume, Porto de Pedras]*
>
> *Todo mundo queria que eu desse meus filhos, e eu dizia "me ajude eu com meus filhos, mas para eu dar os meus filhos, não. Deus que me deu, se Deus levar eu vou chorar". Dou chorado! Imagina eu dar meus filhos. Qual a mãe quando morre um filho e não chora, eu dou a Jesus chorado. Então eu dar meus filhos, não!! Quem quiser me ajudar que me ajude com os meus filhos.*

> *Se eu comer um ovo, eu divido pra todo mundo, mas eu não dou meus filhos. Inté que eu não dei. Tá todo mundo casado, cada um nas suas casas. (Dona Biu, relato de 16/07/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*

Entre as mulheres também era comum, ainda muito jovens, serem levadas para que se ocupassem do serviço doméstico na casa de famílias que residiam em cidades maiores. Meninas, algumas menores de dez anos, eram a cada ano chamadas para esses serviços. O pagamento, ora era pago direto para o familiar mais próximo, ora era pago de maneira irregular para a menor. Aquelas que ficavam no povoado com a família lidavam com todo o serviço doméstico e ajudavam mães e pais na vida laboral na pesca e na roça. Para os homens, o serviço braçal era mais exigente, conforme a idade, eram direcionados para outros serviços para que assim pudessem contribuir com o sustento. A atividade de cana sempre espreitava, quando não, muitas vezes a solução era sair em busca de novas oportunidades. Aqueles que tinham aptidão para a terra e para o mar tendiam a permanecer e desenvolver as mesmas atividades que faziam seus progenitores.

Antes da atividade turística e de veraneio se intensificar em El Port de la Selva, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, a vida laboral de boa parte dos seus habitantes, além de ser partilhada no núcleo familiar, também era exercida entre aqueles com quem se tinha construído relações compadrio, em sistemas locais de vizinhança. A fala de habitantes de **El Port de la Selva** traz detalhes da reunião entre aqueles que costumavam trabalhar juntos por relações de afinidade, como eram feitas as substituições de labor e como ocorria a partilha dos ganhos obtidos em determinada tarefa. A fala de Seu Miquel reproduz esses elementos:

> *Meu pai quando sabia, dizia, "vá chamar a gente". E eu ia em casa e casa para dizer que "amanhã vamos pescar", "vamos tirar a arte". Quem tinha que sair, deixava de ir. [...] E quem era chamado confirmava e deixava para depois o que havia de fazer. Se coincidia de ser o dia seguinte o seu dia de obrigação na vinha, pedia* ***para um vizinho ou companheiro para que ele o substituísse****. Logo se dividia a parcela que o cabia do que havia pescado,* ***dividíamos o que ganhamos****. E assim se fazia os acordos no povoado de troca ou substituição de trabalhos. (Miquel Puignau, relato de 08/11/2017) [tradução livre do espanhol para o português]*

A maioria das artes de pesca de El Port de la Selva ocorria em um sistema que exigia várias mãos para execução de uma tarefa, em um caráter comunitário tantas vezes citado por membros do povoado. Algumas técnicas de pesca requeriam praticamente todos os membros – a arte de Gros -, outras uma parcela – art de Port Reig e de Encesa. As características físicas naturais do lugar e as técnicas disponíveis

confluíam com essa realidade. No caso dos **povoados de Alagoas**, o volume de pessoas envolvidas sistematicamente em uma tarefa específica, e com um objetivo em comum, parece distinto do caso espanhol, relacionado à agricultura de subsistência e a pesca. Enquanto, na primeira, se vê claramente o trabalho sendo realizado para o proveito da unidade familiar, na pesca isso varia conforme as circunstâncias. Por exemplo, algumas pescas são feitas solitárias ou acompanhada de familiares, outras pela própria dimensão do petrecho solicita braços para ajudar, que é feito conforme os laços de proximidade ou de vizinhança com quem pratica a atividade.

Em ambas as localidades, as mulheres por vezes trabalhavam coletivamente. No caso brasileiro, isso aparece até hoje na tarefa de coleta do marisco; no caso catalão, ocorreu no passado na tarefa de beneficiamento das anchovas e sardinhas para comercialização. Os homens, no caso brasileiro, quase a cada dia se encontram nos espaços de trabalho, seja na pesca, seja no coco, as vezes na condição de autônomo, às vezes na condição de empregado. No caso catalão, os homens se encontravam na praia, nos caminhos para as vinhas e olivares e no labor diário do horto, todos até então na condição econômica de subsistência. Essa situação voltada para auto sustento, em lugares nos quais era escasso o fluxo monetário, tornou necessária uma prática entre seus membros, a troca. Tanto no caso alagoano, como no catalão, essa prática é recorrentemente contada:

> *Horto aqui em catalão se diz horta, ouro, porque você colhia batatas para todo o ano, cebola para todo o ano, judias, cogumelos, muita fruta, havia de tudo para comer. E depois a gente, por exemplo, meu pai trocava, se você tinha pescado, você dava pescado e depois o outro te dava azeite. (Miquel Puignau, relato de 08/11/2017) [Caso catalão, tradução livre do espanhol para o português]*

> *[...] quando morava na Lage, meu marido botava muito covo e pegava camarão. Eu já troquei muito peixe com a Graça [uma pescadora vizinha] por camarão. O marido dela pescava e pegava peixe e a gente tinha o camarão, daí a gente já tava enjoada do camarão e ela do peixe daí a gente trocava e assim, a nossa vida é assim. (Floracir, relato de 03 de julho de 2019) [Caso brasileiro, moradora da Lages, Porto de Pedras]*

Como afirma Pascual (1993), a troca de bens e serviços entre os integrantes da comunidade funciona como uma estratégia de guarnecimento diante da escassez. A inserção do trabalho remunerado se apresenta como um dos principais responsáveis pelo abandono da prática de troca. A introdução de atividades hodiernas, voltado ao turismo e mercado imobiliário, discrepantes das praticadas anteriormente pelo caráter econômico e de prestígio pesou para uma maior aceitação

do fenômeno por parte da sociedade local. Os novos valores criados demonstram ter influenciado no declínio do modo socioeconômico anterior. Nesse processo de mudança, saberes e técnicas foram, e estão sendo, perdidos e, ao passo que afasta pessoas do seu meio de vivência, dificulta a reprodução de mecanismos usados para lidar com condições de insegurança socioeconômica, os quais são a troca, a complementariedade e a ajuda mútua.

Do ponto de vista do mercado, a inserção da atividade turística e imobiliária encontrou, em condições sociais tão adversas e em paisagens litorâneas preservadas, circunstâncias propícias para se espacializar, em ambos os casos. No caso de **El Port de la Selva**, a redução drástica das reservas de atuns e os impactos ocorridos na vinha por conta de questões climáticas e físicas excepcionais contribuíram para que muitos abandonassem essas atividades e, como consequência, o povoado. Aqueles que insistiram em ficar tiveram que lidar com novas circunstâncias ocasionadas pela atividade turística. Sobre elas, seguem alguns relatos:

> *Nos anos 1962, ou 1963, fui o último que meus avós pescaram. Porque já vinha o turismo, **já vinha barcos que rompiam a rede**. Tínhamos que estar ali com uma bandeira sinalizando para que não entrasse. Isso foi um conjunto de coisas. (Miquel Puignau, relato de 02/08/2017). [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Com o turismo, muitos **deixaram a vinha e a pesca e foram se dedicar ao trabalho de pedreiro**, que tinha uma maior demanda de trabalho. (Josep Puignau, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *A vinha fazia muito pouco dinheiro e o mar, é um país de muito mal tempo, não se pode viver de uma coisa (da pesca). Toda a juventude se foi. Eu fiquei porque existiam umas três famílias de Barcelona que vinham aqui passar o verão. [...] Daí, aí, sim, ganhávamos a vida. Todo o pescado que capturávamos era para eles. Também **eles contratavam sempre o serviço de marinheiro, no verão tinha muito serviço**. (Miquel Puignau, relato dia 12/11/2018) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Os anos de maior **boom da construção ocorreu nos anos 1980**, veio empresa de Figueres, gente que não era pedreiro, mas passou a trabalhar de pedreiro, todo mundo se dedicou um pouco à atividade, porque era um porto seguro. Nesta época chegou muitos empresários de Figueres que compravam as vinhas, ou ofereciam um ou dois apartamentos em troca do terreno e assim a gente daqui foi vendendo. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

A inserção da atividade turística e imobiliária influenciou o abandono de antigos labores, assim como também possibilitou um certo empreendedorismo local, no caso de **El Port de la Selva**. Além disso, o fato de parte dos antigos moradores passarem a se dedicar à locação de imóveis na temporada influenciou a inclusão de novos sentidos para o ambiente familiar. A casa que servia como local de reunião da célula

familiar assumiu aspectos de mercadoria, pela propriedade dela e das melhorias passíveis de serem feitas nela, a casa passou a ser um meio de significativo ganho.

> *Todas as casas faziam isso [alugar]. Se tinha três quartos, ficávamos em uma e alugávamos duas, se tinha duas, alugava uma. Nós quando refizemos a casa, éramos sete e tínhamos seis quartos,* ***ficávamos com dois quartos e alugávamos o restante****. Uma era para mim, quando morreu meus avós, outra para os meus pais e sobravam quatro quartos. Ficava a gente daqui mesmo da Catalunha, de Barcelona, ou, as vezes estrangeiros. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *As leis mudaram com o turismo.* ***Mudou a pesca e a montanha, a vinha e olivar pelo turista****. Foi uma mudança radical. A gente deixou de ir pescar, porque* ***vendeu terras, fez um restaurante pequeno, ou montou uma loja, e mudou a pesca pelo turismo****. Mas isso antes, antes dos 1960, muitos se foram a Venezuela, as Américas. Atualmente, muita gente jovem, vai para Barcelona para estudar e logo fica para trabalhar. Os que tem casa aqui ou família vem de vez em quando. (Pescador de artes artesanais Pep, relato dia 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *A nossa sorte é que havia um senhor na prefeitura, ele conhecia todos do povoado e como sabia falar um pouco de inglês e de tudo. Assim ele nos ajudava a alugar as casas. Logo, anos depois veio* ***um senhor inglês que a cada temporada vinha meses antes da temporada ao povoado e locava em torno de 15 a 20 casas para todo o mês de julho****. Ele fazia o contato direto com cada proprietário e pagava tudo antecipado. Quando começava a temporada, em julho mais ou menos, um grupo de ingleses chegava para se alojar, tudo organizado cada família em um piso [apto]. (Dona Laura, relato de 30/11/ 2018) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Aqui existiam muitos lugares que ofereciam comida, gente que se dedicava a preparar comida, mas não tinha quartos. E quase não existia opção de hospedagem [regular] suficiente e então* ***nós oferecíamos quartos para alugar no verão****. Era um bom dinheiro. E quem podia fazia um andar acima para alugar todo o apartamento. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

Entretanto, a possibilidade de empreender e fazer melhorias na propriedade privada se reservava àqueles que tinham algum patrimônio, normalmente áreas reservadas à vinha e/ou ao horto e à própria moradia, no **caso catalão**. Nessa nova circunstância, novas modalidades socio-laborais se inseriram e influenciaram a inserção também de novas tarefas:

> *Tinha muito trabalho, eu fazia a instalação da eletricidade nas casas do povoado, logo o meu filho, ainda menino, passou a ajudar. Também tinha contratado funcionários para trabalhar com a água, encanadores. O serviço era completo. O maior trabalho ocorria na temporada, por conta das chamadas das casas de aluguel [...] (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *A construção pagava melhor e tinha trabalho quase todo ano (Josep Puignau, relato de 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Gente daqui montou duas ou três empresas de construção e daí a coisa mudou de cenário. Muita gente passou a se dedicar a construção de casas. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

> *Eu, minha mãe e minha irmã fazíamos comida, e servíamos ali numa barraca na praia. Recebíamos encomenda, tinha muito trabalho todo o verão. (Dona Laura, relato de 30 de novembro de 2017) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Eu cuido de umas quatro casas aqui, antes deles chegarem deixo tudo limpo e pronto. (Núria, relato 12 fevereiro de 2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Eu nunca me dediquei exclusivamente a pescar, eu me dedicava a consertar motor, como começou a chegar cada vez mais barco eu comecei a ter muito trabalho. A cada dia tinha um motor para olhar (Seu Martin, 30/11/2017) [tradução livre do espanhol para o português]*

Em **El Port de la Selva**, o fenômeno da segunda residência teve início em um contexto de declínio da reprodução de modos de subsistência tradicionais. A inserção desse novo fenômeno veio a acelerar o processo de declínio já iniciado, ou em circunstância pior, a pôr fim em definitivo a antigos modos de vida e aspectos da cultura local, em circunstâncias já apontadas por Aledo (2008), Carpenter (*et*. *al*., 2005), assim como Clark *et. al*. (2007) nos estudos de gentrificação insular. Esse conjunto de fatores interferiu no acelerado despovoamento de áreas ocupadas por antigos residentes, assim como a transformação da paisagem. Fato é que a inserção da atividade turística e imobiliária ao **caso catalão** não trouxe ocupação suficiente para todos os residentes, a tal ponto que compensasse o declínio da pesca e da atividade rural. O declínio dessa última deixou poucas alternativas, voltadas, sobretudo, para aqueles que tinham patrimônio; para quem não tinha, a solução era sair do povoado, foi o que ocorreu na maior parte dos casos.

Sobre **El Port de la Selva,** deve ser lembrado que houve a reativação da atividade de pesca, contudo, algumas coisas devem ser consideradas. A pesca retornou em outro formato, agora mecanizada, possibilitando capturas em escala industrial. A embarcação passou a funcionar como uma empresa, a qual conta com um único proprietário, o dono do modo de produção, e trabalhadores que servem de mão de obra, com direitos e atribuições, mas não o reconhecimento do status de pescador. O intervalo entre o auge e novo declínio da atividade pesqueira, não durou duas décadas. Contudo, segundo a fala do presidente da Confraria, esse momento de reativação serviu para enxertar recursos para a recuperação do patrimônio, com a Confraria já em acelerado declínio:

> ***A pesca sem o patrimônio não se sustenta, não há ingressos suficientes.*** *Antes, sim [década de 1980], havia muita frota, muitos barcos e a quantidade de pescado permitia. Esses ingressos serviram para nós melhorarmos o patrimônio. Reformamos, investimos na construção. Quando chegamos em oitenta e dois quase tudo estava em ruína. E todo foi feito novo*

> *(reformado). Aqui tinha setenta barcos que vinham pescar a sardinha, quinze de palangre, oito ou sete de arrastre. Claro, havia uns ingressos dez vezes mais que agora. Agora, o que arrecadamos dos ingressos da pesca não paga nem metade dos nossos gastos com trabalhadores. Se não fosse pelo patrimônio, pelos aluguéis não se poderia pagar. (Manuel Perello, relato dia 14/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

No **caso catalão**, o ingresso de recursos provenientes da pesca serviu como capital para ser investido no mercado turístico e imobiliário em ascendência no povoado. Atualmente, embora só três embarcações industriais e cinco artesanais continuam ativas na atividade de pesca, a Confraria conta com um patrimônio imobiliário extremamente valioso e em uma posição privilegiada do povoado. A propriedade é da entidade, mas não fica claro quem são seus beneficiários, com exceção daqueles que trabalham ou que necessitam da estrutura para a reprodução do trabalho de pesca. A antiga prática de ajuda na velhice já não é mais feita. Contudo, segundo Manuel, a comunidade local tem que cuidar da confraria como o seu bem mais valioso, porque é a relação com a pesca que traz o caráter simbólico para o povoado. Segundo ele, aí está o seu maior diferencial, aí está o seu maior atrativo, seu patrimônio cultural.

No **caso do catalão,** a perda de prestígio da pesca em relação às novas atividades, levou a um afastamento por parte daqueles que tinham ao longo de gerações essa atividade como meio de vida. Hoje são muito poucas pessoas, em torno de cinco pessoas do lugar, enquanto a maioria, que se dedica a atividade de pesca, procede de outros lugares. Os donos de embarcações vêm majoritariamente de Tarragona, enquanto os seus trabalhadores, em sua maioria, são provenientes de países africanos, como Marrocos e Senegal. Os trabalhadores em parte se instalaram nos povoados sozinhos ou em grupos e, depois de instalados, trouxeram suas famílias. As novas feições, trajes, gestos e formas de se portar socialmente são reflexo da inserção também dessas novas culturas no lugar.

Contudo, as novas culturas e antigas culturas não parecem se misturar, mesmo em um território tão pequeno. Nesse sentido, mecanismos de diferenciação ou de construção de territorialidades identitárias estão presentes. A sutil ocorrência desses mecanismos de construção de identidades em um mesmo lugar, mas em diferentes perspectivas territoriais, tem possibilitado algo já previsto por Haesbaert (2002): elementos de segregação, ou autossegregação entre as comunidades migrantes; como também de aproximação, como ocorre entre os grupos historicamente locais e migrantes provenientes de outros estados da Espanha.

No caso do **Brasil,** a realidade se apresenta distinta do caso catalão. Embora não tenha ocorrido problemas por conta de estruturas no mar que interferiram no estoque pesqueiro, ocorreram mudanças nas regras de navegação, sobretudo nos rios e nas águas situadas entre a praia e os recifes, especificamente a proibição do uso de embarcações com motor. Entretanto, essa mudança teve efeito reduzido, por conta da pouca quantidade de pessoas que possuíam barcos com o uso de motores. O que realmente veio a interferir nos modos de vida ocorre em terra. Os espaços necessários do labor, como caminhos e locais de estacionamento, embarque e desembarque, que a cada dia ficam mais reduzidos. A obstrução do espaço de passagem e a limitação dos espaços de práticas voltadas a pesca tem sido o que tem dificultado a continuidade da prática pesqueira, no caso alagoano. Outros elementos a considerar são as perdas de terrenos anteriormente destinados a práticas agrícolas de subsistência ou para atividades voltadas à cultura do coco. Terrenos e mais terrenos têm sido cercados, loteados, vendidos, ou postos à venda, como objeto de valorização imobiliária voltada para o turismo e para o veraneio. Essas obstruções às práticas laborais junto ao mar, ao mangue e cercanias já foram apontadas por Cañada (2018) em outros lugares da costa latino-americana, fato que, segundo ele, vem a corroer as fontes necessárias para a sobrevivência dos mais pobres. Contudo, à medida que tais mudanças vêm ocorrendo, em um movimento ainda descompassado, novas atividades econômicas passam a ser exercidas por seus habitantes, dentre elas o artesanato, o passeio de jangada, o passeio de bugre, trabalhos em pousadas e restaurantes, como testemunham as falas abaixo:

> *Minha filha trabalha em uma pousada há três anos. O primeiro trabalho dela. [...]* ***na pousada que trabalha ela é tudo****, é recepcionista, tira o café, camareira, faz tudo, lava roupa, faz tudo. (Floracir, relato de 03 de julho de 2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*
>
> *E trabalho aqui, graças as Deus, tem* ***as pousadas que emprega muita gente****, porque antigamente só tinha praia e roça. (Sueli, relato de 16 de julho de 2019) [moradora do centro de São Miguel dos Milagres]*
>
> *A maioria dos* ***meus amigos aí da praia trabalha disso [de jangadeiro****] trabalha na pesca e leva os turistas para fazer passeio. (Claudionete, relato de 30/08/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*
>
> *Todo dia eu tô na praia, quando eu não vou para o marisco ou pescar peixe por ali eu tô com uma barraquinha.* ***Eu tenho uma barraquinha ali na praia****, eu vendo água de coco, refrigerantizinho, agora no verão eu vou servir um cafezinho para os pescadores. Os pescadores que bebe, bebe, os que não tomam, um cafezinho quando sai da praia. A barraca é para os pescadores, para os turistas, quem chega. (Claudionete, relato de 30/08/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*

> *E eu posso dizer eu vivo do turismo, trabalho aqui na associação, faço os passeios para as piscinas naturais, eu tenho a minha jangada. Hoje* ***o que eu tenho é através do turismo****.*
>
> *Eu trabalhei uns quatro e cinco anos com artesanato. [...] Eu fazia os pratos, abajur de talo de coqueiro, esteira que hoje em dia chama de jogo americano de talo de coqueiro.* ***A gente vendia para turistas****, logo quando começou passar turista por aqui. Eu botei uns na porta da minha mãe, eles paravam e encomendavam. (Véia, relato de 30/08/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*
>
> *Eu* ***trabalho como ajudante pedreiro****. Dê uns tempos pra cá sempre tem algum serviço. O pessoal que me conhece já indica. Antes eu trabalhava na roça, mas agora não tem mais canto para plantar, então o jeito foi buscar outro modo de viver. A primeira vez que eu trabalhei nisso foi um vizinho que me chamou e disse que se eu aprendesse não faltaria trabalho. Tem momento que falta, mas de uns tempos pra cá tá melhor. (Bartolomeu, relato de 03/05/2019) [morador da Salinas, Porto de Pedras]*
>
> *Eu trabalhava de pescador, agora* ***trabalho de jangadeiro****, quando tá fraco eu pego uns serviços de pedreiro. [Carlos, morador de Porto da Rua, São Miguel dos Milagres]*
>
> *Fui* ***o pioneiro aqui a trabalhar com a artesanato****, a primeira loja, faz 13 ou 14 anos. Eu mesmo produzo, tenho as minhas funcionárias que fazem aqui mesmo. Outras fazem em casa. Eu tenho muito cliente, dono de pousada, restaurante, dono de casa de veraneio, eles me encomendam para decorar. [...] Agora tem loja de artesanato para todo lado, mas antes era só a minha. (Seu Ciro, relato de 21 de janeiro de 2017) [morador e proprietário de loja de artesanato em Tatuamunha, Porto de Pedras]*
>
> *O* ***trabalho de bugre tá sendo*** *bom, a cada dia a gente tira um trocado para levar a vida. O problema é a concorrência quando a gente menos espera chega um bugre novo. Na baixa temporada o bicho aqui pega, é um querendo pegar o cliente do outro. Mas tem que respeitar a vez, tem neguinho que gosta de dar uma de esperto, mas eu sou mais esperto ainda. (Jão, relato de 02 de julho de 2019) [morador do centro de São Miguel dos Milagres]*

Em um contexto já mencionado igualmente por Ruschmann (2006) e por McIntosh *et*. *al*. (2003), a atividade turística e imobiliária contribuiu com a inserção de novas ocupações e de outras atividades produtivas e de serviços, de modo a refletir no aumento da renda de quem está envolvido. Mas, sobre isso, alguns elementos devem ser relativizados quando comparamos o **caso brasileiro** com o caso espanhol. Primeiro, o ganho pela venda de um terreno, melhoria de um imóvel para locar na temporada e empreender em um negócio não é algo comum à maioria da população residente do caso alagoano. A primeira a razão é a frágil condição socioeconômica dos antigos moradores que viviam da pesca e da agricultura artesanal e, outra, a carência da grande maioria da propriedade da terra. No geral, os principais beneficiados pelo fenômeno turístico e imobiliário são aqueles que são proprietários de sítios ou tiras de sítios. Característica similar acontece entre aqueles que montaram

um negócio: os benefícios estão concentrados naqueles poucos que tinham alguma propriedade ou uma condição melhor de vida. Ao passo que propriedades são vendidas, novos estabelecimentos e negócios são criados, e terrenos são adquiridos e valorizados por meio de mãos extralocais, em uma situação similar ao acontecido no Panamá, segundo apontado por Rudolf (2014).

Além disso, o que se observa é que as atividades turística e imobiliária não parecem ter condições práticas de absorver a crescente população jovem de **São Miguel de Milagres e Porto de Pedras**. A disponibilidade de trabalho ofertado e de ofícios que surgem não demonstram que possam ter capacidade de substituir por definitivo antigas práticas laborais. Os que continuam o labor em trabalhos de outrora são aqueles que por anos já tinham a intimidade com essas antigas atividades e não estão dispostos a mudar radicalmente o seu modo de viver. Para esses últimos, o roçar e o pescar são essenciais para o seu viver, foram essas atividades que colaboraram com a sua existência e pelo sustento de suas famílias. No caso desses, ainda antigas atividades estão sendo continuadas, mesmo em condições mais ou menos adversas. Mas, mesmo no caso do fabrico de farinha, são muito poucos que insistem em plantar, colher e fazer a farinha; a tendência parece assinalar que antigos ofícios identitários do território estudado podem desaparecer.

De mais a mais, a população jovem cada vez menos se interessa em perpetuar antigas práticas e, mesmo pela fala de algum dos pais, sobretudo as mães, também assim o preferem. O que se pôde observar através das falas e das cenas momentâneas na moradia das pessoas do povoado foi uma diferença entre as gerações. Gerações, por exemplo, de algumas pescadoras que tem mais de 50 anos, tanto elas como seus filhos tiveram que buscar a subsistência através da pesca e da agricultura. Foram poucos dessa geração que tiveram acesso à escola e o insulamento do povoado contribuía para uma existência parca de outras atividades econômicas. A geração que tem entre 29 e 40 anos, embora tenha colaborado com as tarefas domésticas e laborais da família no passado – e, como muitos fazem até hoje - já veio a experimentar melhorias de acesso ao ensino tanto formal como profissionalizante. Casos de filhos e filhas pescadores que são enfermeiras, professoras, gerentes de pousadas, técnicos em algum tipo de ofício favoreceu que filhos da geração anterior encontrassem outras profissões, fora das antigas atividades. Contudo, isso não demonstra o que ocorreu com a totalidade dos filhos, alguns seguiram as atividades que eram realizadas pelos seus pais. Outros saíram do

povoado e foram viver em outros lugares. Entre a geração que vem depois dessa última, tanto os que seguiram nas atividades de pesca e coleta e os que lograram outras atividades, que têm filhos entre 10 e 25 anos, se observa um rompimento entre uma época na qual as tarefas domésticas e de sustento familiar era feita por toda a família. Em parte, isso se deve as mudanças legislativas e também culturais ao enquadrar a realização de determinadas tarefas por menores como trabalho infantil. Associado a isso, ainda outro fator pesa, o desprestígio para a atividade de pescador. A maioria de pais e mães preferem que seus filhos ou filhas sigam outra profissão, alegam que não querem que seus filhos repitam as histórias dos seus antepassados. Contudo, o número de jovens desocupados e sem perspectivas de trabalho ou de formação se tornou algo preocupante. Vale recordar que, em 2010, segundo o censo daquele ano[284], Porto de Pedras contava 4.649 residentes com menos de 19 anos e São Miguel dos Milagres com 3.079. Isso significa um percentual de 43,68% e 40,68 da população dos respectivos municípios.

Nos tempos atuais, são muito poucos os jovens que sabem tirar coco e pescar, também são raros os casos daqueles que optam em se dedicar a atividades laborais junto com os seus familiares. Uma cena corriqueira, entre os povoados do **caso alagoano**, é encontrar jovens e mais jovens agrupados a qualquer hora do dia sem nenhuma ocupação; a exceção são aqueles que continuam a frequentar a escola. Novas oportunidades que foram criadas por macropolíticas sociais do governo federal trouxeram um maior bem-estar social para as famílias. Relatos de filhos que conseguiram acessar cursos técnicos e superiores são recorrentes, também foram muitos que conseguiram ascender a melhores condições de vida.

Contudo, o assistencialismo, mais abrangente por parte do Estado no **caso brasileiro**, parece ter influído de certa maneira na mudança no modo de criação de filhos e dependentes. Hoje é impactante a quantidade de jovens que não tem nenhuma ocupação ou perspectiva de trabalho, parece existir uma inércia local em relação às possibilidades da vida. São poucos os que ainda seguem familiares nos labores tradicionais, são poucos que buscam a formação e uma profissionalização. Obviamente, não se pode afirmar de forma contundente, mas, as melhores condições de vida que emergiram com as políticas públicas parecem ter refletido em um certo comodismo frente ao trabalho por parte de muito indivíduos de gerações mais

[284] Dado contido na Tabela 9 da Faixa etária da população de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.

recentes. Ademais, essas novas gerações tendem a incorporar estilo de vida e ampliar hábitos de consumo, ao passo que expressa uma rejeição aos padrões e hábitos de vida das classes sociais mais baixas, mesmo fazendo parte dela. Essa mudança de comportamento entre as novas gerações são elementos já previstos em territórios permeado por fluxos de populações com maior poder de consumo, como o turismo, em circunstâncias já apontada por Zukin (1987) e Clay (1979).

No **caso alagoano**, a presença da atividade turística e da segunda residência também vem influenciando no surgimento de novas práticas e novas relações de trabalho. Essas relações envolvem menos trocas – atividade corriqueira anteriormente – e mais ingresso monetário, como também tem contribuído nas relações de animosidades ou de distanciamento entre antigos pares. Os ofícios de jangadeiro e de bugueiro, por exemplo, tem desencadeado disputas entre colegas de atividade, por causa da disputa por clientes potenciais. O exercício do ofício de caseiro tem colaborado com situações de estranhamento entre antigos vizinhos. Vizinhas que exerciam coletivamente a coleta do marisco, pouco a pouco, deixam de desfrutar da companhia de outras que faziam parte. Crianças e adolescentes dos povoados, que antes acompanhavam seus pais e mães para o exercício de antigas práticas, agora experimentam a liberdade de não ir. São poucos os que insistem. E esse não ir, nem ao menos por diversão, também influencia na perda de antigos saberes.

No **caso alagoano**, a inserção de novos atores também tem contribuído com o aumento de pescadores amadores, normalmente aqueles que dispõem de alguma embarcação. Esses tem trazido conflitos entre os pescadores profissionais. Episódios nos quais redes de pesca são retiradas ou danificadas propositalmente são extensos. Além disso, também surge o conflito da pesca, do mar de dentro e ribeirinha, a partir da inserção do peixe-boi. Relatos e mais relatos são ouvidos de que esses animais têm destruído suas redes e comido, ou ‘chupado’, seus peixes. Por outro lado, os analistas ambientais do ICMBio contestam essa afirmação porque, segundo eles, o peixe-boi é um animal herbívoro. Nisso, o conhecimento local dos pescadores segue a discordar do saber científico dos analistas, e o embate permanece. Cada novo peixe-boi que é reintroduzido na região é motivo de exaltação dos ânimos. Por exemplo, Seu Amaral relata que “agora já são uns vinte e tanto, não tem rede que aguente”. Por outro lado, os condutores do turismo do Peixe-boi cada vez que um desses mamíferos se reintroduz aparece como uma sorte, pois as possibilidades de eles serem vistos durante o passeio do turista no rio Tatuamunha se amplia. E, nesse trabalho de

reintrodução do animal ao ambiente, os condutores são convidados pelos gestores da APACC a participar. Os líderes e envolvidos em outras atividades na associação tendem a ir de maneira voluntária, mas uma parte ignora e não se põe engajada a participar da tarefa.

De alguma forma, esses movimentos convergentes e contrários à atividade turística, como o caso da relacionada ao passeio de observação do peixe-boi, têm pendido para o lado dos que são a favor da atividade. Na realidade, o que se observa, como já apontado por Gascón e Cañada (2005), é que diferenças econômicas existentes na estrutura social desses lugares, assim como diferenças nas condições de acesso ao recurso por um determinado grupo local, em detrimento de outros, têm influenciado na distribuição dos benefícios gerados pelo turismo e pela atividade imobiliária de maneira desigual, como consequência, tem acarretado o fortalecimento dessas desigualdades.

E, aqueles que não conseguem se inserir em alguma das novas atividades e, ainda por cima, têm seus antigos recursos de sobrevivência perdidos, também, de alguma forma, se colocam na iminência de serem afastados das condições socioculturais que faziam parte da sociedade local anteriormente - vínculos, invenções e práticas sociais - que lhe davam sentido à vida, segundo Davidson e Lees (2010). Ou a condição de territorialidade, como defende Haesbaert (2002), que funciona como mecanismo de sobrevivência, em uma relação de identidade, similaridades e necessidades comuns

7.2 Breves Reflexões dos processos migratórios

No caso de **El Port de la Selva**, a inserção da atividade turística teve influência no fim de trabalhos que, até então, eram realizados coletivamente. Essa mudança nos sistemas locais marcam o declínio de redes de solidariedade que outrora existiam. Novas atividades, cada novo negócio, cada empreendimento, cada imóvel, passou a exigir tarefas individuais, que, em alguns casos, contou com a ajuda apenas familiar. A contratação da força de trabalho para suprir a demanda durante a temporada era reservada àqueles que, pelo próprio perfil do negócio, apresentavam melhores condições econômicas. Muitos dos trabalhadores do turismo e da construção civil vieram de fora. O emprego na construção civil atraiu populações que se instalaram e que até hoje vivem no povoado, entre a década de 1960 e 1970. Na temporada

turística, várias mãos eram demandadas a trabalhar, elas vinham de outros estados da Espanha ou outros países europeus, mas tinham data marcada para voltar. Os trabalhadores da atividade turística não permaneciam, somente chegavam ao lugar, como é até hoje, para “fazer a temporada”. Ademais, nesse intermédio de atração de novos fluxos, relações outras surgiram entre a população permanente e transitória veranista, a cada novo verão, novas possibilidades de relacionamento surgiam. Os casos relatados abaixo são frutos dessas novas relações:

> *Antes todos casavam entre as famílias do povoado.* ***Depois do turismo começou a ter casamentos com gente que vinha passar o verão*** *ou com gente que migrou para trabalhar aqui. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Antigamente se casavam entre todos daqui. Mas quando veio os anos que os veranistas chegaram, daqui da Espanha mesmo, ou outros países. Eu mesmo me casei com uma mulher de Albacete. Muitos casaram com mulheres de fora. Esse daqui está casado com uma Valenciana, bom, Alicantina. Alguns casados com galegas ou de Madrid,* ***tem gente que se casou com estrangeiros*** *(Josep Morell, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Também teve gente que veio viver aqui nesta época, aqui era como a terra prometida. Aqui na terra de 1950-60 era a região mais rica da Espanha, e muitos vinham buscar a trabalho aqui e encontraram. Se contratava muito mão de obra, e havia muitos. Todos os sobrenomes Rodrigues vieram de fora. (Josep Morell, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Entre a década de 1960, 70 e 80. Atualmente existe muitas mesclas no sobrenome,* ***muitas famílias ao menos um sobrenome é de fora****. O meu primeiro sobrenome (do pai) é castelhano e o segundo (da mãe) é catalão. Mas se buscas sobrenomes que os dois sejam catalães, não há muitos. Observe esse quadro [uma placa fixo a parede do salão social de Porto de Pedras com a lista de pescadores que reativaram a pesca] Poltré Y Morell, esses são catalão; Berrocon é castelhano; Bartó é catalão; Bué i Lopes, um é catalão o outro é castelhano; Buandia é catalão; Castello é catalão; Biscarró i Avion, um é catalão outro é castelhano; Puinau é catalão; Ribas i Costa, Costa é catalão; Puiget i Puig, os dois são catalães, Perello seguramente é castelhano. (Josep Valls, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Todos esses não são daqui [apontando para um grupo de cinco pessoas],* ***não são da gente daqui, vieram pra aqui****. Década de 1950, 62, 65, esses são de Andaluzia, vieram a trabalhar na construção e o que havia. Agora estão aposentados. (Josep Morell, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Muitos (moradores mais velhos) não são daqui. Muitos vieram a se dedicar a construção há anos atrás quando aqui se tinha muito trabalho e acabaram ficando. E pescador, pescador, de toda a vida, de pai, de avô, são muitos poucos que ainda existem. (Josep Valls, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

O interessante no caso catalão é que, ao mesmo passo em que alguns partiram outros chegaram, se forem observadas as falas da época entre as últimas levas de emigrantes e as primeiras de imigrantes, elas quase coincidem. Contudo, foi no ínterim entre declínio da atividade de pesca e da vinha e a inserção da atividade turística que as últimas levas deixaram o povoado:

> *Depois dos anos 50, fim de 1940, muitos se foram à Venezuela e Alemanha, a buscar trabalho. Aqui já não tinha a vinha, só restava a construção e a pesca, e a gente [as pessoas] teve que ir. (Josep Morell, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Muitos morreram, e a juventude nos anos 1955, 1960, 1970 se foram para Barcelona, França, para América muitos. Eu tenho dois, três ou quatro primos na América. Algum eu conheci, outros no Mar del Plata e na França têm muitos. (Josep Valls, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Eu tenho uma filha, que trabalha no ajuntamento, que conta que entre 1955 e 1965, saíram do povoado mais de 1000 pessoas. Não havia a construção, não havia ainda o turismo. A pesca aqui é uma ajuda, mas não se pode viver da pesca, por conta do mal tempo. Por isso que antes havia as vinhas, porque se desse mal tempo se ia a vinha ou ao olivar, nós tínhamos dois pequenos, para o gasto e consumo da casa. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Famílias inteiras, vendiam tudo para pagar a viagem para Caracas, por exemplo. Eu conheço ao menos cinco ou seis famílias, que eram de quatro ou cinco pessoas, que venderam as vinhas, as casas, incluso. A casa que nós tínhamos, antes valia muito pouco dinheiro, e a partir dos 1955, 1960,1965, essas casas começaram a valer muito dinheiro. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Meus tios foram à casa da minha tia, e lá encontraram o ofício de jardineiro. As mulheres iam para casa de famílias para trabalhar como muñones [empregada doméstica]. O pessoal que vivia em Barcelona avisava quando tinha emprego e assim iam para trabalhar. (Miquel Puignau, relato dia 08/11/2017) [tradução livre do espanhol para o português]*

Observa-se que a emigração, no caso catalão, ocorria conforme as possibilidades que surgiram. Nisso, a atividade de veraneio veio a ser uma espécie de redenção para que se pudesse capitalizar e seguir a vida ali e em outros lugares. Os que ficaram, seguiram com as suas famílias tomando conta dos negócios compatíveis com a atividade de veraneio. As gerações seguintes, geralmente melhor estruturadas, filhas das famílias que permaneceram no povoado após a erupção turística, da década de 1960, comumente saíam do povoado para estudar ou se profissionalizar, terminavam por fazer novos laços em outros lugares, casavam e não mais retornavam para residir no seu lugar de origem.

> *Eu tenho oito irmãos. Tenho uma na Bélgica que foi a ver o que passava aí, se casou e ficou. Tenho três em Girona que foram a estudar e se casaram aí e ficaram. Tenho um irmão aqui, o mais velho, e dois morreram. (Josep,*

> *pescador, 60 anos, relato dia 13/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Minha filha casou com um rapaz de um povoado pequeno próximo a Figueres. Se conheceram em Figueres. Isso era comum os rapazes e as moças iam trabalhar, agora mais cedo para estudar, em Figueres ou Girona ou Barcelona, normalmente onde tem família. E lá conhecem outras pessoas e se casam. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Muitos [filhos dos moradores mais antigos] vivem aqui, muitos também se foram. Estudaram o que seja e aqui não tem trabalhado para quem estudou. Tem que está em Barcelona, Girona ou Nova York. (Josep Morell, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

Um detalhe a observar é a pequena diferença entre o declínio das atividades agrícolas e pesqueira e a introdução do turismo e da prática da segunda residência. Os elementos da época da crise apontam que os mais vulneráveis saíram ainda no começo da década de 1950, já as famílias inteiras ocorreram a partir da inserção da atividade, quando puderam se capitalizar para poder deixar em definitivo o povoado. Outro elemento, as inserções de pessoas de outros estados da Espanha, se observa que já havia um movimento migratório na Espanha de pessoas que saíam do sul do País, sobretudo da região andaluz, para as cidades da Catalunha, historicamente mais enriquecidas, e a escolha do povoado parece estar relacionada às oportunidades que foram surgindo. Entre os primeiros migrantes que escolheram residir no povoado não há evidências de existir algum tipo de relação estreita com o povoado, essa relação só foi ocorrendo na medida em que os primeiros migrantes foram se instalando e influenciando na vinda de outros da mesma origem. Contudo, por conta do limitado crescimento da construção civil, o número de emigrantes não cresceu a ponto de contrabalancear as saídas existentes.

Outro fluxo migrante que existe, embora em alguns casos possamos mencionar como semipermanentes, está relacionado ao migrante de classe média e média alta, proveniente de outros países europeus. Para esses, a razão de escolha está relacionada a uma maior qualidade de vida, distante dos grandes centros urbanos, em lugares que, comparados aos seus países de origem, são relativamente mais baratos de viver. O clima, a geografia do lugar e a relativa proximidade da terra natal também demonstram pesar na escolha desse povoado. No povoado, foram contabilizadas ao menos 130 pessoas de origem francesa, alemã, inglesa, suíça, holandesa, sueca, belga e italiana que, pela idade, com pontuais exceções, entre cinquenta e noventa anos de idade, são pessoas já aposentadas. Esse perfil de migrante também se

verifica em outros lugares da costa espanhola, mas, na Catalunha, pela relativa proximidade com a França, tende a atrair muitos franceses, como é o caso dos municípios de Llançà, Roses e Cadaqués. A quantidade de franceses que vivem no povoado, de forma permanente ou semipermanente, é significativamente maior do que pessoas de outras procedências, talvez também pela proximidade da língua francesa e catalã. As circunstâncias mencionadas, relacionadas aos fluxos migratórios, contribuíram para que o povoado perdesse jovens habitantes, ao passo que aqueles que chegavam e permaneciam eram mais velhos.

No **caso do Brasil**, os relatos de partidas já eram recorrentes muito antes da chegada do turismo. O primeiro grande fluxo de pessoas teve suas raízes no declínio da atividade canavieira na região. A redução drástica de ocupação gerada por aquela atividade econômica levou a uma intensa emigração para os grandes centros. Nas famílias das comunidades pesqueiras é recorrente o relato de pessoas que foram para a capital do Estado ou mesmo outros Estados do Brasil à procura de emprego. Geralmente, algum integrante ia antes por alguma razão e, em seguida, levava outros familiares, como irmãos, sobrinhos e mesmo filhos. As mulheres, com uma clara semelhança com o caso da Espanha antes da década de 1960, eram direcionadas para empregos domésticos na casa de famílias. Os melhores estruturados social e economicamente, pela mesma razão que o caso espanhol, acabaram saindo para estudar e ao término dos seus estudos já havia construído uma vida em outros lugares.

> ***Minha irmã já foi para o Mato Grosso casada**. Quem foi primeiro foi o marido dela, ele ainda foi solteiro para lá pra ver se fazia a vida dele, entendeu? E ele foi arrumou emprego, e ficou não sei quantos anos lá e veio embora. Quando chegou cá ele queria casar para voltar. [...] casou-se, com dois meses ela [a irmã] disse "a gente tem que ir mesmo aqui não tem do que ele viver". Lá ele trabalhava dirigindo aqueles caminhão carregando cana, depois ele arrumou emprego na prefeitura, depois se candidatou a vereador e ganhou. Ele fez a vida lá. Eles têm um casal de filhos. Todos dois já estão casados, já moram em suas casas. Ele trabalha, ela trabalha. (Dona Biu, pescadora e agricultora, 59 anos, relato de 16/07/2019)*
>
> *Eu **trabalhei uns dois anos em casa de família em Maceió**, do povo da família do patrão do meu pai. Eu era novinha! A mulher me enrolava, era para pagar dois meses e ela só me pagava um. Daí eu peguei e vim embora. Eu limpava a casa, limpava banheiro, só não fazia cozinhar que tinha outra que cozinhava, só limpava. (Claudionete, relato de 30/08/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*
>
> ***Meu filho foi para o Mato Grosso**, foi para casa da minha irmã, viveu na casa dela uns três anos. Ele chegou em um dia e no outro já foi trabalhar. Ela já tinha arrumado trabalho para ele. (Dona Biu, pescadora e agricultora, 59 anos, relato de 16/07/2019)*

> *A venda do Valdomero fechou **ele e até a família foi embora**, parece que foi para São Paulo ou Rio de Janeiro, de tempos e tempos eles aparecem aí. (Claudionete, relato de 30/08/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*
>
> *Eu tenho um **filho que mora há seis anos em São Paulo**, ele foi buscar trabalho pra lá. Ele casou e eu ainda não conheci meu netinho. Meu filho aqui pescava antes de ir, ele mergulhava [para pescar]. (Floracir, marisqueira, relato de 03 de julho de 2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]*
>
> *Eu **tenho irmão que mora no Passo [de Camaragibe], em Maceió, em São Paulo, no Mato Grosso**, no Mutirão [povoado Salinas em Porto de Pedras], mas aqui só é eu e minhas filhas. E o filho que mora em Porto da Rua. (Dona Biu, pescadora e agricultora, 59 anos, relato de 16/07/2019)*
>
> *Minha mãe me botou para **trabalhar na casa de uma família lá no Recife**, mas como era menor, tinha 09, 10 anos, eles pagavam a ela. E desse dinheiro ela não me dava um trocado. Até que um dia eu fugi. (Nininha, pescadora, relato de 18 de setembro de 2018].*
>
> *Eu sou de Porto de Pedra, nasci lá, me criei, de Porto de Pedras para Maceió eu fui com 16 anos. Voltei a estudar, que no meu tempo não tinha escola, porque eu morava num sítio. **Fui para Maceió trabalhar**, trabalhei na construção civil e tal. E depois de uns anos eu tinha arrumado uma mulher, constitui família e voltei a estudar. Daí estudei até o segundo grau, fiz contabilidade. Daí já estava empregado na CEAL daí eu fui para o sindicato e fiquei como presidente do sindicato dos urbanitários. (Seu Pedro Luiz, 81 anos, relato de 18 de setembro de 2018)*

Por outro lado, **no caso de Alagoas**, sobretudo quando se refere a São Miguel dos Milagres, atualmente novas pessoas têm se inserindo no lugar para assumir novas tarefas, abrir negócios e exercer ofícios que até poucos anos eram desconhecidos. Chegaram pessoas de diversos estados do Brasil, muitos de São Paulo, Brasília, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. O lugar também atraiu alguns estrangeiros, a exemplo de portugueses, franceses, chilenos, italianos, ingleses, escoceses e alemães, que estão entre os novos integrantes do lugar. A grande maioria montou uma pousada, como os que chegaram primeiro tendo adquirido grandes lotes de terra por preços ainda módicos. Outros já estão concorrendo para encontrar por preço acessível terrenos próximos da praia, com uma concorrência crescente. O capital que se instala no povoado também é proveniente das cercanias, ou de outras cidades do Estado de Alagoas. Alguns já tinham propriedades ou negócios na região e agora estão transferindo seus investimentos das atividades anteriores para as novas oportunidades, como da cultura do coco para o turismo, por exemplo.

A possibilidade de se adotar um modo de vida diferente, distante de grandes centros e de estilos de vida já massificados, está entre as razões de escolha desses lugares por novos residentes, sobretudo aqueles ligados ao turismo e a atividades

socioambientais, no **caso alagoano**. O perfil dos visitantes também atende uma lógica cada vez mais segmentada da sociedade, que busca alternativas outras de usufruir do ócio e do lazer. Novos estilos de vida e o uso da estética demonstram ser cada vez mais primordiais, como já assinalado por Martínez-Rigol (2005), na seleção de lugares tanto para o usufruto do lazer como da moradia.

Os fluxos dos que chegam e os fluxos daqueles que partem acompanham as novas dinâmicas contemporâneas que também tem seus reflexos em tendências globais. E nesse ir e vir, os lugares vão passando por momentos de constante ressignificação, entre antigos e novos usuários. Novos usuários agem como agentes que interferem, em menor e maior escala, em centros de poder, sobretudo pela força econômica e toda a tessitura de relações que essa influência envolve.

7.3 Considerações das atividades comerciais e de serviço

Um ponto a considerar neste trabalho, decorrente do processo de transformação dos povoados pesqueiro-campesinos em povoados turístico-imobiliários é a mudança nas atividades comerciais e de serviço. Sobre o estudo desse aspecto, iniciemos por **El Port de la Selva**. Esse pequeno povoado, quando se tornou independente de Selva do Mar, em 1787, contava somente, segundo Marés Deulovol (1972), com três estabelecimentos comerciais, formados por uma loja de azeite e de produtos de pernil, de propriedade do senhor Antonio Casademont; uma padaria, de Benito Rubiés, e uma taberna que servia de hospedaria, de Rafael Roig. Um século depois, o povoado já contava com um estabelecimento de hospedagem com dez quartos individualizados, denominado de ‘Fonda’, com início no ano de 1869.

Todo o século XIX é marcado, segundo Marés Deulovol (*ibid*., p.290), pelo comércio exterior voltado para o azeite, o vinho e o peixe salgado. Pelo Cais de Balleu eram embarcados esses produtos para países do Mediterrâneo, tanto da Europa como da África, e, por conta da intensa atuação no comércio de peixe, o local, também era chamado de ‘cais dos pescadores’. Foi com base no comércio desses três produtos – vinho, azeite e peixe - que as famílias mais abastadas prosperaram. E, foi na produção e comercialização desses três produtos que a população trabalhadora buscava o seu sustento. O povoado, nesse século, foi marcado por uma economia dinâmica que pelo seu próprio dinamismo viabilizou a existência de um cassino, um salão de baile e alguns cafés. No povoado, também ocorria uma feira itinerária aos

domingos. Nessa feira eram vendidas roupas, utensílios em ferro, cerâmica e de uso doméstico.

Anos depois, na segunda década do século XX, por conta da criação do Pósit de Pescadores, **El Port de la Selva** passou a lidar com uma realidade distinta de outros lugares: a adoção de uma moeda própria e a existência de cooperativa de consumo. A cooperativa que nasceu com o propósito para evitar atravessadores e, assim, eliminar custos sobressalentes sobre a mercadoria que era necessária na rotina cotidiana do povoado. Neste sentido, produtos primordiais para a jornada doméstica e laboral passaram a ser adquiridos por essa cooperativa, e cada associado da confraria deveria arcar com um valor mínimo para que ela pudesse se manter. Além da cooperativa, outros serviços eram realizados a preços módicos para os moradores filiados ao pósito, como o de tingimento de redes, prensa de azeite e vinho.

Contudo, com o declínio da atividade de pesca e também agrícola, **no caso catalão**, no começo da segunda metade do século XX, veio a encerrar um projeto voltado às melhorias das condições de vida coletiva e melhor acesso a produtos e serviços à comunidade, que impedia, de certa maneira, a obtenção do lucro de alguns. Esse contexto favoreceu a migração contínua durante as duas décadas seguintes, fato que veio a enfraquecer o comércio até então existente e a pôr fim a algumas atividades. A atividade comercial só voltou a se tornar mais dinâmica com a inserção da atividade turística e imobiliária. Para atender a essa população transitória, serviços de alimentação e bebidas se ampliaram a partir da década de 1960, mas, com ainda mais intensidade no início da década de 1980. Também foi durante essa fase que serviços voltados a consertos e instalações de equipamentos ou de manutenção doméstica se ampliaram. Quem, por alguma razão, tinha aptidão e conhecimento para determinados serviços conseguiu encontrar neste povoado, nesta época, meio de sustento. Para aqueles que não tinham habilidade para prestação de serviços, de diversas ordens, ou não tinham patrimônio para investir no mercado de segunda residência, não havia muitas opções para que se pudesse continuar vivendo no povoado.

De outro modo, vale ressaltar que os momentos áureos da atividade de veraneio, em **El Port de la Selva,** alcançaram o ápice na década de 1990. Após esse período, a extensão do período de temporada se tornou cada vez mais reduzida, a ponto de, na atualidade, somente o mês de agosto ser considerado de alta estação.

A radical redução de quatro meses de temporada, como foi dito por moradores locais, para praticamente um mês, influenciou a redução de comércios permanentemente abertos no povoado. O funcionamento da maioria dos estabelecimentos ocorre nos momentos de fluxo turístico e de veraneio, como durante a Semana Santa e em alguns meses do ano, como julho e agosto. No restante do ano, a cidade não conta com muitas opções. A população que reside, quando necessita de algo específico, precisa se deslocar para cidades como Llançà ou Figueres. Quanto aos poucos estabelecimentos abertos quase todo o ano, estes se sustentam com a pequena demanda local e o fluxo de visitantes que transita pelo povoado.

> *Ele [o vizinho] era mecânico. Eu estava bem, do meu lado tinha ele como mecânico e do outro lado tinha o barbeiro que cortava o meu cabelo. Agora o barbeiro morreu, tenho que ir a Llançà para cortar o cabelo. Aqui na época do turismo se tinha muitas lojas de roupas. Ali onde era o banco Bilbao era uma loja, ali na rua onde fica associação de gente mayor também tinha outra. (Josep Morell, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Havia muitas lojas, ficavam abertas de abril a outubro. Mas quando diminuiu o turismo muita gente fechou. Agora todos compram em supermercados. Como tem carro vão a Figueres ou outro lado e compram o que precisa. (Cisset, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

Sobre as características do comércio local de **El Port de la Selva**, se observa que a maioria dos seus proprietários é composta de residentes ou ex-residentes do lugar. Alguns poucos estabelecimentos, como dois cafés, a padaria, a peixaria, o açougue, a papelaria, a loja de artigos em geral e dois restaurantes, são de propriedade de *gent del poble*. Os outros dois cafés, alguns restaurantes que só abrem na temporada, as lojas de souvenir e de artigos de praia são de gente proveniente das famílias que imigraram na década de 1980, sobretudo aquelas que vieram em decorrência da pesca, ou da construção civil, e permaneceram, mesmo após o declínio dessas atividades. Outros restaurantes, sorveterias, estabelecimentos de hospedagem, mercearias e supermercado e lojas são propriedade de gente que um dia morou, ou teve família que era do povoado, e só vem para o lugar na temporada para abrir o negócio, ou então de gente que nunca viveu no lugar, como é o caso do supermercado, que faz parte de uma rede europeia. Dos serviços prestados no povoado, o que chama atenção é que a maioria pertence a *gent del poble* ou herdeira dela. Assim é o caso das empresas da construção civil, serviços elétricos e eletrônicos e mesmo imobiliários. Quase não há empreendedores que sejam de fora.

Os preços dos serviços e produtos em El Port de la Selva são, em geral, bastante acima do valor praticado em outros locais. Além disso, os produtos básicos comercializados necessários para uso doméstico, são bem mais caros do que nas cidades vizinhas. Como já comentado anteriormente, a população que tem veículo opta em comprar o necessário ao consumo familiar em supermercados situados em outros municípios. Tal situação indica uma lógica já apontada por Lees e Carpenter (1995), em que os poucos estabelecimentos que insistem em permanecer abertos se voltam para atender pessoas de classes sociais de maior poder aquisitivo. Embora o povoado possa ser singelo, as atividades comerciais e de serviço não são voltadas para pessoas simples; há poucas opções acessíveis à população de menor poder econômico. A população residente imigrante, proveniente de países mais pobres, pode ser um exemplo, pois seus membros praticamente não frequentam os estabelecimentos locais, com raras exceções, como o supermercado – por ser a única opção no lugar fora da temporada –, a feira semanal e o café voltado à população trabalhadora, no caso desse último frequentado pela população masculina.

Também se alojar ali, em **El Port de la Selva**, não é algo barato. Mesmo um camping custa preços compatíveis a uma pousada em outros lugares turísticos na mesma época. A respeito desses estabelecimentos, são poucos os residentes que chegam a frequentar os restaurantes, um fenômeno apontado por Clay (1979), Clark *et*. *al*. (2007) e Rodrigues (2006) a respeito do perfil dos usuários que passam a frequentar os estabelecimentos locais. Embora o capital se mantenha majoritariamente local, não deixou de haver um deslocamento do comércio tradicionalmente usado pela população residente, como sugerido por Cocola-Gant (2018), no que se refere aos processos de gentrificação ocasionados pelo turismo.

Os estabelecimentos locais, do **caso catalão**, por seu pequeno porte, quase não contam com funcionários, mas quando os têm, tendem a contratar os novos imigrantes, sobretudo dos países latino-americanos, e pessoas jovens que vivem na localidade. Alguns durante todo o ano, como o caso de uma boliviana que trabalha na padaria, e de uma moça de Figueres que trabalha como garçonete; outros são contratados somente na temporada, como aqueles prestados no serviço de camareira, atendente ou cozinheiro. Embora os estabelecimentos locais, sobretudo os restaurantes, hotéis e lojas, sejam voltados para pessoas de melhor poder econômico, a estética dos estabelecimentos não chega a ser destoante do padrão já existente no povoado. Os estabelecimentos se adequaram a gabaritos e medidas existentes nas

respectivas urbanizações. E o mobiliário usado segue um padrão comum ao existente em outros lugares. Contudo, o cardápio tende a ser gourmetizado, em que pratos são feitos com ingredientes que fazem referência à culinária da região, evidenciando um contexto já indicado por Phillips (1993), nos estudos de gentrificação em espaços rurais noutros lugares.

Sobre o **caso brasileiro**, não se conseguiu dados precisos a respeito de antigos estabelecimentos comerciais existentes nos povoados dos dois municípios estudados. Os registros utilizados neste estudo foram coletados com base na memória das pessoas do lugar. Alguns povoados se apresentavam mais dinâmicos que outros, por conta das suas particularidades. No recorte do estudo se destaca Porto da Rua, o centro de Porto de Pedras e o centro de São Miguel dos Milagres. O comércio nos outros povoados era resumido a poucas mercearias que ofereciam produtos básicos para suprir as necessidades domésticas, como grãos, produtos de origem animal e artigos de uso doméstico. Essa antiga realidade contrasta com a atual, que conta com um número crescente de estabelecimentos, das mais variadas ordens, de diferentes tamanhos e que vendem desde produtos alimentícios até materiais de construção; de higiene a serviços de cabelereiro; de utensílios domésticos até equipamentos e móveis, e da moda praia ao souvenir. Os serviços também são diversos, de consertos de motos, veículos e equipamentos domésticos, até a oferta de passeios, hospedagem e serviços de restauração[285]. Alguns povoados concentram mais serviços que os outros, mas, notoriamente, Porto da Rua é o que aglutina a maior diversidade de estabelecimentos, tanto de serviços como comerciais.

Os mais antigos estabelecimentos, do **caso alagoano**, são pertencentes a gente do povoado e apresentam um aspecto modesto, sem variação estética. Por outro lado, os estabelecimentos mais recentes, sobretudo quando se refere ao serviço de hospedagem e gastronomia, são, em sua maioria, de residentes novos. Neste entrelaçar de novos comércios, do mais simples ao mais sofisticado, vai-se ganhando novas formas, estética e opções de produtos e serviços. Aqueles residentes mais antigos que tem capital para investir, em sua maioria, tentam se inserir nessa nova dinâmica. Prateleiras que ofereciam produtos simples usuais na vida cotidiana local passam a compartilhar espaço com produtos exóticos ao gosto local. Marcas tradicionais competem com marcas estrangeiras. Bebidas para todos gostos vão

[285] Restauração – termo usado no turismo para se referir aos serviços de alimentação ofertados os visitantes dos destinos turísticos, incluindo turistas e excursionistas.

ganhando mais e mais espaço nas prateleiras. Hortaliças nunca antes vistas no lugar, agora assumem espaços em mostradores refrigerados de supermercado. Estabelecimentos adquirem estacionamento para dar conta da necessidade de seus usuários. Serviços de entrega são agora usuais. E, nomenclaturas que fazem referência ao gourmet, a serviços diferenciados e que dão vazão a nomes turísticos, se incorporam ao visual cotidiano. Os valores praticados por essa miscelânea de tantos estabelecimentos é o que faz diferenciar o seu público, são poucos os residentes que têm o poder aquisitivo para acessar as novas ofertas de produtos. Um outro detalhe vale ser mencionado, a venda na confiança, no fiado, continua a ocorrer em alguns pequenos povoados, mas nos mais dinâmicos e em estabelecimentos mais amplos isso raramente sucede.

Não se pode, no atual estágio do **caso alagoano**, falar de competição, como apontado por Clay (1979), entre estabelecimentos de propriedade local e extra-local. A oferta de produtos e serviços para uma classe social mais elevada por parte de vários estabelecimentos, de certa forma não interfere naqueles estabelecimentos que ofertam produtos básicos voltados ao consumo doméstico de pessoas simples. Parece haver, no momento, espaço para ambas as formas de estabelecimentos. Sobre isso, vale recordar a situação econômica da população e a dimensão dessa população, para elas, o mercado cativo local atende às necessidades essenciais. Mesmo no que diz respeito ao serviço de alimentação, ofertado em espaços como restaurantes, padarias e lanchonetes sofisticadas, se segue tendo espaço para antigas panificações, restaurantes caseiros ‘da fulana’ e outros congêneres. No entanto, embora haja espaço para estabelecimentos que atendam às necessidades locais, as possibilidades econômicas voltadas a prestação de serviços turísticos se concentra nas mãos daqueles que tem capital para investir. Os maiores ganhos ainda são daqueles que dispõem de embarcações, bugres e espaços de receptivo, coincidentemente não exclusivamente local, pelo contrário, a maioria é proveniente de outros lugares, seguindo uma realidade já documentada por Gotham (2005) e Cocola-Gant (2018), quando se refere a espaços alvos da gentrificação turística.

Sobre a inflação, como apontado por Clay (1979), Clark *et. al*. (2007) e Rodrigues, já se observa, no **caso brasileiro**, o aumento dos valores praticados em frutas, verduras e legumes vendidos localmente, antes tão baratos, hoje são encontrados a preços compatíveis a grandes centros urbanos, o que afeta negativamente a população de menor poder aquisitivo. Também tem aumentado o

serviço de prestadores de serviço, como de capotaria e de ferreiro, por exemplo, antes tão acessados para quase toda a população, hoje se apresentam tão custosos para ser arcado pela população pobre. A construção das casas é outro elemento a considerar. Enquanto no passado se coletava produtos da mata e a comunidade era convidada a colaborar, agora além de não ser mais permitido coletar esses materiais, cada vez mais se realiza individualmente, ou contrata o serviço de edificação. Essas mudanças também têm interferido com certa intensidade na estética dos lugares. Os empreendimentos voltados ao turismo dominam certos espaços, determinam preços e, dessa maneira, selecionam seu público por conta das vantagens de localização. Alguns grupos, por articulação política e lobby, conseguem condições de privilégio a determinadas regras, sobretudo quando se fala de acesso a espaços territoriais, tais situações já previstas por Harvey (2005; 2013), Smith (1979; 1986; 2005) e por Gotham (2005), ao estudarem outros locais que foram alvo de mudanças semelhantes.

Sobre a atividade de serviços e de comércio, em ambos casos, se observa que aqueles que tinham melhor poder de investimento e lobby conseguiram acessar mais facilmente alguns espaços que são preferidos pelo fluxo turístico e pela presença de pessoas de maior econômico que transitam pela cidade. A economia trazida pelo consumo desses novos usuários vem influenciando na seleção de produtos ofertados, assim como com o aumento gradual de preços de produtos e serviços. No caso de El Port de la Selva isso foi acentuado com o afastamento da antiga população, que demandava diversos produtos e serviços necessários para a vida cotidiana. Os poucos que ficaram não compensaram a existência de certos estabelecimentos e serviços. Já no caso alagoano, como já comentado, o volume de pessoas que não dispõem de recursos financeiros influi na existência de um comércio voltado a esse perfil da população. O uso da compra fiada ainda é uma prática que resiste em existir em alguns povoados.

7.4 Traços e peculiaridades das mudanças espaciais

Além da atividade de pesca artesanal e da agricultura em pequena escala, o que também aproxima esses dois casos de estudo é o fato de, por alguma circunstância, terem se mantido relativamente isolados. Esse certo insulamento geográfico, cultural e econômico propiciou que a ambiência físico-natural e cultural

fosse por décadas parcamente modificadas, influenciando, de certa maneira, em modos e práticas cotidianas tradicionais. Contudo, converteram-se em lugares da moda, voltados a práticas turísticas e de veraneio, que como consequências atreladas ao apelo midiático, expandiu fluxos - humanos e econômicos - nesses lugares, seguindo uma circunstância que se repete em outros lugares, segundo Yazigi (2003). Novos e crescentes fluxos foram/estão sendo responsáveis pela inserção cada vez mais de capitais dispostos a investir, sobretudo no ramo de serviços e imobiliário. São esses investimentos que têm interferido de alguma forma na nova configuração espacial desses lugares. Em uma certa sincronia, estruturas são levantadas enquanto se ampliam as possibilidades de fluir de populações transitórias.

Esse processo de transformação socioespacial não vem ocorrendo sem efeitos, pelo contrário, seus efeitos são visíveis, embora também possam ser invisíveis. Pouco a pouco, ano a ano, década a década, espaços que eram de sociabilidade, de uso comum da sociedade local em uma determinada época, se convertem em espaços globais, não de todos, como reflete Santos (2006), mas daqueles que têm capacidade econômica ou social para ter acesso. Embora grupos ainda transitem e ocupem lugares em determinados contextos, como coloca Leite (2006; 2007), por meio de contra-usos de resistência, o que se apresenta como tendência em ambos os casos é o deslocamento daqueles que não tem a capacidade econômica e social similar à dos novos usuários ou, simplesmente, investidores, em um processo já previsto teoricamente por Glass (1979), Smith (1979) e Clark (1979). Um elemento da fala de seu Miquel, no caso de **El de Port de la Selva**, traz esse exemplo específico:

> *Na minha rua, vivem duas senhoras gêmeas, **são as únicas pertencentes ao povoado que vivem aqui na rua**. Da gente que era daqui do povoado originalmente já não resta mais nada. Tudo foi vendido, foi transformado em restaurante ou prédio com aptos de aluguel. Há alguns que vivem no andar de baixo e alugam o de cima, e vale a pena, porque se consegue um bom dinheiro. Em euro eu não sei, mas chegava a 200 mil pesetas ao mês, na temporada de verão. Agora se exige um pouco mais, tem que ter lavadora de roupa, lavadoras de pratos. Bem, tudo tem que está mais arrumado [aparelhado] que antes. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

No **caso Brasil**, a situação não aparece tão evidente, até porque a inserção do fenômeno turístico e imobiliário ainda é recente e a disponibilidade de terras e imóveis acessíveis ainda são suficientes para atender a maior parte da população residente. Ainda assim, fatos aleatórios, nos dois municípios do caso alagoano, apontam elementos de mudança que começam a se materializar no território. Casas modestas,

situadas nas proximidades da praia, são trocadas por casas pouco melhores na “pista”. Quando não, casas da “pista”’ ou em sítios cedidos por seus antigos proprietários são impedidas de serem reconstruídas, quando surge a necessidade, ou, meramente, são convidadas a se retirarem. Em outros casos, terrenos rentes a antigas moradias impedem a passagem pelo seu acesso principal. Os exemplos ainda são poucos, mas paulatinamente com o passar do tempo outros se manifestam.

Os dois casos desse estudo, como já dito antes, são alvos de capitais turísticos e imobiliários. Isso gerou e tem gerado uma corrida para aquisição de solo que influenciou o surgimento de um processo de rápida urbanização. O número de estabelecimentos, casas e condomínios se expandiu, em alguns momentos mais voraz que outros. No caso de **El Port de la Selva**, o processo de espacialização imobiliária contou com limitantes para edificação impostos por regras para a ocupação da baía, por exemplo. Vale, nesse momento, recordar a fala de Seu Miquel:

> *Ao redor da baia, próximo a praia não era permitido construir, porque era considerado uma zona de guerra [militar]. Até hoje existem construções, boa parte no subsolo, que serviam como pontos táticos para caso ocorresse um ataque a esta região.* ***Para a população isso foi uma sorte*** *do povoado que possibilitou que se* ***criasse uma reserva de terrenos que quando vendidos puderam obter um preço bastante acima do valor*** *que era vendido nos primeiros anos do turismo. No passado antigo, essa região era [composta por] vinhas e eram impedidas de serem construídas. Muitos destes terrenos* ***pertenciam a gente que havia emigrado****, para as Américas ou outros países. Quando a restrição para construção foi derrocada e* ***o boom na década de 1960 levou a esses terrenos a serem bastante valorizados e o número de interessados passou a crescer****. Neste período aqueles que não estavam mais vivendo no povoado eram avisados por correio que seus terrenos estavam sendo procurados para serem comprados. (Miquel Puignau, relato de 13/03/2019). [Tradução livre do espanhol para o português]*

A fala do seu Miquel traz um interessante elemento que favoreceu, em certo ponto, algumas pessoas do lugar: a restrição de se construir ao redor da baia possibilitou que esses terrenos servissem como reserva e se valorizassem poucos anos depois, impedindo, de certa maneira, que tivessem sido vendidos a preços tão baixos, comparados ao que foi anos posteriores. Esses terrenos que eram vinhas, assim como outros localizados ao redor do núcleo antigo, se transformaram em objeto de valorização imobiliária e aquilo que um dia foi uma paisagem caracteristicamente rural transformou-se num mosaico de imóveis de diferentes estilos e tamanhos. O contraste fotográfico desses dois momentos evidencia essa transformação e sobre isso segue mais uma fala:

> *Aqui se construiu muito entre os anos de 1978 e década de 1980 de uma maneira que você não reconhecia mais o que era antes. A gente dizia, essa era vinha de fulano, aquele era o olivar de ciclano, e assim tudo mudou. E a vida vai mudando continuamente. (Miquel Puignau, relato de 13/03/2019). [Tradução livre do espanhol para o português]*

Sobre as regras de ordenação da ocupação do solo, deve-se ponderar sobre as situações de cada momento histórico. Vale lembrar que a gestão local, até a década de 1960, em um período franquista, expunha uma fala favorável à preservação dos espaços de pesca, fazendo sempre de certa maneira referência ao seu valor comunal, isso se posta claro em alguns registrados nas Atas do Ajuntamento local. Por outro lado, também se tem o registro que uma grande gleba, que hoje compõem a área denominada Figuerasses, que foi vendida a um veranista, e sobre a qual vale trazer as palavras de Mallol (1974, p.44):

> *Les Figuresses ern uns trossos de terreny comunal que um 'Ajuntament franquista' se´n mal vengueren gairebé la meitat. Hi havia três o quatre cases velles, avui reconstruïdes i algun pati particular, però el tros que començava al cim del 'Cantó del Puig d´en Mates', és el que varen vendre a um senyor estiuejant [escrita original].*
>
> *Os Figuerasses eram terrenos comunais que o Ajuntamento (prefeitura) franquista venderam a metade. Ali havia três ou quatro casas velhas, hoje reconstruídas e algum pátio particular, mas o pedaço que começou no topo do Canto de Puig d'en Mates, foi vendido a um senhor veranista. (MALLOL, 1974, p.44) [tradução livre do espanhol para o português]*

O valor dessa venda, o que foi feito com o recurso advindo da venda, e como foi o processo de transição não foram identificados nas atas de Ajuntamento lidas, entre 1950 e 2017. Isso leva a supor que a transação desse negócio ocorreu antes de 1950, provavelmente na década de 1940. Vale recordar que Figuerasses, como diz o próprio autor, era uma área rural de uso comunal. Não se sabe a razão desse negócio, por isso, não é possível especular que interesses estavam relacionados a essa venda. De mais a mais, vale recordar a postura da gestão local, entre os anos de 1954 e 1960, que era contra ao pedido de espacialização de estruturas turísticas na praia, usando o argumento que elas prejudicavam a atividade de pesca. Já a gestão, entre os anos de 1963 e 1977, não demonstrou igual preocupação quando espaços que eram ocupados pelas vinhas estavam sendo substituídos não só por casas, mas também por muitos prédios residenciais com numerosos apartamentos. Em alguns exemplos, só ano de 1970, foram construídos três residenciais com 12 apartamentos no núcleo antigo; em 1976 e 1977, na urbanização Figuerasses, foram levantados

residenciais de 12 e 14 apartamentos; em Tamariua, um único condomínio levantou oito apartamentos, em 1968; em 1972, em Santa Isabel foram edificados dois residenciais de cinco apartamentos; em Cap de Bol, de 11 e 15 apartamentos, em 1977; em Beleser, entre 1965 e 1969, três residenciais com sete a quatorze apartamentos; em Perabeua, foi construído um prédios com dez apartamentos, em 1970; em La Vista, foram edificados, entre os anos de 1969 e 1973, oito residenciais. Outros mais foram construídos, mas em menor número do que cinco apartamentos. Esse quantitativo de prédios residenciais contrasta com um discurso que se repetia - tanto na literatura relacionada ao povoado, como nas falas daqueles que se auto denominam ‘gent del poble -, que o benefício do turismo foi proporcionado pela locação de suas próprias casas, ou anexos a elas, fato que contribuiu com que quase todos os imóveis assumissem um padrão de três andares, máximo permitido por lei. Ou seja, transparece do discurso dos entrevistados que havia ocorrido um enriquecimento homogêneo, ou próximo ao igualitário. É bastante provável que essa tenha sido uma realidade dominante entre aqueles que permaneceram vivendo no povoado. No entanto, a edificação com essas características e o que elas poderiam representar, tanto por meio de locação como pela venda, não apontam que o enriquecimento possibilitado pela atividade turística e imobiliária foi homogêneo para todos que se envolveram nesse negócio em El Port de la Selva. O perfil dessas unidades habitacionais apresentava dimensões que variavam de 38 m² a 208 m², parecendo demonstrar uma certa adaptabilidade às necessidades e ao perfil dos usuários que se interessavam pelo lugar. Vale também comentar, que foi nessa época que as residências de maior área foram edificadas. Por exemplo, em 1964, foi construída uma casa de 751 m² na Ginesta, e ao menos três casas de 500 m² foram levantados na urbanização Faro. Lembrando que essa última urbanização era atingida por uma lei militar que impedia que fosse construído ao redor da baía. Não se sabe a razão, mas ao menos sete casas foram levantadas justamente nessa época, nesta urbanização. Elas são bastante espaçadas entre si, e estão em terrenos que variam de 991 m² a 12.469 m², o que contribuiu com que a paisagem preexistente não fosse tão modificada. Nesse recorte temporal, com exceção dos terrenos que envolviam a baía, não se aponta muitos indícios de haver limitações ao volume ou padrão para se edificar.

Contudo, com a instauração da Lei da Costa de 1976, e o consequente embargo de obras em 1977, por conta das novas limitações de edificações na praia,

a circunstância muda. A primeira consequência de uma crise que se instaurou foi a saída do último prefeito proveniente do governo franquista, em 1979. A década de 1980 se abre com uma nova perspectiva, sobretudo após o Plano de Ordenação Urbana de 1983. A partir desse plano, as regras de ordenação do uso do solo se modificam, pode-se dizer de maneira significativa em seu conteúdo. Vejamos alguns exemplos: as antigas urbanizações da orla como Farò; Santa Isabel, sobretudo no recorte mais próximo a praia, Perabeua, Rec Canet e Barlovento; e os lotes situados mais ao topo, como Figuerasses, Ginesta Alta; Beleser; Musquitera, La Mora, La vista e Arola Mar, passaram a exigir, de acordo com as novas regras, lotes que poderiam variar de 800 a 2000 m², e que desse tamanho somente entre e 20% e 30% poderia ser edificado, sem passar da segunda planta ou 6,10 metros de altura. Essa mudança de características construtivas do lote parece indicar que tipo de usuário se desejava para aquela futura ambiência. Isso talvez tenha sido uma solução para atender alguns interesses, que, segundo as falas locais, refletia em um segmento, de certa maneira, de alto poder aquisitivo e ao mesmo tempo possibilitava a canalização das obras para construtoras locais, pelo caráter da edificação. Mas também nessa época, concomitantemente, foram regradas urbanizações denominadas ‘L´Example’ no perímetro próximo ao núcleo antigo, entre os Hortos e Carretera de Cadaqués. As edificações residenciais, ou que atendiam a função residencial-comercial chegaram a alcançar 64 apartamentos em um único edifício. Outros três seguiram o mesmo padrão e na Carretera de Cadaqués, pelo menos 22 condomínios foram edificados entre dez e quatorze apartamentos, esses últimos edificados já entre os anos de 2000 e 2011. Esse número de edificações chamou a atenção da população local e, por conta da sua proporção, transformou em definitivo a antiga paisagem rural. Em relação aos imóveis que se encontram em L´example, o que se sabe é que alguns investidores de Figueres e Barcelona se beneficiaram, mas também eles tiveram que arcar com a crise do mercado imobiliário em 2008. No que diz respeito às urbanizações mais distantes do núcleo urbano, e que tiveram suas regras de edificação limitadas, o que se sabe é que algumas delas estavam em mãos locais e foi essa estratégia, ou tática, para que continuassem rendendo para as gerações contemporâneas daquela época, como também para as atuais.

Outra situação que atinge a realidade de **El Port de la Selva**, embora em menor escala, foi o reflexo do período da expansão imobiliária que não acompanhou uma real demanda de ocupantes. Com a crise no setor em 2008, muitos imóveis tiveram

que ser leiloados e alguns foram vendidos a valores bem mais baixos do que o previsto no mercado. Esse é o caso da família de Marc, que comprou uma cobertura em um edifício de quatro andares na praia da Ribeira, o valor comprado por eles não chegou à metade do que se pretendia ser vendido pelo investidor. E assim como esse, outros imóveis foram adquiridos nessa circunstância. Incluso, há casos de antigos moradores que vieram a investir, mas por conta do crescimento das parcelas optaram em perder os imóveis que haviam sido alvo do seu pequeno investimento. Um residente natural do povoado comenta sobre esse momento:

> *Aqui o boom da construção iniciou nos anos 1965, 70, 75, 80 até 1990. Sabe aqueles edifícios que tem na rodovia de Cadaqués? Depois de 2000 ficou tudo parado. Terminaram alguns, mas não terminaram todos. O Ajuntamento tem alguns, e os aluga. A gente que comprava, comprava por meio de hipotecas, por meio de crédito. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Meu tio por parte de minha mãe, me deixou um piso [apartamento no prédio próximo aos Hortos] mas precisava terminar e nós, eu e minha mulher, preferimos investir na reforma do piso de cima da nossa casa e deixamos para lá este apartamento, meu outro tio ficou com ele e passou para as minhas primas. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

Sobre esses ciclos no mercado imobiliário em **El Port de la Selva**, verificou-se a presença de um processo que acompanhou uma lógica que se repetiu em muitos litorais da Espanha, isto é, o mercado imobiliário encontrou condições favoráveis para se espacializar, especular e valorizar seus negócios. O fato do interesse turístico voltar a ocorrer, na década de 1950, influenciou na escolha desses espaços. A ‘descoberta’ pelos primeiros visitantes (ou usuários) confluiu para que outros agentes se atentassem pelo lugar, mas motivados por interesses já distintos dos primeiros usuários.

A distinção entre as motivações de interesse pelo lugar marca dois momentos apontados por Clay (1979), no que concerne ao processo de gentrificação, ou, como dizemos, o fenômeno turístico-imobiliário. Em **El Port de la Selva**, enquanto em um primeiro momento do fenômeno – que podemos definir entre final da década de 1940 e 1965 -, o lugar passa a ser alvo de pessoas de maior poder aquisitivo da Espanha, sobretudo os provenientes de Barcelona, e de outros países da Europa. Casas e terrenos foram adquiridos para a realização de reformas ou a construção de casas com recursos próprios dos novos usuários. Esse momento encontrou uma situação favorável: muitos dos moradores já estavam dispostos a deixar o povoado por conta

das crises na pesca e na agricultura local. Para esses iminentes emigrantes, foi uma sorte essa insurgente demanda e vice-versa. Os relatos apontam que essas casas e terrenos foram vendidos a preços bastante módicos, muito inferior ao que se poderia ter obtido alguns anos depois. Barceloneses, belgas, franceses, alemães, ingleses e suíços estão entre os que mais adquiriram terrenos e casas nessa circunstância. Nesse primeiro momento, o processo de edificação não chegou a tomar grandes proporções.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1960, o contexto muda. Terrenos e mais terrenos passam a ser adquiridos, urbanizações e mais urbanizações passam a ser projetadas para acompanhar essa demanda exponencial, não composta necessariamente de novos usuários, mas de investidores no setor. Nessa segunda fase do fenômeno turístico-imobiliário, embora o lugar tenha atraído novas corporações imobiliárias externas, procedentes sobretudo de Barcelona e Figueres com intuito de investir no ramo, o que se mostra é a ocorrência de mecanismos locais, a partir da década de 1980, para impedir a inserção do grande capital, a começar pela delimitação de gabaritos e outras regras impostas para se edificar. Além disso, os gestores locais, que dispunham de capital, de certa forma se anteciparam na aquisição dos melhores espaços e, em algumas circunstâncias, amarraram a venda do imóvel à sua própria construtora. Além disso, havia um certo consenso entre as pessoas do lugar - a *gent del poble* - que permaneceram no povoado para que o crescimento imobiliário não se expandisse em demasia, pois isso, de alguma maneira, seria prejudicial para os seus negócios, sobretudo os moradores que investiram na prática de locação de imóveis.

Vale ressaltar que a inserção da atividade turístico-imobiliária em um primeiro momento, entre o começo de 1950 e fim de 1960, foi a ‘solução’ para os que desejavam se capitalizar para deixar o povoado, mas também foi, em proporções ainda maiores, um benefício para aqueles que permaneceram no povoado e, desse momento em diante, obter rendimentos ainda maiores. Coincidentemente, esses últimos são, em larga maioria, primogênitos das famílias melhor estruturadas do povoado, filhos das primeiras famílias de *gent del poble*, que pela realidade histórica de suas famílias foram adquirindo bens e propriedades rurais durante um certo período de tempo. No geral, o restante da prole dessas antigas famílias partiu ainda antes do turismo tomar corpo e ampliar suas proporções localmente.

Ainda continuando com o **caso catalão**, foi no início da segunda fase do fenômeno turístico-imobiliário que a gestão local vislumbrou no turismo e na atividade de veraneio uma oportunidade de investimentos no lugar. Por conta disso, melhorias passaram a ser feitas e infraestruturas passaram a ser ampliadas, e ações para ampliar o fluxo foram tomadas. Posteriormente, no que parece o intermédio para uma terceira fase da atividade turístico-imobiliária, que começou da década de 1980, houve crescimento do número de corretores e intermediários que se dedicam à venda e locação de imóvel, em volume desproporcional diante um povoado tão pequeno.

A transformação estética da paisagem de **El Port de la Selva** se mostra visível nesse momento, quando comparada com o seu passado. Outrossim, o aumento dos preços dos imóveis, como também o custo de vida, influenciou no sentido de que permanecesse no povoado quem dispusesse de condições econômicas e sociais favoráveis. Observa-se, nas fases acima citadas, uma clara semelhança com o que foi apontado por Clay (1979) nas primeiras fases do processo de gentrificação dos lugares. Contudo, parece que a configuração socioespacial do povoado não caminhou para uma quarta fase do processo, denominada de gentrificação consolidada, como teorizado por Clay (*ibid*). Embora tenha se observado que terrenos tenham sido reservados para se valorizarem e posteriormente serem postos à venda a preços inacessíveis aos antigos moradores, como normalmente é característico da quarta fase, no caso de El Port de la Selva não houve ampliação relevante no número de propriedades comerciais. Vale recordar que os principais beneficiados do processo também dispunham de prestígio econômico e político para que assim ocorresse.

> *Essa área [se referindo a terrenos da urbanização Figuerasses] um senhor comprou, ele fez um pouco de urbanização, fez a rua que existe agora e a rua de acima, e depois começou vender os terrenos. Este senhor era descendente de gente do povoado, filho da proprietária da fonda [primeiro meio de hospedagem], anterior ao hotel do comercio. Eles se foram com a Guerra Civil para o México, eles eram da Generalitat [governo da Catalunha]. Eles montaram um hotel no México e quando voltaram compraram essa urbanização. Eles ainda têm propriedade no México, hotel Monte Rey. O filho desse homem vive em uma casa próxima a farmácia. Ele dever ter hoje como setenta e poucos anos. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

Sobre a não consolidação de quarta fase de gentrificação desenhada por Clay (1979) em El Port de la Selva, duas circunstâncias apontadas nesse trabalho se mostram como chave para o lugar ter se mantido espacialmente, até certo ponto, pouco modificado, comparado a outros lugares da Espanha: primeiro, o grau de

articulação local para evitar capitais externos e, segundo, pela crise econômica decorrente do estouro da bolha imobiliária que atingiu todo o país.

Sobre o **caso brasileiro**, outras considerações devem ser postas. Primeiro, a inserção incipiente da atividade turística iniciou há pelo menos 50 anos, mas tão sem intensidade que não se pode considerar um fenômeno marcante. Algumas poucas pessoas, que podemos denominar de turistas alocêntricos[286], ou aventureiros, passaram a desbravar não somente as praias da área de estudo, assim como outras existentes no Nordeste brasileiro. Esse tipo de visitante geralmente era proveniente de grandes centros urbanos, alguns vindos de países latino-americanos ou europeus, no geral provenientes da classe média. Algum desses, normalmente residentes de cidades dinâmicas mais próximas, como Maceió e, em menor quantidade, Recife, adquiriram terrenos e construíram casas para o uso voltado ao lazer e ao ócio. Por pelo menos três décadas, com certas exceções, muito pouco se modificou social, cultural, natural e espacialmente no lugar. A principal razão está relacionada a dificuldade de acesso e a rara divulgação do lugar que pouco contribuiu para o fluxo turístico e excursionista.

O fato da região do **caso alagoano** se manter preservada, contribuiu para que anos depois o local fosse descoberto para atender um novo segmento turístico, seleto e exclusivo, direcionado às chamadas pousadas de charme. Desde a primeira pousada com esse perfil, em 1997, algumas poucas, anos depois, também foram construídas, ao passo que estrangeiros chegaram para se instalar na região. Essas poucas pousadas pouco interferiram na composição antiga da paisagem. Por suas próprias características, essas pousadas exibem uma estética que se aproxima da ambiência do lugar, incluindo as suas pequenas dimensões. Os donos dessas pousadas, estrangeiros e de outros lugares do Brasil, se tornaram novos residentes. Alguns criaram afeto ao lugar, outros se envolveram em alguns embates, mas foram eles os principais responsáveis por trazer pessoas de diversos lugares, com número significativo de estrangeiros, às vezes naturais, da mesma origem do empreendedor ou pousadeiro, como é chamado esse último localmente. Uma entrevistada comenta sobre o perfil desses donos de pousadas:

[286] Segundo Plog (1987), os turistas podem ser divididos em categorias conforme as motivações que os leva a viajar. Ele aponta três tipos básicos: i) Alocêntricos: turistas que apresentam alto nível de confiança e que gostam de destinos muito exóticos e pouco explorados, geralmente lugares sem intervenção (ou quase nenhuma) turística; ii) Mesocêntricos: turistas que gostam de certo conforto, mas que se permitem experimentar algo novo. Gostam dos lugares da moda e em ascensão, e representam o maior grupo de turistas em todo o mundo; iii) Psicocêntricos: turistas que não gostam de surpresa e preferem viajar sempre para os mesmos lugares ou tipos de lugares.

> *Já existia alguns estrangeiros que visitavam a região como aqueles que ficavam na pousada do Sarri, na Amendoeira, o do Origami que é japonês, e o Nilo do Toque que eu acho que é de São Paulo. O Thales é daqui mesmo de Alagoas. O da Beijupira, o Joaquim, é português. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*

> *Têm empresários que criaram elo com a região, que querem envelhecer na região. Mas já tem outro que enquanto o clima está bom para ele, ele fica, mas senão ele vai embora. Existe também muito esse tipo de empresário, empresário nômade, que só permanece enquanto estão sendo favorecido. E também existem aqueles que depois de tanto tempo tentando acabam desanimando. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*

Nessa fase, as intervenções físicas e estéticas eram centradas em áreas naturais pouco modificadas, como praias pouco povoadas e que apresentavam elementos paisagísticos apreciados, normalmente nos pontos mais privilegiados da praia. Embora essas primeiras pousadas tenham levantado muros e cercas, por ainda serem tão poucas não chegaram a afetar a rotina e trânsito da comunidade local. Poderíamos apontar a fase situada entre a chegada das pousadas de charme e a realização da festa de réveillon como a primeira fase do fenômeno turístico e imobiliário, quando essa parte do litoral alagoano é reconhecido como um lugar turístico.

Mas em um segundo momento, no **caso brasileiro**, situado temporalmente entre os anos de 2012 e 2016, a situação começa a mudar de configuração. O crescimento do número de pousadas e a realização da festa de réveillon na área confluem para que essa região se tornasse um destino turístico da moda. Matérias jornalísticas e materiais publicitários contribuíram para que esse fenômeno se constituísse. O interesse pelo lugar se amplia e fez despertar a atenção de grupos sociais privilegiados, como empresários, donos de propriedades, políticos e outros que convivem no lugar ou transitam pelo território.

> *O boom começou a partir do réveillon dos Milagres. Depois do primeiro réveillon, em 2010 [virada de 2011], que foi do Dj Guga, na qual ele trouxe uma média de umas 600 pessoas no primeiro réveillon da região. E era uma coisa muito diferente na região, aquele público paulista. A gente já recebia paulista na região, mas não nesse tipo de festa. [...] Em 2011 [para 2012] teve o segundo réveillon do Dj Guga que foi em parceria com o Tamo Junto. E no ano seguinte, de 2012 para 2013, o Dj Guga não veio, mas eu sei que o Tamo Junto fez o primeiro ano no Marceneiro. E nesse ano,* ***de 2012 para 2013, explodiu de gente na cidade e foi quando começou a elevação no número de pousadas****. Teve uma quantidade muito grande de pessoas, a qual a energia ficou com deficiência, os restaurantes não deram conta porque nunca haviam recebido no final do ano uma quantidade tão grande de pessoas. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*

> *Pode ser que eu esteja errada, mas a cidade cresceu muito com o réveillon. O réveillon divulgou muito São Miguel dos Milagres. Esse slogan que '**Milagres acontece'** começou a invadir, ser um objeto de desejo das pessoas. Antes, em Maceió mesmo, quando eu dizia que morava em Porto de Pedras ninguém sabia onde eu morava, há seis anos atrás. Não sabiam e é uma hora e meia de Maceió (Carolina Neves, Instituto Yandê, 19 de setembro de 2018).*

Algo já previsto por Ley (2003), a intermediação de agentes culturais e publicitários que, por meio de uma rede de relações públicas, em um contexto voltado à valorização do patrimônio cultural e artístico, serviram como componente de diferenciação para os recortes territoriais desse estudo, e isso contribuiu para que fossem os novos alvos de especulação e valorização imobiliária. Foi nesse segundo estágio, como identificado acima, que cercas passaram a ser levantadas e terrenos e sítios passaram a ser cortejados, no **caso alagoano**. Nesse lapso de tempo, a demanda leva a um aumento do valor do solo e da moradia. Também é nesse estágio que o termo 'ecológico' se faz coadjuvante para que 'Milagres' se destaque, seguindo uma característica da segunda fase do fenômeno de gentrificação apontada por Clay (1979).

No **caso brasileiro**, loteamentos, lotes e condomínios surgem no mesmo compasso em que sítios são cercados, vendidos ou extintos. Pouco a pouco, sítios e matas que costuravam a paisagem da vida cotidiana deixam de existir e incorporam novas formas e funções, com o surgimento de novas edificações e novos empreendimentos. Edificações que atendem a ocupação de uma população transitória que, por vezes, pouco chega a conhecer o lugar. Em uma realidade fugaz, em que tecnologias abrem novas funcionalidades, a fórmula *peer to peer* (P2P) (MILANO, 2018) se incorpora rapidamente a esse novo contexto, fazendo com que se acentue a diferenciação social entre os antigos residentes e os novos indivíduos que afluem ao lugar transitoriamente.

A cada dia, novas possibilidades do **caso alagoano** são incorporadas às plataformas de hospedagem, ao passo que fornecedores de alojamento aprendem a lidar com essas novas tecnologias e diferentes níveis de exigência. Pouco a pouco, aprendem e incorporam modos de operar cada vez mais diferentes de modos anteriores. Em um lugar que se encontra no auge da moda e que tem um clima quente durante quase todo o ano, se torna fácil locar imóveis para quem dispõem desse tipo de espaço. O valor de cada diária, por esporádica que seja, se torna mais viável do que estar amarrado a longos contratos de locação. O valor obtido somente na alta

temporada, para alguns, já supera o possível de ser obtido em um acordo de aluguel anual. Para os que investem nesse negócio, a situação representa uma ótima oportunidade. Entretanto, para aqueles que dependem do aluguel para residir, essa situação é uma problemática que se amplia dia após dia. A falta de imóveis para aluguel, em recortes territoriais nos quais eram comuns de existir, já se tornou algo comum na área de estudo do caso brasileiro. Sobre esse problema, apresentou relato da minha própria experiência: após a Semana Santa, quando havia retornado da Espanha, entrei em contato com o proprietário de um pequeno loteamento de casas em Porto da Rua para locar, por alguns meses um dos seus imóveis, usando como um dos argumentos que ficaria apenas no período de baixa estação e quando a temporada de verão iniciasse o imóvel estaria disponível novamente. Ele recusou a proposta por uma simples razão, ele optou por disponibilizar o imóvel, antes usado para aluguel de contratos anuais, para alugar para turistas na plataforma booking. Ele me informou que pretende ampliar o número de imóveis para locar nessa plataforma porque a demanda está crescendo e o valor obtido, mesmo sendo apenas em finais de semana, dessas poucas diárias, já é superior ao que ele ganharia no aluguel de um mês. Seguindo a lógica de valorização e de maior ganho, também em situações ainda pontuais, já se observa o fim de relações na condição de meeiro rural e das autorizações para plantar ou viver na terra.

A solução, para aqueles que não dispõem de muitos recursos para a moradia, é se mudar para lugares não apreciados pela atividade turística e imobiliária. Espaços voltados aos mais carentes, no **caso alagoano**, se expandem quase na mesma proporção em que condomínios para turistas e veranistas se ampliam. A distinção está nas características do lugar, geralmente desprovidos de serviços e infraestruturas, e no aspecto das edificações, geralmente simples e provenientes da autoconstrução. Essa circunstância converge com uma lógica que, segundo apontou Smith (1986), se alimenta na diferenciação interna do espaço geográfico. As falas a seguir refletem em parte essa realidade:

> *A renda em si não vem só das pousadas, vem do aluguel das casas. Tem muita gente que aluga e isso também chamou a atenção para fazer casas para alugar. Tem casa aqui que a pessoa aluga no réveillon por oitenta mil reais. O Patacho depois que saiu na [revista] quatro rodas virou uma praia de luxo. Só vem quem tem! (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*
>
> *A parte dessa via que é muito linda, daí tem a parte das belezas naturais que é mais linda ainda. Mas quando você vai para parte de trás, adentrado São Miguel [dos Milagres] tem as partes da periferia onde tem as grotas e tem a*

> *parte rural. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*
>
> *A preocupação não é só o aspecto, mas assim: muitas populações estão indo para as áreas de mangue devido o loteamento dos sítios, a construção de condomínios. Porque a cultura do coco caiu muito e o que as pessoas estão fazendo estão vendendo os seus sítios e alguns são próximos de mangues, geralmente quando eles vão lotear, eles não procuram ver a distância. Não querem perdem um metro de área verde. Então essas populações que compram esses terrenos no mangue, geralmente são os mais carentes. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*

No caso de **El Port de la selva**, a fórmula *P2P,* embora também se aplique, não assume grandes proporções. A preferência ainda são os aluguéis feitos diretamente com os seus proprietários e/ou locadores existentes na região. As poucas possibilidades existentes são a preços diários bastante altos e a número mínimo de diárias. A maioria de proprietários e corretores de imóveis optam pela locação de estadias mais longas e por métodos de locação costumeiros. O uso do telefone, do e-mail e do contato direto ainda é uma fórmula corrente. O que chama a atenção, também, é a quantidade de imóveis à venda, são muitos que se encontram nessa condição. A crise econômica da década anterior parece refletir nessa situação. Também a respeito da venda de imóveis, um fato relevante, segundo comentado, está atrelado à morte dos antigos proprietários, que mesmo não residindo localmente exerciam relação de apego com o lugar. A cada usuário que falece, a venda do seu imóvel se torna iminente. Caso bastante similar ao caso alagoano, quando se refere ao processo de venda dos sítios e tiras de sítios.

Nos últimos três anos, o número de estabelecimentos comerciais e de serviços cresceu, pode-se dizer, de maneira vertiginosa, quando se refere a São Miguel dos Milagres. Poderíamos afirmar, obviamente não em todo território, mas nos povoados que formam **São Miguel dos Milagres,** sobretudo, já apontam indícios de uma terceira fase do fenômeno turístico imobiliário, similar ao processo de gentrificação, seguindo a ordem apontada por Clay (1979). Por exemplo, tem crescido o número de pequenos investidores interessados na compra de terrenos e áreas para valorizar. “O cara vem, compra quatro ou cinco lotes e deixa aí parado, porque sabe que amanhã ou depois ele vai faturar”, como indica um entrevistado. E cresce também, em ritmo ainda maior, o número de corporações imobiliárias interessadas em criar loteamentos ou condomínios residenciais, como aponta Carolina,

> *De dois anos pra cá a gente começou a perceber o crescimento imobiliário, que não existia. Sim, existia construção de casas de veraneio, pousadas, mas agora estão construindo condomínios e alguns são condomínios com casas*

> *prontas. Eu não sei quanto tem agora, só de lembrança tem uns cinco. (Carolina Neves, Instituto Yandê, 19 de setembro de 2018).*

Outro elemento a considerar é o aumento no valor fundiário dos imóveis. A população anteriormente conseguia ter acesso a terrenos e propriedades a preços bem acessíveis, como os casos citados de **Porto de Pedras**, que variaram de 300 a 2.500 reais. Mesmo no caso dos aluguéis em locais privilegiados para o pequeno comércio, como, por exemplo, o do povoado Tatuamunha, onde os valores praticados seguem variando entre e 200 a 300 reais, isso em 2019. Por outro lado, quando se refere aos povoados de **São Miguel dos Milagres** ou nas proximidades das praias do Patacho, Lages ou Tatuamunha, em Porto de Pedras, o cenário muda completamente. O que se vende é por metro quadrado e o valor praticado aumenta à medida que se aproxima da praia, de valores que variam de 400 a 2.000 reais por cada unidade de m².

Além disso, vale considerar as características dessas novas espacializações: as opções de venda de loteamentos ofertados, entre o trecho de **Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres**, não estão disponíveis em lotes menores que 450 m², alguns chegam a quase ao dobro dessa dimensão. No geral, esses novos loteamentos têm sido ofertados com estruturas de urbanização e lazer e com apelo estético que parece se repetir de condomínio a condomínio. Caminhos são abertos e calçados, gramados são postos entre lotes e a área para o lazer, e guaritas e muros são levantados. Esses condomínios trazem em seu marketing três elementos: ‘acesso ao paraíso’, lazer e segurança.

Esses novos aspectos destoam das características dos primeiros loteamentos voltados à segunda residência, como alguns situados nas praias do Patacho, na Lages e em Tatuamunha, em **Porto de Pedras**, e Toque, em **São Miguel dos Milagres**. Embora muitas das antigas espacializações de segundas residências tenham levantado muros, não era essa a regra; assim como não se bloqueava o acesso de outros usuários, com exceção dos ônibus no caso do Patacho. Atualmente, loteamentos incorporaram características de condomínios fechados com muros, vigilância, senhas de acesso e uma vida comum de lazer e ócio voltada exclusivamente a quem dispõem desse acesso. Pelo menos seis dos novos condomínios têm características voltadas a residências de alto padrão, destinadas a classes sociais de rendimentos elevados. Tal realidade exprime a nova lógica contemporânea do capital imobiliário, como apontado por Smith (1986; 2006) e Lees

et. *al*. (2008). E, como reforça Mendes (2014), essas novas espacializações apresentam formas de “segregação voluntária” características das formas de residir da classe burguesa.

A extensão desses novos loteamentos também chama atenção. Por exemplo, no povoado Tatuamunha tem um que conta com uma área de 30 mil m²; na Lages tem outro que conta com mais de 20 mil m² de área e; outros loteamentos apresentam áreas um pouco menores, em extensões que variam de 2.350 m² a 7.500 m². Alguns desses condomínios, como o situado próximo à sede municipal de São Miguel dos Milagres, estão sendo vendidos com a unidade habitacional já edificada, imprimindo uma estética homogênea entre todas as unidades residências. Tais elementos reforçam características próprias da gentrificação, como apontado por Zukin (1987, p. 143), por ser uma “prática cultural” que reflete tendências padronizadas, mesmo em circunstâncias que “a diversidade tem o valor de mercado” e o uso simbólico da paisagem serve como atração para novos moradores e investimentos imobiliários (ZUKIN 2000).

A dimensão dos novos loteamentos e condomínios, do **caso brasileiro**, contrasta com a média do tamanho dos lotes ocupados pela população antiga dessa área, de 140 m². Embora tenham sido identificadas casas construídas em lotes poucos maiores que 50 m², enquanto outras exibam tamanhos maiores que 200 m² até próximos a 400 m², a área média da grande maioria das casas situadas na pista e nos antigos aglomerados residenciais não ultrapassa a área de 150 m². Contudo, essas moradias simples, sobretudo as situadas em São Miguel dos Milagres, também estão sendo alvo de valorização imobiliária. Se para o proprietário pode ser visto como sorte, para quem não tem uma propriedade residencial o desafio de adquirir uma ou mesmo locar se torna grande. Como já comentado, a pouca oferta de imóveis para aluguel em base anual, para a população de baixa renda e mesmo de classe média baixa já é um problema localmente. Em São Miguel dos Milagres, sobretudo em Porto da Rua, já existem filas para se conseguir locar certos imóveis. E o proprietário, por sua vez, opta por aquele que melhor lhe convém. Nessa nova configuração social e urbana, um quebra-cabeça de casas e mais casas são levantadas. Algumas, com amplas dimensões e de alto padrão de qualidade, destinadas a classes sociais mais endinheiradas; outras seguem sendo levantadas sem qualquer projeto arquitetônico que as norteiem. Segundo Savage e Ward (1993), a ocupação de grupo social de estatuto mais elevado em lugares anteriormente ocupados por grupos sociais menos

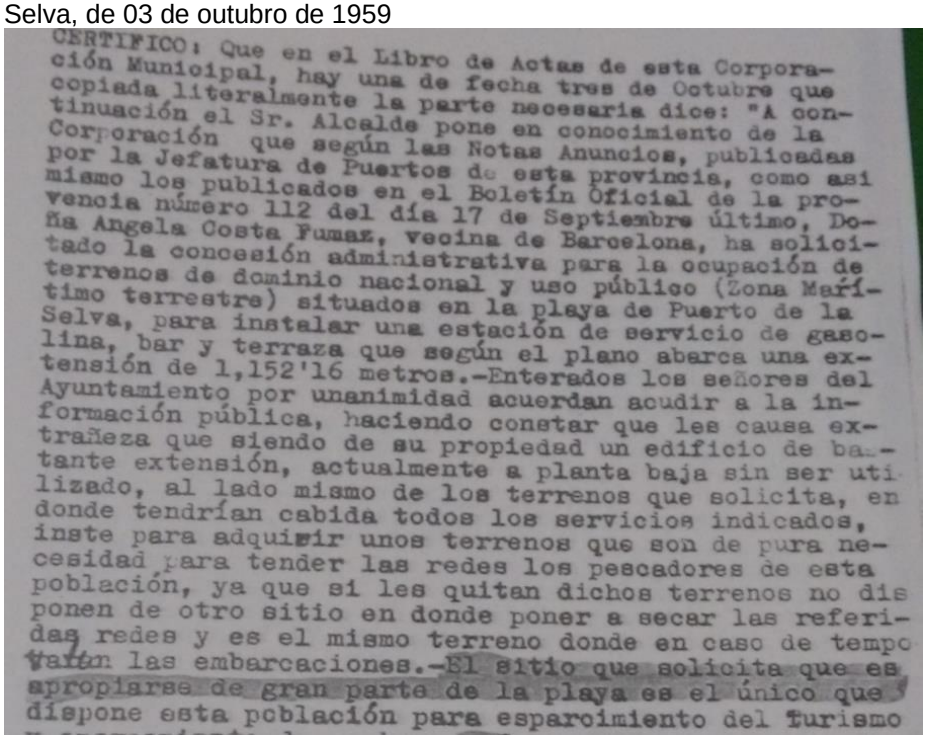
privilegiados e a reunião espacial de pessoas com estilos de vida e particularidades culturais são elementos semelhantes ao que ocorre nos processos de gentrificação ou enobrecimento em determinados recortes territoriais.

7.5 Instituições e agentes locais e extralocais: papeis e relações

Um objetivo a ser analisado neste estudo é o papel das instituições no processo de inserção da atividade turística e imobiliária em ambos os estudos de caso. Comecemos pelo contexto de **El Port de la Selva**. Lembremos a postura da gestão local em relação ao processo de inserção turística no município. Embora os documentos apontassem que havia simpatia por parte da gestão local em relação à atividade turística no município, se percebia, desde o seu princípio, rejeição a propostas de construção de empreendimentos provenientes de pessoas de outros lugares, conforme segue tradução do recorte abaixo:

> *CERTIFICO: Que no livro de Atas desta Corporação Municipal, na data de três de outubro, que literalmente copiada da parte necessária diz: A seguir o Sr. Prefeito põe ao conhecimento da Corporação que segundo as Notas de Anuncios, publicadas pela Chefia de Portos desta província, como da mesma forma publicado no Boletim Oficial da província, número 112 do dia 17 de setembro último, Dona Angela Costa Fumaz**, moradora de Barcelona, solicitou a concessão** administrativa **para a ocupação de terrenos** de domínio nacional e uso público (Zona Marítima terrestre) **situados na praia de Puerto de la Selva, para instalar um posto de gasolina, bar e terraço que segundo plano abarca uma extensão de 1.152,16 metros**. Inteirados os senhores da prefeitura por unanimidade acordaram em responder a informação pública, fazendo constar que os causa estranheza que sendo de sua propriedade um edifício de bastante extensão, atualmente em planta baixa sem ser utilizado, ao lado dos mesmos terrenos que solicita e onde seriam possíveis todos os serviços indicados. **Os terrenos que insiste adquirir são de pura necessidade para estender as redes dos pescadores dessa população**, e se se retira os ditos terrenos não mais disporão de outro lugar onde poder secar as referidas redes e é o mesmo terreno onde em caso de [mal] tempo varam as embarcações. – O sítio que solicita ocupar-se grande parte da praia, **é o único que dispõe a população para distração do turismo.***

Figura 168 - Recorte da fotografia feita da ata da Assembleia do Pleno de El Port de la Selva, de 03 de outubro de 1959



CERTIFICO: Que en el Libro de Actas de esta Corporación Municipal, hay una de fecha tres de Octubre que copiada literalmente la parte necesaria dice: "A continuación el Sr. Alcalde pone en conocimiento de la Corporación que según las Notas Anuncios, publicadas por la Jefatura de Puertos de esta provincia, como asi mismo los publicados en el Boletín Oficial de la provencia número 112 del día 17 de Septiembre último, Doña Angela Costa Fumaz, vecina de Barcelona, ha solicitado la concesión administrativa para la ocupación de terrenos de dominio nacional y uso público (Zona Marítimo terrestre) situados en la playa de Puerto de la Selva, para instalar una estación de servicio de gasolina, bar y terraza que según el plano abarca una extensión de 1,152'16 metros.-Enterados los señores del Ayuntamiento por unanimidad acuerdan acudir a la información pública, haciendo constar que les causa extrañeza que siendo de su propiedad un edificio de bastante extensión, actualmente a planta baja sin ser utilizado, al lado mismo de los terrenos que solicita, en donde tendrían cabida todos los servicios indicados, inste para adquirir unos terrenos que son de pura necesidad para tender las redes los pescadores de esta población, ya que si les quitan dichos terrenos no dis ponen de otro sitio en donde poner a secar las referidas redes y es el mismo terreno donde en caso de tempo tarán las embarcaciones.-El sitio que solicita que es apropiarse de gran parte de la playa es el único que dispone esta población para esparcimiento del turismo

Fonte: Ayuntamento de El Port de la Selva, imagem editada pela autora (2019).

O que chama a atenção, nesse caso, assim como em outros apresentados anteriormente no capítulo quatro desse trabalho, é que a solicitante não era residente fixa do povoado. Essa circunstância parece marcar uma característica da gestão de El Port de la Selva, uma certa rejeição à inserção no município de pessoas e capitais externos ao lugar. Situações semelhantes foram observadas por Beltran e Vaccaro (2017) em povoados comunais rurais do Pirineus. De acordo com esses autores, a condição de propriedade, coletiva ou individual, implicara o direito de exercer algum tipo de controle sobre o objeto apropriado, como também “a capacidade de *excluir* outras pessoas no acesso a um ativo ou recurso específico”. Ou seja, “propriedade comunal é propriedade” e isso pressupõe “a existência de um conjunto definido de usuários que têm o direito de excluir outros da posse, uso e desfrute dos benefícios que eles trazem” (BELTRAN; VACCARO, *ibid*, p. 239).

Os estudos de Beltran e Vaccaro (2014; 2017) e de Pascual (1993; 1999) sobre sociedades que se dizem comunais, trazem elementos importantes para este trabalho. Segundo Beltran e Vaccaro (2017), as comunidades que são proprietárias de bens locais e que os expressam como um bem coletivo, “de todo el pueblo”, tendem a usar mecanismos para especificar *quem está dentro* e *quem está fora*, e estar dentro e

estar fora aponta quem tem direito ao uso de recursos e em quais condições. Esse aspecto funciona como uma força horizontal que apresenta competência legal e também uma sanção social que outorga a exclusão de estranhos, forças extra-locais, como argumenta Santos (2006).

Beltran e Vaccaro (2017) observaram, em estudo realizado sobre comunidades comunais do Alto Pirineus, que a fixação de residência na localidade não era suficiente para obter a condição de vizinhança, e os direitos que isso consistia. A hereditariedade ainda era o principal meio para obter essa condição de vizinho, demonstrado um caráter corporativo entre aqueles que se diziam vizinhos ou como sociedade comunal. E a designação herdeiro, no caso, o filho primogênito, garantia a perpetuidade dos bens familiares. Caso parecido ocorria em **El Port de la Selva**:

> Normalmente aqui em Catalunha, naqueles tempos o filho mais velho, era o herdeiro, ele teria que cuidar dos pais. Mas os outros filhos teriam que cobrar uma legítima, como se dizia. Normalmente, o filho mais velho, se ficasse com os pais, ele herdaria tudo. As filhas não, elas casavam e iam com outra família. (Josep Morell, 87 anos, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]

Segundo Beltran e Vaccaro (2017), para um novo indivíduo ser admitido na comunidade – *afillament* – ele deveria dispor, além da propriedade, de meios materiais necessários para manter a residência e pagar uma taxa de entrada. A adoção da postura de sociedade comunal servia de fórmula para atender às necessidades individuais e familiares e, como afirma os autores, não exatamente altruísta e fruto de um interesse coletivo. Desta forma, o esforço coletivo muitas vezes relatado, no caso de El Port de la Selva, se enquadra como uma "justaposição sincronizada de individualismos" (ALBÓ, 1985: p. 48-51 *apud* BELTRAN E VACCARO, 2017, p. 247).

No que se refere aos órgãos locais, eles contavam com o controle que poderia incentivar ou restringir novas admissões, conforme as circunstâncias correntes e interesses envolvidos. Mas, além desse aspecto de aceitação ou não de novos integrantes, outro elemento investigado por Beltran e Vaccaro (*ibid*) deve ser considerado a respeito das sociedades comunais: a relevância dos bens familiares para a diferenciação de posições sociais dentro da comunidade. Nesse sentido, os bens de cada unidade familiar e sua capacidade financeira e produtiva são elementos que definiam a posição ocupada por cada residente nesse tipo de comunidade. A própria distinção estética e física das moradias parecia indicar essa diferenciação entre os moradores da mesma comunidade local, de maneira que o arranjo espacial

espelhava essa realidade. Segundo Beltran e Vaccaro (2017, p.244), “a participação igualitária aos direitos sobre a propriedade comunitária não deve ser considerada fora da desigualdade social, e pode-se, incluso dizer, que contribui para a sua manutenção”. Embora os estudos sobre sociedades comunais não registrem constatações de casos de extrema pobreza, por conta da coexistência de pequenas e médias propriedades, eles não deixaram de identificar diferenças sociais (BEHAR, 1986 *apud* BELTRAN; VACCARO, 2017).

Numa circunstância parecida, referindo-se ao caso de **El Port de la Selva**, as unidades domésticas que usufruíam de uma situação econômica mais confortável também contavam com maiores possibilidades de se favorecer das circunstâncias locais existentes. O capital possibilitava condições de prestígios sociais e, também, políticos. Tal contexto indica que, apesar da participação igualitária na tomada de decisões locais, em entidades que se apresentavam representantes da comunidade local – Ajuntamento e Confraria -, não eram todos os moradores que desfrutavam das mesmas competências e privilégios, alguns tinham mais poder:

> *Aqui existiam dois homens muito ricos que era o Balleu, que era o dono de tudo isto [mobiliário do cais Balleu] e os Verjés. Esse cais que estamos se chama Balleu, por conta do seu nome, aqui se preparava anchovas se enviava a Itália, Barcelona em Barris. (Cisset, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Estás vendo aquele edifício que agora é o hotel Monte Cristo. Era ali a casa a Pairal. Tinha barcos próprios, tinha muita uva e fazia muito vinho e com os barcos transportava vinho para Argentina, Brasil, a França a Itália. Aquela propriedade agora é um hotel, mas antes era a casa da família Verjés. Essa casa serviu de tudo, com a guerra serviu de quartel e há anos é hotel. Era uma casa de uma família que tinha terras, tinha vinhas, **tinha muito dinheiro**. Era daqui do povoado. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Aqui em 1932 era um povoado catalão que **não existia o dinheiro**. Tudo era de todos. O dinheiro fazíamos nós mesmos. Era dinheiro para o povoado. E passava de 1600 pessoas aqui, mas daqui, não de fora. Todos eram daqui. (Salvador, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Antes não existia banco, **havia compradores de vinho, que funcionavam como bancos**. Se tinhas vinhas e produzia, eles deixavam a conta da produção normal da tua vinha, 12 mil, 20 mil pesetas, ele sabia o que cada um produzia, e emprestava a conta disso. (Miquel Puignau, relato dia 28/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Aqui no povoado não existia gente que não tinha nada. Em uma casa mais, em outras menos, mas todos tinham algo. Ou tinha um par de vinhas ou uma vinha e um olivar e o horto. E o horto, sim, todos tinham direito a um. (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

A última fala, de seu Miquel, traz uma constatação que parece decorrer da sua própria condição social naquele povoado. Com base em outras falas, ou mesmo na leitura de alguns textos de Josep Oriol, que traz elementos segundo os quais não era o conjunto da população que desfrutava da propriedade: vinhas, hortos, olivares e mesmo a propriedade da casa. O que se destacava era a condição de manutenção dos bens da família pela própria hereditariedade. Nesse caso, Seu Miquel era o filho mais velho, seu pai usufruiu da mesma condição e, da mesma forma, o seu avô. O que se entende, nessa fala, é que todas as famílias que se inseriram na região no momento da sua povoação conseguiram ao longo dos anos obter e também garantir a continuidade dos seus bens – isso, claro, até a inserção do turismo e do mercado imobiliário localmente. Algumas famílias, sobretudo as que se tornavam mais estruturadas, conseguiram ampliar a extensão da sua propriedade. Outras famílias se alimentaram das oportunidades do comércio marítimo e enriqueceram e, a partir dessa condição, conseguiram prestígio e influência política. Posto isso, observa-se que as famílias de melhor posição econômica e social conseguiam acolher praticamente toda a sua prole. Mas no caso dos menos abastados, esse benefício se centrava no mais velho. A produção de vinho e azeite de cada família supria as necessidades de todos os seus integrantes, todos trabalhavam, todos de certa maneira eram beneficiados. Mas, quando a produção daqueles produtos declinou, parece já não haver provisão para o sustento de todos, então a forma encontrada para aqueles que não eram contemplados pelo sistema de herança, era fazer a vida em outro lugar. Basta recordar que todas as entrevistas com as pessoas mais velhas do povoado, quando homens, todos, sem nenhuma exceção, eram os primogênitos de suas famílias, e quando perguntados sobre os seus genitores paternos, a constatação era mesma. Ou seja, não existe indícios que indiquem que todos desfrutavam da condição de posse de propriedade, da mesma forma que não se pode afirmar que todos eram iguais.

No caso de **El Port de la Selva**, de forma semelhante a outros casos identificados por Pascual (1993, p. 31), a diferenciação entre os ‘iguais’ direcionou para que a gestão do sistema local fosse frequentemente controlada por aqueles atores locais de maior nível educacional, social e, coincidentemente, econômico. A adoção de feições comunais, segundo Pascual (1993), como também Beltran e Vaccaro (*ibid*), funciona como estratégias individuais, e, nesse caso, a atividade de pesca era usada sempre como base de argumento. Além disso, a propriedade dita

comunitária não implica igualdade exata de acessos aos bens de uso comum, nem obrigações iguais para com a comunidade (PASCUAL, 1993, p. 30). No caso do povoado catalão, basta lembrar quem eram os patróns e quem eram os marinheiros, a experiência de pescador estava também associada ao fato da família dispor de embarcações, pois esse fator contribuía com a diferenciação não só econômica e social, como também de privilégio em relação aos outros pescadores. Na prática, o que se pôde observar, no caso de El Port de la Selva, é a convergência de nomes tradicionais das antigas famílias entre os sobrenomes de prefeitos e conselheiros municipais, sobretudo aquelas que contavam com patrimônio. O que a história indica é que os atores que contavam com mais propriedade, também contavam com uma posição política privilegiada e, dessa forma, também tinham acesso privilegiado aos novos fenômenos decorrentes do turismo, na medida que eles iam se inserindo no lugar. Entre esses atores, alguns mais que outros, conseguiram acompanhar as novas demandas e, ao mesmo tempo, se articular entre os demais para criar mecanismos que impossibilitassem, até certo ponto, a inserção de capitais externos e, assim, evitar concorrência das benesses do fenômeno turístico e imobiliário.

> *Da esquina essa, o azul não, a seguinte, é dele [ex prefeito de El Port de la Selva]. Trinta anos alcaide [prefeito] e com uma construtora.* ***Comprou tudo, terrenos que vão até o faro****l, quase, Amora I, Amora II. Muitas vezes é um bosque com quatro varetas e põem uma placa em "venda". E tu eres um alemão ou um francês, está se aposentando e tem um montão de dinheiro e diz "quero esse" e ele responde "vale este tanto, mas para que queres?". O comprador responde, "Quero para construir uma casa com 600 apartamentos", por exemplo. [O ex alcaide responde, segundo o depoente] "****Não, não pode, se compras os terrenos, eu que tenho de construir****." E Port de la Selva está como está, por isso também. Se tivessem deixado construir um montão de blocos, como a década de 1980-1990, teriam destruído tudo isso. Poderiam ter feito de outra maneira, mas veja é um rincão do mundo que está preservado. (Marc, relato dia 28/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *A agencia Musqueira pertencia a um senhor, que era professor e também funcionário da prefeitura aqui do povoado, Ernesto Musqueira. Agora quem leva o negócio é seu filho e sua filha. Ele foi meu professor, muito bom homem, já morreu há anos, ele e a mulher. Antes da agencia, ele já alugava apartamentos e vendia terrenos. O momento que se fez muito dinheiro, já passou. (Miquel Puignau, relato dia 28/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Claro compraram [os estrangeiros] e pagaram muito dinheiro.* ***Teve gente do povoado que fez muito dinheiro****. E começaram a construir os pisos [apartamentos] e se alugava os pisos. E teve gente que economizou dinheiro porque para construir era barato. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

A inserção da atividade turística, a chegada de novos residentes, mesmo que temporários, veio a contrabalancear antigos valores. O fato de uma residente de

Barcelona querer se beneficiar de um recorte territorial de interesse local, a princípio, não foi aceito, pelo contrário, gerou um desconforto entre os conselheiros locais e o gestor municipal. E, isso foi divulgado em outras instituições, como a Confraria, de modo que aquele fato trouxesse indignação para o restante da população, como está demonstrado na Ata da Confraria que registra o caso. Dessa maneira, alguns mecanismos locais foram postos para limitar a atuação de novos agentes na inserção da atividade turística. O que parece marcar naquela circunstância, entre a década de 1950 e 1960, é o início de conflitos entre aqueles que usufruíam de uma posição socioeconômico e política local pertencentes à *gent del poble* e os proprietários de segunda residência recém-chegados, os quais dispunham de condições sociais e econômicas, e que, de alguma maneira, lhe trazia situações de privilégio. Algumas falas retratam essa nova circunstância:

> *Havia um senhor, que ia com meu pai fazer passeio, que tinha uma casa ao lado do ajuntamento (prefeitura). Uma casa preciosa, hém! Não havia outra em toda a comarca. Esse senhor durante 20 anos não acabava as obras. Havia 20 quartos, porque recebia muita gente, e sempre havia artistas, gente de bancos. E nós sempre levamos lagostas e pescados ali. E esse senhor pagava para o carnaval uma orquestra que era a melhor por três dias, para fazer carnaval, para fazer folia (Miquel Puignau, relato dia 13/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *A vinha se terminou com as mudanças que vieram**, sobretudo nos anos 1960, quando vieram muita gente estrangeira**. Como os alemães, os belgas, os holandeses, gente com muito dinheiro que começou a comprar tudo. Com o turismo se terminou tudo. (Cisset, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> ***Vieram gente com muito dinheiro**, por exemplo, os belgas do Congo, vieram aqui e compraram terrenos. Aqui uma nota de 1000 pesetas se conhecia, mas ninguém tinha. Eles vieram e compraram terrenos para construir. E olha que aqui é onde se construiu pouco, e Cadaqués também. Se vais a Roses percebes de imediato a diferença. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*
>
> *Antes havia um senhor inglês, que em catalão se chama Vilas, e ele vinha olhava os apartamentos e as casas e dizia "olha, de 01 de julho a 30 de setembro é 100 mil pesetas", em um apartamento para quatro pessoas. E se você estava de acordo ele já te pagava, ou te pagava em duas ou três vezes. E depois vinha a gente. (Miquel Puignau, relato dia 28/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

Ainda em um primeiro momento, o discurso local indica que o preeminente é interesse coletivo, e isso é usado como argumento para refutar certas disputas. Vale lembrar que as diversas recusas de pedidos para a construção de empreendimentos turísticos tinham como seu principal pretexto a atividade pesqueira do povoado. Nesse contexto, a esfera do lugar se apresenta como palco entre os que se diferenciavam e

os que não se diferenciavam. Neste caso, o espaço de todos, “da pesca”, era recurso para excluir os que não faziam parte daquela comunidade. Isso veio a mudar quando a atividade turística e imobiliária ganhou outras proporções, a ponto, pode-se dizer, de desalinhavar antigos preceitos.

Entre o fim da década de 1960 e 1980, a gestão de **El Port de la Selva** apresentou novas normas, voltadas sobretudo a facilitar a inserção de capital econômico externo ao município; elementos que antes eram postos para limitar a presença de capitais externos já não se mostraram tão resistentes. Pelo contrário, os fluxos provenientes da atividade turística e imobiliária influenciaram a aceitação de novos integrantes na economia local, desde, é claro, que eles fossem de um perfil econômico desejável. A inserção de capitais externos, após encontrarem brechas para se inserir naquele território, teve que lidar com uma nova problemática: uma crise financeiro-imobiliária, até então sem precedentes, no final da década de 1970. Esse último fator, associado às regras urbanísticas redesenhadas para aquele território, contribuiu para que esse povoado mantivesse sua qualidade paisagística, atendendo a diversos padrões de vida contemporâneos, sobretudo os europeus.

No **caso brasileiro**, o principal problema se refere à escala. No caso de El Port de la Selva, mesmo em seus momentos populosos, parece não haver superado três mil pessoas, como informado por alguns entrevistados para este estudo. No caso brasileiro a situação é inversa, a população de alguns dos seus povoados, mesmo após a constante emigração ocorrida em quase todo século XX, ainda é maior do que toda a população atual de El Port de la Selva, e isso é relevante para a análise dos dois casos incluídos neste trabalho. Outra diferenciação entre o caso catalão e o caso brasileiro deve ser posta. Enquanto no caso catalão havia uma organização econômica coletiva, como no caso do uso de artes de pesca, em que objetivos eram compartilhados entre membros da comunidade, no caso brasileiro, em circunstâncias que a atividade de pesca requeria ajuda dos colegas, alguns ajudam com interesse em uma parte do pescado, enquanto outros ajudam porque estão ali, “para dar uma força para o colega”.

Iniciativas de ajuda mútua ou mesmo de generosidade aparecem em exemplos do **caso alagoano**. Embarcações são emprestadas de uns para outros em momentos nos quais surgem alguma emergência. Embora seja uma exceção, às vezes, o se juntar a alguém que vai catar marisco só foi realizado para “tá com as amigas” ou para comer com os amigos ou dar para um parente ou vizinho. E, embora se perceba,

sobretudo entre os mais vulneráveis, uma menor expressão de altruísmo, condicionada pela própria carência, se percebe em menor escala uma certa relação de troca, como também de doação. Uma fruta, um peixinho, um ‘massuninzinho’, um doce, um artesanato -, em menor e maior escala, eram presentes dados entre os vizinhos e parentes; esses traços são percebidos com certa frequência entre as mulheres mais antigas do caso alagoano. Entre os homens mais velhos, sobretudo os chefes de família, talvez por conta do volume necessário para prover para famílias tão numerosas, não há tantos relatos de doações que fugissem do raio da família. As pessoas tinham que plantar e a colheita era exclusiva para a família. Já a cooperação na pesca e na casa de farinha existia como uma alternativa que em algum momento traria vantagens. Como observado por Pascual (1993), em outros lugares, a cooperação em benefício próprio contrastava com o individualismo familiar ligado à sobrevivência agrícola.

Outro elemento a considerar, no **caso brasileiro**, antes de o turismo se inserir no território sob estudo, são as estruturas de poder centradas em poucas famílias, algumas com mais poder, outras com menos. Essas famílias com relativo nível de poder foram as mesmas que por tempos perduraram no controle e na gestão local. A posição socioeconômica dessas famílias as coloca até hoje em condição de prestígio no campo político, ao ponto de seus membros, ou quando não, quem é indicado por eles, serem os mesmos que se destacam na cena política. Isso tende a ocorrer mesmo quando - como de praxe - a residência do candidato não é no município. O que importa é a quem se está aliado e é isso que parece valer na disputa política local. Abaixo, seguem algumas falas que fazem referência à origem e envolvimento de alguns gestores e legisladores locais:

> ***Prefeito sempre é de fora**, nunca é da terra, quer dizer já teve um período, mas sei lá início do século XX, mas sempre, sempre vindo de outro município. Eles **se candidatam pelo grau de parentesco**, por exemplo, o atual ele é casado com a neta de um antigo morador, o seu Zizo, que já tem 100 anos e **foi prefeito da cidade**. O próprio Ednaldo veio de Capela [município alagoano]. Rogério veio de outro município, O Gival que era um promotor público veio também de fora. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*
>
> *Agora com relação a vereador, O Ercílio eu acho que nasceu e se criou em Porto de Pedras, é funcionário aposentado da CEAL [Companhia Energética de Alagoas], mas também é herdeiro de uma quantidade grande de terra e de famílias de sobrenome da cidade. O Marcelo é da cidade, a mãe era dona de faixas de sitio, faz parte dos pequenos proprietários que eu te falei, uma tira de terra, como eles falam, e a mulher era dona de barco de pesca e os pescadores trabalhavam para ela, ele é o de origem mais simples. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*

> *O Fernando [vereador] é filho do ex-prefeito, o seu Zizo, é filho de uma família tradicional de lá. Essa que me fez a denúncia, a família é antiga, mas é simples, a Judite Correia, ela era comerciante em Maceió de loja de bicicleta e motos e essas coisas, mas a família é de Porto de Pedras. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*
>
> *Dos nove vereadores você tem um filho de um grande proprietário, você tem Ercílio, que também é da terra, herdeiros de terras, mas não é muito, digamos é médio. Têm os que chegaram de paraquedas, comerciantes e tem família lá dentro da cidade, ou é o caso desse mascate começou a vender e acabou tendo outra mulher. Tem uma gama de grande proprietário, médio proprietário e os de paraquedas, esses começam a ganhar dinheiro e a comprar terreno. Por exemplo, a família do Marcelo comprou um terreno do lado da minha casa e a irmã fez a pousada e agora ela pegou e arrendou, mas nos bastidores você fica sabendo que ele é arrendatário dessa casa, publicamente você não sabe, porque eles não querem que evidencie a riqueza. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*
>
> *Tem um senhor de São Luiz do Quitunde, ele foi prefeito de São Miguel [dos Milagres], ele tem imóvel em Porto de Pedras e São Miguel [dos Milagres]. Em São Miguel ele tem três casas, todas fechadas, ele não vende. Talvez agora ele comece a vender. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*

Nesse tabuleiro de disputa política, a população local, em sua grande maioria, se alia a quem pode ofertar melhores benefícios. E, esses benefícios ainda são associados ao favor, o favoritismo que disfarça o velho clientelismo local. Sobre isso, vale trazer algumas falas que apontam essa situação:

> *A gente tinha a sardinheira, depois se acabou, daí a gente ganhou uma, se acabou, depois a gente ganhou outra, se acabou de novo. Na **época de eleição a gente sempre ganha** rede. O pessoal diz assim, não venda o seu voto, mas a gente tava necessitada, era coisa de pesca, de trabalho. (Floracir, relato de 03/07/2019) [moradora do Curtume, Porto de Pedras]*
>
> *Pensei em ser vereador daquela cidade, me candidatei três vezes, cheguei perto. Da última vez perdi por 5 votos. A eleição é toda comprada, só ganha quem tem dinheiro para comprar. E o **meu pessoal também se vende**. Se vende porque é muito dinheiro. Alguém se segura, mas a maioria. (Seu Pedro Luiz, 81 anos, relato de 18 de setembro de 2018).*
>
> *Para se ter uma ideia, ele [um candidato a vereador] chegou numa casa de uma pescadora, a Nininha, havia queimado a televisão e ela queria uma televisão. E ela [a pescadora] chegou nesse cara e pediu uma televisão e disse: "olha me dê uma televisão aí, na minha família tem não sei quando votos". Daí ele disse, olha vamos comigo para Maceió eu vou comprar a televisão no meu cartão de crédito e você vai me pagando. Chegou a televisão, foi aquela festa toda. Quando ele ganhou a eleição eu não sei porque cargas d'água ela não pagou mais, ela parou de dar o dinheiro para ele e ele foi cobrar e levou a televisão. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*
>
> *Quando eu tive o meu filho, eles estavam trabalhando nessa pista daí não passava ônibus. Teve um vereador que foi um bocado de tempo, chamado Carlos da Lalu. Daí **ele deu jeitinho**, tinha um carro e foi mês buscar. Tive cinco filhos, só esse tive na maternidade. (Dona Biu, relato de 16/07/2019) [moradora da Lages em Porto de Pedras]*

> *Salinas que sempre foi reduto político do antigo prefeito [retirado o nome]. E ele conseguiu naquela eleição comprar, na verdade a palavra certa é comprou, ele comprou a Salina inteira, parece brincadeira. Pescadores ligados a diretoria da colônia se venderam por 600 reais, por rede, ou pela promessa de emprego para não sei quem. E aí o que aconteceu ele hoje tem o controle, disputa, os dois disputam, ele e o atual prefeito disputam ainda a Salina. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*

Embora Carvalho (2015) aponte que a inserção da política assistencialista por parte do Estado veio a desestruturar os alicerces do mandonismo local, o que se pode observar é a persistência de certos padrões culturais entre os mais carentes. O voto das pessoas mais vulneráveis era usado, como ainda o é, para se obter certas benesses momentâneas. De maneira oportuna, a eleição possibilita a aquisição de um par de óculos, uma rede, o transporte para uma consulta médica, um botijão de gás, entre outros benefícios que podem ser garantidos, não todo o ano, mas, ao menos, a cada eleição.

Nessa teia de favores e relações, a inserção de novos atores no território, em condições socioculturais e econômicas distintas, vem a ocasionar novas formas de se relacionar. Se observa uma maior pressão por parte do empresariado para forçar o posicionamento claro dos candidatos nas eleições municipais, a ponto de impor debates, como ocorreu em **São Miguel dos Milagres**, mas não a interferir nos resultados. O interessante a observar é a influência e o lobby de velhas estruturas de poder, em nível estadual, nesse caso de Alagoas, nas ações e tomadas decisões que refletem sobre o lugar. Os trechos abaixo indicam pistas dessa articulação:

> *No tempo do Téo [Teotônio Vilela Filho, governador de Alagoas e 2006 a 2010] ele recapeou a rodovia da usina até a Barra. Alguns dizem que o dinheiro destinado para região foi usado nisso. Porque antes era tanto buraco que você sorteava o buraco que você ia jogar o seu carro e estava assim desse jeito. Eles fizeram o recapeamento dessa principal. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*

> *O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso da atribuição que lhe confere [...]*
> *Considerando os eventos realizados nas praias dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras;*
> *Considerando que tais eventos integram o trade turístico local atraindo turistas nacionais e internacionais para aquela região, com repercussão no seu desenvolvimento econômico e social;*
> *[...] DECRETA:*
> *Art. 1o Fica denominado Estrada Parque - Rota Ecológica dos Milagres o trecho da rodovia AL - 101 Norte compreendido entre a foz do Rio Camaragibe, no distrito da Barra de Camaragibe, município de Passo de Camaragibe, e a foz do Rio Manguaba, no município de Porto de Pedras. [...]*
> *[...] TEOTONIO VILELA FILHO, Governador (Trechos do Decreto Nº 34.433, de 21 de Julho de 2014)*

> *O Tamo Junto fez o projeto e doou as placas [placas de sinalização que tem em todo o trecho da Rodovia que abrange a Rota Ecológica dos Milagres. A arte da letra [do mapa turístico] é da arte de entrada. Eu pedi ao Maurício [Maurício Vasconcelos, sócio do Tamo Junto para usar essa letrinha do projeto das placas que ele doou para o governo (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*

Alguns elementos parecem invariavelmente relevantes nos trechos acima. No primeiro deles, é descrito o esforço estadual para o recapeamento da via de acesso aos povoados que formam a chamada **Rota Ecológica**. Em outro trecho, o mesmo governador estabelece por meio de decreto, a importância das festas realizadas na região e as reconhece como responsáveis pela atração de turistas para o lugar. Vale observar que as festas, a que se refere o governador, se tratam do Réveillon e do Carnaval dos Milagres, que são organizadas pelo Instituto Tamo Junto. O Tamo Junto tem como um dos seus sócios um dos herdeiros da família proprietária do principal grupo hoteleiro de Alagoas, que é também proprietária de grandes glebas de terras no Estado, por sinal, também proprietária de uma das maiores extensões situadas nas proximidades do caso de estudo, onde ocorre a festa. No terceiro trecho, verifica-se que, por iniciativa do Instituto Tamo Junto, foram feitas placas de sinalização para serem postas ao longo da rodovia local. O conjunto da sinalização continha dois portais de entrada – um em Japaratinga, no acesso da balsa para cruzar o rio Manguaba e outra em Barra de Camaragibe, primeiro povoado nesta rota a acessar a praia para quem procede do sul para o norte ao longo do litoral -, placas com mapas turísticos da rodovia para serem postos em locais estratégicos; placas de sinalização de cada povoado e de indicação de quilometragem. A arte e estética do material foi de escolha do Instituto, e, após a sua confecção, as placas foram doadas para o governo do Estado, para que ele desse andamento à aposição das placas às margens da rodovia. Esse caso específico pode ser um exemplo de como as articulações entre a iniciativa privada e Estado, em nível estadual, podem ocorrer.

No que se refere ao nível local, a gestão municipal de São Miguel dos Milagres apresenta uma inércia em relação aos acontecimentos relacionados às transformações pelas quais a zona costeira do município vem passando, associadas aos crescentes investimentos e fluxos turísticos. O mesmo não se observa no caso do município de Porto de Pedras. A gestão local desse município[287] tem realizado obras para a melhoria da estética das áreas urbanas do município, incluindo melhorar

[287] Prefeito Henrique Vilela (PSDB), mandado de 2017 a 2021.

e ampliar espaços comuns como praças e pequenos espaços públicos urbanos. Além disso, a atual gestão local orquestrou ações para que a sinalização turística fosse uniformizada e todo o mobiliário urbano fosse remodelado com estruturas de materiais orgânicos[288] que apresentam uma nova aparência. Além disso, o poder público do município tem se empenhado em conversar com o *trade* turístico local e outros empresários do ramo para planejar ações comuns. Uma das primeiras ações encabeçada foi a de trabalhar nos requisitos para que a praia do Patacho obtenha o selo internacional do Programa Bandeira azul[289]. Outro elemento que tem chamado a atenção é o cuidado com a limpeza urbana. A cada manhã, a partir das seis horas, povoado por povoado, homens e mulheres com seus uniformes azuis-marinhos, fazendo referência às cores do município, passam com seus instrumentos de trabalho limpando as ruas e praias de Porto de Pedras.

São Miguel dos Milagres, talvez por conta do fluxo turístico contínuo e significativamente superior ao de Porto de Pedras, em um contexto de proliferação de novos estabelecimentos, microempreendedores e prestadores de serviços, acrescida da demanda crescente de imóveis, não tem considerado a necessidade da adoção de ações no mesmo nível de Porto de Pedras. Talvez esse volume de novos empreendimentos tenha movimentado as finanças locais a ponto de a gestão municipal não considerar importante a melhoria estética do município, assim como o empenho em outras iniciativas. Entretanto, nesse município se tem observado uma pressão constante por parte da iniciativa privada e de representantes do terceiro setor no sentido de se criarem iniciativas voltadas à limpeza urbana e ações associadas. Esses agentes têm se apresentado como responsáveis por nortearem passos a serem dados na esfera local. Alguns entrevistados se manifestaram sobre esse tipo de iniciativa:

> *Em 2015 tivemos nove mutirões, do Povoado Salinas, em Porto de Pedras, até o Toque, em São Miguel [dos Milagres]. No final, contamos 4998 quilos de lixo em um ano. Se nós fossemos fazer mutirão toda semana, toda semana a gente tirava muito lixo. Porque havia muito resíduo passado, vaso sanitário, pia etc. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*

[288] Existe um debate relacionado que aponta que com o declínio da atividade voltada a cana de açúcar, os atuais proprietários estão optando em plantar eucalipto, uma planta exótica a região. Segundo uma depoente da Faculdade de Arquitetura parece haver uma articulação da gestão local de determinados municípios, como Maceió por exemplo, para que esse material seja adquirido para produção de mobiliário urbano como ocorre em Porto de Pedras. Como não temos evidências da existência de alguma articulação opta-se em não afirmar essa possível circunstância ao longo do texto.

[289] O Programa Bandeira Azul iniciou na França em 1985. E foi implementado em toda a Europa desde 1987 e em países não europeus desde 2001. Atualmente o Programa Bandeira Azul se tornou global.No Brasil o Programa Bandeira Azul é representado pelo Instituto Ambientes em Rede (IAR), membro da FEE (*Foundation for Environmental Education*) desde 2005. Para se obter a certificação e o direito de usar a bandeira deve-se atender a uma série de requisitos que exigem níveis satisfatórios da qualidade da água, como também atender requisitos de boa governança local, entre outros aspectos. Secundários.

> *A Amitus criou uma rede de coleta, aqui a gente recolhe e encaminha para Coopvila, de Maceió. Eles vêm buscar. Cada estabelecimento que tem o cadastro paga 50 reais, é o custo que eles têm, com combustível, alimentação, manutenção do caminhão. Porque o empresário tem que entender que a destinação do resíduo que ele produz é de responsabilidade dele. Entendeu? É obrigação do Estado também. Mas a gente não tem no município a separação e o destino adequado do lixo, como a gente faz. A gente separa o máximo que a gente pode pra mandar para Coopvila. A gente participou de um fórum socioambiental em Porto de Pedras falando sobre isso, acho que foi em 2015. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*
>
> *Acho que 2015, a gente colocou cem lixeiras da Salinas [Porto de Pedras] até a Praia do Morro [Passo de Camaragibe], mas muitas já se acabaram com a maré. Outros pegaram a lixeira e levaram para casa. Aqueles tonéis grandes, [com o dizer] 'mantenha a praia limpa'. [...] O primeiro mutirão que a gente fez em São Miguel [dos Milagres] a gente tirou duas toneladas de lixo, em 2014. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*
>
> *A falta de saneamento básico é uma delas [das dificuldades]. Vai chegar a hora em que não vai ter como não jogar o esgoto na praia. O saneamento básico, o uso consciente do local, são importantes para a preservação da unidade, para ser um turismo sustentável. Quando gente fala turismo sustentável não é que a gente só queira preservar o meio ambiente, a gente quer preservar a cultura local, gerar emprego dentro do nosso território e não contratar mão de obra terceirizada. A gente contrata o serviço da lavanderia de Maragogi – eu não porque eu lavo a minha roupa aqui - mas muitas pousadas pagam a Maragogi porque São Miguel [dos Milagres] não tem uma lavanderia, então o nosso recurso migra para outro município. O sistema de água tem muitos anos e não teve nenhuma melhoria. O sistema de abastecimento de água tem mais de 20 anos e olha o quanto a população cresceu. (Ana Paula, Amitus, São Miguel dos Milagres, 30 de julho de 2019).*
>
> *A gente fez um movimento lá sobre o ordenamento do solo o Ministério Público estadual e Federal, o ICMBio também fez parte, o IMA, setores que é responsável e a prefeitura. Porque a gente cutucou o Ministério Público devido as construções muito próximas da via, construções muito próximas de mangue. Porque São Miguel – é porque eu não estou com a lei, eu tenho que fazer essa pesquisa ainda – por exemplo Porto de Pedras é 30 ou 35 metros a distância da praia, São Miguel eu não sei se foi um erro de digitação ou foi provocativa, na lei é 60 metros a distância para construção. O que faz uns vão para a lei nacional que é 30 e não se respeita a lei municipal que é 60. Na verdade, poucas pessoas conhecem isso. (Ana, Amitus, relato de 19/09/2018)*

As falas acima trazem a preocupação de segmentos da iniciativa privada em relação à perda das características peculiares, naturais e culturais desses lugares. Contudo, este estudo não identificou o mesmo tipo de preocupação da gestão municipal de São Miguel dos Milagres, minimamente semelhante às iniciativas que vem sendo adotas pelo poder público municipal de Porto de Pedras.

A respeito das gestões municipais, um parêntese deve ser aberto em relação às descontinuidades de ações entre as gestões locais, uma situação que corriqueiramente se repete na maioria dos municípios brasileiros. No caso atual da

gestão do município de Porto de Pedras, que se mostra empenhada em resolver questões locais voltadas ao desenvolvimento do turismo, o mesmo não pode ser esperado que ocorra em uma possível nova gestão em 2022, quando finaliza o atual mandato. Foram colhidos indícios de que gestões locais anteriores desse município aproveitaram a condição de privilégio, no que diz respeito ao acesso a determinadas informações, para se beneficiar individualmente. Há relatos de imóveis e terrenos adquiridos pelas antigas gestões. Eles são diversos e, por coincidência, muitos dos recortes adquiridos por eles foram em locais privilegiados para espacialização de segundas residências e pousadas. Um exemplo foi a venda de uma gleba de propriedade de um ex-prefeito para a construção de uma pousada. Sobre isso, um simples relato:

> *[Prefeito proprietário de terrenos] tem o [fulano, substituído para não exibir a identidade da pessoa citada]. O [fulano] na verdade tinha propriedades já antes, da herança do pai. Como vereador, cabo eleitoral, que funcionário da prefeitura que trabalha na saúde, o Alexandre. O Ercílio não porque já tinha propriedade, beirando a praia ele já tinha grandes propriedades, mas tirando ele, os oitos outros vereadores conseguiram pelo cargo político dele conseguiram ir crescendo e comprando propriedades, propriedades e propriedades. (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*

Em **São Miguel dos Milagres**, embora não tenha sido possível coletar dados precisos, se constatou em certas falas que parece haver um lobby localmente para a valorização de determinados terrenos, construção de obras e mesmo para que modificações no Plano Diretor sejam acatadas. As possíveis mudanças ainda não se apresentam claras para os demais agentes que têm interesse sobre o futuro do município. E, como posto antes, alguns agentes já se posicionaram que estarão atentos para que transformações que venham a interferir negativamente no desenvolvimento social e urbano do município não ocorram.

Os novos atores que têm se inserido na região têm realizado esforços para conseguir maior autonomia na tomada de decisões políticas, assim como tentam manter certo controle político sobre as ações locais. Contudo, se observa a existência de um tabuleiro de capitais que ora se entrelaçam em um emaranho de interesses diversos. Sobre isso, vale comentar o poder exercido por aqueles que têm recursos financeiros para construir extensos loteamentos e condomínios. Em um relato de um ex-servidor do órgão licenciador ambiental do Estado de Alagoas, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), foi colocado que ele analisou o projeto de um condomínio, previsto para ser implantado nas imediações do centro da cidade de São

Miguel dos Milagres. Esse técnico teria verificado que, por várias razões, dentre elas por ser um local que serve de absorção natural para o escoamento das águas que descem dos aclives, o empreendimento não deveria ser licenciado. Contudo, mesmo com o seu parecer desfavorável, a licença do loteamento foi liberada, e, segundo ele, outros seguiram essa mesma lógica. Por outro lado, as regras e a fiscalização para pequenos empreendedores têm sido mais rígidas, e isso envolve uma difícil burocracia e altos custos financeiros. A fala de um dono de pousada relata isso:

> *São muitas as licenças necessárias para que se possa funcionar. E tem que estar ligado, porque quando vence algo, no outro dia o órgão responsável bate na porta. Mas isso somente para os pequenos porque a gente vê casos que são verdadeiros absurdos e não se entende como foi liberado. Eu me preocupo em preservar, em recuperar o leito desse rio, gostaria inclusive de criar um projeto permanente. Mas esses condomínios são indignantes, eu já fotografei e denunciei. Esse daqui [entre o centro de São Miguel dos Milagres e o povoado Riacho] está sendo construídos exatamente em cima da margem do córrego. Eles não usam a inteligência para aproveitar esse recurso ao seu favor, criar uma área, uma espécie de área verde para ser usufruída pelos usuários do condomínio. Preferem levantar muros, como se assim pudessem evitar o seu afluxo. Sabe o que vai acontecer, na primeira grande chuva que gerar cheia, o muro vai cair. (Luizinho, proprietário de uma pousada no povoado Riacho, em São Miguel dos Milagres, 03 de setembro de 2018).*

A fala desse pousadeiro parece refletir o pensamento de muitos outros empresários que se instalaram na região. Embora alguns deles tenham se articulado por meio de associações e assim ajam para pressionar a gestão local e estadual e provocar outros órgãos - e isso realmente parece estar tendo efeitos -, ainda não se pode afirmar que eles tenham lobby político para alcançar as antigas estruturas que regem esses municípios. A sorte para alguns é estar amarrado a leis e regras federais, sobretudo aquelas que regem a APACC, ou outras que possam evitar ou confrontar novas práticas. Certos mecanismos de resistência ou o uso de legislação protecionista são endossados por certos capitais, algo já apontado por Harvey (2005), sobretudo aqueles que têm interesse turístico ou na conservação ambiental. Assim, tem havido gestões junto a agentes locais para influenciar a adoção de ações voltadas à conservação ambiental e cultural dos lugares envolvidos com a expansão das atividades turístico-imobiliárias na área de estudo.

Em uma situação de ações políticas específicas, vale mencionar a articulação que vem ocorrendo na Colônia de Pescadores de Porto de Pedras, a Z-25. A experiência das atuais lideranças dessa entidade junto a partidos políticos de esquerda e em frentes sindicais contribuiu para agregar um grande número de pescadores e pescadoras a causas socioespaciais do seu interesse. Ademais, a

participação dessas lideranças em espaços de diálogo viabilizados pela APACC, possibilitou conhecer outros agentes, dentre eles a Comissão Pastoral da Pesca Nordeste (CPP/NE), tendo acesso a conhecimento a respeito de caminhos que poderiam ser trilhados para que o território pesqueiro – seja da prática, seja do convívio – fosse garantido.

O contexto de obtenção dos TAUS nas comunidades pesqueiras de Porto de Pedras foi uma significativa vitória frente ao processo de expansão imobiliária e turística. Essa circunstância não ocorreu sem conflitos, sem tensões, pelo contrário, os casos foram diversos, mas o enfrentamento por parte de agentes, neste caso a Colônia Z-25, influenciou para que os efeitos trazidos pela atividade turística e imobiliária, no que se refere a acessos e ao direito de preservar estruturas necessárias para a prática de pesca não ocorressem. Essa articulação realizada por integrantes da Colônia Z-25 funcionou como um mecanismo horizontal de resistência para evitar perdas físicas e culturais, algo que apesar de desgastante está sendo adotado pelos pescadores, como atestam as falas abaixo:

> *Os que têm conflito são aqueles que perdem espaço dos terrenos para colocação de palhoças, os que têm conflito são aqueles que não querem que pescador e marisqueira fique catando marisco na frente da sua pousada. Os que têm conflito são aqueles que não querem que carro passe na frente da sua pousada, mas tudo isso já ocorria antes [desses empreendimentos existirem]. Você vai mudar uma coisa que quando você comprou já existia, por conta do seu poder econômico. Em São Miguel isso está muito forte e está ficando difícil de barrar, mas em Porto de Pedras o pessoal já está bem mais organizado (Carolina, Instituto Yandê, relato de 20/09/2018).*

> *Sobre o TAUS. Eu sei que é uma luta muito difícil, cansativa, muito cansativa, porque você confronta. Você pode não querer, mas você tem confronto com a prefeitura, você tem confronto com os proprietários, você tem a luta para que os pescadores se apoderem, criem um sentimento que é deles, para que eles possam se organizar, exigir e etc. e tal. A pancada vinda do lado, de lá sempre é maior, daí você fica como um meio de um sanduiche. De um lado são os proprietários, do outro a prefeitura e você fica ali no meio. E ainda precisa explicar para eles [pescadores] que é isso mesmo, que tudo se consegue na vida é com conquista e luta (Dona Jovina, relato de 18 de setembro de 2018).*

Semelhantes traços de articulação da colônia de pescadores de Porto de Pedras, não ocorreu em São Miguel dos Milagres. Não foi identificada atuação coletiva, talvez pela ausência de uma liderança que pudesse acionar forças horizontais, vindas do próprio lugar. Como aponta Diani (1992), a formação de um coletivo exige que papéis sejam assumidos, e no caso da Z-11, colônia de pescadores de São Miguel dos Milagres, não parece que isso veio a ocorrer, pelo contrário, em 2016 o presidente foi destituído do seu cargo sem provas contundentes. Até hoje a Z-

11 se apresenta amorfa diante de fatos socioeconômicos e urbanos que em tese contraria os seus interesses, a ponto de a Colônia ter perdido seu assento no Conapac em 2019, por recorrentes faltas nas reuniões desse conselho.

Em **São Miguel dos Milagres,** os embates que têm sido travados são proeminentes em torno de interesses extralocais, o que parece sugerir uma ausência de protagonismo local frente a interesses coletivos do lugar. A diferença parece estar em quem melhor coopta ou mesmo se transveste de local em um discurso permeado de boas intenções, algo semelhante ao apontado por Harvey (2005) em outras realidades, para que se possa garantir a manutenção de determinados interesses no território, e, por sua vez, garantir vantagens de cunho mercantil. Os capitais turísticos e imobiliários que têm se inserido no território divergem, entre posturas e interesses, e já se percebem divergência entre esses e aqueles que fazem parte da esfera do lugar. Se em um passado recente não se pôde identificar ampla cooperação voluntária entre vizinhos, tão pouco se pode apontar casos de competição entre eles. O contexto atual é diferente, estando permeado pela inserção do trabalho remunerado, e pelo surgimento de acirramento de tensões movidas por situações de concorrência. As tensões entre antigos colegas têm aparecido com uma certa frequência.

Entretanto, aspectos de coesão social também têm sido manifestados quando o interesse coletivo tem sido um interesse individual, neste caso, podemos destacar a criação das áreas do TAUS. Mas também aparecem situações de solidariedade. Para exemplificar, vale lembrar o manifesto coletivo realizado por conta do fechamento de uma via vicinal centenária, impedindo o seu uso pela comunidade como ocorria há décadas. Naquele momento, pescadores da Colônia de Pescadores, residentes de áreas que não eram atingidas por aquela ação de cerceamento da mobilidade tradicional da comunidade, foram à rua naquele dia em apoio aos seus colegas de labor. Entretanto, esse tipo de iniciativa não se mostra normalmente de maneira homogênea, pelo contrário, como já apontado por Clark (1979), em estudos do fenômeno turístico-imobiliário, mostrando que, frequentemente, a sociedade local encontra-se fragmentada e incapaz de desenvolver trabalho coletivos continuados em defesa dos interesses comunitários.

As circunstâncias de tensão citadas acima são semelhantes a situações já previstas por autores como Clay (1979), Cocola-Gant (2018), Rudolf (2014), Glukman (1987) e Blázquez et al. (2011), com base em diversos estudos de caso que examinaram lugares semelhantes. Contudo, como já apontado por Blázquez *et. al*.

(2011), esse enfrentamento tem ocorrido quando a capacidade organizativa de grupos coletivos locais é intensa, de maneira a criar uma ambiência político-militante favorável, como caso tem sido o caso da atuação dos pescadores de Porto de pedras. Em São Miguel dos Milagres, além de não terem sido identificados elementos de organização, como o que ocorreu no município vizinho, a impressão que se tem é que os pescadores estão sendo pouco a pouco seduzidos pelas possibilidades que o turismo traz. As mudanças espaciais, assim como as culturais, estão ocorrendo em São Miguel dos Milagres de maneira silenciosa. Não há embate, não há litígios, simplesmente a vida parece seguir seu curso e os que insistem na atividade vem se adaptando às mudanças em curso. Em algumas circunstâncias, movimentos de resistência são impulsionados por certas coerções, como defende Santos (2006), Haesbaert (2002) e também Deleuze e Guattari (1997), quando envolveram conflito e negociação, como parece ser o caso de Porto de Pedras. No caso de São Miguel dos Milagres, a ideologia que parece ter sido introduzida pela atividade do turismo e imobiliária pode ter criado novos signos e sentidos, de maneira a asfixiar antigas relações culturais e simbólicas. O caso brasileiro mostra claramente que em determinados contextos ocorrem características antagônicas entre dois lugares próximos, mas que apresentam causas de movimentos distintos. Esse tipo de ambivalência nas respostas ao fenômeno turístico-imobiliário é um fenômeno que já foi constatado nos estudos de diversos autores (SANTOS, 2006; HAESBAERT,2002; DELEUZE; GUATTARI,1997).

A complexidade das circunstâncias postas acima deve ser considerada diante um contexto que, além de lidar com novos aspectos econômicos, sociais e culturais que se manifestam concomitantemente e desencadeados pelo turismo e mercado imobiliário, também lida com pessoas que exercem diferentes papéis naquele lugar. Algumas tem nome e sobrenome, outras carregam em sua história alguns elementos que vêm a influenciar na esfera do lugar. Outras, embora alheias aos valores do lugar, têm em suas mãos o poder de decisão. Outras incorporam formas para alcançar certos poderes. Outras trabalham simplesmente em seu próprio benefício, independentemente da situação coletiva do território ou territórios nos quais se encontram inseridos. Entre tantas pessoas que se envolvem em um novelo de relações e tensões locais, há também aqueles que por sua própria condição apenas seguem o fluxo dos tempos e das circunstâncias, uns com mais sorte que outros.

7.6 A escala da vizinhança: antigos e novos sentidos

Em **El Port de la Selva**, a inserção do turismo desencadeou um sentimento positivo para os que se mantiveram no lugar. A chegada de turistas e, sobretudo, veranistas de segunda residência foi a sorte das pessoas do povoado, como costumeiramente é dito. A visitação de veranistas trouxe oportunidades de trabalho, ocupação e renda, imprimindo uma nova dinâmica para o povoado. Os que eram jovens, entre a década de 1950 e 1980, trazem em suas memórias os bons momentos de verão, das relações construídas com aqueles que a cada verão transitavam pelo povoado, guardando lembranças daquele período.

Contudo, diferentemente de fluxos turísticos de outrora, as pessoas que transitam atualmente pelo território que corresponde ao **caso catalão** já não exercem relação de proximidade. Os novos residentes temporários em suas espetaculares casas acabam se involucrando no microterritório do seu domínio particular. Poucos passam pelo povoado, às vezes de passeio ou de passagem. Outros vão apenas para usufruir dos espaços de lazer e de esporte dos quais o lugar dispõe. Fora do exercício dessas atividades, pouco se sabe da sua presença no lugar. Embora a dinâmica socioeconômica e cultural durante o verão atraia um fluxo maior de pessoas, são poucas as que se envolvem ou interagem com os seus habitantes permanentes. A atividade de lazer e ócio experimentada pelos visitantes pouco influi na experiência social dos residentes. Donos de estabelecimentos retornam para pôr em funcionamento seus negócios, mas as relações de convívio parecem se distanciar crescentemente das antigas formas de convívio, ano após ano. Até mesmo as famílias que permaneceram, embora na condição de vizinhos, alguns parentes dos outros, o que se percebe é que de uma época que era composta por relações próximas entre irmãos e primos pouco restou. Muitos se foram e a dinâmica de um povoado que um dia funcionava a cada dia do ano em grande intensidade se reduz a pequenos fluxos e pessoas e com intensidades que parecem acompanhar a sazonalidade das temperaturas climáticas – quanto mais quente mais intensa a dinâmica de pessoas. Os antigos residentes se referem às atividades e pessoas do contexto anterior, como restam na memória:

> *Dizíamos, se trabalhas na vinha economizas, mas se vás ao mar gastarás. No mar se jogava as cartas, se perdia, fumava. Meu pai, e meu avô por parte de meu pai, fumaram muito. Sofreram depois de muita asma, enfisema. (Miquel Puignau, relato dia 28/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português].*

> *Antes o fogão era a lenha. Tinha que trazer lenha e acender o fogo. A iluminação era feita por lamparinas, que apenas algumas casas tinham. A cada 200 metros havia uma lamparina, minha mãe levava um lampião, que servia com uma lanterna, para ir à casa da tia ou da sua mãe. E as ruas não eram calçadas como são agora. Era tudo terra e rocha. Atrás da casa de seu Josep, na tua paralela, atrás a rua de la font não existia. As cepas das uvas chegavam até aí, desde casa de se podia colher uvas. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

> *Nós fazíamos parte de um dos grupos, era uma festa incrível, em nenhum outro lugar se fazia. E nós também fazíamos um baile de carnaval, na associação, que também é da confraria, que não se cabia de gente. Vinha gente de toda Empordà e a festa era tarde e noite, tarde e noite. (Miquel Puignau, relato dia 28/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

A atividade turística e imobiliária não parece ter contemplado a todos como ocorria na época histórica da vinha e da pesca. Na realidade, o vender uma propriedade foi um dos impulsos para iniciar a vida em outro lugar. Permaneceram aqueles que são os primeiros filhos, porque a eles era destinada a responsabilidade de carregar o nome e garantir a propriedade da família, uma propriedade que apresenta novas acepções. Não mais composta de arbustos e benfeitorias rurais, mas de vigas e capas de cimento fixadas em seus domínios, foram esses os produtos que garantiram a sobrevivência durante muitos longos invernos e que a cada nova primavera voltava a render. Os novos fluxos turísticos e de outros visitantes transitórios trouxeram também novos sentidos e valores aos que permaneceram residindo no povoado de El Port de la Selva, que passaram a destoar da ambiência que dominava o lugar antes do turismo, como atestam as falas abaixo:

> *A partir de 1950 já começou aparecer carro. A gente do povoado não tinha carro, nem bicicleta. O meu primeiro carro foi no ano 1972. E veja que eu tinha trabalho. Eu usava uma mobilete, era rápido e barato. E agora temos [na família] cinco carros. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

> *Esse senhor era de Barcelona, e quando ele já estava mais velho passava aqui 15 dias ou 20 e ia de volta a Barcelona. Ele tinha um carro muito bonito, um Mercedes, tinha um chofer. (Miquel Puignau, relato dia 28/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

> *Antes os colchões eram de sargaço. Agora colocam móveis novos no lixo. A mesa do meu computador eu peguei, nova, no lixo. Agora uma televisão se rompe e ao lixo, a mão de obra não compensa. Antes eu consertava, e sentia uma grande satisfação ao conseguir, agora é outra tecnologia, alguns equipamentos são feitos para que você não o conserte (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português].*

> *Aqui antes era muito pobre, mas* ***mesmo pobre estava bem, felizes.*** *A gente se dedicava a pesca, a terra, eu depois de 14 anos me dediquei a eletricista, e havia muito trabalho. (Josep Morell, relato de 27/02/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

> *Vinha muita gente no verão. Na minha casa **recebíamos todos os parentes, e nós estávamos contentes** porque eles vinham. Depois que veio o turismo, nós **não estávamos mais tão contentes**, preferíamos alugar quartos e ao final **preferíamos que não viessem**, para ganhar um pouco de dinheiro. (Josep Morell, relato dia 12/03/2019) [tradução livre do espanhol para o português]*

O último trecho traz algo que parece relevante para entender como certos valores deixaram de fazer sentido. A relevância econômica trazida pelo fluxo turístico influenciou no desenlace de laços familiares. O entrevistado, Josep Morell, chegou a comentar que, da sua família, que chegou a ser numerosa, poucos restam. Os encontros nos meses de verão compensavam a distância que experimentavam durante o restante do ano. Com o crescimento do turismo muitas das relações anteriores deixaram de existir, e isso, segundo o entrevistado, fez com que se perdesse o contato mais estreito com o restante dos membros da família no decorrer dos anos. A existência de familiares vivos é sabida, mas o afastamento entre eles ao longo dos anos contribuiu para que os laços fossem perdidos. Para os mais velhos, o mesmo ocorreu com antigos vizinhos, quando jovens da cidade e também de famílias inteiras partiram para buscar formas de sustento em outros lugares. Os que ficaram formaram famílias menores, alguns conseguiram inserir os filhos nos ofícios dos quais a cidade necessita. Enquanto outros filhos optaram por seguir outros trilhos e deixaram o povoado, e retornam apenas no verão, nas férias, nos momentos festivos. Definitivamente, El Port de la Selva é atualmente um povoado de pessoas idosas e, por conta das suas particularidades, os filhos que permanecem no povoado tendem a assumir os cuidados com os mais velhos. Costumam realizar alguma refeição juntos, mesmo vivendo em casas separadas. Muitos filhos foram viver em cidades mais dinâmicas na região, como Llançà, Figueres, Girona e Roses e, pela proximidade geográfica, costumam visitar a casa da família que reside no povoado. Existe uma juventude que também transita pela cidade, composta normalmente por aqueles que optam em viver distantes de grandes centros e que buscam modos de vida ligados à natureza. Assim, há certo número de jovens e adultos, casados e solteiros, que vivem pelas montanhas que formam aquela península. Parte dessas pessoas não é originária da região, mas uma parte significativa tem origem nos povoados ao redor, incluindo El Port de la Selva, o que mostra uma situação nova, isto é, a existência de pessoas que optam crescentemente por deixarem áreas urbanas e buscam desfrutar de uma relação mais próxima com áreas de natureza preservada. As pessoas que residem no povoado, sobretudo os já aposentados, se reúnem a cada dia, pela manhã

e à tarde, momentos nos quais realizam atividades entre eles, sentam em recantos costumeiros para conversar, em outros para jogar, e em outros para aprender algo; visitam aqueles que já não podem se deslocar, buscando manter uma relação quase rotineira entre eles.

Os que ainda se encontram em idade laboral frequentemente se reúnem durante o café antes de sair para o serviço, ou para tomar uma cerveja no fim da tarde, um costume que se repete nos poucos bares e cafés existentes no povoado. Os novos residentes, sobretudo os imigrantes, não costumam participar desse movimento, salvo algumas exceções. As crianças e adolescentes, após o turno escolar, se encontram pelas ruas e espaços da cidade para brincar e jogar. O sotaque espanhol e de outros idiomas, não mais exclusivamente catalão, declaram a existência no lugar de outras nacionalidades e origens.

Em ruas próximas nas quais anteriormente todos se conheciam, as casas foram ampliadas, subindo patamares e abrindo novos caminhos, para um número crescente de construções. Vizinhos se afastaram, e nas ruas do lugar poucos ainda compartilham memórias de outros tempos. Com as mudanças urbanas que foram realizadas, transitar por esse povoado em uma noite de inverno, por exemplo, ou mesmo durante o dia, se tem a impressão de se estar em uma cidade cenográfica em dia no qual não há filmagem. São poucos os trechos do povoado nos quais se percebe algum movimento humano; o silencio reinante na rua contrasta com os ruídos vindos do mar, quando não, dos sinos que soam a cada quarto de hora, o que faz lembrar da presença humana no lugar.

Logo nos primeiros raios de sol, o movimento da rua já se inicia nos povoados que compõem o **caso alagoano**. Moradores saem à porta, pássaros em suas gaiolas são postos fora de casa para que se assomem aos pássaros de outros vizinhos. Nunca soube a razão desse movimento ocorrer a cada amanhecer, creio que seja por conta do sol e o calor não estarem tão intensos, ou porque seja a hora propícia para os pássaros cantarem. Em algum momento no decorrer da manhã, as gaiolas retornam para o interior das moradias e o movimento pela rua passa a ser mais intenso. No mesmo horário em que os pássaros saem ‘a passear’ crianças fardadas e com mochilas esperam o transporte escolar. Pelas lavanderias de Porto de Pedras o movimento da lavagem de roupas se inicia - “mais difícil era antes, tinha que ir no rio”, fala uma moradora. As pequenas vendas dispostas entre os povoados abrem cedo, por volta das 06h da manhã, e já se observa o início da sua rotina diária, com

as atividades de limpeza e a organização para um novo dia. Em Porto de Pedras, trabalhadores da limpeza urbana também iniciam o trabalho logo cedo, de povoado em povoado. O mesmo ocorre em São Miguel dos Milagres, mas um pouco mais tarde, e com um menor número de pessoas. Os moradores proseiam com esses trabalhadores, enquanto eles se movimentam de um lado para outro varrendo e recolhendo o lixo das ruas, mostrando resquícios de relações humanas existentes entre pessoas do lugar, mas que vem sendo alteradas pela inserção do turismo e seus desdobramentos socioespaciais e culturais.

Se, naquela manhã, for um ‘dia de maré’, logo cedo se torna iminente deparar com mulheres e homens se deslocando para praia ou para o mangue. Petrechos de pesca são preparados, o movimento entre coqueiros também se inicia cedo e o impacto da queda dos cachos do fruto comunica o exercício da atividade. Para quem tem um roçado, antes que o sol se posicione a pino, o trabalhador já se encontra plenamente ocupado com suas atividades agrícolas. De forma divergente, o movimento turístico não inicia tão cedo, não antes das nove horas da manhã. Por volta da metade da manhã, o ronco de bugres anuncia o transitar deles pela rodovia e outros trechos. No mar, se a maré tiver baixa, as jangadas se deslocam uma a uma para piscinas naturais, transportando visitantes. Bares e restaurantes na praia iniciam seus serviços. O passeio pelo rio Tatuamunha, levando turistas ávidos por ver peixes-boi já está ocorrendo. Nas pousadas o ritmo é lento, café da manhã são servidos, enquanto nas imediações da rodovia, o comércio e os serviços funcionam ativamente. Um pouco antes do meio-dia, as crianças são liberadas da escola, o trânsito de pedestres, bicicletas e motos se acentua. Condutores sem capacete são quase uma regra em uma circunstância na qual esse comportamento não é legalmente permitido. Por volta de 12h às 13h30, o fluxo desacelera e alguns estabelecimentos fecham. Outros se mantêm abertos e, em alguns casos, as únicas pessoas vistas nas ruas são, por vezes, os donos dos negócios, sobretudo quando se refere a Porto de Pedras. Em São Miguel dos Milagres, o movimento é frequentemente mais intenso, mesmo no intervalo que corresponde ao almoço. Pela tarde, o movimento para as escolas retorna, o comércio mantém a sua intensidade e se pode deparar com alguns turistas caminhando pelas ruas dos povoados. Pelas praças dos povoados ou pela sombra de árvores, facilmente se pode deparar com grupos de pessoas conversando, alguns grupos formados só por homens, outros com mulheres e em outros uma certa mistura entre gêneros e idades.

O movimento que se diferencia desse quadro exposto acima é o que ocorre nas praias, nas extensões costeiras mais recuadas, onde a praia está afastada da rodovia principal local, onde a paisagem se encontra menos modificada, retendo muitas características da paisagem local de poucas décadas atrás. Esse é o lugar das pousadas ditas do charme nas quais o movimento apresenta outras características que divergem do cotidiano das pessoas do lugar, envolvidas com os seus afazeres. Durante o período do dia, o turista regularmente opta por se involucrar na atmosfera proporcionada pelo estabelecimento de hospedagem, isto é, a pousada. Alguns turistas contemplam o movimento quase rotineiro de pescadores na praia, outros mantém o diálogo, enquanto alguns transitam pelas praias e observam o cotidiano do lugar. Ao entardecer, quase que de maneira unânime, os turistas optam por se recolher à ambiência interna das pousadas com o seu luxo e conforto, condições tão distantes da realidade da vasta maioria dos residentes e até mesmo de visitantes que não podem arcar com os custos de se hospedar nessas pousadas. Nessa parte do dia, normalmente os turistas optam pelo silêncio, quando os poucos ruídos externos são provenientes do rumor das ondas e do ciciar de folhas e plantas.

Muito perto dali, em outros povoados, sobretudo nas proximidades da rodovia, o contexto é diverso desse que marca o ambiente das pousadas, ainda mais quando se trata de um fim de semana. O ronco de motos e de veículos, autofalantes de carros e música tocada em vários pontos se somam aos demais sons do lugar. Em cada povoado e sua vizinhança, em alguns mais outros menos, as cadeiras ainda expostas na porta desenham um contexto singular. Em um lugar de tantos jovens, nos quais bicicletas e motos transitam rotineiramente, alguns indivíduos se agregam aos outros para uma conversa informal nas calçadas, fenômeno que a despeito das rápidas mudanças pelas quais o lugar vem passando ainda perdura. Há também aqueles que gostam de ir trailers – Food trucks – em/ou lanchonetes, que funcionam só à noite. Alguns estabelecimentos só abrem a partir de quarta-feira, quando o movimento volta a se intensificar. Enquanto alguns estabelecimentos comerciais fecham para os negócios ou serviços ofertados durante o dia, outros voltados à restauração se abrem e outro tipo de dinâmica se inicia. Esse movimento é observado com intensidade no município de São Miguel dos Milagres, sobretudo em Porto da Rua e, em seguida, na sede urbana desse município. Em Porto de Pedras o ambiente é diverso, onde o comércio se fecha e a dinâmica que continua é aquela representada pelos vizinhos que interagem entre si; nesses momentos, quase não se encontra um

estabelecimento comercial aberto em Porto de Pedras. Assim, pode-se dizer que o tempo em Porto de Pedras parece ‘parar’, mas a concentração de moradores à porta de casa e de vizinhos se contrapõem ao que acontece na cidade, quando os estabelecimentos comerciais se encontram fechados.

A depender da lua e da maré, o movimento humano na praia alterna para outro turno, isto é, para o turno noturno. Nesse momento, feixes de luz indicam a atividade de pessoas no ambiente de praia, é momento de pescar. Esse comportamento dos residentes em relação à visita à praia à noite era uma prática que no passado envolvia quase toda comunidade, acontecimento que ainda hoje faz parte da memória de alguns, como se constatou durante as entrevistas que foram realizadas para este estudo.

A inserção do turismo nessa parte do litoral de Alagoas trouxe mudanças na tessitura do lugar dos residentes, com alterações que interferem no uso do lugar pela comunidade anterior, mas, às vezes, com o surgimento de contra-usos, ou ações e atitudes de resistência ás novas territorializações emergentes. Por exemplo, em Porto de Pedras, embora acessos tenham sido fechados ou modificados e sítios tenham sido vendidos para pessoas de fora que têm investido no turismo e mercado imobiliário, a proximidade entre os que vivem no lugar permitiu a criação de estratégias que levaram à abertura de novos caminhos que driblam as mudanças impostas ao seu lugar. Em São Miguel dos Milagres, embora ainda ocorra a rotina voltada a práticas anteriores, se observa que tem havido a perda de manifestações. Para os mais vulneráveis, a limitação do acesso à praia e a outros lugares antes disponíveis aos antigos moradores passa a ser um impasse, muito tem que se caminhar para poder chegar aos pontos que lhes eram antes de fácil acesso. Os mais estruturados financeiramente garantiram seus espaços e já se acostumaram às barreiras provenientes do novo contexto turístico e imobiliário. Como parte da solução para a mobilidade local, bicicletas e motos se incorporam às necessidades da rotina laboral dos moradores. Em alguns aspectos, talvez se possa falar que tem havido relativa hibridização cultural entre conteúdos trazidos pelos visitantes e aqueles inerente à identidade do lugar. Por exemplo, em São Miguel dos Milagres, os residentes se relacionam com novos comportamentos e usos que emergiram com a chegada de novos ocupantes. Nesse ambiente, gírias e novas maneiras são incorporadas ao falar e ao gesticular local, sotaques originários e outros copiados também se fazem presentes. O consumo nos estabelecimentos comerciais locais não se resume às

demandas trazidas pelos turistas e excursionistas; os novos estilos ou tipos de consumo se tornam usuais também aos antigos usuários à medida que os visitantes trazem novos comportamentos.

Nos fins de semana, durante o dia, o trânsito de veículos é mais intenso, muitos recorrem aos acessos que levam à praia e se aglomeram em determinados pontos situados próximos ao mar ou ao rio. Em alguns trechos, veículos de maiores dimensões se somam aos de menor porte. Seus usuários se espreguiçam à sombra de algo, se entregam ao banho de mar ou de rio, se juntam para comer e beber e, ao cair da tarde, retornam aos seus destinos. Esses lugares contrastam profundamente com a ambiência local anterior à chegada do turismo, indicando a extensão dos impactos socioambientais e culturais pelos quais o lugar vem passando. Quase em outro extremo da chamada Rota Ecológica, no sentido sul, próximo à divisa de São Miguel dos Milagres com Passo de Camaragibe, independente do dia da semana, ônibus e vans se agrupam para que seus passageiros desfrutem de um dia nos ‘Milagres’. Antes das 16 horas, esses usuários seguem seus destinos, retornando ao seu lugar de origem, e a vida cotidiana retorna à ‘normalidade’. O ronco de bugres diminui, jangadas são estacionadas, e cadeiras começam a aparecer à porta das casas para retornar o movimento que agora se intensifica com o cair da noite nas ruas e nas praças.

Como fica claro neste trabalho, não há dúvidas de que os lugares que formam o litoral de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres vêm passando por mudanças substanciais desencadeadas pelas atividades ligadas às atividades turístico-imobiliárias. Entretanto, na escala do lugar o que se observa, entre aqueles que ficam no povoado, é que esses conseguem obter algum ganho com a nova realidade, incluindo se beneficiar de novas oportunidades possibilitadas pela atividade turística. Se arruma um emprego, se monta um negócio, se aluga uma casa, ou se faz um serviço. A depender do convívio dessas pessoas com o lugar, com sua leitura do que está acontecendo, se estabelece uma relação de reconhecimento das oportunidades por parte da população que reside no lugar. Mas nem todos gozam dessa mesma sorte, pois como identificado por Cocola-Gant (2018), quem parte tem se afastado não só da antiga moradia, mas também de elementos que supriam a vida, não estritamente físicos, mas também emocionais, influenciando no deslocamento do sentido de lugar ou de comunidade. De forma semelhante, aqueles que ficam, mas que não

conseguem de alguma forma usufruir das novas oportunidades, também perdem parte dos seus laços emocionais e afetivos em relação ao ‘seu lugar’.

7.7 Algumas reflexões finais

A análise dos dois estudos de caso permitiu algumas constatações que ajudam a compreender o processo de mudanças ao qual esses lugares estão submetidos. Falemos um pouco de algumas delas. Primeiro, cabe entender como novos fenômenos, ou o declínio deles, podem vir a interferir radicalmente na dinâmica do lugar. Observemos que, mesmos em ambientes tão distantes, em momentos igualmente diferentes, a incorporação por parte da sociedade de modos de vida voltados ao ócio e ao lazer influenciou para que lugares que tivessem elementos desejáveis para essas novas práticas – no caso, a praia -, fossem alvo para introdução de atividades e estruturas que atendessem esse novo perfil de comportamento e de interesse da sociedade. Diante essa nova perspectiva econômica e social, casas e terrenos passam a ser vendidos e, em larga escala adquiridos por pessoas externas ao lugar. Aqui, uma diferenciação existente entre os dois casos deve ser posta, ela tem a ver com a velocidade do movimento de mudança. Em El Port de la Selva, o processo de mudança se iniciou na década de 1950 e se desenvolveu lentamente ao longo das décadas, mesmo tendo havido momentos de aceleração. O mesmo não se pode falar do caso brasileiro, sobretudo quando se refere a São Miguel dos Milagres, onde a velocidade que a tecnologia da comunicação induziu mudanças radicais em período de tempo não ultrapassa uma década. Esse é um dado importante deste estudo pois, historicamente, os processos de mudança desencadeados pelos fenômenos turísticos e imobiliários se desenvolveram ao longo de estágios cujo completo desenrolar toma décadas, como constatado por diversos autores (SMITH, 1979; GASS, 1979; CLARK, 1979; CLAY, 1979; ALEDO, 2008, DEMAJOROVIC *et. al*., 2011; MURRAY, 2015).

Outro ponto a considerar é como características locais – culturais, econômicas e sociais – interferem na forma e na maneira pela qual o fenômeno se insere no lugar. A atuação de determinados atores e segmentos sociais, mesmo em posições políticas diversas, são componentes que vêm pesando nas decisões e ocorrências desse processo.

No caso de **El Port de la Selva**, a gestão local conseguiu de certa forma limitar a inserção de capitais externos por algum tempo. A posição política ocupada por aqueles que também contavam com privilégios econômicos e sociais demonstram ter influenciado nesse processo, mas não por muito tempo, como indicam os anos da década de 1970. O que se observa neste caso foi o enriquecimento ou, ao menos, um maior benefício para aqueles que contavam com informações privilegiadas. O restante da população contou com aquilo que seu antigo patrimônio poderia proporcionar.

No **caso brasileiro**, o contexto se mostra totalmente diferente, pois são raras as limitantes ao processo de espacialização da atividade turístico-imobiliária. Primeiro, deve ser considerado que o local se manteve por algum tempo preservado por conta das dificuldades de acesso em relação aos destinos turísticos descobertos na mesma época, dentre os quais os municípios de Maragogi e Japaratinga, no litoral norte de Alagoas. Após as melhorias de acesso e a inserção do lugar em um destino da moda, o processo de transformação socioespacial vem se desenrolando de forma rápida. Entretanto, há forças que vêm a se contrapor a esse processo de mudança, paradoxalmente lideradas por pessoas que vieram de outros lugares ou adquiriram conhecimentos em outros lugares. Citemos algumas situações: Seu Pedro Luiz, presidente da Colônia de Pescadores de Porto de Pedras, embora seja natural desse município, sua formação de liderança política é trazida dos muitos anos em que viveu em Maceió e outras cidades. O mesmo pode ser dito a respeito de Ana, presidente da Amitus e dona de uma pequena pousada local, cuja formação cidadã e política é trazida da sua vida em Recife, embora sua família seja natural de São Miguel dos Milagres. Observa-se nesses dois casos específicos que espaços de reinvindicação comunitária foram ocupados por indivíduos que embora tenham ligação antiga com o lugar, tiveram formação externa ao ambiente dos lugares envolvidos. Os novos empresários, assim como os órgãos e organizações socioambientais, também têm exercido um contrapeso nas decisões locais, mesmo em lugares ou circunstâncias nas quais o funcionamento político está profundamente arraigado a velhos modos locais. Contudo, ainda são antigas estruturas de poder, em nível local e mesmo estadual, que vem a determinar que situações que podem ocorrer ou não no lugar. Por exemplo, há grandes terrenos que são de propriedade de pessoas de fora do território e que frequentemente decidem o que fazer com esses terrenos, incluindo investimentos em turismo ou negócios imobiliários. O maior exemplo, nesse caso, são as regras criadas, mas que às vezes não são cumpridas para que interesses de alguns

sejam atendidos. Para aqueles que não contam com privilégio político, a solução tem sido se amarrar às instituições e regras que fujam do âmbito local. Nesse aspecto, o MPF, SPU e o ICMBio são instituições que, vinculadas a normas e leis federais, fortalecem os processos de luta de atores locais e extralocais para que os efeitos trazidos por grandes estruturas econômicas sejam de alguma maneira limitados.

Uma outra consideração a se trazer está relacionada à posição geográfica de diferentes espaços e como esses espaços se refletem nas antigas e novas territorialidades. Algumas territorialidades favorecem a inserção de atividades turístico-imobiliárias que têm o poder de reorganizar o espaço profundamente. Outras territorialidades têm características que fortalecem a luta pela preservação de direitos coletivos, relacionados à história dos lugares, temas estudados por diversos autores, incluindo geógrafos (HARVEY, 2005; SANTOS, 2006; HAESBAERT, 2002; LEY, 2003), filosóficos (DELEUZE; GUATTARI,1997), e sociológicos (BOURDIEU, 2000, ZUKIN, 1987).

Os atuais habitantes do **caso catalão**, composto por atores de diferentes origens, parecem também demarcar seus espaços, com a configuração espacial vindo a espelhar quem é quem e que espaços são ocupados e por quem. As ruas do núcleo antigo apresentam territorialidades próprias de *gent del poble*, e as suas ruas vazias durante quase todo o ano refletem o silêncio deixado pelos que se foram. As capas de cimento em antigos espaços de residência parecem contribuir ainda mais com esse cenário de abandono. As áreas urbanizadas nas áreas mais altas do povoado, e em casas espaçosas, se tornaram refúgios para aqueles que buscam justamente esse propósito, instaurando espaços de segregação social no povoado. Os migrantes novos e antigos, que tinham como propósito buscar condições melhores de vida, relacionado ao emprego e renda, se adensam em apartamentos ou em casas nas áreas urbanas mais próximas, ou mesmo inseridas no âmago mesmo do núcleo antigo de El Port de la Selva. Como informado antes neste trabalho, a condição econômica histórica local e a ausência de meio de transporte contribuíram com as características da territorialização dos migrantes locais nessas urbanizações.

Também há aqueles residentes que, diferentes dos anteriores, não vieram historicamente para servir de mão trabalhadora, mas para empreender, tanto na atividade pesqueira como na atividade de serviços, ou mesmo as gerações mais recentes procedentes de jovens de *gente del poble* tendem a viver nos mais variados espaços, alguns, por conta do patrimônio da família que dispõem de residências em

diferentes urbanizações, ou mesmo em cidades circunvizinhas, alterna entre elas, conforme o momento ou particularidades da vida privada; o fato de praticamente todos que se encontram nessa circunstância contarem com carros próprios facilita a locomoção para as demandas laborais e sociais.

No **caso catalão**, os encontros sociais ocorrem em locais preestabelecidos, pela manhã e à tarde, a cada dia da semana, de acordo com a programação existente. Aulas de dança, partidas de jogos, aulas de bordado, organização de passeios e encontros rotineiros são atividades que movem a vida das pessoas mais velhas do povoado. Contudo, para que possam se integrar socialmente, é necessário falar fluentemente o catalão. Para os mais jovens, o fato de algumas atividades econômicas e alguns eventos sociais ocorrerem nas cidades que compõem região do Alto Ampurdá, conectadas sobretudo à cidade de Fiqueres, contribui para a existência de uma vida social entre aqueles que vivem nessa região. Esse contexto tem influenciado a construção de laços de amizade e afetivos entre os residentes que vivem nos municípios que compõem a região.

No **caso alagoano**, as territorialidades criadas também parecem seguir uma lógica que acompanha as categorias existentes na estrutura social preexistente dos lugares estudados. Por exemplo, há uma clara constatação dos espaços ocupados e de vivência da gente antiga desses lugares, provenientes de famílias de mais prestígio social e econômico. Essas pessoas, normalmente, vivem nas mesmas casas que já foram de seus antepassados, embora tenham terras na área de estudo. Geralmente, essas pessoas vivem nos povoados ou locais que eram mais dinâmicos e de prestígio antigamente, normalmente perto de igrejas ou praças, como na sede municipal dos dois municípios, no povoado de Porto da Rua e mesmo em Tatuamunha, que têm em sua história elementos que favoreceram a fixação dessas famílias. Já as gerações mais recentes, filhas dessas famílias, tendem a morar em outros lugares ou, quando residem na região, a fixar residência conforme as dinâmicas particulares voltadas às atividades econômicas que desenvolvem. A gente natural, que não conta com as mesmas condições econômicas, tende a se deslocar conforme os acontecimentos, quando alguém cede, quando recebe uma herança, quando o aluguel permite. A propriedade ou não da moradia é que determina esse constante movimento. Quem tem a propriedade e gosta do lugar tende a ficar, do contrário, os deslocamentos podem se tornar iminentes. Algo semelhante tem ocorrido com os moradores, antigos e recentes, que não provêm de patrimônio ou condição socioeconômica privilegiada,

esses últimos tendem a buscar locais próximos às possibilidades de emprego ou de montar um negócio. O centro de São Miguel dos Milagres, Porto da Rua e mesmo no povoado do Toque têm sido locais alvo para esse público, justamente pelas novas possibilidades que esses lugares oferecem. Os residentes, chamados localmente de gente nova, que geralmente se enquadram como donos de pousadas, novos residentes de classe média, média alta, os novos empresários, os servidores de órgãos públicos federais que residem na região, geralmente ocupam os mesmos lugares selecionados para a construção das segundas residências e de pousadas. No geral, vivem nas proximidades da orla, em loteamentos recentes, em imóveis que apresentam melhor qualidade de edificação e que acompanham o gosto de segmentos da classe média alta. Já os veranistas que, temporariamente, se alojam nos povoados, geralmente, seguem os seus próprios padrões econômicos, sociais e culturais. Alguns tendem a ficar em casas simples, às vezes afastadas do centro dos núcleos urbanos. Já outros optam por casas luxuosas, enquanto outros preferem se acomodar em locais mais dinâmicos que contêm comércio e serviços; e ainda outros optam em se encapsularem em condomínios que tudo oferecem.

A territorialidade dos grupos sociais existentes localmente, de maneira reflexiva, marca as relações sociais e de afinidade entre os que vivem e transitam por aqueles povoados. Os espaços de sociabilidade, embora possam coincidir, são por vezes demarcados por territorialidades específicas. Os novos residentes tendem a frequentar os mesmos bares, restaurantes e mesmo frequentar a casa um dos outros. Os novos gostos e padrões não aparecem atrair aos mais antigos, ou mesmo seus descendentes. Normalmente, a elite política e econômica do lugar tende a frequentar seus próprios espaços, nem sempre compreendidos entre os limites desses municípios. A gente natural do lugar ou mesmo os novos moradores, que não contam com condições econômicas e sociais característicos das pessoas acima, geralmente, usam espaços de sociabilidade já existentes, como a porta das casas, as praças, um cantinho montado debaixo de uma árvore, ou mesmo na praia que serve para trabalhar, mas também serve para desfrutar, o que muda é a proximidade dos espaços citados e a faixa etária dessas pessoas. Os que já se encontram aposentados raramente frequentam a praia, enquanto os em idade laboral e mais jovens tendem a ir com mais frequência.

As transformações espaciais acompanham as mudanças sociais, ou talvez se possa dizer o inverso. O que se pode trazer e constatar sobre essas duas realidades

trazidas desses estudos é que, embora elas sejam alvo de um mesmo fenômeno, o turístico-imobiliário, foram e são suas materialidades históricas e correntes que tendem a marcar as diferenças e peculiaridades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os fenômenos econômicos e sociais contemporâneos, são poucos os que se assemelham ao turismo e ao mercado imobiliário em sua capacidade de se inserir nos mais diversos tipos de lugares e os transformar, às vezes, de modo radical. A inserção local desses fenômenos tem envolvido profundas mudanças de valores e de sentidos, em relação àqueles que antes faziam parte da escala do cotidiano. Em certa medida, esses dois fenômenos têm contribuído não somente com a mudança física da paisagem, mas também da cultural e da sociedade, e essas últimas têm desencadeado transformações nas relações de prestígio tanto dentro da estrutura social, como também entre as práticas laborais de incontáveis lugares ao redor do mundo. Lugares aprazíveis para a prática turística e para o desfrute do ócio e do lazer, têm sido concomitantemente atraentes para investimentos imobiliários. Os efeitos do processo de transformação desencadeada por esses dois fenômenos sobre os habitantes dos lugares envolvidos estão, em maior ou menor medida, relacionados com as particularidades e singularidades de cada lugar.

Na perspectiva de compreender como determinadas particularidades e singularidades interferem e são ao mesmo tempo afetadas pelo fenômeno turístico-imobiliário, foi feito um esforço para que as realidades do povoado el Port de la Selva (Espanha) e dos povoados dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres (Brasil) fossem observadas, descritas e compreendidas. Essas duas realidades são muito diferentes uma da outra, nas várias perspectivas da vida e do espaço, mas, ao mesmo tempo, contêm aspectos comuns entre si. Elas são diferentes em relação ao tempo histórico de cada prática socioeconômica e diversos fenômenos locais; a geografia, o clima, as características do solo; as circunstâncias culturais e econômicas, tanto na microescala como na macroescala, igualmente se apresentaram distintas em ambas as realidades; e, ainda relevante, a história socioespacial desses lugares, a maneira e as circunstâncias pelas quais esses lugares foram e vêm sido formados; todas essas peculiaridades são matizes que fazem parte da vida humana e se refletem em como as sociedades se formam e incorporam características e sentidos em relação à vida. Tendo a compreensão dessa perspectiva, isto é, de que os dois casos estudados apresentam grandes diferenças entre si, este trabalho não é um estudo comparado. Posto isso, como uma consideração, se pontua que este trabalho é resultado de dois estudos paralelos. Estudos esses que tinham como objetivo responder a algumas mesmas perguntas norteadoras relacionadas ao

objetivo da pesquisa. Contudo, circunstancialmente, a maneira pela qual os dados e as informações foram se apresentando em uma realidade não foi a mesma como ocorreu na outra, e isso pesou na evidência de certas informações em uma realidade mais que na outra e vice-versa.

Muito antes da atividade turístico-imobiliária se inserir no pequeno povoado de El Port de la Selva, seus habitantes subsistiam da pesca, da produção de vinho e azeite, e do comércio desses três itens. Esse povoado de características tipicamente voltadas à atividade de pesca desenvolveu algumas técnicas pesqueiras adaptadas a sua própria geografia, essas artes pela sua dimensão exigiam um esforço de toda a comunidade. Esse aspecto, associado aos parâmetros de distribuição de terras entre seus antigos habitantes, e adoção de sistemas de uso comuns, serviram como exemplo de um povoado que adotou práticas comunais. O uso da feição comunal quadrou como argumento em momentos oportunos para evitar a inserção de capitais extralocais no momento que a prática turística se incorporava à cena local. De certa maneira, esse caráter local, em alguns momentos e circunstâncias, influenciou o empreendedorismo local e ao mesmo tempo serviu de freio para o largo fluxo de capital externo ao local, o que de alguma forma beneficiou interesses locais.

O declínio das atividades voltadas à produção e comercialização de vinho, azeite e peixe em confluência com a eclosão turística, na década de 1950, contribuiu com um conjunto de mudanças, dentre elas, a emigração em massa de seus antigos habitantes. Os que ficaram, no geral, foram aqueles que contavam com patrimônio para poder investir nas novas oportunidades que se abriam, possibilitando, em grande medida, serem eles donos dos modos de produção ligados à prestação de serviços e à locação de imóveis. Essa última atividade contribuiu para que casas simples desaparecessem e em seu lugar imóveis com mais pavimentos fossem edificados. Um pouco mais distante, desse primeiro núcleo urbano, terrenos que um dia serviram para o plantio de uvas, olivas e produtos alimentares de subsistência, assim como a criação de animais domésticos, se tornaram novas urbanizações. Ganharam capas de cimento e um número crescente de novos imóveis. Esse crescimento pode ser demarcado por alguns estágios em razão das características espaciais que isso envolveu. Até o ano de 1964, poderíamos apontar como um primeiro estágio, quando as mudanças de espacializações se centraram no núcleo antigo e, em situações pontuais, em terrenos em volta da baía. A partir daquele ano, até o fim da década de 1970, um segundo estágio do fenômeno turístico-imobiliário se apresenta, marcado

pelo rápido aumento de casas e de edifícios horizontais com um número múltiplo de apartamentos. Esse momento também é assinalado por parcos critérios relacionados ao ordenamento urbano. A partir de 1976, a deflagração de novas regras legais de ordenamento da costa contribuiu para que uma significativa quantidade de obras fosse embargada nos anos subsequentes, e o setor imobiliário e da construção civil encarassem uma crise. Somente algumas das obras, após alguns litígios, conseguiram ser finalizadas. A entrada na década de 1980 marca um terceiro estágio, delimitado por duas distintas realidades: uma direcionada a preservar a estética física dos espaços, mas também para assentar interesses locais que estavam sendo abalados, em uma fórmula que selecionava o perfil socioeconômico do público desejado; já em contrapartida, nas proximidades do núcleo antigo e nos terrenos dos hortos, foi dado o aval para que edifícios se adensassem em número expressivo.

Esses três instantes do desenvolvimento turístico e imobiliário, que se afigurou em El Port de la Selva com a criação e transformação de espaços, não contou necessariamente com o crescimento do número de habitantes, pelo contrário, no decorrer dos anos o fluxo que deixou o lugar foi significativamente maior do que a população que chegou ao povoado. Tantas urbanizações, tantas edificações sem gente para morar contribuiu com uma dinâmica lenta, de baixo fluxo, de movimento lento, restrita a um número de pessoas, que embora pequeno não é mais homogêneo, pelo contrário é permeado por diferentes territorialidades, com a inserção de pessoas de fora do lugar, com diferentes origens. Cada territorialidade era formada por *gent del poble*, famílias que se formaram, migrantes europeus de alto e médio poder aquisitivo, migrantes latinos, africanos e também europeus, de menor poder econômico, pequenos e novos empreendedores de outras regiões da Catalunha, ou mesmo da Espanha. Essas diferentes territorialidades têm mantido e construído hábitos, ocupado espaços de labor, ocupado espaços específicos de sociabilidade, e criado espaços distintos de moradia.

No caso brasileiro, as mudanças trazidas pela atividade turística e imobiliária ainda são muito recentes; entretanto, são claramente perceptíveis. Os dez povoados que formam o caso alagoano até pouco tempo dependiam e subsistiam exclusivamente das atividades de pesca e agricultura. O comércio era diminuto e o início da implantação de estabelecimentos de hospedagem ocorreu pontualmente, há pouco mais de 20 anos. Contudo, uma nova conjuntura socioeconômica e cultural começou a emergir, e, de certa forma, se acelerar em anos recentes, como resultado

de vários fenômenos que emergiram na região nas duas últimas décadas, a saber: a criação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC); a escolha dessa região para a reintrodução do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*); a implantação contínua de vários tipos de pousadas, muitas das quais associadas de alguma forma ao conceito de charme – matérias em diversos tipos de mídias deram grande visibilidade ao destino – e; sobretudo, a realização de uma festa de réveillon com ampla repercussão midiática colocou essa região no circuito da moda.

Turistas, viajantes e outros tipos de visitantes - seguindo a lógica que envolve desejo e status social – passaram a desembarcar no lugar, facilitado por melhorias de acesso e a ampliação de estruturas de transporte provenientes de receptivos de pequeno, médio e grande porte. Concomitante a esse fluxo de visitantes turísticos, pessoas diversas de maior e menor poder econômico e pequenos, médios e grandes investidores se empenharam em adquirir terrenos, tiras de sítios e grandes glebas de terra. O interesse imobiliário acompanhou o interesse turístico e, num recorte temporal de sete anos, o lugar se tornou em um destino em voga chamado ‘Milagres’. Isso não está ocorrendo sem efeitos, em maior e menor medida tem contribuído com o aumento do emprego e da renda. Novos ofícios se criam, ao passo que novos empreendimentos se abrem. Gente antiga dos povoados, moradores antigos, novos moradores, novos residentes, novos empresários, antigos proprietários, agentes sociais e ambientais colaboram com uma miscelânea de novos interesses, disputas e relações.

Entre as mudanças observadas e percebidas em campo, algumas se apresentam de forma clara, uma delas está relacionada à perda de prestígio quanto ao ofício de pescador entre as novas gerações. As gerações que já subsistiam da pesca e da agricultura como meio de sustento das suas famílias tendem a ficar nelas enquanto ela continua provendo, mas entre os mais jovens essa prática não parece ser atrativa, como pontuado no capítulo 7. Ademais, os que contam com os meios de produção, como uma jangada, por exemplo, estão optando por usá-los para obter ganhos em atividades voltadas a prestação de serviços turísticos.

O abandono da atividade de subsistência se apresenta estritamente ligado a redução das possibilidades ao acesso à terra para plantar. Por vezes, em várias e distintas falas, foi apontada essa circunstância: quem ainda tem terra para plantar continua, e quem plantava, ou um dia plantou, deixou, por conta da perda de acesso à ela. Vale lembrar que muitos que subsistiam dessa prática a faziam na propriedade

de outras pessoas que a cedia, ou em condição de favor ou pela troca da metade do que fosse produzido. Em algumas circunstâncias, alguns continuam a atividade agrícola em glebas situadas mais distantes do mar, na zona rural, como o caso de uma pescadora e agricultora de mais de setenta anos, residente do Povoado Salinas, que foi favorecida com a propriedade de uma gleba de terra na zona rural de Porto de Pedras, por mecanismos da Reforma Agrária. Essa senhora e seu marido alternam o cuidado quase diário na citada terra e a sua moradia no povoado. Somado à redução de acesso à terra, o plantio e a coleta do coco não são mais vantajosos como outrora, e, em certa medida, o processo de especulação do solo tem contribuído com a redução paulatina dessa atividade.

Em relação ao comércio, há um nítido crescimento do número de negócios abertos, quando se compara ao que foi dito nas conversas. Também é grande o número de pessoas provenientes de outros lugares que se instalaram na região com o propósito de abrir algum tipo de negócio. Essa circunstância foi influenciada por mudanças nas políticas socioeconômicas em macroescala, mas também influenciada pela atividade turística e imobiliária que tem demandado mais produtos e serviços, tanto comuns como específicos.

A multiplicação do número de estabelecimentos participa de um cenário que também se compõem de antigas e novas residências. O volume de tantos novos imóveis tem trazido mudanças visíveis na paisagem e nas condições de acesso à moradia. Embora se tenha muitos imóveis voltados para locação, o que se aponta é que de maneira contínua se reduzem as possibilidades de aluguel acessível aos mais carentes. Nesse passo, um mosaico de casas se adensa, muros se levantam, trajetos rotineiros são perdidos, ambientes hostis também passam a se formar. A sensação de segurança ao transitar entre matas e coqueirais e em trechos sem ocupação, incluso em períodos noturnos, como foram postas em conversas informais sobre o passado, já não existe hoje, como percebido pelos entrevistados. Nesse novo cenário, o levantamento de muros tem feito com que espaços que eram de livre acesso se transformem em espaços cada vez mais ermos e cerceados às antigas pessoas do lugar.

No que concerne à escala da vizinhança, foi feita uma tentativa de descrever o cotidiano dos povoados e comparar ao que foi trazido da memória dos próprios depoentes. Sobre isso, algumas lembranças valem ser trazidas, como aquelas relacionadas à praia, ao povoado, ao trabalho, os eventos sociais, às brincadeiras.

Mesmo parecendo deslocado, por aparecer nesta parte do trabalho, nos atrevemos a expor aqui falas que expressam circunstâncias anteriores da vida cotidiana nos povoados estudados:

> *Eu gostava de pescar e ainda gosto. Logo quando a gente era criança a gente trabalhava, mas também brincava, a gente se enterrava na areia e fazia bastante amizade, mas quando era hora de pescar, era pescar. Brincava na areia, brincava de cavalo de pau, fazia brinquedo de carrasqueira - carrasqueira é de coqueiro -, fazia balanço, fazia balanço, brincava de manja [não compreendido], fazia o avião e saia pulando. Os pais de antigamente não tinha dinheiro para comprar brinquedo.* (Claudionete, relato de 30/08/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]

> *Naquela época a festa o povo inventava, era baiana, era cabocla,era pastoril [*danças folclóricas típicas desta parte do Nordeste*]. Eu dançava. Só a cabocla que eu não sabia bem, parece que eu dancei só uma vez. Nesse tempo eu já era mocinha. Eles iluminavam com candeeiro, depois botaram luz. A gente saia no escuro mesmo, ficava na porta, a gente andava tudo isso aqui no escuro que não fazia medo não. Juntava um monte de mocinha ou rapaz pra fazer bagunça. (*Claudionete, relato de 30/08/2019) [moradora da Lages, Porto de Pedras]

Embora a realização das brincadeiras e das festas citadas já não seja mais comum no lugar, a relação de proximidade entre os vizinhos que são naturais do povoado ainda é vivida em certa medida. Cadeiras na calçada, vizinhos sentados à porta de casa fluindo conversas entre uns e outros são cenas ainda corriqueiras ao se transitar pelo povoado, sobretudo a partir do meio da tarde até certas horas da noite. Contudo, a ocorrência dessa prática parece desproporcional à nova dinamicidade de alguns povoados. Os povoados que contam com um número reduzido de empreendimentos e organizações são em geral os que apresentam a maior densidade de pessoas sentadas à porta de suas casas ou em praças, citemos os exemplos dos povoados Curtume, Lages e Salinas. Ao contrário, em lugares mais dinâmicos, essa forma de convívio é menos frequente, como em Porto da Rua e no centro de São Miguel dos Milagres. A impressão que se tem é que as novas circunstâncias e também o maior número de moradores tem afastado antigos vizinhos uns dos outros.

A inserção de novos atores, como empresários e pessoas ligadas a órgãos ambientais, associações e organizações não governamentais, tem contribuído para contrabalancear relações de poder local. Embora relações políticas, na escala local e em nível estadual, persistam no seu poder de articulação e de lobby, no geral, se percebe que os novos agentes têm conseguido pressionar para que mudanças ocorram. Em Porto de Pedras, podemos destacar a atuação da Colônia de Pescadores Z-25, a Associação Peixe-boi, e, mais recentemente, articulação entre

empresários do turismo, na circunstância da criação do Conselho Municipal do Turismo, como exemplos dessas novas realidades que a todos afeta. Em São Miguel dos Milagres, de modo não igual, mas em algumas circunstâncias semelhantes, a atuação de organizações, como Amitus e Intituto Yandê, têm colaborado com a mudança de cenário político na esfera local. Essas novas entidades por vezes dialogam em diversos espaços do campo político comunitário, social e ambiental, sobretudo nos espaços possibilitados dentro da APACC. E, esses encontros têm contribuído, de certa maneira, para que uma trama se fortaleça na medida em que articula interesses comunitários. Essa conjuntura tem servido como estratégia de resistência contra interesses extralocais, mas também, em certas circunstâncias, ocorrem articulações entre interesses locais com organizações ou empresas que ingressaram no território em tempos recentes.

A compreensão desse contexto permeado de mudanças e permanências exigiu neste trabalho o uso de referências teórico-conceituais relacionados ao fenômeno turístico, turistificação, fenômeno de segunda residência, gentrificação ou enobrecimento e outros fundamentos de análise desses fenômenos socioespaciais. Assim, se recorreu às contribuições de pesquisadores de diversas linhas de abordagem para saber, através deles, mais sobre essas temáticas e o que elas envolvem. A afinidade com alguns deles, em relação ao que estava sendo investigado, contribuiu, de certa forma, pela escolha de alguns conceitos, corpo teórico e nomenclaturas, em detrimentos de outros.

O par teórico turistificação e gentrificação foi escolhido desde o início do estudo e, em cima disso, discorremos a primeira reflexão deste trabalho. No decorrer do trabalho, facilmente se percebe a predominância do uso dos teóricos de gentrificação em relação ao comparado com turistificação. Justifica-se o porquê: de início, entende-se que a forma e os efeitos do fenômeno imobiliário têm sido mais impactantes do que o fenômeno turístico *per se*, no que concerne aos estudos de caso que compõem este trabalho. Entende-se que o fenômeno de turistificação apresenta outras feições e efeitos sobre o território em comparação com gentrificação. A gentrificação, concordam vários autores, tem influenciado nas mudanças sociais, espaciais e culturais em decorrência da valorização de certos espaços, por pessoas e mercado imobiliário. Essa valorização, que está involucrada em grande medida com a especulação, tem influenciado gradativamente no afastamento de pessoas dos seus lugares de origem, ou de elementos que faziam parte da esfera da vizinhança, como

vem ocorrendo no caso brasileiro. A presença do capital de investimento, em maior e menor escala; as mudanças sociais e espaciais em virtude da aproximação de grupos de alta renda; as mudanças físicas e estéticas da paisagem; o deslocamento, direto ou indireto, de grupos de baixa renda; são, em essência, elementos que são explicados por meio da abordagem teórica de gentrificação.

Uma segunda reflexão é que, nos dois estudos de caso, o fenômeno imobiliário teve como causa o interesse turístico. Neste sentido, buscou-se entender o fenômeno de gentrificação a partir do turismo e de práticas de consumo voltado ao ócio, e também para saber a maneira pela qual uma atividade possibilita outra atividade por meio de um processo de retroalimentação. Nesse caso, os elementos de análise foram pautados nos trabalhos Cocola-Gant (2018), Clark *et. al*. (2007), Gotham (2005) Phillips (1993), Cañada (2018) e Blázquez *et. al*. (2011). Os efeitos apontam que ambos os fenômenos – turístico e imobiliário – coadjuvam, mas também se diferem, e podem, inclusive, um vir a inviabilizar ou restringir o outro em algum momento. Postas essas considerações em relação aos dois fenômenos, propomos aqui que os dois estudos de caso, em maior e menor intensidade, são explicados pelo conceito de gentrificação turística.

Uma terceira reflexão está relacionada a uma mudança de status social dos lugares alvos do fenômeno turístico-imobiliário, ou, como arriscamos dizer, de gentrificação turística. Vejamos cada um dos casos. Embora em el Port de la Selva as razões da emigração em massa estivesse conectada ao declínio da produção rural e pesqueira, se percebe que a inserção do fenômeno turístico e imobiliário colaborou em grande medida para o fenômeno da emigração. De uma forma, porque a atração de novos usuários possibilitou o capital, pela venda de patrimônio, para quem desejava deixar o povoado. De outro lado, os benefícios econômicos do fenômeno, relacionados ao emprego e à renda - com exceção daqueles que se ocupavam na construção civil, são reservados a poucos meses do ano. E, diferente de como ocorria nos tempos de auge da pesca e da atividade agrícola, ambas as atividades, em concomitância com a agricultura de autoconsumo, permitiam suportar as adversidades econômicas e de subsistência todo o ano; situação que se distancia do possibilitado pela atividade turística e imobiliária em El Port de la Selva na atualidade. Neste sentido, embora não tenha havido a substituição real de pessoas por outras que fossem residir fixamente, se desencadeou uma apropriação, ou melhor dizendo, dominação (HAESBART, 2002; HARVEY, 2005; SANTOS, 2006), dos anteriores

espaços domésticos, privados e comuns, e de domínio da vizinhança, por novas territorialidades, sociais e econômicas, distintas das existentes em épocas passadas, entre seus antigos habitantes.

No caso do Brasil, o fenômeno turístico-imobiliário ainda se apresenta recente e parece ainda não caracterizado por circunstâncias que levassem ao deslocamento da população residente pobre em grandes proporções, como previsto por Clay (1979), na primeira fase do processo de gentrificação - embora, em determinados espaços, a velocidade como vem ocorrendo o fenômeno já indique efeitos característicos de uma terceira fase. Mas, ainda assim, algumas inferências podem ser feitas. Primeiro, a criação de dificuldades de acesso a determinados espaços é algo que tem influenciado o afastamento de pessoas de espaços que lhe eram comuns - a praia e o acesso a ela são exemplos nesse sentido. Faz parte da memória de muitos habitantes locais de que a praia era espaço de labor e, ao mesmo tempo, espaço de convívio da comunidade. A seleção e demarcação de espaços para a prática turística e imobiliária, acompanhadas do aumento do preço do solo, tem crescentemente afastado pessoas do lugar dos espaços que lhe traziam sentido à vida cotidiana, ao passo que esses espaços passam a ser ocupados por grupos ou capitais extralocais ou de maior poder econômico.

A quarta reflexão refere-se à causa, ou causas, da eclosão do fenômeno turístico-imobiliário em ambos os estudos de caso. As evidências demonstram que foram originadas a descoberta desses lugares por determinados indivíduos com propósitos turísticos. A inserção dos primeiros veranistas, no caso catalão, e de veranistas e pousadeiros, no caso alagoano, serviram como agentes posteriores de atração para capitais imobiliários, turísticos e de serviços. Foram aqueles primeiros – veranistas e pousadeiros – que legitimaram a escolha desses lugares como espaço de consumo, de ócio e de lazer, foram eles que criaram um valor simbólico, um produto de valoração, e também de diferenciação. De alguma maneira, essas circunstâncias corroboram ao que já foram assinaladas por Glass (1964), Clay (1979), Zukin (2000), Martínez-Rigol (2005), mas não se pode deixar de considerar que a intensidade do fenômeno só veio a transcorrer quando capitais selecionaram esses lugares como alvo de investimento, como defendido por Ley (2003), Harvey (2005), Smith (2006), e Rangel (2015). O fato desses lugares apresentarem extensões de terras a preços baratos influenciou na abertura de um mercado de terras que vem dificultando a compra ou aluguel de imóveis para os mais carentes. A terra que

apresentava uma condição predominante de valor de uso, em outro momento incorporou/incorpora acepções de uma mercadoria de troca. A disputa por terrenos tem envolvido tanto aqueles que operam com o propósito de guardar para valorizar, como aqueles que querem a compra para que o bem sirva de uso temporário ou momentâneo e também para quem ambiciona adquirir, e construir, para se inserir no mercado de locação, sem esquecer, é claro, aqueles que necessitam de espaços para desenvolver o seu negócio. Em uma era na qual lugares entram e saem do circuito da moda, era em que imagem instantânea ganha importância, a possibilidade de mais usuários e agentes de investimento se inserirem no lugar se torna iminente; esses são elementos que se tornam dominantes no âmbito de uma corrida entre tantos interesses distintos que tendem a se acirrar, com diversos tipos de consequências para os lugares.

Uma quinta reflexão, agora relacionada às fases do fenômeno de gentrificação. Seguindo a lógica sugerida por Clay (1979), observa-se que, em ambos os casos apresentaram semelhanças até o que ele denomina de terceira fase. Por exemplo, na primeira fase, ambos receberam intervenções centradas em pequenas áreas e em espaços que apresentam/apresentavam uma localização privilegiada. Em uma segunda fase, tanto um como o outro caso, lidaram com o aumento da demanda por aquisição de casas e terrenos para construir. Alguns corretores, ou mesmo intermediários, aparecem para operar transações de venda e aluguel. E, em compasso similar, pequenos especuladores imobiliários também se fazem presentes na aquisição de imóveis e terrenos com intuito de investir no ramo imobiliário de venda e de aluguel. A ação desses agentes contribuiu para que, em poucos anos, a demanda e os valores fundiários crescessem. Também foi nessa segunda fase que, no caso do Brasil o nome ‘Milagres’ foi incorporado ao mundo imagético do consumo, como assinalado por Clay (*ibid*) como uma característica dessa fase.

No percurso para a terceira fase do processo de gentrificação, apontado por Clay (1979), também se constatam semelhanças entre os dois estudos. Tanto em um, como em outro, tiveram que lidar com o aumento de pequenos investidores interessados na aquisição de imóveis para que fosse objeto de locação, em ambos casos temporal. Também, no caso catalão, lidou, e o alagoano, tem lidado, com aumento de investidores de capitais econômicos mais fortes, que buscam na aquisição de grandes glebas a sua valorização. Além disso, em suas diferentes fases e através de distintos meios, ambos lugares fizeram/fazem uso da mídia e do

marketing como mecanismo para pôr o lugar em evidência. Ademais, a inserção de novos atores e o fluxo de populações transitórias contribuiu com a incorporação de novos estilos e maneiras de vida. No caso alagoano, a reprodução de sotaques pelas gerações mais jovens é uma interessante pista de comportamentos que vem sendo adotados, fenômeno conhecido como “efeito de demonstração”. No caso catalão, não se pode evidenciar com clareza as mudanças de comportamento - o limitado tempo de convivência em campo pode ter inviabilizado a coleta desse tipo de dado. Por essa mesma circunstância, não se pôde saber sobre microtensões cotidianas que possam ter havido. Embora as atas do caso catalão trouxessem elementos de conflito entre setores e agentes, elas não apontam grandes indícios de tensões na escala da vizinhança, como observado no caso brasileiro.

Uma sexta reflexão resultante deste estudo é que, embora algumas semelhanças não puderam ser identificadas em relação a estudos anteriores, entende-se que, ainda assim, as circunstâncias que abarcam ambos os estudos de caso parecem estar evoluindo para um processo mais amplo de gentrificação dos lugares. Tal argumento se sustenta em diferentes construções teóricas propostas por Santos (2006), Haesbaert (2002), Deleuze e Guattari (1997), Bourdieu (2000) e Harvey (2005), que alegam que cada realidade pode apresentar diferentes respostas a um fenômeno. As determinantes materiais, culturais e econômicas; a estrutura social; as relações de poder; as pessoas do lugar; os papéis que têm sido desempenhados em cada momento histórico; as condições socioespaciais de cada lugar, em suas diversas nuances e faces, são dimensões que compõem, entrelaçam, camuflam, coíbem e solvem, ao longo dos anos, uma tessitura que se urde, nem sempre de forma facilmente perceptível, na escala do lugar.

Entendemos que os resultados deste estudo contribuíram para uma melhor compreensão sobre a relação que parece existir entre as atividades turísticas e imobiliárias, fenômeno que, embora exista há relativamente muito tempo, parece estar ganhando novos contornos na atualidade. A aceleração dos fluxos turísticos e das facilidades crescentes de inserção do capital mesmo em lugares remotos se difere da gentrificação clássica, se levarmos em consideração a localização dos grandes centros urbanos de onde normalmente se originam os grandes fluxos de capital destinados a investimentos nas atividades imobiliárias.

A despeito dessa contribuição, o trabalho tem limitações, como de resto, normalmente, é o caso da pesquisa científica em um mundo complexo e em constante

processo de mudança. Por exemplo, embora tenha sido feito um esforço para colher informações similares em ambos os estudos de caso, isso nem sempre foi possível. No caso alagoano, se teve uma grande dificuldade para acessar documentos das prefeituras, cartórios e demais órgãos. Depois de muitas tentativas, e com a preocupação referente ao tempo necessário para finalizar a tese, optou-se por desconsiderá-los parcialmente no estudo. Essa situação foi inversa ao caso catalão, em relação ao qual se teve acesso a documentos desde o início da imersão no campo. Outra circunstância, como já apontada aqui, está relacionada ao tamanho do recorte geográfico. A extensão espacial do caso brasileiro e a quantidade de tantos atores influenciou no sentido de que se tivesse uma visão de faces do fenômeno, mas não do todo, como assim se desejava. Outro elemento a considerar foram as escolhas dos informantes, de maneira involuntária, eles foram se inserindo ao estudo na medida que algumas circunstâncias iam surgindo, tanto no caso catalão, como no caso alagoano, a grande maioria foi apresentada uns pelos outros, o que não se constituiu necessariamente em problema metodológico. No caso catalão, essas apresentações eram fáceis pelo tamanho do povoado e número de pessoas que ali vivem. Mas, no caso brasileiro, alguns lugares parecem ter sido mais privilegiados que outros na participação de pessoas no estudo, pois há uma clara predominância de pessoas de Porto de Pedras sobre pessoas de São Miguel dos Milagres. Outro elemento a considerar é o ponto de vista de todos os tipos de pessoas que formam todas as categorias sociais desses lugares. Somente em casos pontuais, no caso catalão, se teve acesso aos migrantes africanos e latino-americanos, assim como aos residentes europeus de maior poder aquisitivo que vivem no lugar. No caso brasileiro, embora tenha se conversado com donos de pousadas, donos de restaurantes, comerciantes, moradores antigos, novos moradores, novos residentes, faltou ter acesso a pessoas que estavam envolvidas em investimentos imobiliários na região, como também, somente em casos pontuais, se teve acesso aos proprietários de segunda residência. Essas são algumas das lacunas que este trabalho deixou em aberto.

Considerando essas limitantes, sugere-se que mais estudos sejam feitos nos quais se busquem incorporar as percepções dos atores e agentes que não foram evidenciados neste trabalho. Também como sugestão para novos estudos, se aponta relevante dar continuidade à observação e investigação dos fenômenos examinados em ambos casos. Construir uma futura linha do tempo pela qual se possa acompanhar as mudanças e os efeitos do processo de desenvolvimento turístico-imobiliário parece

ser importante para conhecer e também lidar com fenômenos que, embora ocorram na escala do lugar, são decorrentes de processos de globalização que trazem efeitos sobre a esfera local em grande número de lugares que crescentemente são afetados por ações extralocais, e, frequentemente, originárias de outros países.

Como últimas considerações deste trabalho, se aponta que a inserção da atividade turística, nos dois territórios estudados, contribuiu de maneira significativa com a integração de outros segmentos econômicos, sobretudo aqueles relacionados ao mercado imobiliário. A maneira pela qual a atividade imobiliária se interpõe através de um processo de espacialização, e os efeitos que perpassam práticas, saberes, relações cotidianas, relações de trabalho, relações de vizinhança e relações conflitivas, apontam serem causas e efeitos congêneres ao fenômeno de gentrificação, e, podendo ainda, inclusive, considerar que, nos dois estudos de caso, poderiam ser exemplos de processos de gentrificação turística em espaços costeiros.

REFERÊNCIAS

ABASCAL, E. H.; BILBAO, C. A. Ordenamento territorial e planos urbanísticos: o equilíbrio territorial como ética. *In*: **Redes,** Revista Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, maio-ago de 2012. p. 95-116.

AGUILAR, E.; MERINO, D.; MIGENS, M. Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural en el ámbito de la globalización. *In*: **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003. p. 161-183

ALCÂNTARA, M. F. Gentrificação e hipsterização: um estudo sobre a Vila Buarque (São Paulo, Brasil). Sociabilidades Urbanas *In*: **Revista de Antropologia e Sociologia**, v2, n6, p. 31-48, novembro de 2018. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/sociabilidadesurbanas/. Acesso em: 20/10/2018.

ALEDO, A. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el nuevo turismo residencial. *In*: **ARBOR**: Ciencia, pensamento y cultura, CLXXXIV 729, enero-febrero, 2008. p. 99-113

ALEDO, A.; LOLOUM, T., ORTIZ, G.; GARCIA-ANDREU, H. El turismo residencial internacional em el nordeste de Brasil: um análisis de partes interesadas. *In*: **Revista Española de investigaciones sociológicas***,* 142, 2013. p. 3-24.

ALEDO, A. Turismo residencial y vulnerabilidade en el interior del Levante español. *In*: GASCÓN, J. y CAÑADA, E. (orgs.) **Turismo residencial y gentrificación rural.** La Laguna (Tenerife): PASOS (nº 16), RTPC, 2016.

ALEGRET, J.; GARRIDO, A. Historia del puerto pesqueiro de Palamós: migraciones, associacionismo y desarrollo. *In*: **AREAS**, Revista Internacional de Ciencias Sociales. Nº 27, 2008. p. 27 -40.

ALEGRET, J. Del patrimonio natural de los peces al patrimonio cultural de lo pescado: el espai del peix de Palamós. *In*: **Revista Andaluza de Antropología**. nº 4: Encrucijadas para las sociedades pesqueiras del sur em el marco de la globalización, marzo de 2013. p. 33-54.

ANDRADE, M. C.de. **Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro***.* Petropólis: Vozes, 1973. 183 p.

ANSOLA FERNÁNDEZ, A. Una pesca feliz: a propósito de Alfredo Saralegui y sus pósitos de pescadores (1915-1936). Galicia: **VIII Congreso de la Asociación Española de Historia Económica**, 2005.

APACC – *Área de Proteção Costa dos Corais*. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/quem-somos/historico.html Acesso em 15 de setembro de 2016.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 348 p.

ARMANGUÉ, J. **L´economia del Port de la Selva**. Figueres: Edicions el Brau, 1993. 102p.

ASSIS, L. F. de: Segundas residencias y multiterritorialidad en el nordeste brasileño: el aumento del turismo residencial. *In*.: Mazón, Tomás; Huete, Raquel y Mantecón, Alejandro (Eds*.)* **Turismo, urbanización y estilos de vida**. Las nuevas formas de movilidad residencial. Barcelona: Icaria, 2009, p. 175-191.

AUGÉ, M. **Não-lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p.

BALDEZ, M. L. **Solo Urbano:** Propostas para a Constituinte. Fase: Apoio Jurídico Popular, 1986.

BANDUCCI JR. A. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. *In*: **Horizontes Antropológicos:** Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003. p. 117-140.

BARBAZA, Y. **El paisatge huma de la Costa Brava**: Volume I. Barcelona: Edicions 62, 1988.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *In*: **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003. p. 15-29.

BARROS, N. C. C. **Manual de geografia do turismo**: meio-ambiente, cultura e paisagens. Recife: Universitária UFPE, 1998.

BAS, C.; CAMPRUBI, R. **La pesca a Calunya**. Barcelona: Edicions destino, 1980

BATALLER, M. A. S. El estúdio de la gentrificación. *In*. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. n. 228, 3 de maio de 2000.

BAUDRILLARD, J. **The mirror od Production**. St. Louis. Telos Press, 1975.

BAUDRILLARD, J. **Simulations**. Nova York, Semiotext (e), 1983.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, 260 p.

BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação de política federal de turismo e seu impacto na região costeira***.* Brasília: MMA e Amazônia Legal, 1995.

BELTRAN, O.; VACCARO, I. Los comunales en el Pirineo Central. Idealizando el pasado y reelaborando el presente. **Revista de Antropología Social**, vol. 26, núm. 2, 2017, p. 235-257.

BENEVIDES, I. P. Turismo, desenvolvimento e cultura no Ceará. *In*: **Revista Espaço e geografia***.* v.3, n.1, Jan-Jun/2000. p. 191-200.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

BIZERRIL, J. O território da confluência: poética e antropologia *In*: **Horizontes Antropológicos***:* Porto Alegre, ano 5, n. 12, dezembro de 1999. pp. 102-132

BJORKLUND, E.M; PHILBRICK, A. K. The social implications of tourist developments. *In*.: **Annals of Tourism Research**, Vol. 2, No. 2, pp. 100-111.

BLÀZQUEZ, M.; CAÑADA, E. **Turismo Placebo, nueva colonización turística**: del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe, lógicas espaciales del capital turístico. Managua: EDISA, 2011. 410p.

BLÁZQUEZ, M; CAÑADA, E; MURRAY, I. Búnker playa-sol. Conflictos derivados de la construcción de enclaves de capital transnacional turístico español en El Caribe y Centroamérica. *In*.: **Scripta Nova***.* Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona*: Universidad de Barcelona, vol. XV, núm. 368, 2011. Acesso em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-368.htm>. Data de acesso: 10/10/2017.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergético. *In*: **Estudios Sociales**, n. 99, Santiago de Chile, 1999.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1998. 142 p.

BOURDIEU, P. Las formas del capital: capital economico, capital cultural y capital social. *In*: BOURDIEU, Pierre (Org.) **Poder, derecho y clases sociales**. Barcelona: Desclés, 2000. p. 131-164.

BOMFIM, M. F., 'o porto da árvore amarela'. Maceió: [S.ed.], 2010.

BANCO DO NORDESTE. Informações Socioeconômicas Municipal de Porto de Pedras, ano 2017.

BANCO DO NORDESTE. Informações Socioeconômicas Municipal de São Miguel dos Milagres, ano 2017.

BRIDGE, G.; DOWLING, R. Microgeographies of Retailing and Gentrification. *In*.: **Australian Geographer***,* v. 32, n. 1, p. 93–107, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00049180020036259>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

BUADES, J.; GASCÓN, J.; CAÑADA, E. El turismo en el inicio del milenio: una lectura crítica a tres voces. Madrid: **Foro de Turismo Responsable, Red de Consumo Solidario, Picu Rabicu y Espacio por un Comercio Justo**, 2012. 174p.

CABRERA SOCORRO, C.; CABRERA SOCORRO, A. Turismo versus pesca artesanal: A propósito de la Reserva Marina de la Isla de La Graciosa y los Islotes del Norte de Lanzarote. *In*: **Pasos**: Vol 2, n. 01, 2004. p. 01-16.

CALABI, D. A história urbana na Itália e na Europa. *In*: PONTUAL, V.; LORETTO, R.(orgs.). **Cidade, território e urbanismo**: um campo conceitual em construção. Olinda: CECI, 2009. p. 39-53

CALLOU, A. B. F. **Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco** (1920-1983). Santa Maria – RS: UFSM, 1986. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, 1986. 238f.

CAMÊLO, Maria R. S. **Percepção das comunidades locais sobre a turistificação da Rota Ecológica em Alagoas.** Dissertação de Mestrado (Mestrado Dinâmicas do Espaço Habitado – Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2016.

CAÑADA, E. **Turismo y desarrollo:** herramientas para uma mirada crítica. Managua: Enlace, 2007 182p.

CAÑADA, E. Prólogo. *In*: **El turismo en las disputas por el território**. VILLAREAL, L. Z.; SALVATIERRA, N. M. (org.), 2015.

CAÑADA, E. - Dispossession, Displacement and Subordination in the Construction of Tourist Areas: Central America as a Conlict Scenario. *In*: **Revue en ligne**, 2018. Disponível em: http://norois.revues.org Acesso em: 02 de agosto de 2018.

CARBONELL, E. Opportunities and Contradictions in Maritime Heritage and Small-scale Fishing – A Case Study of Catalonia. *In*.: **Coll. Antropol***.* 38, 2014, 1, p. 289–296.

CARVALHO, C. P. **Economia solidária**: uma via de modernização para Alagoas. Maceió: Edufal, 2010.

CARVALHO, R. K. A. de. **Pousadas da Rota Ecológica no litoral norte de Alagoas**: perspectivas de responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável. Dissertação de Mestrado (Mestrado Dinâmicas do Espaço Habitado – Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2017.

CARPENTER, J.; LEES, L. Gentrification in New York, London and Paris: an international comparison. *In*: **International Journal of Urban & Regional Research**, vol. 19, nº 2, 1995, p. 286-303.

CASTELLS, M. Planificación urbana y movimientos sociales: el caso de la renovación urbana en París. *In*: BERINGUIER, C., CASTELLS, M. *et. al*. **Urbanismo y práctica política**. Barcelona: Los libros de la frontera, 1974, p. 125-160.

CASTELLS, M. Collective consumption and urban contradictions in advanced capitalism, In.: SUSSER, I. (org.) **The Castells Reader on Cities and Social Theory**, Oxford, Blackwell, 1978, p. 107-129.

CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope**: social movements in the Internet Age (2nd ed.). Cambridge: Polity Press, 2015.

CASTELLS, M. Toward a Sociology of the Network Society. *In*.: **Contemporary Sociology**, 29(5), 2000, p. 693–699.

CASTELLS, M. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks and, Global Governance. *In*.: **The ANNALS**, 616(1), 2008, p. 78–93.

CASTELLS, M. **Communication Power**. New York: Oxford University Press Inc., 2009.

CASTILHO, C. J. M. de. A turistificação do espaço de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local. *In:* **Revista Espaço e geografia***.* v.3, n.1, Jan-Jun/2000. p. 161-175.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano***:* Arte de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

CLARK, E. **The rent gap and urban change**: case studies in Malmö 1860 – 1985. Lund: Lund University Press, 1987.

CLARK, E. The order and simplicity of gentrification: A political challenge. *In*: ATKINSON, R.; BRIDGE, G. **Gentrification in a Global Context**: The New Urban Colonialism. London: Routledge, 2005.

CLARK, E. *et. al*. Island Gentrification & Space Wars. *In*: BALDACCHINO, G. **A world of Islands**: an Island Studies Reader. Malta: Media Centre Publications. 481-510, 2007.

CLAY, P. **Neighborhood Renewal***:* Middle-Class Resettlement and Incumbent Upgrading in American Neighborhoods. Lexington: Lexington Books, 1979.
COODTUR – Red Internacional de Investigadores en Turismo, Cooperación y Desarrollo. Disponível em http://www.coodtur.org/ Acesso em 15 de setembro de 2016.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In:* CORRÊA, R.L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (Org.) *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 15-47.

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES. **Os Pescadores na História do Brasil**: Volume I – Colônia e Império. SILVA, L. G. (Org) Recife: Editora Vozes, 1988.

CONFEDERAÇÃO MUNICIPAL DE MUNICÍPIOS. **Porto de Pedras**. Disponível em: http://www.cnm.org.br/municipios/index/100127/100127079 Acesso em: 28 de novembro de 2016.

CONFEDERAÇÃO MUNICIPAL DE MUNICÍPIOS. **São Miguel dos Milagres**. Disponível em: http://www.cnm.org.br/municipios/index/100127/100127092 Acesso em: 28 de novembro de 2016.

COCOLA-GANT, A..: The New Gentrification Battlefront. Sociological Research Online 21(3): 10, 2016. Disponível em: http://www.socresonline.org.uk/21/3/10.html. Acesso em: 03 de março de 2018.

COCOLA-GANT, A. Tourism gentrification. *In*: LEES, L; PHILLIPS, M (Orgs) *Handbook of Gentrification Studies*. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing, 2018.

COCOLA-GANT, A. Tourism and commercial gentrification. *In*: **The ideal city**: Between myth and reality. RC21 Conference, Urbino: ISA, 2015, p. 1–25.

COCOLA-GANT, A; PALOU I. RUBIO, S. Tourist promotion and urban space *In*: **Barcelona***:* Historic perspective and critical review, 1900 – 1936. Documents d'Anàlisi Geogràfica 61(3), 2015, pp. 461–482.

CONAPAC – **Conselho Gestor APA Costa dos Corais**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/conselho-consultivo.html. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Tourism**: principles and practice*.* 2. Ed. Harlow, UK: Longman, 1998.

COROMINAS, I. La mar d´Amunt. **El Port de la Selva**. Girona: Tabla blanca, 2015.

COROMINAS I. La Lleva del Biberó no fou possible: relat original de Joan Nadal i Fortià. Impremta tintaprint S.L: El Port de la Selva, 2016.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Passo de Camaragibe*,* Estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Porto de Pedras, estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território***.* São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R. C. **Introdução à geografia do turismo***.* São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, R. C. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In:* LEMOS, A.I.G; ARROYO, M; SILVEIRA, M.L. (Org) **América latina***:* cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, p.337-350, 2006.

CENTER FOR INDUSTRIAL STUDIES - em parceria com Touring Servizi - Estudo do impacto do turismo nas zonas costeiras: aspectos relacionados com o desenvolvimento Regional: **Estudo da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu**, 2006 http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/studies/coastal_tourism/pt.pdf acesso em 19 de julho de 2018.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, M. L.; CLEMENTINO, M. L. M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2010. 224p.

DAVIDSON, M; LEES, L. New build gentrification and London's riverside renaissance, *In*.: **Environment and Planning***,* 37 (6), 2005, p. 1015-1032.

DAVIDSON, M; LEES, L. New-build gentrification: its histories, trajectories, and critical geographies. *In*.: **Population, Space and Place** 16(5), 2010, p. 395 - 411.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia. vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997. 207 p.

DEMAJOROVIC, J.; ALEDO, A.; LANDI, B. Complejos Turísticos Resindeciales*:* Análisis del crescimento del turismo residencial en el Mediterránel español y en el Litoral Nordestino (Brasil) y su impacto socioambiental. **Estudios Y perspectivas em Turismo**. Vol. 20, 2011. p. 772-796.

DIANI, M. The concept of social movement. *In*.: **The Sociological Review**, 40(1), 1992, pp. 1-25.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES JUNIOR, M. **O bangüê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: Edufal, 2006. 314 p.

DIEGUES JUNIOR, M. **População e açúcar no Nordeste do Brasil***.* Rio de Janeiro: Edição da Comissão Nacional de Alimentação, 1954. 236 p.

DIEGUES, A. C.; *et. al.* Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. *In*: DIEGUES, A. C. (org.); *et. al*. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPQ. 1999. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf> Acesso em 25 dez. 2013.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2008.

DOOLING, S. Ecological Gentrification: A Research Agenda Exploring justice in the City. *In*.: **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 33.3, 2009, p. 621-639.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Nacional,1990. 165 p.

FAINSTEIN, S. S; GLADSTONE, D. Evaluating Urban Tourism. *In*: JUDD, D. R; FAINSTEIN, S. (orgs.). **The tourist city, New Haven and London**: Yale University Press, 1999, p. 21–34.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. Tradução: Julio Assis Simões. São Paulo, Studio Nobel: 1995.

FERNANDES, V. D. da S. S. **A regeneração urbana de base cultural**: O núcleo histórico de Santa Maria no Funchal. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, fevereiro de 2016.

FERNÁNDEZ DURÁN, R. **La compleja construcción de la "Europa" *superpotência***: Una aportación al debate sobre el futuro del "Proyecto Europeo" y las resistencias que suscita. Barcelona: Virus, 2005 171p.

FLETCHER, R. Sustaining Tourism, Sustaining Capitalism? The Tourism Industry's Role In.: **Global Capitalist, Expansion, Tourism Geographies***,* vol. 13, nº 3, 2011, p. 443-461.

FONSECA, M. A. P.; LIMA, R. M. M. Segunda Residência: conceito, características e significados. *In*: FONSECA, Maria Aparecida Pontes (Org). *Segunda residência, lazer e turismo*. Natal: EDUFRN, 2012, p. 11-18.

FONSECA, M. A. P.; LIMA, R. M. M. A segunda Residência no contexto da atividade turística: quando estamos falando de um alojamento turístico. *In*: FONSECA, Maria Aparecida Pontes (Org): **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012, p. 51-70.

FORO TURISMO RESPONSABLE –Disponível em http://www.foroturismoresponsable.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=9 Acesso em 15 de setembro de 2016.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. 244 p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 308 f. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

FRIEDBERGER, M. Rural gentrification and livestock raising: Texas as a test case, 1940 - 1995. *In*: **Rural History**: Economy, Society, Culture*,* vol. 7, nº 1, 1996, p. 53-68.

FUKUYAMA F. **Trust***:* The Social Virtues and the Creation of Prosperity. Nueva York: Free Press, 1995. 457 p.

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *In*: **Cadernos Metrópole**, vol. 16, núm. 32, dezembro de 2014, p. 341-363.

GARCÍA HERRERA, L. M.; SMITH, N.; VERA, M. Á. M. Gentrification, Displacement, and Tourism in Santa Cruz de Tenerife. *In*.: **Urban Geography***,* v. 28, n. 3, p. 276-298, 2007.

GARRIDO, A. **Los pescadores de la Costa Brava ante el Antiguo Régimen***:* orígenes y geografia del conflicto alrededor de las rentas feudales (1750-1830), 2005.

GARRIDO, A. Conflictividad social y revueltas en torno al pago de las rentas pesqueiras en la Cataluña del siglo XVIII. *In*: **Revista de Estudios Marítimos y Sociales.** Año 3, nº 3, noviembre de 2010. p. 21-29

GASCÓN, J; CAÑADA, E*.* **Viajar a todo del tren**: Turismo, desarrollo y sostenibilidad. Barcelona: Icaria, 2005. 157p.

GASCÓN, J.; CAÑADA, E. **Turismo residencial y gentrificación rural.** Tenerife & Xixon: Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural & Foro de Turismo Responsable, 2016.

GASCÓN, J.; OJEDA, D. **Turistas y campesinado**: El turismo como vector de cambio de las economías campesinas en la era de la globalización. Madrid; Tenerife: FTR; Pasos Edita, 2014.

GASCÓN, J. El turismo comunitario como estrategia para activar el patrimonio en zonas rurales: límites y riesgos **INPC** – Revista del Patrimonio Cultural del Ecuador. v.6, 2014. p.10-21.

GASCON. J; CAÑADA, E. El mundo es finito, también para el turismo. Del multiplicador turístico al conflicto redistributivo. *In*.: **Revista de los Estudios de Economía y Empresa**, Universitat Oberta de Catalunya. N.º 7, maio de 2017. Disponível em http://oikonomics.uoc.edu. Acesso em: 20 de julho de 2017.

GASCÓN, J.; MILANO, C. El Turismo en el mundo rural. Ruina o consolidación de las sociedades campesinas e indígenas? *In*.: **Pasos***,* Revista de Turismo y Patrimonio Cultural; Foro de Turismo Responsable; Ostelea, 2017.

GASPAR, S. dos S. Gentrification: processo global, especificidades locais? *In*: **Ponto Urbe**: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP. Ponto Urbe 6, 2010.

GEERTZ, C. **O saber local**: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GLASS, R. **London***:* Aspects of change. Londres: MacGibbon & Kee, 1964.

GLUCKMAN, M. **Ritos de rebelião**. Cadernos de Antropologia, 1987.

GOMES, M. M. F. **A Visibilidade na Esfera Pública**: um estudo exploratório sobre os Movimentos Sociais emergentes no Porto. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, julho de 2018.

GOTHAM, K. F. Tourism Gentrification: the case of New Orleans Vieux Carre (french quarter). *In*.: **Urban Studies***,* Vol. 42, nº 7, 1099 –1121, Jun 2005.

GRENPEACE. **Destrucción a toda Costa***:* Análisis del litoral a escala municipal, Julho de 2013. Versão electrônica acessível em http://www.greenpeace.org/espana/campaigns/costas/destrucci-n-a-toda-costa. Acesso em: 17 de junho de 2017

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica***:* Cartografia do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2002. 186 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” às multi-territorialidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAMNETT, C. The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification. *In*.: **Transactions of the Institute of British Geographers***,* v. 16, p. 173, 1991.

HANNERZ, U. Cosmopolitas e locais na cultura global. *In*: FEATHERSTONE, M. (Coord.) **Cultura global** – nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1999, p.251-266.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. Hucitec, 1980.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *In*: **Revista Espaço e Debate**, n. 6, 1982.

HARVEY, D.; SMITH, N. **Capital financeiro, propriedad inmobiliaria y cultura***.* Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005. 78p.

HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

HARVEY, D.; Smith, N. **Capital financeiro, propriedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005. 78p.

HARVEY, D. **Ciudades Rebeldes***:* del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Ediciones Akal, 2013.

HARVEY, D. Globalization and the "Spatial Fix". *In*: **Essay, geographische revue** *2/200.* pp. 23-30

HELLER, A. **O cotidiano e a História***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HENRIQUES, B. – Distração, fruição e evasão: as funções cultural e recreativa na área Metropolitana de Lisboa. *In*: Tenedório, J. A. (org). **Atlas da área metropolitana de Lisboa**, Lisboa: Area metropolitana de Lisboa, 2003 p.191-207.

HIERNAUX, D. A. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano, *In*.: **Scripta Nova***:* revista electrónica de geografía y ciencias sociales, 9 (194) (on line), 2005. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-05.htm, Acesso em 03 de março de 2012.

HIERNAUX, D; GONZÁLEZ, I. Turismo y gentrificación: pistas teóricas sobre una articulación. *In*.: **Revista de Geografía Norte Grande** 58, 2014, p. 55 - 70.

HIERNAUX, D. La promocion inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. *In*.: **Scripta Nova***.* Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v.9, n.194, ago.2005. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-05.htm. Acesso em: 15 de julho de 2018.

HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. ***Revista Brasileira de Ciências Sociais***. nº 21, fevereiro, p. 68-89, 1993.

HUETE, R. Reseña del libro turismo residencial y cambio social. **Nuevas Papers de turisme**, 37-38: Alicante, 2005. p. 119-120.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1970** - Alagoas. 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1970/CD_1970_AL.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1920** - Alagoas. 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_AL.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1970** - Alagoas. 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_AL.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1980** - Alagoas. 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_AL.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1991** - Alagoas. 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_caracteristicas_populacao_domicilios_AL.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alagoas**. 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD2000/CD_2000_Caracteristicas%20gerais%20da%20populacao_resultados%20da%20amostra.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000** - Alagoas. 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Municipios/. Acesso em: 29 de maio de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@** - Porto de Pedras/Alagoas. 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 21 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@** - São Miguel dos Milagres/Alagoas. 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 Acesso em: 21 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VAB por setor de atividade em 2012**. Atualização do VAB por município e setor de atividade: serviços, administração pública, indústria, valor impostos e agropecuária em 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/base/base_1999_2012_xlsx.zip. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

INSTITUT D`ESTETICA DE CATALUNYA. https://www.idescat.cat/emex/?id=171404&lang=es#h1fffff acesso em 08 de junho de 2018.

IRVING, M. de A.; SANCHO, A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social. **Caderno Virtual de Turismo**. v.10, n. 3, 2010.

JAHNEL, T. C. As Leis de Terras no Brasil. *In*: **BPG**, n. 65, AGB, 1987.

JANOSCHKA, M; HAAS, H. Contested spatialities of lifestyle migration. Approaches and research questions. *In*: JANOSCHKA, M; HAAS, H (orgs), **Contested spatialities, lifestyle migration and residential tourism**, New York: Routledge, 2014, pp. 1 - 12.

JANOSCHKA, M; SEQUERA, J. Gentrification in Latin America: addressing the politics and geographies of displacement. *In*.: **Urban Geography online**, 2016, p. 1 - 20.

JANOSCHKA, M; SEQUERA, J; SALINAS, L. Gentrification in Spain and Latin America—a Critical Dialogue. *In*.: **International journal of urban and regional research.** 38(4), 2014, p. 1234 - 1265.

JENCKS, C. **What is Post-Modernism?** St. Martins Press, NY 1986, Academy, Londres 1986.

JUDD, D. R. Constructing the Tourist Bubble. *In*: JUDD, D. R; FAINSTEIN, S (orgs). **The tourist city, New Haven and London**. Yale University Press, 1999, p. 35–53.

JUDD, D. R. Visitors and the spatial ecology of the city. *In*: HOFFMAN, L; FAINSTEIN, S; JUDD, D. R. (orgs) **Cities and visitors:** Regulating people, markets, and city space, Oxford: Blackwell, 2003, p. 23– 38.

KASPARY, M. G. A. R. **Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi,** Alagoas. Dissertação de Mestrado (Mestrado Dinâmicas do Espaço Habitado – Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2012.

KASPARY, M. G. A. R.; ARAUJO, L. M. Local responses to tourism development on the North-Eastern coast of Brazil: the case of the municipality of Maragogi, in Alagoas State. **Scientia Plena**, v. 09, p. 1-11, 2013.

KASPARY, M. G. A. R. Faces do paraíso: a luta pela garantia do território tradicional pesqueiro frente ao processo de turistificação em São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, Alagoas, Brasil. *In*: SOUZA, A. F. G.(Org). **Geografia, Turismo e Cultura**: diálogos sobre território, territorialidades, sociedade e natureza no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Bookes Editora, 2016. p. 310-342

KNAFOU, R. Turismo e território: *por uma abordagem científica do turismo. In*: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

KOURY, M. G. P. Imagem e narrativa: Ou, existe um discurso da imagem? *In*: **Horizontes Antropológicos:** Porto Alegre, ano 5, n. 12, dezembro de 1999. p. 59-68.

LANGDON, E. J. A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral. *In*: **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, ano 5, n. 12, dezembro de 1999. p. 13-36.

L´ESTOILE, B. de. "O arquivo total da humanidade": utopia enciclopédica e divisão do trabalho na etnologia francesa. *In*: **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003. pp. 265-302.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Book, Oxford: Blackwell, 1991.

LEES, L. A Re-appraisal of Gentrification: towards a 'geography of gentrification'. *In*.: **Human Geography***,* v. 24, n. 3, p. 389-408, 2000.

LEES, L. Gentrification and social mixing: towards an inclusive urban renaissance? *In*.: **Urban Studies,** v. 45, n. 12, 2008, p. 2449-2470.

LEES, L.; SLATER, T. e WYLY, E. **Gentrification***.* Londres, Routledge, 2008.

LEITE, R. P. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. *In*: FRÚGOLI Jr., H.; ANDRADE, L.T.; PEIXOTO, F. A. (orgs.) **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte, PUC - Minas/Edusp, 2006.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

LEITE, N. K. **Turismo e Território**: Um estudo sobre a Turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do Turismo. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Lisboa, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

LEY, D. Artists, aestheticization, and the field of gentrification. *In*: **Urban Studies***:* 40(12), 2003, p. 2527–2544.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Elsever, 2000. Tradução: Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos.

LINDOSO, D. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Cataventos, 2000. 202 p.

LINS, C. H. de A.; LOLOUM, T. Um quilombo à beira-mar: histórias de expropriação fundiária no litoral turístico potiguar. *In*: **Vivencia Revista antropológica**: n. 39, 2012. p. 141-163.

LUCHIARI, M. T. D.P. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. Tese de Doutorado (Doutorado em sociologia) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1999.

MALLOL I ORIOL, J. **Armen Rodes**: Port de la Selva. Soines Graficas: Port de la Selva, 1974.

MALLOL I ORIOL, J. **Retalls**: d´El Port de la Selva. Gràfiques Pujol: Figueres, 1980.

MALLOL I ORIOL, J. **Vert i blau**: El Port de la Selva. Gràfiques Pujol: Figueres, 1981.

MALLOL I ORIOL, J. **Reculls**: dels nostres vells. Arts Gràfiques Caningó: Figueres, 1984.

MALLOL I ORIOL, J. **Això era**...: El Port de la Selva. Alzamor Artgràfica: El Port de la Selva, 1987.

MALLOL I ORIOL, J. **A um racó del mare nostrum.** Alzamora: Olot, 1994.

MALLOL I ORIOL, J. **Dos arts que feren história**. Alzamora: Olot, 1995.

MALLOL I ORIOL, J. **Records***:* d´algun temps. Impremta Aubert: Olot, 1997a.

MALLOL I ORIOL, J. **L´oliveira, la vinya i el mar**: apunts antics de poble. L´Art de Port Reig: El Port de la Selva, 1997b.

MALLOL I ORIOL, J. **Esclats de tramontana**: bocins de diaris portat pel vent. Gràfiques Anglés: El Port de la Selva, 1999.

MALLOL I ORIOL, J. **Tocar-ho tot***:* contes a la vora del foc. L´Art de Port Reig: Girona, 2000.

MARCHENA, M. **La reconversión del turismo litoral en El espacio mediterrâneo**. *Turisme, territori i estratègies de desenvolupament*. Actes de les jornades sobre El turisme em els espais litorals. Girona: Universitat de Girona, 1995, p. 141-143.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos da metodologia cientifica**. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARÉS DEULOVOL, F. **Port de la Selva**: notas históricas. Gráfica Bachs: Barcelona, 1972.

MARTÍNEZ-RIGOL, S. A gentrification, conceito e método. *In*: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura**: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MATHEWS, G. **Cultura Global e Identidade Local**. Bauru: EDUSC, 2012. 414p.

MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. Turismo, urbanización y estilo de vida: Las nuevas formas de movilidad residencial. Barcelona: ICARIA, 2009. *In*: McINTOSH, R; GOELDNER, C; e RITCHIE, J. TURISMO: **Planeación, administración y Perspectivas**. LIMUSA: México, 2003.

MENDES, L. **Gentrificação e a Cidade Revanchista**: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistencia? *In*.: Fórum Sociológico [Online], 18 | 2008, posto online no dia 03 Dezembro 2012. URL.: *http://sociologico.revues.org/226; DOI: 10.4000/sociologico.226.* Acesso em: 06 de Março de 2017

MENDES, L. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith *In*.: **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 487-511, nov. 2014 http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3209. Acesso em: 06 de março de 2017.

MERLET, M., JAMART, C.: problemática y marco conceptual. AGTER. Disponível em: www.agter.asso.fr. abril de 2009. 27p. Acesso em: 20/03/2019.

MILANO, C. **Eran bichos de siete cabezas**: una isla del Delta do Parnaíba en la mira de la promoción turística transnacional. Tesis Doctoral: Universidad Autónoma de Barcelona, 2015.

MILANO, C. **Tendencias en viajes**: “Live like a local” y Saturación turística. Barcelona: Ostelea School of Tourism & Hospitality, 2018.

MILANO, C; CHEER, J. M; NOVELL, M; WHEELER, T. Overtourism Excesses, Discontents and Measures. *In*.: **Travel and Tourism Abingdon***:* Cabi Books, 2019, 224p.

MILANO, C; ARIAS-SANS, A. ‘Overtourism’? Understanding and Managing *In*.: **Urban Tourism**: Growth beyond Perceptions, Volume 2: Case Studies (Case study 3), Barcelona, 2019.

MONTFULLEDA, A. R. **Pla de gestió del patrimônio marítim de Sant Pol de Mar***.* 2012. 86 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Barcelona: Universitat de Barcelona, 2012.

MURRAY, I. **Capitalismo y turismo en España***:* del “milagro económico” a la “gran crisis”. Barcelona: Alba Sud, 2015. 426p.

NAREDO, J. M. Metabolismo económico y deterioro territorial. Tendencias en curso y posibles remédios. *In*.: BADAL, M; lópez, D. (orgs) **Los pies en la tierra***:* Reflexiones e iniciativas hacia un movimiento agroecológico, Virus, Barcelona, 2006.

NAREDO, J. M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social***:* Más allá de los dogmas. Segunda edición actualizada. Madrid: Siglo XXI, 2010.

NEVES, C. E. B.; CORRÊA, M. B. (Org.). Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: Editora da Universidade, v. 9, 1998. 200 p.

OFFE, C. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. *In*.: **Social Research***,* 52(4), 1985.

OLIVEIRA, D. P.; MARQUESAN, F. F. S. Gentrificação em Fernando de Noronha. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais** - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - Programa Nacional de Municipalização do Turismo. **Planejamento para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Nível Municipal***.* Madrid, Espanha, 1994.

ORTEGA, M. (org.). **La deuda ecológica española***.* Impactos ecológicos y sociales de la economía española en el extranjero. Sevilla: Universidad de Sevilla-Servicio de Publicaciones, Muñoz Moya Editores, 2005.

ORTEGA, M. **¿Debe el Estado ayudar a las transnacionales españolas**? Impactos ambientales y sociales del apoyo público a la internacionalización. Sevilla: Muñoz Moya Editores, 2007.

PASCUAL, J. F. Processos de Apropriación y gestión de recursos comunales. Tenerife: **Actas del VI Congreso de Antropología**, Tenerife, 1993.

PASCUAL, J. F. Los estúdios de antropología de la pesca em España: Nuevos problemas, nuevas tendências. *In*. **Etnográfica***,* v. III, n. 2, 1999. p. 333-359.

PASCUAL, J. J. Del "mar es de todos" al mar reservado*:* turistas, poblaciones de pescadores y reservas marinas en Canarias. *In*: **Pasos**, Revista de turismo y Patrimonio cultural, v. 1, n. 1, 2003. p. 65-78

PERALTA, E. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *In*: **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003. p. 83-96

PEREIRA, T. A. de P. A Igreja Católica e a Escravidão Negra no Brasil A Partir Do Século XVI *In*: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 05, Vol. 05, p. 14-31, Maio de 2018. ISSN:2448-0959.

PHILIPS, M. Rural gentrification and the processes of class colonisation. *In*: **Journal of Rural Studies**, vol. 9, nº 2, 1993, p. 123-140.

PHILIPS, M. Other geographies of gentrification. *In*.: **Progress in human geography***,* 28 (1), 2004, p. 5-30.

PINTO, T. Dos S. O que é sesmaria?; **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm. Acesso em 23 de agosto de 2019.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Governo Federal**. Disponível em http://hom.portaldoempreendedor.serpro.gov.br/estatisticas/copy_of_estatisticas Acesso em: 15 de julho de 2018.

PORTAL ODM. **Relatórios dinâmicos**: monitoramento de Indicadores. Olá! Sou Porto de Pedras. Disponível em: http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/observatorio/informacoes-socioeconomicas1/copy_of_dados_odm/ppedras/ Acesso em 28 de novembro de 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas da desigualdade**, ano 2013. Tabelas de ranking do IDH-M. Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php . Acesso em: 22 de setembro de 2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 257p.

PUTNAM, R. D. La comunidad próspera. El capital socialy la ida pública. *In*: HERREROS, F; FRANCISCO, A. de (Orgs.). **Capital Social**. Zona Abierta 94/95, 2001, p. 89-104.

RAIS - **Relação Anual de Informações Sociais.** Ministério da Economia. Disponível em http://www.rais.gov.br/sitio/consulta_trabalhador_identificacao.jsf. Acesso em 15 de julho de 2019.

RAMOS CARAVACA, C. Costa Brava, *los retos urbanísticos del turismo de masas*: La huella de la ciudad jardín y algunos princípios racionalistas en el tejido turístico de masas. *In*: **ID Investigaciones**. 2014, p.155-189.

RANGEL, N. F. de A. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. *In*: **Cadernos NAUI**, Vol.4, n.7, Jul-Dez, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

ROCHA, M. E. da M. **Pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres**. Maceió: Edufal, 2002. 189 p.

RODRIGUES, A. **Na procura do lugar o encontro da identidade**. Um estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo: 1988. 336p.

RODRIGUES, A. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. *In*: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M; SILVEIRA, M.L. (Org) América latina*:* cidade, campo e turismo. São Paulo: **CLACSO**, 2006, p.297-315.

RODRIGUES, L. C.; SANTOS, P. A. Populações Tradicionais, turismo e conflitos territoriais. *In*: CIVITAS, Porto Alegre, v. 10, n. 3, set-dez, 2010. pp. 527-544.

RODRIGUES, L. C. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações Tradicionais*:* conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. *In*: **LEME**, Laboratório de estudos em movimento étnicos, Campina Grande, v. 4, n. 1, janeiro-junho, 2012. p. 67-93

ROMERO, A. B; VALIENTE, G. C; FORGA, J. M. P. Turismo en España, más allá del sol y la playa. Evolución reciente y cambios en los destinos de litoral hacia un turismo cultural. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, N. 71, 2016, p. 431-454.

ROSSET, P. La guerra por la tierra y el território. *In*: **NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, junho de 2009. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. 12p. Acesso em: 26/10/2018.

RUSCHMANN, D. (Org.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. 1 ed. Barueri: Manole, v. 01, p. 31-44, 2006.

RUDOLF, G. Desarrollo, ¿para quién y hasta cuándo? Impactos del turismo residencial em zonas rurales de Panamá. *In*: **Canto Rodado**, vol.9, 2014. p.85-110.

SABARIEGO, J. #OCCUPYHUMANRIGHTS. Tecnopolítica, derechos humanos y recientes movimientos sociales globales. *In*.: NODARI, P. C.; CALGARO, C.; GARRIDO, M. A. (Orgs). **Ética, meio ambiente e direitos humanos** [recurso eletrônico]: a cultura de paz e não violência. Caxias do Sul: Educs, 2017, p. 257 - 272.

SALA, J.; DOMENECH, J. La pesca. Girona: **Quaderns de la Revista de Girona**, Num. 49, 1994.

SALVÀ TOMÀS, P. A. Los modelos de desarrollo turístico em el mediterrâneo. *In*: **Cuadernos de Turismo**, Nº 2, 1998, p. 7-24.

SALVÁ T. P. A. Las implicaciones socioculturales del turismo em el mar Mediterráneo *In*: LEMOS, A. I. G. de (org.) **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 187 -206.

SANTANA, A.; PASCUAL, J. J. Pesca y turismo: conflitos, sinergias y usos multiplex en Canarias. *In*: **Debate e Investigación**, PH44, Julio de 2003. p. 83-97.

SANTANA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. *In*: **Horizontes Antropológicos***:* Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003. p. 31-57.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006. 392 p.

SANTOS, N. Festa, sociabilidade e espaço público: reflexões de um turista acidental na Feste de la Mare de Deu de la Mercè em Barcelona, Catalunha. *In*: **Textos escolhidos de cultura e arte populares**. Rio de Janeiro, v.3, n. 1, 2006. p. 63-70.

SASSEN - Saskia The Global Street: Making the Political. *In*.: **Globalizations**, 8: 5, 2011, p. 573-579.

SAVAGE, M. e WARDE, A. **Urban sociology, capitalism and modernity**. Londres, Macmillan, 1993.

SEDE CATASTRO CARTOFRAFIA. El Port de la Selva. Disponível em: https://www1.sedecatastro.gob.es/Cartografia/mapa.aspx?pest=urbana&from=OVCBusqueda&ZV=NO&RCCompleta=port%20de%20la%20selva&via=&tipoVia=&numero=&kilometro=&bloque=&escalera=&planta=&puerta=&DescProv=GIRONA&prov=17&muni=149&DescMuni=EL%20PORT%20DE%20LA%20SELVA&TipUR=U&codvia=&comVia=&tc=U&del=17&mun=149. Acesso em: 20/11/2017.

SEPLAG-SINC/AL - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC) do Estado de Alagoas. **Perfil Municipal de Porto de Pedras**, ano 2018, v. 04, n. 04.

SEPLAG-SINC/AL Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC) do Estado de Alagoas. **Perfil Municipal de São Miguel dos Milagres**, ano 2018, v. 04, n. 04.

SILVA, A. F. C.; FERREIRA, A. L. Três momentos da urbanização turística: Estado, mercado e desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro. *In*: **Scripta Nova**, Revista Electrónica de geografia y ciências sociales, Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270(89), 1 de agosto de 2008.

SILVA, A. F. C.; FERREIRA, A. L. Imobiliário-turístico no litoral nordestino: investimentos estrangeiros e impactos locais nas praias potiguares. *In*: FONSECA, M. A. P. (Org): **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012, p. 127-156.

SILVA, K. de O. Espaço público, turismo e a privatização das áreas costeiras turístico *In*: FONSECA, M. A. P. (Org): **Segunda residência, lazer e turismo.** Natal: EDUFRN, 2012, p. 71-94

SILVA, T. R. P. **Territorialização turística das pousadas da Rota Ecológica, litoral norte de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado – Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2016.

SIMMEL, G. **The Philosophy of Money**. Tradução de L. Bothomore e D. Frisby. Londres. Routledge & Kegan Paul, 1978.

SMITH, N. Towards a theory of gentrification: back to the city movement by capital not people, *In*: **Journal of the American Planning Association**, v. 45, 1979, p. 538-548.

SMITH, N. Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. *In*: SMITH, N. e WILLIAMS, P. (orgs.). **Gentrification of the city**. Londres, Allen e Unwin, 1986, p. 15-34.

SMITH, N. Gentrification and the rent gap. *In*.: **Annals of the Association of American Geographers**, v. 77, n. 3, 1987, p. 462-465.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. **The New Urban Frontier***:* Gentrification and the Revanchist City. London: Routledge, 1996.

SMITH, N. A gentrificação generalizada. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SPAIN, D. Been heres versus come-heres: negotiating conflicting Community identities. *In*: **Journal of the American Planning Association,** vol. 59, nº 2, 1993, p. 156 -171.

SOUSA, P. G. de. **Complexo Turísitico Imobiliário "The Reef Club" em Barreiros – PE**: implantação, desenvolvimento e transformações socioambientais. Dissertação (Mestrado realizado no PRODEMA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE) Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

SOUZA, I. I. **Caminhos que se cruzam**: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960). 2009. 317 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

TAVEIRA, M.; GONÇALVES, S. Lazer e turismo uma análise teórico-conceitual. *In*: FONSECA, M. A. P. (Org). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012, p. 19-37.

TILLY, C. Social Movements as Historically Specific Clusters of Political Performances. *In*.: **Berkeley Journal of Sociology**, 38, 1993, p. 1-30.

TÖNNIES, F. **Hobbes, vida y doctrina**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista**: algunos elementos para su análise. Editorial México, 1978.

TULIK, O. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. 154 f. Tese (livre-docência).– Escola de Comunicações e Artes. São Paulo: Universidade de São Paulo Disponível em: <artigocientico.tebas.kinghost.net/.../artc_1158181816_13.pdf>. Acesso em: 22 maio 2015.

TURNER, L.; ASH, J. **La Horda Dorada**: El turismo internacional y la periferia del placer. Editorial Endymión, Madrid, 1991.

VERÇOSA, E. de G. **Cultura e educação nas Alagoas**: história, histórias. 4.ed. Maceió: Edufal, 2006.

WEBER, M. **Economy and Society**. Bedminster Press, 1968.

WYLY, E.; HAMMEL, D. J. Modeling the context and contingency of gentrification. *In*.: **Journal of Urban Affairs**, v. 20, n. 3, 1998, p. 303-326.

WYLY, E; HAMMEL, D. J. Islands of decay in seas of renewal: housing policy and the resurgence of gentrification. *In*.: **Housing Policy Debate**, 10(4), 1999, pp. 711–771.

YÁZIGI, E. A. **Civilização urbana**: planejamento e turismo. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003. v. um. 359p.

ZOLINI, G. P. de P. **A inflexão do conceito de *gentrificação* em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte**: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo): Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

ZUKIN, S. **Naked City**: The Death and Life of Authentic Urban Places. Oxford: Oxford University Press, 2011.

ZUKIN, S. Gentrification: culture and capital in the urban core, **Annual Review of Sociology**, 13, 1987, p. 129–147.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *In*: Arantes, A. A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000a.

ZUKIN, S. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: Arantes, Antônio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000b.